Política no Brasil

Núcleo de Antropologia da Política

Quinta da Boa Vista s/nº – São Cristóvão – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20940-040
Tel.: (21) 2568 9642 Fax: (21) 2254 6695 – E-mail: nuap@alternex.com.br

Publicação realizada com recursos do
PRONEX/CNPq; Ministério da Ciência e Tecnologia; Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; Programa de Apoio a Núcleos de Excelência

A coleção Antropologia da Política é coordenada por Moacir G. S. Palmeira, Mariza G. S. Peirano, César Barreira e José Sergio Leite Lopes e apresenta as seguintes publicações:

1 - **A HONRA DA POLÍTICA** – Decoro parlamentar e cassação de mandato no Congresso Nacional (1949-1994), de *Carla Teixeira*
2 - **CHUVA DE PAPÉIS** – Ritos e símbolos de campanhas eleitorais no Brasil, de *Irlys Barreira*
3 - **CRIMES POR ENCOMENDA** – Violência e pistolagem no cenário brasileiro, de *César Barreira*
4 - **EM NOME DAS "BASES"** – Política, favor e dependência pessoal, de *Marcos Otávio Bezerra*
5 - **FAZENDO A LUTA** – Sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas, de *John Cunha Comerford*
6 - **CARISMA, SOCIEDADE E POLÍTICA** – Novas linguagens do religioso e do político, de *Julia Miranda*
7 - **ALGUMA ANTROPOLOGIA**, de *Marcio Goldman*
8 - **ELEIÇÕES E REPRESENTAÇÃO NO RIO DE JANEIRO**, de *Karina Kuschnir*
9 - **A MARCHA NACIONAL DOS SEM-TERRA** – Um estudo sobre a fabricação do social, de *Christine de Alencar Chaves*
10 - **MULHERES QUE MATAM** – Universo imaginário do crime no feminino, de *Rosemary de Oliveira Almeida*
11 - **EM NOME DE QUEM?** – Recursos sociais no recrutamento de elites políticas, de *Odaci Luiz Coradini*
12 - **O DITO E O FEITO** – Ensaios de antropologia dos rituais, de *Mariza Peirano*
13 - **NO BICO DA CEGONHA** – Histórias de adoção e da adoção internacional no Brasil, de *Domingos Abreu*
14 - **DIREITO LEGAL E INSULTO MORAL** – Dilemas da cidadania no Brasil, Quebec e EUA, de *Luís R. Cardoso de Oliveira*
15 - **OS FILHOS DO ESTADO** – Auto-imagem e disciplina na formação dos oficiais da Polícia Militar do Ceará, de *Leonardo Damasceno de Sá*
16 - **OLIVEIRA VIANNA** – De Saquarema à Alameda São Boaventura, 41 - Niterói. O autor, os livros, a obra, de *Luiz de Castro Faria*
17 - **INTRIGAS E QUESTÕES** – Vingança de família e tramas sociais no sertão de Pernambuco, de *Ana Claudia Marques*
18 - **GESTAR E GERIR** – Estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil, de *Antonio Carlos de Souza Lima*
19 - **FESTAS DA POLÍTICA** – Uma etnografia da modernidade no sertão (Buritis/MG), de *Christine de Alencar Chaves*
20 - **ECOS DA VIOLÊNCIA** – Narrativas e relação de poder no Nordeste canavieiro, de *Geovani Jacó de Freitas*
21 - **TEMPO DE BRASÍLIA** – Etnografando lugares-eventos da política, de *Antonádia Borges*
22 - **COMO UMA FAMÍLIA** – Sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural, de *John Cunha Comerford*
23 - **O CLUBE DAS NAÇÕES** – A missão do Brasil na ONU e o mundo da diplomacia parlamentar, de *Paulo de Góes Filho*
24 - **POLÍTICA NO BRASIL** – Visões de antropólogos, de *Moacir Palmeira e César Barreira*
25 - **AS (DIFUSAS) FRONTEIRAS ENTRE A POLÍTICA E O MERCADO** – Um estudo antropológico sobre *marketing político*, seus agentes, práticas e representações, de *Gabriela Scotto*
26 - **ESPAÇOS E TEMPOS DA POLÍTICA**, de *Carla Costa Teixeira e Christine de Alencar Chaves*
27 - **A POBREZA NO PARAÍSO TROPICAL** – Interpretações e discursos sobre o Brasil, de *Marcia Anita Sprandel*
28 - **O POVO EM ARMAS** – Violência e política no sertão de Pernambuco, de *Jorge Mattar Villela*
29 - **A AMBIENTALIZAÇÃO DOS CONFLITOS SOCIAIS** – Participação e controle público da poluição industrial, de *José Sergio Leite Lopes*
30 - **QUESTÃO DE SEGURANÇA** – Políticas governamentais e práticas policiais, de *César Barreira*
31 - **A DINÂMICA DO SAGRADO** – Rituais, sociabilidade e santidade num convento do Rio de Janeiro, de *Renata de Castro Menezes*

Moacir Palmeira
César Barreira
(Organizadores)

Política no Brasil

Visões de antropólogos

Relume Dumará

© Copyright 2004, dos autores
Direitos cedidos para esta edição à
EDITORA RELUME LTDA.
Rua Nova Jerusalém, 345 – Bonsucesso
CEP 21042-235 – Rio de Janeiro, RJ
Tel. (21)2564-6869 – Fax (21)2560-1183
www.relumedumara.com.br

A RELUME DUMARÁ É UMA EMPRESA EDIOURO PUBLICAÇÕES

Revisão
A. Custódio

Editoração
Dilmo Milheiros

Capa
Simone Villas-Boas

Apoio
CNPq
CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

P829 Política no Brasil : visões de antropólogos / Moacir Palmeira, César Barreira (organizadores). – Rio de Janeiro : Relume Dumará : Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2004
. – (Coleção Antropologia da política ; 24)

ISBN 85-7316-359-3

1. Antropologia política. 2. Estado. 3. Brasil – Política e governo. I. Palmeira, Moacir. II. Barreira, César. III. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Núcleo de Antropologia da Política. IV. Série.

04-2094 CDD 306.2
CDU 316.74:32

Todos os direitos reservados. A reprodução não-autorizada
desta publicação, por qualquer meio, seja ela total ou parcial, constitui
violação da Lei nº 5.988.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 9
Moacir Palmeira e César Barreira

Parte I – DEMOCRACIA, JUSTIÇA E CIDADANIA

CAPÍTULO 1
De que serve um documento? 25
Mariza G. S. Peirano

CAPÍTULO 2
Direitos republicanos, identidades coletivas e esfera pública no Brasil e no Quebec 51
Luís Roberto Cardoso de Oliveira

CAPÍTULO 3
Diferentes faces da lei adotiva nacional e internacional 87
Domingos Abreu

CAPÍTULO 4
O Judiciário e as mulheres assassinas: as representações sociais sobre o assassinato no contexto feminino e jurídico 105
Rosemary de Oliveira Almeida

PARTE II – PODER, POLÍTICA E FACÇÕES

CAPÍTULO 5
Eleição municipal, política e cidadania 137
Moacir Palmeira

CAPÍTULO 6
Fraudes e corrupções eleitorais: entre dádivas e contravenções 151
César Barreira

CAPÍTULO 7
Lutas entre iguais: as disputas no interior de uma facção política 165
Beatriz M. Alasia de Heredia

CAPÍTULO 8
O "Caminho das Pedras": representação política e acesso ao governo federal segundo o ponto de vista de políticos municipais 179
Marcos Otavio Bezerra

CAPÍTULO 9
Uma teoria etnográfica da democracia: a política do ponto de vista do Movimento Negro de Ilhéus, Bahia, Brasil 203
Marcio Goldman

PARTE III – CARREIRAS POLÍTICAS E CONVERSÕES

CAPÍTULO 10
A mão santa do governador: imaginários sociais e política no Nordeste brasileiro 229
Júlia Miranda

CAPÍTULO 11
Uma carreira política e vários modos de legitimação 247
Maria Auxiliadora Lemenhe

CAPÍTULO 12
Relações profissionais e disputas eleitorais 267
Odaci Luiz Coradini

PARTE IV – FAMÍLIA E POLÍTICA

CAPÍTULO 13
Campanhas em família: as *veias abertas* das disputas eleitorais 301
Irlys Barreira

CAPÍTULO 14
Intimidade e esfera pública: política e cultura no espaço nacional argentino 333
Federico Neiburg

CAPÍTULO 15
Sobre lutas de famílias e suas tramas 353
Ana Claudia Marques

PARTE V – EVENTOS E POLITIZAÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS

CAPÍTULO 16
Audiência pública em Angra dos Reis: debate em torno do licenciamento de uma usina nuclear 369
José Sérgio Leite Lopes, Diana Antonaz, Gláucia Oliveira da Silva e Rosane M. Prado

CAPÍTULO 17
O "Trabalho com a Imagem" e outras atividades de marketing político no cenário eleitoral 395
Gabriela Scotto

CAPÍTULO 18
Um Evento Crítico: o debate sobre a nova lei de imprensa no Brasil 419
Carla Costa Teixeira

SOBRE OS AUTORES 445

INTRODUÇÃO

Política no Brasil: visões de antropólogos

Moacir Palmeira e César Barreira

Se a Antropologia da Política, surgida no pós-guerra, disputava competência com a Filosofia Política e a Ciência Política e tinha a pretensão de ser um ramo bem definido do saber antropológico, senão mesmo, a exemplo da Sociologia Política, uma disciplina à parte, os estudos antropológicos sobre a política e temas a ela associados em décadas mais recentes iriam em outra direção. Ao invés de buscar a essência do político ou a especificidade de um domínio, o que se pretende é olhar para a política, tal como definida por diferentes grupos e sociedades, com "olhos de antropólogo", isto é, com olhos e todos os outros sentidos acionados na prática do pesquisador treinado de um modo singular. No caso de sociedades como a nossa, trata-se menos de discutir em abstrato as relações entre o domínio político e o Estado do que de interrogar *a* política que é feita, a política que as pessoas dizem fazer ou que identificam como sendo feita por outros[1].

O desafio é refletir sobre a política para além das definições legais ou modelares numa sociedade que pensa as atividades políticas como constituindo um domínio à parte de tantos outros – o econômico, o jurídico, o artístico, etc. – envolvendo agentes sociais específicos, quando não "especialistas" ou "profissionais".

O caminho é, sem perder de vista essas classificações, tentar repensá-las a partir das classificações e das práticas classificatórias dos agentes sociais, necessariamente contextuais, no mais das vezes assistemáticas, mas sempre vinculadas a certo jogo de posições e às relações entre elas. Tanto estas quanto as categorias jurídicas ou modelares são operadas por agentes variados e construídas segundo modalidades que só a investigação empírica pode revelar.

Falar *da* política no feminino, e não *do* político reificado como um domínio de atividades, significa dizer que não há limites atribuíveis *a priori* ao que possa ser pensado e vivido como próprio da política e que eventuais limites, socialmente construídos, não gozam do privilégio da imutabilidade. Significa também afas-

tar a idéia de um repertório fixo de temas políticos. Uma das questões centrais, desse ponto de vista, é tentar entender como um tema ou um conjunto de atividades, ou ainda agentes ou relações sociais, passam a ser considerados ou deixam de ser considerados "políticos".[2]

Os textos deste volume – que ilustram um esforço mais amplo de pensar a política, a partir de um viés antropológico[3] – tentam refletir, a partir de "acessos" diferentes, sobre temas socialmente definidos como políticos (eleições, candidaturas, carreiras políticas, etc), sobre temas de rotulagem política recente (meio ambiente), e outros que começam a ter reivindicado um *status* político (adoção internacional de crianças); mas também assuntos considerados como não políticos, mas politizáveis (por exemplo, as "mulheres assassinas") e, inversamente, sobre alguns que tendem a ser excluídos, por "impuros", das discussões acadêmicas da "política moderna" (como as brigas de família, os "escândalos" políticos ou familiares, as fraudes eleitorais, as questões de honra) embora permaneçam vivos nos recortes da política operados por não especialistas.

Os artigos que compõem esta coletânea não foram escritos para responder tratadisticamente a essas questões. São reflexões sobre situações e temas específicos, que acrescentam elementos à discussão dos limites da política, da politização e despolitização de atividades sociais etc. Por isso mesmo, poderiam ser agenciados de maneiras diferentes. Sua catalogação neste volume é uma entre outras possíveis. E não foram poucas as dúvidas de seus organizadores sobre qual a melhor combinação de textos a fazer. Acreditamos, todavia, que a ordem adotada ajuda a pôr em evidência aquelas questões "maiores" através de um conjunto de questões igualmente importantes, que articulam mais explicitamente os "blocos" de artigos que discriminamos.

A primeira parte do livro é formada pelos trabalhos de Mariza Peirano, Luís Roberto Cardoso de Oliveira, Domingos Abreu e Rosemary Almeida, tendo como ponto comum a reflexão sobre direitos individuais e "direitos diferenciados por grupo". Peirano, tendo como pano de fundo a formação do Estado e a construção da nação, analisa rotinas burocráticas que desempenham papel fundamental no cotidiano das pessoas. Trabalha sobre dois objetos empíricos: os documentos, "esses papéis que infernizam, atormentam ou facilitam a vida do indivíduo na sociedade moderna", e a reedição do Programa de Desburocratização da década de 1970, associado ao "governo eletrônico" na virada do século, uma tentativa de banir os papéis da vida dos cidadãos. Cardoso de Oliveira analisa a relação entre identidades coletivas e definição dos direitos de cidadania na esfera pública, tendo como horizonte de comparação o recente processo de redemocratização no Brasil e demandas pelo reconhecimento do Quebec como uma "sociedade distinta", no Canadá. O artigo de Abreu centra sua discussão sobre os critérios da legalidade e ilegalidade presentes nas práticas adotivas. E Almeida analisa as

representações sociais dos operadores do Direito a respeito de crimes cometidos por mulheres, incluindo também as representações destas sobre os seus delitos.

De forma aparentemente paradoxal, os estudos sobre direitos e cidadania, apesar de marcados por forte conotação moral e por uma preocupação normativa explícita, possivelmente por isso mesmo tendem a deixar de lado as questões morais e afetivas associadas, na prática social, ao exercício dos direitos. Na contramão desta tendência, esses quatro trabalhos, por caminhos diferentes, analisam expressões ético-morais de cidadania, pondo em cena os direitos do "cidadão", "da criança adotada" e da "mulher assassina". Sua preocupação comum é mostrar a complexidade das questões referentes à cidadania, que vão muito além do plano estritamente formal ou legal.

Os artigos de Almeida e Abreu trabalham, por assim dizer, com situações-limite, ao analisarem justificativas construídas por relatos de doações de crianças ou de assassinatos de pessoas. Retirar ou dar a vida situam-se no universo de valores morais não circunscritos a aspectos legais. Aparecem em tais contextos, os elementos que vão sedimentando a luta simbólica – numa espécie de medição de forças permanente – entre os operadores do Direito e as "mulheres assassinas", e os operadores do Direito e os interesses dos "adotantes". Domingos Abreu interroga-se sobre o que a sociedade brasileira vem considerando como ilegítimo apesar de legal, e legítimo embora não-legal. Para Rosemary Almeida, é importante compreender as explicações sociais dos crimes das mulheres, como defesa de honra, vingança ou em legítima "defesa antecipada", para que as relações entre o Judiciário e determinado tipo de infrator ganhem sentido.

Os outros dois textos, por seu turno, trabalham sobre fenômenos cotidianos, sobre situações que poderíamos classificar como banais. No artigo de Mariza Peirano, os grandes processos históricos de formação do Estado e de formação da nação são apenas referências de fundo. Peirano analisa, de uma perspectiva semiótica, micro-eventos – assaltos, questões trabalhistas, vinganças afetivas etc. – nos quais os "documentos" têm um lugar central. Mas, nesse investimento sobre o "micro" (e um micro materializado), o que vai ser encontrado é o Estado em ação, ou um "macro" desnaturalizado. Já Luiz Roberto Cardoso de Oliveira estabelece um diálogo direto com as teorias contemporâneas sobre democracia e cidadania, trabalhando num plano "macro" com a reconstituição de processos históricos e usando sistematicamente a comparação. Para isso, vai buscar em categorias utilizadas nas interações cotidianas – como "consideração" e "reconhecimento" – chaves para o enfrentamento de certos impasses com que se defrontam aquelas teorias, como a não coincidência entre a "pessoa do cidadão" e os "direitos do indivíduo". Seu esforço é no sentido de recuperar a dimensão moral da cidadania.

Os textos da segunda parte desta coletânea estão voltados para o "jogo polí-

tico" propriamente dito. Moacir Palmeira se pergunta sobre o que está em questão numa eleição municipal. Beatriz Heredia analisa as lutas internas às facções. Marcos Otávio Bezerra faz, de certo modo, o inverso de Heredia, explorando, na relação entre políticos, a busca de apoios recíprocos. Márcio Goldman aborda a política a partir do ponto de vista do movimento negro de um município, tentando mostrar as possibilidades de se construir uma "teoria etnográfica da democracia". César Barreira reflete sobre "as práticas políticas que são classificadas como crimes eleitorais, ações fraudulentas e atos de corrupção no interior de processos de disputa pela representação política".

Se a ênfase das análises recai sobre as eleições – a *política* ou o *tempo da política* – há uma preocupação de todos os autores de darem conta da articulação desse período com o cotidiano das populações estudadas. Evidências etnográficas e escolhas teóricas fazem com que os eixos para pensar essa articulação sejam as concepções de política "nativas" e as relações sociais que produzem, ligam e opõem atores sociais significativos: *políticos* e *eleitores* nas suas múltiplas formas e variações.

Explorar as representações sociais através da quais a política é pensada e vivida – e, em particular, o(s) modo(s) como a própria política é concebida – foi uma das propostas fundadoras do Projeto "Uma Antropologia da Política" (1998). Os artigos deste volume, sobretudo os desta segunda parte, avançam nessa direção. Moacir Palmeira, que, em trabalhos anteriores havia explorado essas concepções a partir do *tempo da política*, tenta, em seu texto, pôr em evidência fora do tempo da política as diferenças entre a perspectiva dos "que fazem política todo o tempo" (os políticos) e a dos que "só fazem política no tempo da política" (os eleitores). A idéia da política como distribuição de recursos e a associação entre obras públicas e política são aí analisadas como representações compartilhadas por diferentes grupos, embora revelando um certo tipo de hegemonia dos políticos. Márcio Goldman acentua a diversidade de perspectivas e contrapõe, em seu artigo, a política como "atividade *transitória*, *transcendente* e *poluente*" – traduzindo a rejeição à política e aos políticos mais ou menos generalizada entre os eleitores – à política como "atividade de direito permanente, contínua, imanente e positivamente valorizada" e "moralmente ao menos neutra", que aparece quando nos aproximamos dos políticos e das instituições políticas. Essas concepções, segundo Goldman, "coexistem, interpenetrando-se e opondo-se em um espaço social hierarquizado".

Beatriz Heredia e Marcos Otávio Bezerra estão voltados para as concepções de política dos próprios políticos, e a referência de ambos para pensar tais concepções são as relações entre políticos dentro e fora do período eleitoral. Beatriz Heredia, após reconhecer, como Palmeira e Goldman, que os significados atribuídos por políticos e eleitores ao período eleitoral não coincidem, lembra que

"não é, de forma alguma, óbvio o modo como o tempo da política é vivido pelos políticos". E adianta que o caráter simultaneamente "festivo" e de "disputa de fidelidades", que marca para o eleitor o tempo da política, é vivido de modo diferente pelos políticos. Entre estes, "quanto mais acirrada a disputa, mais festiva a eleição", sugerindo algo como uma "sociabilidade agonística" (Comerford, 2003:25-140): "o que está em jogo na atividade política é a disputa que ela gera" e "o desafio consiste em tratar de vencer o adversário". Para Heredia, a existência do adversário é imanente à política e "o político, ao fazer política, produz o adversário".

Marcos Otávio Bezerra concentra sua atenção menos na relação entre iguais (para usar os termos de Beatriz Heredia) do que no "contato entre políticos" situados em distintos "planos da organização político-administrativa (federal, estadual e municipal)"; menos nos conflitos do que na "busca de apoio". Segundo Bezerra, "a mobilização de políticos, autoridades ou conhecidos visando agregar apoio para fins específicos é matéria da qual a política é feita no cotidiano". Por esse caminho, desemboca no questionamento da oposição local-nacional (de que também se ocupam o artigo de Palmeira, já citado, e os trabalhos de Federico Neiburg, Ana Cláudia Marques e Irlys Barreira, sobre os quais falaremos mais adiante). Longe de ser excepcional, "o contato entre políticos situados nestes distintos planos é visto pela população e pelos envolvidos como parte da rotina da atividade política". Não é casual que a essa concepção de política e ao conjunto de práticas dela solidárias corresponda uma "concepção específica da representação política", fundada em laços pessoais e concessão de serviços e favores, que atrela a atuação dos parlamentares a um município ou a uma região.

Se os autores anteriores, ao explorarem os significados da política, são unânimes em identificar sua associação às eleições, César Barreira, em seu esforço de pensar a corrupção eleitoral, tenta identificar o modo como as eleições são concebidas. Trabalhando sobre fontes diversas (estudos do passado feitos por historiadores e cientistas sociais, legislação eleitoral, jornais e registros etnográficos recentes), chega, como os demais, a concepções diferenciadas de políticos e eleitores. Entre os primeiros, encontra, no passado como no presente, a idéia de que eleição é "um jogo em que a regra é não perder". Entre eleitores de hoje em dia – pobres ou de classe média – há a convicção de que "as eleições representam um momento de 'tirar proveito', em que pode ser viabilizada "a aquisição ou reforma de uma casa, de um tratamento médico, ou de uma bolsa de estudo". E classifica-se como *bom político* aquele que "ajuda o pobre e a população em geral" e como *mau político* "aquele que não tem palavra". O autor vai mostrar que essas concepções de políticos e eleitores são, por assim dizer, complementares e que sua combinação tem efeitos precisos. A Justiça Eleitoral define a oferta de "dádiva", "dinheiro" ou "qualquer outra vantagem para obter voto" como "crime

eleitoral", mas, para a população, "se a compra do voto em dinheiro" é a mais criticada das práticas eleitorais, a distribuição de alimentos ou outras "dádivas" é avaliada de forma positiva. O delito social mais grave é "o não cumprimento da palavra dada ou a falta de ajuda a um amigo ou aos mais necessitados economicamente".

Esses três autores chamam atenção para a dificuldade de se abordar isoladamente a questão da "compra do voto", com que se defrontaram quase todos os pesquisadores do NuAP que trabalharam com eleições. César Barreira assinala que a "a relação eleitor-candidato, ou entre corruptíveis e corruptores, é gestada no interior da relação patrão-cliente" e que isso "dificulta o discernimento entre *voto comprado*, *voto por gratidão* e *voto consciente*". Marcos Otávio Bezerra discute a dimensão econômica da "concessão de apoio político" e lembra que ela "é apenas um momento de uma relação mais ampla", envolvendo "laços de dominação pessoal e trocas de serviços e favores". Márcio Goldman, por sua vez, criticando as tentativas de se pensar o voto "como derivando de um sistema de dependências mútuas" e o que seria um uso abusivo da noção de reciprocidade, defende que o caminho para repensar questões como a da "compra de votos" seria trabalhar com a "pluralização das categorias", a "identificação de mecanismos assimétricos" e com o "reconhecimento dos processos de subjetivação". Vale a pena assinalar que, embora enveredando por caminhos teóricos diferentes, os três autores convergem com freqüência em suas análises e nas perspectivas de desenvolvimento teórico-analítico que delineiam. É o que ocorre, por exemplo, quando eles tentam pensar as relações envolvidas na busca de apoios, no rompimento com antigos aliados e no próprio voto (inclusive na "compra de votos") em termos de *dívida*. Bezerra vai falar de dívida do parlamentar para com o município que lhe deu votos. Barreira vai dizer que, para o candidato, voto comprado significa dívida paga, mesmo que o eleitor considere, como o estudado por Bezerra, que a dívida do político permanece. Goldman levanta a possibilidade de que o que representa troca para um lado pode ser lido como dívida por outro, o que nos remete de volta às formulações dos eleitores estudados por Barreira do "dinheiro na contramão da dádiva".

A terceira parte deste livro reúne estudos sobre carreiras políticas. O que está em discussão é a idéia de que a prática profissional pode fornecer elementos para a inserção de representantes no campo político, inclusive os recursos simbólicos utilizados nas disputas eleitorais.

O artigo de Júlia Miranda é um estudo sobre Francisco de Assis Morais Souza, conhecido como *Mão Santa*, apelido oriundo de sua prática como cirurgião nos hospitais públicos do Piauí. Esse político notabilizou-se pelo uso de imagens e estratégias peculiares em sua campanha para governador do estado em 1998. Já Maria Auxiliadora Lemenhe analisa a carreira do político cearense Antônio

Concersa Feitosa, conhecido como Dr. Feitosa, que também teve seu sucesso associado à profissão. Segundo a autora, a prática médica foi um dado importante para o acesso ao reconhecimento social, posteriormente transformado em capital político.

Odaci Coradini, sem negar a relação entre profissão e carreira política, vai afirmar que "as relações entre a 'profissão' e as lutas eleitorais ou mesmo a ocupação de cargos públicos de caráter 'político' são diversas e multifacetadas". Após uma extensa discussão da literatura em torno do tema, Coradini lembra que há diferentes modalidades de utilização da condição ou do exercício profissional nas disputas eleitorais e chama atenção que, no seu estudo, trata apenas daquelas "derivadas de vínculos real ou supostamente criados e mantidos com os usuários dos respectivos 'serviços'". Mesmo que uma parte considerável dos candidatos cobertos por sua amostra jogue com esse tipo de vínculo, "quase nunca os utilizam de modo exclusivo, havendo (...) uma espécie de combinação de diferentes recursos". As análises feitas vão levar Odaci Coradini a concluir que "a grande variedade nas modalidades de tentativas de usos das relações profissionais é menos decorrente da diversidade profissional dos candidatos que das combinações possíveis dessas referências a relações profissionais com outras esferas de atuação enquanto 'líderes'".

Por caminhos diferentes, Maria Auxiliadora Lemenhe e Julia Miranda vão também apontar para a complexidade da questão. Lemenhe, distanciando-se das abordagens convencionais, lembra que "menos que reconstituir uma biografia" está interessada em "revelar formas de legitimação, de exercício e reprodução de poder". Mesmo admitindo que "a profissão de médico (...) no Brasil confere capital político dotado de maior 'densidade', em relação a outras profissões", a autora vai localizar a sua eficácia política um pouco mais além: "O médico caridoso se veste também de homem político dotado de virtudes extraordinárias, dotado do poder de fazer milagres ou de exercer a função de intermediário entre o poder santificado e os crédulos em dificuldade". Lemenhe situa essa espécie de conversão do médico em fazedor de milagres num contexto em que milagres são moeda corrente (trata-se de Juazeiro do Padre Cícero) e a competição com um médico prático marca o início da carreira de Concersa.

No artigo de Júlia Miranda, onde a preocupação é menos com a relação entre profissão e política do que com a relação entre religião e política e onde campanhas políticas são sobretudo pretexto para se pensar "os elementos que criam as condições para que uma determinada sociedade seja sensível ao acionamento de determinados símbolos ou referências éticas; à sua reelaboração e utilização em 'arranjos' variados, que articulam instâncias distintas de pensamento e ação, como a política e a religião", o trânsito da prática profissional ao milagre é quase imediato, a cura médica e a cura milagrosa se confundem. O apelido do político

piauiense – Mão Santa – é, por si só, eloqüente. Mesmo que ele afirme que a política o aceitou porque foi bom como médico, Miranda assinala que "a mão santificada nas emergências da Santa Casa de Parnaíba contou com a crença na predestinação para a política e na ajuda de São Francisco de Assis, em cujo dia comemorativo nasce o Governador". Inspirada no que Marc Bloch diz a respeito dos reis taumaturgos, Julia Miranda vê a mão, para os brasileiros, como sendo "a um só tempo a posse, a direção, a habilidade, o agir e o poder". E lembra que "'beija-se a mão' para sentir-se abençoado, em sinal de respeito e submissão quando ela é santa" e que "a mão santa dos representantes religiosos e dos beneméritos é venerada (...) pelo sertão brasileiro afora". Mas há uma outra mão, que é "santa porque cura", como ocorre com "médicos e parteiras, pais e mães de santo, pastores pentecostais e fiéis carismáticos...". "A mão santa do governador do Piauí, diz a autora, parece ter essa origem".

Odaci Coradini, também encontra entre os múltiplos casos que analisa no Rio Grande do Sul, o de um deputado estadual médico, evangélico, candidato à reeleição em 1998, cuja entrada na política passou pela religião e pela filantropia. E assinala "o início de seu envolvimento com a filantropia ocorreu com o ingresso no exercício profissional, quando optou em atuar num hospital público, em decorrência de suas 'origens' (o avô havia sido fundador da Assembléia de Deus no estado) e identificação com o 'povo necessitado'". Mas, em que pesem as semelhanças, os paralelismos não podem ser levados muito longe. Mesmo nos casos abordados por Lemenhe e Miranda, a "variedade de arranjos", para falar como esta última, se impõe. A retórica usada por Mão Santa em seu combate à oligarquia, vincula sua religiosidade à sua terra, ao Piauí, e atribui a posição de estrangeiros aos adversários. Já o Dr. Feitosa, de Lemenhe, transforma sua condição de forasteiro, que se opõe aos "filhos da terra", naquela de "romeiro". "Nesta condição, diz a autora, pode ser percebido, de um lado, como político abençoado pelo santo sacerdote e, de outro, como um indivíduo comum, idêntico aos crédulos infortunados e dignos de proteção do Patriarca para solução de problemas de toda ordem. A imagem do médico caridoso e milagreiro pode se confundir com a de um homem público indistinto do povo".

A quarta parte desta coletânea aborda as articulações entre família e política. Trata-se de um tema que não estava posto no horizonte das investigações do Projeto "Uma Antropologia da Política", mas acabou se impondo em sua prática; não nos termos em que tradicionalmente se colocava – a visão da política em épocas passadas e da "política de interior" ou da "política local", ontem e hoje, como projeção de disputas inter-familiares.

Na literatura sociológica que trata das relações entre família e política, as famílias têm limites dados *a priori*, referidos em geral a um nome. Lutas entre famílias reforçam a solidariedade intra-familial. Há referência a disputas dentro

das famílias, mas essas são tidas como secundárias e, via de regra, envolvendo indivíduos isolados. Há também referências às alianças através do casamento entre grandes famílias: mas apenas se constata. Suas implicações, comumente, não são exploradas. No máximo, quando "dão certo", sinalizam a expansão do poder de uma família. Como hostilidade e aliança se articulam entre famílias é uma espécie de nó cego nessa literatura.

Os três textos que compõem esta parte do livro abrem perspectivas novas para o tratamento dessa questão. Nada de solidariedade interna *versus* hostilidade externa, como coisas dadas. Nada de conflito reforçar a solidariedade interna e extremar a hostilidade externa. Não se trata de negar a literatura e que o princípio funcione. O que o trabalho etnográfico indica é que as definições do que é interno ou externo são objeto de redefinição permanente e que essa redefinição de fronteiras é uma questão central nas situações estudadas.

O primeiro conflito analisado por Ana Cláudia Marques é uma briga entre filhos de vizinhos, no sertão de Pernambuco, que resulta no assassinato de um adulto e numa seqüência não muito longa de retaliações (ou supostas retaliações; como Ana Claudia mostra, as retaliações não são sempre muito transparentes). O mecanismo da "intriga", induzindo o distanciamento entre as duas famílias (que passam a evitar-se) e impedindo a extensão do conflito a outros vizinhos, restabelece o sempre provisório "estado de paz". Mas isso acontece às custas de uma re-espacialização das famílias (membros são obrigados a sair do lugar onde moram e a não freqüentar espaços das outras famílias) e da morte social de pelo menos um membro de uma das famílias (uma ficção que permite ao primeiro assassino voltar a viver entre os seus, mas sem ser reconhecido pelo outro lado).

Nos casos tratados por Irlys Barreira, no interior do Ceará, e Federico Neiburg, numa província argentina, tem-se o seccionamento de uma grande família e a constituição de novas famílias: os limites de pertencimento são atingidos profundamente. A "herança patrimonial", no segundo caso, e a "herança política", no primeiro, são objeto da disputa e, nesse processo, os contornos das famílias são redesenhados, a história da "família" é recontada, as referências cronológicas do aparecimento do nome são alteradas e os próprios ascendentes são reenumerados.

No segundo caso analisado por Ana Cláudia Marques, temos uma rivalidade quase centenária entre duas "grandes famílias" (dois "nomes"), com distúrbios sucessivos e previsíveis, onde o "estado de paz" aparece como uma "meta distante" ao olhar dos atores. Mas, detalhe importante: ao contrário do que se poderia supor, a presença do sobrenome adversário entre membros de uma das duas grandes famílias é muito mais freqüente do que se poderia imaginar. Assim, não é uma suposta e proclamada linhagem biológica o que conta: além dos "cruzamentos" (casamentos, que sempre são alianças, mesmo que momentâneas), há tam-

bém "migrações" entre membros das duas famílias, em função de conjunturas específicas (às vezes, um pequeno conflito provoca deslocamentos significativos); e ainda a incorporação de não-parentes biológicos como membros da família (que nesse quadro de "não-pureza" podem garantir um pertencimento mais pleno do que em outras situações, em que são considerados simples agregados).

O conceito de facção é desses que cada um usa de um jeito. Há variações não só entre diferentes disciplinas ou correntes teóricas, mas mesmo de autor para autor. Entre os cientistas políticos, a facção continua, em grande medida, a ser vista como um pré-partido: o poder está em disputa, mas não há programas, regras rígidas de filiação, as coisas funcionam um pouco na base do estar contra ou a favor, prevalecem os interesses particulares sobre o que seria o interesse comum etc. Na Antropologia, onde as facções foram originalmente vistas como uma espécie de projeção política das linhagens em sociedades não estatais mas com formas diferenciadas de poder, esse uso foi sendo substituído por uma visão que atribui mais autonomia às facções: grupos ou conjuntos de ação, que não incorporam apenas membros de uma linhagem, não permanentes, não corporados (que só se corporificam na ação), que gravitam ao redor de um líder. Em todo caso, a facção nunca é subparental ou subfamiliar. O uso heterodoxo do termo por Irlis Barreira, mais próximo das concepções "nativas" – em situações como aquela por ela estudada, termos como facção, ou, mais freqüentemente, "lado", "grupo" ou "partido", são usados para indicar divisões – sugere-nos que, em sociedades que se pensam no idioma da família, noções como aquelas são um instrumento (por ter uma referência suprafamiliar, não compromete a associação de família à idéia de unidade) para explicar (trata-se de algo de fora) e gerir (são estranhos à família) os conflitos intrafamiliares, que, no limite, são quase todos os conflitos. Note-se que aqui o movimento entre público e privado é o inverso do proposto pela literatura "clássica": não se trata da projeção, para a esfera pública, de valores associados à vida privada, mas da gestão de conflitos considerados públicos dentro da esfera privada e sua "devolução" à esfera pública (não são parentes, ou, mais precisamente, não são da família, logo, são adversários). Isto significa transformar os limites da família reforçando a solidariedade dentro da (s) nova (as) família (as) e legitimando o confronto entre esses ex-familiares como um confronto ("legítimo" ou pelo menos "aceitável") público/político entre adversários. O que aconteceria se o assassinato do prefeito municipal de que trata Irlys Barreira fosse percebido não com um crime político mas familiar?

Se nas três primeiras partes deste volume prevalece a discussão de questões temáticas na apresentação dos resultados da pesquisa empírica, e se a quarta parte associa esse recorte com a análise extensiva de casos com longa extensão temporal, na quinta parte deste livro o que está em jogo é a análise de determinados eventos que, por assim dizer, se impuseram à atenção dos pesquisadores. O leitor

terá a oportunidade de defrontar-se aqui com a coexistência prática e concentrada de vários dos processos e agentes tratados nas partes anteriores.

José Sérgio Leite Lopes, Diana Antonaz, Gláucia Oliveira da Silva e Rosane M. Prado abordam a primeira audiência pública realizada no Brasil para o licenciamento de uma usina nuclear. Gabriela Scotto toma dois eventos conjugados – um congresso e um seminário de *marketing* político – para pensar essa nova prática incorporada pelas campanhas eleitorais e os "novos especialistas" da política. Carla Teixeira tenta mostrar como um determinado episódio (críticas genéricas feitas por um jornalista *outsider* inserido nos *media* mais poderosos) pode provocar uma reação "exagerada" de um "corpo" (Congresso) e interferir na elaboração parlamentar.

O estudo desses eventos – somando-se a outros anteriormente realizados por pesquisadores do NuAP sobre comícios políticos, caravanas, marchas, CPIs, assembléias – insere-se numa das linhas de preocupação clássicas da Antropologia, o estudo de rituais. Hoje, lembra Mariza Peirano, "podemos continuar a fazer uso da noção do ritual, mas em sentido ampliado, estendido, tornando-o instrumental analítico para eventos críticos de uma sociedade",acrescentando adiante que essa ampliação "implica conceder aos fenômenos assim examinados uma liberdade *sui generis,* derivada de suas dimensões sociológica e histórica" (Peirano, 2001: 35-36). Note-se que essa é uma preocupação dos autores dos três textos desta parte, empenhados em verificar o que o contexto nos diz do evento e o que o evento nos diz do contexto. O perigo do isolamento do evento é por eles exorcizado, estudando diretamente mais de um evento, referindo-se o evento a outros eventos coetâneos, estabelecendo seqüências de eventos (evento gerando evento) ou contextualizando em termos históricos mais amplos o evento estudado.

Rituais, eventos, eventos críticos, dramas sociais, "évenement analyseur" (como prefere Gabriela Scotto, valendo-se dos termos de Patrick Champagne), ou simplesmente seminários, assembléias etc. na sua especificidade "nativa", o rótulo não importa, mas sim o fato de serem interrupções do cotidiano reveladoras do cotidiano, que podem dar acesso ao pesquisador a estruturas sociais ou culturais ou a princípios informadores da ação social dificilmente perceptíveis no dia-a-dia. Muitas vezes, a simples formalização a que se obrigam essas suspensões do cotidiano, especialmente aquelas intencionais e planejadas (como os seminários e a audiência), ao inventariarem seu público de destino, já delimitam um campo de posições e oposições sociais insuspeitado (veja-se a diversidade de público identificada nos estudos mencionados e as inferências que irão fazer os analistas). Em todos os casos analisados, o espelhamento no evento de relações entre diferentes segmentos da sociedade está presente de modo mais ou menos explícito na formulação dos autores. José Sérgio Leite Lopes explora a visibilida-

de dos eventos (ou, pelo menos, do seu evento), ao chamar a atenção para a audiência pública como um momento de visibilidade dos que dela participam e das questões discutidas, bem como de revelação da visão (de mundo?) dos promotores. Além disso, assumindo outro viés, lembra-nos que o evento revela a diferença entre o que é visto de fora e o que se enxerga dentro.

A análise dos eventos abre a possibilidade de pensar a política (e a democracia) fora dos marcos já reconhecidos como sendo os seus (instituídos, em instituição ou não formalmente instituídos mas legitimados pela prática dos "especialistas"). Isso não significa, como o caso estudado por Carla Teixeira nos lembra – mas também a audiência pública de J.S. Leite Lopes e equipe, que antes de ser uma iniciativa dos interessados, como foi, era uma exigência legal a ser cumprida – que se quer simplesmente ver a política fora dos recintos propriamente políticos. Trata-se, isto sim, de ver como determinado evento transcende certos limites, mesmo quando o seu *locus* é uma instituição política.

As análises feitas permitem ver a política não apenas se dando novos temas – como a energia nuclear e suas implicações, na audiência pública estudada por José Sérgio Leite Lopes ou o *marketing* político, no seminário analisado por Gabriela Scotto – mas ensejando novos campos de enfrentamento – em torno de temas como aqueles, ou de seus desdobramentos , mas também em torno da processualística da política (modalidades de decisão, participação popular nas tomadas de decisão e na implementação de políticas) ou ainda na definição do que seja e de quem define o "interesse público", como aparece no estudo de Carla Teixeira. Elas permitem ainda a visualização do aparecimento (e do desaparecimento) de uma multiplicidade de agentes/atores políticos: alguns, velhos agentes do Estado, travestidos e treinados para o exercício de uma nova função de ofício, como os técnicos das agências estatais a que se refere Leite Lopes; outros, simples cidadãos ou pessoas com alguma liderança localizada, cuja existência política pode acabar sendo limitada àquele momento, que, surpreendidos pelo evento, fazem do improviso a sua arma e tentam capitalizar a situação a seu favor ou a favor dos seus. Atores/agentes que criam o evento para existir ou continuar a existir socialmente, mesmo que o perfil efetivo que assumam fujam em boa parte ao seu controle, como ocorre com os profissionais ligados ao *marketing* político, objeto de atenção de Gabriela Scotto, segmentados em várias "profissões", complementando-se e competindo entre si, e dependendo, para existir, dos "políticos profissionais", com quem devem lutar para fazer prevalecer uma concepção de política que lhes assegure um lugar. Atores/agentes recriados por um evento determinado, como "políticos" e "jornalistas" (ou "imprensa"), definidos categoricamente em oposição, no evento analisado por Carla Teixeira. Sem esquecer – e, por força do próprio objeto, isso está particularmente presente no texto de José Sérgio Leite Lopes – os movimentos sociais,

cuja razão de existir supõe eventos, alternando-se entre a criação de eventos próprios e de contra-eventos.

Se há eventos, obviamente, que reúnem ou têm a pretensão, mesmo que seja num momento inicial, de reunir pares, este não é seguramente o caso aqui. No episódio analisado por Carla Teixeira, em que a crítica considerada desrespeitosa de um jornalista às transações políticas (e, ao que parece econômicas) que estariam sendo feitas quando da votação do projeto de reforma da previdência social, em 1996, provocou uma reação generalizada dos congressistas – que puseram em regime de urgência um velho projeto de lei de imprensa, motivando protestos duros por parte da imprensa e de outros setores – já se definiu, desde o início, uma relação assimétrica (mesmo que o sentido da assimetria seja questionável) entre "políticos" e "jornalistas". Por sua vez, os eventos planejados analisados por Scotto e Leite Lopes et al. se caracterizam por uma espécie de duplo registro. No caso dos seminários de Scotto, o lado de "estudo" e de reunião de profissionais da área assinalava uma certa equivalência entre participantes, mas a inclusão de "políticos" como figuras privilegiadas de seu público e também entre os palestrantes estabelece uma assimetria similar àquela do caso estudado por Teixeira. Na audiência pública, as coisas se mostram ainda mais complexas. A convocação da audiência é resultado de pressões de movimentos sociais, ongs e de uma prefeitura que adotava práticas de governo participativas e, por isso mesmo, é decodificada como uma vitória dos reclamos de participação da sociedade. O caráter "técnico" dessa discussão entre Estado e Sociedade a respeito dos impactos de uma usina nuclear reforçava a idéia de paridade. Mas essa idéia, segundo José Sérgio Leite Lopes, seria neutralizada pelo modelo teatral adotado na preparação da audiência, com o "saber técnico" e os "adereços tecnológicos" (Gabriela Scotto vai referir-se na análise de seus seminários a "equipamento da autoridade") sendo usados para manter cada um "em seu lugar".

A hierarquização, nesses eventos especiais como nos pequenos eventos da vida cotidiana, não é feita sem resistências. A propósito de cerimônias políticas, já se chamou atenção para as possibilidades abertas aos conflitos por esses eventos coletivos voltados para a resolução de conflitos (Palmeira e Heredia, 1997). No caso estudado por Leite Lopes e equipe, o objetivo de ouvir a sociedade acaba entronizando na cena política da audiência atores até então desconhecidos ou ausentes, que podem desaparecer com o evento, mas que podem também se firmar e, junto com outros ou não, "roubar a cena". Em todos os casos analisados, o "roubo de cena" é uma ameaça virtual, e, no caso analisado por Carla Teixeira, tudo começa com um "roubo de cena". Aliás, só a análise de dentro do evento permite-nos perceber que não se trata de mera metáfora.

*

É a política nessa multiplicidade de dimensões que é tematizada neste livro. Só parcialmente essa política coincide com a política tratada por outras disciplinas ou mesmo com a política abordada nos jornais. Às vezes, é mais ampla, incluindo, como vimos, temas que não cabem no âmbito de qualquer versão mais cristalizada de política, mesmo das mais "informais". Outras vezes é mais restritiva. Há questões relevantes, envolvendo atores variados ou debates importantes entre especialistas, que, por não interferirem (ao menos por enquanto) com os modos sociais de fazer-se e pensar-se a política nos "mundos" aqui estudados (nada distantes e nada exóticos, diga-se de passagem) não foram cobertas. Mas não acreditamos que haja impedimentos para que estes ou outros pesquisadores venham a fazê-lo.

Notas

[1] Aqui, estamos retomando a formulação de Jean Bazin , em seu "Gênese de l'Etat et formation d'um champ politique: le Royaume de Segu", *Revue Française de Science Politique*, vol. 38, n.5, oct.1988. Ver também o trabalho de Catherine Neveu, Anthropologie de la citoyenneté", incluído no livro de Marc Abélès e Henri-Pierre Jeudy, *Anthropologie du politique*. Paris: Armand Colin, 1997, pp. 69-90.

[2] O Brasil é nosso horizonte empírico. Mas, o exercício da comparação levou alguns dos autores a atravessarem as fronteiras do país. Comparações estão presentes de forma tácita ou explícita em vários artigos. No caso do trabalho de Luís Roberto Cardoso de Oliveira, a comparação é central na construção do texto, Brasil e Québec merecendo tratamento equivalente. Já Federico Neiburg está voltado para o estudo de um conflito na Argentina. Mas o diálogo com os textos que tratam do Brasil é evidente. Todos foram produzidos dentro dos marcos de um projeto comum. Finalmente, os casos e as análises feitas do Québec e da Argentina, para além do valor intrínseco dos artigos, ajudam-nos a pensar a política no Brasil

[3] Referimo-nos ao projeto "Uma Antropologia da Política: Rituais, Representações e Violência", iniciado em 1998, envolvendo os colabores deste volume e outros pesquisadores associados ao NuAP.

Parte I

DEMOCRACIA, JUSTIÇA E CIDADANIA

CAPÍTULO 1

De que serve um documento?

Mariza G. S. Peirano

> When [in 1954], after almost twenty years of being stateless, Blücher took the oath and his papers arrived in the mail, he informed Arendt that the horrible time without papers "in this even more horrible time of papers" was finally over – "till the next time." (Elon 2001:57-58)

Há nas ciências sociais contemporâneas uma divisão de trabalho discreta, mas persistente, na qual o Estado é visto como objeto legítimo de estudo de sociólogos e cientistas políticos; os antropólogos deveriam, senão continuar a pesquisar sociedades tradicionais, quando muito elucidar questões do mundo moderno relativas a padrões de sociabilidade.[1] Essa divisão de trabalho, herdeira da época em que cientistas sociais estudavam suas próprias sociedades (ou utopias) e antropólogos, as civilizações não-ocidentais ou povos primitivos, é hoje vista como ultrapassada, mas se mantém na agenda das ciências sociais quando vemos que outra dicotomia sobrevive latente: trata-se de ver o Estado como relacionado à autoridade, e a nação, ao domínio da solidariedade. Assim, mesmo quando as propostas e/ou os diagnósticos de transnacionalidade, globalização e integração mundial afloram, cientistas sociais dão testemunho dessa intrigante divisão entre Estado e nação que os atinge e que, paradoxalmente, indica o modelo inclusivo que compõem.

Para tratar deste tema, acompanho a opção de antropólogos que se forçam a cruzar fronteiras disciplinares, e faço-o com os pés fincados na história teórica da antropologia: para falar do Estado-nação, procuro examinar microeventos, na crença de que, para se dissolver dicotomias, a comparação com contextos distintos (quer etnográficos, históricos e teóricos) é fundamental.

Tenho em mente dois objetos de investigação que se vinculam de forma tangencial: o primeiro são os "documentos" – *papers*, de que falava Blücher para Arendt –, esses papéis legais que infernizam, atormentam ou facilitam a vida do indivíduo na sociedade moderna.[2] Ao examinar alguns deles em sua ocorrência rotineira, procuro indicar como eventos nos quais eles desempenham papel cen-

tral tanto revelam quanto põem em ação essas entidades que concebemos abstratamente como nação, Estado, cidadania, democracia. O segundo objeto empírico ao qual dedicarei atenção é o atual Programa de Desburocratização e sua relação com o projeto de implantação de um "governo eletrônico". Esse programa pode ser visto como reencarnação de uma experiência que, tendo início na década de 80, propunha a eliminação de documentos, de "papéis", vistos como excessivos, de modo a favorecer a vida do cidadão. Ao focalizar o programa hoje, indico como ele vem sendo apropriado como peça fundamental da reforma recente do Estado e, indiretamente, como vem contribuindo para a contínua construção da nação.

Orientação geral

Minha orientação geral é semiótica. Estou interessada nos processos comunicativos que, quando analisados por meio de uma abordagem performativa, revelam aspectos de um repertório simbólico socialmente partilhado. Procuro seus significados em três direções: no sentido pelo qual falar algo é também realizar um ato convencional (Austin 1962); no sentido de uma *performance* produzida por múltiplos meios mediante os quais os participantes experimentam um evento; e no sentido de valores indéxicos associados a atores e inferidos por eles durante o mesmo (Tambiah 1985). Farei uso intensivo (embora quase sempre de forma implícita) da teoria da linguagem, quer a desenvolvida por lingüistas, como Jakobson, quer por filósofos e lógicos, especialmente Peirce e Austin (cf. Peirano 2001). Já que forma e conteúdo são indissociáveis quando se inclui eventos no contexto maior da cultura e da cosmologia (Silverstein 1977), parto do pressuposto de que traços formais se encontram sempre, tanto para o analista como para os nativos, vinculados a contextos culturais particulares.

Documentos e papéis legais

Para que serve um documento? Tecnicamente, documentos facilitam o ato de contar, somar, agregar a população (e, assim, taxar a riqueza e controlar a produção), ao mesmo tempo em que identificam o indivíduo – para fins de conceder direitos e exigir deveres. Assim, tanto elementos particulares/individuais quanto o conhecimento sobre a coletividade – esses dois componentes indissociáveis do "fato moderno" (Poovey 1998) – conciliam-se no documento e nos "papéis". Reconhecidos e regulados, os papéis estabelecem o indivíduo como único e particular e produzem, no mundo moderno, um máximo de singularização e uma individualização idealmente absoluta. O documento, assim, legaliza e oficializa o cidadão e o torna visível, passível de controle e legítimo para o Estado;

o documento *faz* o cidadão em termos performativos e obrigatórios. Essa obrigatoriedade legal de possuir documento naturalmente tem seu lado inverso: o de remover, despossuir, negar e esvaziar o reconhecimento social do indivíduo que não possui o documento exigido em determinados contextos.

> Episódio #1
> Um estudante universitário é assaltado por um ladrão bem vestido na noite de um feriado, quando retornava da biblioteca para casa. O estudante só percebeu tratar-se de um ladrão quando, depois de perguntar a hora, apontou-lhe o revólver e tirou-lhe a carteira, a jaqueta, o tênis e o relógio. O ladrão já se afastava quando o estudante se deu conta que estava sem dinheiro, sem as chaves de casa e sem os documentos. Gritou sem pensar nas conseqüências: – Ei, moço, você levou minha identidade no bolso da jaqueta. Bota no chão, por favor...! O ladrão apalpou o bolso e, para surpresa do assaltado, voltou onde estava o estudante e devolveu-lhe os documentos. Em seguida, ordenou: – Agora corre! E não olhe pra trás![3]

Neste caso, ocorrido há poucos anos em Belo Horizonte, está claro o reconhecimento social dos documentos e, implicitamente para o cidadão brasileiro, a dificuldade de obtê-los em virtude de uma complexa burocracia. Essa recognição atravessa diversos segmentos da sociedade, incluindo os que se encontram fora da lei. O sentimento de pertencer a uma mesma coletividade é aqui percebido *em ato*, por meio de valores, mas especialmente de receios socialmente partilhados. Trata-se, portanto, de uma solidariedade negativa, às avessas, *vis-à-vis* o Estado. O assaltante é solidário ao cidadão: mesmo correndo riscos, ele se sensibiliza, coopera, devolvendo literalmente em mão os documentos ao seu dono. A coletividade partilhada é o estado-nação: as leis são feitas pelo Estado, mas a solidariedade é dos que se sentem subjugados a ela. O apelo para que ladrões devolvam os documentos é uma constante no Brasil, já que eles são geralmente guardados na mesma carteira que o dinheiro: depois de assaltado no Rio de Janeiro, bem-humorado, Ronaldinho pediu na televisão aos assaltantes: – Devolvam, pelo menos, meus documentos![4] (Lembremos que a obtenção de documentos é objeto de protocolos caracterizados por angústia, tensão e, com freqüência, sacrifícios.)

> Episódio #2
> Dois índios da aldeia do Carretão, Goiás, chegam a Brasília e, na estação rodoviária, são abordados por um guarda que se dirige ao mais velho, Zé Belino: – Você tem documento? Zé Belino tem guardado no bolso, mas diz que não: – Não tenho não. O policial pergunta: – E como é que está viajando? Você não tem documento nenhum? Zé Belino responde: – Tenho, sim, olha aqui. E mostra as mãos calejadas. O guarda se satisfaz: – Já sei o que

> você é. Dirige-se ao índio mais moço e faz a mesma pergunta sobre os documentos. Recebe a resposta que ele tem, sim, carteira de identidade e carteira de reservista. Mostra os dois para confirmar. O guarda retruca: – Você tem documento, mas não trabalhou. Como é reservista se não trabalhou?[5]

Nesse evento, trata-se do encontro entre um agente do Estado (o policial) responsável pela segurança pública, e dois personagens não-urbanos (os índios). Mas não se trata de indígenas que desconhecem as leis: Zé Belino, o mais velho, chega a desafiar a autoridade. Embora possua o documento de identidade, opta por negar que o tenha. Aparentemente (e aqui só podemos supor), não aceita as regras legais vigentes e testa outro código que, para sua satisfação posterior, é entendido pelo policial – ao mostrar as mãos calejadas como índice do trabalho braçal, ele é aceito como alguém que faz parte da força de trabalho da sociedade. Menos sorte tem o companheiro que, apresentando os documentos legais de identidade e reservista, sofre a humilhação do guarda, que não o reconhece como "trabalhador". Seus documentos são menos valorizados na escala de prestígio do policial. Em outras palavras, trabalhar, contribuir para a reprodução econômica da sociedade, é considerado mais (ou tão) legítimo que o documento.

Mas por que o policial reconhece no trabalho uma identidade legítima? Ou, por que a estratégia de negociação é bem-sucedida (como pergunta Silva 2003:79)? Podemos lembrar que a carteira de trabalho foi a "certidão de nascimento cívico" após os anos 1930 no Brasil, tornando-se o primeiro documento que concedeu cidadania formal aos brasileiros urbanos (Santos 1979). Mas o exemplo acima deixa transparecer outra dimensão deste processo legal – a criatividade (metafórica) de Zé Belino e sua imediata compreensão pelo policial parecem indicar que a associação entre trabalho e cidadania fazem possivelmente parte dos valores populares no Brasil, servindo de base para a formulação oficial.[6] Nesse contexto, o que qualifica um cidadão é sua vinculação ao processo produtivo e não sua condição universal de membro da espécie vivente em um território particular, vínculo que, em termos dos valores, antecede a legislação.

Historicamente, a cidadania no Brasil foi *regulada* pelo Estado, *imposta* pela inclusão na legislação de novas profissões e/ou ocupações, e pela ampliação dos direitos associados a elas (Santos 1979; ver também Peirano 1986; Reis 1998). Passaram, assim, ao status de cidadão todos aqueles que tinham sua atividade ou profissão reconhecida por lei, conseqüentemente sendo considerados pré-cidadãos todos os trabalhadores urbanos não regulamentados e, até recentemente, todos os trabalhadores da área rural. Em outras palavras, a cidadania partiu do Estado: "Se era certo que o Estado devia satisfação aos cidadãos, era este mesmo Estado quem definia quem era e quem não era cidadão, via profissão" (Santos

1979:77). Regulada e imposta pelo Estado, a profissão foi incorporada aos valores partilhados socialmente. A carteira de trabalho é o passaporte para a sociedade de direito, partilhando com o passaporte convencional o formato de livreto no qual se anota a trajetória profissional do cidadão.

> Episódio #3
> Na cidade-satélite do Guará II, no Distrito Federal, um casal descobriu pela manhã que havia sido roubado à noite. A bolsa da mulher havia desaparecido. Sua maior preocupação era com a perda dos documentos, mas quando chegou ao portão da casa levou um susto ao ver seu rosto estampado no chão – era sua carteira de identidade. Sentiu alívio, mas também se viu ultrajada: como poderia estar ali, *jogada* no meio da rua? Saiu pelo portão e pouco adiante estava seu CPF. Andando mais um pouco, achou o título de eleitor.[7]

Aqui se vê como as relações de trabalho e a contribuição do indivíduo ao bem-estar da coletividade estão também presentes em outro importante documento: o CPF.[8] Trata-se de um número com 11 dígitos que identifica o contribuinte – aquele que não apenas trabalha, mas paga imposto sobre o fruto de seu trabalho, ajudando assim a manter o funcionamento do Estado. Inicialmente, o CIC (hoje confundido com o CPF) era outorgado por ocasião da declaração anual de renda do trabalhador ou àqueles que provavam nos anos subseqüentes que sua renda não atingia os níveis obrigatórios de contribuição (os "isentos"). Nas últimas décadas, tendo se tornado um número cada vez mais requisitado para diversas atividades (abrir conta em banco, participar de eleições, comprar a crédito, obter passaporte e até fazer transferência de dinheiro), passou a ser parte de um "cadastro" e é outorgado a qualquer cidadão, mesmo não trabalhador, sem vínculo empregatício ou renda estável, como estudantes, trabalhadores autônomos, donas de casa.[9] O relato da mulher do Guará II também sublinha sua identificação com a carteira de identidade. Sobre este aspecto, volto a ele mais adiante.

> Episódio #4
> Recanto das Emas, ano de 2000. Visto como um "depósito" de pessoas sem-teto, essa cidade-satélite de Brasília – que o IBGE considera uma das quatro favelas da capital – abriga uma população demandante por lotes que são distribuídos pelo governo local. Para se tornarem proprietários, os candidatos devem comprovar tempo de residência em Brasília por meio de "papéis" como, por exemplo, boletim escolar, protocolo hospitalar ou conta de água. Esses são índices de que aquela pessoa ou família manteve relação com o poder público local por um período igual ou maior que cinco anos. A essa comprovação se soma a exigência do título de eleitor (exigên-

cia esta escrita a mão no cartaz que divulga os documentos necessários para a solicitação), o que significa que quem quiser se tornar um proprietário *deve* votar no Distrito Federal.[10]

Mudamos aqui de registro. Diferente da carteira de identidade e do CIC/CPF, que são documentos de cunho universalista, fornecidos por uma agência (por definição, impessoal) do Estado, aqui está em questão o vínculo que se estabelece entre o candidato ao recebimento de um lote e o governo que o concede. O lote é a peça principal de uma barganha política (Borges 2003). Nesse contexto, a intermediação de alguém designado como *autoridade* torna o vínculo pessoal. Não é por outra razão que a exigência do título de eleitor no cartaz acima não é impressa, mas escrita a mão, indexando sua presumível ilegalidade. Contudo, se o eleitor não cumpre a exigência, está também indicando sua recusa no estabelecimento do vínculo político. O título precisa ser tirado no Distrito Federal *antes* do recebimento do lote. Se o demandante se mostra politicamente independente, a obtenção do lote se faz remota.

Essa conotação política (e também moral) do título de eleitor faz parte do status mais geral dos documentos no Brasil. Mas o título, especificamente, torna alguns aspectos mais visíveis. Como votar é uma obrigação legal, há uma gama de variações entre os pólos representados pelo eleitor independente, que trata o título de eleitor como apenas mais um de seus documentos, e aquele trabalhador rural, cujo patrão é o vínculo com o cartório eleitoral do município. Nesse contexto, a obtenção do título via um intermediário cria uma relação específica entre os dois: enquanto o empregador toma a si a responsabilidade pelo empregado, este se compromete a votar lealmente nos candidatos do empregador (Peirano 1986). Esse compromisso mútuo passa a sinalizar *uma filiação vertical*, mais poderosa do que a solidariedade horizontal com os demais votantes e concidadãos.

Se essa prática aponta para um passado clientelista, é preciso não esquecer que o título de eleitor tem, por definição, uma marcante indexação local ou regional no Brasil (mas não apenas aqui). Embora se espere que o eleitor transfira o título de eleitor quando muda o local de residência, raras vezes isso se dá: há uma tendência dominante de os eleitores (de qualquer região ou estrato social) manterem seus títulos – e, portanto, sua inserção política – em seus lugares de origem. Somando-se a este dado o fato de que votar é obrigatório no Brasil, o resultado é que, nos momentos de eleição, ocorre no país uma verdadeira romaria cívica: em vários casos, a população faz grandes sacrifícios para retornar às suas regiões para votar, reafirmando sua identidade social e política.

Essa particularização do título de eleitor contrasta, por exemplo, com a natureza da carteira de identidade que logo estampa sua validade "em todo o território nacional". Já o título de eleitor – embora também válido nacionalmente –

indica o vínculo com uma determinada seção e zona eleitoral, em princípio próxima ao domicílio do eleitor. Essa definição particularizada do documento leva ao uso também diferenciado do mesmo – que, muitas vezes, resulta em abuso eleitoral por parte dos políticos locais.

Uma outra observação: a personalização dos vínculos via documentos não se restringe a um certificado legal como o título de eleitor, mas seu poder é válido para qualquer "papel" fornecido por autoridade administrativa. A promessa de um lote no Distrito Federal, por exemplo, pode se materializar com a posse de um "papelzinho" fornecido por um funcionário onde está anotado um número (Borges 2003).[11] Esse número se refere a um processo, mas é o papel, acrescido do número, que revela o poder e a autoridade da escrita (e dos números), no caso, em um contexto pouco letrado (Goody 2000; Poovey 1998). Em um ambiente urbano, um *papel* ou *papelzinho* precisaria ter a marca legal de uma assinatura posta junto a um carimbo. Carimbos, todos sabemos, são extremamente vulneráveis à falsificação. Seu poder, no entanto, não diminui por essa circunstância.[12]

> Episódio #5
> Eliseu foi jardineiro durante dois períodos na casa de T., trabalhando três dias por semana como diarista. Depois dos dois primeiros anos, foi substituído devido à ausência do empregador por quase um ano, ocasião em que um caseiro permanente foi contratado, com carteira de trabalho assinada. Esse regime não convinha a Eliseu por ser casado. Quando do retorno do empregador, Eliseu voltou a trabalhar no mesmo regime anterior de três dias. Mas dessa vez, tornou-se ineficiente e foi dispensado. Logo após a dispensa, o empregador foi intimado a comparecer à Justiça do Trabalho: Eliseu pedia uma vultosa indenização alegando que havia trabalhado seis dias por semana por quatro anos consecutivos na casa. Ele reivindicava, portanto, os direitos reservados em lei para um "empregado doméstico" e, reclamava, inclusive, que não tinha a carteira de trabalho assinada.

Em parte, Eliseu estava correto. A partir de caso ocorrido em 1999, a jurisprudência brasileira estabelece que qualquer empregado que cumpra rotina de trabalho de três ou mais dias por semana em residência particular é um "empregado doméstico". Este tipo de trabalho se caracteriza por um regime de "subordinação e pessoalidade". A diferença no número de dias, de dois para três, é determinante para configurar este tipo de vínculo.[13]

Nenhum cidadão pode desconhecer a lei do Estado. Mas foi suficiente que T. provasse durante a audiência, caracterizada como "rito sumaríssimo", que Eliseu *não* havia trabalhado os quatro anos consecutivos como argumentava, que ele se viu desacreditado perante o juiz e o seu próprio advogado. Este último defendia uma jornada de seis dias por semana por um período de quatro anos porque os

rendimentos de Eliseu eram relativamente altos para um empregado regular que trabalhava apenas três dias por semana.

Aqui há dois aspectos interessantes a ressaltar: o advogado do empregador pediu-lhe uma cópia xerox autenticada da carteira de trabalho do caseiro que substituiu Eliseu como forma de evidenciar a falsidade do empregado, mas informou-lhe que a própria carteira seria prova mais convincente. Isto é, a sua apresentação física, na sua conspicuidade azul como um passaporte, a sua *firstness* (peirciana), faria o próprio advogado de Eliseu se convencer imediatamente da impossibilidade de ganhar a causa. Foi o que aconteceu. Uma cópia autenticada e o original têm o mesmo valor legal, mas a materialidade do documento foi mais eficaz. O segundo aspecto é que, mesmo tirando proveito do bom rendimento como diarista, na audiência Eliseu mostrou que se ressentia não apenas de não ter "carteira assinada", mas também de "nunca ter visto o carnê do INSS" – que lhe foi entregue no encerramento do caso.

Não é incomum o empregado preferir um salário mais baixo e carteira assinada a diárias mais altas. A carteira assinada é prova de emprego fixo, de assalariamento, e, como já lembrou Wanderley Guilherme dos Santos (1979), atestado de cidadania. Mas a *materialidade* da carteira não chamou a atenção de Wanderley. E esse é um aspecto fundamental, para o qual o carnê do INSS também serve de evidência. O recolhimento do imposto do INSS é feito mensalmente em banco, em carnê no qual se preenchem o nome e o número de identificação do contribuinte, o valor a ser recolhido e o tipo de contribuição. Esses dados são depois processados de modo que, por meio do número de identificação, é possível obter-se em alguns minutos um comprovante de todos os recolhimentos em uma agência do INSS ligada à internet. Mas, de novo, a materialidade, a qualidade de *firstness* do carnê, é tão significativa que o empregado não concede o mesmo valor ao papel comprovante do próprio Instituto.

> Episódio #6
> A mulher de um policial resolveu vingar-se do marido: tirou-lhe os documentos sem que ele percebesse, inclusive a licença de porte de arma, e enterrou-os no quintal, onde ia diariamente esconjurá-los. O policial, nervoso e inquieto, procurava os papéis pela casa sem sucesso. Passado um tempo, a mulher desenterrou os documentos e guardou-os em sua bolsa. Na dúvida se devia devolvê-los e acabar com a agonia do marido, costumava esmurrar o pacote várias vezes por dia. Decidiu então pedir auxílio à irmã, que se recusou a escondê-los, pois não queria o cunhado, "aquela pessoa", em casa. Permitiu, contudo, que ficassem guardados na caixa de correspondência, longe da casa. Um dia cansou-se do arranjo e devolveu os documentos à irmã "torturadora". Sem poder apelar para mais ninguém, a mulher decidiu dar um fim a tudo: cortou os papéis um por um, "como se

> estivesse cortando o marido". Sentiu-se vingada e aliviada. O marido nunca descobriu como perdeu os documentos e tirou nova via de todos.[14]

Essa história, forçosamente *selvagem*, parece auto-explicativa: aqui, os documentos *são* o marido na expressão mais óbvia da magia simpática. Trata-se de experiência semelhante à da mulher do Episódio #3, que se viu "jogada no meio da rua" quando encontrou sua carteira de identidade no chão. A mulher do policial enterra o marido, esconjura, esmurra e até o corta em pedaços – quando então se sente vingada e aliviada. Afinal, só cortou papéis. Por outro lado, o marido "se tortura" procurando os documentos, e depois passa pela tribulação de tirar nova via de todos.

A natureza simbólica dos documentos

O século que reverenciou a ciência como realização máxima também deu valor central à linguagem e, em especial, à sua função referencial. Acreditou-se não só que palavras e ações têm estatutos diversos, mas que só as primeiras dão acesso imediato à mente. Esta foi a visão preponderante sobre a comunicação humana, que dominou inclusive a lingüística saussuriana que dela evolveu. Na própria antropologia, Lévi-Strauss entronizou mitos como superiores aos ritos, mas não impediu que, confrontada com outras tradições não-européias, essa ênfase na função da linguagem fosse questionada. A observação de Malinowski, de que

> […] there is nothing more dangerous than to imagine that language is a process running parallel and exactly corresponding to mental process, and that the function of language is to reflect or to duplicate the mental reality of man in a secondary flow of verbal equivalents. (Malinowski 1935, *apud* Silverstein 1977).

só foi reconhecida recentemente, assim mesmo de forma limitada, por alguns estudiosos da linguagem e antropólogos. No senso comum, vivemos no mundo da linguagem referencial.

Se, no entanto, aceitamos que a comunicação admite outras funções além da proposicionalidade, isto é, se concordamos que tanto palavras quanto atos *dizem e fazem* coisas, voltamos nossa atenção para o "contexto da situação", em que atos e falas revelam propriedades intrínsecas ao simbolismo.[15] Em outras palavras, essas funções não são acrescidas *depois* ou *quando* ocorre o ato da comunicação, mas são inerentes ao fenômeno mesmo da comunicação. O caso dos pronomes pessoais é sempre lembrado: dependendo de quem enuncia e para quem se enuncia, o significado dos pronomes muda, combinando aspectos referenciais e indéxicos em um só signo. Outro caso evocado com freqüência é o de deter-

minados verbos *performativos*, quando dizer é fazer: "Eu prometo" é uma situação exemplar.[16] Assim, se consideramos que documentos comunicam, a questão se impõe: que tipo de signo são eles?

Documentos identificam cada indivíduo de uma coletividade, geralmente definida como um Estado nacional.[17] Eles permitem a contagem dos indivíduos ao mesmo tempo em que os singularizam. O documento é exclusivo, exceto pelo artifício de um segundo documento, uma "procuração", que valide a substituição. O fato de os papéis legais atualmente mais usados terem sido introduzidos no início do século XX apenas reforça a idéia de que eles tiveram sua gênese com a implantação do Estado moderno – "this horrible time of papers" –, e representam uma tentativa de combinar elementos particulares e conhecimento geral. (Como cada documento sofre grande mudança ao longo do tempo, além de figurar em um conjunto hierárquico que também varia, é possível se pensar na história dos documentos como uma "arqueologia do Estado" em diferentes contextos.[18])

Um documento reúne uma série de informações, definidas legalmente por determinado órgão do Estado (Ministério do Trabalho, Polícia Federal, Superior Tribunal Eleitoral etc.) e que, combinadas, dão ao "papel" validade e veracidade. Isto é, um documento com informações parciais não é válido; não é um documento. Ele pode também ser *falsificado*, quando é propositadamente adulterado com objetivos escusos. Alguns documentos estampam período de validade: por exemplo, uma carteira de motorista é válida por um certo número de anos, quando deve ser revalidada. Outros têm vida longa, como a carteira de identidade. Por outro lado, documentos são requeridos e obtidos em seqüência: quem não tem certidão de nascimento não pode obter carteira de identidade; a "identidade" é necessária para se obter o título de eleitor; os dois últimos para requisitar um passaporte, e assim por diante. Essa série marca etapas na vida do cidadão: não tira carteira de motorista quem não puder provar, com outros documentos, que tem a idade mínima requerida para a habilitação.

O documento possui uma força (ilocucionária) que transforma o indivíduo em cidadão de um determinado Estado nacional e o qualifica para determinadas atividades. O vínculo entre o indivíduo e o documento que o identifica, portanto, não é apenas de representação, mas também de contigüidade e/ou extensão. Quando o indivíduo perde sua "identidade", essa experiência é verdadeira em vários sentidos. Há um elemento de magia nessa associação: o indivíduo torna-se cidadão por sua carteira de identidade, mas, ao se descobrir *sem* a carteira, ele de fato não possui mais a identidade (que é civil e pública). A carteira faz o cidadão. Aqueles que já viram sua identidade forjada ou reconheceram sua assinatura falsificada em um cheque, por exemplo, conhecem o mal-estar da cópia falsa do seu "eu".

Antes de prosseguir, uma nota se faz necessária em relação aos documentos que elegi neste exercício. Embora haja fortes indícios de que historicamente os passaportes tenham sido os primeiros documentos oficiais do mundo moderno – aqueles que permitiam atravessar uma fronteira (Torpey 2000) –, praticamente estou ignorando-os. Cartões de crédito são outro exemplo, tendo se tornado atualmente índices de disponibilidade financeira para várias finalidades – passaram, inclusive, a ser requisitados oficiosamente como prova de elegibilidade para certas alfândegas, como a inglesa, por exemplo.[19] Restrinjo-me, aqui, a documentos que têm vida simbólica *dentro* de um determinado Estado, que servem como prova legal de identidade para propósitos administrativos e cuja imposição de uso é aceita como "natural", sendo, com freqüência, objeto tanto de tensão, ansiedade, quanto de orgulho.

Essa ressalva é necessária em razão da bibliografia a respeito do tema.[20] Torpey (2000), por exemplo, tem abordagem oposta: como sua ênfase recai na monopolização do Estado quanto aos "meios de movimento", seu objeto empírico principal são os passaportes; as carteiras de identidade são focalizadas brevemente como "passaportes internos". Torpey (2000:166) admite, contudo, que o documento de identidade (o *Personalausweis* na Alemanha, a *carte d'identité* na França) permite o acesso a direitos de participação democrática (votar), a serviços públicos (serviço médico) e pagamentos, mas que seu interesse maior seja ressaltar a semelhança de traços com os "passaportes internacionais", fazendo dos primeiros um tipo específico dos últimos.

Documentos como ícones indéxicos

Dos três tipos de signos – ícones, índices e símbolos –, é a relação com o Objeto que caracteriza primordialmente o documento. O documento é, portanto, informado pelo critério de "*secondness*", que Peirce (1955:99) concebe como referente às condições de veracidade das representações.[21] Signos caracterizados por *secondness* são, em princípio, índices – signos que se referem a seu objeto não tanto por similaridade ou analogia, e tampouco porque são associados com características gerais desse objeto, mas em razão da conexão *dinâmica* entre o objeto individual e os sentidos ou memória da pessoa de quem ele é signo (Peirce 1955:107). Para se refinar ainda mais a natureza do documento, pode-se caracterizá-lo, quando em uso, como um "sinsigno", no qual Peirce chama a atenção para o componente "sin" – que significa "being only once" –, e, em geral, como um "legisigno", por sua convencionalidade (Peirce 1955:101-102). A conexão efetiva entre os traços de um indivíduo, revelados no documento, atesta seu valor como representação e índice – este último põe em conexão real a representação com o indivíduo representado.

Mas signos não se caracterizam apenas por um dos três componentes: *firstness* – a qualidade do próprio signo, a concepção de ser ou existir independente de qualquer outra condição (este é o traço básico de um ícone); *secondness* – a qualidade de ser relativa ou reativa a outra coisa (característica do índice); ou *thirdness* – a qualidade de mediação, quando um primeiro e um segundo são colocados em relação (característica dominante de um símbolo, por exemplo, o signo lingüístico referencial). Na vida real, essas qualidades se misturam: em todos os signos há um liame de ícone, índice e símbolo – um domina, mas os demais estão também presentes.

No caso em questão, cada documento precisa identificar seu portador para uma determinada finalidade e, portanto, precisa indicar, com o mínimo de ambigüidade possível, *apenas um* indivíduo. Assim, se de um lado o documento faz parte de um repertório legal e jurídico compartilhado por uma coletividade, ele precisa descrever, e no processo criar, o indivíduo para que ele seja único. Para tal, o documento faz uso de uma série de identificações, todas singulares, para que, por meio da redundância, somente *um* indivíduo corresponda à "descrição" contida no documento. Os documentos funcionam, de acordo com a tipologia de Peirce, como uma espécie de "*dicent sinsign*": qualquer objeto da experiência direta (na medida em que é um signo), que, como tal, provê informação sobre seu Objeto. Tal signo, ainda de acordo com Peirce (1955:115), envolve um Sinsigno Icônico, que personifica a informação, e um Sinsigno Indéxico, para indicar o Objeto ao qual a informação se refere.[22]

Vejamos a carteira de identidade, por exemplo, que, embora central na nossa vida cotidiana, não havia sido até agora objeto de maior detalhamento neste artigo. A carteira contém vários elementos que objetivam singularizar o indivíduo. De um lado estão dados dominantemente referenciais, como nome e filiação, data de nascimento, órgão e local de expedição do documento e a assinatura do diretor (que atesta a veracidade do documento). No verso, os elementos são claramente indéxico-icônicos: a fotografia da pessoa identificada, com sua predominância icônica (embora, em uso, com sua presença indéxica); a impressão digital, dominantemente indéxica e que serve para uma identificação imediata pelos órgãos de segurança; e, finalmente, a assinatura da pessoa identificada. Esse conjunto de elementos icônico-indéxicos se combina com as informações referenciais presentes do outro lado da carteira e, juntos, individualizam uma pessoa por meio de um número.[23]

O número e o órgão expedidor devem identificar um só indivíduo. Pelo fato de este ser o documento com mais informações a respeito do portador, a carteira de identidade é um documento essencial no Brasil. A despeito de sua origem policial (especialmente no aspecto da papiloscopia), no contexto brasileiro trata-se de um documento que indica modernidade, urbanidade, civilidade e valores de

classe média.[24] Contrasta, por exemplo, com a carteira de trabalho, que é requisitada, por agentes de segurança, geralmente a indivíduos "suspeitos", isto é, não-urbanos e/ou de extração de classe baixa – como foi o caso, por exemplo, do índio Zé Belino e seu primo.[25]

Com características diferentes das da carteira de identidade, temos o CPF e o título de eleitor, por exemplo. O CPF apresenta um número reduzido de informações: de um lado, nome completo e número do Cadastro; de outro, assinatura do portador. O título de eleitor também traz poucos dados: nome completo, zona e seção de votação, de um lado; assinatura do outro.[26] Mas exatamente porque as informações são reduzidas e a prova indéxica limitada à assinatura, tanto o CPF quanto o título de eleitor têm suas validades atestadas quando associados à carteira de identidade. Isto é, em regiões urbanas sempre que se exige o CPF é em complemento à carteira. Da mesma forma, na época de eleições, o título de eleitor *junto* com a carteira de identidade é exigência para que o indivíduo vote. Tal fato não diminui a importância nem do CPF nem do título de eleitor – cada um tem seu valor em si. Por exemplo, sem o CPF um indivíduo não pode abrir uma conta em instituição bancária; sem o título (e a comprovação de que votou), não pode sair do país em viagem e tampouco receber pagamento de órgão público federal.

Este fato levanta um outro aspecto importante dos documentos: o contraponto de sua exigência é a penalização por não possuí-los. É nesse contexto, então, que se pode entender não apenas a identificação da pessoa com seus documentos – como um totem individual que lhe dá identidade, *como um nome* –, mas o pânico associado a perdê-los – vários direitos de cidadania estarão suspensos.[27] Duas breves observações: primeiro, é que o equivalente ao *nome*, o que o Estado moderno tende a nos dar é um *número*, entidade abstrata por natureza, e que, desde o século XVII vem, lenta, mas progressivamente, adquirindo prestígio e autoridade. Números representam a base da moderna argumentação (Poovey 1998).[28] É nesse sentido abstrato, impessoal, anônimo, que o Estado é visto como punitivo, pouco flexível, opressivo, burocrático, autoritário e muito pouco amigável. O programa de televisão que mostrava Ronaldinho apelando aos assaltantes foi, no mínimo, didático: nem mesmo de alguém reconhecido nacionalmente, isto é, *com nome*, dispensam-se documentos.[29]

Por outro lado, porque esse número que o Estado nos concede vem associado à necessidade de particularização não apenas legal, mas também social, ele não é suficiente como identificação, como indicam várias tentativas de se estabelecer *um* número, *uma* barra de códigos, *a* impressão digital ou, mais recentemente, os projetos de fazer da íris *o* documento único. Todas essas utopias "científicas" (que estão baseadas na representação arbitrária ou metonímica) esbarram no fato banal de que documentos são *sinsignos* e, como tais, maleáveis à criativi-

dade – aspecto que não pode ser omitido, sob pena de se desconhecer a engenhosidade e a criatividade dos indivíduos, inclusive como cidadãos. Para o Estado, as informações dos documentos são basicamente referenciais, quando muito icônicas; para os cidadãos, elas possuem *força ilocucionária*. Na sua tentativa dominante de racionalidade, o Estado não controla essa força social. A carteira de identidade no Brasil (tanto quanto a carteira de motorista nos Estados Unidos – que, tecnicamente não sendo uma carteira de identidade, cada dia mais se parece com a nossa) atesta não apenas a ineficácia do número impessoal e despersonalizado, sua vulnerabilidade à falsificação como, principalmente, seu limitado reconhecimento social como identificação. É significativo destacar aqui que o Social Security Number é o documento mais falsificado nos Estados Unidos, por tratar-se de um cartão apenas com nome e número. Nesse mesmo sentido, é interessante notar que as novas utopias de identidade (íris, DNA, barra de códigos, etc.) não resistem ao apelo do retrato, essa figuração banal, mas que, com (ou como) a assinatura, possui características indéxico-icônicas que signos arbitrários não têm. Sendo assim, seria talvez possível construir um *continuum* simbólico referente às várias possibilidades de identificação, que iria do *chip* (um corpo estranho inserido em um corpo identificado), aos signos arbitrários saussurianos (números, código de barras), aos signos metonímicos (digitais, íris, DNA), até o retrato e a assinatura, que combinam índices com ícones.[30] A personagem do sr. José, de Saramago, reconheceu o fascínio do retrato quando comparou os fichários dos colégios aos documentos áridos que eram produzidos na sua repartição do registro civil de nascimentos, casamentos e mortes: "Na Conservatória Geral [...] só existiam palavras, na Conservatória Geral não se podia ver como tinham mudado e iam mudando as caras, quando o mais importante era precisamente isso, o que o tempo faz mudar, e não o nome, que nunca varia" (Saramago 1997:112).

Racionalizando o Estado

Reconhecendo o aspecto opressivo do Estado, no final dos anos 1970 o governo federal brasileiro criou um ministério extraordinário para torná-lo menos burocrático, mais flexível e mais amigável: o Ministério da Desburocratização. Constituído de apenas sete funcionários e dirigido por um empresário, na época figura pública na administração estatal, o ministério tinha por meta a reforma da burocracia: simplificar rotinas administrativas e eliminar papéis excessivos, com o objetivo a longo prazo de alcançar reformas legais e fazer avançar os padrões democráticos da cidadania (Peirano 1986; Reis 1998). As metas estabelecidas para liberar o cidadão comum da opressão burocrática e aperfeiçoar os mecanismos de distribuição de bens e serviços públicos foram concebidas como parte de

uma estratégia para liberalizar de dentro para fora (mas, na verdade, de cima para baixo) alguns dos muitos aspectos autoritários da vida pública no Brasil.

Iniciado em 1979, o Ministério da Desburocratização viveu dias de visibilidade até 1983, quando Hélio Beltrão deixou a pasta. O Programa Nacional de Desburocratização perdeu então seu status ministerial, transformando-se em uma secretaria especial da Presidência da República. De 1983 a 2000, o programa hibernou, quando inesperadamente ressurgiu não mais com sua característica singular de corpo semi-autônomo, mas como um projeto a ser incorporado a vários órgãos do Estado. Em sua versão recente, o Programa de Desburocratização tornou-se parte do projeto para implantação de um "governo eletrônico", cujo ideário central está na transparência das medidas do governo e no direito do cidadão – agora rebatizado como "cliente", em contrapartida aos impostos que paga. O "governo eletrônico" quer "O Estado mais próximo do cidadão" – objetivo também partilhado pelo Ministério da Desburocratização nos anos 1980. A transparência como valor está sinalizada no slogan: "O governo trabalha. Você confere".[31]

Como é usual no Brasil, o plano está permeado de idéias de ultramodernidade. Articular o cidadão às diferentes esferas de governo e dar transparência às ações governamentais são práticas que se procura realizar por meio da nova tecnologia de informação que, tendo a iniciativa privada como modelo, se adequa bem à idéia do que hoje é conhecido como "New Public Management" (Bislev 2000). Quais as características desse modelo? O cidadão torna-se *cliente*, a administração usa tecnologias eletrônicas e o que é público procura seguir os padrões das práticas privadas. Não é surpresa, portanto, a ênfase nas microempresas.[32] A desburocratização encontra um novo lugar como discurso e prática – atualiza-se, é verdade, mas as idéias não mudam significativamente: o programa continua à procura dos excessos burocráticos que atrapalham a vida do cidadão. A novidade é a explicitação de que os beneficiários não são apenas os cidadãos, mas também as empresas – corroborando afirmação anterior de que no Brasil a incorporação política e os modelos de cidadania adotados continuam sendo parte intrínseca da política econômica do Estado (Reis 1998:120). (Tudo indica que o "cidadão-contribuinte" faz parte de um Estado que é concebido cada vez mais como um órgão fiscal.[33])

Sem nome, sem documento

Da mesma forma que diferentes documentos enfatizam modelos alternativos de cidadania, a desburocratização sinaliza para um modelo no qual o cidadão deverá estar livre do excesso de documentos,[34] além de ter acesso direto ao governo – na época da implantação do primeiro programa, a idéia era que bastava

escrever, pessoalmente e sem intermediários, para o ministério (na verdade, para o próprio ministro). Passados alguns anos, em 1985, o programa procurou avançar, implantando o projeto "Fala Cidadão", em que, por meio de um telefonema, ficava inclusive eliminada a intermediação da carta. Hoje, o plano "Avança Brasil", do qual o "governo eletrônico" faz parte, pretende um contato via internet. Isto é, em menos de 20 anos, caminhou-se da carta para o telefone e, deste, para o e-mail. Em todas essas fases, tratar-se-ia da implantação de um modelo de nação tal como definido por Mauss, em que a integração é de tal ordem, "(...) que por assim dizer não existe intermediário entre a nação e o cidadão, que toda espécie de grupo desapareceu" (Mauss 1953-54:24).

A internet expressaria hoje (tanto quanto a carta e o telefone anteriormente) um modelo de cidadania no seu estado puro – os cidadãos da nação, iguais perante o Estado, teriam acesso direto ao governo. Vale relembrar que o Programa de Desburocratização teve início através de um ministério "extraordinário", ele próprio se concebendo como desburocratizado, e que essa concepção continua a vigorar: o site atual do Programa é <www.d.gov.br>, no qual um singelo "d" denota a longa palavra "desburocratização".

Desde o seu início, a desburocratização no Brasil desenvolveu-se, portanto, em um espaço político e ideológico bem definido – propondo, de um lado, uma pulverização administrativa e, de outro, responsabilidades locais. Essa proposição traz, no entanto, implicações ideológicas (quando não administrativas) centralizadoras, de integração nacional, e visa a modificar a médio e longo prazos "a consciência do Brasil".[35] Essas mudanças e continuidades mais uma vez reiteram que a história do Estado vai deixando resquícios nos documentos (ou nos projetos que visam a sua extinção), revelando uma arqueologia da dinâmica do Estado. Hoje, o plano "Avança Brasil" continua alvitrando "o país integrado de ponta a ponta". Integrado, mas, em princípio, desburocratizado.[36]

Uma dimensão presente à idéia de desburocratização é que ela propõe projetos de renovação, reforma, reconstrução ou aprimoramento do Estado. No entanto, considerando-se as conotações paralelas de "integração" – essa idéia-mãe e dimensão permanente do projeto de construção da nação –, podemos supor que a desburocratização faz parte de ambos os processos, *state-formation* e *nation-building,* mas, no caso brasileiro, uma construção da nação *carreada pelo Estado*. Se esta hipótese é correta, seguem-se observações que indicam alguns aspectos do sistema democrático que está em questão:[37]

- em primeiro lugar, é preciso confrontar o conhecido "paradoxo de Tocqueville" (Bendix 1964:60), que remete à situação em que o individualismo e o poder central crescem lado a lado; cada indivíduo passa a ter o direito de fazer suas reivindicações à assistência governamental de forma independente. Aqui, a questão é se a igualdade de participação que a

desburocratização promete e anuncia não acarreta a perda de identidade social do indivíduo, que se coloca sozinho e isolado diante do Estado – isto é, um *número*, e não um *nome*. Se do ponto de vista do Estado estão sendo abertos canais de comunicação para todos os cidadãos, para os cidadãos a representação coletiva fica bloqueada – não há intermediários entre a nação e o cidadão;

- em segundo lugar, é necessário se pensar no *timing* do programa. Santos (1979) defende que foi nos períodos autoritários que mais se propuseram modelos de cidadania no Brasil, resultando que os modelos participativos e democráticos são impostos "de cima para baixo" como iniciativas do Estado. Este foi o caso da carteira de trabalho, na década de 1930. No caso da desburocratização, que propõe a eliminação de documentos 50 anos depois, resta avaliar as implicações de uma paradoxal, mas maior, centralização do Estado. Considerando-se o número proporcionalmente reduzido de usuários da internet no Brasil, é necessário também considerar os limites do seu público-alvo;
- em terceiro lugar, é preciso notar que a eliminação de documentos é um projeto eminentemente urbano, de atomização dos múltiplos papéis sociais. No meio rural, onde as relações sociais são concebidas como "políticas", vive-se o domínio da pré-burocracia, o domínio do *nome e do sobrenome* e não do *número* (Peirano 1986). Mas, na medida em que a população brasileira se urbaniza em ritmo acelerado (80% em 2000), a necessidade de documentos vai se ampliando. Não surpreende, pois, que o Programa de Desburocratização, que personificava um ideal de liberdade "sem lenço, sem documento", em 1985 propôs um projeto denominado "Documentação para a Cidadania". Este tinha por objetivo criar pequenos postos municipais que ofereceriam título de eleitor, certidão de nascimento, de casamento, de óbito, carteira de identidade e de trabalho e certificado militar para a população desprovida de tais documentos (e números). Reconhecia-se que a cidadania passava pelo documento e, em que pese o paradoxo de "documentar pela desburocratização", havia um toque de realismo na medida;
- finalmente, a dimensão política esteve sempre rondando todas as questões acima – às vezes explicitamente, às vezes de forma camuflada. Tanto na desburocratização quanto na documentação do cidadão, a idéia-base foi a da eficiência e da (boa) administração – ambas refletindo uma ambigüidade de origem: não é possível simplificar radicalmente os documentos quando eles ocupam lugar de destaque na definição nativa de cidadania. Ter um documento é prova de pertencimento a uma comunidade. Mas, por outro lado, é exatamente porque documentos são índices de cidadania que a

desburocratização encontra espaço e assume dimensão política – e não apenas administrativa – para existir e se manter.

Em outras palavras, no Brasil (e não apenas aqui) os novos projetos de transformar a identidade em *número* não "pegaram". Talvez essa a razão de o Detran estar propondo um novo modelo de identidade em substituição à velha carteira de identidade. A novidade, mais uma vez, é a alta tecnologia: código de barra bidimensional, impressão digital produzida por scanner e computador, impressão cacográfica em papel confeccionado pela Casa da Moeda e fotografia digitalizada, incluindo a assinatura do portador. Embora expedida pelo Detran, faz-se questão de enfatizar que a nova carteira *não* é uma carteira de motorista – trata-se de um documento de *identidade*. Vão-se as fantasias de um número único, como o CIC/CPF – no projeto ora em experimentação, este número será meramente mais um dado incluído na nova carteira.[38] Vão-se, também, as fantasias de tornar a desburocratização o caminho virtuoso para a democracia: esta não se sustenta como projeto político de base, mas, sim, de (boa) administração. As práticas do Estado, a burocracia enfim, ao se tornarem, no discurso estatal, a fonte dos males políticos, transformaram-se, curiosamente, na sua solução. Se hoje a idéia da desburocratização se soma à de "governo eletrônico", trazendo o Estado para "mais perto do cidadão", agilizando a vida de todos, de novo estamos diante de um projeto que, quando muito, substitui a participação política pela idéia da facilitação e da simplificação – as características básicas do "fato moderno". Kuschnir (2000) mostrou a noção nativa de política como "acesso" privilegiado aos serviços públicos nos subúrbios do Rio de Janeiro. Em termos de política governamental, o quadro não é muito diverso: práticas administrativas assumem o caráter de medidas políticas e o Estado, mais uma vez, age na trilha da construção da nação.

"Esse tempo terrível dos documentos"

Entre os antropólogos no Brasil, são manifestações consideradas predominantemente *nacionais* o futebol, o carnaval, movimentos urbanos de contestação política, paradas. São estes eventos basicamente ligados à efervescência coletiva. Deste modo, mantém-se a divisão tradicional de trabalho intelectual: o Estado é matéria para sociólogos e cientistas políticos, a nação, para antropólogos. Neste artigo, procurei identificar aspectos rotineiros e aparentemente triviais por meio dos quais a nação se constrói *ao mesmo tempo* em que se renova, refaz, simplifica, ou se revê o Estado. Não se trata, portanto, de focalizar um processo específico de *nation-building* que se desenvolve como parte final da formação do Estado (Elias 1972). Tampouco seria o caso de considerar a formação do Estado como vinculada à autoridade e a nação, à solidariedade (Reis 1998). Também não é

caso de se pensar o Estado como a forma administrativa e a nação como seu conteúdo afetivo (Poggi 1978). Trata-se, sim, de verificar como se constrói a solidariedade possível e quais suas características, mesmo que, muitas vezes, ela se faça por meio de dispositivos coercitivos e mandatórios – como no caso dos documentos.

Em outro plano, quis explorar, neste tema pouco estudado na disciplina, uma idéia familiar aos antropólogos – a de que a forma *já é* plena de significado. Procurei detalhar e esmiuçar fenômenos cotidianos, buscando compreender pelo menos parte de seus aspectos simbólicos. Tentei levantar algumas pistas para perguntas singelas como, por exemplo: o que justifica o misto de fascínio e encantamento de um jovem que tira sua primeira carteira de identidade...? Como esse encantamento se torna angústia no momento em que, obrigatório, o documento é perdido? Quando medidas de suposto efeito democrático são instauradas em um espaço político definido por ideais de modernidade, elas resultam, de forma paradoxal, em maior controle, centralização fortalecida e conseqüente despersonalização dos cidadãos. Em que pese o espaço para respostas criativas desses cidadãos, esse é um dos predicamentos "desses tempos terríveis dos documentos".

Post scriptum

Depois de 11 de setembro de 2001, a necessidade de cartões de identidade "universais" passou a figurar, nos Estados Unidos, entre as questões de segurança das mais importantes contra ataques terroristas. O tema alcançou a mídia: vários jornais passaram a divulgar matérias assinadas listando os prós e contras que indicavam que é menos nocivo um sistema centralizado de identificação nacional *para todos* do que lançar mão de estereótipos (*profiling*) contra alguns poucos – como mexicanos, antes, ou árabes-americanos, agora; reportagens televisivas passaram a mostrar as tribulações relativas à posse dos documentos: as conseqüências de quem perde cartões de crédito ou tem seu número de Social Security fraudado.

Como se sabe, não há uma "identidade" compulsória nos Estados Unidos. O Social Security Card, um cartão com nome e número com nove dígitos (semelhante ao nosso CPF), é o documento mais requisitado nacionalmente, sendo necessário para várias atividades, como abrir uma conta em banco, assinar um contrato, receber atendimento médico via seguro de saúde etc. Diferente do nosso CPF, contudo, as autoridades norte-americanas consideram que o cidadão deve "proteger" seu número, evitando divulgá-lo em circunstâncias que não as absolutamente necessárias e confiáveis.

O jornal *The New York Times* tornou-se um espaço privilegiado para essas

discussões. Artigos assinados passaram a argumentar a favor de *algum* sistema de identificação, indicando que mais de 100 países usam identidades nacionais compulsórias, lembrando que os norte-americanos já carregam no bolso, sem saber, sua "identidade" – a carteira de motorista.[39] Bastaria, portanto, proceder-se a uma centralização de dados, ao estabelecimento de padrões nacionais (atualmente são estaduais) e à inclusão de dados biométricos (como digitais e traços da face). Carteiras de motorista com códigos de barras bidimensionais, capazes de armazenar 2.000 bytes de informação, já existem em 36 estados da federação.

Toda a discussão naturalmente gira em torno da questão das liberdades civis, mas argumentos são desfiados no sentido de se optar por um pouco menos de anonimidade e mais segurança: se *photo I.D.s* já são exigidas para se viajar de avião, dirigir, beber e tirar dinheiro do banco, digitais diferem de fotografias só positivamente: são mais difíceis de falsificar.

Entre a fotografia (icônico-indéxica) da carteira de motorista e a digital ("científica"), no princípio de 2002 teve início uma série de reportagens apresentando "fatos". Por exemplo, o da tendência crescente de se usar impressões digitais em bancos, em carteiras de motorista de vários estados, em documentos de transação comercial e até em várias lojas comerciais (incluindo supermercados e lojas McDonald's). Naquele momento, chamava a atenção a alta nas vendas de pequenos aparelhos para se tirar impressão digital na hora: o cliente assina e estampa a digital no cheque, com a vantagem de não sujar as mãos – uma leve fricção no dedo faz a tinta desaparecer. Contra a possível reação negativa dos consumidores, argumentava-se que companhias de tecnologia biométrica defendem que digitais, afinal, são melhores e menos dispendiosas para scannear e codificar eletronicamente do que imagens de rostos, mãos, vozes ou olhos. Tais tecnologias poderiam ser usadas, por exemplo, para substituir senhas em caixas eletrônicos. Desenhos dos pequenos aparelhos surgiram na imprensa com a explicação sobre o funcionamento das bases de dados das digitais, defendendo a idéia de que tudo era mais simples: a digital dispensaria o uso dos documentos guardados na carteira – *No Need for a Wallet*. Tudo muito desburocratizado.

Notas

[1] Este artigo foi apresentado pela primeira vez no Seminário "Antropologia da Política", 1-3 de agosto de 2001, Museu Nacional/UFRJ. Agradeço as excelentes sugestões de Wilson Trajano Filho e Tânia Salem, a maioria das quais serão incorporadas em versão expandida deste texto.

[2] Entre os ensaios que abordam a questão dos documentos no Brasil a partir de uma perspectiva antropológica, cito Peirano (1982; 1986) e DaMatta (2002). Oliven (2001) faz uma interessante menção ao caso norte-americano. Scott, Tehranian & Mathias (2002) focalizam o caso dos patronímicos na produção de identidades legais próprias aos Estados e finalizam com uma

menção detalhada sobre os usos positivos (em campos de refugiados, por exemplo) e negativos (campos de concentração) dos números e documentos.

[3] Depoimento de Aderval Costa Filho, 2000.

[4] TV Globo, 22/5/2001, *Jornal Hoje*, 13h30.

[5] Evento relatado em Silva (2003:75).

[6] Silva (2003:80) esclarece os fundamentos da metáfora: "mãos calejadas" está para "trabalho" assim como "documentos" está para "identidade".

[7] Caso relatado a Rívia Bandeira em janeiro de 2001.

[8] CPF são as iniciais do Cadastro de Pessoas Físicas e foi precedido pelo CIC, Cartão Individual do Contribuinte. Com o tempo, as duas siglas tornaram-se sinônimas, com diminuição gradativa do uso da sigla CIC. CPF hoje é um termo inclusivo e indica o cadastro geral, o número individual e o cartão.

[9] Algumas cadeias de lojas passaram a usar, recentemente, o CPF como localizador do cliente em sistemas de computação. No ano de 2000, o governo procedeu ao recadastramento dos CPFs dos cidadãos que não apresentaram declaração de renda nos dois anos anteriores. (Os que apresentaram declaração foram automaticamente recadastrados.) A Receita Federal detectou que, dos 122,4 milhões de CPFs no país, mais da metade (63,2 milhões) encontrava-se em situação irregular no início de 2001. Para regularizar o CPF, era preciso ir a uma agência dos Correios, do Banco do Brasil ou da Caixa Econômica Federal, preencher um formulário e pagar uma taxa de R$ 4,50. (*Jornal do Brasil*, 17/1/2001: "CPFs: mais de 50% são irregulares".) A relação do CPF com o Social Security Number nos Estados Unidos é matéria para investigação.

[10] Ver Borges (2003) sobre os documentos que legitimam o "tempo de Brasília". A mesma autora menciona como, em outra experiência da pesquisa de campo no Paraná, os serviços públicos de saúde exigiam do doente a apresentação do título de eleitor para o atendimento médico (2000:16-7).

[11] Em artigo recente sobre o número de indigentes no país (calculado em 22 milhões), o *Jornal do Brasil* considerou que a população de crianças "sem-papéis" (isto é, sem até mesmo a certidão de nascimento) chegava a mais de um milhão (*JB*, 27/1/2002). É interessante notar a caracterização "sem-papel", que lembra a expressão igualmente despossuída de "sem-terra".

[12] Há várias instâncias em que a exigência do carimbo é indispensável, embora ele possa ser feito em qualquer lugar, sem que haja controle legal.

[13] Note-se que a subordinação é uma característica geral da hierarquia empregador/empregado, o que indica que "pessoalidade" é o traço determinante que qualifica o "empregado doméstico".

[14] Depoimento concedido a Rívia Bandeira, em uma delegacia de polícia, onde várias pessoas esperavam sua vez para tirar a carteira de identidade em Brasília, janeiro de 2001.

[15] A idéia de "contexto da situação" é de Malinowski, naturalmente, mas a proposta de que rituais são formas de transmissão de conhecimento é de Leach (1966).

[16] Ver especialmente as obras de Peirce, Austin e Jakobson. Para a influência desses autores no estudo antropológico, conferir Peirano (2001).

[17] Na ficção de *Todos os nomes* (Saramago 1997), a "Conservatória Geral de Registro Civil" poderia ser vista como um "cartório *nacional*".

[18] Por exemplo, há 50 anos, a mulher figurava no passaporte do marido. DaMatta (2002) propõe criativamente que os documentos sejam "a mão invisível do Estado".

[19] Os cartões de crédito mereceriam reflexão mais detalhada já que, nacionais ou internacionais, eles indicam a credibilidade financeira do portador. Mais: vinculados a grandes empresas mundiais (VISA, Mastercard, American Express), conservam um índice de nacionalidade. Temos, por exemplo, VISA/Banco do Brasil, Varig/American Express etc. (A abordagem às configurações históricas dos documentos é um tema deste projeto a ser desenvolvido no futuro.)

[20] Cf. Scott, Tehranian & Mathias (2002) para os sobrenomes como identidade própria ao Estado.

[21] Para Saussure, para quem a arbitrariedade define o signo lingüístico, o documento seria um "símbolo" por ser altamente *motivado*.

[22] Mas, conclui Peirce, o modo de combinação (ou a Sintaxe) entre os aspectos icônico e indéxico precisa ser também significante.

[23] O número da "identidade", ou no dizer dos paulistas, o "RG", de "Registro Geral".

[24] Embora seja "válida em todo o território nacional", há diferenciações regionais e, portanto, hierárquicas em jogo: um mineiro pode decidir tirar sua "identidade" durante uma viagem ao Rio de Janeiro, como prova futura de prestígio ou, no mínimo, ambigüidade sobre sua origem.

[25] Confirmando que a carteira de trabalho foi o documento de nascimento da cidadania no Brasil, por várias décadas a carteira de identidade era expedida pelos órgãos representativos de suas classes, i.e., advogados, engenheiros, arquitetos etc. Ainda hoje vários advogados usam, como identidade, sua carteira da OAB.

[26] Há algum tempo, o título de eleitor era não só maior (com mais aspecto de "título", como diz o nome), mas estampava no verso datas em branco que eram preenchidas pelas autoridades eleitorais competentes na hora da eleição como prova do comparecimento do eleitor e, portanto, do cumprimento da lei.

[27] Várias observações de Lévi-Strauss (1962) sobre nominação e totemismo são pertinentes aqui.

[28] Poovey (1998) traça o processo histórico pelo qual a base da argumentação legítima passou, ao longo dos séculos XVII ao XIX, do estilo retórico (oral) à palavra escrita e, depois, aos números. Estes passaram a se constituir em uma janela transparente para se observar o mundo das coisas, um modo descarnado que transcende a política e os "interesses" (1998:199). Os números aparecem, assim, como um fim de linha da escrita, isto é, indicam um processo de hierarquização valorativa que foi da palavra oral para a escrita, e desta para os números.

[29] Ver, novamente, Scott, Tehranian & Mathias (2002) para os usos do número e do nome (no caso, aliás, do *sobrenome*) na identificação do indivíduo pelo Estado.

[30] Esta análise será desenvolvida em versão expandida deste texto.

[31] Ver o site <www.redegoverno.gov.br> para os programas do atual governo.

[32] No Encontro Nacional de Desburocratização, realizado nos dias 21-22/11/2000 em Brasília,

após a abertura com a presença do presidente da República, o primeiro evento focalizou o tema "Desburocratização para as Micro e Pequenas Empresas" e o conferencista foi o presidente do Sebrae.

[33] Agradeço a Wilson Trajano Filho essa sugestão.

[34] Um modelo de cidadania mais universalista está representado no número do CPF, por exemplo; um mais controlador e policial, na carteira de identidade; outro mais particularista, no título de eleitor.

[35] Já em 1982, uma entrevista de Aloísio Magalhães à revista *Isto É* (13/1) deixava clara a intenção, ainda hoje presente, de modificar "a consciência do Brasil".

[36] A expressão "integrado de ponta a ponta" foi enfatizada pelo ministro Pedro Malan no Encontro Nacional de Desburocratização (22/11/2000), ao comentar a palestra do então ministro da Casa Civil, Pedro Parente.

[37] Essas observações reprisam Peirano (1986), mas decidi revê-las nesse novo contexto.

[38] Para evitar que uma única pessoa possa ter 27 números diferentes de identidade, já que cada estado e mais o Distrito Federal têm responsabilidade e autonomia para emitir o registro civil sem a obrigatoriedade de conferir se o indivíduo tem cadastro em outras unidades da federação, o presidente da República sancionou em abril de 1997 a Lei nº 9.454, instituindo o número único de Registro de Identidade Civil em todo o país. (Cf. *Jornal do Brasil*, 15/6/2001, p. 15.)

[39] Ver, por exemplo, Dershowitz (2001), Wakin (2001), Kilborn (2002).

Referências bibliográficas

AUSTIN, J. *How to Do Things with Words.* Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1962.

BENDIX, R. *Nation-Building and Citizenship.* New York: Anchor Books, 1964.

BISLEV, Sven. Understanding Public Management Reform: Globalization and Liberalism. Paper presented at the XVIII IPSA World Congress, Quebec, 1-5 de agosto, 2000.

BORGES, Antonádia M. Os Signos de uma Invasão: Espaço e Política no Distrito Federal. In: PEIRANO, M. (org.). *Análise de rituais.* Brasília: Universidade de Brasília, 2000. (Série Antropologia 283).

_____. *Tempo de Brasília. Etnografando Lugares-eventos da Política.* Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

DA MATTA, Roberto. A Mão Invisível do Estado: notas sobre o significado cultural dos documentos na sociedade brasileira. Anuário Antropológico/99:37-64. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.

DERSHOWITZ, A. Why Fear National ID Cards?. *The New York Times,* New York, 13 de out., 2001.

ELIAS, Norbert. Processes of State-Formation and Nation-Building. Transactions of the Seventh World Congress of Sociology. vol. III. Geneva: International Sociological Association, 1972.

ELON, A. Scenes from a Marriage. *New York Review of Books,* XLVIII (11): 57-58, 2001.

GOODY, Jack. *The Power of the Written Tradition*. Washington: Smithsonian Institution Press, 2000.

KILBORN, P. Your Thumb Here: Newest ID of Choice at Store and on Job. *The New York Times*, New York, 20 de fev., 2002.

KUSCHNIR, Karina. *O cotidiano da Política.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

LEACH, E. Ritualization in Man. In: LESSA, W; VOGT, E. (eds.). *Reader in Comparative Religion.* Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1966, pp. 333-337.

LEVI-STRAUSS, Claude. *La Pensée Sauvage*. Paris: Plon, 1962.

MALINOWSKI, B. *Coral Gardens and Their Magic.* Bloomington: Indiana University Press, 1935.

MAUSS, M. *La Nation. L'Année Sociologique*. Série 3, pp. 7-68, 1953-1954.

OLIVEN, Ruben G. De Olho no Dinheiro nos Estados Unidos. *Estudos Históricos*, 27:206-235, 2001.

PEIRANO, Mariza. Reflexões sobre a Cidadania no Brasil. Série Antropologia. Brasília: EDUnB, 1982.

_____. *Sem Lenço, Sem Documento.* Reflexões sobre Cidadania no Brasil. Sociedade e Estado. Brasília: EDUnB, 1(1): 49-63, 1986.

_____. Prefácio. In: PEIRANO, M. (org.). *O dito e o feito. Ensaios de antropologia dos rituais.* Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

PEIRCE, Charles. *Philosophical Writings of Peirce. Selected and Edited with an Introduction by Justus Buchler.* New York: Dover Publications, 1955.

POGGI, G. *The Development of the Modern State. A Sociological Introduction.* Stanford: Stanford University Press, 1978.

POOVEY, Mary. *A History of the Modern Fact. Problems of Knowledge in the Sciences of Wealth and Society*. Chicago: The University of Chicago Press, 1998.

REIS, Elisa. *Processos e escolhas. Estudos de Sociologia Política*. Rio de Janeiro: Contracapa, 1998.

SANTOS, Wanderley G. dos. *Justiça e cidadania*. São Paulo: Campus, 1979.

SARAMAGO, José. *Todos os nomes*: Romance. Lisboa: Caminho, 1997.

SCOTT, C.S.; TEHRANIAN, J.; MATHIAS, J. The Production of Legal Identities Proper to States: the Case of the Permanent Family Surname. *Comparative Studies in Society and History*, 44(1): 4-44, 2002.

SILVA, Cristhian T. *Borges, Belino e Bento. A fala ritual entre os tapuios de Goiás.* São Paulo: Editora Annablume, 2003.

SILVERSTEIN, Michael. Language as Part of Culture. In: TAX, S.; FREEMAN, L. G. (eds.). *Horizons of Anthropology*. 2ª ed. Chicago: Aldine Publishing Company, 1977, pp. 119-131.

TAMBIAH, Stanley J. *A Performative Approach to Ritual.* Culture, Thought, and Social Action. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1985.

TORPEY, J.C. *The Invention of the Passport:* Surveillance, Citizenship, and the State. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

WAKIN, D. National I.D. Cards: One Size Fits All. *The New York Times.* New York, 7 de out., 2001.

CAPÍTULO 2

Direitos republicanos, identidades coletivas e esfera pública no Brasil e no Quebec[1]

Luís Roberto Cardoso de Oliveira

O processo de redemocratização no Brasil, que desembocou na promulgação da nova Constituição em 1988, e as demandas por reconhecimento no Quebec trazem à luz questões interessantes para uma reflexão sobre a relação entre identidades coletivas e a definição de direitos de cidadania na esfera pública. Os dois casos ilustram uma certa tensão na articulação ou intercessão entre direitos individuais e coletivos ou direitos diferenciados por grupo, para utilizar uma expressão de Kymlicka (1995). Esses direitos estão intimamente associados a identidades culturais e/ou sociais, o que coloca questões de difícil resposta para as teorias contemporâneas sobre democracia e cidadania, que têm como foco o indivíduo autônomo, sujeito normativo das instituições.

Enquanto no Brasil a relação entre identidades sociais e cidadania se desenvolveu através de um processo de expansão de direitos mediado por um certo *sindicalismo* – cujas lideranças eram cooptadas pelo Estado e mediavam a articulação de suas corporações com ele (o chamado *peleguismo*) –, tendo como pano de fundo uma perspectiva cultural que estrutura o mundo social como uma hierarquia, já no caso do Quebec o exercício dos direitos de cidadania é percebido pelos franco-quebequenses como sendo significativamente prejudicado pela falta de reconhecimento de sua identidade nacional ou cultural. Dado que o Quebec, sendo uma província canadense, tem grande apreço pelos valores do individualismo e da igualdade, sua comparação com o caso brasileiro produz um cenário contrastante que ajuda a iluminar as dificuldades oriundas da articulação entre direitos individuais e identidades coletivas para a definição da cidadania nas democracias contemporâneas. Na mesma direção, a comparação sugere que uma análise dos direitos de cidadania requer não apenas um foco na investigação de como esses direitos são de fato praticados *in loco*, mas demanda também um exame da relação entre as dimensões legal e moral da cidadania.

O fortalecimento dos sindicatos no cenário político brasileiro, ao lado de um certo fisiologismo cultural de longa data (marcado por práticas clientelistas nor-

malmente associadas a políticos conservadores ou de direita), provocou recentemente um debate sobre a importância dos *direitos republicanos* – em defesa do interesse público contra práticas patrimonialistas de corporações e pessoas físicas –, caracterizados como direitos de cidadania de terceira geração.[2] Entrementes, no Quebec, a falta de reconhecimento do seu caráter culturalmente *distinto* dentro do Canadá tem estimulado o crescimento de uma perspectiva nacionalista na província, que levou o Canadá a uma grande crise constitucional. Ainda que as mudanças desejadas para a superação dos respectivos problemas nos dois países demandem algum tipo de inovação no plano jurídico ou de reforma constitucional, os problemas em pauta também requerem desenvolvimentos de outra ordem. Como argumentarei no que se segue, tanto no caso do esforço para estimular uma maior preocupação com o interesse público e com o respeito aos direitos individuais (universalizáveis) no Brasil, como no caso do empenho pela garantia do reconhecimento de fato da identidade *distinta* dos quebequenses no Canadá, trata-se de mudanças que demandam uma aceitação genuína de certos valores, cuja efetivação implica sua internalização. Ou seja, trata-se de um processo que requer alterações não apenas no campo do comportamento, mas no das atitudes, e que não pode ser implementado por decreto ou a partir de iniciativas exclusivamente legislativas.

Nesse empreendimento, farei inicialmente um breve retrospecto do processo de expansão dos direitos de cidadania no Brasil (da era Vargas, nos anos 1930, à nova Constituição de 1988), chamando a atenção para o papel dos sindicatos na esfera pública, assim como para a nossa dificuldade cultural em universalizar o respeito aos direitos (básicos) de cidadania na vida cotidiana. Esse quadro deve explicar, por um lado, porque a noção de direitos republicanos motivou um debate recente no Brasil[3] e, por outro lado, porque as ações limitadas à esfera jurídico-legal são insuficientes para atacar o problema de maneira adequada. Passarei então para a discussão da crise constitucional canadense, tendo como foco o significado da demanda por reconhecimento do Quebec, e atentando para as dificuldades que tal demanda suscita no resto-do-Canadá. Desse modo, a crise será contextualizada no âmbito das diferenças de visão que francófonos e anglófonos têm sobre a história do Canadá e sobre o papel desempenhado por cada grupo no processo de formação do país, assim como no que concerne às suas divergências quanto ao lugar das identidades coletivas na esfera pública, sem deixar de lado os conflitos em torno da língua e da cultura ou o significado da Revolução Tranqüila como um marco na transformação do nacionalismo quebequense. Aqui, também, procurar-se-á mostrar como a luta por mudanças no plano constitucional/legal representa apenas um aspecto do problema.

Finalmente, irei me reportar aos dois casos para argumentar que o exercício da cidadania tem uma dimensão moral que não pode ser satisfatoriamente

equacionada apenas no plano estritamente legal ou formal. Esta dimensão moral chama a atenção para o caráter culturalmente contextualizado de todas as interações sociais e envolve uma relação entre direitos e identidades, permeando as relações sociais no espaço público (englobando a sociedade civil e sua interface com o Estado), onde o simbolismo da ação social tem um papel central. Como tal, essa dimensão moral constitui um aspecto importante da experiência dos atores, situada no cerne do mundo da vida, a qual demanda renovação constante e não admite soluções ou arranjos permanentes nem está sujeita a legitimações definitivas. Nesse sentido, a definição de regras de interação normativamente adequadas é um passo importante, mas insuficiente para que certos direitos de cidadania sejam contemplados. Uma vez que a idéia de direitos morais tenha sido estabelecida, a importância da cultura e da dimensão simbólica dos direitos vem à tona de maneira evidente, sugerindo a tematização da relação entre esfera pública e espaço público para viabilizar uma discussão mais detida sobre o exercício da cidadania na vida cotidiana.[4]

A expansão dos direitos e a percepção da cidadania no Brasil

Muitos analistas já chamaram a atenção de que a expansão dos direitos de cidadania no Brasil não seguiu o processo tradicional descrito por Marschall (1976), no qual os direitos civis, os políticos e os sociais foram institucionalizados nesta ordem (Cardoso 1991, *inter alia*). De fato, os três tipos de direitos de cidadania definidos por Marschall não só foram estabelecidos e expandidos mais ou menos ao mesmo tempo no Brasil, mas, em alguma medida, poder-se-ia dizer que os direitos sociais assumiram a liderança do processo, mesmo que seu nível de institucionalização seja ainda insatisfatório nos dias de hoje. Tratando-se de uma sociedade onde a escravidão era uma instituição legal até 1888, e onde as classes médias urbanas assim como as classes trabalhadoras eram relativamente pequenas e politicamente frágeis até os anos 1950, durante muito tempo a maior parte da população estava na realidade excluída do exercício dos direitos civis e políticos, mesmo quando estes já existiam no papel ou já estavam previstos em lei. Seja devido à falta de educação e à ignorância sobre direitos de cidadania, ou devido ao fato de as condições sociais e do senso comum correspondente enfatizar uma visão hierárquica do mundo social – especialmente nas áreas rurais onde a maioria da população vivia antes de 1950 –, a realidade é que de uma maneira geral os direitos de cidadania não estavam ao alcance de uma parcela significativa da população. Tal quadro é particularmente interessante porque, de certo modo, de um ponto de vista formal, com exceção dos dois períodos de ditadura (1935-45 e 1964-85), o Brasil se constituiu numa democracia liberal desde a promulga-

ção de sua primeira Constituição em 1824. Mesmo levando-se em conta que nesse momento o voto era censitário, situação que perdurou até 1891, quando as restrições econômicas foram banidas e o voto universal foi estabelecido, deixando fora do sistema apenas os analfabetos, os vagabundos, os soldados e os homens religiosos, além da exclusão significativa das mulheres, que só passaram a gozar do direito de votar em 1933.

Mas se, de um ponto de vista formal, os direitos civis e políticos já estavam em grande medida legalmente sancionados na virada do século, esse não era o caso dos direitos sociais, cuja legislação era muito tímida até os anos 1930, marcando o início da era Vagas, quando o Ministério do Trabalho foi criado (em 1931). Nesse momento também foi aprovada no Congresso uma lei sobre direitos de férias e os direitos de seguridade social foram ligeiramente ampliados, para incluir a instituição de um seguro contra acidentes de trabalho, ao lado do estabelecimento de fundos de pensão governamentais e seguro de saúde. Entretanto, o acesso a esses direitos e benefícios era mediado pela carteira de trabalho dada para os trabalhadores cujas ocupações estavam reguladas pelo Estado. A apresentação da carteira de trabalho por parte dos trabalhadores era um requisito para o acesso aos serviços e/ou para que suas demandas fossem processadas. Essa situação motivou Santos a definir a condição dos trabalhadores através da noção de *cidadania regulada*:

> […] Por *cidadania regulada* entendo o conceito de cidadania cujas raízes encontram-se, não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional, e que, ademais, tal sistema de estratificação ocupacional é definido por norma legal. Em outras palavras, são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações *reconhecidas* e *definidas* em lei. A extensão da cidadania se faz, pois, via regulamentação de novas profissões e/ou ocupações, em primeiro lugar, e mediante ampliação do escopo dos direitos associados a estas profissões, antes que por expansão dos valores inerentes ao conceito de membro da comunidade. A cidadania está embutida na profissão e os direitos do cidadão restringem-se aos direitos do lugar que ocupa no processo produtivo, tal como reconhecido por lei. Tornam-se pré-cidadãos, assim, todos aqueles cuja ocupação a lei desconhece... (Santos 1987:68).

Desse modo, todos os trabalhadores rurais e aqueles que trabalhavam em áreas urbanas, mas cujas ocupações não estavam legalmente reguladas pelo Estado, eram excluídos dos respectivos direitos e vantagens. Na mesma direção, se a carteira de trabalho foi instituída em 1932, os sindicatos foram legalizados mais ou menos na mesma época e passaram a ter um papel importante na esfera públi-

ca, como mediadores oficiais e obrigatórios entre as demandas dos trabalhadores e o Estado. Como apenas os trabalhadores cujas ocupações/profissões haviam sido reguladas poderiam se associar em sindicatos, eles eram os únicos habilitados a apresentar reclamações trabalhistas às Juntas de Conciliação e Julgamento, assim como desfrutar certos benefícios, como tirar férias, por exemplo (Santos 1987:69). A citação acima indica que a legislação trabalhista que entrou em vigor na década de 30 não apenas excluía a maioria da população dos direitos sociais implementados no período, mas estabelecia uma hierarquia entre as ocupações/profissões reguladas, instituindo diferenças de acesso aos direitos segundo o status de cada uma.[5] Em uma palavra, esse processo de expansão de direitos significou que os direitos sociais não foram estabelecidos segundo princípios universalistas, o que motivou a formação de fortes identidades coletivas associadas à filiação sindical, tornando difícil a articulação de um discurso coerente em defesa de uma perspectiva universalista sobre os direitos de cidadania, dado que tal perspectiva não encontrava respaldo entre os trabalhadores.[6] Como assinala Santos, a carteira de trabalho se "tornou uma certidão de nascimento cívico para o cidadão regulado" (idem:69).[7]

A carteira de trabalho também se tornou um símbolo importante de identidade social, que poderia ser exigido pela polícia em suas rondas, ou em diligências nas favelas urbanas, quando o documento é freqüentemente solicitado de maneira arbitrária, ainda que sob o argumento de suspeição (Kant de Lima 1995:58). Nesse contexto, a carteira de trabalho é tomada como um símbolo de correção e de dignidade, que identifica os cidadãos respeitadores da lei, fazendo com que aqueles que não têm a carteira possam ser tratados pela polícia como *vagabundos* ou cidadãos desqualificados, tornando-se imediatamente suspeitos, e ficando sujeitos a *atos de desconsideração*,[8] a provocações e arbitrariedades por parte da polícia. Na realidade, isto significa que as pessoas que não têm carteira de trabalho e que são pobres, naturalmente, estão sujeitas a terem seus direitos civis arbitrariamente questionados (quando não violados) pela polícia.[9]

Além disso, a regulação de ocupações e/ou profissões pode trazer ainda outros benefícios para aqueles trabalhadores registrados nelas. Um desses benefícios mais significativos é a reserva de vagas no mercado de trabalho, às quais os trabalhadores e/ou profissionais registrados passam a ter acesso exclusivo. Isto é, em tais ocupações/profissões só aqueles trabalhadores que foram formalmente registrados podem ser legalmente contratados. Se faz sentido sancionar legalmente esse tipo de constrangimento para contratações ou para o exercício da profissão em áreas como direito e medicina, onde a falta de treinamento adequado do profissional pode prejudicar seriamente as condições de existência ou a saúde do cliente, não se pode dizer o mesmo no caso de profissões como jornalismo, por exemplo, que não expõem aos mesmos riscos aqueles que se utilizam

dos seus serviços. Nesse sentido, deve-se observar que a atividade jornalística freqüentemente exige treinamento em outras áreas (por exemplo, economia, ciência política, sociologia etc.), cujos especialistas eram até recentemente formalmente recrutados pela imprensa sem que o diploma de jornalismo fosse exigido, e tinham bom desempenho em suas funções.

Ainda que a institucionalização da carteira de trabalho, e da legislação trabalhista que veio com ela, tenha caracterizado um processo desigual e injusto de formalização dos direitos sociais, com suas respectivas implicações para o status da cidadania também em outras áreas, esse processo não deixou de representar, ao mesmo tempo, uma expansão significativa dos direitos de cidadania. Contudo, as identidades coletivas formadas durante esse período, em conexão com a regulamentação de profissões ou ocupações, se articulam bem com a estrutura hierárquica da sociedade brasileira (no que concerne ao *ethos* da população e a sua visão de mundo), e continuou tendo um impacto na definição de políticas públicas durante todo o processo de redemocratização que culminou com a promulgação na nova Constituição, tendo ainda hoje um papel importante na esfera pública. Isto é, com a diferença significativa de que parte da legislação recente cuja elaboração foi motivada por essa perspectiva, com o apoio dos sindicatos, não pode ser vista como um avanço inequívoco no processo de expansão dos direitos de cidadania. Basta lembrar alguns aspectos dos direitos sociais sancionados pela nova Constituição de 1988, alguns dos quais são tematizados de maneira reveladora nos debates atuais sobre as propostas de reforma constitucional encaminhadas pelo governo, ou na polêmica em torno da institucionalização de um sistema de eleição paritário para a escolha do reitor e dos diretores das universidades federais.

No primeiro caso, penso especialmente na aprovação do Regime Jurídico Único (RJU) pelo Congresso, mudando a situação funcional ou o caráter do vínculo empregatício dos servidores públicos, os quais ganharam tantos direitos especiais que, sob importantes aspectos, é difícil não pensar sobre eles como um grupo de trabalhadores privilegiados. Contudo, o mais impressionante em tudo isso é que, como outras tentativas ou esforços legislativos do mesmo tipo, a aprovação do RJU foi motivada por preocupações que visavam à justiça social. Ou seja, medidas satisfazendo interesses privados são formuladas como (se fossem) um benefício para a sociedade mais ampla, e privilégios ilegítimos são apresentados sob a capa dos direitos sociais, como se estivessem apoiados em princípios universalistas. Nesse sentido, devo dizer que, além das tradições culturais que impulsionaram o fortalecimento das identidades coletivas mencionado acima, há pelo menos dois aspectos que precisam ser considerados para tornar inteligível a distância entre os ideais de justiça social e a promulgação de leis que, na realidade, sugerem a direção oposta: (a) o fato de a Constituição ter sido votada imediata-

mente após um longo período de ditadura, dentro do qual foi produzido um grande déficit em relação aos direitos de cidadania (não apenas sociais), e o Congresso estava ansioso para reverter esse quadro; e, (b) o país estava atravessando um longo período de hiperinflação no qual a maioria das pessoas havia perdido qualquer referência para apoiar suas avaliações econômicas ou financeiras, e o governo havia perdido o controle sobre o real significado de seu orçamento.[10]

Assim, o RJU estabeleceu um regime de estabilidade para todos os servidores públicos e um sistema previdenciário no qual eles não apenas se aposentavam com o salário integral, mas tinham "direito" a um aumento para tornar o salário equivalente à próxima posição na carreira, ou a uma elevação salarial de 20% para aqueles que já estavam no topo! Se somarmos a isto o fato de que até recentemente todo homem podia se aposentar depois de 35 anos de trabalho (30 anos no caso das mulheres), independentemente do período de contribuição previdenciária, ou do valor desta, é fácil imaginar o tamanho do déficit potencial de tal sistema. Especialmente se tomarmos como referência os segmentos de melhor remuneração no funcionalismo público, cujos membros são também aqueles que se aposentam mais cedo, que vivem mais, e que contribuem proporcionalmente menos para o sistema antes da aposentadoria. Sem dúvida, esse é um sistema extremamente iníquo, qualquer que seja o ângulo tomado para examiná-lo. Uma conseqüência imediata do sistema é que os trabalhadores da iniciativa privada pagam duplamente por este privilégio do funcionalismo público: primeiramente, porque os direitos especiais do funcionalismo são pagos com o dinheiro dos impostos pagos por todos e, depois, porque o déficit criado pelo sistema também terá que ser pago com o dinheiro do contribuinte. Dinheiro que, de outra maneira, poderia estar sendo investido em políticas públicas de natureza mais universalista.

Direitos republicanos e o interesse público

De qualquer forma, este é o tipo de problema que uma ênfase nos direitos republicanos, assim como proposta por Bresser Pereira, pretende evitar. Diferentemente dos direitos civis e políticos, os quais foram historicamente institucionalizados para evitar as arbitrariedades de um Estado autoritário, ou mesmo dos direitos sociais que protegem os pobres contra os ricos e os poderosos, os direitos republicanos são definidos por Bresser Pereira (1997:106) como uma proteção contra aqueles que privatizam ou se aproveitam da coisa pública, *res publica*, em benefício próprio. Trata-se dos direitos de acesso aos bens públicos ou ao patrimônio compartilhado por todos os cidadãos, os quais não deveriam ser apropriados por indivíduos ou por grupos de interesse (idem:119). Bresser Pereira distingue três tipos de direitos republicanos: (1) o direito ao meio ambiente ou ao patri-

mônio ecológico; (2) o direito ao patrimônio histórico-cultural; e (3) o direito à economia pública ou ao patrimônio econômico, a coisa pública em sentido estrito (ibidem:120).

Este último está no cerne da análise de Bresser Pereira, em vista das dificuldades especiais para se criar mecanismos efetivos em sua defesa, e constitui um tipo particularmente estimulante para a discussão da complexidade da separação entre interesses públicos e privados em certos contextos. De acordo com Bresser Pereira, enquanto os direitos republicanos clássicos são de fácil identificação e existem meios relativamente efetivos para protegê-los, não se pode dizer o mesmo sobre os modernos atos de violência contra estes direitos. No primeiro caso o autor menciona o direito de proteção contra atos de corrupção, nepotismo e evasão fiscal, sendo todos claramente definidos e tipificados na lei.[11] Entretanto, quando se fala das formas modernas de agressão aos direitos republicanos a coisa muda de figura. Pois, mesmo que não seja difícil identificar onde a violência ocorre, ou caracterizar os tipos de atos através dos quais a violência tem lugar, é freqüentemente difícil separar entre estes atos aqueles cuja pretensão de legitimidade pode ser fundamentada, e aqueles onde isto não pode ser feito.

Os principais exemplos de agressões à *res publica* que Bresser Pereira tem em mente são: (a) políticas industriais que dão subsídios ou benefícios fiscais mal justificados (por exemplo, às usinas de álcool no Nordeste), e a prática de fechar contratos com empresas privadas sem concorrência pública; (b) políticas que se pretendem orientadas por interesses sociais mas que, de fato, trazem benefícios especiais apenas para alguns indivíduos ou grupos, normalmente no âmbito das classes médias que têm poder eleitoral, como no caso das vantagens dadas às pessoas que deviam dinheiro ao Banco Nacional de Habitação (BNH), referente a financiamentos para a compra da casa própria, no final dos anos 1980; e, (c) políticas administrativas que protegem indevidamente os funcionários públicos, tornando difícil fazer com que eles se dediquem ao trabalho ou pagando-lhes um salário desproporcionalmente alto (Bresser Pereira 1997:125).

A discussão acima sobre o RJU e o excepcional sistema de previdência dos funcionários públicos no Brasil se encaixam perfeitamente neste terceiro exemplo de violência à *res publica* descrito por Bresser Pereira. Contudo, se esses exemplos representam casos claros e cristalinos de agressão aos direitos republicanos, é freqüentemente difícil separar subsídios mal justificados daqueles que são razoáveis, ou políticas habitacionais socialmente orientadas daquelas que viabilizam interesses privatistas ou exclusivistas, assim como distinguir aumentos de salário ou vantagens merecidas dadas ao funcionalismo público da implementação de privilégios injustificados de todos os tipos. É por isso que, contrariamente às formas clássicas de violência contra os direitos republicanos, Bresser Pereira argumenta que as formas modernas são relativas e dependem de proces-

sos de formação de consenso para viabilizar a separação entre interesse público e privado (idem:127).

Parece-me que esse ponto é bem fundamentado e sugere uma dificuldade a mais para a criação de leis ou procedimentos que identifiquem de maneira efetiva essas formas modernas de violência e que garantam a proteção dos direitos republicanos contra elas. Entretanto, a discussão de Bresser Pereira deixa de fora pelo menos um tipo importante de agressão à *res publica* cuja natureza não é essencialmente econômica, e não atenta para a importância de uma dimensão cultural que tem papel significativo nos esforços para separar os interesses públicos dos privados. Do meu ponto de vista, as demandas para a institucionalização de um sistema de gestão paritária nas universidades federais seria um bom exemplo de violência contra a *res publica* cujo impacto econômico seria uma conseqüência *apenas* secundária. O principal objetivo dessa demanda é a alteração das regras para escolha de dirigentes universitários, assim como daquelas que definem a composição dos conselhos e comitês que dirigem a universidade em todos os níveis. O argumento é de que a chamada "comunidade universitária" é composta por três segmentos – docentes, discentes e funcionários técnico-administrativos – que deveriam ter o mesmo peso, como segmentos, na direção da universidade. Dessa maneira, o reitor (além dos diretores de institutos e faculdades, assim como os chefes de departamento) deveria ser eleito pelo sistema paritário: onde os votos são computados de acordo com uma fórmula na qual o voto de cada indivíduo é igual à percentagem que ele ou ela representa no conjunto de seu segmento (ver Cardoso de Oliveira 1996a; 1996b). Como os docentes constituem o menor segmento, o voto de cada um deles, como indivíduos, tem um peso maior do que aquele dos membros dos outros segmentos.

Quanto à composição dos conselhos e comitês universitários, a idéia é de que seus membros deveriam ser igualmente distribuídos entre os segmentos. Já assinalei, em outro lugar, que o principal problema com essas demandas é que elas abstraem a universidade e sua "comunidade" da sociedade mais ampla, deixando inteiramente de lado o papel ou função social da instituição, para tentar legitimar a pretensão de igual participação dos segmentos no gerenciamento e na definição da política acadêmica da universidade (Cardoso de Oliveira 1996a; 1996b). É como se os interesses dos segmentos, como grupos corporados, devessem ter prioridade sobre os interesses da sociedade como um todo. É bem sabido que a universidade cumpre seu papel social através da produção de conhecimento e do treinamento de técnicos e/ou de especialistas de todos os tipos, e qualquer proposta para alterar seu sistema de gerenciamento ou suas políticas acadêmicas tem que estar subordinada a estes valores e objetivos maiores. Isto significa que tentativas sérias para legitimar a participação eventual dos segmentos, como tais, no gerenciamento da universidade, teriam que argumentar e

avaliar a contribuição potencial de cada segmento para a realização dos objetivos e da função social da instituição na sociedade. Mas isto nunca foi feito. O mero fato de constituírem os usuários imediatos do espaço da universidade é percebido como um argumento suficiente para permitir que os segmentos tenham uma posição privilegiada na determinação dos projetos da instituição e na sua organização. Ao contrário, de acordo com o argumento desenvolvido aqui, a proposta da paridade poderia ser vista como uma tentativa de privatizar o espaço público da universidade.

Gostaria de chamar a atenção para o fato de que, como no caso do RJU e do sistema previdenciário especial do funcionalismo público discutido acima, a demanda pela institucionalização da paridade é formulada como um direito social e como um passo importante em direção a um gerenciamento mais democrático da universidade. Em outras palavras, uma reivindicação cuja eventual implementação significaria um exemplo de privatização do espaço público – na medida em que se estaria dando precedência aos interesses particulares dos segmentos contra o interesse público da sociedade – é apresentada como o seu oposto, ou como um mecanismo para tornar o gerenciamento da universidade mais aberto, mais transparente e mais orientado para o interesse público. A distância entre os ideais afirmados e as conseqüências factuais da demanda levam-me para o último aspecto que gostaria de mencionar sobre cidadania e identidades coletivas no Brasil, antes de me dirigir para a questão de como a articulação entre direitos de cidadania e identidades coletivas ganha forma no Quebec.

Tendo como referência o trabalho de DaMatta (1979; 1991), no qual ele caracteriza o Brasil como uma sociedade relacional que articula a lógica moderna do individualismo com uma lógica tradicional que valoriza a hierarquia e dá precedência às relações, argumentei que os brasileiros costumam valorizar muito mais as expressões de consideração à pessoa de seus interlocutores do que o respeito aos direitos (universalizáveis) do cidadão genérico (Cardoso de Oliveira 1996b). Na mesma direção, DaMatta afirma que, enquanto a lógica moderna é simbolicamente associada ao *mundo da rua*, a lógica tradicional seria identificada com o *mundo da casa* onde a família e as relações personalizadas têm prioridade. A articulação das duas lógicas teria engendrado então desvios para cima e para baixo na condição da cidadania. Isto é, enquanto o *mundo da rua* seria vivido como um espaço onde prevalece a percepção de "subcidadania", no *mundo da casa*, ou quando os atores se beneficiam das regras vigentes aí para pautar suas relações no espaço público, seria experimentada a condição de "supercidadania" (DaMatta 1991:100; Cardoso de Oliveira 1996b:71).

Assim, em uma comparação com os EUA, sugeri que os dois países teriam déficits de cidadania em direções opostas, ainda que o déficit brasileiro tenha me parecido muito maior do que aquele encontrado nos EUA (Cardoso de Oliveira

1996b). Argumentei, então, que condições satisfatórias para o exercício da cidadania requeriam um equilíbrio entre os princípios de Justiça e de solidariedade, os quais, no plano da vida cotidiana, poderiam ser razoavelmente traduzidos na, respectivamente, atitude de respeito aos direitos do indivíduo e na expressão de consideração à pessoa do cidadão. Enquanto uma ênfase excessiva na expressão de consideração dificultaria a efetivação do respeito aos direitos do indivíduo (de caráter universalizável), a causa do déficit brasileiro, uma preocupação exagerada com a proteção destes direitos reduziria o espaço ou as possibilidades para a expressão de consideração e, desse modo, exporia os atores a, inadvertidamente, cometerem insultos morais – a causa do déficit americano. Como os cidadãos também devem ter proteção contra insultos morais, assim como deveriam estar aptos a demandar o reconhecimento de suas identidades enquanto pessoas, o déficit americano me levou a contemplar o significado do que gostaria de chamar direitos morais, articulados com problemas de cidadania. Tais direitos, como eu os entendo, estão fortemente associados a questões relativas ao reconhecimento da identidade, e uma de suas principais características é o fato de que, via de regra, eles não podem ser imediatamente traduzidos em benefícios ou perdas materiais, nem ser satisfatoriamente protegidos por meios legais.[12] De certa maneira, poder-se-ia dizer que agressões a esses direitos emergem e se tornam mais evidentes nas atitudes dos atores, e não tanto nas suas ações em sentido estrito. Retornarei ao assunto adiante, em minha discussão sobre o Quebec.

Mas, retomando o problema da distância entre, por um lado, os ideais explicitados motivando o apoio à institucionalização do RJU ou da "paridade" nas universidades e, por outro, as implicações sociais dessas medidas, penso que a ênfase cultural brasileira nas expressões de consideração e sua relação com a lógica do *mundo da casa*, revelada por DaMatta, estimula os atores a se identificarem com suas comunidades imediatas (vistas como totalidades autocontidas, mesmo quando percebidas como parte de uma unidade mais ampla que as englobaria), em prejuízo da sociedade a sua volta, vista como uma sociedade de cidadãos sem face ou identidade, em uma palavra, despessoalizados.[13] Entretanto, isto não quer dizer que os atores não se preocupem com a sociedade dos cidadãos, ou que não endossem a noção de direitos individuais universalizáveis, segundo uma concepção moderna de cidadania. Como indiquei acima, o processo de expansão de direitos de cidadania durante a era Vargas – dando acesso a benefícios previdenciários (inclusive de assistência médica) e trabalhistas através da regulação das profissões – deu suporte à idéia de que demandas por direitos bem-sucedidas favorecendo grupos particulares teriam, de fato, significado uma expansão dos direitos de cidadania, ainda que tenham significado também uma estratificação dos cidadãos no acesso aos respectivos direitos, aos quais uma parcela importante da população se manteve totalmente excluída. Pois, além de am-

pliar a comunidade de cidadãos, o sucesso de alguns grupos podia ser visto como um primeiro passo em direção à universalização dos direitos, ou um exemplo a ser seguido por outros grupos que, no tempo devido, seriam bem-sucedidos também.

Outro aspecto da dimensão cultural com impacto direto nos direitos de cidadania é a dificuldade encontrada pelos atores para articular, coerentemente, a dissonância entre a visão abstrata e amplamente compartilhada por eles sobre a igualdade de direitos no plano da cidadania e a orientação freqüentemente hierárquica de suas ações ou práticas cívicas na vida cotidiana. O que indicaria a existência de uma certa desarticulação entre esfera pública e espaço público no Brasil. Pois, uma coisa é acreditar na igualdade de direitos (entre os indivíduos ou cidadãos), e outra coisa é deixar de fazer um favor a um amigo – normalmente em prejuízo de outros –, mesmo quando isso ocorre em situações corriqueiras, como nas solicitações para ceder um lugar na fila do banco, por exemplo. Claro está que o lugar cedido aqui não é (apenas) aquele ocupado pela pessoa que faz a gentileza, mas o dos cidadãos (genéricos, despessoalizados) que se encontram atrás dele na fila, os quais são *desconsiderados* (ou insultados), ainda que esta não tenha sido a intenção dos "agressores". Nesse sentido, a importância atribuída à manifestação de consideração, ou ao reconhecimento do valor do interlocutor, se constitui em uma barreira significativa para a universalização do respeito aos direitos do indivíduo na vida cotidiana e é muitas vezes utilizada de maneira ilegítima como um filtro para negar direitos básicos às pessoas que, à primeira vista, não parecem merecê-los. Apesar de qualquer um poder exigir, com sucesso, um tratamento com consideração, independentemente de sua classificação em termos de renda, prestígio e status social, o êxito na obtenção do tratamento desejado vai depender da habilidade (e/ou da oportunidade) do ator para transmitir o que tenho chamado de referência substantiva à sua característica de pessoa moral, ou uma identidade valorizável, a qual funcionaria como um índice de dignidade. Entretanto, quando o ator não tem sucesso na apresentação da própria identidade, ele está sujeito não apenas ao tratamento com *desconsideração*, mas, sobretudo, ao desrespeito de seus direitos básicos de cidadania.

Na mesma direção, como as pessoas estão sujeitas a ter os mais diversos tipos de preconceitos, sempre que estes atuam na definição das interações sociais eles minam as chances de identificação da referência ou substância moral característica das pessoas dignas e, portanto, tendem a estimular o desrespeito a direitos ou mesmo atos de agressão entre as partes. Por essa razão argumentei que, em alguma medida, o preconceito racial no Brasil deve ser visto como um agravante, bastante significativo e contundente, de um padrão de *discriminação cívica* que afeta um segmento muito mais amplo da população (Cardoso de Oliveira 1997:145-155). O não reconhecimento do valor ou da identidade/substância moral do interlocutor estimula a negação de sua dignidade, podendo inviabilizar o

seu tratamento como um igual ou como uma pessoa/ser humano respeitável, igualmente merecedor de atenção, respeito e consideração.

Agora, gostaria de sublinhar dois aspectos para sintetizar minha caracterização da relação entre identidades coletivas e cidadania no Brasil: (1) dado o processo histórico de expansão dos direitos de cidadania através da *regulação* de profissões, tendo como pano de fundo uma perspectiva cultural que estrutura o mundo como uma hierarquia, o fortalecimento dos sindicatos deu lugar ao desenvolvimento de identidades sociais vigorosas, as quais ainda hoje desempenham um papel importante na esfera pública e motivam os atores a ver seus sindicatos ou corporações como totalidades significativas, constituindo uma referência abrangente ou universalizável, cujos interesses eles têm dificuldade para relativizar e/ou para distinguir da idéia de interesse público, naquilo em que este representaria a perspectiva da sociedade mais ampla;[14] (2) o alto valor atribuído às noções de consideração, dignidade e distinção (enquanto qualidade ou mérito singular dissociado da idéia de desempenho) em relação à pessoa do cidadão, as quais freqüentemente têm precedência sobre a atitude de respeito aos direitos do indivíduo na vida cotidiana, não constitui apenas um poderoso mecanismo de fortalecimento das identidades coletivas, mas também tende a estimular atos de *discriminação cívica*.

Esclarecendo o argumento, gostaria de enfatizar que, a partir de uma ótica cultural ou interacionista, a superação dos déficits dos direitos de cidadania no Brasil não dependeria tanto do eventual sucesso da repressão às manifestações de consideração, mas das possibilidades em universalizá-las, tornando-as menos seletivas. Nesse sentido, articulando os dois aspectos, a discussão acima demonstra que o resgate dos direitos republicanos não pode se dar exclusivamente na esfera legal, especialmente no que concerne a sua dimensão moral, cuja sustentação requer não apenas a efetivação de processos de formação de consenso (como indicado por Bresser Pereira), mas a internalização de valores que viabilizem uma transformação na orientação das ações ou das atitudes dos atores em suas práticas cotidianas. Como veremos na discussão que se segue sobre o Quebec, preocupações com a manifestação de reconhecimento da dignidade ou do valor de identidades coletivas podem ter implicações diferentes.

Identidades coletivas e direitos individuais: a crise constitucional do Canadá

Talvez se possa dizer que o Quebec nunca esteve completamente satisfeito com os termos do acordo que deu origem à criação do Domínio do Canadá em 1867 e,[15] desde então, tem havido momentos de tensão com o resto-do-Canadá.[16] Porém, a crise constitucional atual data de um período bem mais recente, tendo

assumido um caráter particularmente crítico a partir de 1982, quando Trudeau aprovou no Parlamento as condições para o *patriamento* da Constituição canadense, que contemplavam a anexação de uma Carta de Direitos e Liberdades emendada à Constituição. Até então, a Constituição canadense era mantida no Parlamento britânico e não podia ser emendada autonomamente.

A Carta estabelecia uma série de direitos e liberdades individuais, com o objetivo de proteger todo e qualquer cidadão canadense contra as arbitrariedades do Estado, e foi percebida no Quebec como uma ameaça aos direitos coletivos dos franco-quebequenses, especialmente aqueles relacionados à legislação lingüística da província. Desse modo, a despeito de suas reivindicações históricas por maior autonomia política nas áreas relativas à força de trabalho, educação, cultura e imigração, a principal demanda do Quebec frente à Ottawa ou ao resto-do-Canadá foi articulada em termos do reconhecimento de sua especificidade ou *distinção* cultural. Isto é, o Quebec quer uma garantia constitucional de que, em certos assuntos, como no caso da política da língua, seu poder de legislar não seja limitado pela Carta de Direitos e Liberdades, que toma os direitos individuais como um absoluto e não daria espaço para a afirmação de direitos ou de interesses coletivos. Desde as negociações que acabaram fracassando em torno do Acordo do Lago Meech, tal garantia tem sido esboçada como o reconhecimento constitucional do Quebec como uma *sociedade distinta* e, conforme o tempo passa, parece que esta demanda encontra uma resistência cada vez maior no resto do país.[17]

Em uma palavra, enquanto os franco-quebequenses demandam o reconhecimento do caráter distinto da província como uma condição para a efetivação do princípio de tratamento igualitário, e como um símbolo de igualdade com os anglófonos no âmbito da federação, os anglófonos no resto-do-Canadá percebem a demanda quebequense como uma reivindicação ilegítima, ou como um privilégio injustificável e, de certa maneira, esta situação lembra um diálogo de surdos, cristalizado através da expressão *two solitudes* (MacLennan 1945-1995), ou duas solidões, que tematiza a relação entre o Quebec e o resto-do-Canadá. Enquanto os quebequenses defendem a atribuição de um lugar relevante para identidades coletivas singulares na esfera pública, permeando os direitos de cidadania e dando sentido ao sentimento de pertencer compartilhado por membros de uma mesma comunidade/sociedade política, no resto-do-Canadá a esfera pública é vista como estando composta por indivíduos cujos direitos estariam inteiramente dissociados de suas identidades coletivas primárias, que não abrangessem a totalidade de cidadãos do país.

Como argumentarei abaixo, um dos aspectos interessantes da demanda quebequense é que, apesar de ser freqüentemente formulada como um direito coletivo, não pode ser inteiramente dissociada dos direitos individuais dos cidadãos, visto que a ausência de reconhecimento da singularidade afirmada pode ser

entendida como um insulto moral aos indivíduos assim afetados. Do mesmo modo, a demanda também sugere que um obstáculo significativo para que o problema seja adequadamente equacionado está na dificuldade em articular a natureza moral da demanda com o caráter legal ou constitucional da solução buscada. Contudo, antes de discutir esta questão, se faz necessária uma melhor caracterização da própria demanda.

Reconhecimento, *desconsideração* e insultos morais

Se atentarmos para a vitória apertada do voto pelo NÃO no último *referendum* – em 30 de outubro de 1995 – sobre a soberania do Quebec (50,6% *versus* 49,4%) e observarmos as várias pesquisas de opinião que foram publicadas nos jornais mais ou menos de dois em dois dias, é interessante notar que o ângulo a partir do qual a demanda quebequense alcança maior consenso na província é o que enfatiza a inadequação do tratamento que ela tem recebido de Ottawa ou do resto-do-Canadá, especialmente após o *patriamento* da Constituição, conforme mencionei acima. A liderança da campanha pelo NÃO foi a primeira a indicar que seu voto em favor da federação não significava uma aprovação do *status quo* constitucional. Na realidade, além das pessoas que votaram NÃO motivadas pelo medo do que poderia acontecer com a situação econômica delas em um Quebec independente, outros votaram NÃO na esperança de que um novo acordo constitucional fosse negociado com o Quebec no futuro próximo. Na mesma direção, minhas entrevistas e conversas informais com os atores sugerem que um sentimento similar também era encontrado entre aqueles que votaram pelo SIM. Isto é, muitos disseram que votaram SIM para fortalecer a demanda por reconhecimento do Quebec, mas indicaram que não estariam dispostos a apoiar uma eventual separação do Canadá. Nesse sentido, embora haja segmentos soberanistas que vejam a inserção do Quebec no Canadá como um fator de limitação para o desenvolvimento socioeconômico da província, e estejam engajados em uma disputa pelo poder, para a maior parte da população a insatisfação com o resto-do-Canadá seria produto de uma percepção de *desconsideração*, tematizada como uma agressão inaceitável.

Entendo a *desconsideração*, ou os *atos de desconsideração*, como o reverso do reconhecimento, assim como definido por Taylor (1994), e prefiro falar em *desconsideração* em vez de falta de reconhecimento para enfatizar o insulto moral que se faz presente quando a identidade do interlocutor é indisfarçavelmente, e por vezes incisivamente, não reconhecida (veja a nota 8 acima). Isto é, o reconhecimento de uma identidade autêntica não é apenas uma questão de cordialidade em relação ao interlocutor, mas uma obrigação moral cuja não-observância

pode ser vista como uma agressão, ainda que não intencional, por parte daquele que nega a demanda por reconhecimento.

Taylor (1994) e Berger (1983) argumentam que, com a transformação da noção de *honra* em *dignidade*, na passagem do regime antigo para a sociedade moderna, a visão hierárquica do mundo é substituída por uma perspectiva igualitária e universalista, que tem como foco o indivíduo e dá suporte ao processo de implementação dos direitos de cidadania (civis, políticos e sociais). Nas comunidades/sociedades políticas democráticas, esses direitos viriam a ser, em tese, uniformemente compartilhados por todos os cidadãos. Contudo, para Taylor, um desdobramento desse processo teria sido o surgimento de demandas por reconhecimento de identidades autênticas, cujo foco não estaria mais na afirmação daquelas características universalmente compartilhadas pelo atores, mas na valorização da singularidade representada na identidade de cada ator ou grupo social que demanda reconhecimento. Tal demanda traduziria bem a importância da percepção do que procurei caracterizar como *substância moral das pessoas dignas* na discussão acima sobre o Brasil, e traz uma série de dificuldades quando articulada como um direito de cidadania na medida em que se trata de um direito que, por definição, não seria universalizável. Além disso, o reconhecimento do valor ou mérito da identidade em pauta não pode ser instituído por decreto, pois supõe uma avaliação genuína daquele que reconhece e, portanto, não pode ser definido como um direito legal, ainda que seja razoável pensá-lo como uma obrigação moral.

O fato de o valor ou mérito aqui tematizado estar dissociado de avaliações de desempenho, nas quais os atores competem em igualdade de condições, torna ainda mais difícil a fundamentação da demanda por reconhecimento à luz da ideologia moderna do individualismo, que nega a legitimação de qualidades intrínsecas ao grupo ou indivíduo no plano da cidadania. O valor ou mérito singular como índice de distinção, nos moldes da honra, está restrito na sociedade moderna a atores cujas realizações constituem e são vistas como contribuições ou feitos excepcionais que, em princípio, estariam ao alcance de todos; como as medalhas olímpicas ou os prêmios acadêmicos, por exemplo. A dificuldade de se atribuir valor ou mérito quando este está dissociado da análise de desempenho é correlata à invisibilização dos insultos à honra, assinalada por Berger (1983) em sociedades como a americana, na medida em que estes insultos não encontrariam respaldo imediato em uma perda ou custo material, *objetivo*, fazendo com que não sejam percebidos como uma agressão real. Nesse sentido, talvez pudéssemos dizer que a radicalização da idéia de igualdade, entendida como uniformidade, teria não apenas deslegitimado a hierarquia *à la ancien régime*, mas teria também descaracterizado o aspecto moral da dignidade, o qual havia sido herdado da noção de honra no primeiro momento de sua transformação em dignidade, marcado pelo processo de universalização de direitos.

Em qualquer hipótese, quando a demanda por reconhecimento não é satisfeita, como no caso do Quebec, sua ausência é vivida como uma negação da identidade do grupo minoritário e, portanto, como um *ato de desconsideração*. Além de contestar a visão dominante sobre democracia e cidadania no Ocidente, segundo a qual apenas aquelas leis e direitos que afetam igualmente a totalidade dos cidadãos seriam legitimáveis na esfera pública e mereceriam obediência no espaço público, a demanda do Quebec é particularmente interessante por surgir em uma sociedade que se orgulha de seu caráter pluralista e respeitador dos direitos individuais, sem deixar de ser solidária, como atestam as políticas sociais que têm garantido sucessivamente ao Canadá o título das Nações Unidas de país com melhor qualidade de vida no mundo. Como veremos, as dificuldades para um melhor equacionamento da identidade quebequense no Canadá são acentuadas pela distância entre as perspectivas do Quebec e do resto-do-Canadá não apenas no que concerne à unidade canadense, mas também em relação ao processo de formação do país, sobre o qual anglófonos e francófonos guardam memórias substancialmente diversas, as quais revelam concepções diferentes sobre o lugar das identidades coletivas na esfera pública.

Visões diferentes sobre a história, a língua e a igualdade

Após 151 anos de colonização francesa, o Quebec é tomado pelos ingleses em 1759, dando início às tensões entre francófonos e anglófonos no que viria a ser o Canadá. Entretanto, o Ato do Quebec em 1774 daria tranqüilidade aos colonos franceses, ao autorizar a manutenção da igreja católica, da tradição jurídica francesa (o código civil) e do francês como língua oficial. Nesse contexto, quando a colonização inglesa é intensificada no final do século XVIII o território é dividido em duas províncias (1791), Alto-Canadá (Ontário) e Baixo-Canadá (Quebec), ocupadas respectivamente por anglófonos e francófonos, que podiam assim cultivar com autonomia suas tradições culturais. Esta situação de tranqüilidade relativa entre as províncias seria fortemente abalada em 1840 quando, depois de reprimir a Revolta dos Patriotas em 1838-39, a Coroa Britânica institui o Regime do Ato da União, quebrando a autonomia das províncias e desenvolvendo uma política de assimilação da população de origem francesa. Tal política teria sido recomendada pelo Relatório do Lord Durham e perduraria até 1867 quando é criado o Domínio do Canadá, com o Ato da América do Norte Britânica, restabelecendo os direitos culturais e lingüísticos do Quebec, e promovendo a legitimação da união entre as províncias de Ontário e Quebec, às quais se juntariam a Nova Scotia e o Novo Brunswick.

Como mencionei acima, o acordo celebrado em 1867 teria sido "quebrado",

do ponto de vista do Quebec, com a *patriamento* unilateral (sem o consentimento do Quebec) da Constituição canadense em 1982, e com a Carta de Direitos e Liberdades que foi anexada a ela. Ao mesmo tempo, com o advento da Revolução Tranqüila no início dos anos 1960, o Quebec experimentou um processo de profunda transformação, onde a modernização da província se deu de maneira articulada com mudanças significativas no movimento nacionalista, que colocou de lado sua posição tradicionalmente mais defensiva e assumiu uma perspectiva de Afirmação Nacional, sob o slogan *Maîtres chez nous* (Mestres de nós mesmos). Agora, a percepção de minorização estimula suas lideranças políticas a desafiar sistematicamente o *status quo* institucional da província na Federação canadense, e a identidade de franco-canadense dá lugar à de quebequense.

O início da Revolução Tranqüila, com a eleição de Jean Lesage como primeiro-ministro do Quebec em 1960, marca o final da era Duplessis, que representou 19 anos de um governo muito conservador. Duplessis assumiu o governo pela primeira vez em 1936 e, com exceção de um curto período de governo liberal entre 1939 e 1944, se manteve no poder até sua morte em 1959.[18] Se é razoável dizer que no Quebec língua, religião e identidade étnica são idéias ou instituições que estiveram sempre interligadas, sendo fortes símbolos do nacionalismo quebequense, durante o governo Duplessis estes símbolos não só representavam uma ênfase na cultura e na tradição como valores a serem cultivados, mas também caracterizaram uma orientação política com alto grau de conservadorismo. De certa maneira, essa orientação ampliou a distância do Quebec em relação às províncias anglófonas. Pois, até então, o Quebec era uma província basicamente rural (com exceção de Montreal), que não investia em educação – atividade não valorizada por Duplessis – e que estava totalmente voltada para si mesma.[19] Aliás, segundo Bibeau (1995:182), este fechamento para o mundo teria progressivamente se enraizado na sociedade quebequense como um desdobramento da derrota dos Patriotas, no final dos anos 1930 do século XIX, e do desenvolvimento da "ideologia estreita da sobrevivência".

Nesse sentido, a Revolução Tranqüila não só fez com que o nacionalismo quebequense se tornasse mais afirmativo e mais aberto ou inclusivo, dado que com a mudança da identidade franco-canadense para quebequense houve uma mudança de foco da dimensão étnica para a dimensão territorial do nacionalismo, mas também houve uma impressionante reviravolta de perspectivas em direção a uma orientação política mais progressista. A reviravolta ocorreu com a implementação de políticas sociais importantes nas áreas de educação, desenvolvimento urbano, e de equalização étnica do mercado de trabalho. Essas transformações, acompanhadas pelo fortalecimento do nacionalismo quebequense e de suas demandas à Federação, chamaram a atenção de muitos analistas canaden-

ses, segundo os quais quanto mais próximo o Quebec ficava do resto-do-Canadá no que concerne às condições de vida de sua população, assim como em relação à identidade com visões de mundo modernas e com os valores da democracia, maior era a distância entre quebequenses e outros canadenses acerca de suas percepções sobre os problemas constitucionais do país e as respectivas visões a respeito da Federação, ou sobre o significado da relação entre cidadania e identidades coletivas na esfera pública (por exemplo, Taylor 1993:155-186; Dion 1991:291-311).[20]

Talvez seja razoável dizer que a demanda por reconhecimento do Quebec não só constitui um pleito essencialmente moderno, que poderia encontrar suporte em argumentos liberais como Taylor sugere (1994), mas que os valores políticos modernos que motivam os quebequenses e fortalecem suas reivindicações são os mesmos que estimulam os anglófonos no resto-do-Canadá a rejeitar a demanda dos primeiros. Os dois lados valorizam o ideal de igualdade e o respeito aos direitos individuais, para não falar de suas preocupações com a questão da identidade, que cresceu muito no resto-do-Canadá com o agravamento da crise constitucional (ou da unidade canadense).[21] Naturalmente, além de terem diferentes interpretações sobre a implementação de alguns desses valores compartilhados, o Quebec e o resto-do-Canadá mantêm diferenças significativas no campo dos valores em outros contextos. De fato, a Carta Canadense de Direitos e Liberdades que provocou grande insatisfação no Quebec – como uma ameaça à língua e à cultura francesas – se tornou, no resto-do-Canadá, não só um símbolo de liberdade e de igualdade, mas um aspecto importante na identidade da cidadania canadense. Contudo, a despeito de diferenças de perspectiva e de posição política no que concerne aos contornos da esfera pública, as quais tendem a inviabilizar a construção de consensos e que são de difícil equacionamento em uma argumentação, há sinais claros da existência de mal-entendidos de parte a parte. O que, tenho receio, não dá muita esperança para a efetivação de um acordo político a curto prazo.

Desse modo, os conflitos em torno da língua são aqueles em que os problemas de (in) compreensão são mais óbvios, aqueles cuja repercussão é mais ampla e aqueles que têm o maior impacto na vida cotidiana das pessoas. Não obstante, como o relatório de Laurendeau acerca das atividades da Comissão Real Sobre Bilingüismo e Biculturalismo dá amplo suporte (Laurendeau 1990), os conflitos a propósito da língua tematizam apenas parte do problema. Isto é, mesmo admitindo que o problema da língua é o mais sensível e que ele não pode ser inteiramente dissociado de todos os outros aspectos envolvidos na demanda do Quebec por reconhecimento. Através desses conflitos sobre a língua, as pessoas não estão, na realidade, apenas argumentando com visões diversas sobre a história canadense e concepções divergentes sobre a importância da língua e da cultura,

mas elas estão expressando também perspectivas distintas sobre o significado social dessas diferenças.

Um aspecto até certo ponto surpreendente sobre o debate constitucional no Canadá é o grau de divergência entre anglófonos e francófonos sobre o significado do acordo/composição celebrado em 1867. Isto é, a composição que viabilizou a criação formal do país. Como se trata de referência central para interpretar aspectos importantes da Constituição *patriada* em 1982 e simboliza a fundação do país – desempenhando papel especial na visão das pessoas sobre o Canadá e na maneira através da qual elas se situam aí –, não é surpresa que uma divergência significativa aqui seja tão problemática.

Enquanto a leitura dominante sobre o acordo/composição de 1867, no Quebec, enfatiza a idéia de um país formado por duas nações e dois povos fundadores, com direitos e status iguais na esfera pública, no resto-do-Canadá a visão predominante é aquela que enfatiza a igualdade das províncias e de seus cidadãos, independentemente da origem étnica (nacional) dos mesmos.[22] Do ponto de vista de muitos quebequenses, a rejeição no resto-do-Canadá de uma política de biculturalismo significou "o fim de um sonho canadense" (Laforest 1995). Entretanto, à primeira vista, ao mesmo tempo em que cada leitura dá sustentação às respectivas posições no debate constitucional hoje em dia, a visão predominante no resto-do-Canadá parece ser mais aberta e mais sensível às demandas formais ou às necessidades previsíveis de todo e qualquer cidadão canadense. Isto é, na medida em que ela permite maior liberdade de escolha, sem deixar de se comprometer em garantir proteção aos direitos básicos de todos os cidadãos.

Na realidade, esta visão não se distingue dos princípios afirmados na Carta de Direitos e Liberdades incorporada à Constituição em 1982 e representa a visão dominante sobre democracia e cidadania cultivada não apenas no Canadá, mas nas sociedades modernas ocidentais de uma maneira geral. Contudo, poder-se-ia articular boas razões no sentido de que tal supremacia argumentativa seria apenas aparente. De fato, se é possível demonstrar que a maior abertura, no plano formal, da visão prevalecente no resto-do-Canadá representa uma restrição substantiva no plano sociológico e estimula *atos de desconsideração* na vida cotidiana, poder-se-ia argumentar que, mesmo que a perspectiva quebequense tenha problemas similares, ela não poderia ser legitimamente (ou moralmente) descartada de imediato.

Apesar de ser predominante em apenas uma das quatro províncias que constituíram o Domínio do Canadá 1867, e de representar só 33% da população nesse momento, os franco-canadenses tomaram o novo acordo ou composição como um compromisso institucional para com a proteção dos direitos lingüísticos-culturais iguais de anglófonos e francófonos, como membros das respectivas comunidades no país. Mas já em 1871 as províncias anglófonas começaram a impor

limitações ao uso do francês como língua de ensino nas escolas públicas, e a Colômbia Britânica é incorporada à Federação sem reconhecer o francês como língua oficial.[23] Comparando-se a situação dos francófonos fora do Quebec com a dos anglófonos dentro do Quebec a diferença é impressionante. Enquanto o investimento público em escolas francófonas no resto-do-Canadá é normalmente percebido como estando muito abaixo das expectativas das comunidades francófonas, o ritmo de assimilação da língua e da cultura anglófonas tem sido muito rápido,[24] Montreal tem um amplo e bem estruturado sistema público de ensino em inglês, além de oferecer um conjunto de hospitais e de outros serviços com atendimento bilíngüe, o que permite aos anglófonos conduzir suas vidas exclusivamente em inglês. A falta de reciprocidade nessa área (importante) é tomada pelo Quebec como uma afronta aos francófonos no resto-do-Canadá. Isto é, ainda que não constitua um exemplo de discriminação direta e ilícita, tal situação traduz, aos olhos do Quebec, uma atitude inaceitável de *desconsideração*.

De fato, a situação lingüística em Montreal é uma questão polêmica no Quebec, e foi um dos principais fatores motivando a promulgação da Lei nº 101, em 1977, que regula a utilização do francês na província. Antes da promulgação dessa lei, a visão dominante era de que o inglês estava se tornando a língua dominante e que o francês corria sérios riscos de desaparecer, inicialmente em Montreal, e depois na província como um todo. Nessa época, o inglês não era apenas a principal língua no mundo dos negócios e do trabalho, mas era de longe a primeira opção dos imigrantes (uma comunidade que cresce rápido em Montreal) como língua de ensino, e até os francófonos pareciam estar sob "pressão" para optar pelas escolas de língua inglesa, dado que a língua de ensino poderia fazer uma grande diferença no mercado de trabalho. Nesse sentido, durante minha pesquisa em Montreal (1995/1996) entrevistei alguns francófonos idosos, já aposentados, que não só se ressentiam do fato de que o domínio precário do inglês teria limitado significativamente suas chances de promoção no emprego, mas que não podiam aceitar o fato de terem passado suas vidas obrigados a se comunicarem com (e seguir instruções de) seus chefes ou patrões em uma língua "estrangeira" que eles não haviam escolhido, porque não havia oportunidade de empregos em francês. Ou seja, tiveram que enfrentar este constrangimento mesmo tendo passado suas vidas inteiras na província em que nasceram e sendo falantes nativos da língua falada pela maioria da população. Nos termos do debate lingüístico, creio que poder-se-ia refrasear as reclamações desses francófonos aposentados assim: não se trata de querer proibir que as pessoas escolham a língua de ensino ou de trabalho, nós apenas gostaríamos de poder continuar optando por viver nossas vidas em francês! Isto é, mesmo que para isto seja necessário impor algumas restrições lingüísticas à população do Quebec.

A Lei nº 101 impõe três limitações principais ao uso do inglês (ou de outras

línguas) no Quebec: (1) os filhos dos imigrantes, assim como as crianças canadenses cujos pais não estudaram em escolas de língua inglesa no Canadá,[25] são obrigados a se matricular em escolas de língua francesa; (2) a lei determina que o francês deve ser a língua de trabalho em empresas com mais de 50 empregados, as quais têm um prazo para se adaptar à situação; e, (3) proíbe os letreiros comerciais em outras línguas. A terceira limitação sempre foi a mais polêmica e, depois de ter sido derrubada pela Suprema Corte em junho de 1988, foi repromulgada pelo Quebec sob a invocação da *cláusula derrogatória*, que permite ao Legislativo evitar as provisões da Carta de Direitos e Liberdades por um período de cinco anos. Ao mesmo tempo, o governo apresentou a Lei nº 178 que mantém a proibição para letreiros comerciais externos, mas que permite letreiros bilíngües internos. Em 1993 é criada a Lei nº 86 que amplia e flexibiliza a legislação sobre os letreiros, que agora podem ser bilíngües mesmo em área externa, desde que a segunda língua não ocupe mais da metade do espaço ocupado pelo francês no mesmo letreiro.

A promulgação da Lei nº 178 motivou a criação do Partido da Igualdade (PI) em 1989, que ficou conhecido na mídia quebequense como partido-de-uma-só-questão, concentrando todos os seus esforços na demanda para que o bilingüismo oficial seja restabelecido na província. Isto é, o retorno à liberdade de escolha da língua de ensino, a exigência de que o governo ofereça serviços nas duas línguas oficiais do país, e a garantia de que qualquer acordo constitucional no futuro não deveria ameaçar as liberdades fundamentais (Legault 1992:53). Embora estas demandas não recebam mais tanto apoio dentro da comunidade anglófona de Montreal hoje em dia, como recebia quando o partido foi inicialmente formado,[26] elas dão uma boa imagem do sentimento predominante no resto-do-Canadá sobre a lei da língua no Quebec.

Do ponto de vista do Partido da Igualdade a lei da língua nega a Carta de Direitos e Liberdades e estaria em desacordo com sua definição de uma esfera pública democrática, na medida em que discriminaria "ilicitamente" os cidadãos ao não tratá-los de maneira *uniforme*. Além da suspeita com relação a objetivos ou direitos coletivos, é esta dificuldade para legitimar o tratamento não-uniforme dos cidadãos em certas situações, ou em certos aspectos, que Charles Taylor identifica como a essência do "liberalismo de direitos" cultivado no resto-do-Canadá (Taylor 1994:60), e que seria incompatível com as aspirações dos quebequenses. Contra essa perspectiva, Taylor propõe um modelo de liberalismo que permite uma definição da vida boa a ser perseguida em comum, e que encontraria suporte em princípios liberais. Este modelo caracterizaria uma sociedade como liberal "através da maneira pela qual esta trata as minorias, inclusive aquelas que não partilham a definição pública da vida boa e, acima de tudo, pelos direitos concedidos a todos os seus membros" (idem:59). Mesmo que não seja necessário ou

adequado distinguir entre esses dois tipos de liberalismo para legitimar a demanda do Quebec, como Taylor sugere,[27] essa demanda não é de fácil compreensão da perspectiva de uma democracia liberal moderna.

De acordo com a perspectiva dominante entre os anglófonos no resto-do-Canadá, a necessidade de proteger a língua e a cultura francesas não deveria prevalecer sobre a Carta de Direitos e Liberdades ou sobre o princípio de tratamento igual/uniforme a todos os cidadãos. Deste ponto de vista, parece que mesmo a alegada necessidade de proteção à língua e à cultura francesas no Quebec não seria inteiramente clara. Diferentemente do Quebec, o resto-do-Canadá sempre foi culturalmente mais diverso, com uma experiência muito mais longa e intensa no que concerne à recepção de imigrantes de todas as partes do mundo, e a influência (ou a identidade) britânica nunca foi tão forte e englobadora como a cultura francesa o foi no Quebec. Uma das dificuldades experimentadas por anglófonos fora do Quebec para aceitar a idéia de que o país teria sido formado por dois povos e duas nações é que eles não vêem os britânicos, que colonizaram o Canadá, como merecedores de reconhecimento especial na comparação com outros que também ajudaram a construir o país. Na mesma direção, eles fazem uma distinção bem definida entre língua e cultura, e consideram o inglês como uma língua instrumental, utilizada para comunicação pública. Isto é, como uma língua comum para ser utilizada na vida pública, enquanto no universo doméstico os canadenses poderiam utilizar a língua falada por seus grupos étnico/nacionais, assim como poderiam cultivar as respectivas práticas ou tradições culturais. Nessa medida, o inglês, como língua pública, não seria identificado com nenhuma cultura ou tradição particular. Essa é a razão pela qual é tão difícil se obter apoio no resto-do-Canadá para uma política de biculturalismo. Pois, tal política seria vista como um privilégio ilegítimo e como uma discriminação injusta contra as pessoas que não se identificam com quaisquer das duas assim chamadas nações fundadoras.

Mesmo que esta separação radical entre língua e cultura não fosse problemática, ela não poderia fazer sentido no Quebec. Não só devido à grande integração entre língua e cultura na experiência dos franco-quebequenses, mas também porque a penetração do inglês na província é acompanhada pela forte influência da cultura anglo-americana. Nesse sentido poder-se-ia dizer que, do ponto de vista do Quebec, o que se encontra no resto-do-Canadá, sob a roupagem do multiculturalismo, é uma situação onde o inglês não está dissociado da cultura anglo-americana na esfera pública ou no mundo cívico, e onde outras culturas têm de fato apenas o direito formal de se expressar sem serem discriminadas. Da mesma forma, a política de multiculturalismo é percebida como tendo significado, de fato, a consolidação da primazia da cultura anglo-americana no país, em detrimento da pretensão de status igual da tradição francófona no Canadá, o que

seria inaceitável. Além disso, não se deve esquecer que, até o início dos anos 1970, havia relatos de francófonos que afirmam ter sido discriminados de maneira insultante no próprio centro de Montreal. O principal exemplo de tais atos de discriminação, recorrente na literatura (por exemplo, Laurandeau 1990), é o abominável *speak white*! Segundo estes relatos, quando francófonos se dirigiam aos vendedores nas lojas do centro da cidade em francês, ouviam como resposta (uma ordem) *speak white* – ou fale (como) branco, fale inglês –, se quiserem ser atendidos.

A despeito do caráter excepcionalmente ofensivo do exemplo, ele revela uma conexão importante entre as dimensões coletiva e individual da identidade, permitindo uma melhor articulação da demanda por reconhecimento do Quebec – como um direito coletivo – com os direitos individuais dos cidadãos francófonos. A falta de reconhecimento é vivida como uma negação da própria identidade do indivíduo, não apenas como membro de uma comunidade lingüística/cultural, mas como pessoa. Como indiquei acima, em conexão à minha discussão sobre *discriminação cívica* no Brasil, aqui também o fracasso em expressar a aceitação do valor/mérito ou da substância moral do ator significa uma rejeição da *dignidade* do cidadão e, portanto, um insulto moral. A maior diferença no caso do Quebec é que, ao contrário da situação no Brasil, os *atos de desconsideração* não estão normalmente associados a práticas de desrespeito aos direitos básicos de cidadania. O pano de fundo histórico-cultural e o contexto sociológico no Quebec são de tal ordem que, mesmo quando não há intenção de agressão, o simples fato de não demonstrar reconhecimento pode ser percebido como um *ato de desconsideração*. Seja no plano constitucional, quando o status de *sociedade distinta* é negado ao Quebec, ou na vida cotidiana, quando perguntas dos francófonos são respondidas em inglês – ainda que com educação e respeito – por vendedores que não falam francês no comércio da West Island, transmitindo a idéia de que aqui também o inglês deveria ser a língua de comunicação pública. Nos dois casos, além da demanda pelo respeito ou pela implementação de direitos legais específicos, há uma demanda geral de tratamento apropriado, com o grau de *consideração* que seria legítimo qualquer cidadão esperar no espaço público ou na vida civil.

Nesse sentido, uma das dificuldades para definir os *atos de desconsideração* como instâncias de comportamento ilícito é o fato de esses fenômenos se revelarem melhor na atitude, que transmite uma intenção, do que nas ações dos agentes. Isto é, se pudermos distinguir analiticamente estas duas dimensões das ações sociais, como sugere Strawson:

> […] Se alguém pisa na minha mão acidentalmente, enquanto tenta me ajudar, a dor não deve ser menos aguda do que se ele a pisa em um ato de

> desconsideração ostensiva a minha existência, ou com um desejo malévolo de me agredir. Mas deverei normalmente sentir, no segundo caso, um tipo e um grau de ressentimento que não deverei sentir no primeiro… (Strawson 1974:5).

Strawson está associando a experiência do insulto moral com sentimentos de ressentimento, na medida em que estes são motivados pelas intenções atribuídas ao interlocutor da parte insultada. Como Strawson argumenta convincentemente, o ressentimento da parte insultada se torna um sentimento de indignação moral na perspectiva de terceiros que testemunharam o evento (Strawson 1974:15), o que significa que a classificação dos respectivos atos como insultos morais pode ser intersubjetivamente compartilhada e, portanto, validada. É nesse sentido que gostaria de propor que, apesar de não estar realmente sujeita à regulação jurídico-legal, a expressão de *consideração* pode ser interpretada como uma obrigação social (moral). De fato, na medida em que ela pode ser concebida como uma condição para a formação de uma identidade positiva, e como um aspecto importante no reconhecimento da *dignidade* do ator, a expressão de *consideração* poderia ser vista como um direito de cidadania que, em princípio, poderia ser esperado e fazer parte da experiência de todos.

Da mesma maneira, além das limitações de uma solução de ordem constitucional ou legal, não me parece que seja necessário caracterizar o ônus da prova de legitimar a demanda do Quebec por reconhecimento – para viabilizar a proteção da língua e da cultura francesas – em termos do valor axiomático da sobrevivência, cultivado pelos quebequenses, como Taylor sugere (1994:58). Como se esta fosse a única maneira de formular e de fundamentar a especificidade da demanda quebequense. Pois, em primeiro lugar, os constrangimentos externos enfrentados pela língua francesa no Quebec demonstram que, sem nenhuma legislação protetora, os quebequenses provavelmente ficariam sem poder optar por uma vida em francês em sua província. Em outras palavras, a liberdade formal para escolher entre o francês e o inglês pode significar, na realidade, uma imposição deste último. Em segundo lugar, se a negação do reconhecimento pode ser fundamentada como um *ato de desconsideração*, ou como um insulto moral, a demanda para evitá-lo deveria encontrar apoio no valor liberal-democrático moderno do tratamento igual e no caráter ilícito de atos de agressão unilaterais.

Contudo, a distância entre as perspectivas no debate constitucional envolvendo o Quebec e o resto-do-Canadá, ou entre as respectivas visões sobre a esfera pública, é muito significativa e dificilmente poderia ser superestimada. Não só devido às diferenças em suas experiências históricas e na interpretação do acordo de 1867 que criou o Canadá, conforme indicado acima, mas porque as respectivas visões sobre como a Federação funciona hoje em dia não são menos diferen-

tes. Enquanto o Quebec se ressente da falta de reconhecimento de seu caráter distinto e da interferência de Ottawa em áreas percebidas como de responsabilidade exclusivamente provincial, o sentimento que prevalece no resto-do-Canadá é de que o Quebec já desfruta uma posição especial e as pessoas freqüentemente se perguntariam "*what will Quebec want next*?" ("qual será a próxima demanda do Quebec?"). Além de ter um pouco mais de autonomia que as outras províncias em áreas como imigração, a maioria das lideranças políticas no Canadá vem do Quebec e nos últimos 32 anos os primeiros-ministros originários do Quebec se mantiveram no poder por 30 anos, contra apenas 16 meses distribuídos entre os três primeiros-ministros oriundos das outras províncias durante o período (Gibbins 1998:402 e 411).

Segundo Gibbins, a principal razão pela qual o federalismo assimétrico não teria encontrado muito apoio no resto-do-Canadá é que, ao mesmo tempo em que o Quebec teria maior autonomia, ele ainda continuaria desempenhando um papel importante na política canadense (idem). Em outras palavras, não se tratava apenas de conceder um status *distinto* ao Quebec no âmbito da Federação, mas dado o papel dos políticos do Quebec na Federação, se tratava também de não agravar uma situação de desequilíbrio de poder que já era percebida como inadequada no resto-do-Canadá. Parece-me que as restrições no resto-do-Canadá também poderiam ser vistas, de certa maneira, como uma reação motivada por uma percepção de *desconsideração*, na medida em que a demanda do Quebec soava como uma pretensão inaceitável de superioridade. Apesar da percepção de *desconsideração* no resto-do-Canadá não ser formulada como uma demanda por reconhecimento, ela vem à luz através da crítica à demanda do Quebec, a qual é compreendida como uma reivindicação de status especial no plano da cidadania. Portanto, ao caracterizar a demanda do Quebec através da lógica da *honra*, que nega o valor quase "sagrado" da igualdade na modernidade, os anglófonos no resto-do-Canadá se sentem ameaçados em sua *dignidade* como cidadãos merecedores de status equivalente. Pois, se os insultos morais são de difícil equacionamento como uma agressão real nas sociedades modernas (Berger 1983), eles não deixam de ser sentidos como tais pelos atores.

Há autores que vêm buscando soluções potencialmente mais promissoras, como a idéia de uma *parceria* acompanhada pelo afastamento do Quebec do governo canadense, significando maior autonomia de ambas as partes (Gibbins 1998:402), e articulada com a proposta de Laforest (1998:51-79) estimulando um diálogo no qual cada parceiro tentaria se colocar no lugar do outro. Não apenas porque ela sinaliza uma perspectiva mais aberta para negociar uma nova relação institucional entre os parceiros, mas também porque ela sugere um processo no qual a aceitação do valor ou mérito de cada um parece ter melhores chances de se realizar. Isto é, na medida em que os parceiros consigam se engajar

em negociações menos armadas, e em que a separação formal em domínios importantes no plano político viabilize uma dissociação relativa entre as idéias de igualdade e uniformidade. Se uma proposta nessa linha se mostrar viável, talvez um novo acordo ou composição possa ser alcançado, na qual a igualdade de direitos pudesse se efetivar sem prejuízos para a identidade ou para a *dignidade* dos cidadãos, e a integridade da vida ética poderia se estruturar em um nível mais alto.

Consideração, reconhecimento e cidadania

A discussão sobre direitos republicanos no Brasil e a análise das demandas por reconhecimento no Quebec demonstram que há uma conexão importante entre identidades sociais ou coletivas e os direitos de cidadania, a qual pode ter um impacto importante nas definições de esfera pública, ou na relação entre esta e o espaço público. Enquanto, no caso do Brasil, a associação entre um processo de expansão dos direitos de cidadania centrado nas identidades coletivas dos trabalhadores e uma preocupação com a manifestação de *consideração* na vida cotidiana tornou difícil separar os interesses públicos dos privados, ao mesmo tempo em que provocou uma distância significativa entre o apoio formalmente dado aos direitos do indivíduo e a sua universalização no âmbito das interações cotidianas, ou no plano do exercício efetivo da cidadania; no caso do Canadá a dissociação entre direitos e identidades alimentou uma crise constitucional motivada pela falta de reconhecimento da identidade coletiva dos quebequenses, percebida por estes como um *ato de desconsideração* da parte do resto-do-Canadá.

Ambos os casos sugerem que a natureza formal dos direitos jurídico-constitucionais coloca dificuldades para o tratamento da dimensão ético-moral da cidadania. Essa dimensão requer uma articulação entre direitos e valores ou identidades, que é de difícil legitimação na esfera pública das sociedades modernas, e ilumina o caráter (desde sempre) culturalmente contextualizado da vida social. Ao mesmo tempo, esta dimensão está em sintonia com o cerne da modernidade na medida em que vem à tona na procura por ou na afirmação de uma identidade autêntica conforme assinalado por Taylor (1994). Na mesma direção, vale perguntar se não seria apropriado identificar a manifestação de *consideração* e a expressão de reconhecimento – que estão envolvidas na aceitação do valor (ou mérito) do interlocutor –, como direitos de cidadania de natureza ético/moral. Isto é, como direitos que não podem ser satisfatoriamente efetivados por meios legais, mas que, quando não reconhecidos, podem implicar agressões ilícitas e prejudicar a integridade de uma vida ética. Seja por uma recusa contumaz em admitir o significado de tal reconhecimento na esfera pública, como no Canadá, ou por um reconhecimento excessivamente seletivo destes direitos na vida cotidiana e/ou no espaço público, como no Brasil.

Finalmente, a partir dessa comparação do Brasil com o Quebec, representando duas linhas de desenvolvimento no contexto das sociedades modernas, gostaria de propor que: (1) assim como a ausência de uma preocupação clara na vida cotidiana com a aplicação de princípios universais aos direitos de cidadania pode estimular incidentes de discriminação cívica, sugerindo uma certa desarticulação entre a esfera pública e o espaço público; (2) uma conexão radical entre as idéias de igualdade e de uniformidade pode ter, como implicação, a impermeabilização da esfera pública a demandas potencialmente legítimas, com a conseqüente institucionalização de relações injustas (iníquas, inequânimes) e um desrespeito sistemático aos direitos ético-morais associados ao reconhecimento de identidades.

Notas

[1] Uma versão preliminar e significativamente diferente deste artigo foi apresentada em duas comunicações realizadas durante *a Amerikakonferenz*, em Erfurt (Alemanha), entre 12 e 16 de dezembro de 1998, no Max-Weber-Kollege für Kultur und sozialwissenschaftliche Studien. Esta versão foi divulgada em 1999 na *Série Antropologia 259*, da UnB, com o título "Republican Rights and Nationalism: Collective Identities and Citizenship in Brazil and Quebec". Uma outra versão da segunda parte foi publicada em 2002: "Collective Identities and Citizenship in Quebec", em L. Roniger & C. Waisman (orgs.). *Globality and Multiple Modernities: Comparative North American and Latin American Perspectives*. Sussex: Sussex Academic Press.

[2] Inspirado em discussões recentes nas Nações Unidas sobre uma terceira geração de direitos – tais como os direitos à solidariedade, ao desenvolvimento econômico e à paz –, Bresser Pereira classifica a noção de direitos republicanos sob a mesma categoria. Tendo como pano de fundo a classificação clássica de Marshall dos direitos de cidadania, Bresser Pereira indica que enquanto os direitos políticos e os civis representariam a primeira geração dos direitos de cidadania, a que se seguiu o desenvolvimento dos direitos sociais na segunda geração, a atual preocupação com os direitos republicanos caracterizaria a definição de uma terceira geração de direitos (Bresser Pereira 1997:119).

[3] O artigo de Bresser Pereira marca um segmento interessante do debate, que foi reunido por D. Rosenfield (ed.) em um número especial de *Filosofia Política, Nova Série*, vol. 1, 1997.

[4] Enquanto a *esfera pública* pode ser definida como o universo discursivo onde normas, projetos e concepções de mundo são publicizadas e estão sujeitas ao exame ou debate público (Habermas 1991), o *espaço público* é aqui tomado como o campo de relações situadas fora do contexto doméstico ou da intimidade onde as interações sociais efetivamente têm lugar.

[5] Quanto melhor a situação econômica da categoria profissional/ocupacional na esfera da produção, melhor seriam seus benefícios previdenciários e de assistência médica (Santos 1987:71).

[6] O outro lado deste processo de formação identitária foi o desenvolvimento de um padrão de interação entre os sindicatos e o Estado, através da cooptação das lideranças dos trabalhadores, entre as quais o Estado distribuía posições de autoridade dentro do diverso e estratificado

sistema de previdência/assistência médica, em troca da submissão política ao Ministério do Trabalho (Santos 1987:71).

[7] Em um artigo interessante, Peirano (1986:49-63) sugere que na área rural ou nas cidades pequenas do interior o título de eleitor teria se tornado um símbolo de identidade cívica similar à carteira de trabalho nos centros urbanos. Em vez de ser percebido como um símbolo do direito do indivíduo/cidadão para votar, o título de eleitor é tomado como um emblema da relação entre o trabalhador e seu patrão, o qual facilita o acesso do primeiro ao título, e como um sinal de filiação política. Aqui também, antes de tematizar um direito individual, o título de eleitor representaria acima de tudo uma identidade coletiva.

[8] Como argumentarei adiante, tomo os *atos de desconsideração* como insultos morais. Eles são o oposto da *consideração*, do modo em que esta vem sendo discutida ultimamente na França, como um direito humano básico à dignidade (Haroche & Vatin 1998). Os *atos de desconsideração* também guardariam grande proximidade semântica à noção alemã de *Mißachtung*, assim como elaborada por Honneth em seu *The Struggle for Recognition* (1996). Apesar deste conceito ser normalmente traduzido como desrespeito, prefiro traduzi-lo por *desconsideração* para enfatizar a idéia de uma falta de atenção indevida, que estaria envolvida nessas situações, e por me parecer mais de acordo com a idéia hegeliana inspirando Honneth, sobre a estrutura interna de reciprocidades características das formas fundamentais de relações éticas (Honneth 1996:16).

[9] Infelizmente, mesmo não sendo formalmente obrigatório o uso de documentos de qualquer espécie, vez por outra a população de baixa renda ainda é abordada arbitrariamente pela polícia, que solicita a apresentação de documentos como prova da idoneidade cívica e/ou moral do ator. Tal quadro certamente terá contribuído para a valorização dos documentos como instrumento de acesso a direitos e símbolo de cidadania no Brasil. Em trabalho recente, Roberto DaMatta (mimeo) faz uma análise interessante da simbologia dos documentos no Brasil: "A Mão Visível do Estado: O Significado Cultural dos Documentos na Sociedade Brasileira" (2002).

[10] De certa maneira, durante esse período tudo que fosse relacionado às finanças tinha uma dose de ficção, a qual, não obstante, e apesar do alto custo social, conseguiu se manter devido à correção monetária que, vale a pena lembrar, permitia a indexação de toda a economia, incluindo os salários, periodicamente aumentados para diminuir a perda no poder de compra dos trabalhadores.

[11] Como argumentei em outro lugar, dada a grande área de interseção entre os campos semânticos do público e do privado, como categorias sociais na sociedade brasileira, o crime de nepotismo não é assim tão fácil de se perceber e classificar, especialmente se ampliarmos a noção de nepotismo para incluir exemplos de contratação de pessoas com base na amizade, nos quais a mesma lógica de reciprocidades envolvida na contratação de parentes prevalece (Cardoso de Oliveira 1996b:72-73; Laraia s/d).

[12] Em um artigo influente e original, Berger chama a atenção para as dificuldades no tratamento de insultos morais em sociedades como os EUA, nas quais, segundo ele, esse tipo de agressão não seria processável em tribunais de Justiça por não ser reconhecida como uma ofensa real (1983:172-181).

[13] Por definição, o cidadão genérico ou despessoalizado não está exposto a avaliações éticas quanto a sua dignidade, na medida em que não dispõe de uma identidade que lhe dê sentido ou substância moral. Dado que o respeito a direitos (de qualquer tipo) no Brasil é freqüentemente

mediado pela classificação dos atores de um ponto de vista ético, não é surpresa que os interesses de sindicatos e corporações, cujos membros têm muito mais em comum para compartilhar e têm uma visão mais palpável da identidade de cada um, acabem tendo precedência sobre as demandas *difusas* da sociedade mais ampla.

[14] A propósito, é interessante observar como, no Brasil, as noções de direitos e/ou de interesses sindicais são freqüentemente vistas quase como sinônimos de direitos/interesses sociais, e traduziriam bem, no âmbito da ideologia, a idéia de interesse público.

[15] Em 1867 o Ato da América do Norte Britânica criou o Domínio do Canadá, compreendendo as províncias do Quebec, Ontário, Nova Scotia e Novo Brunswick, pondo um fim à disputa entre anglófonos e francófonos sobre a estrutura institucional do país. Nesse momento, os direitos lingüísticos e culturais do Quebec foram restabelecidos, após um período de 27 anos sob o Ato do Regime de União, quando esses direitos haviam sido abolidos, seguindo as recomendações do famoso Relatório do Lord Durham. Bariteau (1996:112-115) chama a atenção para o fato de que a visão dos francófonos sobre o acordo de 1867 estava marcada pela preocupação com o ideal da "sobrevivência", sugerindo que os termos do acordo não eram inteiramente satisfatórios para o Quebec já naquela época. Segundo este autor, qualquer alternativa à soberania do Quebec significaria, na atual conjuntura, a assunção de uma condição de subordinação (Bariteau 1998:19).

[16] Bons exemplos dessas tensões no século XX foram as discussões em torno da convocação (conscrição) militar imposta aos cidadãos canadenses durante as duas guerras mundiais, quando os franco-canadenses foram obrigados a lutar em uma guerra percebida por eles, à época, como envolvendo interesses exclusivamente ingleses. Outro exemplo foi a declaração de Trudeau do Ato de Medidas de Guerra no Quebec, em 1970, com o objetivo de reprimir as atividades terroristas da Frente para a Libertação do Quebec (FLQ), depois do seqüestro do ministro do Trabalho quebequense e do *attaché commercial* da Grã-Bretanha em Montreal.

[17] Em 30 de abril de 1987 o primeiro-ministro do Canadá e os dez primeiros-ministros das províncias assinaram um acordo no Lago Meech, Ontário, envolvendo cinco princípios com o objetivo de satisfazer as exigências do Quebec para subscrever a Constituição *patriada* em 1982. O reconhecimento do Quebec como uma *sociedade distinta* dentro da Federação canadense era um dos princípios e aquele que veio a simbolizar o acordo. Contudo, o acordo tinha que ser ratificado pelo Poder Legislativo de todas as províncias em um prazo de três anos e, quando os legislativos de Manitoba e Terra Nova recusaram a ratificação em 9 de junho de 1990, o acordo foi definitivamente rejeitado, provocando grandes protestos no Quebec.

[18] Duplessis foi eleito pelo Partido da União Nacional, que não existe mais como partido. Como o nome sugere, trata-se de um partido extremamente nacionalista. Contudo, deve-se ter em mente que todos os partidos políticos no Quebec compartilham uma certa perspectiva nacionalista e, nesse sentido, diferem entre si apenas em termos do grau. Isto é verdade mesmo no caso do partido Liberal e do Conservador-Progressista que defendem uma posição federalista e querem manter o Quebec dentro do Canadá. Dado que o partido Conservador-Progressista não disputa eleições provinciais e compartilha símbolos de identidade com seu predecessor na Inglaterra – os membros dos dois partidos são chamados de *Tories* –, sua visão nacionalista é particularmente significativa para a compreensão da natureza da demanda do Quebec. A única exceção é o Partido da Igualdade, que conta com o apoio quase exclusivo de anglófonos e de uns poucos alófonos (imigrantes). O Partido da Igualdade é o maior crítico da legislação lingüística do Quebec, mas não ocupa nenhuma cadeira na Assembléia Nacional, e não constitui uma força política significativa na província.

[19] Grosso modo, os serviços públicos nas áreas de saúde e educação estavam nas mãos da Igreja Católica, cuja influência política na província era absolutamente impressionante. Além disso, durante os anos 1930 o Quebec era a província com o pior histórico de investimentos públicos dentro do Canadá e, no período 1957-1967, seu desempenho melhorou significativamente, passando do penúltimo para o segundo lugar no país (Dion 1991:298). Para uma boa visão sobre a maneira míope e tradicional através da qual Duplessis fazia política, veja Chaloult (1969).

[20] Na realidade, Dion argumenta que essa situação seria explicada pelo paradoxo de Tocqueville, segundo o qual conforme as condições sociais vão ganhando maior similaridade em todo lugar, maior será a importância que as pessoas atribuem a índices de distinção. Assim, conforme as sociedades (ou seus segmentos culturalmente diferenciados no passado) vão ficando mais parecidas, maior será o sentimento nacionalista entre elas (Dion 1991:291-311).

[21] Supostamente, os canadenses seriam conhecidos por não compartilharem fortes sentimentos de patriotismo, em oposição aos sentimentos manifestados pelos quebequenses em relação a sua província (Kaplan 1993:3-22; Fulford 1993:104-119). Ao mesmo tempo, também tem sido reiterado na literatura que os canadenses se orgulham de sua cidadania quando se comparam aos americanos, devido às diferenças quanto a seguro de saúde e políticas sociais de maneira geral entre os dois países. Contudo, nos últimos 30 anos foram feitos esforços para fortalecer a identidade nacional através de símbolos como a bandeira canadense, criada no final dos anos 1960, cerca de 20 anos depois do Quebec ter instituído sua própria bandeira. Os ensaios editados por Kaplan (1993), sob o título revelador de *Belonging* (Pertencendo), dão uma ótima idéia sobre a importância da preocupação com a identidade no resto-do-Canadá.

[22] Como Laforest (1995:1) indica, depois da visibilidade conquistada pelas nações de origem pré-colombiana na esfera pública durante as negociações do Acordo de Charlottetown, não faz mais muito sentido continuar falando da história do Canadá como um país fundado por duas nações, excluindo-se os *autóctones*. Contudo, Laforest argumenta que a visão canadense de um país formado por uma nação também deveria ser inaceitável para ambos: quebequenses e membros das populações *autóctones*, ou das *primeiras nações*, como os povos indígenas, esquimós e mestiços (*Métis*) são conhecidos no Canadá. Para uma visão histórica sobre a relação entre o nacionalismo quebequense e as demandas de autonomia das populações autóctones, veja a interessante contribuição de Beaucage (1997:69-79).

[23] Em 1871 o Common School Act abole as escolas católicas e o ensino do francês no Novo Brunswick, onde havia (e ainda há) uma comunidade francófona muito significativa, a segunda maior no país. Em 1877 foi a vez da Ilha do Príncipe Eduardo promulgar legislação similar, através do Public School Act, e esta tendência foi seguida por outras províncias até 1968, quando Trudeau promulga a Lei das Línguas Oficiais (Beauchemin 1995).

[24] De acordo com dados publicados pela Statistics Canadá, e compilados pela Societé Saint-Jean-Batiste, o percentual médio de assimilação dos francófonos em 1991, no resto-do-Canadá, foi de 77,3%. Esse percentual foi calculado através da comparação do número de pessoas de origem francesa com o número daqueles que ainda falam francês em casa. A província com o menor percentual de assimilação é o Novo Brunswick, com 31%, enquanto Terra Nova tem o mais alto, em torno de 96% (Beauchemin 1995:31).

[25] A primeira redação da lei exigia que pelo menos um dos pais tivesse estudado em escola de língua inglesa no Quebec. Como em 26 de julho de 1984 a Suprema Corte declarou ilegal esta parte da lei, ela foi alterada para incluir as escolas de língua inglesa em qualquer uma das dez províncias do Canadá.

[26] É verdade que segmentos significativos das comunidades anglófona e alófona em Montreal gostariam de ver aprovada uma lei da língua que fosse mais flexível, e talvez maiores garantias de que não perderão os direitos lingüísticos que gozam agora. Contudo, essas comunidades se tornaram mais sensíveis às demandas dos franco-quebequenses de que, em alguma medida, as restrições lingüísticas seriam necessárias e legítimas para evitar o desaparecimento do francês. Poder-se-ia lembrar aqui que quando anglófonos e alófonos foram mobilizados com sucesso por Galganov em 1996, com o objetivo de exigir mais letreiros em inglês nas grandes lojas de departamento de Montreal, eles estavam na realidade exigindo a implementação das Leis nº 178 e nº 86. Mesmo se considerarmos essa mobilização como uma jogada estratégica, com o objetivo de preparar demandas mais radicais no futuro, não se deve esquecer que quando a Lei nº 178 veio à luz ela encontrou forte oposição de anglófonos e alófonos, que a consideravam absolutamente inaceitável. De fato, quando Galganov tentou radicalizar suas demandas acabou perdendo apoio e inviabilizou o movimento.

[27] Habermas faz uma crítica interessante à posição de Taylor argumentando que não seria necessário distinguir entre dois tipos de liberalismo para acomodar a legitimação de objetivos coletivos dentro da tradição liberal-democrática. Segundo ele, a definição de Taylor do liberalismo de direitos não atentaria para a conexão necessária entre autonomia pública e privada. Tal conexão enfatizaria o fato de que em uma sociedade liberal os cidadãos devem se perceber como autores das leis às quais estão submetidos (Habermas 1994:112). Isto estaria de acordo com a discussão de Habermas sobre a relação entre princípios constitucionais, cultura política e o caráter eticamente permeável dos sistemas legais (idem:137-139). Contudo, me parece que Habermas não contempla toda a extensão do argumento de Taylor no que concerne à especificidade das demandas por reconhecimento, no que elas têm de diferente em relação aos casos em que se justificaria uma política de "discriminação reversa" ou de medidas objetivando a redução da distância entre igualdade legal e igualdade real (ibidem:129). Diferentemente dessas últimas, as demandas por reconhecimento não podem ser formuladas em termos universalistas.

Referências bibliográficas

BARITEAU, C. Pour une Conception Civique du Québec. *L'Action Nationale*, vol. LXXXVI, nº 7, pp. 105-168, 1996.

_____. *Québec 18 Septembre:* le monde pour horizon. Montreal: Éditions Québec Amérique, 1998.

BEAUCAGE, P. Autodeterminación ¿para quién? La Encrucijada Quebequense. *Alteridades,* ano 7, nº 14, pp.69-79, 1997.

BEAUCHEMIN, Y. *Petite Histoire du Québec.* Montreal: Uneq, 1995.

BERGER, Peter. On the Obsolescence of the Concept of Honor. In: HAUERWAS, S.; MACINTIRE, A. (eds.). *Revisions*: Changing Perspectives in Moral Philosophy. Vol 3. Indiana: University of Notre Dame Press, 1983.

BIBEAU, G. *Tropismes Québécois. Je me Souviens Dans L'oubli*. Québec: ed. Les Presses de l' Université Laval, v. 19, nº 3, pp. 151-198, 1995. (Anthropologie et Sociétés)

BRESSER PEREIRA, L.C. *Cidadania e res publica*: a emergência dos direitos republicanos. Porto Alegre: L&PM Editores S/A, V.1. 1997, pp. 100-144. (Filosofia Política/Nova Série)

CARDOSO DE OLIVEIRA, L. Direitos Humanos e Cidadania no Brasil: algumas reflexões preliminares. In: CARDOSO DE OLIVEIRA, R.; CARDOSO DE OLIVEIRA, L.R. (orgs.). *Ensaios antropológicos sobre moral e ética*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996a, pp. 93-104.

_____. *Entre o justo e o solidário*: os dilemas dos direitos de cidadania no Brasil e nos EUA. São Paulo, pp. 67-81, 1996b. (*RBCS*, nº 31, ano 11).

_____. Ação afirmativa e eqüidade. In: SOUZA, J. (org.) *Multiculturalismo e racismo:* uma comparação Brasil – Estados Unidos. Brasília: Paralelo 15, 1997, pp. 145-155 (Capítulo 1 desta edição)

CARDOSO DE OLIVEIRA, L. Collective Identities and Citizenship in Quebec. In: RONIGER, L.; WAISMAN, C. (orgs.). *Globality and Multiple Modernities:* comparative Nort American Perspectives. Sussex: Sussex Academic Press, 2002.

_____. *Republican Rights and Nationalism: collective identities and citizenship in Brasil and Quebec*. (Versão premiliminar) Brasília: UnB, 1999. (Série Antropologia, 259)

CARDOSO DE OLIVEIRA, R.; CARDOSO DE OLIVEIRA, L. *Ensaios antropológicos sobre moral e ética*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

CARDOSO, F.H. Brasileiro: Cidadão?. *Ciclo de debates sobre o brasileiro e a cidadania*. Curitiba: Corpo 17/Jo ACS-DTP, 1991.

CHALOULT, R. *Mémoires politiques*. Montreal: Éditions du Jour, 1969.

DA MATTA, Roberto. Você sabe com quem está falando? Um ensaio sobre a distinção entre indivíduo e pessoa no Brasil. In: _____. *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

_____. Cidadania: a questão da cidadania num universo relacional. In: _____. *A casa & a rua.* Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.

_____. A Mão Invisível do Estado: notas sobre o significado cultural dos documentos na sociedade brasileira. Anuário Antropológico/99:37-64. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.

DION, S. Le Nationalisme dans la convergence culturelle – Le Québec contemporaine et le paradoxe de Tocqueville. In: HUDON, R.; PELLETIER, R. (orgs.). *L'Engagement Intellectuel:* mélanges en l'honneur de Léon Dion. Sainte-Foy: Les Presses de l'Université Laval, 1991.

FULFORD, R. A Post-Modern Dominion: The Changing Nature of Canadian Citizenship. In: KAPLAN, W. (org.). *Belonging:* The Meaning and Future of Canadian Citizenship. Montreal: McGill-Queen's University Press, 1993, pp. 104-119.

GIBBINS, R.; G. LAFOREST (eds.). *Beyond the Impasse:* Toward Reconciliation. Ottawa: IRPP, 1998.

GIBBINS, R. Getting There from Here. In: GIBBINS, R.; LAFOREST, G. (orgs.). *Beyond the Impasse:* Toward Reconciliation. Ottawa: IRPP, 1998, pp. 397-410.

HABERMAS, Jürgen. *The Structural Transformation of the Public Sphere*. Cambridge, Mass.: MIT Press. 1991.

_____. Struggles for Recognition in the Democratic Constitutional State. In: A. GUTMANN (org.). *Multiculturalism:* Examining the Politics of Recognition. Nova Jersey: Princeton University Press, 1994, pp. 107-148.

HAROCHE, C.; VATIN, J-C. (orgs.). *La Considération*. Paris: Desclée de Brouwer, 1998.

HONNETH, A. *The Struggle for Recognition:* The Moral Grammar of Social Conflicts. Cambridge, Mass: The MIT Press, 1996.

KANT DE LIMA, R. *A Polícia da Cidade do Rio de Janeiro:* seus dilemas e paradoxos. 2ª ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

KAPLAN, W. Introduction. In: KAPLAN, W. (org.). *Belonging:* The Meaning and Future of Canadian Citizenship. Montreal: McGill-Queen's University Press, 1993, pp. 3-22.

KYMLICKA, W. *Multicultural Citizenship:* A Liberal Theory of Minority Rights. Oxford: Claredon Press, 1995.

LAFOREST, G. *Trudeau and the End of a Canadian Dream*. Montreal: McGill-Queen's University Press, 1995.

_____. Standing in the Shoes of the Other Partners in the Canadian Union. In: GIBBINS, R.; LAFOREST, G. (orgs.). *Beyond the Impasse*: Toward Reconciliation. Ottawa: IRPP, 1998, pp. 51-79.

LARAIA, R. s/d. *Repensando o nepotismo*. Mimeo.

LAURENDEAU, A. *Journal:* tenu pendant la Comission royale d'enquête sur le bilinguisme et le biculturalisme. Québec: VLB Éditeur/Le Septentrion, 1990.

LEGAULT, J. *L'Invention d'une Minorité:* les anglo-québécois. Québec: Boréal, 1992.

MACLENANN, H. *Two Solitudes*. Toronto: General Paperbacks, 1945/1995.

MARSCHALL, T.H. *Class Citizenship and Social Development*. Connecticut: Greenwood Press, 1976.

PEIRANO, M. Sem Lenço, Sem Documento. Reflexões sobre Cidadania no Brasil. *Sociedade e Estado,* vol. 1, nº 1. Brasília: EDUnB, 1986, pp. 49-64.

ROSENFIELD, D. (org.). *Filosofia Política*. Vol. 1. Porto Alegre: L&PM Editores S/A, 1997. (Nova Série)

SANTOS, W.G. *Cidadania e Justiça:* a política social na ordem brasileira. 2ª ed. rev. e atualizada. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

STRAWSON, P. Freedom and Resentment. In: *Freedom and Resentment, and Other Essays.* Londres: Methuen & Co. LTD, 1974, pp. 1-25.

TAYLOR, C. Shared and Divergent Values. In: TAYLOR, C. *Reconciling the Solitudes:* Essays on Canadian Federalism and Nationalism. Montreal: McGill-Queen's University Press, 1993c, pp. 155-186.

_____. The Politics of Recognition. In: GUTMANN, A. (org.). *Multiculturalism and the Politics of Recognition.* Nova Jersey: Princeton University Press, 1994.

CAPÍTULO 3

Diferentes faces da lei adotiva nacional e internacional

Domingos Abreu

Neste artigo proponho uma reflexão sobre os critérios de legalidade e de ilegalidade no que diz respeito às práticas adotivas no Brasil. Para uma melhor compreensão deste problema trago para o campo do debate duas modalidades de adoção: aquela realizada apenas entre brasileiros e aquela onde a circulação de crianças se dá em direção do estrangeiro.

Para iniciar a reflexão, mostro que a adoção no direito ocidental nasceu privilegiando o "direito dos adotantes". O direito brasileiro banhou nesta tradição ao ser construído. No entanto, com o advento dos anos 1990, a prática legal das adoções muda radicalmente seu rumo e firma o "direito da criança" como prioritário. No meu entender, esta mudança não foi, inicialmente pelo menos, absorvida pelos esquemas de percepção dos operadores da lei de forma automática. Muitos continuaram a pautar sua prática por uma tradição jurídica que não levava em conta o adotado mas, apenas, o candidato a adotante. Termino este artigo, indicando que a adoção internacional ilustra bem as dificuldades de implantar novas políticas públicas quando o campo social no qual tais políticas deveria operar novas práticas está marcado por uma história apontando para o sentido oposto ao proposto.

Pequena arqueologia da lei adotiva

Falar de adoção do ponto de vista legal implica um mergulho de mais de dois mil anos na história jurídica da humanidade. Parece-me importante um rápido passeio por textos que serviram de inspiração aos legisladores brasileiros quando escreveram as diversas leis que codificam a adoção entre nós. O que pretendo demonstrar nesta introdução histórica é a maneira como os diversos legisladores do *Mundo Antigo* deram sempre muita ênfase ao *interesse do adotante* e quase nenhum ao *interesse do adotado*. O adotado era contemplado, na visão dos diferentes legisladores, apenas secundariamente, haja visto que o alvo da codificação era antes de tudo o adotante.

Tanto na Grécia clássica como na Roma Antiga, o que motivou o legislador a codificar a adoção foi antes de tudo um princípio religioso. Gregos e romanos acreditavam que os mortos tinham uma influência decisiva sobre o presente e o futuro dos vivos. Para que as relações entre mortos e vivos pudessem ocorrer de maneira conveniente, existia um "culto dos mortos", que era praticado pelo chefe de família. Somente os homens[1] tinham o direito de manter acesa a chama que homenageava os mortos (por sinal, é da palavra *lareira* – local onde o fogo doméstico é entretido – que é derivada a palavra *lar* que é também seu sinônimo perfeito. Aliás, a acepção número um de lar em português é lugar de cozinha onde se acende o fogo. As outras significações vieram por acréscimo).

A adoção aparece como possibilidade para que a família de um homem sem descendência masculina pudesse perpetuar o nome da linhagem e mormente para que o culto dos ancestrais tivesse curso normal.

A adoção, em seus primórdios, buscava satisfazer o desejo que tinha uma pessoa, despossuída de descendência, de deixar um herdeiro, de continuar um nome, e principalmente perpetuar o culto dos ancestrais. Este texto de Foustel de Coulanges dá idéia da importância da adoção na Antigüidade.

> O dever de perpetuar o culto doméstico foi o princípio do direito de adoção entre os antigos. A mesma religião que obrigava o homem a casar, que determinava o divórcio em caso de esterilidade, que, em caso de impotência ou morte prematura, substituía ao marido um parente, oferecia ainda à família um último recurso para escapar à desgraça tão temida de extinção: esse recurso era o direito de adotar.
> Adotar um filho era, pois, olhar pela perpetuidade da religião doméstica, pela salvação do lar, pela constituição das oferendas fúnebres, pelo repouso dos nomes dos antepassados (1941:77-78).

A prática era comum na Roma dos césares, sobretudo ao final da República, e mesmo alguns ilustres imperadores foram adotados (basta que lembremos de Trajano, Nero e Marco Aurélio). Havia três tipos de adoção entre os romanos[2] (os grandes inspiradores do Direito ocidental): a *adrogatio*, a *adoptio*, e a adoção por testamento.[3]

A *adrogatio* era um ato de direito público. Através dela um chefe de família podia adotar uma família inteira. Ela mexia com a própria estrutura da *urbe*, pois extinguia uma família e, sobretudo, um culto aos mortos. Por isso ela necessitava de uma audiência junto ao pontífice (Fulchiron e Murat 1988:92) em presença do povo romano. Eram feitas três perguntas: uma ao ad-rogante, uma ao ad-rogado e uma ao povo. Caso todos estivessem de acordo com aquilo que fora *rogado* pelo ad-rogante, a ação era aceita. Como explica Lisboa (1996:13), era uma *adoptio per populum*.

É importante que se diga que não era possível que uma ad-rogação acontecesse em favor de alguém que já tivesse filhos. Em geral (isso variou ao longo do Império Romano), o ad-rogante não devia ter filhos ou mesmo ser ainda capaz de gerá-los (no entanto, ele não podia ser castrado). O ad-rogado entrava, com toda sua família, para a família do ad-rogante (inclusive com seus bens e riquezas). Este tipo de adoção permitia um ganho de poder dentro da comunidade por parte de quem adotava.

Já a *adoptio* era um ato de direito privado (realizado por meio de escritura em tabelionato – *adoptio tabulis copulata*) pelo qual um homem adotava alguém de um *pater familia*. Essa transação tinha bem menos importância política, econômica e religiosa que a *ad-rogatio*, haja visto que a família do adotado não ficava vinculada ao ato; apenas o adotado era submetido ao *patria potestas* – o pátrio poder – do adotando, sem repercussão sobre sua família natural. A transação devia ser feita entre o pai de sangue e o adotante, sem intervenção da assembléia. O *pater familia* (Lisboa 1996:16) vendia duas vezes seu filho ao candidato à adoção e este o devolvia ao pai biológico por duas vezes. Na terceira vez, o candidato a pai adotivo reivindicava a criança e seu pai biológico já não podia reclamá-la.[4] Através desta transação, podiam ser adotados meninos, meninas e estrangeiros. A regra é que a adoção deve *imitar a natureza* e por isso o adotante deve ser mais velho que o adotado em pelo menos 18 anos. Apenas os que podiam gerar tinham direito de adotar. Esta forma de adoção buscava sobretudo encontrar pessoas capazes de continuar o nome da família e perpetuar o culto dos ancestrais. Ela podia ainda servir para dar uma criança a um casal sem filhos.

No entanto, esta não foi a maneira mais comum de transferência de uma família para outra na Roma Antiga. A grande maioria dos filhos indesejados (os ilegítimos, aqueles advindos depois do quarto nascimento, os doentes etc.) eram deixados à própria sorte nas vias públicas (eram expostos). Os pais, não tendo coragem de matá-los com as próprias mãos, os deixavam nas mãos do destino. Boswell conta que de 20% a 40% das crianças romanas eram abandonadas. O fato de existir a possibilidade ética na época romana de abandonar uma criança[5] foi, nas palavras de Boswell, "essencial para o funcionamento do sistema" (1988:102).

O abandonado romano (*expositus*) que sobreviveu foi quase sempre recolhido por alguém. Esta adoção, no entanto, não serviu para que uma família desse um lar a uma criança (como quer a ideologia contemporânea que busca, como veremos, o "interesse da criança"). Ouellette e Séguin explicam que a adoção romana serviu (além de permitir que fosse escolhido um sucessor a quem transmitir seus bens e que garantisse o culto dos antepassados) para

> [...] uma redistribuição de crianças e de mão-de-obra. [as crianças] eram

> recolhidas, na prática, por sua força de trabalho eventual ou ainda para serem vendidas como escravas ou prostitutas (Ouellette e Séguin 1994:31).

Durante o período antigo, a legislação adotiva preserva o instituto adotivo, pois este permitia a perpetuação de uma das funções mais importantes da sociedade: o culto dos antepassados. Ela ajudava a que a linhagem pudesse perdurar. Na Idade Média, houve uma reviravolta ideológica no que diz respeito à linhagem: ela está estreitamente ligada ao sangue. Estamos na era da nobreza – fundamento da ordem política e social –, que é transmitida somente pelo sangue.

A ideologia sangüínea da Europa acomodava muito mal a adoção. Havia casos de adoção entre os nobres, mas os adotados não se podiam beneficiar dos títulos de nobreza, contrariamente ao que sucedia na Roma Antiga. Durante o feudalismo, a nobreza somente é transmitida *per sanguinis*, pelo sangue.[6]

Entre 800 e 1800, há um verdadeiro eclipse das diversas legislações no que diz respeito à adoção. Jean Pierre Gutton (1993:20) explica que nesta época o bastardo é rejeitado pela sociedade e existe uma grande busca da "pureza da raça", o que faz com que a introdução de um estrangeiro em uma família apareça como um grande risco. As qualidades que constituem uma linhagem são, para a ideologia da época, hereditárias e inatas; a natureza organizou o mundo de maneira harmoniosa, com suas hierarquias e a adoção pode atrapalhar esta ordem.

Importa ainda dizer que a cristianização da Europa pouco a pouco acabou com o culto dos mortos e a necessidade de adotar alguém para que esta função fosse desempenhada perdeu seu sentido. A Igreja Católica suspeitava também que a adoção servisse para legitimar filhos bastardos, tidos fora do casamento e trazidos por maridos infiéis para o seio sagrado do matrimônio; ela vai se mostrar hostil a esta prática.

Gutton explica ainda que, caso alguém viesse a ficar órfão, a adoção não era estimulada pela Igreja, pois a ideologia católica queria que os laços de parentesco espiritual, adquiridos pelo batismo, fossem suficientes para que aquele que perdesse seus pais pudesse continuar a contar com uma família[7] (a semelhança fonética entre pai e padrinho, mãe e madrinha de um lado e entre filho e afilhado de outro servindo de marca material dos laços espirituais tecidos[8]).

Goody (1983), Gutton (1993) e Lisboa (1996), fazendo também uma leitura materialista destes dados, explicam por que tanto Igreja como nobreza eram hostis à adoção: as famílias que morriam sem descendência deixavam seus bens para alguma abadia, congregação religiosa ou os tinham confiscados por algum senhor feudal. Um filho adotivo era um concorrente que devia ser evitado. A adoção desapareceu neste período.

O instituto renasceu discretamente na Europa desde o final da Idade Média. Apesar de praticamente ter desaparecido dos códigos – desde a Baixa Idade Mé-

dia – e sobretudo deixar de ter sido usada pelos poderosos (que são os que tiveram seus atos e feitos registrados pelo historiador de maneira recorrente), há um certo número de pistas que indicam ter havido maneiras de adoção (mesmo que com outros nomes ou assumindo outras formas) que voltaram a ser praticadas de modo mais ou menos intenso em função da época e do local.

As leis brasileiras sobre adoção

O estudo da adoção, ou da adoção internacional, não se deve deixar pautar pela definição do que é considerado legal para classificar os atos como ilegais, criminosos ou lícitos.[9] Muito pelo contrário, o direito de um grupo deve ser olhado do ponto de vista daquilo que historicamente foi sendo socialmente construído como legal ou ilegal. A história social das leis sobre a adoção e sobre a adoção internacional, sua gênese e sua utilização devem ser o ponto fulcral sobre o qual recai o olhar do sociólogo para compreender, não a legalidade dos atos, mas o porquê de sua instituição como legal ou criminoso. Desta maneira, esta proposta situa-se muito mais do ponto de vista de um estudo dos pontos de vistas[10] que construíram as classificações sobre o objeto social do que de uma hermenêutica jurídica classificatória dos atos dos agentes como regidos rigorosamente pela lei ou não; como "bons" (porque legais) ou "ruins" (porque ilegais).

O estudo do Direito brasileiro impõe-se, pois, como lugar incontornável. Em um primeiro momento, o conhecimento da legislação brasileira, desde seus primórdios, pode esclarecer como as adoções são vistas entre nós: qual sua função, seu papel social e o lugar ocupado nas relações de parentesco. A análise da evolução da adoção no direito brasileiro, desde o *Código Civil* de 1916, passando pelo *Código de Menores* de 1979, até sua forma atual, expressa no *Estatuto da Criança e do Adolescente* (*ECA*), deve permitir elucidar a visão com a qual a sociedade brasileira assinalou um lugar para as adoções e para as adoções internacionais. Ou seja, este estudo da lei permite não só que se possa conhecer a batalha travada pelos agentes sociais, como pode indicar o que foi sendo sacralizado pela visão dominante nas diferentes épocas, transformando arbitrariamente uma das possibilidades em única maneira de estar conforme a lei.

Indo além da gênese do Direito brasileiro sobre adoção nacional e adoção internacional, interrogo-me sobre o que a sociedade brasileira vem considerando como ilegítimo – apesar de legal – e legítimo – apesar de ilegal. Se em um primeiro momento a lei consagra um estado da relação de forças em luta dentro de um espaço social, consagrando-o como legítimo, cabe ainda que questionemos a legitimidade social atribuída aos fatos pela sociedade; ou o inverso, a decretação de sua ilegitimidade apesar de sua cobertura legal.

Nesta perspectiva e somente no contexto dela, é que entendo interrogar a

maneira como brasileiros e estrangeiros interpretaram diferentes leis de variadas épocas, atribuindo-lhes importância – ou não – e legitimando-as – ou deixando de fazê-lo; ou seja, reconstruindo metodicamente através de um modelo sociológico a forma como a lei foi interpretada.

O interesse pelos textos da lei no Brasil não tem por objetivo apontar o dedo para os operadores do direito, mostrando sua conformidade (ou não) com a lei, a moral ou a ética, e sim poder tatear, delinear as lógicas mais naturalizadas pela lei e, em contrapartida, tocar com as mãos nos elementos recalcados pelas proibições expressas na lei, na moral e na ética e assim nos perguntar sobre o valor material e simbólico da criança quando circula entre nós ou quando deixa nosso convívio em direção de outros países.

A adoção e o Código Civil

Em 1804, a adoção como prática prevista pelo Direito volta aos códigos europeus. Primeiramente ao *Código de Napoleão*, no direito francês (Napoleão não tinha filhos e fez pressão pessoalmente para que a adoção entrasse no *Código Civil* francês pois queria uma descendência[11]).

Os reflexos do *Código* francês se fizeram sentir em inúmeros países que o copiaram ou o usaram para redigir os seus. O Brasil, já em 1916, assinalava a possibilidade da filiação adotiva.[12] C. Beviláqua (autor do projeto de lei do *Código Civil*), comentando o *Código Civil dos Estados Unidos do Brasil* (1950), diz que a adoção é um "ato civil pelo qual alguém aceita um estranho na qualidade de filho" (p. 270, volume II).

Trata-se eminentemente de uma questão de direito privado, que não interessa ao Estado. Até 1979 (ano da entrada em vigor do *Código de Menores*), a única legislação em vigor no Brasil sobre as adoções era o *Código Civil* (arts. 368 a 378). O Brasil tratava pois a adoção dentro da esfera das relações privadas e familiares.

Quando alguém desejava adotar legalmente uma criança, o procedimento era ir a um tabelionato e registrar a adoção através de escritura, diante de testemunhas e do tabelião. Uma mãe podia levar seu filho diante de um tabelião e declarar que aquela criança ia ser adotada por um terceiro. Este podia estar presente ou mesmo ser representado por um procurador. Ou seja, para que alguém realizasse uma adoção no Brasil, a única exigência era que a mãe (ou o pai) manifestasse diante do tabelião seu acordo à escritura de adoção. Dentro da dinâmica da circulação infantil no Brasil, esta anuência dos pais era o ato mais vigoroso e indicava a maior desobrigação simbólica dos pais diante da descendência. Nossa expressão nativa para esse tipo de adoção é "dar de papel passado". Uma criança dada nessas condições indicava que os pais estavam indo mais longe do

que quando davam seus filhos para serem (temporariamente) criados por outros (Fonseca 1995).

Atualmente, tanto no Direito brasileiro (desde o *ECA*), quanto na maioria das legislações dos países ocidentais que serviram de inspiração ao legislador brasileiro, prima o "interesse da criança". É ela quem aparece como grande beneficiário das adoções. Durante a vigência do *Código Civil* (até 1979), entretanto, o principal beneficiário do direito não é a criança, mas a linhagem, o casal, a família. O objetivo primeiro é encontrar uma criança para um casal e não o inverso. No entanto, nem sempre foi assim.

De 1916 até 1957, podia adotar quem tivesse mais de 50 anos e não tivesse filhos. Era uma maneira de garantir uma sucessão para pessoas idosas e sem herdeiros.

Em 1957, o *Código Civil* é alterado (Lei nº 3.133) e já é possível adotar uma criança a partir da idade de 30 anos. Embora alguns autores vejam nessa redução de idade uma facilitação da adoção da "legião de crianças desamparadas" (Siqueira 1993), parece-me antes que o objetivo era dar uma criança a um casal sem filhos, no intuito de permitir a concretização do desejo de criar uma criança.

Importa dizer que essas adoções eram feitas somente entre os que detinham o pátrio poder (pais ou outro tutor) da criança e aquela pessoa postulante ao parentesco civil (ou seu representante). A criança ou o adolescente assim adotado o é mediante um rito cartorial semelhante ao da compra de um carro ou de um casamento. As partes negociam livremente sem cobertura da sombra do Estado.

Oito anos depois, a legislação ganha um primeiro aparato de proteção efetiva da menoridade através da Lei nº 4.655 (de 1965), que permite a adoção de crianças de até sete anos em situação irregular, ou seja, crianças abandonadas fruto da exposição. Foram 50 anos de legislação adotiva voltada unicamente para o *interesse do adotante* e não do adotado. Não que a Lei nº 4.655 revogasse as leis anteriores, elas coexistiam.

A lei de 1965 apenas abria uma brecha para a adoção de crianças em situação "irregular" (fora da alçada da família biológica), visto que a adoção civil, praticada anteriormente, era realizada pelo adotante em direção de uma criança em situação "regular": sob o pátrio poder da família biológica.

Tal situação perdura até o final da década de 70 e dá idéia do que estava consagrado pela legislação da época: a relação de força simbólica entre os direitos do casal e os direitos da criança tendem claramente para o casal. Apenas acessoriamente a criança é favorecida. Ao beneficiar o casal (direito de sucessão, transmissão de nomes e títulos e, finalmente, com a permissão para que se possa exercer o papel de pai e mãe através do vínculo fictício de filiação), o procedimento cartorial acaba tendo efeitos sobre a criança, que pode mudar de lar, para um mais confortável (em caso de adoção feita em direção de uma criança em

situação "regular") ou, encontrar um lar, quando está abandonada (caso das crianças em situação "irregular").

Por volta do início dos anos 1970, começam as primeiras adoções internacionais no Brasil. Ora, de 1973 até 1979 não havia no país outra lei, senão aquelas do *Código Civil* que legiferassem sobre as práticas adotivas internacionais. Não era feita pelo *Código Civil* qualquer distinção entre o adotante brasileiro, o estrangeiro aqui residente ou o estrangeiro que vivia em seu país natal.

As primeiras adoções internacionais feitas no Brasil não foram pois realizadas diante de um juiz ou de um promotor. O que se buscava não era a colocação de uma criança abandonada em um novo lar e sim encontrar uma criança para um casal estrangeiro. Muitos contrataram advogados ou foram ajudados por intermediários e adotaram a criança diante de um tabelião, com a autorização da mãe registrada em cartório.

Adoção e o Código de Menores

Em 1979, entra em vigor no Brasil o *Código de Menores*. O novo *Código* é da alçada do Direito público (contrariamente ao *Código Civil*, que legifera sobre o direito privado) e, apesar de não anular o *Código Civil*, vai começar a colocar o "interesse do menor" como importante para a Justiça. Assim, através da nova lei, a menoridade passa a ser preocupação do Estado brasileiro no que tange à adoção.

É importante frisar que o *Código* anterior não rompia definitivamente os laços entre o adotado e seus parentes biológicos. Ele "adicionava" parentes ao adotado, como diz Fonseca (1995). O *Código de Menores* trata desta questão de maneira diferenciada. Existe tanto a possibilidade de uma adoção "simples" como de uma adoção "plena". A adoção simples não rompe os laços entre os adotados e seus pais biológicos (como na adoção civil). O adotante pode desistir da adoção e devolver a criança adotada. A adoção dita "plena", por sua vez, confere total vinculação do adotado a sua nova família e rompe definitivamente seus laços com a família consangüínea. Ela é irrevogável e, conseqüentemente, não deixa espaço para a devolução do adotado.

Chamo a atenção do leitor para o fato de que, apesar da existência de leis regendo a prática adotiva, a grande maioria das adoções se passa fora dos juizados (Costa 1988). Os candidatos a pais adotivos muitas vezes são estimulados pela própria Justiça a recorrer aos cartórios, onde a burocracia é menor. Em alguns casos, juízes orientam adotantes a registrar crianças em cartórios como se elas fossem filhas biológicas dos candidatos (esta prática ilegal e comum é conhecida como *adoção à brasileira*[13]).

Muitos juízes que usaram deste expediente pensavam que estavam facilitando a adoção daqueles que seriam, de toda maneira, beneficiados pela adoção, ou

seja o adotante. Nesta dinâmica, a criança adotada é vista como alguém favorecida pela adoção em decorrência da própria adoção, ou seja, ao agraciar um candidato a pai/mãe adotivo, a Justiça beneficia, por tabela, o adotado.

O início da adoção internacional e o Direito brasileiro

O art. 20 do *Código de Menores* traz uma série de especificações (contrariamente ao *Código Civil* que não tratava da questão) quanto à adoção de crianças brasileiras por estrangeiros[14] (tanto para os residentes quanto para os que moravam em outra pátrias).

> Art. 20. O estrangeiro residente ou domiciliado fora do País poderá pleitear colocação familiar somente para fins de adoção simples e se o adotando brasileiro estiver na situação irregular não eventual, descrita na alínea 'a', inciso I do art. 2° desta lei.

Podemos notar que duas distinções são feitas entre a adoção por brasileiros e por estrangeiros: a) os estrangeiros somente podem adotar de maneira "simples" (adoção revogável e aditiva); eles não mais podem adotar crianças em situação "regular" (sob o pátrio poder dos pais), devendo amoldar sua procura às crianças *sub judice*, sob o poder do Estado, em situação "irregular",[15] ou seja, "abandonadas".

Ou seja, não podem adotar crianças com este estatuto através dos serviços do Estado. Podem-no, de maneira privada, usando o *Código Cívil*. Legalmente, tanto os brasileiros, como os estrangeiros residentes e os estrangeiros não-residentes tinham a possibilidade de escolher o tipo de adoção que desejavam realizar: civil ou pública.

Como o *Código de Menores* não aboliu o *Código Civil* e sim passou a vigorar simultaneamente com este, permanecem brechas para as adoções internacionais em cartório privado. Por sinal, durante os 11 anos da vigência do *Código de Menores*, diversos juristas brasileiros vão empenhar-se em demonstrar a "legalidade" das adoções de brasileiros por estrangeiros diante de um tabelião, ou o contrário, tentar mostrar este tipo de adoção como "ilegal". Os últimos vão, pouco a pouco, impor em todos os estados federados sua visão e conseguir que a adoção internacional seja feita somente dentro dos tribunais.

Vários artigos de jornais e revistas especializadas vão publicar textos de juristas contra e a favor das adoções civis por estrangeiros. Será lavrada uma verdadeira batalha por ambas as partes, cada uma tentando mostrar a legalidade ou a ilegalidade das adoções internacionais feitas em cartório.[16]

Na época, o que estava em discussão pela sociedade civil e pela Justiça menorista era o tráfico de crianças. Os advogados eram acusados de levar mães

"carentes" diante de tabeliães, antes que essas procurassem os juízes de menores para doar seus filhos. Havia suspeitas de que "redes especializadas" estivessem fazendo pressões para que as mães "doassem" os filhos.

Os desembargadores, juízes e promotores que não queriam as adoções internacionais em cartórios explicavam que somente a Justiça era capaz de decidir o que era melhor para a criança e que apenas os processos tramitados diante do Estado garantiriam a legalidade dos trâmites e impossibilitariam o comércio de crianças. Na verdade, por traz do debate sobre a possibilidade de adoções internacionais feitas sob o guarda-chuva do Direito privado encontrava-se um debate maior sobre o "tráfico de crianças", a autonomia das mães a doar seus filhos, a moralidade destas práticas, a ética dos advogados e os crimes eventualmente proporcionados por esta dinâmica.

O *Estatuto da Criança e do Adolescente* (*ECA*) e as adoções por estrangeiros

Em 1990, entra em vigor o *ECA*. São revogadas as leis anteriores, inclusive o *Código de Menores*, de 1979. A única forma de adoção prevista é agora irrevogável e transfere o pátrio poder dos pais biológicos para a família adotante. O adotado entra em linha de filiação direta com sua nova família (até a quarta geração).

Há uma mudança de perspectiva quanto aos interesses numa adoção: o principal é a realização da personalidade dos filhos, bem como sua proteção, independentemente de suas origens.

A abordagem sociológica da nova lei revela uma mudança de ponto de vista da "verdade" dominante, que vai estruturar o parentesco adotivo.

> Art. 43. A adoção será deferida quando apresentar reais vantagens para o adotando e fundar-se em motivos legítimos.

Cabe perguntar o que o *Estatuto* considera como "reais vantagens" para o adotado, através das quais podemos nos dar conta daquilo que o Estado brasileiro vai sacralizar como sendo o "interesse da criança".

O *pátrio poder*, por exemplo, não se perde mais por condições de pobreza. As condições materiais já não são uma razão para que uma criança circule de uma família para outra, através da adoção. Ora, o *Código de Menores* permitia a destituição do poder paterno caso os pais estivessem impossibilitados de manter a subsistência de seus filhos. Com o advento do *ECA*, o Estado torna-se responsável pela manutenção de programas oficiais de auxílio para que famílias carentes possam guardar seus filhos (art. 23).

Tal raciocínio impede que uma criança deixe o Brasil, em direção do estrangeiro, por motivos que antes possibilitavam que ela fosse legalmente de uma família menos favorecida para uma família em situação financeira mais confortável. Lembremo-nos de que o *Código de Menores*, embora já falasse de adoção por estrangeiros, era sobremaneira guiado para as adoções entre nós. Neste aspecto, a adoção internacional parece ter ocupado um lugar central na mudança da lei. Não era concebível que "nossas crianças" deixassem o país por causa de pobreza. O Estado tem que se responsabilizar por elas e mantê-las entre nós. Muitos juristas da época, favoráveis à adoção internacional vão falar de "nacionalização da miséria".[17]

Outro aspecto que aumenta o cerco às adoções internacionais se dá quando o *ECA proíbe a adoção por procuração*, antes prevista pelo *Código Civil* (art. 39 do *ECA*). Não é mais possível para um advogado representar em cartório um casal estrangeiro não residente, adotar em seu nome uma criança, e depois levar a criança adotada para o adotante no estrangeiro.

A essas medidas é acrescentada a necessidade de um *período de convivência* no Brasil (art. 46), que varia de 15 dias (crianças com até 2 anos) a 30 dias (acima de 2 anos). Esse estágio de convivência é dispensado para os casais brasileiros (para crianças de até um ano). São ainda dispensados desse "estágio" os brasileiros que estejam querendo adotar uma criança da qual estejam de posse "durante tempo suficiente para se poder avaliar a (...) constituição do vínculo" (art. 46, § 1º).

O novo preceito obriga o estrangeiro a vir ao Brasil e passar alguns dias sob a observação dos técnicos do Judiciário, onde sua relação com a criança será observada.

O brasileiro não necessita de estágio de convivência com criança de até um ano por estar pressuposta a criação sistemática de vínculo entre adotante e adotado quando a adoção se faz em direção de crianças nesta faixa etária. O fato de tal estágio ser necessário para adotante estrangeiro que adota criança desta idade indica quem é o alvo da observação: não é a relação entre pai e filho que é observada mas o próprio candidato estrangeiro. O desejo de conhecer e vigiar o candidato adotante transparece na medida. O Estado brasileiro não mais entrega suas crianças a qualquer estrangeiro.

O Estado brasileiro: doador e mediador

Como vimos, o *Código Civil* permitia que uma criança em situação regular (sob o pátrio poder dos pais) fosse objeto de uma transação entre a família natural e o adotante. O *Estatuto* interrompe parcialmente o contato entre família natural e adotante.

A nova lei proíbe que uma criança seja adotada por um estrangeiro sem que o pátrio poder da família natural tenha sido abolido. Ou seja, é necessário que a criança esteja sob a responsabilidade do Estado para que ela possa deixar o Brasil.

O *Estatuto* garante aos pais (art. 166) a possibilidade de indicar que desejam abdicar do pátrio poder em direção de outrem. O jurista Munir Cury (1999:13) explica que tal possibilidade tem suscitado preocupações dos operadores do Direito quanto à "exploração ou instrumentalização da criança" ou mesmo de sua "comercialização".

Essa possibilidade garante atualmente que um brasileiro vá ao juiz com uma criança que lhe tenha sido entregue, com a autorização dos pais biológicos, e peça que seja iniciado o processo de adoção. A essa prática os juristas deram o nome de adoção *intuitu personae* e alguns operadores a conhecem mais simplesmente por *adoção pronta*.

Na adoção internacional, a *adoção pronta* já não é possível, haja vista que a criança deve estar *sub judice,* sob a responsabilidade do Estado, para que só então seja adotada por um estrangeiro. A preocupação dos juristas quanto ao comércio da criança não diz respeito à adoção internacional, pois esta possibilidade fica restrita aos brasileiros. Apesar do suposto "comércio" existente entre brasileiros (e mais provavelmente das "pressões" – para que a mãe dê o filho – e das "explorações" da miséria alheia para que as adoções ocorram, como gosta de dizer Munir Cury), este tipo de adoção permanece e seus críticos não encontram força social para mudar as relações de força que aceitam esta prática adotiva muito comum entre nós, como veremos mais detalhadamente.

Depois da entrada em vigor do *ECA*, o Estado tanto pode ser percebido como um doador de crianças (sob sua proteção), tanto para brasileiros e estrangeiros, como um mediador das "adoções prontas" entre brasileiros.

A *prioridade aos brasileiros* demarca um dos pontos centrais que cristaliza a relação de forças entre os que defendem a adoção internacional irrestrita e aqueles que desejam limitar as adoções de brasileiros por estrangeiros. O "interesse da criança", definido como sendo estar entre nós, é revelador dos valores sociais atribuídos à adoção da criança por brasileiros e não brasileiros, bem como da permanência da criança entre nós, e pela possibilidade de ela deixar sua comunidade de origem.

A adoção por estrangeiros passou a ser "medida excepcional" (art. 31). O "interesse da criança" é definido pelo legislador como sendo o de permanecer no Brasil, sendo admitida sua adoção por estrangeiros unicamente quando ela não for desejada por nenhum brasileiro.

Quando voltamos nosso olhar para os anos 1980 (período em que as adoções internacionais foram mais numerosas no Brasil), época do *Código de Menores*,

podemos ver um grande debate sobre quem tem prioridade na adoção de um brasileiro. Esse debate extrapolou o foro menorista e foi acolhido pela sociedade civil – sobretudo pela imprensa.

Um dos aspectos do combate divide inclusive aqueles que apenas aceitam a adoção internacional e os que nela vêem uma "saída" para os "problemas do Brasil". As interpretações dadas ao *Código de Menores* pela "hermenêutica" jurídica ou pelos que estabeleceram a doutrina jurídica da época são elucidativas. Assim, Machado, no seu livro *Código de Menores Comentado* (1986:49), explica que

> Embora não exista disciplina legal a respeito, é de se destacar que a preferência para adoção de crianças brasileiras em situação irregular deve ser dada a casais brasileiros. Na falta, a casais estrangeiros domiciliados no país. Não existindo tais interessados, é que se atenderá a pretensão do estrangeiro residente ou domiciliado fora do país.

A mesma linha de raciocínio é seguida por P. Nogueira em seu *Comentário ao Código de Menores*:

> A adoção deve ser preferencialmente concedida a casais brasileiros e só excepcionalmente a casais estrangeiros, como permite o atual Código de Menores (1996:39).

Em oposição a esses juizes, promotores e desembargadores que viam o interesse da criança no Brasil e que abertamente militavam por isso, havia todo um exército de outros operadores da Justiça que viam na adoção uma possibilidade de a criança "escapar" de uma "vida de miséria", de tornar-se "trombadinha", "carente", "faminto" etc. Em sua grande maioria, vão sobretudo manifestar sua visão favorável à adoção internacional na prática jurídica menorista. Alguns, no entanto, vão alardear essas idéias na imprensa e nos órgãos da categoria dos magistrados. P. Lins e Silva, por exemplo (*apud* Chaves 1994:22) escreveu:

> [...] temos uma população excessivamente faminta, carente, marginalizada, e diante das estruturas normativas vigentes, vemos um crescimento mais assustador de criminalidade infantil, que solução social para evitar tal desgaste. [...] Mas, tantos problemas de ordem de civilização, de estruturação sócio-econômica, podem ser resolvidos, com atenção mais acentuada ao envio de crianças às famílias de países que não possuem as crises que vivemos. [...] Se nos conscientizarmos da crise social, o estrangeiro deve merecer tratamento igual, pelo interesse da criança deve prevalecer ao dos candidatos a adotantes, e com certeza noutros mundos sem os nossos graves

problemas, cujo tempo ainda nos traduz a incerteza de breve solução, podemos dar a estes inocentes uma segurança noutros centro mais desenvolvidos e desprovidos de incerteza.

Como este texto, vários outros foram divulgados em jornais e revistas especializadas (vários textos com esta tônica foram encontrados na *Revista da Associação Paulista de Magistrados*, no *Boletim da Associação Brasileira de Juizes de Menores* ou a revista *Justitia*), mostrando que havia posições contrárias àquelas defendidas pelos mais "nacionalistas".

A reflexão de Lins e Silva é emblemática daquilo que será considerado "interesse da criança". Para ele, tal interesse deve "prevalecer" ao do candidato adotante, seja ele de que nacionalidade for. Enquanto os que são contra vão ver o interesse da criança em sua permanência no solo brasileiro (a despeito das condições materiais do adotante), os que se manifestam a favor vêem o aspecto econômico como central e pensam que a vida no "primeiro mundo", distante das "crises econômicas" pelas quais passa a população brasileira, deve ser um fator capaz de permitir equiparar o estrangeiro ao nacional ou, mesmo, dar-lhe preferência. Elementos como a "fraternidade universal", a "luta contra a fome" e a "miséria", a necessidade de "condições humanitárias" para criar seus filhos, educação "sadia e honesta" etc., vão servir de pontuação ao discurso destes operadores do Direito. Enquanto, para os primeiros, o "interesse da criança" é guardar sua "cultura de origem", suas "raízes", sua "pátria", seus "valores", os outros vão especialmente enaltecer a possibilidade de essas crianças viverem em um "mundo melhor", independentemente de quem sejam os adotantes.

A consagração do princípio da prioridade dos brasileiros sobre os estrangeiros no *ECA* não deve ser lida pelo sociólogo como *data* natural, realidade em si, mas fruto de relações sociais conflituosas e embates sem perdão (basta lembrar as acusações, CPIs, prisões etc.) entre os agentes em luta para definir o "interesse da criança". Como Lei, o *ECA* é antes de tudo *data* social, construção daqueles que participaram da luta. O senso comum douto, ao debruçar-se sobre a questão tem tendência a deixar-se pautar pela lei, esquecendo-se, como diz Bourdieu (1980:229), que o Direito apenas cristaliza e naturaliza as relações de força entre os que estão em luta, consagrando "verdades" arbitrárias e impondo uma dominação à qual a reflexão sociológica não pode sucumbir.

Notas

[1] Em Atenas, apenas os cidadão podiam fazê-lo (Chaves 1988).

[2] Existem registros de leis sobre a adoção entre outros povos da Antigüidade. O *Código de Hamurabi* (1728-1686 a. C.) é um bom exemplo do direito vigente entre babilônios e assírios.

Ele regulava, entre outras coisas sobre a revogação da adoção caso o adotante viesse a ter filhos legítimos após a adoção (cf. Lisboa 1996:12). De maneira costumeira, ela existia também entre hebreus e egípcios (como atestam os livros do *Antigo Testamento*).

[3] Não sabemos exatamente como esta última funcionava, no entanto, é muito conhecido o fato de Júlio César ter adotado Otávio através de seu testamento (conferindo-lhe o uso do nome e do privilégio de ser um filho de César).

[4] Segundo Fulchiron e Murat (1988:94), este rito tinha relações com uma interpretação da *Lei das XII Tábuas*, onde havia uma passagem que condenava o abuso dos pais que vendiam seus filhos. Segundo esta lei romana, o filho que fosse vendido três vezes ficava alforriado do poder paterno de uma vez por todas.

[5] Boswell explica que os romanos abandonavam seus filhos porque, de seus pontos de vista, eles não tinham escolha. Se eles quisessem manter a qualidade de vida da família (pais e filhos e já existentes) deviam "controlar o tamanho da família" e o abandono (através da exposição) era a prática mais comumente aceita na época (103). O autor explica ainda que diversos comentaristas romanos ficavam surpresos quando entravam em contato com outros povos que não praticavam a exposição como forma de controle da natalidade, enchendo-se de filhos ou praticando o homicídio infantil (1988:98).

[6] Como mostra Lisboa (1996:18), a adoção foi tão repudiada durante a Idade Média que o latim consagra a ausência da prática pela expressão *adoptivus in feudum non succedit*.

[7] Um decreto papal do século XII (citado por Gutton 1993:19) diz formalmente: "um afilhado não pode ter laços menos estreitos com seu padrinho que o filho adotivo com seu pai adotivo; o ato do padrinho se compara a um ato de adoção diante de Deus".

[8] As línguas européias vão guardar uma semelhança fonética ou morfológica entre as palavras que designam os pais e os padrinhos, os filhos e os afilhados: em francês se diz *père/parrain, mère/marraine* e *fils/filleul*; em inglês se diz *father/godfather, mother/godmother, son/godson*; etc.

[9] A Sociologia tem uma dívida para com Durkheim: ela nos obriga a levar em conta seriamente em nosso ofício de sociólogo a lição por ele ensinada sobre o crime. Para Durkheim, não são as características do ato que o tornam crime, mas o julgamento feito pela sociedade sobre este ato. O crime é pois relativo e profundamente social. *A priori*, os atos humanos não podem ser definidos como criminosos ou legais. Apenas o estudo daquilo que uma coletividade vai, a um determinado momento, conceber como estando dentro da legalidade pode ajudar o sociólogo a discernir os valores e normas que estão delimitando o debate. Em *De la Division du travail social*, Durkheim relativiza o próprio crime, pois, para ele, seu significado varia de sociedade para sociedade. Em sua análise, o crime é simplesmente um ato proibido pela *consciência coletiva* e num estudo sociológico ele só pode ser definido do exterior, levando em conta as representações coletivas da sociedade em questão, que definem o que é tolerável e o que não o é.

[10] A apreensão do mundo social proposta por esta sociologia rompe com a filosofia que tem ambições normativas ou proféticas, capazes de apresentar respostas sobre tudo e sobretudo sobre o "bom", o "justo", o "verdadeiro" etc. Em *Questions de sociologie,* a respeito do papel do sociólogo (1984:37-60), Bourdieu mostra algumas das tentações que a sociologia vem sofrendo desde suas origens, sobretudo aquela sociologia que se identifica com uma "engenharia social".

[11] O historiador Jean-Pierre Gutton revela que a adoção somente entrou no *Code* depois de longos debates. A influência pessoal do Imperador Bonaparte se fez sentir, pois, segundo Gutton, Napoleão "previa, talvez, garantir sua posteridade adotando Eugène de Beauharnais", seu enteado (1993:8).

[12] Segundo Ouellette e Séguin, a adoção legal aparece nas Américas, por volta de 1851, no Estado americano do Massachussets (1994:31).

[13] A grande maioria das adoções no Brasil se fazia sem que o casal que adota faça uso (se submeta) dos trâmites legais (Costa 1988; Abreu 2000). Em geral, estas adoções são feitas como se tudo tivesse se passado de maneira natural: o casal vai ao cartório e registra a criança como sendo um filho biológico. Entre os juristas de muitos países, esta prática adotiva é conhecida como *adoção à brasileira* (Chaves 1994).

[14] A adoção internacional é relativamente nova, pois data do início dos anos 1970. Apareceu inicialmente na Europa e está historicamente ligada a duas tragédias humanas do final deste milênio: a da Biafra e a do Vietnã. Casais europeus, incapacitados de procriar, adotaram crianças que escaparam destes eventos privadas de um lar – muitas sobreviveram porque encontraram um novo lar. Muitos pais adotivos associaram esta recomposição familiar a um gesto humanitário. A partir daí, o "mundo social" começou a classificar a adoção internacional como "boa" (salvação da criança da fome, da miséria, da guerra etc…) ou "ruim" (tráfico de crianças por ex-potências coloniais, responsáveis pela fome, pela miséria, pela guerra…). A partir deste momento, várias crianças do Terceiro Mundo ou dos países do antigo Pacto de Varsóvia foram adotadas por casais de países do Primeiro Mundo.

[15] *O Código de Menores* vedava ainda aos estrangeiros a adoção de menores em situação "irregular" oriundos de destituição de pátrio poder em razão de maus-tratos ou castigos imoderados (*CM*, art. 2°, II c/c art. 45, I). Tal possibilidade estava no entanto aberta para os brasileiros e para os estrangeiros domiciliados no Brasil.

[16] Os diversos estados federados vão instaurar em diferentes momentos regulamentações administrativas para impedir as adoções civis por estrangeiros. Em 1982, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro põe em vigor um Provimento (que não é uma lei, mas uma medida administrativa), proibindo aos cartórios fluminenses de passar escritura pública de adoção a estrangeiros não-residentes no Brasil, esclarecendo a necessidade deste tipo de adoção ser realizada por intervenção judicial (C. Fonseca 1995:137). Chaves (1994:30) cita o trecho de uma carta da Associação Brasileira de Magistrados e Curadores de Menores, de abril/maio de 1994, enviada a todos os tribunais estaduais propondo que os cartórios fossem proibidos de expedir certidões adotivas. Tal medida já havia sido tomada por tribunais de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

Em 1987, no Estado de São Paulo de 26/7/1987, F. Viegas (*apud* Chaves 1994:32) explicava a "perfeita licitude das adoções de brasileiros por estrangeiros" (residentes ou não). Invocava para isto os artigos 368 à 378 do Código Civil em vigor no Brasil. Segundo ele, facultava ao estrangeiro a possibilidade de adotar uma criança "abandonada" através da adoção "simples", ou uma criança em situação "regular" através do citado direito privado. Viegas explica que inexistiam regras jurídicas especiais a serem observadas para este tipo de adoção.

[17] Expressão usada pelo juiz de menores de Porto Alegre e presidente da *Associação de Juizes de Menores*, Moacir Danilo Rodrigues, defendendo a "necessidade" das adoções internacionais (citado por Chaves 1994:24).

Referências bibliográficas

ABREU, Domingos S. *No Bico da Cegonha. Por uma Sociologia da Adoção Internacional no Brasil.* Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, 2000. Tese de Doutorado em Sociologia.

BEVILAQUA C. *Código civil dos Estados Unidos do Brasil Comentado*. Vol.II. São Paulo: Ed. Paulo e Azevedo, 1950.

BOSWELL, J. *Au Bom Coeur des Inconnus*. Paris: Galimard, 1988.

BOURDIEU, Pierre. *Le Sens Pratique*. Paris: Ed. Lês Editions De Minuit, 1980.

_____ . *Questions de Sociologie*. Paris: Ed. Lês Editions De Minuit, 1984.

CHAVES, A. *Adoção, adoção simples e adoção plena*. Rio de Janeiro: Julex, 1988.

_____ . *Adoção internacional*. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.

COSTA, C. *Os "filhos do coração":* adoção em camadas médias brasileiras. Rio de Janeiro, UFRJ/Museu Nacional, 1988. Tese de Doutorado em Antropologia Social.

CURY M. A *Adoção no Brasil:* trajetórias rumo ao novo milênio. Texto apresentado no IV Encontro Nacional de Associações e Grupos de Apoio à Adoção. Natal, 1999.

DURKHEIM, E. *De la division du travail social*. Paris: PUF, 1960.

FONSECA, C. *Caminhos da adoção*. São Paulo: Cortez, 1995.

FOUSTEL DE COULANGES. *A cidade antiga*. Lisboa: Clássica, 1941.

FULCHIRON, H.; MURAT, P. Splendeurs et misères de l'adoption. In: TRILLAT B. (dir.). *Autrement, Abandon et adoption – Liens de sang, liens d'amour*. Paris: fev., n° 96, 1988.

GOODY, J. *The development of the family and marriage in Europe.* Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

GUTTON, Jean Pierre. *Histoire de l'adoption en France*. Paris: Plubisud, 1993.

LISBOA, S. *Adoção no estatuto da criança e do adolescente* (doutrina e jurisprudência). Rio de Janeiro: Forense, 1996.

MACHADO A. *Código de menores comentado*. São Paulo: Saraiva, 1986.

NOUGUEIRA, P. *Estatuto da criança e do adolescente comentado*. São Paulo: Saraiva, 1996.

OUELLETTE F.-R.; SEGUIN, J. *Adoption et redefinition contemporaine de l'enfant, de la famille et de la filiation.* Québec: IQRC, 1994.

SIQUEIRA, L. *Adoção no tempo e no espaço*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.

CAPÍTULO 4

O Judiciário e as mulheres assassinas: as representações sociais sobre o assassinato no contexto feminino e jurídico

Rosemary de Oliveira Almeida

O Judiciário é um campo onde se estabelecem relações de forças, cujos agentes e instituições estão "sempre em jogo", disputando o seu domínio e o seu monopólio. Os agentes, operadores do Direito[1], são os jogadores, *pessoas prontas para disputar o jogo, dotadas de habitus* (Bourdieu 1983:89).

Entendendo que há uma tensão no campo jurídico, já que se trata de um jogo de forças, este trabalho pretende elucidar as representações dos operadores do Direito sobre os crimes cometidos por mulheres e as representações destas sobre seus delitos, já que também entram no jogo, como a figura feminina que mata e que é julgada, e, portanto, apresentam, também, maneiras de pensar sobre seus ilícitos e sobre o Judiciário. Trata-se, portanto, de um estudo sobre a relação Judiciário-mulher assassina e dos significados do crime de assassinato construídos a partir dessa relação.

O crime, de uma forma geral, é definido como um comportamento avesso às regras morais e sociais. Para que uma ação seja definida como crime, no Direito Penal Brasileiro, deve, necessariamente, ser prevista em lei, em obediência ao princípio de que *não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal* (art. 1º do Código Penal Brasileiro). O crime pode ser um ato isolado, mas, por infringir uma lei, esse ato torna-se público, objeto de uma ação penal pública, pois toda uma sociedade foi ofendida em suas regras e normas e, assim, o autor de tal ato deve ser punido.

O enfoque da mulher presente no mundo do crime preconiza um cuidado especial, pois trata-se de uma realidade onde a condição da mulher, não raras vezes, é de confinamento ao espaço doméstico, sendo "do lar", dada à obediência, à maternidade e à sensibilidade e, por isso, há uma certa invisibilidade da sua participação no espaço público.

No caso específico da mulher assassina, sua ação criminosa também é objeto de ação penal e, portanto, torna-se pública, mas podemos observar especifici-

dades na relação com o Judiciário, considerando-se a condição feminina real e a construída na representação social dos magistrados e outros operadores do Direito.

Quando a mulher "agride" sua relação com o mundo privado do "doce lar", via crime, embora se lhe apliquem as mesmas sanções cominadas ao homem, pode-se observar especificidades. Não raro, a mulher assassina é tratada com uma certa benevolência ou é destratada, retirada de sua condição de dignidade humana para a condição de não-mulher, de não-humana, de louca etc. Essa situação agrava-se quando se observa que, em maioria, as mulheres homicidas levadas a julgamento são pobres, sem educação formal e sem condições econômicas de constituir advogado e, portanto, ficam à mercê da Justiça e de suas representações. Quando uma mulher comete assassinato, numa sociedade cujas leis são criadas, estabelecidas por um poder político determinado e, historicamente, dominado por homens, geralmente a resposta dos operadores do Direito é que a mulher pratica crimes dentro do seu mundo privado, ou seja, ilícitos passionais ou crimes contra crianças e adolescentes. Será que elas perpetram só esses tipos de assassinatos a elas atribuídos?

A partir desse enfoque, esta análise busca observar o campo jurídico envolto numa tensão entre os operadores do Direito. De um lado, aqueles que pretendem, em suas ações públicas, promover a justiça, aplicando sanções justas, aproveitando as chicanas da mesma lei formal para promover a missão política de julgar com equidade. De outra parte, aqueles que são incapazes de sair do formalismo das normas legais, mesmo que injustas, porquanto estão aliados a um poder político que as criou com base em interesses econômicos e políticos e não arrimado na justiça social. Essa tensão entre justiça e formalismo também será visualizada no discurso jurídico sobre a mulher.

Justiça universal entre desiguais: existe o "crime feminino"?

> […] Judiciário, o conjunto de instituições a serviço da defesa da Constituição, que em última instância, é a articulação oficial e pública dos direitos que efetivam, na história, o ser humano como ser livre. Isto significa dizer que quando discutimos sobre o Judiciário está em questão nada mais nada menos do que a própria realização do ser humano nas diferentes configurações históricas em que se produz a si mesmo[2] (*sic*).

O campo jurídico, idealizado como instrumento promotor da justiça, é permeado de instituições jurídicas que têm a função de fazer valer os direitos. O Judiciário tem sua função bem definida por Manfredo Oliveira – epígrafe acima – quando destaca que deve estar *a serviço da defesa da Constituição,* significan-

do a defesa dos direitos, ou seja, a efetivação do ser humano como ser livre em cada configuração histórica. Desta forma, o Judiciário é uma obra histórica do ser humano que constrói para si algo que lhe promova a constituição de direitos. É o Direito que, fundamentalmente, deve buscar a efetivação da liberdade humana. Resta-nos discutir que Direito se constituiu na história e como percebe e institui os pilares para a efetivação dos direitos. Leis? Normas? Justiça? Quais são os pilares?

Fala-se aqui do Direito ainda numa perspectiva filosófica. Entretanto, essa definição fundante deve desdobrar-se nas dimensões específicas do ponto de vista da efetivação dos direitos básicos do ser humano. Para isto, há o conjunto de instituições jurídicas que, no cotidiano, deve agir a favor dos direitos. Entre elas, há o Direito civil necessário para efetivar os direitos sociais do cidadão e da cidadã. Há também o Direito penal, indispensável para prevenir e controlar condutas contrárias às normas do Direito e punir transgressores destas normas.

O objetivo dessa rápida fundamentação do Direito é, a partir do entendimento da sua base ética, contemplar as relações entre o Judiciário e os transgressores da lei, particularizando as mulheres infratoras. Quando o Direito esbarra com o crime cometido por mulheres, que representações são construídas por juristas e por operadores do Direito?

A representação da liberdade como o ápice da dignidade humana tem relação com a participação, por excelência, no espaço público. A mulher, apesar de sua luta por emancipação, ainda não é contemplada nesse espaço, já que constituída culturalmente para o espaço doméstico. Certamente, ela foi construída assim de formas diferentes e por diversas instituições sociais. Quanto ao Direito, que deveria buscar a efetivação dessa liberdade, apenas reforçou a condição privada da mulher. Ainda hoje, mesmo com a instituição do brocardo "todos são iguais perante a lei", na tentativa de universalização dos direitos, contempla-se ainda a mulher como essencialmente doméstica, dada à emoção. Quando comete crimes, essa ação também tem justificação em sentimentos passionais.

Para esclarecer esse questionamento, é necessário expor como a criminologia, no passado, representou e construiu a imagem da mulher e da mulher criminosa. Neste artigo não há o interesse de resgatar toda a historiografia criminalista do século XIX, em se tratando da Antropologia criminal.[3] Importa aqui é vislumbrar a discussão sobre o chamado "crime feminino", estudado por criminologistas que, de uma forma ou de outra, influenciaram o imaginário social sobre essa desobediência específica, para instituir um modelo de mulher. A categoria "crime feminino" responde à realidade dos delitos cometidos pela mulher? Ou apenas difundiu idéias deterministas sobre o sujeito ativo do crime, no caso da mulher, ilícitos penais ligados à prostituição, aos fenômenos biológicos e às funções sexuais?

A partir de então, será analisado o modo como a mulher assassina representa seus crimes e como estes são figurados pelos operadores do Direito. Serão também discutidos, a partir de exemplos constatados em pesquisa de campo, alguns casos de mulheres que mataram companheiros, mas que também mataram inimigas, inimigos, independentemente da motivação passional.

A influência da criminologia no discurso jurídico

A leitura dos criminologistas sobre o crime cometido pela mulher tem, de certa forma, fundamentação na teoria de Cesare Lombroso, médico e criminalista italiano, que assinala que a mulher tem tendência ao homicídio passional, movida pelo ciúme e pela vingança. Para ele, essa tendência tem perfeito lugar na mulher prostituta, derivativo criminal das mulheres. A mulher normal, do ponto de vista de Lombroso, é um ser inferior, dada ao instinto e não à inteligência e, portanto, próxima dos selvagens, malvada por índole. A mulher criminosa é ainda mais inferior, pois tem analogia com a estrutura psíquica e física do delinqüente, ou seja, o criminoso-nato que se aproxima do monstro pelos traços físicos de regressão da espécie. A mulher é semelhante ao criminoso-nato e, embora menos propícia ao crime, também o comete, sendo desviantes as prostitutas e as criminosas (Lombroso e Ferrero 1893).

Lombroso apresenta três classificações em relação à mulher criminosa: as criminosas-natas, que são o tipo mais perverso de estrutura monstruosa e com caracteres masculinos; as criminosas por ocasião, que apresentam características femininas, mas com tendência para o delito por influência do macho; e as criminosas por paixão, que atuam a partir de seu caráter animalesco, movidas pela forte intensidade de suas paixões. A primeira classificação vem da idéia de que a mulher, a partir de suas características, apresenta traços do criminoso nato e, em comparação ao homem, tem o crânio mais volumoso e cérebro menos pesado, o que dá à mulher qualquer coisa de infantil e selvagem (Lombroso e Ferrero 1893).

Entretanto, essas mesmas características lhe dão o estatuto de boa e devotada, dada à religião, às tradições familiares e à maternidade e, portanto, ela se aproxima mais do selvagem bom (Rousseau) do que do monstro criminoso. A mulher é salva pela maternidade, que lhe oferece a condição de bondade e docilidade e lhe esconde a natureza perversa e imoral. O seu lugar é a família, a casa, os filhos, lugar dos sentimentos ternos, de onde não deve sair. No "meio pacífico da família", ela resgata a piedade, o sentimento religioso, único ponto onde pode obter sua superioridade. Para Lombroso, a mulher moderna afasta-se do tipo atávico do homem primitivo e daí passa a aumentar a tendência para o crime, porém os inatos sentimentos ligados à maternidade e à piedade a retiram da possibilidade do crime. Quando estes sentimentos não funcionam como bar-

reiras é que ela tende a cometer crimes graves, provenientes de sua natureza perversa (Shoiet 1989).

A maternidade é fundamental para entendermos como se construiu o lugar da mulher no imaginário social e, em especial, nos supostos dos operadores do direito. A construção da mulher materna retira o seu estatuto de imoral e perversa e dá lugar à mulher doce e emotiva. Até quando comete crimes, o faz em nome da emoção e ataca, no seu lugar familiar, aos filhos e ao companheiro.

Criminologistas mais recentes, como Tiradentes (1978) e Albergária (1988), apesar de já considerarem a possibilidade de a mulher cometer crimes diversos, também fazem seus estudos com base em fatores biológicos, acrescentando os fatores moral e social, o que leva a pensar nas diferenças de corpo frágil e mente dócil, de sexo passivo e honrado, de moral religiosa e maternal. Essa concepção diluiu no imaginário a idéia de que a mulher é menos agressiva sexual, social e também criminalmente. Assim, ela só comete crimes a partir dos atributos de ordem biológica que influenciam uma ação delituosa que seria típica da mulher: o aborto, procurado indistintamente por qualquer mulher e ocasionado por vários fatores; o infanticídio, quando a mãe mata o próprio filho[4] e o mariticídio, quando a mulher mata o marido (Tiradentes 1978).

Nesta investigação, não foram raros os discursos de operadores do Direito que representaram, embora não definindo dessa forma, o chamado "crime feminino", advindo de fatores endógenos e exógenos, retratando exatamente o que se estuda na criminologia, especialmente quando circunstanciam o crime passional como aquele que é cometido pela mulher:

> Nós temos os crimes dolosos contra a vida que são exatamente aqueles crimes que tendem a lesionar de maneira mais grave a vida de uma pessoa, o homicídio, o infanticídio, o induzimento ou instigação ao suicídio e o aborto. Naturalmente que este último, pelas próprias características, tende a ser o mais comum na delinqüência feminina, o que não inibe a grande incidência de mulheres autoras do uso de homicídio. Na maioria das vezes nós podemos observar aí a passionalidade (Promotor de Justiça).

Criminologistas considerados mais avançados, como Lopez-Rey (1973), dão um passo largo em relação ao entendimento da criminalidade. Consideram o movimento da criminalidade como fenômeno sociopolítico. Entretanto, quando se trata da mulher, embora não considerando os fatores biológicos como predominantes, ainda se inclui no rol de autores que retratam a idéia do "crime feminino", acrescentando outros ilícitos como o *abandono das crianças, a prostituição, o furto e as fraudes* (Lopez-Rey 1973:242).

Enfim, esses autores definem "crime feminino", dicção inexpressiva que não representa os crimes cometidos por mulheres. A partir dessa leitura e dos conta-

tos no campo da pesquisa, emprega-se, aqui, a expressão *crimes cometidos pela mulher*, que têm significações variadas. Pretende-se apresentar que, quando essas definições se deparam com uma realidade particular, o caso das mulheres assassinas, elas se complexificam com as experiências e representações sobre o crime por parte de quem é autora, de quem é vítima e da sociedade em geral que, de uma forma ou de outra, está envolvida nas conseqüências da criminalidade.

As representações das mulheres assassinas e dos operadores do Direito: o não-lugar da mulher assassina

As representações das mulheres

As representações das mulheres sobre suas faltas criminais têm, em princípio, forte ligação com o que determina a lei, ou melhor, com o que elas entendem por lei. Definem seus delitos como uma ação ofensiva à lei, quando se referem a uma ação "ruim" que deve ser punida porque *tirar a vida de uma pessoa é a coisa mais ruim do mundo, é contra a lei dos homens e a lei de Deus* (mulher homicida de inimigo). Assim, geralmente, elas aceitam o julgamento sobre o ilícito que cometeram, cumprem a pena que se lhes impôs, mas, em muitos casos, julgam-se, em própria consciência, "absolvidas", pois agiram "em legítima defesa" da vida ou da honra própria ou de alguém querido.

Realmente, o Código Penal Brasileiro define o crime como uma ação contrária à lei, mas também prevê a "Exclusão de ilicitude", caso em que a ação, mesmo ao ferir ou matar alguém, não é considerada crime.

> Art. 23. Não há crime quando o agente pratica o fato:
> I – em estado de necessidade;
> II – em legítima defesa;
> III – em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito.

A legislação brasileira, neste sentido, abre um justo espaço para designar o que é ou não uma ação criminosa. Assim como é a lei que define o crime, é ela também que o exclui. Difícil é entender e até provar juridicamente que se agiu em legítima defesa ou por estado de necessidade, especialmente quando se trata de pessoas pobres, sem condições econômicas de constituir advogados, como é o caso das mulheres em estudo. Quem se beneficia da tese da exclusão de ilicitude? Como as mulheres assassinas se enquadram nos excludentes de ilicitude da legítima defesa e do estado de necessidade? Observe-se que o estrito cumprimento do dever, geralmente de agente do Estado com poder de polícia, não faz parte da discussão desse estudo.

Esse espaço aberto pela norma jurídica chamou atenção para as representações sobre o crime cometido por mulheres. Com o conhecimento ou o desconhecimento das teses da legítima defesa e do estado de necessidade, desses argumentos algumas mulheres não se beneficiam, mas neles se espelham para entender a falta que cometeram. Algumas tentam, mesmo sem o respaldo jurídico, a tese da legítima defesa, de forma oportunista para escapar de uma condenação mais dura.

Algumas mulheres apontaram, através de seus relatos, fortes indícios consideráveis para uma exclusão de sua criminalidade, pelo menos em sua representação.

Uma mulher matou o companheiro com golpes de gargalo de garrafa e de tesoura. Além disso, vazou os olhos dele com a tesoura. No processo criminal consta que, na verdade, o marido chegara bêbado à casa e brigara com a mulher, mas estava dormindo, quando ela o matou. Em um depoimento a uma amiga, já no presídio, ela contou que assim o fez porque pensou naquele instante: *será que vou viver a minha vida toda sendo humilhada desse jeito por esse homem? Maltratada, espancada…? Agi em desespero, não agüentava mais, tinha necessidade de me ver livre daquele homem*.[5]

O Judiciário considerou que foi crime premeditado, sendo *julgada como autora de homicídio qualificado por crueldade e surpresa (…) O crime foi praticado mediante surpresa, por vingança e crueldade*[6] (*Diário do Nordeste*, 10/8/93).

O mesmo jornal também publicou os motivos alegados pela mulher: *Ouvida, a mulher que executou o marido disse que não suportava tanto sofrimento, pois era surrada quase que constantemente.*

Esta mulher passou por todas as fases do processo judicial, cumpriu pena na tentativa de livrar-se do estigma de criminosa, sucumbiu ao arrependimento do ato considerado criminoso por ela mesma, pela sociedade e pela lei, esmoreceu no dia-a-dia que não a perdoa, e, por fim, foi beneficiada judicialmente com progressão de pena para regime condicional. O tratamento jurídico, que levou à condenação da mulher, seguiu o princípio da lei, mas o discurso jurídico sobre a mulher é que vai demonstrar fortes indícios, a partir dos recursos jurídicos posteriores que buscaram uma progressão de pena, de salvaguardar a imagem da mulher frágil e boa, incapaz de matar. Só agiu assim motivada por uma forte intensidade de emoção, incentivada pelos constantes sofrimentos ocasionados pelo marido:

> Eu conheci este caso sim. A mulher matou de forma cruel realmente, tinha que ser condenada, mas isto se deveu a uma forte emoção, sendo o que geralmente ocorre em casos de mulheres que matam seus maridos. Eu acho que há realmente uma certa benevolência, ela mereceu sim, os benefícios da lei (Juiz).

A mulher representa sua ação como um ato violento, uma "ação ruim", da qual se arrependeu, mas também revela que agiu em "estado de necessidade" de sair do sufoco emocional que o marido lhe impunha, de escapar da opressão moral e da subvida que levava com um homem massacrador. Para ela, o assassinato foi o único meio de escapar do sofrimento cotidiano.

Para o CPB,[7] no art. 24, age em "Estado de Necessidade": […] *quem pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se.* E o comentário desse artigo deixa claro que se trata de lesionar um bem jurídico alheio para *salvar de perigo atual e inevitável, um bem jurídico próprio ou de terceiro […] a ofensa praticada, em situação de necessidade, será considerada lícita* (Código Penal e Sua Interpretação Jurisprudencial).

Geralmente esta tese é alegada para quem, num momento "atual e inevitável", por exemplo, furta para salvar o filho da fome ou para salvar-se de qualquer "perigo atual". A necessidade sentida por esta mulher não foi ocasionada por esses motivos. Ela aceitou o crime, acatou as acusações, especialmente sobre as brigas constantes do casal em que ela provocava, reconheceu que, muitas vezes, o marido e ela mesma tentaram se matar. Entretanto, o crime não aconteceu no momento de uma dessas brigas, não foi "perigo atual", mas perigo atual e constante da opressão, uma necessidade de se libertar do massacre cotidiano, necessidade moral e emocional de viver com dignidade.

Outro exemplo: uma mulher planejou minuciosamente o assassinato de um homem que tentara estuprar a sua filha. O homem, que não conseguira violar a menina, teria prometido voltar. A mulher, achando que ele cumpriria a ameaça, envolveu o homem num jogo de sedução[8] e o levou para um leito de morte na mata, esfaqueando-o:

> […] levou a menina, mandou a menina tirar a roupa, e tava tentando estuprar a menina. Aí um rapazinho veio me dizer e ele viu que o rapaz tinha visto, soltou a menina… Aí eu disse: "eu não vou espalhar isso pra ninguém, eu tenho que pegar ele". A menina ficou nervosa muito tempo, muito abalada, ela ficou meio doentinha. Aí eu não consegui fazer mais nada. Eu disse: como é que eu pego esse homem? Nesse tempo não existia cheiro do queijo[9] né? Mas, agora, eu posso dizer que eu levei ele para o cheiro do queijo… Aí eu falei: … vamos lá… detrás do cemitério, que eu tenho que pagar uma casa lá, que eu comprei… Aí ele disse: tu vai armada? Eu disse: vou não. Ele disse: pois me mostra o revólver. Eu chamei a menina pequena e disse: mostra aí o revólver, minha filha, ao... Aí mostrou. Aí ele disse: tá certo, eu vou armado… Ele ia, ele pensou que eu não ia armada, mas eu ia com um punhal. Ele pensava que eu ia usar o revólver, né, mas enganou-

> se… Aí pronto, ele ficou sossegado. Aí me mostrou a faca grande. Eu disse: tá certo. Mesmo sabendo que ele tava armado, eu arrisquei. Aí eu fui por ali [mostrando o lugar], era escuro porque não tinha energia… Aí ele era meio enxerido, pegou assim na minha cintura, no escuro… aí ele disse: aqui é bom pra gente namorar. Aí eu andando, mas sempre empurrando o punhal pra ir subindo, pra eu poder pegar no cabo. E ele pareado comigo, aí botou a mão assim, botou aqui e disse: aqui é bom da gente namorar. Aí eu disse: aonde? Ele falou: bem ali. Quando ele virou o rosto, deu tempo d'eu pegar o punhal, dei uma punhalada tão grande, que atravessou… (mulher homicida).

Esse relato cheio de detalhes pode retratar muitas justificativas ou formas de representação do crime cometido pela mulher. Se por um lado apresenta o forte sentimento de mãe em busca de defender a filha, vingando-se do homem a quem ela atribui a tentativa de estupro, como disse ela mais adiante – *matei para ele não tentar de novo* – por outra parte, apresenta, como em outros casos, a utilização da sensualidade do corpo como meio de iludir o homem para alcançar o seu intento. A mulher apresenta meios específicos de atrair a vítima para o "cheiro do queijo".

Para a lei, ela premeditou e planejou o assassinato e quis esse resultado, portanto, praticou homicídio doloso.[10] Não significa legítima defesa, de acordo com o art. 25 do CPB: *Entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem.*

E o comentário do artigo introduz o "Pátrio poder e a tranqüilidade familiar": *Age em legítima defesa pessoal e familiar quem, vendo sua filha e sua tranqüilidade doméstica injustamente molestadas por terceiros, reage agressivamente* (Código Penal e sua Interpretação Jurisprudencial).

Para a lei, a mulher extrapolou esse direito, pois não enfrentou "perigo atual e iminente", mas só depois de algum tempo resolveu se vingar. Para a mulher e para uma grande parcela da população, especialmente quando se trata de estupro, agiu dessa forma para "salvar de um perigo" a sua filha. Ela se antecipou matando um suposto criminoso de um possível crime de estupro, portanto, em "legítima defesa antecipada" da sua filha.[11]

As duas mulheres aceitaram que agiram contra a lei, mas acima desta, está a própria lei, a necessidade de escapar da opressão, no primeiro caso, e a defesa da filha, a lei da defesa do sangue, no segundo caso.

Estes dois exemplos configuram a necessidade de premissas mais profundas para entender o que é o crime. O crime definido por lei pode não ser para o agente da ação, nem para uma análise mais profunda. Entende-se que, à medida que se constrói a representação do assassinato, contradizendo o ordenamento jurídico, fica claro que a lei que define e previne o crime não responde mais às exigências

das várias manifestações do crime, como "fazer justiça", matar para se libertar de uma situação de opressão ou até se antecipar, eliminando um futuro criminoso. Daí é que denomina-se de cultura do crime a ação crescente, isolada ou coletiva, baseada num "imaginário criador",[12] que institui crimes com manifestações diversas, criando maneiras de se fazer valer, como fazer justiça com as próprias mãos ou como forma de escapar de uma situação de perigo, de opressão etc. A partir das idéias de Castoriadis (1982), entende-se que o crime é também uma criação imaginária, uma ação que ocorre dentro de uma sociedade já instituída onde a transgressão mais forte também está amplamente incorporada como destruição, mal absoluto, mas é também instituinte, pois cria formas de violência e maneiras de representá-la, seja como destruição, seja como dissidência, como busca de liberdade e de auto-afirmação.

Assim, muitas mulheres representam seus assassinatos por diferentes motivos, seja por legítima defesa da honra, seja por vingança ou por necessidade de libertar-se, diferentemente do homem, considerado, por elas, machões que agem mais por impulso e valentia.

> Olha, vou te dizer uma coisa, certo que é um pouco totalmente diferente do homem, que é machão, que gosta de mostrar que é valentão né. Porque muitas vezes o homem age pelo impulso mesmo, pelo machismo, entendeu? E a mulher muitas vezes é até pelo pavor, pelo medo, pra se defender, entendeu? É como se diz: "Eu prefiro matar do que morrer" (Mulher assassina de inimigo).
>
> Ah! Eu acho que as mulheres matam as pessoas… eu acho muitas vezes a pessoa ter muito ódio da pessoa, né, às vezes, é legítima defesa mesmo, né, a pessoa mata pra não morrer, outras vezes é como se diz: a pessoa ofende o filho da pessoa, a pessoa vai e se vinga. Eu acho assim (Mulher co-autora de assassinato).

Esse último depoimento é de uma mulher que ajudou o namorado a matar um homem por vingança. Assim, as "teses" da legítima defesa e da vingança estão muito presentes na representação feminina sobre o assassinato. Relacionado a isto, o discurso da mulher deixa transparecer, na realidade, que seus crimes estão ligados ao seu mundo vivido, não raras vezes, de sofrimentos e de brigas. O mundo doméstico em que a mulher está inserida como sujeito principal, diferentemente do homem, não a eximiu da prática criminosa, por mais que os operadores do Direito tentem ressalvar a imagem da mulher mãe e dona de casa.[13]

> Até hoje eu me pergunto por que foi que aconteceu aquilo… às vezes é preciso sair desse abismo que a gente caiu, né, aí eu matei, porque estava no abismo. Mas se tiver brigando é melhor que saia. Nunca tem recompensa

> esse negócio de matar. Nós mães temos nossos filhos aí abandonados porque fizemos isso ruim, mas a culpa é nossa sim, mas a culpa é também dessa vida de casa miserável (Mulher assassina da amante).

Entre outras representações da vida e da morte, as mulheres assassinas em estudo geralmente relatavam seus crimes como provenientes de um mundo ruim, da própria casa, do lar desfigurado – o abismo em que caíram – que a levaram a delinqüir, variando até o homicídio. Esse abismo é a vida de tribulações, de opressões, de confusões, mal-entendidos e vinganças. Até o amor por seus companheiros e companheiras é motivo para matar: *Acho que tem mulher que mata por amor. Acho que sim. Tem delas. Mas eu não matei por amor. Matei mesmo, não sei nem o que foi que me aconteceu* (Mulher assassina da amante).

É interessante observar que esta mulher, considerada uma detenta calma e boa, assassinou sua amante depois de brigas constantes. Viviam no meretrício, entre bares e cabarés.[14] Brigavam muito quando estavam embriagadas, geralmente por causa de outras mulheres. Um dia, numa briga, a mulher assassinou a amante com um gargalo de garrafa:

> Ela chegou e entrou. Aí foi dando um murro logo em mim, me espancando logo. Arrudiei muito uma mesinha que tinha quatro cadeiras, e ela com uma faca, botando faca em mim, e eu só me defendendo. E em cima da mesa estava um litro, eu não sei como foi, quando eu vi, eu toda lavada de sangue, não sei da onde foi, aí eu fiquei louca. Aí eu não sei. Me pergunte como foi que eu quebrei esse litro? Desceu logo uma cortina branca na porta… quando essa cortina subiu, a mulher já tava no chão, o sangue já tava escorrendo pelos meus pés. Eu não sei como foi… como é que eu quebrei esse litro [*litro de cachaça*].
> [*Que cortina é essa de que você fala?*]
> Não tinha. Até hoje eu tô pra saber que cortina foi essa que desceu tão rápido… dividindo eu e ela. Não tinha cortina na porta que dividia a sala e a cozinha. E essa cortina desceu… quando essa cortina subiu, a mulher já tava no chão… quando subiu-se a cortina eu já tava com o gogó de garrafa na mão, e ela já tava lá caída e o sangue já tava descendo nos meus pés. Meus pés já tava tudo melado (Mulher assassina da amante).

Assim como a cortina existem outros símbolos criados pelas mulheres como maneira de representar e justificar o fato de assassinar, numa tentativa de explicar o sentimento e o fato em si, como demonstra o caso da mulher que matou o ex-marido de sua amante:

> […] ele veio querer me bater, que ele me derrubou por cima da cama dele lá, começou a me bater, dando no meu rosto. Eu sei que da última mãozada

> que ele me deu, eu ceguei, entendeu? Aí eu peguei, que tinha uma mesa assim de fundo, aí eu peguei uma faca que tava lá em cima que era dele, aí perfurei, entendeu? (Mulher assassina do ex-marido da amante).

A cortina e outros símbolos que, geralmente, se destacam no discurso das assassinas, como algo que impediu a consciência do que estavam fazendo no momento, tem relação com a própria condição de invisibilidade em que sempre estiveram postas no âmbito sociocultural da condição feminina instituída no mundo privado. A mulher não foi construída para práticas viris, como matar alguém, mas para práticas de mansidão, próprias da mulher pura, mãe e dona de casa, o espaço doméstico dos bons valores e costumes. Quando ela comete um assassinato é da ordem do não-explicável, do invisível, do indizível. O *indizível,* o *inimaginável* é o *não-narrativo* da violência, aquilo que não pode ser pensado como real, nem dito na vida cotidiana, ou seja, aquilo que não é narrado *porque pertence ao mundo das coisas, ou das feras, ou das máquinas* (Das, Veena 1999:39).

> Tem gente que mata por maldade, perversidade. Sei lá, eu, no meu caso, até hoje não me perdoei… Eu acho que a mulher mata é por momento, que ninguém tem capacidade de fazer isso não. Não vê a pobre da [cita o nome de outra detenta também assassina], ela é a melhor pessoa do mundo. Nem era carne, nem era peixe, a bichinha. E num chegou ao ponto de fazer uma coisa bárbara, mas ela disse que deu um branco nela, na hora, ela sabe que matou. E o meu era uma coisa comum. O dela foi de alta violência, esquartejou o safado. Foi uma loucura que deu nela, foi um branco que deu nela como deu em mim, eu nunca pensei que tinha um monstro dentro de mim. Daí a mulher mata por maluquice mesmo, nem sabe por que, é um momento de raiva, o homem mata por ignorância, porque é machão, não quer perder pra ninguém. A mulher não, é calma, boa, tranqüila (Mulher assassina do marido).

Assim, os símbolos são a "cortina", "ceguei", "deu um branco", "um monstro", que traduzem o momento do assassinato como um acaso, uma "maluquice", em que o indizível se revelou na ação mortal. O indizível não tem relação com a negação do crime. Elas debitam a si o fato de terem matado. Na maioria das vezes, especialmente as mulheres que matam os maridos, não fogem do local do crime. Quando matam por inimizade ou brigas, tentam fugir, escondendo-se, mas acabam confessando o crime a algum conhecido ou são logo acusadas pela vizinhança ou pela polícia. Assim, são presas, confessam e são julgadas. Algumas cumprem uma longa pena, outras são beneficiadas por condições minorantes e outras figuras da Lei Penal, enfim, obedecendo todas as etapas jurídicas do processo criminal.

> Aí, quando eu vi ela no chão [a amante], eu soltei o gogó da garrafa e me agarrei com ela e botei ela nas minhas pernas… Ela disse: "oh filha, vai embora, vai embora!" Ela disse duas vezes, aí pronto. Eu não sabia se ia embora ou se deixava ela ali. Se eu saísse eu tava achando que era uma covardia deixar ela ali no chão. Se eu fosse chamar a mãe dela, se eu deixasse ela só, eu não sei o que eu pensava não… Depois fui logo presa. Pegada em flagrante. A mãe dela mandou chamar a polícia… (Mulher assassina da amante).
>
> Eu não fugi, levei ele [*o marido*] peguei ele depois, eu deitei ele no colchão. Que eu tinha ganhado um colchão bem novinho e tava bem limpinho o bichinho. Eu deitei ele, peguei um táxi, levei pro hospital, mas ele morreu. Aí fui logo acusada e presa (Mulher assassina do marido).
>
> No meio do alvoroço eu ainda pulei o muro para fugir, encontrei um irmão meu que hoje também é presidiário, aí ele perguntou o que tava acontecendo. Aí eu disse: Nada! Aí saí correndo e fui pra casa. Quando eu cheguei em casa, em vez de botar a cabeça pra pensar, não, eu contei pra minha prima que morava comigo o que tinha acontecido… depois fui pra casa da minha amiga [*a amante*], em vez de eu ter me aquietado, eu fui foi beber mais… não agüentei mais e dormi. Me acordei já quando os policial me pegando, aí me prenderam… (Mulher assassina do ex-marido da amante).

Ainda instituídas na figura da mulher pacata, que nunca teria coragem de matar, algumas relatam esses símbolos para justificação de algo indizível como o assassinato. Mas o que criaram no momento do assassinato não tem relação apenas com o instituído, ou seja, o crime como mal absoluto, como ação "ruim", contrária à lei. O que criaram é também da ordem do instituinte, da criação imaginária, em que o crime revela uma busca de significação.

A linguagem do crime é na verdade, "indizível", ou seja, é a fala que não pode ser dita no cotidiano, uma vez que reside no mundo monstruoso e proibido do crime. Entretanto, para algumas mulheres, foi através do crime que se defenderam dos sofrimentos, ultrapassaram o "dizível" do seu cotidiano de privações, mágoas e mesmices, e mataram para reencontrar uma significação própria que não fosse a significação de outros, "para ser ela mesma":

> Pelos casos que eu já vi, né, que passa muitas vezes na televisão e tudo, até lá fora mesmo, que eu já presenciei e vi muitas coisas. Na ocasião também é muita mágoa, muitas coisas guardadas, muitos rancores guardados. A mulher sofre demais por causa dos filhos, do marido ruim ou de uma peste de um vizinho que eu tive. E vive agüentando, não vive por ela mesma sabe, vive pelos outros. Ela tem que viver pra ser ela mesma. Quando chega aquele momento que a mulher não agüenta, acaba praticando, a raiva, a emoção, entendeu? (Mulher assassina de inimigo).

A relatividade da compreensão do crime de assassinato na representação das mulheres reflete-se em seus depoimentos que, em versões diversas, revelam a representação da legítima defesa como meio de salvaguardar a imagem da mulher vítima e da mulher emocional.

A concepção sobre o assassinato cometido pela mulher ostenta-se, por um lado, num discurso muito parecido com o repertório dos operadores do Direito, como será visto adiante. Para alguns, a mulher mata envolvida por situações extremadas, por algum tipo de emoção forte, como o medo, a raiva, o rancor guardado, enquanto que o homem mata por impulso. De certa forma, elas usam essa concepção para alcançar alguma benevolência na hora do julgamento. E alguns operadores do Direito entram nesse "jogo" da emoção, representando este sentimento como motivador principal da ação assassina da mulher, o que acaba, de certa forma, beneficiando as mulheres no que diz respeito ao cumprimento das penas. Por outro lado, essa mesma representação, baseada num imaginário instituído da mulher emocional, revela que o crime foi uma forma encontrada pela mulher de se fazer presente, de fazer valer seus sentimentos e de se impor frente à adversidade do cotidiano.

De uma forma ou de outra, todo um discurso se abaterá sobre as mulheres, proveniente da representação sobre o espaço doméstico, que é o lugar da mulher. Quando destituídas das características próprias desse espaço – ser mãe, esposa e dona de casa –, outro discurso se constrói, mas especificamente designando um não-lugar para a mulher, que não se situa neste espaço, como o caso das prostitutas e lésbicas.

As representações dos operadores do Direito

Estabeleceu-se contatos com mulheres lésbicas e prostitutas, presas por assassinato, o que produz um discurso especial entre os operadores do Direito, diferente do que concebe a mulher como doméstica. Neste caso, elas são identificadas como prostitutas e machonas e, portanto, mais parecidas com homens e, por isso, mais aptas a matar.

Quando se trata de uma prostituta, o discurso faz relembrar a criminologia clássica, que forneceu o lugar do crime para a mulher prostituta. Não foram muito comuns no discurso dos operadores do Direito exemplos de mulheres prostitutas. Entretanto, a idéia da "disputa pelo macho", da briga por ciúmes, retrata que, no imaginário, permaneceu a idéia de que a mulher é, o tempo todo, movida pela relação com o macho, sendo não uma relação de igualdade, mas de submissão, de dependência. Quando ela se revolta ou sente ciúme, é capaz de matar para se desvencilhar do relacionamento com o macho:

> Eu tenho um caso, que eu falei agora do júri, desta mulher do baixo meretrício, por briga, disputando um homem, entendeu? Esse caso, inclusive ela foi ouvida, foi interrogada semana passada, tá com uns vinte dias. Num cabaré, disputando um homem, matou a colega de cabaré (Juiz).
> […] eu vi um caso de uma jovem que numa briga por homem, ela matou a companheira dele. A violência praticada pela mulher é mais nessas circunstâncias. O velho ciúme, ela chega a matar o próprio companheiro, a companheira, porque tem lésbicas também, e nesse caso de baixo meretrício, de briga, que é uma coisa de briga por homem ou por mulher mesmo (Promotor de Justiça).

Entretanto, o mais comum no discurso dos operadores do Direito é identificar a mulher doméstica, detentora do domínio do lar e dos filhos e de sentimentos bons ligados ao status de mãe. Quando saem dessa configuração e matam, a motivação, neste discurso, é da ordem do crime passional, ocasionado por situações emocionais extremas.

> Nós temos aqui o caso de uma mulher que matou o marido, inclusive ela foi interrogada há alguns dias e ela me pareceu descentrada. Em relação a ela foi pedido um exame de sanidade mental. Nós temos outra aqui que diz que o marido se suicidou. Na verdade nós estamos alegando, a promotoria alega que ela veio a matar o marido e não este se suicidou. Um outro caso aqui é de uma mulher que, não ela propriamente, mas parentes dela, talvez até sobre sua conivência, também chegaram a matar o marido. Então são algumas situações, das três, duas se envolveram em questões passionais, questão de ciúme, questão de interesses de não haver efetivamente aquela pessoa na continuidade do relacionamento, vieram a praticar esse ato translocado (Promotor de Justiça).
> Geralmente esses crimes cometidos pela mulher, elas sofrem uma intensa pressão anterior ao seu cometimento. Porque a mulher pela sua própria natureza, ela se segura mais, ela tem sentimentos mais retraídos, ela não exterioriza de forma violenta a sua ira, a sua revolta… (Juíza).

O que está em questão, nesse discurso, é a natureza da mulher já instituída pelo imaginário social, ou seja, como detentora de sentimentos passivos e valores do mundo privado. Para os operadores do Direito, a mulher agarra-se a estes sentimentos, vindo a cometer um assassinato apenas em situações de extrema emoção, movida por ciúmes.

Será que a mulher só comete esses crimes a ela atribuídos e por estas justificações? É claro que a mulher tem especificidades pela própria condição feminina condicionada pela cultura em que vive, mas essas especificidades lhe retiram a condição de sujeito da própria história? E quando não se trata de crimes passionais?

Quando uma mulher mata outra mulher ou um homem por outros motivos? O que está posto no discurso dos operadores do Direito?

> Há um caso de briga de vizinho. Ela matou a vizinha que vinha fazendo intriga com a mãe dela e aí, numa briga, ela matou… contou até que tentou se afastar, mudou de residência, mas quando a mulher veio a atacar sua mãe, ela foi lá e matou. Esse aí foi uma briga de vizinhos, quer dizer, não foi crime passional. Mas são raros, né, a maioria quando a mulher comete é crime passional (Juíza).

Nessa mesma fala, a juíza citou outros exemplos de mulheres assassinas que não cometeram crimes passionais: o caso de três mulheres que seqüestraram e assassinaram uma criança e o caso de outra mulher que assassinou dois homens inimigos. Entretanto, o que lhe chamou a atenção foi o crime passional, pois, no senso comum dos operadores do Direito, configura-se a imagem da mulher sempre em relação ao homem, até quando comete crimes.

Há também o discurso da não-mulher, que mais parece um monstro, tamanha é a frieza com que age. Geralmente, trata-se de casos em que sai da sua condição de maternal, de sua estrutura "normal", e passa ao estado de "fera" ao atingir uma criança.

> No presídio feminino tem alguns casos em que principalmente são aqueles, você deve ter visto dois, três, aquele crime de Camocim. Foi o caso da menina, da criança que elas mataram né, e é um caso assim, eu acho até que tem uma delas que não pode ser normal, né, tem assim um distúrbio, quer dizer, é fria. Ela quase nem responde o que a gente pergunta para ela, ela fica, é assim totalmente passiva, né, é muito fria (…) O caso dessas meninas não foi crime passional, foi uma crueldade mesmo (Juíza).

Teve-se a oportunidade de ler o processo dessas mulheres e observou-se, com surpresa, a linguagem jurídica e científica quando se trata de crimes como matar uma criança. É comum nestes casos sair da definição de ação humana para a definição de ação monstruosa.

Foram três mulheres que agiram nesse crime, sendo uma a que comandava a ação criminosa das outras. Na acusação, após relatar todos os passos do crime, o seqüestro, as torturas, o *doping* com comprimidos, as pauladas, a furada na garganta e por fim o enterro da criança num buraco no próprio quintal da casa das assassinas – as mulheres são condenadas muito mais pela destituição de sua natureza humana e dócil ao atingir uma criança do que pelo crime propriamente dito. As acusadas foram chamadas de sanguinárias, monstros, desumanas, possessas, selvagens etc. Os homens, num caso de assassinato como este, também são

acusados de monstros. Entretanto, o fato de a vítima ser uma criança e de serem as autoras mulheres, confere, muito mais nestes casos, a destituição do lugar da mãe e da dona de casa e passa ao lugar da fera.

> […] foi furada na garganta pela possessa […], que foi seguida pela desumana (…) que também esfaqueou a moribunda […] Terminados todos os atos de selvajaria o corpo da refém foi coberto com lixo, dentro do poço, e colocada a tampa de cimento armado para vedar a sepultura, ato também realizado pelas três primeiras delatadas… […] que demonstrando uma frieza jamais imaginável em um ser humano… bem revelou não pertencer ao gênero humano mas ao gênero da monstruosidade… (Processo criminal).[15]

Matar uma criança é contra a natureza da mulher. O assassinato é geralmente um crime passional, no discurso dos operadores do Direito. No caso dessas mulheres, elas retiram o status de mulher-mãe. Ao assassinar uma criança, a mulher ataca *seu lugar social, "o de ser mãe" (…) que lhe permite ter uma identidade social*… (Suarez 1976:07).

Num simpósio sobre violência, cultura e relações de poder, realizado em 1997, na cidade de Quito, Equador, Blanca Suarez apresenta a história de Ana, encarcerada por lesionar o próprio filho. Com base na técnica da história de vida, relata a vida cotidiana da mulher no cárcere. A história de Ana traz um retrato da sanção que é dada à mulher quando ela se retira do único "lugar social" que lhe é oferecido pela sociedade e pelos detentores da lei, que é o lugar da maternidade.

> Ana é um não-ser, isso significa não ter um status que lhe dar e lhe reconhece a sociedade por ser mãe-mulher (…) Ana teve que lutar contra o estereótipo de mulher-mãe-bruta como uma maldição, tentando demonstrar durante vários meses que ela era outra, para converter-se em ser Ana (Suarez 1976:07).

Na realidade, esse "lugar social" confere à mulher não a pertença no espaço público, mas o anonimato na esfera privada. A mulher é deixada no anonimato de mãe. É antes mãe do que sujeito, é mulher exatamente por ser mãe. Ao cometer um assassinato, ela relega essa condição, passa a não ter lugar. Daí o não-lugar da mulher assassina no mundo público e também no "lugar social" alcançado no mundo privado pela maternidade.

O não-lugar da mulher assassina parece ser construído pela representação da emoção, tanto pelos operadores do Direito como pelas próprias mulheres, tendo relação com a instituição cultural da mulher dependente do homem, submissa, frágil, dócil e maternal. Quando comete crimes, atua também no âmbito da de-

pendência e da passionalidade, sempre tendo uma relação de dependência com o macho e com o mundo privado.

A essa leitura em torno da representação jurídica do assassinato cometido pela mulher, relaciona-se o estudo de Mariza Corrêa (1983) sobre a cultura jurídica reguladora dos papéis sexuais. A autora constrói a idéia de fábula para estudar o discurso jurídico e as etapas de um processo-crime. Para ela, são etapas que substituem o peso concreto do fato – que é a morte – pelo abstrato, versões contadas, como se fosse uma parábola, uma fábula. Para a autora, o sistema de julgamentos está montado para manter a regularidade de uma sociedade, cujos papéis sexuais estão bem demarcados. Às mulheres, como são "frágeis", cabe a função de procriar e serem submissas ao homem; aos homens, cujos atos são "viris", cabe a função de sustentar, pelo trabalho, a família, e, portanto, a detenção do poder sobre as mulheres. Sendo assim, do ponto de vista do Judiciário, como contradizer essas normas, condenando as mulheres que, por exemplo, mataram o companheiro, tal como se condena os homens? Não seria isso um atestado de que as mulheres têm também poder e força sobre os homens? Não seria melhor absolvê-las ou julgá-las sob a idéia de que mataram para se defender? Assim, *qualquer violência física contra um homem é inconcebível como uma forma de ataque e é assim reconstruída como autodefesa* (Corrêa 1983:13). Nega-se, portanto, a capacidade da mulher de cometer crimes, independentemente do tipo ou violência utilizada.

Da mesma forma que Mariza Corrêa, Michelle Perrot (1988) critica particularmente a relação entre o crime cometido pela mulher e a idéia de fragilidade. Para ela, o discurso criminalista difundiu no imaginário social a concepção de características definidoras do perfil da mulher, como fragilidade, mansidão e submissão. Para esse tipo de análise, a mulher só age criminalmente em ataque a uma criança indefesa ou a um velho, ou defensivamente por vingança ou ciúme. Essa visão atesta que o crime é assunto de homens, "atos viris".

> O crime, o delito são assuntos de homens, atos viris cometidos na selva das cidades. Seu esvanecimento nesse teatro será o índice de uma submissão, de uma moralização ampliada da mulher? Ou uma certa forma de afastá-la para os bastidores? Essa indulgência, no fundo, não será suspeita? Recusar à mulher sua estrutura criminal não será ainda uma maneira de negá-la? (Perrot 1988:256).

Em relação à indulgência, um ponto a que se faz referência na representação dos operadores do Direito é da benevolência no julgamento das mulheres. É interessante observar essa questão de forma comparativa, entre tribunais brasileiros e outros, para compreender a dimensão do tipo de tratamento e da representação

jurídica sobre a mulher criminosa. Por exemplo, na literatura francesa sobre cárceres de mulheres, encontra-se a mesma discussão sobre benevolência. Corine Rostaing (1997:42), no livro *La Relation carcérale: identités et rapports sociaux dans les prisons de femmes*, apresenta a carga de indulgência dos tribunais franceses e cita outros autores[16] que trabalharam esse assunto, de modo a justificá-lo pela pouca pertença da mulher ao mundo da política e sua larga inserção no mundo privado:

> As mulheres são cada vez menos interpretadas na justiça. Desde o século XIX, elas são beneficiadas por uma grande condescendência dos juízes e têm as maiores porcentagens de absolvição: "por mais tempo inseridas na esfera do privado, menos engajadas na política e no campo profissional, menos ainda no que diz respeito à violência, as mulheres são menos freqüentemente perseguidas que os homens, e quando elas o são, apresentam-se freqüentemente absolvidas" (tradução própria).[17]

Para o criminólogo brasileiro Oscar Tiradentes (1978) há uma "tendência universal" em beneficiar a mulher, *para reduzir ou anular os efeitos da repressão,* o que inibe as taxas policiais e judiciais, bem como a perseguição rigorosa, e faz crescer as absolvições.

Entretanto, essa benevolência não significa só tratamento propício para as mulheres. A autora francesa percebeu isto com clareza, ao demonstrar que existem etapas entre a detenção e o julgamento em que a mulher é tratada com severidade:

> A alternância entre a severidade e a mansidão é tal que quase não é possível resolver esse problema. Primeiro a detenção provisória é mais freqüente para as mulheres, e isso, apesar da existência de crianças. Em seguida, as delinqüentes que rompiam com a imagem da mulher tradicional submetiam-se a um tratamento oposto ao tratamento cortês e mesmo a uma condenação mais pesada (tradução própria).[18]

O fato de quebrar a imagem da mulher, pelo crime, reserva-lhe, pelo menos na polícia, mais do que um tratamento severo, o estatuto de "vagabunda", de "prostituta". Nesta etapa, ela é humilhada e tratada com violência, sendo geralmente acusada de ter uma vida promíscua.

> Eles me bateram, não faz chegar e conversar não, vão logo espancando. Foi você, é acusando, não quer saber o que foi, o que aconteceu, a realidade, quer saber se espancam, se tá fazendo o serviço deles. Me pegaram pela bitaca da blusa assim. Aí me prenderam, fui presa às 10:15 da manhã pra prestar queixa 4:30 da tarde. Então um policial, eu acho que o dever dele é

> quando pegam uma presa da justiça é pegar e levar imediatamente pra delegacia e prestar depoimento. Eles ficaram andando comigo dentro do carro rodando, espancando dentro do carro. Foram dizendo que tinha sido eu mesma que tinha matado o homem, onde é que eu tinha feito, como é que eu tinha feito, como é que eu tinha armado, que isso tinha sido premeditado que eu era vagabunda, prostituta, e eu dizendo que não, que não… (Mulher assassina do ex-marido da amante).
> […] todas as pobres aqui são tratadas como vagabundas. Todas elas que eu vi, os policiais se referir, são tratadas como vagabundas (Mulher assassina de inimigo).

Não é intenção deste artigo analisar a violência policial, mas demonstrar que a severidade é extrapolada nesta etapa da prisão pelos policiais, lembrando, como enfocou a mulher, que só as mulheres pobres são assim tratadas.

Em relação às etapas do julgamento e sanção, não é pretensão aqui afirmar que a mulher deva receber uma pena menor do que o homem. Pela lei, a pena de reclusão varia de seis a vinte anos, para o chamado homicídio simples, ou seja, matar alguém. Essa pena cresce de 12 até 30 anos, quando se trata de homicídio qualificado, ou seja, realizado por motivo torpe ou fútil, com meio insidioso ou cruel e à traição que dificulte a defesa da vítima.[19] Além disso, o art. 59 do Código Penal noticia a aplicação da pena, pelo juiz no tribunal do júri, levando em conta antecedentes, conduta social da acusada, motivos, circunstâncias e conseqüências do crime.[20]

A lei é universal, repetem juristas, juízes, promotores e advogados. A pena é a mesma. Entretanto, o que está em discussão é o tratamento que ora beneficia a mulher assassina, quando julgada geralmente pela chamada "violenta emoção", ora a relega à condição de não-mulher, cruel, geralmente no caso das consideradas promíscuas e assassinas de crianças.

> Geralmente quando a mulher delinqüe, a prática vem carregada de uma dosagem bem maior de intensidade, ou seja, é sempre aquele crime envolvido com muita emoção. O que raras vezes acontece quando crime praticado por homens. Os homens se embriagam, se drogam e matam por uma carteira de cigarro, por uma dose de cachaça. A mulher não se envolve nesse tipo de crime, daí porque a gente há de respeitar por ocasião do julgamento estes vetores que naturalmente podem e devem influenciar no abrandamento do julgamento para com a mulher. Não entendo que ela pertença a nenhum seguimento inferior, deve ser tratada com igualdade. Mas as razões que a levam a praticar os crimes dolosos contra a vida são muito fincadas na emoção e não quer dizer com isso que elas não devam sofrer as reprimendas, mas devem ser vistas de maneira bem própria para que se faça um julgamento justo (Promotor de Justiça).

Há, nos tribunais, na ocasião do julgamento, a tese da violenta emoção levantada por advogados para a defesa da cliente e algumas vezes aceita pelos jurados e até pela promotoria. Como disse o promotor citado há pouco, a mulher não é inferior, é igual ao homem e deve ter um julgamento justo. Mas o seu discurso é permeado pela afirmação de que a mulher é movida pela emoção e não comete crimes fúteis. Quase que uma "cultura da emoção" se estabelece nos tribunais. Certamente, a sociedade a construiu assim. Mas o que está em jogo é que a estrutura criminal da mulher existe como um meio também de ser sujeito, de se impor no campo público. Recusar essa estrutura criminal, como diz Perrot, é mais uma maneira de negar a condição de sujeito responsável, condição própria do ser humano. É claro que toda tese para a defesa é válida e oportuna; que é bom para elas que a pena possa ser abrandada, que os jurados a beneficiem na hora do julgamento e que advogados, promotores e juízes, levem em conta os antecedentes, as circunstâncias, o fato de serem mães etc.

> A nossa lei penal não estabelece uma pena pra mulher e uma pena para o homem. Nas doutrinas o que tem, seria, vamos supor, uma aplicação extrajudicial, uma apreciação extrajudicial da pena pelo juiz, pelo fato de ser mulher, da ré ser mãe de família, aí vai muito na cabeça do juiz ou no próprio coração. A pena pode ser um regime semi-aberto, dependendo do crime, dependendo das antecedências da mulher como um todo. E o fato de ela ser mãe, se for o caso. Talvez seja esse tipo de benevolência que os doutrinadores falam (Juiz).

O tratamento penal deve ser o mesmo que é dado ao homem, porque a sanção deve ser equivalente ao delito praticado e não proporcional ao sexo de quem o procedeu. Mas o que observamos é que há uma naturalização, por parte dos operadores do Direito, do crime cometido por mulheres. O que se problematiza aqui é que a mulher não seja, por meio do Direito, confinada ao mundo privado, tornando-a inferior à condição pública do homem. Será que a mulher, apesar da emoção, não pretende com o crime colocar-se para além da figura feminina típica da fragilidade, da maternidade e do lugar do doméstico? O discurso da emoção intensa não reproduz apenas o lugar do privado na vida da mulher ou o não lugar no público?

As representações dos operadores do Direito sobre os ilícitos materializados por mulheres têm fundamento nessa análise para observar o confronto entre a ação assassina da mulher e a representação jurídica. A mulher é perfeitamente capaz de cometer assassinatos, em essência, porquanto é ser humano, mas, como mulher, comete menos crimes, pois socialmente foi construída para práticas ligadas à mansidão e à passividade, diferentemente dos homens, que foram socialmente preparados para práticas viris, fortes e violentas. Essa é a realidade, mas é

necessário desnaturalizar essa afirmação. Se o discurso jurídico apenas torna natural essa condição e não a problematiza, tem-se mais um meio de destituição da mulher do lugar público, inclusive quando este lugar é buscado pelo assassinato.

É importante analisar essa perspectiva do Judiciário para mostrar como a sociedade, da qual o Direito é apenas uma das instituições, age para destituir o lugar público da mulher. O discurso do Direito está recheado das falas do senso comum sobre a imagem da mulher, de forma consciente ou inconsciente, assim como outros discursos, como o da Igreja ou instituição social qualquer. Escolhemos o Direito para o confronto com a mulher assassina como um dos elementos da sociedade que a discrimina, além de ser uma instituição que a julga do ponto de vista da lei que, teoricamente, pressupõe a justiça e, portanto, a igualdade, a cidadania.

Na representação das mulheres, o crime de assassinato ocorre envolvido por fortes emoções, como também afirmam os operadores do Direito. Isto se deve ao fato de as mulheres fazerem parte de uma instituição social que as condiciona no imaginário da mulher frágil, mansa, mãe e dependente do homem. Entretanto, a emoção é também um meio de se livrarem de um julgamento pesado. Deixam-se considerar frágeis e sentimentalistas para alcançar um abrandamento da pena. No dia-a-dia, entretanto, revelam características que amontoam mansidão e sentimentos de vingança, fragilidade e fortaleza, confinamento e desejo de visibilidade, de ser simplesmente, antes de ser apenas mãe e mulher do macho:

> Eu conheço muito as mulher aqui do presídio. As assassinas como eu são menos fuxiqueira, não brigam muito e são mais respeitada porque tem o 121. A mulher é muito fuxiqueira, briga muito aqui dentro, é choradeira, mas chora muito é por fingimento pro juiz ter pena dela, pra você ter pena dela. A mulher sempre ama mais do que o homem, tem um coração sempre maior do que o homem, mas não se engane não. Eu conheço. Tudo é igual. Se o homem for brigar com uma mulher disposta, e tiver pena de fazer alguma coisa com ela, ele tá perdendo, porque ela faz igual um homem. Ela se aproveita que ele tem pena, e mata igual a qualquer um, ou pra se defender do marido safado, ou dum inimigo como eu fiz pra defender minha família, qualquer um, ela quer alguma coisa e consegue… (Mulher homicida de inimigos).

Assim, ao observar diferentes casos de assassinatos cometidos por mulheres, movidas por variadas motivações, percebe-se que, para além das justificações passionais e emocionais, a mulher intervém com o assassinato como uma forma brusca de romper com a condição feminina do "ser doméstica". *Ela quer alguma coisa e consegue…* pode refletir um elogio ao crime como forma de conseguir seus desejos. Entretanto, numa observação mais profunda, pode-se perce-

ber o crime como uma passagem brutal da realidade significada sob o peso das "cadeias" instituídas – o lar, a família, a religião, a prisão, a sociedade capitalista – ao desejo significante, até então negado. Observa-se, a partir dessa realidade, que a mulher tem suas representações sobre seus crimes, independentemente do que pensam a Justiça e a Sociedade como um todo. Ela demonstra em suas ações uma iniciativa que, mesmo por via da ação violenta, pode, de alguma forma, passar para o espaço público, o lócus do reconhecimento, em contraposição ao lugar da subserviência permanente do espaço privado. Nessa passagem, configura-se muitas vezes no espírito humano uma busca de afirmação pelo crime, não apenas no sentido da sobrevivência física como também nos aspectos psicológico e emocional.

Tensão no campo jurídico: o enfoque da mulher para a efetivação da justiça

Não negar à mulher o lugar público, da cidadania, e tê-la como sujeito de direitos universais, reconhecendo-a, inclusive, como sujeito do crime, é uma forma de trazer a pretensa justiça para o âmbito do Judiciário.

O Judiciário, entendido como um campo em que se estabelecem relações de forças, é um espaço social e político em que agentes e instituições estão em disputa pelo monopólio e domínio do campo. A disputa se dá pela *conservação ou subversão da estrutura da distribuição do capital específico* (Bourdieu 1983:90). Uns disputam pela conservação do capital específico, do poder dentro do campo jurídico, geralmente os representantes do formalismo da lei *que afirma a autonomia absoluta da forma jurídica em relação ao mundo social, e do instrumentalismo, que concebe o direito como reflexo ou um utensílio ao serviço dos dominantes* (Bourdieu 1989:209). Outros buscam estratégias de mudanças e forçam novidades, ordinariamente delegados do chamado Direito alternativo, numa luta simbólica pelo capital jurídico nas suas diferentes formas, pelo pluralismo jurídico.

Os que disputam pelo formalismo advêm de toda uma concepção positivista do Direito, da qual se pensam as normas jurídicas como um discurso racional, neutro, universal, no qual não se leva em conta contradições internas nem quaisquer aspectos políticos e históricos dos fenômenos jurídicos. No Positivismo, a justiça é a simples aplicação da lei universal e abstrata, supostamente sem conteúdo político ou ideológico, administrada *por um poder tido como "neutro", "imparcial" e "objetivo", ficando o intérprete/aplicador convertido num mero técnico do direito positivo* (Faria 1992:56). A instituição judicial é operada por agentes imparciais, obrigados a interpretar, com restrições e neutralidade, condutas de pessoas livres, sem levar em conta o conteúdo real e simbólico que não cabe na restrição da lei.

Entretanto, constitui-se no campo jurídico uma tensão, a partir da qual se observa que códigos e leis não são, de forma alguma, destituídos do caráter político-ideológico, já que estabelecidos pelo poder dos dominantes. Aparecem, então, as figuras de juristas, juízes, advogados e promotores, que propõem uma reversão da análise estritamente formal do Direito para um exame em que o jurídico é também político, uma vez que faz parte das práticas sociais construídas nas diferentes configurações históricas. Não deixa de lado as normas e técnicas jurídicas tradicionais, mas busca *condições para novas articulações entre as técnicas jurídicas e as práticas políticas a elas correspondentes* (Faria 1992:60). Essa nova visão da prática jurídica promove uma dinâmica tal, no Judiciário, que suas preocupações e práticas passam da simples execução técnica de normas rígidas para a efetivação de um direito dinâmico, mais preocupado com a eficácia e a justiça social.

A efetivação de um Direito formal ou alternativo poderá ser mais visível no Direito civil, campo em que se observa uma certa opacidade com que o Judiciário tem investido na sua tarefa política de promover a justiça. O Judiciário, ao se restringir ao formalismo, tende à inoperância e tratamento desigual, não apresentando sinais de mudança. Por outro lado, a eficácia da justiça social pode ser observada na recriação de operadores do Direito preocupados antes com a eficácia social do direito do que com as normas formais. A partir da própria lei, buscam interpretar conflitos e julgar litígios, atendendo a fins sociais. Como assinala Herkenhoff (1993:124), baseiam-se especialmente no art. 5º da Lei de Introdução do Código Civil Brasileiro: *Na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se destina e às exigências do bem comum.*

E no Direito Penal? Como é possível recriar uma justiça eficaz nas culturas em que falta uma "tradição democrática"? Países periféricos e semiperiféricos, como o Brasil, que passaram por períodos de transição e ainda não asseguraram uma cultura política e econômica forte e estável, transformaram instituições centrais, como o Judiciário, em uma *cultura jurídica autoritária nos termos da qual só é possível condenar "para baixo" (os crimes das classes populares) e nunca "para cima" (os crimes dos poderosos)* (Santos 1996).

Nessa tensão entre Direito e Justiça, as mulheres também têm suas representações:

> Eu acho que não tem justiça não. É como se diz: a justiça é injusta. A lei eu acho que não é igual pra todos, há sempre uma diferença né. Eu não tô falando só do pobre, do rico, do mais ou menos não, que todo mundo já sabe das injustiças, eu tô falando de modo geral… Eu tenho um irmão policial, ele já cometeu três crimes e nunca foi condenado. Eu nunca falei dele… mas não é injusto? Agora, vai um pai de família, uma mãe de família fazer

> alguma coisa errado, vão pra onde? Cadeia! Tem que fazer a lei por igual, homens e mulheres, bandidos e policial, tudo tem que pagar. Eu acho que é isso (Mulher assassina de inimigo).

Outros depoimentos atestam a descrença, por parte das mulheres, da pretensa Justiça que mais condena "para baixo": *Eu estou aqui por merecer, sou pobre e sou mãe, mas não merecia tanto quanto esses ricos que andam por aí roubando e matando, sem nunca ser preso…*

Como reagem os criadores do Direito alternativo ante situações cada vez mais comuns como essa relatada pelas mulheres?

> Também como juiz criminal, constatando que a grande população das varas criminais é constituída de pobres, procurei realizar uma magistratura humanizadora, privilegiando os métodos pedagógicos e procurando dar oportunidade aos que compareciam às varras da Justiça, principalmente se primários (Herkenhoff 1993:125).

A relação com a prática política é visível, entretanto permanece a tensão entre formalismo e dinamismo, entre naturalização e problematização dos fenômenos cada vez que se vai julgar. No caso das mulheres, em que se questiona o papel de dependência e submissão dado a elas, observa-se operadores do Direito envoltos nessa tensão:

> Eu acho que o crime pode ser cometido tanto pelo homem como pela mulher, dependendo da circunstância. A mulher também é autora de crimes. Nós temos agora recentemente, aquele seqüestro que foi vítima o irmão do cantor, aqueles cantores né, havia mulheres envolvidas no seqüestro, na ação, na organização e na manutenção daquele seqüestrado e havia participação também de homens. Então, um crime desse não é um crime feminino e não é um crime masculino, é um crime cometido por pessoas, tanto do sexo feminino como do sexo masculino. É muito perigoso nós dizermos: "o crime feminino; o delito masculino". Nós estaríamos incorrendo numa discriminação ou mesmo num pré-julgamento. Mais benevolente pelo fato da mulher ser autora do crime ou mais rigoroso no fato do homem ser o autor. É muito perigosa essa corrente porque ela pode incutir na cabeça do julgador, que o crime cometido pela mulher é menos grave e o crime cometido pelo homem seja mais grave. Não existe isso certo? O crime tem sua identificação própria, ele tem sua tipificação penal específica estabelecida em lei, independente dos autores, sejam homens ou mulheres (Juiz).

A problematização do juiz retrata a discussão da tensão jurídica. O mesmo entrevistado, em outros momentos, alega a chamada "emoção" como motivadora

dos crimes cometidos por mulheres, devendo ser julgadas a partir do papel que desempenham na sociedade, mas também percebe que a mulher, com suas especificidades, faz parte da estrutura criminal, como autora, com sua história. Observa-se, também, a alegação da estrutura socioeconômica, da história de submissão da mulher etc., problematizando a situação da mulher e não apenas tipificando seus crimes: *Pra te falar da mulher eu precisaria fazer um histórico da atuação da mulher tanto na área do cometimento do delito quanto na área sociológica, da situação socioeconômica e da história da mulher no Brasil* (Juiz).

Portanto, a mulher, com suas especificidades femininas, e o homem, com singularidades masculinas, devem ser considerados não a partir de papéis sexuais que mais os confinam no formalismo de um sistema desigual, discriminador e injusto. À mulher e ao homem deve ser dado o lugar da visibilidade, que é o lugar da participação efetiva no espaço público de entendimento e, portanto, sítio político onde as pessoas interagem e fazem história (Arendt 1991). Também o fato de cometer um crime não deve ser motivo de tratamento diferenciado entre homens e mulheres, para não destituí-los do papel de sujeitos.

Na verdade, os benefícios oferecidos às mulheres transgressoras da legislação criminal substantiva não deveriam ser uma exceção à regra da aplicação do Direito, mas deveriam ser garantidos a homens e mulheres os direitos que a lei pode dar, a partir do ponto de vista dinâmico, alternativo ao formalismo.

O Judiciário, para fazer justiça, como uma instituição central numa sociedade democrática, deve ser o primeiro a instituir as garantias da Constituição, ou seja, a efetivação do sujeito livre, mulheres e homens autônomos em suas ações, simplesmente por estarem na ampla categoria de humanos.

Notas

[1] Neste artigo, os operadores do Direito são juízes, promotores de justiça e advogados, entrevistados durante pesquisa de campo.

[2] Manfredo Oliveira, "Judiciário em Questão", professor da UFC, escrevendo na coluna "Opinião" do jornal *O Povo*, em 25/7/99.

[3] A Antropologia criminal, baseada no Positivismo, é definida especialmente por Enrico Ferri, a partir de Cesare Lombroso, como o estudo da história natural do homem delinqüente; estuda a constituição orgânica e física do criminoso e sobre sua vida social através do método da observação e experimentação positivista, indo contra os juristas clássicos que, para Ferri, baseavam o estudo dos delitos na filosofia, na abstração. Ver em Enrico Ferri (1907).

[4] O infanticídio é previsto pelo Código Penal Brasileiro, no artigo 123, como um *delictum exceptum*, quando praticado pela mãe ainda sob a influência do estado puerperal, ou seja, sob a influência do período do parto e pós-parto, período que pode acarretar perturbações psíquicas na mulher. Entretanto, o Código também prevê que nem sempre isso ocorre, sendo necessária uma averiguação para saber se houve infanticídio ou se se tratou de homicídio, quando

não se prova que a mulher estava sob tal influência. Ver a respeito, no Código Penal Brasileiro – Parte Especial "Dos crimes contra a vida".

[5] Como não houve contato direto com este caso de assassinato, ocorrido em 1990, investigou-se o processo criminal e notícias dos jornais da cidade de Fortaleza, além dos depoimentos doados por uma amiga da mulher que, em suas visitas ao presídio feminino, sendo ligada à Pastoral Carcerária da Igreja Católica, os tem anotados.

[6] O homicídio dito qualificado por surpresa significa que a criminosa agiu sem dar chance para a vítima defender-se. Por crueldade significa que foi utilizado meio cruel, isto é, que "aumenta inutilmente o sofrimento da vítima, ou revela uma brutalidade fora do comum…" Ver as qualificativas do homicídio no Código Penal Brasileiro – Parte Especial "Dos crimes contra a vida" e art. 121, § 2º.

[7] Utilizo a sigla CPB para Código Penal Brasileiro.

[8] É interessante observar essa questão da sedução. Há séculos que essa é uma arma feminina para exteriorizar ou interiorizar determinadas ações.

[9] Cheiro do queijo é a "ratoeira" armada para enganar uma pessoa, levá-la a um local obscuro e matá-la.

[10] Art. 18 do CPB: o crime é doloso, quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo.

[11] Legítima defesa antecipada é um conceito novo entre as teses de defesa na ocasião do júri. Segundo um promotor de justiça entrevistado *ela deslumbra uma legítima defesa. E porque que ela é antecipada? Porque antes de qualquer coisa, qualquer atitude da vítima, você já se defende de uma coisa que poderia vir a acontecer. Não é na hora, não é na iminência, nem é na atualidade, e muito menos putativa. Porque na legítima defesa putativa o que se observa? Se observa que a pessoa faz algo, faz de conta que vai tirar um lenço, ou faz de conta que… aliás, vai puxar um lenço e a pessoa pensa que é outra coisa, é uma faca e tudo, aí se defende né? Age em legítima defesa putativa. No caso da legítima defesa antecipada, nem isso acontece. Ou seja, por conta de algum tempo que aquele acusado ou aquela acusada passou sofrendo, sendo ameaçado, recebendo humilhações, e aí chega a um determinado momento em que ela mata para não continuar sofrendo aquelas circunstâncias. Mas é uma tese muito pueril, porque nós não podemos dizer com certeza, efetivamente, que algo viria a acontecer ou não. Então, a legítima defesa putativa já é uma coisa difícil de ficar demonstrada. Então a legítima defesa antecipada é mais difícil ainda.*

[12] Para aprofundar o conceito de imaginário criador, ver a obra de Castoriadis, especialmente o livro *A Instituição imaginária da sociedade* (1982).

[13] As representações dos operadores do Direito serão analisadas no próximo item.

[14] Mais adiante, será visto como os operadores do Direito percebem as mulheres assassinas envolvidas com a prostituição.

[15] As reticências entre parênteses substituem os nomes das acusadas no Processo Criminal, sem identificá-las, já que não as contatamos, nem delas obtivemos autorização, uma vez que elas não nos concederam entrevista.

[16] Um desses autores é J.-G. Petit, "Les travaux et les jours (1800-1875)", *in* _____. *Histoire des galères, bagnes et prison,* 1991, que está referido na próxima citação.

[17] Les femmes sont de moins en moins traduites en justice tout au long du XIXe siècle, elles bénéficiente d'une large indulgence des juges et de forts pourcentages d'acquittements: 'Davantage insérées dans la sphére du privé, moins engagées dans la politique et le professionnel, moins concernées par la violence, les femmes sont moins souvent poursuivies que les hommes, et quand elles le sont, elles se trouvent plus fréquemment acquittées'.

[18] L'alternance entre la sévérité et la mansuétude est telle qu'il n'est guère possible de trancher sur cette question. D'abord, la détention provisoire est très fréquente pour les femmes, et ce, malgré l'existence d'enfants. Ensuite, les délinquantes qui brisent l'image de la femme traditionnelle subiraient un traitement opposé au traitement courtois et même, une condamnation plus lourde (Rostaing 1997:104).

[19] Ver Código Penal Brasileiro, § 2º art. 121 e explicações das qualificativas do homicídio na Parte Especial "Dos crimes contra a pessoa".

[20] Ver Código Penal Brasileiro, art. 59 (fixação da pena).

Referências bibliográficas

ALBERGARIA, Jason. *Criminologia.* Rio de Janeiro: AIED Ed., 1988.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.

BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia.* Rio de Janeiro: Marco Zero LTDA, 1983.

_____. *O poder simbólico.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1989.

CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CORREA, Mariza. *Morte em família:* representações jurídicas de papéis sexuais. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

DAS, Veena. Fronteiras, Violência e o Trabalho do Tempo, Alguns Temas Wittgensteinianos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 14, nº 40. São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais/ANPOCS, junho, 1999.

FARIA, José Eduardo. *Justiça e Conflito:* os juízes em face dos novos movimentos sociais. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1992.

FERRI, Enrico. *Sociologia criminal*. Tomo Primero. Madrid: Centro Editorial de Góngora, 1907.

HERKENHOFF, João Batista. Depoimento. In: JUNIOR, José Geraldo (org.). *Introdução Crítica ao Direito.* Vol. 1. Brasília: Universidade de Brasília, 1993. (Série O direito achado na rua)

LOMBROSO, Cesare; FERRERO, Guclielmo. *La Donna Delinquente, prostituta e normale*. Torino: Bocca, 1893.

LOPEZ-REY, Manuel. *Crime:* um estudo analítico. Rio de Janeiro: Artenova S.A., 1973.

OLIVEIRA, Juarez de. (org.). *Código Penal*. São Paulo: Saraiva, 1995.

OLIVEIRA, Manfredo. Judiciário em Questão. Jornal *O Povo.* Fortaleza, 25 jul. 1999. Coluna "Opinião".

PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História:* operários, mulheres, prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PRIORE, Mary Del (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

ROSTAING, Corine. *La Relation Carcérale:* identités et rapports sociaux dans les prisons de femmes. Paris: Press Universitaires,1997.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MARQUES, Maria Manuel Leitão; PEDROSO, João; FERRERIA, Pedro Lopes (orgs.). *Os tribunais nas sociedades contemporâneas – o caso português.* Porto: Edições Afrontamento, 1996.

SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência:* mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

SUAREZ, Blanca Corina Emeric. *Cabildo, Carcel de Mujeres y de niños:* una relacion etnologica – dialogos y construccion de la vida em la carcel de Ana y sus hijos. Simpósio Violencia, Cultura y Relaciones de Poder, 49º Congresso de Americanistas, julio, Ecuador, Quito, 1976

TIRADENTES, Oscar. *Fatores determinantes da delinqüência feminina*. Rio de Janeiro: Editora Rio Sociedade Cultural Ltda., 1978.

Parte II

Poder, política e facções

CAPÍTULO 5

Eleição municipal, política e cidadania*

Moacir Palmeira

Quando nos perguntamos sobre o que está em jogo numa eleição municipal, há várias respostas possíveis, das mais estritamente formais (o cumprimento de uma determinação constitucional) até as considerações de ordem mais estratégica, sobre possíveis conseqüências de seus resultados sobre eleições futuras estaduais ou federais. Um outro caminho que pode ser buscado na resposta a essa questão – até agora pouco explorado – passa pela consideração do modo como a população envolvida concebe e vive essa eleição.

Longe da falta de importância que lhe é atribuída por um certo senso comum intelectual, as eleições municipais sempre tiveram grande importância na história do Brasil. Maria Isaura Pereira de Queiroz (1969) lembra que a escolha dos vereadores era um momento privilegiado na sociabilidade colonial. Estudos mais recentes (Palmeira e Heredia 1995) mostram a identificação que é feita em municípios do interior brasileiro (e desconfio que não apenas neles), nos dias que correm, entre eleições e política, o período eleitoral sendo concebido como "o tempo da política". Trata-se de período que, para além dos resultados eleitorais, é decisivo no realinhamento social dessas populações. Numa situação em que mais do que os partidos pesam as facções, em que o voto não é, via de regra, uma escolha individual mas um empreendimento familiar de "localização social", as eleições são o pretexto para a redefinição de pertencimentos e a definição de fidelidades. Se isso é verdadeiro para toda e qualquer eleição – e toda e qualquer eleição, ao mesmo tempo que envolve disputa é concebida como festa – vale especialmente para as eleições municipais, que representam uma espécie de matriz para as demais. As eleições para cargos estaduais e federais tendem a funcio-

* As reflexões que faço neste artigo baseiam-se em pesquisa sobre "Concepções de Política e Ação Sindical", que, desde 1988, desenvolvo, juntamente com Beatriz Heredia (IFCS/UFRJ), em municípios do interior de Pernambuco e Rio Grande do Sul. As informações contidas neste texto referem-se àquele primeiro estado. Uma primeira versão deste artigo foi publicada em *Tempo e Presença*, Ano 22, nº 311, maio-junho de 2000, pp. 7-15.

nar nos municípios pequenos e médios (e aqui me parece que funciona mais o tamanho do que o ser rural ou urbano) como uma forma de referendo das divisões sociais e da distribuição de poder operada pelas eleições municipais.

Para podermos entender essa distância entre a realidade das representações e das práticas que fazem a política municipal e não somente as prescrições legais nacionais, mas sobretudo o nosso senso comum intelectual – o nosso senso de realidade – sem cairmos na atribuição de exotismos à política paroquial ou na negação de qualquer especificidade à política local, é necessário fazer a crítica de alguns dos pressupostos que têm presidido às análises da "política local" e do "poder local". Penso na própria contraposição, geograficamente reificada, entre o que é e o que não é local. Creio que há mais na contraposição entre "política local" e "política nacional" do que as fronteiras entre a aldeia e a nação. Pesquisas empíricas feitas no Brasil sugerem a pertinência para boa parte da atividade política em nosso país – e não apenas para a política que se faz nos municípios – da afirmação de um grupo de antropólogos e cientistas políticos que estudaram o Sudeste Asiático de que é a própria associação entre política e grupo (qualquer que seja a sua extensão) que precisa ser questionada no caso dos "países em desenvolvimento". Segundo eles, "as relações pessoais desempenham uma parte mais importante na organização da atividade política do que os grupos organizados com base em afinidades de classe, profissão ou ideologia" (Landé 1977:xiii). Não se trata simplesmente de contrapor relações informais a relações formais, as primeiras ocupando uma posição intersticial ou suplementar face às relações "corporadas", mas de ver como certas relações fundadas na reciprocidade, geradoras de obrigações entre pessoas, se articulam com as relações institucionais, vinculadas ao exercício de papéis sociais preexistentes, e como ambas se influenciam mutuamente, sem perder de vista, para efeitos de análise, a linha divisória que as separa.

Essas relações pessoais podem dispor-se simplesmente em redes sociais, mas podem dar lugar a comunidades, onde o forte sentimento de pertencer está associado à luta por ser igual, ou, nos termos de um autor que estudou aldeias européias (Bailey 1971:3), onde "a pequena política da vida cotidiana de cada um está referida a reputações, a ter um 'bom nome', a evitar a desqualificação social". Essas comunidades não se confundem com a aldeia, existindo também nas fábricas ou nos bairros das grandes metrópoles e mesmo nos parlamentos. Assim, tanto quanto a "grande política" (a política definida oficialmente como tal) está presente na última das aldeias, através da imposição legal do voto para a eleição dos dirigentes locais, na exigência do cumprimento de certos procedimentos legais para a efetivação dessa escolha; a "política da reputação" não se circunscreve às pequenas localidades, mas atravessa toda a sociedade. Se ela é particularmente intensa naquelas localidades é porque, como lembra Bailey, "a importân-

cia da reputação de alguém diminui quando a intensidade da interação também diminui".

A consideração dessa espécie de "dualidade" da política, feita de relações institucionais e de relações pessoais em todos os seus níveis, do local ao nacional, fornece-nos uma chave para o entendimento da percepção que têm populações do interior do Brasil do que seja a política. Sem fazer qualquer corte entre modalidades de política, elas pensam a *política,* de modo aparentemente, mas só aparentemente, incoerente, como algo externo e temporário mas feita da mesma matéria de que é feito o seu cotidiano, isto é, de trocas pessoais, em especial da troca de favores.

A luta por ser igual que, segundo Bailey, caracterizaria a "pequena política", por caminho oposto ao da competição do mercado, é capaz de gerar desigualdades, dentro dos limites das pequenas comunidades, equivalentes às provocadas por aquela num âmbito mais largo. No caso das trocas pessoais, feitas das doações desinteressadas, o desequilíbrio no dar e receber pode separar credores e devedores e, se isso não ocorre, é por conta da censura difusa exercida pela comunidade sobre cada um dos seus membros. Numa sociedade que fosse feita de comunidades desse tipo, o controle seria absoluto. Quando essas comunidades existem dentro de uma sociedade hierarquizada, ou, como em nosso caso, de uma sociedade de classes, o que ocorre é, a par da censura, uma exclusão automática "para cima" dos doadores rebeldes, que passam a ser identificados a uma outra classe ou a um outro mundo social. Na realidade, por conta das múltiplas dimensões da vida social, essa exclusão é relativa. O mais freqüente, nas áreas rurais brasileiras é, a exemplo de tantos outros lugares, encontrarmos grandes doadores dentro das comunidades operando no limite da "exclusão para cima", isto é, de ter o poder acumulado pelos favores prestados e não retribuídos a muitos identificado com o poder institucional dos políticos. Não é acidental que os políticos estabelecidos busquem entre esses prestadores de favores (pela quantidade de pessoas que vinculam) os seus "cabos eleitorais" e os seus candidatos a vereador e que as comunidades resistam a "perder" esses seus membros (Heredia 1996). Se fazer favores gera poder, fazer política (e, na concepção corrente, quem faz política tem poder) significa fazer favores numa escala que extrapola o grupo de "iguais", que foge, portanto, ao controle da comunidade, que gera redes de desiguais. Investir na política, do ponto de vista dos que fazem parte dessas comunidades, significa algo como desinvestir-se de seus próprios poderes.

Externalidade da política não é o mesmo que impessoalidade. Se o mundo da política é visto como "pouco conhecido", "de fora" e identificado a uma entidade de difícil definição, o "governo", isso não quer dizer que ele seja pensado como impessoal mas sim feito de relacionamentos pessoais entre homens extraordinários, "pessoas de conhecimento", o que significa simultaneamente terem

instrução, saberem "onde estão as coisas", conhecerem as leis, serem conhecidos e terem conhecidos em muitos lugares, e sobretudo serem donos de um certo saber fazer, que os distingue das demais pessoas, que os capacita a gerirem conflitos de toda espécie. Se ser portador desses atributos já implica ter poder, qualifica-os também para fazerem mais e maiores favores, tornando-se ainda mais poderosos. Diante deles, mesmo os eleitores (isto é, todos os que não são políticos) que gozam de uma condição social ou econômica considerada boa se autodesignam como "os de baixo". As relações entre os políticos são relações de amizade ou inimizade suspeitadas mais do que afirmadas, pois "só sabe dos segredos deles quem está lá dentro", que revelam atributos ou comportamentos de alguns que contrariam o código moral que prevalece entre os "de baixo" – de determinado político (um prefeito) dizia-se que demorava horas no banho; de outro, que dormia até tarde; de um candidato derrotado, contava-se, ironizando o seu insucesso, que "gostava muito da família" (não saía de casa para fazer campanha) – ou acentuam qualidades de outros – "trabalha muito, quase não dorme; mal o dia aparece, já está de pé"; "caminha o dia todo se informando da situação do povo", e assim por diante – que vão configurando imagens de certa durabilidade.

Por ser externa, por não atravessar no dia a dia o fluxo das ações e interações que fazem o cotidiano das pessoas, a política precisa ser, de algum modo, visível. Se no caso dos favores entre pessoas comuns, basta a palavra; se no caso dos serviços ou favores prestados por cabos eleitorais ou vereadores, a palavra deve fazer-se acompanhar da presença física (um vereador que trabalha mas não aparece pode desqualificar-se diante da comunidade, que se pode sentir "desprezada"); no caso dos políticos plenos (prefeitos, para ficarmos nos limites do município), a distância e a escala tornam indispensável que sua ação se objetive em obras. A obra abre a possibilidade do favor dirigido a toda uma coletividade (o que alguns autores chamam de "patronagem pública"), singularizando o político face ao grande doador não político. Mas, sobretudo, a obra é a face pública da política, ao revelar o uso que é feito dos recursos públicos e ao assinalar, para qualquer entendedor, a presença óbvia da política, como transparece no diálogo que presenciei dentro de uma família às vésperas de uma eleição municipal em Pernambuco:

> Filho (dirigindo-se ao pai que saía de casa): – Vai fazer política?
> Pai: – Não. O Secretário (O Secretário de Agricultura do estado, que se encontrava no município) vai inaugurar umas obras (leia-se: e eu vou acompanhá-lo).
> Filho: – Oxente! E não é política?
> Mãe (complementando com um resmungo): – Não é política mesmo...!?

Se aos especialistas, que são os políticos, é dada a possibilidade de fazer política, ou seja, favores e obras todo o tempo; para a comunidade como um todo há um tempo certo para a política, o "tempo da política", a "época da política" ou simplesmente "a política", identificada ao período eleitoral. Isso porque a política divide e, para conjurar essa ameaça, é necessário circunscrevê-la no tempo, como uma interrupção do cotidiano, em que a divisão é necessária para ordenar. Quando se diz que "política é festa" não se está simplesmente assinalando o lado festivo das atividades próprias desse período, em que as disputas são dramatizadas de modo quase teatral, mas também indicando que é a própria política (a relação nós-eles, em vários níveis – comunidade/políticos; facção a/facção b etc.) que está sendo comemorada. Não é casual que nesse período multipliquem-se os favores e avolumem-se as obras. Como também não é casual que, durante esse tempo da política, mais importantes do que as próprias obras sejam as inaugurações de obras.

Mas, a "externalidade" da política "replica", de certo modo, a oposição entre local e nacional. Quando o que está em jogo não são, como num ideal campo de disputas democrático, grupos que, defrontando-se e conformando-se na elaboração de seus interesses, disputam o poder, mas sim a regulação das relações de partes de uma sociedade com um poder localizado fora dela, o que há é a elaboração de uma distância que, em torno de um líder, produz facções, quase-grupos que se enfrentam no tempo da política, onde a política é identificada com a própria disputa. Fora do tempo da política, a política se confunde com a atividade política da facção dominante, e só em condições excepcionais (uma transição mal feita do tempo da política ao cotidiano ou paralelismo de poderes) o termo se refere à luta entre lideranças de facções antagônicas, como pode ser atestado, a cada passo, em fórmulas verbais como "isso foi naquela política de Fulano de Tal", "eu não sou da política dele", "a política do município é comandada por seu Beltrano" ou "o sindicato não se mete em política" (aqui para dizer que um sindicato de trabalhadores rurais que intervém diretamente na política não tem compromissos com a facção no poder). A facção que assume o controle de um município – sintomaticamente identificada pelas demais e auto-referida como "situação"– é, de modo quase automático, associada à política institucional, à política "externa" e legítima, ao "governo" (entidade que corporifica o poder externo), e as demais postas na posição residual de "oposição". Sua pretensão não é propriamente representar a comunidade, mas ser reconhecida pelos de fora e projetar-se para dentro como se fosse toda a comunidade. Para transformar em realidade a sua pretensão, é preciso anular a facção adversária, neutralizando sua eficácia, monopolizando as funções assistenciais e assim diminuindo a capacidade de doar dos inimigos, cooptando, através de empregos ou cargos na administração, parte de seus membros, ou usando a violência física ou simbólica contra suas lideranças.

Subproduto do faccionalismo é o "espírito governista" que Victor Nunes Leal, há mais de 50 anos, dizia ser a "a marca dominante dessa mentalidade municipal" (Leal 1975 (1949):38) que, paradoxalmente, seria reforçado nas últimas décadas por formas de intervenção mais direta do Estado. A multiplicação de órgãos públicos federais e estaduais nos municípios durante o período militar, sem que se tenham alterado os critérios de provimento dos postos a eles vinculados, viria a criar uma situação curiosa. Em municípios como os que estudamos, tornaram-se freqüentes nos últimos anos – e para isso devem ter contribuído também o desgaste do poder político "tradicional" e o efeito desagregrador exercido pelas eleições não casadas – situações de dissociação política entre os que controlam a máquina político-administrativa estadual e aquela do município, fazendo com que os tradicionais enfrentamentos situação-oposição cedessem lugar a certo paralelismo de poder. A vitória de um partido oposicionista deixou de significar necessariamente sucessão no poder. Como o poder local passou a apoiar-se sobre dispositivos não meramente locais, tão importante quanto ter cargos na prefeitura é ocupar cargos estaduais ou federais no município (nas delegacias ou departamento de secretarias estaduais ou ministérios federais; na coordenação de programas de desenvolvimento etc.), para os quais continuam sendo indicados, pelos procedimentos de sempre, políticos "locais", que, a partir deles, continuarão distribuindo favores e realizando obras. Na disputa que se estabelece, ambos os lados batem na tecla da necessidade de harmonia (para que o seu poder seja completo), ao mesmo tempo em que cultivam a divisão (sem a qual, dentro da lógica faccional que continua a dominar o processo político, seriam engolidos pelo adversário no poder), agora com a "vantagem" de que a arma da acusação de mau uso dos recursos públicos deixou de ser privilégio da oposição.

O "governismo" foi reforçado e, hoje em dia, pelo menos nas áreas que estudamos, já não se manifesta apenas nas conhecidas adesões pós-eleitorais de políticos derrotados à nova "situação", que foi o que chamou a atenção de Victor Nunes Leal, mas está incorporado ao senso comum das pessoas, como transparece – em situações que incluem desde as conversas mais informais até os discursos públicos de políticos – em verbalizações diversas. Como tradução de um certo saber herdado, quando um camponês afirma: "Meu pai sempre disse: vote com o governo". Como uma consideração de ordem lógico-pragmática, como vi expresso por membros de diferentes categorias sociais: "O que vai fazer um prefeito contra o governo?" ou "Mas tem que reconhecer que um prefeito sem o apoio do governo (estadual) quase nada pode fazer". Como expressão do pragmatismo político de um especialista que, lamentando a derrota de um candidato a vereador seu aliado, explica-a pelo não uso da posição que ocupava no Funrural, preferindo fazer campanha fora da repartição, "dispersando o favor". Mas também como uma espécie de formulação doutrinária bastante difundida: "Tem que ser tudo de

acordo" ou simplesmente, como afirmava o velho camponês que dizia seguir o conselho paterno, "Tem que haver uma ordem". Ou ainda, na formulação surpreendente de um militante petista, com uma sempre evocada participação nas greves do ABC paulista no final dos anos 1970 e com experiência de campanhas que colocaram oposicionistas à frente de prefeituras no interior de Pernambuco: "Tem que haver uma harmonia entre prefeitura e governo estadual."

Onde política e poder são assim concebidos, é pelo menos problemática a associação entre voto e cidadania. Mesmo que o desinteresse da população pelas eleições, suposto por alguns estudiosos da política, não tenha consistência empírica e a regra seja o envolvimento ativo e às vezes apaixonado dos "eleitores" (definidos socialmente mais pelo envolvimento do que pelo título eleitoral) nas atividades que compõem o tempo da política – da exibição dos símbolos de seus candidatos à participação nas manifestações públicas do "lado" (facção) com que se identificam – e que portar um documento eleitoral, numa sociedade em que documentos significam reconhecimento social e lugar numa hierarquia, seja valorizado, o voto não é associado ao exercício de um direito individual, mas, como já foi notado, a uma sinalização de adesão a um "lado" da sociedade. Isso faz com que propostas de transformação social através do voto que trabalham com o suposto de que aquela associação é feita ou pode ser inculcada com facilidade na cabeça dos que votam, mesmo que possam ter um efeito pedagógico de longo prazo, enfrentem grandes dificuldades.

A circunscrição da política como atividade legítima de todos a um período determinado inibe as atividades políticas de grupo no cotidiano. A militância permanente – marca do trabalho político dos partidos de esquerda e, no passado, também de uma certa direita – e até mesmo a presença muito constante do político nas comunidades é vista com desconfiança. A política é identificada com divisão (ao contrário da família, que simboliza a unidade) e, por isso, a atividade política constante é vista como uma ameaça à comunidade. Sem dúvida, aquele padrão de militância pode legitimar-se ao longo do tempo, mas trata-se de um processo difícil e de resultados incertos.

A não-individualização dos eleitores tende a tornar inócuos os apelos à consciência individual. Um exemplo disso são os maus resultados das tentativas de políticos de esquerda ou organizações civis ou religiosas de, diante da "compra de votos", apelarem à consciência do eleitor, instando-o a não se deixar corromper ou, mais complicado ainda, sugerirem a este mesmo eleitor que, dada a carência material em que vive, aceite o dinheiro ou a cesta de alimentos e, na cabine eleitoral, vote de acordo com suas convicções. Se o apelo primeiro não costuma ser muito ouvido, a sugestão última acaba garantindo o voto no candidato que "compra votos": que convicção maior do que o imperativo moral internalizado de dar seu voto, e votando ser fiel e retribuir, a quem lhe ajuda?

Mas talvez a forma mais sutil de neutralização de iniciativas de mudança das práticas políticas nessas circunstâncias esteja dada na própria maleabilidade do "modelo faccional" que converte a seu favor qualquer tentativa de alterá-lo. Assim ocorre com as tentativas de alterá-lo através da denúncia de seus efeitos. A confiança do eleitor num político passa pela sua capacidade de prestar favores, de dar assistência, de beneficiar a comunidade, de cumprir as promessas feitas ou o que é entendido como promessa. Um discurso que denuncie a iniqüidade dos favores atomizados, a discriminação social ou individual que pode engendrar, os privilégios que pode gerar, a necessidade de caminhos alternativos etc. pode ser aceito com entusiasmo, indicando o conhecimento e o poder que capacitam o candidato como um político, capaz, portanto, de prestar mais e maiores favores, de assegurar mais benefícios para o município, e também de quem se cobrará mais o cumprimento das promessas feitas. Quanto mais ideológico e menos pessoal o discurso, mais forte a identificação pela população do candidato com a política na sua externalidade e no seu esoterismo. Um efeito, até certo ponto paradoxal, disso é fazer com que mesmo os candidatos mais identificados com o lugar sejam levados a adotar em suas campanhas uma retórica estranha ao linguajar cotidiano, próxima daquela dos "candidatos ideológicos", para serem identificados como políticos. E, no outro extremo, é uma cena comum os candidatos mais ideológicos queixarem-se de estar sendo obrigados a "meter a mão no bolso", isto é, para serem capazes de estabelecer vínculos com os eleitores terem de aceitar a "lógica" da doação e do favor.

Assim pode ocorrer também – e o último exemplo já nos aproxima desse campo – com as tentativas de enfrentar aquele "modelo" no plano, não do discurso, mas da prática. Um líder popular (e aqui penso na trajetória de líder sindical dos mais combativos da área canavieira de Pernambuco que entrou na política no final dos anos 1980), que se faz reconhecer através da coordenação de grandes ações de massa, impessoais, de defesa dos trabalhadores, pode transformar-se, sem que dê conta, da noite para o dia, na esteira de uma votação expressiva, insuficiente para alçá-lo à prefeitura mas mais do que suficiente para anular o terceiro colocado, em chefe de uma facção política, passando a agregar ao seu redor uma parte grande dos derrotados. Neste caso, é o caráter não-faccional de seu grupo, cuja existência independe de controlar a prefeitura por estar ancorado numa prática não política, a prática sindical, que vai permitir a sua permanência como líder político entre duas eleições e o aparecimento da nova facção, construída sobre relações pessoais como qualquer outra embora basicamente circunscrita a uma mesma classe social, que, aliando-se a algumas outras facções excluídas do governo local, vai fazê-lo prefeito do município quatro anos depois.

Mas se o modelo faccional é um obstáculo a que partidos ou grupos políticos com propostas de transformação social, que tragam em seus fundamentos as no-

ções de igualdade política e autonomia dos cidadãos, consigam assumir o poder político no município guardando a sua identidade, ele representa um obstáculo ainda maior à implementação desse tipo de proposta quando ocorre o sucesso eleitoral. Onde a prática política confunde-se com favores e obras, a idéia de política como "ação de Estado" ou como ação impessoal dos poderes públicos para atingir um determinado fim, associado ao bem estar da comunidade, é algo de difícil equacionamento, quase impensável. Uma prefeitura ou um prefeito de um pequeno município não implementa a "política" *a* ou *b*, mas simplesmente – e é isso que se espera dele – "faz política"

A tentativa de racionalização da administração municipal empreendida por um prefeito do sertão pernambucano, eleito em 1988, no bojo de um movimento popular contra 12 anos de domínio da política municipal por um mesmo "grupo", serve bem para ilustrar este ponto. Querendo descentralizar o governo municipal, dividindo o trabalho entre secretarias e evitando as duplicações de funções, dirigiu a atividade de cada uma delas para um fim específico, colocando-se ele próprio na posição de um coordenador de ações. Circunscreveu as ações assistenciais, que eram a marca de administrações anteriores, a uma única delas, a "Secretaria de Ação Social", que, na melhor tradição republicana brasileira, entregou a sua esposa. Ao fim de dois anos de mandato, ele comentava bem humorado: "O povo diz que ela é que é a prefeita". Seis anos depois, graças ao exercício intensivo e exclusivo das tarefas assistenciais, como que confirmando o poder premonitório da "voz do povo" ao identificar quem "fazia política", ela seria eleita prefeita do município, sucedendo ao sucessor do marido.

Onde se conseguiu implementar programas políticos efetivamente renovadores, isso foi possibilitado pela capacidade de certos grupos ou de certos líderes de capitalizarem a seu favor aquela maleabilidade do "modelo faccional". Assim, o mesmo discurso programático que serve como identificador dos políticos (medindo sua capacidade retórica e, através dela, sua familiaridade com a política que é o lugar da palavra, da palavra investida de autoridade) pode ser levado ao pé da letra, como promessa, e, em nome do cumprimento da palavra, da honra empenhada na palavra dita de público, ser levado à prática, fazendo tábula rasa dos favores pessoais. Se um tal programa se objetiva em obras, torna-se possível a dissociação entre as duas dimensões da política tal como concebida e vivida pela população, uma tornando-se a negação da outra. Essa contraposição esteve no centro de uma das experiências de investimento sindical na política que tenho acompanhado. No município do sertão de Pernambuco a que já me referi, foi em nome da palavra dada que o prefeito, eleito em 1992, pôde, ao longo do seu mandato, assumir uma postura radical de recusar-se a prestar favores individuais e a praticar o "assistencialismo" (distribuição em massa de alimentos ou outros bens) e cumprir um ousado programa de desenvolvimento de comunidades. Para

a implementação desse programa, proposto pelo sindicato do município, foi criada uma secretaria de agricultura, entregue a um membro do "grupo do sindicato" (uma espécie de colegiado de dirigentes, ex-dirigentes e assessores do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que atuava dentro da chamada Frente Popular do município), que recebia as demandas dos conselhos comunitários, implantados nos sítios, povoados e vilas, e as distribuía às demais secretarias, exercendo além das suas tarefas específicas, a de coordenar a ação do conjunto de secretarias. Uma peça central do programa eram as "obras comunitárias" – construção de barragens, passagens molhadas, silos etc. – decididas pelas comunidades, algumas das quais, depois de realizadas, tinham seu uso administrado pelo conselho comunitário. O impacto político, como era de se esperar, foi muito forte no município: o prefeito teve problemas com a Câmara de Vereadores, onde durante a maior parte do mandato não conseguiu maioria; com a facção que alijou do poder, contava-se que o deputado que a liderava dizia que "conselho só de mãe e, assim mesmo, às vezes a gente não obedece" e também perdeu aliados. A avaliação feita pelos adversários e por parte dos aliados que lhe continuavam fiéis era que estava sendo "bom prefeito, mas mau político" ou que "estava fazendo muitas obras, mas a parte social deixava a desejar". Ao final do mandato, num município em que a população urbana é bem superior à rural e apesar das obras realizadas terem sido basicamente voltadas para a área rural, a aprovação de seu governo apontada pelas pesquisas era de mais de oitenta por cento da população. Note-se que a possibilidade de uma experiência como essa depende menos da decisão solitária de um líder do que do modo como são estabelecidas as alianças políticas antes e depois das eleições. O fato de a articulação das diferentes "forças políticas" que se uniram em torno do candidato ter se dado em torno de um programa efetivo de governo – e não se ter estabelecido uma aliança na forma convencional dos acertos em torno de distribuição de cargos no governo ou coisas que tais, em que o "programa" entra apenas como rótulo prestigioso para um conglomerado de promessas eleitorais – seria decisivo. Não era simplesmente um programa de realizações para orientar o candidato na eventualidade de ser escolhido prefeito ou a formalização de um acordo com um grupo político específico. O programa passou pela aprovação de todos os partidos que compunham a Frente e foi levado a palanque pelo candidato a prefeito e por seus aliados, pautando o discurso daquele, que o definia como "a nossa Bíblia". Isso permitiu, vencidas as eleições, que o novo prefeito fizesse dele o instrumento de que se valeria para operar o "corte brusco" com o "assistencialismo das administrações anteriores", sendo absolutamente fiel aos valores "tradicionais". Pois, contra a lógica das doações e do favor, não se perfilava apenas um abstrato programa de governo, mas a palavra dada – e a palavra dada em público – por alguém que, se, como candidato, tinha autoridade, agora era "uma autoridade". E mais, era uma "palavra dada" que

havia empenhado, junto com ela, a palavra de todos os que compartilhavam o mesmo palanque. Por essa razão, é que o prefeito respondia, ironicamente, às críticas que lhe eram endereçadas com uma pergunta: "Estou ou não estou cumprindo o que prometi?".

Se na experiência que relatamos, as obras tiveram um peso decisivo, também as ambigüidades do favor, nesse e em outros casos, têm sido acionadas para "furar" o modelo faccional. Mostrar a associação entre favor e favoritismo, de difícil equacionamento em palanque, é uma possibilidade real quando se tem o poder. Uma ocasião privilegiada é o momento mesmo em que o poder é assumido, que, na lógica faccional, é o momento das "perseguições", de que o exemplo mais comum é a demissão de adversários ou de eleitores destes do corpo de funcionários da prefeitura. Não fazer "perseguições" sem cobrar adesões é algo surpreendente e é lido como uma manifestação de generosidade do governante. Se a isso se soma o corte das vantagens de uns poucos e, por exemplo, salários um pouco mais altos para todos, aumenta a credibilidade pública dos que estão começando a gerir o município.

Outros procedimentos têm também sido utilizados para a neutralização da política do favor. Em um município do agreste onde um sindicalista de expressão nacional conquistou a prefeitura, o redirecionamento dos favores pessoais tem tido um papel decisivo na ruptura do modo estabelecido de fazer política. Nesse caso, além da recusa do favor individual não excluir o tratamento cortês dos que os solicitam, houve a preocupação de garantir a obtenção por outras vias do bem ou serviço demandado, que não a doação do prefeito ou de algum intermediário: desempregados pedindo dinheiro, eram encaminhados às frentes de serviço; alguém sem recursos (e só sem recursos) querendo comprar remédios, encaminhado à farmácia comunitária; outros pedidos deveriam ser levados aos conselhos comunitários, mas sempre havendo um acompanhamento pessoal de um funcionário, de modo a garantir a obtenção pelo cidadão daquilo que era buscado. Há a preocupação constante dos que estão envolvidos nesse atendimento de mostrar que o que está sendo dado não é um favor, mas que se está assegurando um direito. Essa política eliminou os intermediários dessa atividade assistencial, geralmente vereadores, provocando também forte reação da parte deles. Mas a aprovação da maioria da população do município a esse modo de gestão está num patamar semelhante àquele de que tratamos anteriormente.

Não disponho de elementos para fazer avaliações mais amplas – sobretudo daqueles casos em que a implementação de experiências como essas seguiu uma via mais estritamente partidária. Mas olhando para as experiências em que o sindicato (e aqui, vale lembrar, estou pensando em municípios do interior e sindicatos de trabalhadores rurais) esteve diretamente envolvido, sou tentado a afirmar que o chegar-se a implementar uma dessas experiências de transformação políti-

ca – que, às vezes, lembram pequenas revoluções – tem a ver com o fato de essas organizações suprirem a falta de certos pressupostos da cidadania – em especial, a não-internalização das noções de igualdade política e direitos individuais – com o acionamento de uma certa idéia de direito (garantias legais impessoais que têm), que lhes vêm de direitos coletivos reconhecidos e das lutas coletivas ou individuais para experimentá-los. Talvez mais que qualquer outro grupo, os sindicatos usem as leis para implementar direitos daquele tipo e para defenderem-se de leis outras que dificultam a sua existência. Essa familiaridade garante a essas corporações de trabalhadores uma entrada singular no mundo da política. Se essas características corporativas e impessoais da sua prática tornam extremamente difícil a transformação de seu poder numérico em voto; quando tal sucesso ocorre, pela continuidade que lhe é garantida por seu caráter corporativo, pela familiaridade com o mundo da burocracia, pela experiência de pensar *ex officio*, em termos de políticas públicas ou de medidas não-individualizadas, têm um peso relativo maior do que as redes ou quase-grupos (de permanência precária e sem capacidade propositiva) que são as facções e subfacções na composição dos governos municipais, às vezes assumindo funções que tradicionalmente seriam dos bacharéis ou de outro letrados ligados às classes dominantes.

Nos últimos 40 anos, os sindicatos e algumas outras organizações com perfil próximo abriram uma espécie de brecha na dominação tradicional. Não cabendo por inteiro nos limites das comunidades rurais, por serem parte de uma articulação maior, portadores de regras impessoais e testemunhos de uma outra maneira de recortar a realidade que não aquela prevalecente antes de seu aparecimento, contribuíram, às vezes por sua mera presença, para o reconhecimento de novas posições sociais e para a elaboração de novas identidades sociais, ao mesmo tempo que tornaram mais complexo o "trabalho de dominação" dos dominadores tradicionais e tornaram-se, eles próprios, núcleos de poder paralelos (Comerford 1998). Um poder que, nos últimos dez anos, vêm tentando transferir para a política. Essa transferência é complicada porque não há transitividade entre o poder sindical e o poder político; seus fundamentos são diversos. No caso do primeiro, mesmo quando estão em jogo lideranças unipessoais, elas não anulam a idéia de classe e a noção de igualdade entre seus membros, que faz com que, ao contrário de situações como algumas que apontamos, um trabalhador da comunidade x ou do sindicato, se escolhido pela comunidade ou pelo sindicato, não seja perdido para a comunidade, mantendo-se, contra o esquema tradicional, continuidade entre as duas situações – "se ele não fizer o que prometeu, nós vamos lá e pegamos no pé dele". Para os trabalhadores rurais, a imagem talvez mais comum do sindicato é aquela da "casa do trabalhador na cidade", um lugar onde o trabalhador se sente em liberdade. Um trabalhador da mata sul de Pernambuco formulou bem como é visto esse avanço do sindicato em direção à política. Referindo-se à candidatura

do presidente do seu sindicato a prefeito, de que se cogitava na época, ele dizia que ele só poderia sair do sindicato "para uma coisa maior (a prefeitura), porque aí a gente passa a ter mais liberdade. Vai ser mais um lugar para se ter liberdade. Com ele lá, a gente tem duas liberdades".

Parece-me uma ilusão substituirmos a utopia de uma grande mudança geral da sociedade, pela utopia de que serão essas e muitas outras mudanças moleculares desse tipo que vêm se dando por toda parte que farão ruir os alicerces da sociedade em que vivemos. Neste plano, também é enganoso trabalharmos com a polaridade local-nacional. É preciso não esquecer que algumas dessas experiências foram asseguradas por mudanças "nacionais", como o novo papel atribuído ao município pela Constituição de 1988, que, entre outras coisas, garantiu-lhes a elaboração de suas próprias Leis Orgânicas e que algumas dessas experiências podem estar sendo impulsionadas ou, ao contrário, neutralizadas com a oficialização dos conselhos. O importante é que, nessas lutas moleculares, estão sendo experimentadas formas de ruptura com um modo de funcionamento da política que é tão velho quanto o Brasil oficial. Não são ataques externos, mas ataques internos e às vezes muito profundos, embora sem batalhas finais, porque não há vitórias definitivas e o sucesso dessas experiências também geram problemas a serem enfrentados, mas que ajudam a descobrir caminhos novos de enfrentamento, que não têm por que continuar sendo simplesmente locais.

Se pensarmos a nossa experiência de democracia e construção da cidadania referidos à experiência européia, estamos ainda muito longe daquela revolução operada pelo sufrágio universal que faz Pierre Rosanvallon (1992:11) afirmar que "tornou-se para nós um fato evidente, um dado quase natural da vida em sociedade, que todos os indivíduos, quaisquer que sejam eles, têm um peso idêntico na decisão e na legitimação política". Se quisermos pensar em termos mais universalistas, é preciso questionar esse suposto universalismo da experiência européia. Se mesmo ali as vias foram diversas, por que o caminho de sociedades como as nossas tem que ser o mesmo?

As experiências de participação popular – construídas por sindicatos e movimentos sociais – podem exibir outras possibilidades históricas. Sobretudo, se tiverem presente que não são um começo absoluto, mas elos de uma cadeia de lutas de vários tipos. Se não fizerem tábula rasa do passado, perceberão elementos democráticos dentro da sociedade desigual em que vivemos, que poderão ser aprofundados. Um deles (em toda a sua ambigüidade) é o lugar social das eleições nos municípios e a paixão pelo voto a que nos referimos. Se isso está amarrado a uma lógica faccional, cumpre desfazer esse nó. E o que as experiências de renovação que estão acontecendo mostram é que há uma multiplicidade de caminhos que, se eventualmente embute descaminhos, mostra que os resultados do jogo não estão decididos *a priori*.

Referências bibliográficas

BAILEY, F. G.. Gifts and poison. In: BAILEY, F.G. (ed.). *Gifts and Poison:* The Politics of Reputation. Oxford: Basil Blackwell, 1971.

COMERFORD, John. Sindicatos, sociabilidade e poder: um estudo sobre trabalhadores rurais. Projeto de pesquisa, Cadernos do NuAP, número 2. 1998.

HEREDIA, Beatriz. Política, Família, Comunidade. In: PALMEIRA, Moacir; GOLDMAN, Marcio (orgs.). *Antropologia, voto e representação política.* Rio de Janeiro: Contracapa, 1996.

GROSS, Daniel R. Factionalism and Local Level Politics. Rural Brazil. *Journal of Anthropological Research*, 1973. XXIX(2):123-144.

LANDÉ, Carl H. Introduction: The Dyadic Basis of Clientelism. In: SCHMIDT, Steffen W. *et alii* (eds.). *Friends, Followers, and Factions:* A Reader in Political Clientelism. Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press, 1977, pp. xiii-xxxvii.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto* (O Município e o Regime Representativo no Brasil). São Paulo: Alfa-Ômega, 1975 (1949).

PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz. Os Comícios e a Política de Facções. *Anuário Antropológico 94*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1969 (1957).

ROSANVALLON, Pierre. *Le Sacre du Pouvoir:* histoire du suffrage universel en France. Paris: NRF/Gallimard, 1992.

CAPÍTULO 6

Fraudes e corrupções eleitorais: entre dádivas e contravenções

César Barreira

O panorama político eleitoral brasileiro foi sempre marcado por graves crises de moralidade e legalidade, sendo os atos de corrupção e de violência os ingredientes deste cenário. Desde a Primeira República, se para o eleitor faltava liberdade de manifestação com fortes tolhimentos políticos e econômicos, para o processo eleitoral não havia indícios de honestidade e de moralidade na apuração dos votos, na declaração dos eleitos (nem sempre os mais votados) e na própria prática de representação.

Os atos de corrupção e as práticas fraudulentas foram cantados e decantados. Victor Nunes Leal, citando Raul Fernandes (*Anais da Assembléia Constituinte de 1933-34*) diz: "[...] O poder legislativo se corrompera desde suas origens: não era um poder representativo. As eleições constituíam uma comédia e o reconhecimento de poderes uma tragédia" (1978:230).

Seguindo o mesmo raciocínio, Maria Isaura Pereira de Queiroz, baseando-se em Sertório de Castro, destaca que as

> eleições eram por toda parte o simples preenchimento, feito por processos mais ou menos grosseiros, de uma formalidade; viam-se secções eleitorais ao abandono; livros manipulados nas casas dos coronéis que dirigiam a política municipal, turmas de candidatos diferentes apresentando-se diante do poder verificador alegando ter vencido as mesmas eleições; falsificações das atas das Câmaras Municipais que deviam designar os efetivamente eleitos etc. O significado das eleições era manter no poder por um simulacro de legalidade aqueles que dele tinham conseguido se apossar. (1976:129).

A revolução de 1930 teve como uma de suas metas a moralização do processo eleitoral.[1] Com o passar de quase um século, estas práticas simplesmente se modernizaram e tomaram aspectos mais artificiais e camuflados. As apurações continuam sendo maculadas com um grau maior de sofisticação[2] e os "votos de

cabresto" são construídos em novas bases. Em outras palavras: o "cabresto não é mais tão curto", ou não é mais prática tão explícita. Em síntese, como diz Rocha: "a matreirice eleitoreira é, hoje, informatizada e fria, sem deixar de ser perversa e patrimonialista" (1996:378).

Com a adoção ou continuidade da democracia representativa, os problemas políticos eleitorais multiplicam-se, colocando sempre em xeque a Democracia de Direito. Assis Brasil, na Assembléia Nacional Constituinte de 1933-34, já chamava a atenção para as práticas ilegais, dizendo que no "regime que botamos abaixo com a Revolução ninguém tinha a certeza de se fazer qualificar, como a de votar... Votando, ninguém tinha a certeza de que lhe fosse contado o voto... Uma vez contado o voto, ninguém tinha a segurança de que seu eleito havia de ser reconhecido através de uma apuração feita dentro desta Casa e por ordem muitas vezes superior" (Leal 1978:230).

É dentro deste clima que a revolução de 1930, buscando cumprir uma de suas metas, aprova o primeiro Código Eleitoral do Brasil, em fevereiro de 1932.[3] Este código antecipa-se à estruturação da Justiça Eleitoral que é inserida na Constituição de 1934, no interior do Poder Judiciário. O alistamento dos eleitores, a apuração dos votos e a proclamação dos eleitos passam a ter uma jurisprudência. A Justiça Eleitoral congrega, então, na estrutura do Poder Judiciário, todo o processo eleitoral, administrando as eleições e julgando os seus dissídios, assegurando ao cidadão o direito de votar e ser votado, em um quadro democrático de representação. Este Código baixou para 18 anos o limite de idade do eleitor, instituiu o voto feminino e deu segurança ao sigilo do sufrágio. As eleições de 3 de maio de 1933, momento em que foi escolhida a representação popular da segunda Constituinte republicana, ocorreram sob esta legislação. Após essas eleições, o processo eleitoral somente é retomado em 1945.

A disputa pelo poder e pela representação situa no centro do palco da democracia representativa o eleitor e seu voto. As mudanças ocorridas na estrutura socioeconômica do País, implicando alterações nas relações de trabalho e aumento da população urbana, tendo como contrapartida uma redefinição da sociedade agrária, fizeram com que as amarras patrimoniais fossem em parte rompidas. O eleitor passa a ser conquistado e os grandes proprietários de terra, famosos coronéis, perdem o controle sobre sua "clientela eleitoral". Os trabalhadores rurais e principalmente os habitantes das periferias das cidades são, pois, mais visados como eleitores que devem ser "trabalhados e conquistados". Palmeira (1996:51) chama a atenção para o fato de que as "adesões" e os "compromissos", no meio rural modificam-se e estes últimos tornam-se "mais estritamente eleitorais". O cidadão-eleitor, com o seu voto sendo cada vez mais elaborado como um bem de troca, ocupa um lugar central nas disputas pela representação política. O voto passa a ser cada vez mais metamorfoseado em poder para o eleitor, em

moeda de troca entre desiguais. A miséria e o analfabetismo são os ingredientes diferenciadores deste processo, sendo a falta de escrúpulo e a não-separação das esferas privadas e públicas os elementos diluidores dos limites das práticas fraudulentas nos processos eleitorais. Para Martins (1994:20), a "política do favor, base e fundamento do Estado Brasileiro, não permite nem comporta a distinção entre o público e o privado".

A justiça eleitoral torna-se, em parte, impotente diante deste quadro que reproduz práticas maniqueístas e abusivas no jogo político da conquista de votos. É um jogo em que a regra é não perder, deixando vivo o diálogo de Pinheiro Machado com um jovem correligionário de "fidelidade duvidosa": "menino, tu não serás reconhecido, por três razões. A terceira é que não foste eleito" (Leal 1978:229).

As reflexões presentes neste artigo pretendem abordar as práticas políticas que são classificadas como *crimes eleitorais*, *ações fraudulentas* e *atos de corrupção* no interior dos processos de disputas pela representação política.[4] Privilegiarei a compreensão das práticas classificadas pela Justiça Eleitoral como *criminosas*, verificando como estas ações são elaboradas no universo sociopolítico do eleitor. Parto do pressuposto de que a ação legal não necessariamente é considerada correta pela população, sendo a ação ilegal muitas vezes legitimada. Tento, também, compreender como as práticas políticas de conquista e de aliciamento do eleitor são construídas com novas bases de mediação.

Fraudes e corrupções

Seguindo a máxima na política – "em eleição vale tudo, feio é perder" –, a cultura política brasileira é fecunda em práticas fraudulentas e corruptoras. A reprodução dessas práticas pode ser dividida em dois grandes períodos históricos. O primeiro, que delimita as práticas predominantes no século XVIII e início do século XIX, caracteriza-se pela ameaça física e a fraude nas urnas eleitorais. A falta de liberdade dos eleitores, a possibilidade potencial de uso da violência, como também os resultados eleitorais, fruto de alterações ou montagens, marcariam um período em que a força aparece de forma crua e sem mediações. As famosas eleições a bico de pena eram a demonstração do poder oligárquico que se reproduzia fora dos limites de legalidade. A representação era passiva de um processo forjado e o eleitor peça decorativa de um sistema político representativo. Neste período, não existia a barganha do eleitor, pelo fato de não existirem "partes livres". Neste sentido, o voto de cabresto é resultado de uma relação de gratidão entre eleitor-patrão, mesmo existindo pressões e ameaças, e o voto no candidato do patrão/protetor é um dever sagrado. O poder de barganha ou de troca, por parte do eleitor seria então o embrião da compra do voto.

Com o surgimento da Justiça Eleitoral, em 1932, que passou a gerir todo o processo eleitoral, a partir do alistamento dos eleitores até a proclamação dos eleitos, a prática política passa por alterações na relação entre postulantes a cargos de representação política e eleitores. A mediação do campo jurídico é o elemento norteador e diferenciador deste novo período histórico eleitoral. O sistema eleitoral único, que então vige em todo o País, ao lado da instalação do voto secreto e de algumas práticas de intimidação, interferem na diminuição da violência política aberta. As eleições a bico de pena atenuam-se, entretanto estas mudanças têm como corolário a barganha do voto e o reforço da troca de favores. Com a diminuição das possibilidades das fraudes eleitorais e das ameaças físicas, surgem, em contrapartida, as gratificações, as benesses e os benefícios. O eleitor passa a ser conquistado dentro de um sistema com fortes bases plutocráticas.

À proporção que as disputas se acirram e os pleitos eleitorais se cercam de maior controle e segurança, os postulantes a cargos eletivos aprimoram suas práticas políticas utilizando-se de mais criatividade e astúcia. A vitória não tem preço, ou, em outras palavras, tem um preço muito elevado. O capital econômico cada vez mais se sobrepõe ao capital político. As práticas tradicionais se misturam aos usos modernos de obtenção do voto. O excesso de propaganda, com todas as aplicações que atualmente os media oferecem, aparece conjugado com a compra do voto. O moderno e o atrasado são faces de uma mesma moeda que tem como objetivo vencer: o feio é perder.

Os crimes eleitorais sempre fizeram parte da história política brasileira sendo as variáveis classe social, escolaridade e formação política os contornos das práticas políticas. Nesta complexa e diferenciada realidade sociopolítica, são gestadas as dádivas[5] e contravenções dos processos políticos eleitorais. A miséria e as possibilidades de negociações escusas oferecem o substrato objetivo dos crimes eleitorais.

Os crimes eleitorais definidos precisamente, como ação política de aliciamento e influência na prática política do eleitor, dentro de um quadro de pressão moral ou física, assumem diversas e complexas expressões. Na linguagem de um antigo político cearense, "o eleitor já nasce feito", fazendo alusão ao fato de que é a partir do registro de nascimento, retirado com ajuda de um candidato, que o eleitor passa a ter um dono, um benfeitor, um provedor, definindo assim este processo duradouro de crédito e débito. O provedor espera um pagamento a longo prazo. Como diz Marcel Mauss, "a sanção da obrigação de retribuir é a obrigação por dívida" (1974:112).

O segundo momento, nesta configuração sociopolítica da *escravização* do eleitor como devedor permanente, acontece através da obtenção do título eleitoral, onde existe a participação dos benfeitores de uma forma lícita e ilícita. Um

exemplo significativo: altera-se a certidão de nascimento para tornar o menor apto a votar. Segundo notícia do jornal *O Povo* (12/10/1988), "há menores com 14 ou 15 anos que se inscreveram, já tendo inclusive recebido seus títulos". As fraudes continuam na distribuição de contas fictícias de luz, de água e de telefone, como comprovante de falsa residência para viabilizar a retirada de títulos eleitorais. Esta distribuição é realizada em frente aos Fóruns Eleitorais, como se diz em linguagem popular, "nas barbas da Justiça". Na campanha eleitoral de 1996, foi preso em Fortaleza um cabo eleitoral que prestava este tipo de serviço a uma vereadora. Esta, aparentando surpresa sobre a acusação do fato, afirmou que "isto é coisa de gente que quer sujar o meu nome. Já fui eleita sete vezes e em nenhuma delas precisei deste tipo de coisa" (jornal *O Povo*, 6/5/1996).

As fraudes eleitorais nos períodos de inscrição de eleitores têm como agravante a transferência irregular de títulos. Geralmente tais transferências ocorrem de municípios maiores para os menores, da capital para as outras cidades, ou entre municípios vizinhos. As transferências são facilitadas por candidatos e os eleitores recebem, em contrapartida, algumas *dádivas*.

Estas transferências conjugadas a eleitores falecidos e aos títulos de menores possibilitam que alguns municípios cheguem a ter um percentual de oitenta por cento na relação eleitorado/população.[6] Em janeiro de 2000, o TSE cancelou em todo o País 4.018 milhões de títulos "fantasmas", em sua maioria correspondentes a pessoas mortas. No ano de 2000, no Brasil, ocorreu uma diminuição de eleitores em comparação com as eleições de 1998, de 106.076 milhões para 102.058 milhões.

As dívidas como dádivas

As práticas de aliciamento dos eleitores são bastante diversificadas, tendo como ponto comum o fato de serem ações que desvirtuam o sentido do voto, deixando de ser o exercício de poder dos cidadãos. Este aspecto deve ser relativizado pela compreensão do significado do voto (Palmeira e Herédia 1995) e pelo lugar que ocupa o processo eleitoral percebido como estando "acima do bem e do mal". A título de exemplo vivenciamos um momento rico em significado sociopolítico, durante a realização de uma pesquisa no município de Canindé-CE. Este município estava passando por uma "crise política" porquanto o seu prefeito tinha sido afastado pela Câmara dos Vereadores, por graves denúncias administrativas. Para a população, mesmo para eleitores não-aliados ao prefeito afastado, este ato representava uma "agressão" à eleição que o tornou mandatário maior do município. Os vereadores que votaram pelo afastamento do prefeito eleito foram contrários à vontade da maioria dos eleitores, independentemente de como ocorreu o processo eleitoral.

A compra do voto, no sentido genérico de aliciamento do eleitor, pode ser individual ou coletiva. As compras coletivas passam, geralmente, pelos presidentes de associações de bairros ou líderes comunitários. Os antigos cabos eleitorais cedem lugar a pessoas que ocupam postos de representação comunitária. As compras coletivas podem ser feitas em dinheiro ou em benfeitorias para as comunidades ou bairros, podendo ou não ser utilizado dinheiro dos "cofres públicos". Entretanto, geralmente, as ampliações de redes dos serviços públicos para as comunidades aparecem como moeda de troca na obtenção do voto. Nesta ação, a malversação dos recursos públicos aparece claramente na apropriação privada de uma ação pública e o político/executivo transfigura-se no grande benfeitor. Esta análise pode ser extensiva ao meio rural, especificamente à região do sertão, conforme o dito já consagrado no senso comum: "governo não perde eleição em ano de seca". A frase revela o conteúdo das campanhas eleitorais dessa região que se pauta não pela promessa de dias melhores e sim pela garantia dos recursos federais nas obras de cunho assistencial (Barreira 1992:34). Segundo as palavras de um trabalhador rural:

> Em 1982 a gente viu bem claro um ano de eleição, num ano de seca. Ficou mais difícil os trabalhadores se alistarem (serem inscritos nas frentes de trabalho do governo), foi preciso invadir a cidade de Iguatu 22 vezes. Isto porque na época das eleições foi cortada todas as frentes de trabalho... e depois já próximo das eleições foi que alistaram. Isto pra que os trabalhadores agradecessem e achassem que isto era um presente que eles estavam dando e com isto levaram vantagem... por ter alistado eles deram o voto a eles (Iguatu-Ceará).

No aliciamento coletivo do eleitor, as práticas políticas se modificam, não só na substituição de antigos cabos eleitorais pelos representantes comunitários, mas, também, porque o "voto de cabresto" cede lugar ao "voto mercadoria", que aparece sem mediações e de uma forma mais monetarizada. Neste sentido, nas eleições de 1996 fui protagonista de uma ação inusitada. Estava na sede de um comitê de um partido, aguardando para realizar uma entrevista com um candidato a vereador, quando se aproxima de mim um senhor e, me confundindo com um candidato ou alguém com poder no partido, me oferece 500 votos por R$ 1.000,00 (R$ 500,00 no ato do contrato e R$ 500,00 após as eleições). Este senhor se apresentava como líder comunitário de um bairro de Fortaleza, sempre afirmando que tinha "total garantia dos votos".

Quando o aliciamento é individual, as práticas se diversificam e as *dádivas* aparecem na distribuição de remédios, cestas alimentícias, material de construção e bolsas de estudo, como também, no pagamento ou promessa de pagamento de contas de energia, de água e de farmácia. Em uma pequena cidade litorânea do

Estado do Ceará ocorreu, em 1996, um fato inusitado. Um mês antes das eleições, um candidato a vereador recolheu as contas de energia de uma comunidade local prometendo pagá-las. Dois meses após as eleições, a Companhia de Eletricidade do Ceará cortou o fornecimento de energia das casas por falta de pagamento. Ao ser interpelado pela comunidade, o vereador já eleito alegou dificuldades financeiras e erro de cálculo.

As *dádivas* aparecem outras vezes de forma mais sofisticada através de promessa de aposentadoria ou aquisição de casa própria. Um candidato às eleições de 1998, acusado de fazer essas promessas, defendeu-se dizendo: "não estou negociando casa própria em troca de voto. Eu estou numa campanha eleitoral, não estou negociando nada, aqui não é mercadoria. Eu estou querendo ajudar o povo de baixa renda de Fortaleza. Eu estou só orientando porque sou do sindicato" (jornal *O Povo*, 21/9/1998). Neste sentido o candidato aparece como defensor público, facilitando a obtenção de direitos.

A 'ajuda à população pobre' e o "desconhecimento do delito" aparecem como as grandes armas de defesa dos acusados. Em outras situações, retira-se o interesse político presente na distribuição de *dádivas*. Um candidato a deputado estadual nas eleições de 1998 defende-se, dizendo:

> quem está trabalhando na distribuição de alimentos aqui no município não utiliza meu material de campanha. O programa é eminentemente técnico, não há conotação política. Estamos distribuído comida a dois meses, desde que foi decretado estado de calamidade pública no município (jornal *O Povo*, 25/9/1998).

O desconhecimento do delito ou a generalização de uma prática proporciona o lado pitoresco da ação. " Todos os vereadores fazem isto", alega um vereador acusado de distribuir bolsa de estudo. "Eu não sabia que era aliciamento. Se for eu paro imediatamente. Eu não coajo ninguém a votar em mim" (jornal *O Povo*, 26/11/1999). A tentativa de dar um sentido generoso e desinteressado à ação corrobora a concepção de Bourdieu sobre a economia das trocas simbólicas de que "é melhor aparecer como desinteressado do que como interesseiro, como generoso, altruísta, do que como egoísta" (1997:154).

Deputados eleitos ou candidatos tentam também se defender, redefinindo antigos conceitos, como é o caso de *clientelismo.* "Se dar bolsa a quem quer estudar é clientelismo, então eu sou clientelista" (jornal *O Povo*, 26/11/1999), posiciona-se um deputado estadual que portava 70 bolsas de estudo para serem distribuídas entre a população. Segundo um advogado especialista em Direito Eleitoral, este comportamento "é uma maneira de captação antecipada de voto que caracteriza indício de crime eleitoral" (jornal *O Povo*, 26/11/1999), podendo, neste sentido, ser passivo de um enquadramento criminal.

As defesas e as ações não eleitoreiras continuam, quando um candidato a prefeito acusado de distribuir terrenos, tijolos, telhas e outros materiais de construção afirma que "as doações nada tem a ver com as eleições. Temos muitas terras, o que dar para distribuir sem interesses eleitorais" (jornal *O Povo*, 29/10/1998). De acordo com os seus opositores e a própria imprensa local, isso não passa de "clientelismo político".

O uso habitual de recomendações feitas através de "bilhetes", efetivados entre correligionários do inicio do século, sacramentando alianças ou pedidos de favores nem sempre lícitos, reaparece no final do século. Os "bilhetes" ressurgem para definir favores, servindo como prova de um delito. Em um dos casos de sanção eleitoral no Estado do Ceará, encontra-se a cassação de um deputado estadual que foi incriminado, tendo como uma das provas do crime um "bilhete" enviado por um tio a um amigo, dizendo haver ajustado com uma terceira pessoa (um compadre) a votação que este dispunha em favor de seu sobrinho. Os "bilhetes" também servem para definir os agraciados com as dádivas. Segundo as palavras do empregado de um candidato a prefeito, "todos os dias chega uma carrada de telha que é dada em lotes de 250 unidades para cada pessoa, mediante a apresentação de uma autorização assinada" (jornal *O Povo*, 29/10/1998).

Em uma pesquisa realizada no município de Canindé-Ceará, sobre crimes eleitorais,[7] a população entrevistada classificou o "bom político" como aquele que "ajuda o pobre e a população em geral" e o "mau político" como aquele que "não tem palavra". A "palavra dada" ou a promessa não cumprida é interpretada como falta de respeito e dignidade.

Boa parte da população entrevistada afirmava que as eleições representam um momento de "tirar proveito", de "viver melhor". Estes comentários foram feitos não só pelos setores sociais mais pobres, mas também pelos setores de classe média. Para os primeiros, o "tempo da política" pode viabilizar a aquisição ou reforma de uma casa, de um tratamento médico, ou de uma bolsa de estudo. É o momento de resolver ou minorar algumas necessidades básicas, como: saúde, habitação e estudo. Neste contexto socioeconômico, provavelmente, a distribuição de material de construção tem sido a *dádiva* mais comum e mais generalizada, sendo a "ajuda" dos políticos interpretada como obrigação e sempre como ato de generosidade: "quando o político ajuda o povo, ele está fazendo uma boa coisa".

Segundo um comerciante local, a distribuição de alimento "mesmo não sendo correta está pelo menos servindo para matar a fome de alguém que precisa". Estas afirmações estão perfeitamente enquadradas na "cultura da apropriação do público pelo privado" (Martins 1994:38), aparecendo claramente a necessidade de proteção e favorecimento de setores sociais mais pobres, reforçando os elos da política do favor.

Em uma busca de classificação do crime eleitoral, segundo a opinião da população obtida através de questionário, a compra do voto em dinheiro é considerada a prática eleitoral mais criticada, em oposição à distribuição de alimentos, percebida de forma positiva. A prestação de serviços à comunidade por parte dos políticos aparece como uma ação dúbia nem inteiramente aceita ou criticada.

O artigo 299 do Código Eleitoral, já citado, pode ser desdobrado em corrupção ativa: dar, oferecer, prometer, para si ou para outrem etc; e, como corrupção passiva: solicitar ou receber para si ou para outrem etc. A punição da corrupção passiva, em princípio, dificulta a possibilidade de uma denúncia e de sua comprovação. A justiça geralmente não aceita a denúncia por falta de provas e, quando o processo chega a julgamento, o réu é geralmente absolvido. Entretanto, este quadro não anula o agravamento da situação eleitoral. Neste sentido, a Comissão de Justiça e Paz da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) apresentou no Congresso Nacional, em 1999, um projeto de lei de iniciativa popular para combater a corrupção eleitoral. Este projeto já aprovado visa fundamentalmente a proporcionar mais agilidade à Justiça Eleitoral e rigor nos julgamentos. Para subsidiar este projeto, foi elaborado um mapeamento sobre a corrupção eleitoral no Brasil (Data Brasil Pesquisa e Informação, 1998). Este mapeamento mostrou um quadro bastante forte. Por exemplo: quando a pergunta era saber se os vereadores eleitos se utilizaram para se eleger da distribuição de ajuda aos eleitores pobres a resposta para o quesito "todos distribuíram" foi na Região Nordeste (91%), no Centro-Oeste (90%), no Sul (76%), no Norte (65%) e no Sudeste (65%). Outro dado interessante desta pesquisa é que os eleitores se mostraram divididos no que diz respeito ao que pensam sobre corrupção eleitoral. A metade aceitava e a outra metade criticava a distribuição de ajuda e favores. A conclusão deste levantamento é que a corrupção eleitoral é uma prática freqüente em todas as regiões do País, sendo considerada comum por eleitores e candidatos.

O universo das *dádivas* – corruptores e corrompidos

No processo eleitoral, a cada ano, fica mais evidente que nem todos são iguais perante as eleições. Os postulantes a cargos eletivos se apresentam de forma desigual em capital político e capital econômico. Este último vem, cada vez mais, impondo regras e transfigurando o processo político. O abuso do poder econômico engloba quase todos os delitos considerados como crimes eleitorais. No interior do campo jurídico, o abuso do poder econômico poderia ser enquadrado nas contravenções penais e nos crimes de maior potencial ofensivo para os processos eleitorais. O artigo 299 do Código Eleitoral, que define o crime eleitoral, põe no centro do debate quem dá ou se compromete a dar e quem recebe para uso próprio ou de outrem, configurando-se uma relação de troca ilícita entre

postulante a cargo eletivo e eleitor. São construídas nestas relações as figuras do corruptor e do corrompido. A Justiça Eleitoral tenta, através de medidas controladoras e punitivas, manter uma possível igualdade entre os concorrentes.

Se, por um lado, o uso do poder econômico naturaliza-se nas informações propaladas sobre o valor de uma campanha eleitoral, englobando ações lícitas e ilícitas, por outro, as práticas corruptoras se tornam mais complexas. O dinheiro gasto em uma campanha pode ser do próprio candidato, de grupos econômicos ou empresariais e dos cofres públicos, envolvendo neste ultimo caso, facções governistas.

A máxima franciscana "é dando que se recebe" termina construindo o rumo das campanhas eleitorais. Os grupos econômicos e empresariais financiam as campanhas de postulantes a cargos eletivos que agraciam os eleitores com *dádivas*. Estas *dádivas* criam obrigações que devem ser retribuídas a prazo. Os financiadores esperam e cobram projetos ou políticas favoráveis aos seus empreendimentos econômicos, configurando uma situação de clientelismo político que, na visão de Martins, "sempre foi e é antes de tudo, preferencialmente uma relação de troca de favores políticos por benefícios econômicos, não importa em que escala" (1994:29).

Os candidatos esperam dos eleitores, que foram beneficiados com *dádivas*, o voto. O voto, como diz Herédia,

> parece ser a moeda de intercâmbio que permite a passagem de um circuito de troca a outro, isto é, de um de reciprocidade-entre os socialmente iguais – ao de clientelismo político no qual o cliente se mantém permanentemente endividado face ao patrão (1996:64).

A relação entre eleitor-candidato é caracterizada como uma espécie de contrato informal, estabelecido voluntariamente entre pessoas que se percebem como desiguais e trocam favores. A troca desinteressada ou a generosidade desaparecem e o "calculismo", como diz Godbout (1999), corporifica a dádiva. Nesta troca não existe a perda. A perda, como explicita o referido autor, "só pode ser uma maneira de se deixar enganar num negócio, ou então uma maneira de se deixar explorar" (p. 254). A dádiva acarreta necessariamente a noção de crédito de uma dívida social e, por outro lado, de uma divida social não quitável. Entretanto, para o candidato, o ato de comprar representa uma dívida paga. Esta relação, que para o eleitor deveria criar uma obrigação a prazo do candidato para com ele, passa a ser percebida, por alguns eleitores, como perda ou exploração. "Eu não vendo mais meu voto para candidato a prefeito porque ele não se acha mais com obrigação de fazer nada pra mim. Prefiro poder exigir algumas coisas depois" (pequeno comerciante, Canindé-Ceará). Nesta fala, o papel determinante

do intervalo temporal entre a dádiva e a retribuição é elaborado claramente, constatação feita por Bourdieu, quando afirma que

> o importante na troca de dádivas é que, através do intervalo de tempo interposto os dois trocadores trabalham, sem sabe-lo e sem estarem combinados, para mascarar, ou recalcar, a verdade objetiva do que fazem. Verdade que o sociólogo desvenda, mas correndo o risco de descrever como cálculo cínico (1997:170).

Pode ser dito que o ato de comprar um voto é deixar explícita uma troca, negando a dádiva, como ação que representa encobrimento ou mascaramento de uma troca. Nesta relação, o dinheiro explicita a corrupção, retirando o fetiche de uma prática ilícita, desmascarando o interesse específico presente em um ato construído, em princípio, desinteressadamente. Em outras palavras, como diz Bourdieu: "aí acaba o trabalho de eufemização" (1997).

As relações de troca, envolvendo o dar e o receber antecede os períodos eleitorais, representando uma continuidade ou a explicitação de um vínculo forte e natural nas pequenas cidades e, especificamente, no meio rural. Como diz Herédia:

> na vida cotidiana, as pessoas trocam bens diversos que confirmam laços pré-existentes, quanto criam novas relações sociais. Essas trocas supõem uma reciprocidade, segundo a qual os que dão também recebem. Assim se relacionam parentes e vizinhos. É a retribuição que garante a continuidade de uma relação estabelecida sobre as bases de uma troca entre iguais" (1996:63). Pode-se dizer também que as trocas são o substrato ou o elemento fundante das relações pessoais A instituição do "dar" está sempre presente na constituição de relações entre iguais e, principalmente entre desiguais, estabelecendo e consolidando relações hierárquicas. A ação do "não-dar", e do "não-oferecer" é interpretada como mesquinharia. A ações do "dar", e do "oferecer" representam generosidade e bondade. Neste sentido, como diz Marcel Mauss, "abster-se de dar, como se abster de receber, é perder dignidade – como se abster de retribuir" (1974:111).

Uma *dádiva* recebida por um eleitor e não retribuída no voto o inferioriza perante os outros e fere o código de moralidade vigente nas circunstâncias analisadas. Isto pode explicar o insucesso de uma campanha dos partidos de esquerda, na década de 80, que orientava os eleitores para que aceitassem as *dádivas* dos "outros" partidos e não as retribuíssem com o voto, ponderando ser o voto secreto. O espanto de um eleitor retrata bem esta situação: "mas como eu não vou votar nele se eu dei a minha palavra?" (trabalhador rural, Iguatu-Ceará).

Palmeira, fazendo referência a este mesmo acontecimento, diz que

> a melhor prova de eficácia desse compromisso são os resultados desastrosos para alguns partidos ou candidatos de sua orientação de *pegar o dinheiro e votar no candidato de sua consciência*. A menos que o autor da consigna tenha um carisma verdadeiramente extraordinário – que faça com que sua recomendação seja percebida como uma ordem tão legítima, que possa se sobrepor aos critérios correntes de legitimidade e honra pessoal embutidos na palavra empenhada – o recebimento de um bem leva o eleitor a votar *naturalmente* no seu doador" (1996:48).

O reconhecimento de uma dívida pode gerar um sentimento duradouro que se expressa em relações permanentes de afeição. O voto de gratidão pode representar o contradom de uma dívida social, de um crédito que vai sendo resgatado a prazo. Nesta relação, o dinheiro, como única materialização da moeda de troca, perde essa sua "soberania" para diferentes e sofisticadas ações.

A relação eleitor-candidato, ou entre corruptíveis e corruptores, é gestada no interior da relação patrão-cliente, dos benfeitores e do compadrio. Esse contexto sociopolítico tanto dificulta o discernimento entre voto *comprado,* voto *por gratidão* e voto *consciente* como situa no centro das discussões o clientelismo e a patronagem. No Estado do Ceará, no período das eleições para governador, em 1986, momento de uma grande polarização entre "políticos tradicionais" e "políticos modernos", aparece na cena o reforço dos valores de lealdade, e gratidão, sendo os primeiros percebidos como benfeitores. Os políticos tradicionais, os coronéis da política, se apresentam como os grandes benfeitores do estado, deixando explicitar que votar neles não é *imposição* e sim *gratidão*.

> Ninguém vai votar com os coronéis porque vive em curral, mais porque sabe que, com eles no poder, o Ceará experimentou seus melhores dias de progresso e bem-estar. E isso mata de raiva quem não tem prestígio. O que o Sr. Jereissati chama de curral é a gratidão do povo. E essa não se acaba nunca (jornal *O Povo*, 13/6/1986).

As relações clientelistas e de patronagem, dentro de um quadro socioeconômico hierarquizado e com uma marcante diferenciação social, facilmente mascaram as práticas abusivas dos processos eleitorais. Para alguns profissionais do Direito Eleitoral, uma das metas da Justiça Eleitoral é punir os excessos, os abusos do poder econômico, como também distinguir a "prestação de serviços à comunidade" do "clientelismo político". Neste sentido, o corregedor eleitoral do Ceará não critica "o clientelismo", quando na pratica ele significa prestação de serviços à comunidade. O que ele condena é o excessivo gasto do dinheiro, tendo como exemplo o "deferimento do registro de um candidato que nas suas palavras *mal sabia ferrar o nome*, mas tinha legitimidade por parte daquela zona eleitoral

porque era cidadão que tinha poucos recursos, mas prestava serviços. Esse clientelismo... ruim é não fazer; Eu acho que tem é que se prestar serviço" (jornal *O Povo*, 18/9/1988). Para a Justiça Eleitoral, neste sentido, resta trabalhar com possíveis índices de toleráveis irregularidades.

Dentro deste quadro de dádivas e contravenções, aparecem rupturas e continuidades não só nas práticas de aliciamento de eleitores como, também, nas relações sociopolíticas. As transformações atuais no quadro populacional, com um predomínio acentuado da população urbana, em decorrência do recente e forte êxodo rural, estabelecem uma continuidade e não-separação das práticas políticas rurais e das práticas políticas urbanas. Os valores socioculturais urbanos se metamorfoseiam nos rurais e vice e versa. O processo eleitoral se reproduz na esteira da não-separação entre o domínio público e privado. O crime eleitoral, classificado pela Justiça, não representa o delito social mais grave para a população, o delito estará no não-cumprimento da palavra dada na falta de *ajuda* a um amigo ou aos mais necessitados economicamente.

Notas

[1] A lei Saraiva de 1881 é apontada por Raymundo Faoro como um dos marcos nas regras do processo eleitoral. Surgindo a figura do coronel, crescem as influências locais e a luta eleitoral passa a ser de "casa em casa", ganhando peso na conquista do voto o cabo eleitoral. Para Faoro, "a passagem do regime imperial ao republicano irá acentuar e exacerbar a função eleitoral do coronel" (1976:622).

[2] As fraudes nos processos de apuração devem diminuir sensivelmente à proporção que as votações e as apurações sejam realizadas eletronicamente.

[3] Para Rocha, a "legislação brasileira sobre matéria eleitoral é contemporânea do Estado Brasileiro. E antes mesmo do surgimento do Estado Brasileiro, na inusitada situação da corte de D. João VI no Brasil, sediando-se, destarte, na colônia a sede do governo português tinha sido editado em terras brasileiras o decreto eleitoral de 7 de março de 1821 relativo às eleições dos deputados da coroa portuguesa. Também nas ordenações filipinas se encontram normas sobre o processo de apuração de resultado das eleições. Mas somente em 1824, com o decreto de 26 de março daquele ano, é que se pode considerar brasileira a legislação sobre matéria eleitoral. Esse decreto continha normas para as eleições de deputados e senadores, tendo prevalecido até 1842" (1966:387).

[4] O artigo 299 do Código Eleitoral definiu como crime eleitoral: "dar, oferecer, prometer, solicitar ou receber, para si ou para outrem dinheiro, dádiva ou qualquer outra vantagem, para obter ou dar voto e para conseguir ou prometer abstenção, ainda que a oferta não seja aceita".

[5] *Dádiva* é o conceito genérico utilizado pelos "profissionais do direito" para designar tudo aquilo que é oferecido pelo postulante a cargo eletivo tendo em vista ao obtenção do voto.

[6] O Tribunal Superior Eleitoral determinará revisão das zonas eleitorais sempre que o total de transferência de eleitores ocorridas em um ano seja dez por cento superior ao do ano anterior e coloca em suspeição o município cujo eleitorado seja superior ao dobro da população entre dez e quinze anos, somada a idade superior a 70 anos de seu território.

[7] Esta pesquisa foi realizada como prática de trabalho de campo dos alunos na disciplina "Metodologia em Ciências Sociais" da Universidade Federal do Ceará, no segundo semestre de 1999.

Referências bibliográficas

BARREIRA, César. *Trilhas e atalhos do poder*: conflitos sociais no sertão. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.

BOURDIEU, *Pierre. Razões práticas. Sobre a teoria da ação.* São Paulo: Papirus, 1997.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder – Formação do patronato político brasileiro.* Porto Alegre: Globo, 1976.

GODBOUT, Jacques T. *O espírito da dádiva*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1999.

HEREDIA, Beatriz M. A. de. Política, Família, Comunidade. In: PALMEIRA, M.; GOLDMAN, M. (orgs.). *Antropologia, voto e representação política.* Rio de Janeiro: Contracapa, 1996.

_____. Conflitos e desafios: lutas no interior de facções. *Cadernos NuAP 4. Do Local ao Internacional:* Práticas Políticas, Relações Pessoais e Facções. Rio de Janeiro: NAU, 1999.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. 4ª ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

MAIA, Maria Eliete. *O abuso do poder econômico no processo eleitoral do Ceará*. Departamento de Direito Público. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, 1990. Tese de Doutorado em Direito.

MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso – ensaios de sociologia da história lenta.* São Paulo: Hucitec, 1994.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. 2 vols. São Paulo: EPU/Edusp, 1974.

PALMEIRA, Moacir. Política, Facções e Voto. In: PALMEIRA, Moacir; GOLDMAN, Marcio (orgs.). *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro: Contracapa, 1996.

PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz. Os Comícios e a Política de Facções. *Anuário Antropológico 94*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios.* São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

ROCHA ANTUNES, Carmen Lúcia; SILVA VELOSO, Carlos Mário (coords). *Direito Eleitoral*. Belo Horizonte: Del Rey, 1996.

CAPÍTULO 7

Lutas entre iguais: as disputas no interior de uma facção política

Beatriz M. Alasia de Heredia

O objetivo desse artigo é refletir sobre o modo como a política é percebida por aqueles que fazem política, isto é, os políticos. Essa percepção será analisada a partir das relações existentes entre os políticos e da maneira como elas acontecem não apenas durante o período eleitoral mas também fora dele. Para alcançar nosso objetivo, nos basearemos fundamentalmente no material colhido durante a campanha eleitoral que acompanhamos no Rio Grande do Sul e, em menor medida, nos materiais colhidos anteriormente no mesmo estado e em Pernambuco. Embora as eleições acontecidas no ano de 1998 tenham sido para escolha de deputados e vereadores, para efeito comparativo, recorremos a material relativo às eleições de prefeitos e governadores de anos anteriores.[1]

Sem dúvida, o período eleitoral é muito importante para os políticos e é por eles considerado muito especial. Todavia, o significado que eles lhe atribuem e o recorte que dele fazem não correspondem exatamente àqueles reconhecidos pelas populações estudadas. No entanto, se essas diferenças podem parecer, e mesmo ser, óbvias, o que não é óbvio é o modo como o tempo da política é vivido pelos políticos.

Estudos anteriores sobre o significado da política em segmentos de trabalhadores rurais revelaram que, para essas populações, a política não faz parte de seu cotidiano. Ela é, portanto percebida como externa a elas e, como tal, sempre associada às eleições.[2] Esse caráter temporário da política é delimitado por tais segmentos como "tempo da política". É durante esse período específico em que os políticos e a política se fazem presentes, e ao fazê-lo interferem no cotidiano dessas comunidades pois a política agrupa as pessoas segundo critérios diferentes daqueles existentes nessas comunidades, ou seja agrupa-as segundo votem num candidato político ou outro de modo que a presença dos políticos não raras vezes gera situações de tensão. Daí a existência de uma certa ambigüidade com relação à visão da política, pois se, por um lado, o "tempo da política" é vivido como tendo um caráter festivo, o que é assinalado pelas formas festivas de que a

política se reveste com seus símbolos visuais – bandeiras, faixas e cartazes com exuberância de cores –, músicas, demonstrações públicas, como comícios, passeatas e carreatas, e com massas de gente dando o caráter de festa; por outro lado, trata-se também de um período conflitivo, portanto tenso, já que divide pessoas que, em outros momentos, encontram-se unidas por relações de parentesco, amizade e/ou vizinhança etc.[3]

Ao analisarmos a divisão que a política produz na sociedade e o modo como ela entra em choque com as formas como a sociedade se agrupa em seu cotidiano, foram objeto de atenção especial os conflitos que emergem e as tensões que se colocam para as pessoas que então vivenciam conflitos de fidelidade. Quando se observa pelo lado dos políticos, constata-se que isso é vivido de maneira diferente. Embora para eles o momento da eleição seja de ajuste de contas quanto a conflitos que estão ocorrendo no momento, ou mesmo preexistentes, eles caracterizam o período da eleição como sendo de festa.

Esse tipo de percepção de alguma maneira reproduz aquilo que já dizíamos em outras oportunidades com respeito à legitimidade da presença dos políticos durante esse período, presença essa reconhecida pela população sob a expressão: "é quando os políticos aparecem".

■

A caracterização do período eleitoral como festa e os diferentes significados que o caráter festivo assume na visão dos políticos aparecem também resumidos na análise de um candidato: "foi uma eleição disputada, acirrada, festiva". A palavra "festiva" sendo usada não apenas no sentido que lhe é usualmente conferido pelo senso comum, mas como sinônimo de "disputa", alvo de disputa "acirrada", o que parece ser uma questão relevante e que precisa ser analisada.

Pode-se afirmar sem equívocos que nas formulações dos políticos sempre existe uma relação inversa: quanto mais acirrada a disputa, maior a animação do período eleitoral e, portanto, mais festiva a eleição. E se as eleições são vistas como festa, esta sempre é vivida como maior quando os políticos se referem às eleições municipais. Na visão deles, e também no caso daqueles que atuam como cabos eleitorais, as eleições municipais envolvem uma maior disputa no nível local. O que acontece de fato, contudo, é que essas disputas são mais visíveis quando observadas nesse âmbito.

Embora as eleições de 1998 não tenham sido eleições para a escolha de dirigentes municipais, prefeitos e vereadores, envolveram a eleição para cargos legislativos em seus diferentes níveis (deputados, senadores), além de candidaturas para governadores e presidente, elas acabaram apresentando uma grande disputa eleitoral, que, levada ao interior dos municípios, produziu expressivo acirramento. Daí a eleição ter sido considerada mais festiva. Afinal, o que está em jogo

na atividade política é a disputa e o desafio que ela gera. Conflitos e desafios parecem ser inerentes a tal atividade, sendo eles que contribuem para dar às eleições o caráter festivo de que falam os informantes. Assim, para um político, fazer política é uma festa, não apenas porque é nesse momento que ele demonstra sua força e seu prestígio, mas também porque o período eleitoral supõe uma disputa e, conseqüentemente, um desafio em relação aos outros políticos. Desafio esse que assume um caráter público, pois é feito publicamente, isto é, para fora do mundo dos políticos.

Se a disputa é a norma, o desafio consiste, na verdade, em tratar de vencer o *adversário*. Parece, portanto, uma condição inerente à atividade política a disputa com adversários, de modo que o político, ao fazer política, produz o seu próprio adversário, e é interessante determo-nos um pouco na análise de quem são esses adversários.

Do ponto de vista dos políticos, embora numa primeira impressão qualquer político poderia ser visto como um adversário, a noção de adversário tem um caráter mais restrito e é utilizada para fazer referência basicamente àqueles políticos com os quais se disputa num momento dado o mesmo perfil de eleitores. Para chegar aos eleitores, os políticos têm de eliminar seus concorrentes, ou seja, aqueles que nessas circunstâncias são vistos como mais próximos. A disputa eleitoral, por conseguinte, dá-se fundamentalmente entre candidatos que concorrem para os mesmos cargos.

Embora essa disputa entre candidatos seja acirrada em todos os níveis, ela é mais visível, e por isso aparentemente mais dura, entre os candidatos que disputam o mesmo tipo de eleitor e sobretudo entre aqueles que disputam o mesmo território. Embora a massa da população em geral possa ser eleitora de qualquer candidato, e assim possa ser considerada, o que de fato acontece é que há uma certa distribuição territorial entre os candidatos que têm suas bases em áreas geográficas específicas, ou, ainda, acaba havendo uma determinada especialização conseqüente dos candidatos, segundo tenham suas bases em determinados segmentos da população. Por exemplo, entre eleitores que se incluem em um dado tipo de trabalho assalariado ou entre aqueles ligados a um determinado tipo de profissão. Por isso, as disputas que envolvem os cargos de deputado estadual e, no nível local, de vereador e prefeito, são exemplares. Essa é a razão pela qual os cabos eleitorais que afirmam enfaticamente o caráter festivo das eleições assinalam que as mais animadas e mais disputadas são aquelas que acontecem no nível municipal. A seguinte declaração de um cabo eleitoral do Rio Grande do Sul é um bom exemplo do que dizemos:

> A eleição municipal é a eleição mais bonita, é a melhor eleição, é mais disputada. É muito mais bonita porque muito mais disputada, é voto a voto.

> Eu sei que um cara vota no fulano, eu vou e digo, não vota no fulano, nós estamos fazendo isso e aquilo; não vai só eu, vou eu e vai outro (político), então é uma eleição super disputada, é um voto, jogada por jogada, lance por lance

Durante a campanha, portanto, os candidatos se evitam, e por isso suas programações são feitas de modo a não se encontrarem num mesmo local. Quando se trata de entrar numa área reconhecida como reduto de outro candidato, são tomadas algumas medidas adicionais, tais como entrar nessas áreas acompanhado por gente do local e que de preferência tenha prestígio suficientemente grande para evitar os possíveis conflitos que podem acontecer. Uma observação mais atenta revela que, no caso dos candidatos ao legislativo, isto é, deputado e vereador, essa disputa é ainda maior quando se trata de candidatos que, além de concorrer para os mesmos cargos, disputam os mesmo eleitores, num mesmo território, acirrando-se ainda mais essa disputa, pois, nesses casos, disputa-se também e fundamentalmente com outros candidatos do próprio partido, "os companheiros", isto é, aqueles que são os mais próximos entre o conjunto dos pares.[4] Indo mais longe ainda, pode-se afirmar que seus "iguais" são não apenas aqueles candidatos do mesmo partido que disputam o mesmo cargo, mas aqueles candidatos que têm um perfil semelhante, assim como bases sociais semelhantes, em áreas geográficas próximas. Em suma, aqueles que são mais próximos, portanto, mais iguais entre os "iguais" são, como eles afirmam, os reais adversários. Ou, utilizando as palavras de um candidato a cargo de vereador num município do interior de Rio Grande do Sul, "os piores adversários são os próprios companheiros". E ele explicava:

> [...] porque eu quero tirar voto de você para mim, eu não quero tirar voto do outro partido para mim, eu quero tirar o teu voto para min, e tu quer tirar o meu voto para ti, então na campanha muito se fala que o adversário não é a oposição, são os próprios companheiros, os próprios companheiros são adversários políticos.
> Se falar com todos os políticos eles vão dizer que na eleição para vereador ou para deputado o adversário político é o próprio companheiro, ele que tira voto um do outro. Não é o outro da oposição que vai tirar, ele não tira, quem tira é os próprios companheiros.

Embora a disputa com os candidatos de diferentes partidos que pleiteiam o mesmo tipo de eleitorado não apenas existe, mas é fundamental, sendo, portanto parte do que aqui é analisado, para efeitos deste trabalho restringimos a análise apenas ao que acontece no interior da facção.[5]

Durante o "tempo da política", quando a política invade a vida da sociedade,

esta se apresenta dividida em facções, produzindo-se inclusive uma segregação espacial clara dentro das cidades (situação que se repete em diferentes níveis e, portanto, também em unidades administrativas menores). Assim, mesmo bairros inteiros ou partes deles, ou mesmo lojas comerciais e bares, e ainda espaços totalmente públicos, como praças, são classificados na medida em que são reconhecidos como ligados a uma determinada facção. Essa segregação espacial entre facções é instituída e quase sempre respeitada. Quando isso não acontece, dá-se o conflito. No entanto, ela não é respeitada no interior de uma mesma facção; ao contrário, é ali que tem lugar uma acirrada disputa, embora não-pública, porque restrita à própria facção. Em outros termos, se a disputa que tem lugar entre facções é aberta, ela é por isso objeto de reconhecimento público, o que permite a existência de regras. O caráter não-público da disputa que é restrita ao interior da facção e a falta de regras explícitas que regulem as relações entre os candidatos que dela fazem parte e que disputam os mesmos cargos num mesmo território fazem com que a disputa seja mais intensa, ainda que possua uma forma aparentemente mais polida, e até aparentemente inexistente, porque se evita que esses conflitos se tornem abertos.[6]

Entre as formas que assumem as disputas no interior da facção, gostaríamos de ressaltar as tensões que ocorrem durante a realização dos comícios e, especificamente, aquelas relativas ao fazer parte do *palanque*. Nem todos os candidatos que fazem parte da facção conseguem subir no mesmo palanque, pois isso é decidido por quem controla o palanque. Por ocasião de uma festa em homenagem à padroeira da uma cidade do interior da Zona da Mata de Pernambuco, ocorrida durante o "tempo da política", assistimos à luta vã de um candidato a deputado para subir no palanque em que estava um outro candidato que disputava o mesmo cargo no mesmo partido. Quem controlava o palanque era o prefeito, que, sendo do mesmo partido, era irmão do candidato a deputado que fazia parte do palanque. O candidato que pretendia subir, um recém-chegado à política, disputando o cargo pela primeira vez, tentou argumentar sobre seu "direito" de subir no palanque e, sem usar o argumento partidário, ressaltou o fato de a festa não ser partidária, o que foi refutado pelos cabos eleitorais, os quais desde a escada do palanque e fechando o acesso ao mesmo, responderam negativamente usando como argumento o fato de se tratar de uma festa de tipo religioso, dedicada à padroeira, e por tanto que o candidato não poderia subir para, precisamente, evitar "partidarizar" a festa.

Mas se o anterior pode ser visto como um caso-limite, o que se constata é uma luta permanente entre os diversos candidatos que sobem no mesmo palanque e que, uma vez nele, disputam entre si para ocupar um determinado lugar, isto é, um lugar de onde possam ser vistos pelo público, ou ainda disputam para situar-se o mais próximo possível, de preferência ao lado, daquelas figuras consi-

deradas importantes dentro do palanque, tratam de fazer seu discurso perto do delas – uma vez que é de todos eles conhecida a existência de hierarquias na ordem em que se sucedem as falas – e, por essa mesma razão , disputam entre si para serem vistos pelo público interagindo com tais figuras.[7]

Também se disputam as áreas geográficas, os "redutos eleitorais" e os diferentes segmentos sociais a serem atingidos. Quando se faz a programação das visitas por bairros e cidades, não é difícil ouvir um candidato, advertido de que tal lugar é um lugar onde seu companheiro tem eleitores, dizer: "tem que acabar com o corporativismo dentro do partido, não tem isto de que algumas áreas pertencem a ele (seu companheiro)".

Para ganhar uma eleição, é necessário, então, eliminar seu companheiro; daí a disputa entre candidatos de facções diferentes ser utilizada também, e ao mesmo tempo, como um mecanismo que visa a atingir o objetivo de enfraquecer o companheiro do mesmo partido. Isso é expresso por um candidato a vereador, num município do Rio Grande do Sul, em uma formulação que poderia ser considerada como limite, pelos termos em que é colocada:

> Então, quando tinha dois partidos, eu chegava numa vila dessas e via que eu não tinha votos e os outros dois candidatos, um do meu partido e um do outro, tinham votos, aquele que estava mais perto de mim (isto é, o candidato do outro partido que tinha poucos votos) eu mandava um morador que eu e ele conhecia bem e ele dizia ao cabo eleitoral dele: teu candidato lá está perdendo, teu pessoal não está trabalhando bem, lá alguém de teu partido não está trabalhando bem, lá é teu reduto e você pode perder. Isto era uma brincadeira, era feito como brincadeira. Mas ele vai lá e começa a trabalhar e acaba tirando votos do terceiro (que tinha mais votos), lá eu mesmo não tinha votos, eu não tiro votos, mas ele, a quem eu avisei, pode tirar votos do outro que é meu concorrente direto, é esse o sistema, tudo é montado. Não interessa que eu não tenha votos num lugar, interessa que um tire votos do outro meu companheiro que é meu concorrente direto. Tudo é bolado pela gente. A gente faz um mapa, a gente programa tudo.

As críticas e acusações entre candidatos de partidos diferentes são uma prática comum e, como tais, fazem parte do jogo político. Elas assumem diferentes formas, são feitas publicamente, embora sob a forma de fofocas, isto é, correndo de boca em boca, até assumirem uma forma totalmente pública, isto é, quando são feitas desde o palanque. Elas visam a atingir o candidato, criticando tanto o seu desempenho na vida profissional – tratando de por em dúvida a sua capacidade de realizar uma boa gestão pública –, quanto aspectos morais relativos à vida privada, isto é, a sua imagem como chefe de família, ou seja, sua trajetória como pai e/ou marido.

Se as críticas entre candidatos fazem parte da campanha e são parte da prática comum nas referências feitas aos candidatos de outras facções, há também críticas e acusações entre candidatos da mesma facção. Essas, no entanto, restringem-se, durante a campanha eleitoral, fundamentalmente aos candidatos que disputam o mesmo cargo e a mesma área geográfica, e até um tipo específico de eleitorado – isso entre aqueles considerados os principais adversários de um dado candidato, entre o conjunto dos candidatos da facção. Diferentemente das críticas que, inclusive em palanque, são feitas aos candidatos de outras facções, essas não são feitas publicamente e, portanto, não podem ser respondidas publicamente, não havendo, portanto, como se defender delas. Elas correm no interior da facção, mas sempre à boca pequena – e de forma anônima –, o que tem conseqüências diretas, pois atingem a honra, e é esse o objetivo. Atingem ainda mais diretamente a honra, porque, ao contrário das acusações e críticas voltadas para os candidatos de facções diferentes, as quais fazem parte da retórica do palanque e, como tal, são vistas e respondidas também no palanque, aquelas feitas entre "companheiros" escapam a essas regras, já que não podem ser contestadas. Afinal, não faz parte falar mal dos amigos e correligionários, e essa é mais uma razão para tais acusações e críticas não poderem ser respondidas publicamente, ainda quando aqueles que as sofrem saibam de onde provêm. Torná-las públicas seria introduzir o conflito público no interior da facção. E já que a disputa é tão grande e envolve tantos aspectos, é motivo de orgulho e de honra ganhar daquele que é considerado seu igual, isto é, de um outro candidato do mesmo partido, que dispute potencialmente o mesmo eleitor.

A disputa no interior da facção é tão conhecida e reconhecida, que uma das funções (embora não-explícita e por isso mesmo sem que assuma um caráter formal) do coordenador de campanha é a de frear e resolver os conflitos existentes entre vereadores, impedindo que tomem caráter público. Como afirmava um cabo eleitoral, essa acaba sendo, de fato, uma das questões que, quando se colocam, requerem a intervenção de alguém de prestígio e reconhecido como tal dentro da facção, o que, dependendo das circunstâncias, cabe ao coordenador de campanha. Daí ser fundamental escolher para esse cargo alguém que tenha peso político e autoridade reconhecida, pois só desse modo ele conseguirá, mais do que resolver os conflitos, evitar tornar essas disputas públicas, o que afetaria a imagem do conjunto da facção, acarretando conseqüências políticas que, dependendo das circunstâncias, poderiam ser muito sérias. Veja-se como um cabo eleitoral de um município do interior de Rio Grande do Sul formulava essa questão:

> A briga é entre os vereadores, então por isso que tem um coordenador para eliminar as brigas entre os candidatos, normalmente eles criam aquela confusão. Nós temos que estar unidos, se eu tirar o meu e tu tirar o teu, eu faço

> o meu lado e tu faz o teu. Quando tem o mesmo cabo eleitoral, é melhor dizer: eu vou conseguir um outro cabo eleitoral, mas eu não vou brigar contigo. Então o coordenador é geralmente uma pessoa de idade, respeitada pela idade, que chega e implanta o sistema, é o cara respeitado pela idade e pelo cargo de coordenador. Então é duas coisas. Tem que escolher para coordenador uma pessoa antiga, uma pessoa com pulso firme, uma pessoa que chame o cara e mande até, se for preciso, calar a boca, e o cara não diz nada porque é uma pessoa de idade. Normalmente é isso, isso é para eliminar as brigas, porque a briga mesmo se dá entre os colegas do próprio partido.

Se, frente aos eleitores, a eleição é para o político uma demonstração de força e de poder, ganhar significa também demonstrar força junto a seus pares, isto é, frente aos outros políticos da outra facção e da sua. Essa força demonstrada também se reflete na possibilidade de fazer dobradinhas. Dependendo de com quem elas sejam realizadas, põem em evidência o peso relativo, isto é, o reconhecimento do candidato no interior da facção. Denominam-se dobradinhas as associações feitas durante a campanha eleitoral, ligando o nome de um candidato aos de outros candidatos que, pertencentes à mesma facção, disputam cargos diferentes. Assim, à medida que um candidato se apresenta ao eleitorado, simultaneamente está sendo visto como associado àquele com quem faz dobradinha. E isso acontece em todos os níveis, uma vez que interessa a todos os candidatos que disputam os diferentes cargos.

Interessa, por exemplo, a um candidato a deputado estadual ou federal que, não tendo bases eleitorais, isto é, nem eleitores nem cabos eleitorais distribuídos ao longo de todo o estado, associar seu nome, em municípios onde é desconhecido ou menos conhecido, a diversos candidatos a vereador e/ou deputado estadual que aí tenham peso e base eleitoral e que, atuando como verdadeiros cabos eleitorais, garantem sua entrada nesses lugares. Mas interessa também ao candidato "local". Assim, por exemplo, estar associado a um determinado deputado, ou candidato a deputado, que tenha peso dentro da facção já é em si importante para um vereador, e ainda o será mais se esse político tiver sua base eleitoral no mesmo território em que o candidato concorre. Esse será um elemento importante, que o diferenciará dos outros candidatos da outra facção e da sua própria que estiverem concorrendo para o mesmo cargo. Conseguir fazer dobradinhas com um político hierarquicamente superior e detentor de maior prestígio indica que ele está sendo reconhecido por aquele político, o que contribui para aumentar seu próprio prestígio e, simultaneamente, seu reconhecimento por seus pares políticos dentro da facção.

Essa associação por meio de dobradinhas e de outras formas de apoio existentes em todos os níveis de candidatura expressam-se ainda nos santinhos e em

toda a propaganda eleitoral. Tais apoios com que os candidatos contam, embora nem sempre signifiquem apoio financeiro, sendo muitas vezes apenas simbólicos, dão a entender ao eleitor que esse suporte não se limita à campanha, mas se estenderá ao longo do tempo, abarcando as ações que poderão ser realizadas uma vez o candidato eleito. E isso é fundamental numa eleição, já que o prestígio de um candidato geralmente é visto como proporcional ao reconhecimento e ao prestígio daqueles políticos com os quais está associado, assim se explicando o fato de esses apoios serem objeto de disputas no interior de uma facção política.

Reconhecer a existência dessas questões e trabalhar com elas, ou seja, ter presente quem é o adversário fundamental, ajuda a entender melhor os diversos significados das dobradinhas – dobradinhas essas que, além de procurarem aumentar o número de votos, representam também e simultaneamente um incremento de poder dentro da facção. Não é por mero acaso que a concorrência por estabelecer dobradinhas leva alguns candidatos a forçar situações que violam o que seria a regra de atuação e a provocar conflitos. É o que pode ser observado no caso de um deputado federal de Rio Grande do Sul que fez dobradinhas em regiões vizinhas com dois candidatos a deputado estadual que tinham suas bases nesses locais, o que provocou não poucas situações de atrito, fazendo com que, sem a mediação de declarações explícitas ou públicas, ambos os candidatos a deputado estadual deixassem de mencionar a associação com o candidato a deputado federal, que desse modo acabou perdendo espaço nas áreas de atuação dos dois políticos com os quais se havia associado.

Outro aspecto que parece igualmente importante, e que deve ser destacado, é que o poder dentro da facção tem repercussões sobre o prestígio fora da mesma, aumentando a possibilidade que tem o candidato de construir alianças, inclusive externas à própria facção.

Em suma, o poder que tem um político fora de uma facção passa pelo poder que tem dentro dela, e reciprocamente. De modo que o fato de poder disputar, e de poder ganhar, do adversário é fundamental para se obter o reconhecimento daqueles que se pretende que sejam seus pares, tanto dentro quanto fora da própria facção. No momento da disputa eleitoral, as dobradinhas refletem exatamente essas possibilidades, tanto quanto a pertença a uma determinada rede de relações que é assim explicitada (Landé 1977).

A existência dessas disputas é motivo de estranhamento por parte daqueles que, por serem novos dentro da facção, não conseguem perceber o significado e a importância desses fatos. Nesse sentido, um candidato a vereador, ex-dirigente sindical rural, mostrava-se surpreso e perplexo, ao constatar que, durante a campanha eleitoral de seu município, não só cada um dos candidatos a vereador do mesmo partido atuava de forma isolada, como havia mesmo competição entre eles. Ao falar da situação de seu partido, ele formula:

> Tem quatro candidatos a vereador na área rural, e meu ponto de vista é que, se houvesse sensibilidade, esses quatro candidatos hoje era para falar (no comício) todos quatro, não só hoje mas toda vez que tivesse comício nos engenhos. Agora, se a gente fica separado um para lá outro para cá, fica um trabalho individual, não tem efeito. Nós (candidatos) fica solto... e isto é uma coisa que desgasta.

Essa citação é reveladora de que o trabalho de um político, e portanto da campanha eleitoral, enquanto concorre com seus iguais, é um trabalho individual. O candidato, trabalhador rural que tem experiência como dirigente sindical, revela seu estranhamento quanto ao trabalho político, porque ele é percebido como um trabalho individual e, portanto, como sem "efeito". O que talvez se explique por ter ele como referência a experiência sindical, na qual as eleições são realizadas sempre a partir de chapas, que, uma vez constituídas, põem fim às lutas prévias a sua composição, seus integrantes deixando, a partir de então, de ser concorrentes, para começar a realizar um trabalho conjunto e único, vivido como necessário para que aquele a ser realizado uma vez eleitos tenha efeitos multiplicadores.

Esse tipo de formulação coloca em evidência outros aspectos relevantes. Excetuando a associação que sempre se estabelece com os candidatos que, sendo do mesmo partido, disputam as "majoritárias", todo o trabalho é feito individualmente. A campanha é feita desse modo, e todo o material impresso é individual. E quando é associado a outro político, é sempre feito por meio de dobradinhas. É muito freqüente, para quem circula pelas cidades e vilas do interior durante o período de campanha eleitoral nos estados em que trabalhamos, ver candidatos a vereador circulando sozinhos, isto é, sem outros candidatos, fazendo campanha. Os comitês observados na prática não são partidários e sim individuais, pertencendo a candidatos. Embora alguns possam até se denominar partidários, ainda nesses casos uma simples visita aos mesmos revela que, embora exista material dos candidatos da facção que estão disputando cargos "majoritários" – isto é, dos candidatos a prefeito e vice-prefeito e/ou a governador e vice-governador –, no caso dos deputados, só se encontra material do candidato local ou daqueles que, sendo de fora, fazem dobradinha com o candidato local. Em todos os casos observados no nível local, só existe material do candidato, e aqueles comitês que se autodenominam partidários na verdade assim são considerados por se tratar de casos nos quais há um único candidato desse partido no local.[8]

Há uma correspondência com o que acontece pelo lado dos militantes. Eles sempre dizem trabalhar para alguém, isto é, para um candidato em particular, e nunca para o partido em geral ou para vários candidatos que estão disputando os mesmos cargos.

A disputa com os candidatos da outra facção é uma disputa que tem lugar durante a campanha eleitoral e, geralmente, restringe-se a ela. Dentro da facção, ao contrário, a disputa pelo espaço é uma disputa constante. Isso indica a existência de uma temporalidade específica para os políticos, isto é, para aqueles que fazem política o tempo todo, que se diferencia da temporalidade concebida pelas populações como "tempo da política". O que aparece como sendo uma disputa entre facções é aquela que acontece durante a campanha eleitoral, pois a política, fora do período eleitoral, faz-se fundamentalmente dentro da própria facção.

Se, como dissemos, dentro da facção os políticos não disputam apenas eleitores, mas também acesso a diferentes recursos, dentre os quais o prestígio, que é fundamental, para os políticos, além do momento da eleição, há outros momentos não menos importantes. Tal disputa, portanto, também está presente na convenção e faz-se evidente, ainda, no momento da apuração dos votos, em seguida à eleição. Esses dois momentos, somando-se à campanha eleitoral em si, são fundamentais para os políticos, e é neles que a disputa no interior da facção aparece mais claramente.

Ao fazerem referência às convenções, os políticos incluem não apenas o momento de sua realização, mas também o período anterior, que é quando se geram as negociações para indicação de candidatos. Durante a convenção, decide-se quem concorre com quem, no mesmo espaço político, e, assim, alguns pré-candidatos são preteridos. No caso nada raro de várias candidaturas com perfis semelhantes – por exemplo, candidatos que têm bases entre trabalhadores rurais e em áreas próximas – serem aceitas, no que se refere especificamente a cargos para deputado, a disputa durante a campanha é mais acirrada entre os candidatos. Nesse sentido, os candidatos a deputado ocupam, em termos de disputa, uma posição análoga à dos vereadores, isto é, são obrigados a disputar espaço entre si.

Se, durante as convenções, nas escolhas daqueles que serão os candidatos, o critério de representar áreas geográficas é um elemento importante, também o é o peso político dos pré-candidatos nessas áreas. O que significa que, além das bases eleitorais com que contam, também influencia muito na escolha daqueles que serão candidatos o peso dos políticos da facção que de fato apóiam essas pré-candidaturas.

Outros elementos importantes para a compreensão do jogo político dentro da facção ainda aparecem durante a convenção. Alguns dos problemas relativos às disputas entre possíveis candidatos são especialmente ressaltados pelos candidatos novos, isto é, aqueles que se candidatam pela primeira vez e que, por não perceberem as regras, melhor explicitam seu desencantamento, seja porque não são escolhidos como candidatos, por não terem quem os apóie dentro da facção, seja, ainda, porque, mesmo sendo escolhidos como tais, acabam sendo preteridos de fato, por não contarem com nenhum apoio posterior para realizarem a campa-

nha. O prestígio dentro da facção expressa-se, também, no acesso a recursos monetários; assim, a falta de apoio econômico para fazer a campanha é também uma demonstração da ausência de reconhecimento, tanto quanto a falta de apoio "político" por parte daqueles políticos importantes da facção.

Dito de outro modo, na disputa por vir a ser candidato, são explicitados os apoios com que conta e o "reconhecimento" de que dispõe cada um dos pretendentes às candidaturas, frente aos candidatos e/ou políticos reconhecidos como importantes dentro da facção. E porque a pertença a uma determinada rede de relações é explicitada, aqueles que não são escolhidos se sentem excluídos e traídos, por haverem sido preteridos em função de outros candidatos.

Nesse sentido, é interessante o caso de um candidato novo na política, que concorria a deputado estadual no Rio Grande do Sul e que, dispondo de recursos monetários de família e querendo "entrar na política de uma maneira diferente da tradicional", tentou, segundo afirmava, fazer uma campanha que o diferenciasse do resto dos candidatos do município e da maneira usual de fazer política no nível local. Ele lançou-se candidato no partido do governo federal, que não tinha grande número de eleitores no município onde ele tinha suas bases, e, sem contar com apoios políticos importantes dentro do partido, fez uma campanha marcada pela intenção de se desvincular, tanto quanto possível, de seu partido e dos candidatos do mesmo. À medida que, durante a campanha, enfatizava esse fato, ao fazê-lo punha em evidência, simultaneamente, aquelas que seriam as regras com as quais se esperava que um político atuasse posteriormente à eleição, e uma vez derrotado, dava como explicação para o fracasso de sua atitude precisamente aquilo que ele havia criticado, isto é, o fato de não pertencer a uma rede que o sustentasse durante a campanha.

A disputa, especialmente durante a convenção, entre aqueles que concorrem aos mesmos cargos constitui uma das razões importantes de ruptura e que levam à mudança de facção. Nessas circunstâncias, a saída é vista como justificada, pois é decorrência de uma traição. Não poucas vezes, esses candidatos traídos são chamados pelo chefe de outra facção, passando então a "trabalhar para ele". Quando o candidato preterido na disputa é uma figura importante dentro da facção, para evitar que se configure uma situação de traição e que ocorra o abandono da facção, utiliza-se o mecanismo de propor que se torne candidato num município que será desmembrado daquele onde tem lugar a disputa. Sem pretender concluir que essa é a única razão do desmembramento dos municípios, não nos parece haver dúvida de que é uma delas. Mas há ainda outras possibilidades, como um conflito dentro da facção também pode dar origem ao surgimento de uma nova facção, isto dependendo do poder relativo e do prestígio daquele que sai.

As disputas são muito acirradas na preparação das convenções e várias situações foram observadas e relatadas. Um pré-candidato a deputado teve que

renunciar a sua candidatura, pois, com o objetivo de difamá-lo, haviam forjado documentos que o desmoralizavam, e isso foi, segundo ele próprio afirmava, "feito por gente da própria facção". Ainda pode ser mencionado o caso do vice-prefeito de um município do Rio Grande do Sul e pretendente ao cargo de prefeito, que, apesar do acordo previamente feito (no momento da composição da chapa na eleição anterior), o que lhe garantiria o apoio para sua candidatura ao cargo, foi preterido pela facção do então prefeito, que, argumentando decisão do partido e falta de apoios de fora do município para o aspirante a candidato, propôs um outro candidato para disputar o cargo de prefeito e, ao mesmo tempo, ofereceu a seu antigo companheiro de chapa e vice-prefeito, a título de compensação, um cargo numa das instituições do município. Foi precisamente pela situação de fragilidade em que o vice-prefeito se encontrava, sem condições de sair da facção, que teve que aceitar o cargo oferecido como um emprego apenas, pondo fim a suas pretensões políticas.

No momento da apuração, momento esse que é de extrema tensão, sintomaticamente aqueles que se evitaram durante toda a campanha (isto é, candidatos de partidos diferentes) ficam juntos, reúnem-se, conversam – ainda sob tensão, mas conversam. Entretanto, aqueles que estavam juntos publicamente durante a campanha nesse momento se separam. Isso porque o número de votos e a colocação do "companheiro", e não mais o candidato da outra facção, é que acabam impedindo ou permitindo que um candidato seja eleito. E não se trata apenas de ser eleito, pois, mesmo eleito, o número de votos obtido por cada um dos candidatos em disputa também é um elemento importante para o prestígio que ele terá no interior da facção. Assim, mais uma vez, e fechando o ciclo, a facção é onde tem lugar o confronto. Poder-se-ia, portanto, dizer que ganhar uma eleição confere poder e significa diferenciar-se de seus iguais, isto é, daqueles que são os seus maiores adversários, o que, dependendo das circunstâncias, pode até vir a ser vivido como questão de honra.

Em suma, é necessário assinalar que se, por um lado, todo político tem que lutar para ser reconhecido como tal pelos seus pares, pois como formula Bailey esse reconhecimento é condição necessária para passar a fazer parte da comunidade, neste caso a dos políticos (Bailey, op. cit.); por outro lado, para nela manter seu lugar, é necessário conseguir diferenciar-se daqueles que são os mais próximos, sendo essa uma condição necessária para ser reconhecido como um igual em relação àqueles que têm o maior poder dentro da facção, mas também, e ao mesmo tempo, para ser reconhecido como um igual na comunidade política, isto é, pelas outras facções.

Notas

[1] Uma versão preliminar deste artigo foi publicada em *Cadernos do NuAP* (Heredia 1999).

[2] Ver Palmeira e Heredia (1995 e 1997) e Heredia (1996).

[3] Essa ambigüidade da política foi objeto de reflexão em alguns dos trabalhos acima mencionados, particularmente em Palmeira e Heredia (1997) e Heredia (1996), quando foram analisados com mais detalhes os conflitos gerados pela presença da política, à luz de situações específicas.

[4] Estamos nos referindo ao conjunto dos indivíduos que se reconhecem e são reconhecidos como políticos pela comunidade política. A pertença à comunidade não significa, no entanto, a inexistência de hierarquias no seu interior (Bailey 1971).

[5] O termo facção é freqüentemente utilizado pelo senso comum como sinônimo da expressão "tendências ideológicas" ou daquilo que é simplesmente denominado como "tendências". Utilizamos o conceito de facção tal como é analisado pela literatura antropológica que estuda as relações de clientelismo político. (Landé 1977) Em outro lugar analisamos o faccionalismo e as suas implicações (Palmeira e Heredia 1995).

[6] A análise que se segue deve muito à leitura de Bourdieu (1989).

[7] A análise do palanque e das relações ali existente tem sido objeto de outro trabalho (Palmeira e Heredia 1995).

[8] Embora não possamos afirmar que se trate de uma regra, nas regiões em que realizamos trabalho de campo nunca observamos a existência de comitês de vereadores.

Referências bibliográficas

BAILEY, F.G. *Gifts and Poison. The Politics of Reputation.* Oxford: Basil Blackwell, 1971.

BOURDIEU, Pierre. A Representação Política. Elementos para uma Teoria do Campo Político. In: _____. *O poder simbólico.* Lisboa: Difel, 1989.

HEREDIA, Beatriz M. A. de. Comunidade, Família, Política. In: PALMEIRA, M.; GOLDMAN, M. (orgs.). *Antropologia, voto e representação política.* Rio de Janeiro: Contracapa, 1996, pp. 57-72.

_____. Conflitos e desafios: lutas no interior da facção. In: *Do Local ao Internacional:* Práticas políticas, relações pessoais, facções. *Cadernos do NuAP*, n° 4. Rio de Janeiro, 1999.

LANDÉ, Carl H. *Friends, Followers and Factions:* a Reader in Political Clientelism. Berkeley: University of California press, 1977.

PALMEIRA, M.; HEREDIA, B.A de. Os comícios e a Política de Facções. *Anuário Antropológico 94.* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

_____. Política Ambígua. In: BIRMAN, P.; NOVAES, R.; CRESPO, S. (orgs.). *O mal à brasileira.* Rio de Janeiro: UERJ, 1997, pp. 159-184.

_____. Compromisos Públicos y realineamientos Sociales: el Significado de los mitines en las disputas faccionales. In: WINOCUR, R. (org.). *Culturas Politicas a Fin de Siglo.* Mexico: FLACSO-Juan Pablos eds., 1997.

CAPÍTULO 8

O "Caminho das Pedras": representação política e acesso ao governo federal segundo o ponto de vista de políticos municipais

Marcos Otavio Bezerra

O local é um município de aproximadamente vinte mil habitantes situado na Região Centro-Norte do Estado do Rio de Janeiro.[1] Na edição do jornal semanal *O Centro Norte* de 20-26 de outubro de 1999, destaca-se matéria com a informação de que a agência municipal do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), ameaçada, conforme notícias que circulavam, de dar lugar somente a "um posto" para atender aos munícipes devido a uma reforma administrativa elaborada em Brasília, não será mais transferida para a cidade vizinha. O feito é atribuído a um ex-prefeito, ex-deputado estadual e candidato à prefeitura na eleição municipal de 2000. O texto da matéria é ilustrado com uma foto onde aparecem quatro pessoas. No centro, vê-se o ex-prefeito e um deputado federal acompanhados, de um lado, por um ex-vereador e, de outro, pelo assessor de um deputado estadual. Abaixo da foto, o texto reproduz a informação, atribuída ao deputado federal, de que a agência permanecerá no município e comunica o acerto quanto a uma futura visita, "confirmando assim", segundo o jornal, "o seu interesse em defesa da população do município".

Eu tinha o jornal em minhas mãos quando encontrei o prefeito do município, candidato a reeleição, conversando em frente à sua casa com alguns vereadores e secretários. Na condição de vice-prefeito, este havia assumido a direção da prefeitura há pouco tempo devido ao afastamento do prefeito, acusado pela Câmara Municipal de envolvimento em irregularidades administrativas. Após os cumprimentos, pediu-me o jornal e, já informado a respeito da matéria, teceu alguns comentários a seu respeito de modo que todos pudessem escutar. Com descontentamento, afirmou que a matéria não era verídica. Alegou que a permanência da agência tinha resultado da intervenção de um outro deputado, com forte presença na região e no governo federal. Apesar de no momento não reivindicar qualquer participação no processo que resultou na decisão de manutenção da agência, o prefeito mostrou-se indignado com o fato de seu futuro concorrente

estar buscando atribuir a permanência da agência a iniciativas suas e de políticos com quem mantém contatos.

Para se compreender a presença destas pessoas na foto é preciso considerar, entre outros aspectos, a história de suas relações, suas posições sociais, os interesses em jogo, os vínculos partidários e suas relações com o governo federal. Assim, vejamos as relações a partir do ex-prefeito. O ex-vereador é ligado a seu grupo político e filiado ao mesmo partido (PMDB). Sua eleição é atribuída pelos políticos locais ao primeiro e é visto neste momento como provável candidato a vereador na eleição de 2000. Quanto ao deputado estadual, representado por seu assessor – um político do município, ligado ao ex-prefeito e igualmente candidato a vereador – ele integra a mesma sigla partidária. O ex-prefeito e o deputado exerceram mandatos na mesma legislatura na Assembléia Legislativa. Nas eleições de 1998, o ex-prefeito trabalhou pela candidatura do deputado e este obteve a segunda melhor votação no município. O ex-prefeito e o deputado federal (PFL) pertencem a partidos distintos, sendo este último membro da bancada do Rio de Janeiro e líder do partido em Brasília. Seus partidos, contudo, integram o "bloco" de sustentação do governo federal. Devido aos anos de convivência na política, o ex-prefeito se diz amigo do deputado, o que, no seu entender, permite-lhe procurá-lo. Mas a necessidade de recorrer ao mesmo é justificada sobretudo em função de sua posição em relação ao governo federal. É seu partido que possui o controle do ministério ao qual está subordinada a permanência da agência. Se fosse outro ministério, informa-me o ex-prefeito, procuraria outro parlamentar. Dois aspectos, portanto, se articulam: a composição partidária do governo e o conhecimento de pessoas que viabilizem o acesso aos órgãos governamentais. Enfim, cabe observar que a foto representa, através da presença de cada um de seus integrantes, a articulação dos três planos de organização político-administrativo (federal, estadual e municipal).

Encontros como este entre políticos que ocupam cargos públicos nos planos municipal, estadual e federal e a divulgação desses encontros, quando possível acompanhada de fotos, constituem tema recorrente do noticiário "político" dos jornais municipais e regionais. O contato entre políticos situados nestes distintos planos é visto pela população e pelos envolvidos como parte da rotina da atividade política. A mobilização de políticos, autoridades ou conhecidos visando a agregar apoio para fins específicos é matéria da qual a política é feita no cotidiano e que se sustenta em arranjos que possuem, como pode-se observar na foto mencionada acima, certo grau de complexidade quanto à natureza das relações envolvidas. A essas relações estão associadas, entre outros elementos, concepções sobre o poder e a reputação dos políticos envolvidos.

A menção aos acontecimentos relatados acima justifica-se na medida em que são um exemplo do lugar que têm nas concepções e práticas políticas as

relações estabelecidas entre políticos que exercem funções nos distintos planos de autoridade política. As relações mantidas por políticos situados nestes planos, uma espécie de circuito pelo qual podem transitar os políticos em diferentes momentos de suas trajetórias, são mencionadas com freqüência na literatura sobre "poder local" e "estudos de comunidade" no Brasil. A esses vínculos são associadas práticas como a busca de apoio político e votos por parte dos políticos estaduais (Leal 1975 e Greenfield 1972), o controle sobre as lideranças locais através da distribuição de recursos federais (Banck 1974), a dinâmica dos conflitos faccionais (Willems 1961 e Banck 1998), o sucesso da administração municipal (Chaves 1996), o acesso e controle dos cargos públicos (Graham 1997) e a manutenção e expansão do prestigio dos políticos locais através do acesso aos recursos públicos estaduais e federais (Leal 1975 e Greenfield 1972 e 1977). Essas, contudo, são apenas algumas das questões em jogo nessas relações. Constituem, porém, um bom indicador de que a construção de estudos a partir da oposição entre política (ou poder) local e nacional – ora concebidas como esferas autônomas, ora vinculadas por relações de subordinação – impõe limites para o entendimento do que se tem designado seja como política "local", seja "nacional".[2] Sem ignorar as especificidades das concepções e práticas políticas presentes nestes planos, cabe observar que as articulações existentes entre políticos neles situados são uma variável significativa para a compreensão do que a política mobiliza tanto nos municípios (Banck 1998) quanto no âmbito nacional (Bezerra 1999). Com efeito, focalizar a natureza destes vínculos, o modo como são constituídos e rompidos, as expectativas que lhes estão associadas e as situações nas quais são mobilizados podem contribuir para a análise das ações e relações que conformam o fenômeno político e a forma como se objetivam nos diferentes planos.

Em pesquisa realizada anteriormente, tomei como ponto de partida de análise, isto é, como um lugar sociológico para pensar as práticas políticas, a atuação de parlamentares nas etapas de elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual da União (Bezerra 1999). Se para entender as ações dos parlamentares foi necessário restituir as relações que estes mantêm com prefeitos, governadores, funcionários, ministros e empresários e estender a análise para os municípios e ministérios, isto é, ultrapassar as fronteiras do Congresso, cabe observar que nesta análise foi privilegiado o ponto de vista dos parlamentares em sua construção. Aqui, proponho um deslocamento do lugar a partir do qual a análise é elaborada. Neste caso, interessa-me mais diretamente descrever e examinar o ponto de vista de políticos e autoridades municipais sobre as relações que são mobilizadas em virtude dos interesses na obtenção dos recursos federais. Apesar da obtenção destes recursos constituir somente um dos elementos em jogo na relação entre políticos situados nos municípios e no plano nacional, o exame do significado dessas relações para o exercício da política constitui o tema deste trabalho.[3]

Ao deslocar a análise para o plano municipal, meu objetivo é retomar a proposição, elaborada a partir da pesquisa mencionada acima, de que as ações dos parlamentares orientadas para a obtenção de recursos federais para as localidades a que estão politicamente vinculados estão fundadas numa concepção específica de representação política que não coincide com aquelas discutidas mais freqüentemente pela filosofia ou ciência política. Essa concepção se caracteriza pelo fato de fundar-se em laços pessoais e envolver a necessidade, por parte dos representantes, da concessão de serviços e favores, dentre os quais se destaca a obtenção de recursos, para os membros de suas redes políticas. Ao exercício dessa forma de representação política, ao qual se articulam tanto práticas tidas como legítimas como ilegítimas, estão associadas condutas como as voltadas para o estabelecimento de dependências pessoais que estão na base da criação e da reprodução do poder político.

As considerações apresentadas a seguir estão baseadas em material reunido a respeito de experiências de políticos (ex-prefeitos, prefeitos, secretários e vereadores) de pequenos municípios da região Centro-Norte do Estado do Rio. Os municípios de Graciliano, Guimarães e Veríssimo distam cerca de 160 quilômetros da cidade do Rio de Janeiro e apresentam, respectivamente, aproximadamente 21.500, 8.400 e 21.800 habitantes.[4] Na região, que teve uma grande importância na produção do café durante o início do século, destaca-se, nos últimos anos, o pequeno comércio, pequenas indústrias familiares e a produção agropecuária. A busca de alternativas econômicas capazes de absorver a mão-de-obra local é uma preocupação central para as administrações municipais. A implementação de programas e a realização de obras públicas, por sua vez, dependem em grande medida dos aportes financeiros dos governos estadual e federal.

Acesso aos recursos federais e construção de reputações

A Constituição de 1988, restitui a prerrogativa dos parlamentares de intervirem na elaboração do orçamento, da qual o Poder Legislativo havia sido excluído durante os governos militares.[5] Os recursos federais passíveis de serem transferidos para os municípios – excluídas as transferências obrigatórias que são definidas constitucionalmente – são sobretudo aqueles incluídos na rubrica destinada aos "investimentos". Nos últimos anos, essa parcela tem variado em torno de 1,5% do total dos recursos orçamentários. De modo mais freqüente, o acesso dos governos estaduais e municipais a esses recursos ocorre por dois caminhos. Primeiro, via programas desenvolvidos pelos ministérios através da utilização das designadas "dotações globais", isto é, recursos cuja aplicação é definida pelo ministro da pasta. Segundo, via as emendas orçamentárias dos parlamentares.

Em virtude de um acordo informal estabelecido nos últimos anos, os parlamentares dispõem de uma "cota" idêntica de recursos de cerca de R$ 2 milhões para destinarem, através de suas emendas, a programas e ações federais, estaduais e municipais que sejam de seu interesse. No entanto, como a Lei Orçamentária tem sido interpretada como um dispositivo somente autorizativo, deve-se observar que a decisão final a respeito da liberação dos recursos cabe efetivamente às autoridades do Poder Executivo.

Como pode-se depreender de matérias publicadas em jornais que cobrem os municípios estudados e de entrevistas realizadas, a obtenção de recursos para investimentos nos municípios é tida pelas lideranças locais como um dos benefícios, em alguns casos o mais significativo, que os parlamentares podem proporcionar aos municípios aos quais estão politicamente ligados. Em grande medida, isto é o que se espera dos parlamentares que contam com apoio político no município devido às pessoas e grupos que são capazes de mobilizar.

Por conseguinte, não é raro encontrar nos jornais locais notícias dando conta dos esforços e do sucesso de deputados e senadores na obtenção de benefícios e recursos estaduais e federais. Ao retornar de Brasília, onde foi acompanhar um deputado da região tomar posse como ministro, um prefeito, filiado ao mesmo partido e que aparece no jornal numa grande foto abraçado ao ministro, declara que tem recebido deste todo o "apoio" e que o deputado tem sido o "responsável" junto ao governo federal pela liberação de convênios para obras no município. Na matéria, o prefeito assegura ainda que ouviu do então ministro o compromisso de que este continuará a ser o *representante do [município] em Brasília* (jornal *O Centro Norte*, 17-23 de fevereiro de 1999). O encaminhamento ao ministro de pedidos de inclusão de verbas no orçamento federal é mencionado por outro prefeito de uma cidade próxima. Após retornar de uma visita ao gabinete do ministro, este informa ao jornalista:

> [nome do ministro] nunca nos deixou na mão. Sempre esteve conosco e é o responsável pelas verbas federais que temos recebido para conseguirmos realizar algum empreendimento em nosso município" (*Jornal da Região*, 15-21 de maio de 1999).

Essa atuação dos parlamentares e autoridades governamentais no sentido da obtenção de recursos é reforçada pelas expectativas que guardam em relação a eles as lideranças locais. Como informa o secretário de Saúde de Guimarães: *[O parlamentar] também foi eleito dentro daquela retórica de que o deputado federal do interior tem que trazer recursos*. Políticos situados nos planos estadual e federal encontram-se, portanto, presos a uma concepção específica sobre suas atividades, partilhada também por um conjunto amplo de agentes sociais, na qual

destaca-se a necessidade de assegurar benefícios para as localidades que representam. A atuação dos políticos neste sentido não consiste, todavia, apenas numa reação a demandas das lideranças locais. A incorporação dessa concepção a respeito de suas próprias atribuições deve-se, além da própria socialização no universo político, a interesses específicos ligados à sua posição social como, por exemplo, a necessidade de manter redes de apoio político nas localidades ou a disposição para realizar, a partir dos canais políticos, negócios econômicos. Nesse contexto, o sucesso ou não em proporcionar benefícios para as localidades acaba servindo para as lideranças locais como um critério de avaliação sobre o desempenho da atuação dos políticos.

Tendo em mente as evidências apresentadas acima, cabe refletir ao menos sobre duas outras questões. A primeira diz respeito à freqüência com que são publicadas na imprensa local matérias relatando os contatos mantidos pelas lideranças locais com políticos e autoridades estaduais e federais, os pedidos que são encaminhados e os recursos e benefícios obtidos. Do ponto de vista dos parlamentares e autoridades governamentais, e aqui é importante observar que as matérias tratam predominantemente de políticos vinculados à região, essas notícias fazem sentido na medida em que são uma forma de divulgação de seus nomes e ações em favor dos municípios. Da perspectiva dos políticos locais, o acesso às autoridades governamentais e parlamentares contribui para a construção de sua própria reputação. Tornar público esses contatos é uma forma de demonstração de força social a partir da explicitação de relações políticas e pessoais que podem ser mobilizadas para viabilizar intervenções nos governos estadual e federal. Assim, a capacidade de ter acesso a estes através de relações com políticos tidos como influentes é tema destacado nas campanhas eleitorais na medida em que envolve a discussão sobre quem reúne as melhores condições sociais para viabilizar o desenvolvimento de ações e programas nos municípios.

É nesse contexto que os parlamentares são freqüentemente apresentados como um "*elo*" de ligação das lideranças locais com os governos estadual e federal. Em 1996, por exemplo, um candidato a prefeito da "situação", que acabou não se elegendo, destacou a importância de se contar com o "apoio" do governo ao afirmar durante uma entrevista a um jornal da região: *Buscarei os apoios necessários junto aos governos estadual e federal*. E ressaltando a importância desses vínculos acrescentou ter *confiança* no *apoio* de um ministro ligado ao município, pois *nenhum político do interior tem sucesso se não encontrar um elo de ligação que o leve pelo caminho das pedras quando tiver que atravessar um rio* (jornal *Voz da Serra*, 27/5/96).

A segunda questão a ser considerada diz respeito às esperanças depositadas em relação ao mesmo ministro tantas vezes lembrado pelos diferentes prefeitos. Em matéria publicada, um prefeito informa que por ocasião de uma visita ao

gabinete do ministro não só ele, mas todos os prefeitos da "região" foram recebidos e conversaram individualmente com o ministro. Se as informações disponíveis não são suficientes para se elaborar um exame mais cuidadoso a respeito do trabalho do ministro no que concerne à liberação dos recursos, as menções acima, no entanto, são evidências de que a condição de ministro não exime o político que se encontra nessa posição da necessidade de dar atenção às demandas de suas "bases políticas". Isto pode parecer óbvio, mas as formulações mais freqüentes, presentes tanto na imprensa quanto na literatura especializada, tendem a associar estas práticas, descritas comumente em termos de clientelismo, mais diretamente aos políticos que se encontram no Legislativo; pouco sendo dito, por conseguinte, a respeito daqueles que se encontram no Executivo Federal.

Ademais, estas indicações nos permitem rever uma outra formulação. O atendimento dos interesses e demandas locais é apresentado como algo próprio dos deputados que integram o "baixo clero", isto é, parlamentares com pouca expressão e força política no Congresso. O caso deste ministro pode ser tomado como uma indicação de que mesmo políticos com amplo prestígio e envolvidos na discussão de questões de alcance nacional não descuidam das atividades relacionadas aos interesses específicos de suas "bases". Aliás, essa parece ser uma posição privilegiada, pelos recursos materiais e imateriais controlados, para se acumular poder e "fazer política" na medida em que, como observou M. Palmeira, "fazer política" pode significar para os agentes sociais, saber distribuir, segundo diferentes critérios, os recursos de que se dispõe (1996).

O acesso às verbas através das emendas orçamentárias não é uma prática política recente; o que, no entanto, não nos autoriza a concluir que possuam historicamente o mesmo significado e implicações. Quando anualmente é aberto o prazo para elaboração das emendas orçamentárias é comum tanto parlamentares consultarem suas "bases" a respeito de suas demandas quanto lideranças encaminharem a eles os seus "pleitos". Referindo-se às cotas de recursos de que dispõem os parlamentares, um ex-secretário de Obras de Graciliano, que entre suas atribuições acumulava a de ser responsável pelos procedimentos relativos à obtenção de verbas junto aos governos estadual e federal, observa que: *Cada deputado tem um X de dinheiro para premiar os seus municípios com que ele tem compromisso político*. A menção à noção de prêmio é interessante na medida em que revela como a destinação dos recursos através das emendas pode ser entendida por lideranças municipais e parlamentares. Nesse caso, prevalece a concepção de que a elaboração das emendas obedece a uma lógica de premiação. Dessa perspectiva, o que está em jogo na apresentação, aprovação e liberação das emendas é uma espécie de reconhecimento pelos deputados e senadores de seus vínculos políticos com os municípios, isto é, de seu "compromisso político". Assim, a apresentação das emendas acaba operando como uma forma de estabelecimen-

to e reconhecimento da existência de uma hierarquia entre os municípios em termos das preferências parlamentares. Isto tem efeito para a continuidade dos vínculos políticos uma vez que a exclusão de um município da relação dos contemplados com emendas por um parlamentar freqüentemente causa desagrado ao grupo político que controla a administração municipal, sobretudo se este, em algum momento, concedeu e conta com o apoio do parlamentar.

Cabe acrescentar que do ponto de vista dos parlamentares não é sem significado para sua atuação na elaboração do orçamento o fato de que os prefeitos interpretem suas decisões a respeito das emendas segundo a lógica da premiação. Isto opera como uma espécie de constrangimento ao qual são submetidos. Nas circunstâncias atuais – caracterizada, entre outros aspectos, pela dificuldade financeira dos municípios e o predomínio de uma concepção de trabalho parlamentar que valoriza as ações dirigidas para assegurar benefícios para o município – o descuido em relação a elaboração das emendas traz embutido para alguns parlamentares o risco destes verem as lideranças políticas que constituem suas "bases" deslocarem-se na direção de políticos concorrentes.

Emendas parlamentares e objetivação de compromissos políticos

Apesar dos municípios encaminharem suas prioridades em termos de obras e projetos aos parlamentares, estas solicitações têm uma importância relativa na definição da natureza das emendas efetivamente apresentadas pelos parlamentares. De modo geral, a elaboração das emendas subordinam-se às prioridades e programas definidos pelo governo federal. Isto se explica pelo fato serem as emendas que se encontram de acordo com esses programas as que possuem maior probabilidade de terem seus recursos liberados pelo Executivo. Este mecanismo tem ao menos duas conseqüências: primeira, antes de elaborarem suas emendas os assessores dos parlamentares procuram identificar os programas que são prioritários e para os quais existem recursos disponíveis, o que acaba fortalecendo as linhas de ação do Poder Executivo; e, segunda, os municípios podem ser contemplados com recursos para atividades que não se encontram entre suas prioridades. Esse foi o caso de uma emenda destinada à Assistência Técnica e Extensão Rural para um dos municípios estudados. Sem saber como aplicar o recurso, após várias consultas a órgãos oficiais para identificar como poderia ser utilizado, este acabou destinado ao desenvolvimento de um projeto de piscicultura. A emenda, elaborada por um parlamentar com vínculos com o município e que anualmente lhe destinava algum recurso, foi apresentada à Comissão de Orçamento sem uma consulta prévia à administração municipal.

O caso deste recurso remete ao problema da concorrência e dos acertos que

ocorrem em torno das emendas orçamentárias dos parlamentares. O processo de definição das emendas a serem apresentadas é descrito por políticos municipais como marcado por uma forte pressão sobre os parlamentares. Assim, ao lado de outros critérios mobilizados (como votação, relações pessoais, vínculo partidários etc.), a pressão é tida por políticos municipais como um instrumento eficaz para que seus "pleitos" possam ser contemplados. O ex-secretário de obras entrevistado descreve os últimos dias de elaboração das emendas nos seguintes termos:

> Então, esse dia [último], nada vale nada, porque o deputado prepara aquela lista a lápis ou a caneta. Quando você chega está rasurado mil vezes: [imitando o deputado] "não podia deixar de te ajudar, tira o fulano". Para você ver, eu consegui uma verba no bater do martelo, 70 mil que foi tirada do município de Armação de Búzios e Carmo. Então, aquilo ali é um show. Você tem que ir no dia.

Na estratégia para assegurar a inclusão das emendas deve-se levar em consideração, portanto, o momento adequado para o encaminhamento das solicitações. Se no caso da emenda para Assistência Técnica, mencionada acima, os representantes do município se atrasaram, apresentar as demandas com antecedência introduz o risco de que elas possam dar lugar aos "pleitos" daqueles que fazem a pressão no último momento. O dia tido como chave, por conseguinte, é o último dia para apresentação das emendas pois é quando acredita-se que os acordos definitivos são fechados e a pressão pode ser mais eficaz.

A apresentação de emendas para os municípios e as intervenções junto aos órgãos ministeriais visando a realização de convênios resultam mais freqüentemente, apesar de também poderem dar início a certos vínculos, da mobilização de relações políticas e pessoais existentes. Nesse sentido, de modo geral, a apresentação das emendas é somente um momento de um ciclo mais amplo de contatos e trocas de apoio, favores e serviços.

Ao se consultar a proposta de lei orçamentária da União de 1996, observa-se que os municípios de Graciliano e Guimarães são contemplados com algumas emendas orçamentárias. Para o primeiro são elaboradas três emendas. No entanto, somente a emenda intitulada Assistência Técnica e Extensão Rural, no valor de R$ 100 mil, foi efetivamente liberada e destinada ao projeto de piscicultura acima mencionado. As três emendas foram apresentadas por um mesmo deputado. Para o município de Guimarães foram apresentadas quatro emendas, elaboradas por diferentes parlamentares. Três possuíam o mesmo título: Construção e Equipamento de Hospital. As emendas tinham os valores de R$ 150 mil, R$ 300 mil e R$ 1 milhão. Quanto a esta última, a única efetivamente liberada, não há

referência no projeto de Lei Orçamentária sobre seu autor, o que pode ser tomado como um indicador de que o recurso tenha sido alocado através de uma emenda de relator ou de bancada. Em ambos os casos, isto é mais provável de ocorrer quando há a interferência de um influente parlamentar, como pode-se observar a partir de análises realizadas a respeito do funcionamento da Comissão de Orçamento (ver Bezerra 1999).

Se acompanharmos na tabela abaixo a votação que tiveram na eleição de 1998 os parlamentares com participação na liberação de recursos para os municípios mencionados verificamos que estes possuem votação expressiva nos mesmos.

VOTAÇÃO DOS CANDIDATOS NOS MUNICÍPIOS – 1998

Dep./Mun. (eleit.)	Graciliano (11722)	Guimarães (8021)	Total de votos Estado
Deputado X	**931**	**2388**	218170
Deputado Y	64	36	103768
Deputado Z	140	35	105969
Deputado K	**557**	**46**	56923
Deputado B	407	23	41223

O deputado X é presidente de seu partido no estado e possui há tempos uma forte influência junto aos políticos da região. Na disputa eleitoral de 1988, ele contou com o apoio de prefeitos e de políticos a ele vinculados nos dois municípios. Foi por interferência política deste parlamentar, segundo informações fornecidas pelo secretário de saúde, que o município de Guimarães, onde sua votação sobressai, obteve o recurso de R$ 1 milhão para a construção do hospital.

O deputado K, responsável pelas emendas destinadas a Graciliano, nasceu num distrito do município; recentemente emancipado. Nele sua família possui propriedades agrícolas e desenvolve atividades comerciais. Os interesses econômicos da família na região, os vínculos mantidos com os políticos locais e a boa votação obtida no município nas disputas eleitorais faz com que o parlamentar seja considerado por mais de um grupo político como alguém da *relação política do município*. Na ocasião da apresentação das emendas, o vínculo mais estreito do parlamentar era com o grupo liderado pelo ex-prefeito e ex-deputado estadual, mencionado acima. O ex-secretário de Obras de Graciliano observa que as relações do parlamentar com o grupo, do qual é um dos integrantes, sempre foram boas: *É deputado da nossa relação*. Na eleição de 1998, em que estavam em disputa os cargos para o Legislativo estadual e federal, mesmo afastado de cargos

públicos nos últimos dois anos, o ex-prefeito trabalhou em favor da campanha vitoriosa do deputado.

O parlamentar continua a colaborar com o município apesar das mudanças na administração municipal e a fissão do grupo ao qual era ligado. O ex-prefeito consegue fazer seu sucessor na prefeitura, um arquiteto que trabalhava como seu assessor e cujo pai havia sido prefeito no município. Este nomeia o ex-prefeito seu secretário de saúde, que meses depois se lança e se elege deputado estadual. Durante a campanha, no entanto, há uma ruptura entre os antigos aliados. Na eleição seguinte, o ex-prefeito volta a fazer o novo prefeito, seu irmão. Contudo, perde a eleição municipal seguinte quando o arquiteto, já tendo constituído seu próprio grupo político, volta a se eleger, mas não termina o mandato devido ao seu afastamento do cargo pela Câmara. Pensando em termos das relações com o governo federal, o vínculo do arquiteto já não era tanto com o deputado K, mas com o deputado X. Não obstante este fato, no ano de 1999, o deputado K se coloca à disposição do então prefeito para liberar uma emenda que havia sido alocada no ano anterior por um outro deputado federal que não se reelegeu. A situação de inadimplência do município com o governo federal, no entanto, impede que este receba os recursos federais.

A presença política dos parlamentares K e X no município de Graciliano mostra que a boa relação de um parlamentar com a prefeitura não o torna um mediador exclusivo do município junto ao governo federal. Para encaminhar seus "pleitos", os prefeitos procuram, preferencialmente, os parlamentares tidos como mais comprometidos com os municípios: *deputados amigos*, *deputados que têm contato*, deputados com *compromisso maior, um maior número de votos no município* e *deputados que foram eleitos aqui com a participação do nosso município*. Se é junto a esses que os prefeitos têm maior força, devido aos laços do parlamentar com as redes políticas locais e a votação, é comum, no entanto, os pedidos serem encaminhados a mais de um parlamentar. Obedecendo a uma espécie de ordem de prioridade, recorre-se a todos aqueles que *tiveram votos no município* e *outros deputados também do estado*. O vínculo do parlamentar ao estado, em virtude das regras eleitorais, constitui, portanto, uma espécie de limite imposto às lideranças locais. Essa é uma situação em que se pode observar como vínculos partidários e interesses eleitorais, dimensões da política oficial, ao mesmo tempo criam condições e impõem limites ao estabelecimento de relações pessoais (ver Landé 1977 e Palmeira 2000).

Na busca de contatos que possam viabilizar a obtenção de recursos, os vínculos partidários, distintamente do que ocorre com os laços políticos decorrentes da atuação política num mesmo estado, são apresentados como tendo um peso relativo; por conseguinte, não constituem um limite rígido para o estabelecimento de contatos entre políticos situados nos diferentes planos do universo político:

Isso [partido] não vigora. Ninguém sabe nem o partido do prefeito e quanto ao prefeito *vai em qualquer um*, observa o secretário de Saúde de Guimarães. O critério predominante na seleção dos parlamentares é o vínculo político com o município e a região, o que se manifesta principalmente através das votações obtidas nas localidades: *Chegou lá é o distrital. Se é da área, da minha área, da minha região. Vigora muito a região*, acrescenta o secretário. Tendo em mente a questão do acesso aos recursos federais, observa-se que o vínculo estadual circunscreve o âmbito no interior do qual são estabelecidos os laços entre os políticos. Dentro deste limite, verifica-se que os laços com a localidade, objetivados na forma de compromissos de troca de apoios e serviços, e as relações pessoais mesclam-se com as relações partidárias. Assim, não é raro encontrarmos lideranças políticas trocando apoio e serviços mútuos a despeito de suas distintas vinculações partidárias.

O fato de o vínculo entre prefeitos e parlamentares não impedir que outras relações da mesma natureza sejam estabelecidas por cada um dos políticos, isto é, não se tratar de uma relação exclusiva, e a falta de mecanismos institucionais que assegurem a continuidade dos vínculos têm implicações distintas para parlamentares e prefeitos. A falta de exclusividade, porém, introduz um grau de incerteza em suas relações e desencadeia uma concorrência horizontal, isto é, entre os parlamentares e os prefeitos em si, que tem por objetivo a busca de apoios mútuos. A condição predominante dessas relações parece ser a de um equilíbrio instável. Para isso, contribui o fato de que os compromissos, como destacou Victor. N. Leal, giram em *torno de coisas concretas, prevalecem para uma ou para poucas eleições próximas* (1975:41). Assim, se a obtenção de recursos contribui para consolidar as relações, promessas não concretizadas ou a incapacidade dos políticos de conseguirem recursos podem levar à sua dissolução. Em vista disso, a natureza dessas relações é uma das chaves para o entendimento da mobilidade de políticos por facções, redes políticas e partidos; o que é identificado freqüentemente em termos de "infidelidade partidária".

Se a votação obtida pelo parlamentar nos municípios é utilizada pelos prefeitos como um dos critérios para definir a quem, prioritariamente, serão apresentados os "pleitos", ela é também considerada por eles como um dos critérios levados em conta pelos parlamentares para escolher os "pleitos" que serão atendidos. De fato, quando se examina os critérios nos quais os parlamentares e seus assessores dizem basear-se para selecionar e hierarquizar os pedidos que lhes são encaminhados observa-se que a votação obtida nas localidades encontra-se efetivamente entre eles.[6]

Uma das concepções em vigor é a de que os votos concedidos ao parlamentar o colocam numa condição de dívida em relação ao município e, mais especificamente, em relação aos políticos municipais que o apóiam. É o que se pode

depreender, por exemplo, das considerações efetuadas pelo ex-secretário de Obras de Guimarães quando menciona, num tom de lamento, o fato do deputado estadual mais votado em seu município não estar sendo mobilizado pelo então prefeito por este ser ligado a outro grupo político:

> Ele deve ao município, o povo deixou de votar [nome do candidato], a maior liderança que existe aqui, para votar no [nome de outro candidato] que era meu candidato e de outras pessoas aí.

A eleição do parlamentar, que não conhecia o município e nem mesmo lá havia comparecido durante a campanha, foi possível graças, sobretudo, à mobilização do ex-secretário de obras, na ocasião presidente do partido no município, e de um vereador, também do partido, que ocupava a presidência da Câmara Municipal quando da eleição. O fato do parlamentar ter obtido mais votos do que o candidato apoiado pela "maior liderança", o ex-prefeito e ex-deputado, é visto como uma razão a mais para justificar a dívida.

A relação deste deputado estadual com o município remete à questão das múltiplas formas de inserção dos políticos nas localidades. No caso do deputado K, as ações em favor do município não são interrompidas completamente quando o grupo a que está diretamente ligado é afastado do governo municipal, devido à multiplicidade de seus vínculos e interesses no município. Quanto ao deputado estadual, este não é procurado na medida em que seus vínculos são com duas pessoas que encontram-se afastados da administração municipal. Assim, ele não só não é procurado pelo grupo no poder como não age em favor do município. Dada a configuração de forças, assegurar benefícios para o município poderia acabar sendo uma forma de fortalecer o grupo no poder, que no plano municipal encontra-se na condição de oposição ao grupo ao qual é vinculado.

Essa situação, contudo, muda ao longo de 1999. Neste ano, é aprovada pela Câmara Municipal uma Comissão Parlamentar para investigar denúncias de corrupção contra o prefeito, o arquiteto. Na ocasião, a Câmara é presidida pelo vereador que apoiou a candidatura do deputado estadual no município. Assim, durante as investigações, o vereador recorre ao parlamentar para fazer consultas e mediar contatos com autoridades estaduais. O prefeito é afastado e assume seu vice, que já havia rompido com o prefeito e tinha um bom trânsito entre os vereadores. Ao assumir definitivamente a prefeitura, o novo prefeito tem como uma de suas preocupações recompor suas relações com os governos estadual e federal. É nesse momento que o vereador apresenta o parlamentar ao novo prefeito. Um ano depois das eleições, por iniciativa do vereador, durante festejos, o deputado visita pela primeira vez o município. No final do almoço onde estavam presentes cerca de dez pessoas, após um breve discurso do vereador e do prefeito, o depu-

tado agradece os votos que obteve, fala da necessidade de se ter uma administração honesta e se compromete a ajudar o município no que for possível. Do encontro, o prefeito sai com a promessa de que o deputado iria acompanhá-lo a Brasília para tentar resolver os problemas de inadimplência do município e viabilizar a liberação de recursos federais.

Se a votação obtida pelo parlamentar nos municípios é um critério acionado – seja pelos prefeitos, seja pelos parlamentares – no processo de seleção dos beneficiados com as emendas e transferências de benefícios, ela, todavia, se articula com outros critérios. As relações de amizade e de conhecimento travadas pelos políticos, por exemplo nos partidos ou durante o exercício de um mandato legislativo, podem ser mobilizados nessas circunstâncias. Ressaltando a importância dos contatos pessoais para se obter decisões favoráveis na burocracia governamental, o ex-prefeito e ex-deputado lembra que para se obter acesso aos recursos federais o fundamental é ter "conhecimento".

Eleições e mobilização das redes políticas

Como indicam as discussões acima, a ação de parlamentares dirigida para a obtenção de benefícios para os municípios está articulada à sua votação nos mesmos. A organização de uma estrutura política – redes de contatos e apoio logístico, por exemplo – dirigida para a disputa eleitoral é uma das dimensões da mobilização dos vínculos que ligam os políticos situados nos diferentes planos. Se com freqüência os vínculos mobilizados nesses momentos já possuem uma história, isto é, não são ocasionais, as disputas eleitorais, contudo, têm uma importância significativa para eles na medida em que se prestam tanto à sua atualização – por exemplo, saldando dívidas passadas ou produzindo novas – quanto à criação de novos compromissos. Nesse contexto, poder contar com vínculos verticais é fundamental para o êxito eleitoral dos candidatos aos cargos municipais e nacionais.[7]

A mobilização desses vínculos por ocasião das eleições faz sentido quando inscrita, por um lado, nas expectativas mútuas que ligam os políticos e, por outro, nas manobras e estratégias postas em ação com vistas a assegurar o apoio e os votos necessários nas disputas eleitorais. O ex-prefeito e ex-deputado estadual observa, referindo-se à sua própria experiência, que a participação das autoridades e políticos estaduais e federais ocorre de modo geral através do apoio logístico (material de campanha, carros, som etc.), ajuda financeira e presença em eventos da campanha (comícios, passeatas etc.). Ademais, como já ressaltado, sobretudo nas campanhas eleitorais a demonstração dos laços existentes com políticos que se encontram fora do âmbito municipal é uma maneira dos candidatos exporem seu capital social, como suas relações pessoais e políticas, e, por efeito, se habilitarem para o exercício do cargo apresentando-se como portadores de qualida-

des – como alguém que possui contatos com autoridades – socialmente tidas como necessárias para aqueles que se propõem a ocupar o cargo em disputa. Esses contatos definem a capacidade de se obter maiores benefícios e dispensar maiores favores (ver, por exemplo, Willems 1961; Greenfield 1977 e Heredia 1996).

Do ponto de vista dos candidatos que concorrem aos cargos estaduais e federais, o apoio dos políticos municipais e a associação de seus nomes às realizações públicas (com placas comemorativas, inaugurações e propagandas) são, entre outros, meios através dos quais buscam assegurar a divulgação de seus nomes nas localidades. Se, por um lado, o apoio e a divulgação das ações políticas fazem parte dos compromissos políticos, por outro, eles são indicadores do estado da relação entre os políticos. O "corpo mole" de um suposto aliado durante a campanha ou a sua exclusão de eventos no município, por exemplo, podem ser sinais de um curto circuito na relação ou operar como uma espécie de punição como decorrência de algum desagrado.

A divulgação de seus nomes, uma forma de expressar o vínculo e renovar o seu papel de representante de uma localidade, é uma das expectativas que os políticos federais e estaduais possuem em relação às lideranças políticas com as quais mantêm ligações no âmbito municipal. Nesse sentido, observe-se, por exemplo, o comentário efetuado pelo ex-secretário de Obras de Graciliano a respeito da relação dos parlamentares e lideranças municipais: *Se o político fizer uma coisa para você e você não projetar o nome dele, na verdade para ele não tem retorno. A satisfação do dever cumprido não elege ele na outra eleição*. A divulgação do nome do político torna-se uma espécie de dom. Funciona como uma forma de retribuição pelos serviços e favores prestados pelo político ao município. Nota-se ainda que aos olhos do informante as ações dos políticos se distinguem por um pragmatismo político. Dessa perspectiva, a ação do parlamentar ganha sentido na medida em que pode ser capitalizada para futuras disputas eleitorais.

Em tempo de eleições, a expectativa principal dos candidatos aos cargos estaduais e federais em relação às lideranças locais é poder contar com o seu apoio político, o que não se reduz, certamente, à divulgação de seus nomes. Parte da força que possuem as lideranças políticas municipais em relação aos candidatos a cargos estaduais e nacionais reside, nesse momento, no trabalho eleitoral – organização da campanha, mobilização de cabos eleitorais, pedidos de votos etc. – que podem desenvolver nas localidades. Especialmente nos municípios do interior, a votação destes candidatos depende, em boa medida, dos vínculos que estabelecem com as lideranças locais. Assim, o candidato espera contar com o prestígio e os votos que as lideranças podem lhe assegurar. E como pode-se observar na passagem abaixo, na qual o secretário de Saúde de Guimarães apresen-

ta uma concepção a respeito do poder político (cuja medida são os votos), a concessão do apoio político é apenas um momento de uma relação mais ampla da qual fazem parte as negociações em torno da obtenção de benefícios para a localidade.

> A moeda que funciona na política é voto. Então, tem o prestígio. Mas o prestígio quem tem é quem tem voto. A pessoa sobe na política pela bagagem de voto que ele apresenta. Então, o prefeito, que é o agenciador de votos, procura o deputado. Ele procura um deputado que tem força, e ele fala: 'queremos um hospital, você vai conseguir isso, você vai ter uma gratidão eterna'. E de fato tem, vai ter. Aquilo ali já contabiliza 2.000 votos.

A obtenção de verbas, por sua vez, opera como um critério na definição de quem o prefeito concederá apoio político. Ao receber os recursos pode instituir-se uma dívida pessoal que faz com que o prefeito se sinta comprometido a retribuir. Como observa ainda o secretário de saúde, *O prefeito apóia o deputado que arrumou mais verba, tranqüilo*.[8] E este compromisso parece variar numa relação direta com o valor dos recursos obtidos.

A concessão de apoio político em função da obtenção de recursos e apoios (políticos e financeiros) futuros parecem estar de acordo com princípios éticos que regulam a relação entre os políticos locais e nacionais. Julgamentos negativos são dirigidos, no entanto, para as práticas de "compra de voto" e a obtenção de apoio político de vereadores e prefeitos através de pagamentos pecuniários. Algumas explicações são apresentadas para justificar essa sobreposição de princípios econômicos sobre os políticos. Segundo um vereador de Graciliano, isto deve-se em parte à desconfiança em relação aos compromissos estabelecidos somente em termos de promessas de apoios e ajudas futuras. Como em muitos casos elas acabam não sendo cumpridas, como acredita-se que ocorria em tempos passados, dá-se preferência aos acertos que resultam em ganhos imediatos. Segundo um ex-prefeito de Veríssimo, a ampliação de negociações políticas envolvendo recursos econômicos decorre tanto do sistema eleitoral quanto dos custos das campanhas, o que acaba levando-o a defender a adoção do voto distrital.

Uma observação atenta dos argumentos apresentados em favor da adoção do voto distrital permite perceber que eles reforçam uma certa concepção da representação política que coloca o atendimento das demandas das localidades no centro da preocupação. Ao vincular a atuação dos parlamentares a uma região, evitando assim a dispersão de sua atuação e a pulverização dos recursos, a expectativa é que estes possam dar maior atenção e obtenham benefícios para os municípios específicos a que estão ligados politicamente.

O afastamento de prefeitos de deputados estaduais e federais pode ocorrer

em situações em que os primeiros concluem que os parlamentares a que estão ligados não possuem "força política", isto é, não são capazes de obter de modo eficaz recursos e benefícios para os municípios que administram. A percepção desta dificuldade pode levar o prefeito a procurar outro parlamentar, preferencialmente um "deputado forte". Durante seu mandato (1993-1996), um ex-prefeito de Veríssimo diz ter passado por esta experiência. Logo após assumir a prefeitura, afirma ter recorrido a um deputado federal ao qual havia concedido apoio. Ambos eram filiados ao mesmo partido e na condição de deputado estadual o parlamentar tinha assegurado vários benefícios para o município. Exercia, contudo, seu primeiro mandato como deputado federal. Aos poucos, porém, o ex-prefeito constatou que o deputado, pelas dificuldades que apresentava para atender a seus "pleitos", não tinha "expressão" em Brasília. Assim, se afastou e recorreu a um deputado filiado a outro partido, mas tido na região como um deputado "forte". Voltou a se afastar, no entanto, alega o ex-prefeito, devido às cobranças de comissão que lhes foram feitas por assessores ligados ao parlamentar quando da liberação dos recursos. Recorreu, em seguida, a um senador do Estado do Rio que se dispôs a "ajudá-lo". A ajuda é concedida apesar de o ex-prefeito e o senador não pertencerem ao mesmo partido e de anos atrás, terem, indiretamente, estado em lados opostos. Isto ocorreu durante sua primeira candidatura à prefeitura quando o senador apoiou o seu adversário político no município e teve, segundo o ex-prefeito, uma importância significativa para sua derrota naquela eleição.

O interesse na obtenção dos recursos federais acaba, numa espécie de círculo vicioso, fortalecendo os parlamentares considerados "fortes". Na frase do ex-prefeito: *Tem que se procurar um deputado forte hipotecar apoio e depois trazer o retorno*. Sua maior capacidade de conceder esta forma de benefício, disputado pelas lideranças locais, acaba favorecendo a consolidação de compromissos que são convertidos em apoio político nos municípios.

A mobilização de parlamentares "fortes" como meio de se ter acesso aos recursos federais tem por efeito o fortalecimento do fenômeno do governismo (ver Leal 1975 e Palmeira 2000). Não ser oposição seja ao governo estadual, seja federal é algo apontado por políticos locais como condição para a obtenção dos recursos (*fundamental, primeiro, é você não ser oposição ao governo*). Respeitar esse princípio, lembra o ex-secretário de obras de Graciliano, significa *saber lidar com quem está no poder*. A idéia de que o prefeito não tem o *direito* de ser oposição aos governos justifica-se a partir da concepção de que o *compromisso* maior do prefeito é com o município e isto coloca-se acima da *causa de qualquer partido*.

Quanto aos usos sociais dos laços mantidos entre os políticos situados nos distintos planos de autoridade política, cabe ainda acrescentar que o apoio das lideranças locais aos políticos estaduais e federais serve como um meio para es-

tabelecer distinções e viabilizar a existência de grupos políticos. Após ter rompido com o prefeito, o então vice-prefeito de Graciliano, afim de demonstrar o afastamento de seu ex-aliado, faz questão, na eleição de 1998, de apoiar dois candidatos sem qualquer presença no município. Algo semelhante se passa em Veríssimo onde o ex-prefeito, para demonstrar sua "força", espera seu adversário, o prefeito em exercício, definir seu apoio para então escolher seu candidato, que acaba sendo o segundo melhor votado no município. Mas seu apoio visava também eleições futuras. Assim, optou por um candidato que teria uma eleição segura já que o ex-prefeito esperava poder obter dele uma *ajuda* política e financeira numa eleição futura.

A dimensão econômica dos compromissos políticos e do acesso aos recursos federais

Como mencionado acima, além da "compra de apoio", os acertos de caráter econômico também se fazem presentes nas relações que vinculam os políticos com interesses na obtenção dos recursos federais. O repasse destes recursos para os municípios e a sua aplicação em obras e programas governamentais têm se apresentado como oportunidades econômicas para que empresas, políticos locais e nacionais, paralelamente às suas atividades propriamente políticas, consigam obter ganhos pecuniários; freqüentemente através de procedimentos que infringem os regulamentos oficiais e implicam a desconsideração a princípios éticos próprios ao poder público.

O acesso aos recursos federais é vivido pelas lideranças locais como um processo regulado por regras que estão fora de seu controle e às quais é difícil escapar. Esse constrangimento é descrito com freqüência através da utilização da imagem do jogo. Como informa o secretário de saúde de Guimarães: *Se o indivíduo quiser realizar, ele tem que se enquadrar. Tem que jogar o jogo*. É necessário, portanto, saber lidar com a burocracia governamental, ter acesso às pessoas que controlam os órgãos ministeriais e se adequar aos mecanismos políticos efetivos que regulam o acesso aos recursos.

Segundo o ex-secretário de obras de Graciliano, para enfrentar essa situação, o administrador municipal se vê diante de duas alternativas, não excludentes: colocar-se na dependência de um "deputado forte" ("um deputado com muito prestígio") ou recorrer a um "lobista". A mobilização destas alternativas é apresentada, inclusive, como uma condição imprescindível para se ter sucesso na obtenção dos recursos.

Os "parlamentares fortes" e os "lobistas" são as pessoas consideradas como ideais para lidar com o que as lideranças descrevem como a complexidade dos ministérios. Referindo-se aos órgãos ministeriais, o ex-secretário observa:

> Aquilo [o ministério] ali dentro é complicado. Se um determinado grupo de deputados indica um secretário, um ministro, um primeiro e segundo escalão, de uma maneira geral eles controlam o dinheiro que aquele ministério tem. Isso realmente é complicado. Aí você tem que apelar para tudo que você puder para poder arrancar o dinheiro.

A dificuldade em se trabalhar com os órgãos ministeriais decorre tanto da falta de acesso ao conhecimento necessário para atender às suas exigências formais (prazos, preenchimento de formulários, atendimento de exigências técnicas etc.) quanto da necessidade de fazer com que seus interesses sejam implementados pelos grupos políticos que controlam os órgãos. É devido ao conhecimento e acesso que possuem aos órgãos e grupos administrativos e políticos que os controlam é que "lobistas" e parlamentares apresentam-se como recursos sociais para as lideranças.

Apesar da procura de "lobistas" e "parlamentares fortes" serem apresentadas como alternativas, as menções à articulação entre eles, como indicado acima, é comum. A experiência do ex-secretário de obras leva-o, por exemplo, a afirmar que *saber lidar com os deputados que fazem lobby através das empresas* é uma das condições a serem atendidas para se ter sucesso na obtenção de recursos federais. Isto pode significar, por exemplo, submeter-se aos termos propostos pelas empresas e parlamentares como aceitar que as obras a serem realizadas sejam executadas por empresas previamente indicadas. Os recursos repassados através destes acordos chegam a ser tidos como um problema para as prefeituras uma vez que cabe às mesmas encontrar, como nos casos de "lavagem de dinheiro", os meios para justificar as despesas que efetivamente não foram efetuadas.[9]

A articulação de parlamentares com empresas de construção nos municípios estudados é destacada pelo ex-secretário de obras ao descrever uma experiência pela qual passou no gabinete de um parlamentar em Brasília:

> Nenhuma empresa de projetos especializada em arrancar verba de ministério se cria se não tiver por trás dela um parlamentar, não é qualquer um, um parlamentar forte. E alguns gabinetes que eu fui, dentro do próprio gabinete do deputado o cara te dá a dica: 'Olha, tem um cara aí que está arrancando o dinheiro. Ele é um cara bem relacionado. Eu se fosse você procurava ele. Porque ele vai acompanhar o seu processo'.

A empresa indicada nesse caso era ligada ao parlamentar e conhecida por realizar obras com recursos obtidos em função de sua intervenção. O vínculo da empresa com o parlamentar é importante uma vez que este não só possui os contatos com os políticos municipais, quanto encontra-se em condições de negociar

os interesses destes junto aos órgãos governamentais. Nota-se ainda que a indicação da empresa justifica-se por duas razões: primeiro, o fato de que a pessoa indicada era bem "relacionada", o que é tido como uma condição importante para assegurar o acesso aos recursos e, segundo, que a empresa cuidaria do "acompanhamento" do processo, isto é, de seu andamento e priorização nos órgãos governamentais.[10]

O ex-secretário de obras classifica os "lobistas" em dois tipos. No primeiro caso, a empresa se prontifica a trabalhar na liberação de um recurso e cobra pelo seu serviço uma comissão em torno de 10%. No segundo caso, são incluídos os lobistas que têm conhecimento e controle das fontes de recursos e condicionam sua liberação à execução das obras por empresas específicas. Se em nenhum dos casos os lobistas podem dispensar a relação com um parlamentar, no segundo caso, no entanto, ocorre uma articulação mais estreita entre este e o lobista como mencionado acima. Estas duas formas de atuação são percebidas diferentemente pelo ex-secretário. Se o primeiro caso é exemplo de um empresa que trabalha de forma "honesta", o que torna a sua contratação um recurso aceitável, o segundo remete a uma prática condenável. O valor da comissão exigida, o controle sobre as fontes de recursos e a intervenção na execução das obras, a que freqüentemente está associada a apropriação irregular de recursos, deslocam esta última forma de atuação para o campo da ilegitimidade.

Considerações finais

O foco nos laços estabelecidos entre políticos situados em diferentes planos de autoridade política demonstra que a concessão de benefícios aos municípios (especialmente os recursos federais), a troca de apoio político nas disputas eleitorais e os ganhos econômicos no interior das redes políticas, algumas das dimensões e momentos de uma relação que possui vários lances, são práticas que se articulam de muitas maneiras. Estar atendo a essas articulações ajuda-nos a entender, por exemplo, porque certos políticos, e não outros, são acionados em determinadas circunstâncias, se empenham mais em favor de um município específico e conseguem se destacar eleitoralmente.

De modo geral, as articulações observadas entre esses acontecimentos assentam-se em laços de dominação pessoal e trocas de serviços e favores que são parte das expectativas ligadas às posições ocupadas pelos políticos. Em certa medida, esses laços e essas trocas são responsáveis pela reputação dos políticos, a realização de obras públicas, a organização de estruturas partidárias e eleitorais e o deslocamento de políticos por grupos e facções. A criação e sustentação desses laços decorre, em grande medida, dos interesses que possuem os parceiros em contar com a ajuda, o apoio e os benefícios que podem ser distribuídos por

aqueles que se encontram nas diferentes posições. Assim, o que parece unir os políticos situados nos diferentes planos são as trocas de serviços e favores e os vínculos de dependência pessoal construídos ao longo do tempo e a partir das posições ocupadas. Esta talvez seja uma situação em que os vínculos tidos como políticos se confundem com relações de "dominação tradicional".[11]

A troca de serviços e favores entre políticos é uma das questões examinadas pela literatura sobre clientelismo político. De modo mais freqüente, a ênfase dos estudos recai sobre o significado eleitoral destas práticas, particularmente o seu caráter instrumental para a conquista dos votos. Nesse caso, entre outros aspectos, pouco é dito sobre essas práticas e as relações que mobilizam fora do "tempo da política". Com efeito, os vínculos de continuidade existentes entre certos acontecimentos e os arranjos e esforços implementados visando a garantir o acesso a posições e pessoas que assegurem a distribuição de serviços e favores não são examinados. Ademais, a associação das práticas clientelistas à "política tradicional" parece contribuir para obscurecer o fato de que a distribuição de serviços e favores pelos políticos situados nos distintos planos são, ao mesmo tempo que moldam, a concretização de uma concepção particular sobre a representação política que é partilhada por políticos e outros agentes sociais que integram o universo político.

Notas

[1] Os dados utilizados neste trabalho foram reunidos a partir da pesquisa que venho desenvolvendo em municípios do Estado do Rio de Janeiro como parte de minhas atividades no NuAP. Uma primeira versão foi apresentada no XXIII Encontro Anual da ANPOCS, 19 a 23 de outubro de 1999, no GT 17 "Rituais, Representações e Violência na Política". Agradeço aos participantes os comentários feitos durante as discussões.

[2] Para uma reflexão sobre os limites impostos pela oposição local/nacional aos estudos da política consulte-se Banck (1998) e Palmeira (2000).

[3] A importância desses vínculos não se restringe às disputas eleitorais ou a troca de serviços e favores ao longo do exercício do mandato. Eles podem também ser o ponto de partida e a base de organização de partidos como pode-se observar do depoimento do ex-governador Amaral Peixoto quando refere-se à montagem do PSD no antigo Estado do Rio: "Dei preferência aos prefeitos, ou através deles a uma figura exponencial que dominasse o município. Nem sempre era o prefeito a maior força. Sempre há um grupo importante, e em torno desse grupo eu procurava articular" (citado em Camargo et al 1986:235).

[4] O nome dos municípios e informantes são fictícios.

[5] Apesar da exclusão formal do Congresso, alguns parlamentares conseguiam assegurar, através de negociações com autoridades do Executivo, recursos para serem aplicados em locais e programas de seus interesses.

[6] A este respeito, ver Bezerra (1999).

[7] Sobre a mobilização dessas relações em outros contextos históricos ver, entre outros, Weber (1982) e Finley (1985). Observo também que esse é um dos aspectos da relação entre os políticos que tem recebido mais atenção por parte da literatura sobre clientelismo político.

[8] A relação entre "favor", "dívida" e "compromisso" faz-se presente também na relação entre políticos e eleitores. Consulte-se, por exemplo, Palmeira (1996) e Heredia (1996).

[9] Lembro a esse respeito matéria publicada pelo jornal *A Folha de São Paulo*, em sua edição do dia 28 de novembro de 1999, na qual são descritos esquemas de falsificação de notas fiscais montados por grupos especializados. A partir de informações fornecidas pelo Tribunal de Contas da União, a matéria mostra que as notas são vendidas para prefeituras que as utilizam, por exemplo, para justificar os gastos de recursos federais repassados aos municípios.

[10] Para uma discussão sobre o "acompanhamento de processos" em Brasília e a dinâmica da relação entre parlamentares e governo, consulte-se Bezerra (1999).

[11] Sobre a noção de "dominação tradicional", ver Bourdieu (1976).

Referências bibliográficas

BANCK, Geert. *The war of Reputations:* the dynamics of the local political system in the state of Espírito Santo, Brazil. *Boletin de Estudios Latino americanos y del Caribe*, 17: 69-77, 1974.

_____. *Dilemas e símbolos. Estudos sobre a cultura política do Espírito Santo.* Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 1998.

BEZERRA, Marcos Otávio. *Em nome das "bases". Política, favor e dependência pessoal*. Rio de Janeiro: NuAP/Relume Dumará, 1999.

BOURDIEU, Pierre. Les Modes de Domination. *Actes dela Recherche en Sciences Sociales*, vol. 2, n° 2/3, jun. Paris, 1976.

CAMARGO, Aspásia et alii (org.). *Artes da política. Diálogo com Amaral Peixoto*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira/CPDOC-FGV/UFF, 1986.

CHAVES, Christine Alencar. Eleições em Buritis: a pessoa política. In: PALMEIRA, M.; GOLDMAN, M. (orgs.). *Antropologia, voto e representação política.* Rio de Janeiro: Contracapa, 1996.

FINLEY, M. I. *A política no mundo antigo*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1985.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

GREENFIELD, S. M. Charwomen, Cesspools, and Road Building: An Examination of patronage, clientage, and political power in southeastern Minas Gerais. In: STRICKON, A.; GREENFIEL, S. (ed). *Structure and process in Latin America. Patronage, clientage and power systems.* Albuquerque: University of New Mexico Press, 1972.

_____. Patronage, politics, and the articulation of local community and national society in pre-1968 Brazil. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs,* Vol. 19, n°2, may, 1977.

HEREDIA, Beatriz M. A. de. Política, Família, Comunidade. In: PALMEIRA, M.; GOLDMAN, M. (orgs.). *Antropologia, voto e representação política.* Rio de Janeiro: Contracapa, 1996.

LANDÉ, Carl H. Introduction: the dyadic basis of clientelism. In: SCHMIDT, Steffen W.; GUASTI, Laura; LANDÉ, Carl; SCOTT, James (eds). *Friends, followers and factions. A reader in political clientelism.* Berkeley: University of California Press, 1977.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

PALMEIRA, Moacir. Política, Facções e Voto. In: PALMEIRA, Moacir; GOLDMAN, Marcio (orgs.). *Antropologia, voto e representação política.* Rio de Janeiro: Contracapa, 1996.

_____. Eleição municipal, política e cidadania. *Tempo e Presença*, maio-jun, ano 22, nº 311. Rio de Janeiro: Koinonia, 2000.

WEBER, M. A política como vocação. In: *Ensaios de sociologia*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1982.

WILLEMS, Emílio. *Uma vila brasileira*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1961.

CAPÍTULO 9

Uma teoria etnográfica da democracia: a política do ponto de vista do Movimento Negro de Ilhéus, Bahia, Brasil[1]

Marcio Goldman

> Ninguém deverá se espantar se votos forem comprados a dinheiro. Não se pode dar muito ao povo sem retirar dele ainda mais (Montesquieu, *O espírito das leis*, Livro Oitavo, Cap. II).

O material empírico deste artigo deriva da pesquisa que realizo desde 1996 na cidade de Ilhéus, no sul da Bahia, no Nordeste do Brasil. Meu trabalho inicial como antropólogo concentrou-se nos chamados cultos afro-brasileiros; após um investimento na história do pensamento antropológico, passei a me dedicar, a partir de 1993, a uma investigação de "antropologia da política", direcionada para o estudo do processo eleitoral e do voto na sociedade brasileira. Em 1996, essa investigação deslocou-se para Ilhéus, e em 1997 passou a fazer parte de um projeto interinstitucional mais amplo, que denominamos "Uma Antropologia *da* Política", reunindo uma série de pesquisadores que trabalham sobre temas tidos usualmente como pertencentes à ordem da "política". Diferentemente da "antropologia política" tradicional, procuramos evitar conceber "a política" como um domínio, ou mesmo um processo, específico, definível objetivamente de fora. Ao contrário, trata-se, de modo geral, de investigar fenômenos relacionados àquilo que, "do ponto de vista nativo", é considerado como "política".

Foi assim que retornei a Ilhéus, quase 13 anos após ter aí realizado a pesquisa de campo que compôs parte de minha dissertação de mestrado sobre a possessão no candomblé. Meu trabalho se concentrara no *Ewá Tombency Neto*, terreiro "Angola" fundado em 1885, que se organiza hoje sobre uma base familiar composta pela mãe-de-santo, seus 14 filhos carnais e respectivas famílias. Em 1986, alguns membros do *Tombency* fundaram o Grupo Cultural Dilazenze, cujo objetivo principal é "a preservação e divulgação da cultura afro-brasileira na região sul da Bahia", e que faz parte do movimento negro de Ilhéus. Movimento de duas vertentes: de um lado, uma seção do "Movimento Negro Unificado" (MNU), de

caráter nacional; de outro, um conjunto de grupos que se autodesignam como "movimento afro-cultural", e denunciam o que considera ser o caráter excessivamente "político" do MNU, o fato de que este não estaria interessando na preservação e divulgação da cultura afro, mas em "fazer política". "Cultura" e "política" são, pois, objetivadas como categorias em oposição. Em 1989, foi fundado o Conselho das Entidades Afro-Culturais de Ilhéus (CEAC), que reúne cerca de dez grupos autodefinidos como "culturais" (seu atual presidente é o presidente do Dilazenze).

Assim, após estudar o candomblé no Tombency, passei a me dedicar ao estudo da "política de Ilhéus", ou mais precisamente, ao estudo da política em Ilhéus encarada do ponto de vista de seu movimento afro-cultural e, mais particularmente, do Grupo Cultural Dilazenze. A precisão é importante e possui uma série de importantes implicações sobre as quais não insistirei aqui. Basta dizer que essa definição do trabalho obriga a tratar as chamadas "representações nativas" sobre política como "teorias políticas" que é preciso levar muito a sério e com as quais é absolutamente necessário estabelecer um *diálogo*.

Algumas considerações gerais

Antes de entrar no material etnográfico propriamente dito, algumas considerações de ordem geral. Há alguns anos, por ocasião de um encontro acadêmico, ao tentar explicitar o que poderia significar o estudo antropológico das eleições, sustentei pretensiosamente que o objetivo de um trabalho desse tipo seria, em última instância, a capacidade de produzir uma perspectiva sobre nosso próprio sistema político equivalente àquela elaborada, por exemplo, por Evans-Pritchard para os Nuer. Perguntaram-me, então, se uma tal posição não seria por demais arriscada já que parecia supor ou pregar algum tipo de "relativização da democracia", a qual, segundo minha interlocutora, representaria um enorme perigo ético e político.

Não recordo muito bem o que respondi na ocasião, mas lembro de um certo espanto ao me defrontar com uma objeção que, no limite, significaria um obstáculo quase intransponível para a análise antropológica de nossa própria sociedade – ou, ao menos, para a análise do que pode haver aí de mais relevante. Compreendi, contudo, de imediato que uma postura dessa natureza possa ser defendida no contexto brasileiro. Afinal, a história política recente do país é contada como a de uma difícil luta por sua (re)democratização. Após uma instável experiência democrática no pós-guerra, o país mergulhou, por mais de duas décadas, em uma ditadura militar, da qual só saiu, lenta e gradualmente, com a abertura política empreendida pelo próprio regime militar, que culminou com a eleição, ainda indireta, de um presidente civil, e, em 1989, com a primeira eleição direta

após quase 30 anos. Quis o destino que o presidente assim eleito tivesse sofrido um processo de impedimento legal, o que, na prática, teria feito com que as eleições de 1994, com a escolha de um intelectual, antigo opositor do regime militar e de tendência supostamente social-democrata, consistissem no verdadeiro marco da instauração plena da democracia.

É claro que a esse relato opõem-se outros, que insistem na postura antidemocrática assumida pelas elites e pela mídia, nas imperfeições de um sistema eleitoral ultrapassado, na falta de educação política de um povo pobre. Não obstante, compreende-se perfeitamente que sobre um fundo histórico narrado na chave da "redemocratização" mesmo aqueles que acreditam que o Brasil *ainda* não viva em um regime democrático perfeito desconfiem com força de qualquer tentativa, real ou suposta, de "relativizar" a democracia.

Mas suponhamos por um instante que por "Estado democrático" possamos entender aproximadamente aquele

> que apela aos princípios da democracia política, cujo governo procede de eleições livres (no sentido de que os cidadãos podem efetivamente escolher entre candidatos ao poder realmente diferentes), que pratica uma certa separação entre as ordens legislativa, executiva e judiciária, que num plano mais geral reconhece serem os conflitos constitutivos da existência social e, pelo menos em princípio, afirma que a negociação é o melhor meio para resolvê-los, e que admite ser a função do Direito a de garantir a liberdade das pessoas (e de seus bens) e sua igualdade perante a lei (Châtelet e Pisier-Kouchner 1983:170).

Mesmo acreditando em uma tal definição, é difícil deixar de argumentar, com Michel Offerlé (1993:139-140), que uma das condições históricas de possibilidade para a existência de um sistema assim concebido é a *produção* de um "eleitor" que não seja excessivamente passivo mas, ao mesmo tempo, que não se torne por demais ativo: toda uma "domesticação do eleitor", uma "ortopedia social" inseparável da democracia. Ou poderíamos recordar, dessa vez com Michel Foucault, que

> sem dúvida, o século XVIII inventou as liberdades; mas ele lhes forneceu um subsolo profundo e sólido – a sociedade disciplinar, da qual ainda somos um produto (Foucault 1975:4ª capa).[2]

Não se trata aqui, contudo, de entrar nos sutis debates da ciência ou da filosofia políticas. O problema é que ao estudar o funcionamento efetivo de um sistema político, o etnógrafo se defronta com uma série de práticas que não podem ser reduzidas a modelos ideais tão bem acabados. E não é sequer necessário que

o antropólogo pretenda converter a "produção do eleitor" ou a "disciplinarização" da sociedade em seus objetos de estudo imediatos. Basta que ele se dedique ao essencial do *métier*: elaborar o que Malinowski poderia denominar uma "teoria etnográfica da democracia".[3] Uma teoria em que práticas e normas não se oponham mas se articulem; onde os ideais e as realidades formem o acompanhamento obrigatório uns dos outros; onde dados e teorias não façam dois, de modo que a construção de modelos de inteligibilidade a partir e para um determinado contexto possa funcionar como matriz de deciframento de contextos outros – e vice-versa.

Desse ponto de vista, a hipótese de Paul Veyne (1984) acerca de uma duplicidade constitutiva da chamada "democracia grega" é crucial. Chamando a atenção para o fato de que entre essa "democracia" e aquela que emerge no século XVIII apenas o nome permanece, Veyne mostra que o caso grego se apoiava, na verdade, sobre a coexistência e alternância de dois modelos bem diferentes: o "militante" – semelhante ao "clima mental dos partidos políticos ativistas" (Veyne 1984:58), onde "um homem que não faz política não passa por um homem tranqüilo, mas por um mau cidadão" (idem:60) – e o governo de uma minoria ativa, que conta com uma certa aversão pela participação política. Não é difícil, assim, perceber que a chamada "democracia representativa" apóia-se igualmente sobre uma ambigüidade constitutiva: de um lado, a representação política; de outro, a profissionalização. A representação, como o militantismo antigo, constitui nosso "semi-ideal", mais que uma ideologia, sem chegar a ser uma prática (ibidem:58); a profissionalização moderna, como o ativismo antigo, constitui, por outro lado, uma prática sempre à busca de um modo de expressão (ver Bourdieu 1989).

Não se trata aqui de imaginar que o "ideal" se oponha às "práticas". Ao contrário, é apenas sobre o pano de fundo do semi-ideal da democracia representativa que práticas como as que produzem o eleitor, ou as disciplinas ou a profissionalização da política, podem fazer sentido e funcionar. Do mesmo modo, é apenas apoiando-se sobre práticas dessa natureza que a idéia de democracia representativa pode sobreviver e continuar a ser sustentada contra todas as evidências do cotidiano. Na verdade, ao invés de opor normas e comportamentos, trata-se de trabalhar com a hipótese avançada por Foucault (1984:32-33) em seus estudos sobre a ética antiga.[4] É certo que existem, de um lado, regras políticas e, de outro, comportamentos políticos. A democracia, como qualquer sistema político ou social, é composta por essas duas dimensões, e se os comportamentos não correspondem às normas podemos sempre acionar o sistema repressivo ou construir belos modelos destinados a explicar por que isso não acontece. Modelos que, no caso brasileiro, tendem a apelar para o caráter recente de sua democracia, para a falta de educação política do povo, para a inconseqüência das elites, para lacunas da legislação eleitoral, para o descalabro da mídia etc.[5] Explicações que

não são falsas, mas que deixam de lado uma terceira dimensão tão constitutiva da política quanto da ética: a dimensão da subjetividade. Sem se confundir com um sujeito originário, essa dimensão consiste em um certo tipo de relação com os outros e consigo que articula necessariamente, e de formas distintas, regras e comportamentos. No mesmo sentido em que Foucault fala da constituição de um sujeito moral ou de uma consciência moral, poderíamos, pois, falar da objetivação de um sujeito político e de uma consciência política.

O ponto essencial aqui é o pressuposto de que um estudo antropológico de nossa vida política deve partir necessariamente do privilégio etnográfico e teórico dessa terceira dimensão da política. Trata-se, portanto, de não mais indagar sobre regras e comportamentos, seus ajustes e desajustes, mas sobre *práticas*; de não mais levantar questões relativas a estruturas, funções ou mesmo processos, e sim aquelas sobre *funcionamentos*; de não mais buscar a elaboração de teorias, em geral abstratas, acerca dos sistemas ou processos políticos, mas em tentar construir uma *teoria etnográfica da democracia*, no sentido malinowskiano do termo. Uma teoria que opere sobre

> um nível em que os fenômenos conservem uma significação humana e permaneçam compreensíveis – intelectual e sentimentalmente – para uma consciência individual […] que não encontra jamais em sua existência histórica objetos como o valor, a rentabilidade, a produtividade marginal ou a população máxima (Lévi-Strauss 1958:398-399).

Mas apesar dessas declarações, o objetivo deste artigo é mais modesto – ainda que ele pretenda, é claro, ser fiel e exemplificar a posição exposta acima: partindo da etnografia de um caso específico, trata-se apenas de tentar mostrar as bases sobre as quais essa posição poderia ser construída. O "caso" em questão foi retirado do material etnográfico oriundo da pesquisa que desenvolvo em Ilhéus.[6]

Eleições em Ilhéus e no Brasil

Na falta de um estudo etnográfico aprofundado sobre esses temas, direi pouca coisa sobre a cidade, a região e sua história. Como Richard Handler (1988:18-19), suponho que o que se denomina conhecimento histórico – ou mesmo o que poderia ser considerado como descrição "objetiva" de determinado "contexto" – consiste na maior parte dos casos em um conjunto de práticas retóricas objetivantes que procuram *impor* uma série de interpretações como "fatos" supostamente objetivos e indiscutíveis.[7] O que significa que talvez seja mais sensato abster-se de tentar "descrever" um suposto *background* histórico e/ou geográfico que antecederias as tramas que pretendemos analisar. Na verdade, esses "contextos" locais e temporais fazem parte dessas tramas e só podem aparecer a elas já integrados.

Como diz ainda Handler (idem:70), deveríamos evitar recorrer a falsos "panos de fundo como prelúdio de algum tipo de análise sincrônica…".

Limitar-me-ei, pois, a algumas brevíssimas indicações. A história de Ilhéus é contada por seus habitantes de um modo curioso para um observador externo: insiste em acontecimentos datados do século XVI (fundação da Capitania Hereditária de São Jorge dos Ilhéus em 1535, transformação em Vila 30 anos mais tarde, exploração de pau-brasil e açúcar, ataques de índios…); silencia sobre quase tudo o que ocorreu do final do século XVI até meados do XIX (limitando-se a mencionar a "decadência" da região); por fim, retoma a narrativa a partir da introdução e expansão da lavoura cacaueira, com a elevação de Ilhéus a cidade (1881), as "lutas pela terra" (início do século XX), o "apogeu do cacau" e a "riqueza" por ele trazida (década de 20), a "crise do cacau" (a partir da década de 80).[8]

O município ocupa uma área de 1.700 km^2, e possuía, em 1996, uma população de cerca de 240.000 habitantes, dos quais 72% viviam na região urbana. Quase 85% da população de Ilhéus declarou ao Censo Demográfico de 1991 ser "parda" ou "preta" (em Salvador, a percentagem é de 78%, na Bahia 79%, e no Brasil, 47,5%). O número de eleitores aptos a votar em 1998 foi de pouco mais de 100.000 pessoas (dos quais apenas cerca de 65.000 efetivamente votaram). Embora não haja estatísticas oficiais sobre desemprego, estima-se que o índice atual deva estar situado acima de 30%. O Dilazenze – e mais três grupos afro-culturais – tem sua sede na Conquista, um bairro grande (o mais populoso da cidade, com quase 19.000 habitantes), situado em um morro próximo do centro da cidade, de população pobre e de ampla maioria negra.

Enfim, algumas informações sobre o sistema eleitoral brasileiro. Trata-se de um regime presidencialista bicameral, no qual eleições gerais, realizadas de quatro em quatro anos, escolhem o presidente da República, os governadores dos estados, os membros de uma das câmaras legislativas federais, o Senado, cujo mandato é de oito anos (cargos ditos "majoritários), bem como os ocupantes dos cargos da outra câmara federal (a Câmara de Deputados), das câmaras estaduais (Assembléias Legislativas) – cargos chamados "proporcionais". Alternadamente, também de quatro em quatro anos, são realizadas eleições municipais, que escolhem os prefeitos dos municípios (cargo "majoritário") e os membros das câmaras municipais ou Câmaras de Vereadores (cargos "proporcionais"). O voto é obrigatório entre os 18 e 70 anos, e facultativo a partir dos 16 e após os 70.

Em todas as eleições "majoritárias", os partidos apresentam um candidato para cada nível em disputa (a não ser quando concorrem em "coligações"); o eleitor vota em um nome, e o mais votado é eleito. Nas eleições "proporcionais", os partidos apresentam uma lista de candidatos para cada nível em disputa e o eleitor vota em apenas um nome. Os votos válidos e os em branco são somados,

e o total é dividido pelo número de cadeiras a preencher, obtendo-se o "quociente eleitoral". Apenas os partidos com votos acima do quociente eleitoral disputam as vagas. Os votos de cada partido cuja votação total fica acima do quociente eleitoral são divididos por esse número, obtendo-se o "quociente partidário" – número de cadeiras obtidas por cada partido, preenchidas, na ordem, pelos mais votados de cada um deles. Finalmente, as sobras da divisão servem para redistribuir as cadeiras restantes através de uma fórmula específica. Em 1996, em Ilhéus, por exemplo, o quociente eleitoral foi de 3.549 votos; o vereador eleito menos votado teve 452 votos, e o mais votado teve 1.150 votos.

A "política" em Ilhéus

Em Ilhéus, há um modo de pronunciar a palavra "política" que remete o ouvinte quase inequivocamente para todo o desprezo suscitado pela menção ou lembrança desse tipo de atividade, desprezo que aponta para uma curiosa peculiaridade da pesquisa sobre política. A prática tradicional do antropólogo costuma confrontá-lo com situações em que, por convicção ou simples profissionalismo, deve se comportar como um "cético" que se defronta com pessoas, grupos ou mesmo sociedades que ele concebe, em maior ou menor grau, como "crentes". Que isso seja um dado objetivo, um pressuposto de ordem metodológica, ou algum tipo de projeção etnocêntrica interessa pouco aqui. O importante é que no caso da "política" tudo parece se passar de forma bem diferente: em relação a esse assunto em particular são nossos "informantes" que costumam ser céticos e os antropólogos mais ou menos crédulos.

Essa observação aparentemente sem conseqüências nos coloca no centro da questão a ser aqui discutida. Porque por "política", em Ilhéus, pode-se entender coisas razoavelmente diferentes: as administrações públicas municipal, estadual e federal fazem parte da política, é claro; o período eleitoral é chamado "a política", e se diz que "a política" começou ou acabou (assinalando-se, assim, o início ou fim da campanha eleitoral), ou que "é ano de política" (ou seja, é ano eleitoral), e assim por diante.[9] Mas "política" também, e talvez principalmente, é aquilo que os "políticos" *fazem*: acordos, arranjos, favores, pedidos, promessas, articulações, manipulações, acusações, barganhas etc. Concepção circular, é claro, já que por "políticos" designa-se em geral aqueles que fazem "política". Essa circularidade, contudo, não é inteiramente viciosa, uma vez que a classificação de alguém como "político" é fundamentalmente contextual. Isso significa que a política não é pensada basicamente como um *domínio* ou mesmo como um *aspecto* da vida social – substantivismo e formalismo que constituem os dois grandes modos de defini-la na tradição acadêmica –, mas como uma *atividade*.

Ora, se a política é uma atividade, mesmo aqueles que não são "políticos"

podem, às vezes, praticá-la – e isso não se aplica apenas à política no sentido mais oficial: os rumores de que o resultado da competição entre os blocos afro de Ilhéus no carnaval de 1999 havia sido manipulado e modificado, foram imediatamente expressos dizendo-se que "fizeram política com o desfile". Da mesma forma, quando se suspeita que alguém esteja tentando uma manobra no interior de um bloco afro, visando ampliar sua esfera de influência, conquistar uma posição de mais prestígio, ou obter alguma vantagem material, pode-se *acusá-lo* de estar "fazendo política". "Deixe de (fazer) política" (quer dizer, seja sincero, ou seja, claro) não é uma expressão incomum em Ilhéus.

Não basta, contudo, dizer que "política" é um termo polissêmico, a não ser que estejamos de acordo em emprestar um sentido mais sociológico a essa polissemia. As diferentes concepções de política coexistem, interpenetrando-se e opondo-se em um espaço social hierarquizado. Assim, se os "eleitores" em geral tendem a conceber a política como uma atividade *transitória*, *transcendente* e *poluente* – no sentido de que contamina as relações sociais –, quanto mais nos aproximamos do domínio institucionalmente designado com esse termo, mais nos deparamos com uma concepção mais substancialista (a política como esfera ou domínio) e moralmente ao menos neutra, definindo assim uma atividade de direito permanente, contínua, imanente e positivamente valorizada.

O caso do Centro Afro-Cultural

Em 1991, cercados pelo clima de desconfiança em relação aos "políticos profissionais" que marcara a campanha presidencial de 1989 – reforçado, paradoxalmente, pelo impedimento do maior beneficiário desse clima e vitorioso na eleição –, um grupo de pessoas que se definiam como "apolíticas", dizendo-se descontentes com os "políticos profissionais" (mesmo que algumas já tivessem participado da política partidária), lançaram o "Movimento Ilhéus Corações". Apresentando-o como oriundo da "sociedade civil", seus articuladores iniciaram uma campanha visando a "revelar" novos candidatos potenciais para a Câmara de Vereadores e para a Prefeitura. Esses candidatos eram selecionados a partir de seu curriculum, recolhido entre aqueles que jamais tivessem desempenhado atividade político-partidária e que gozassem de bom nome na comunidade.

Após alguns meses, um funcionário administrativo do porto de Ilhéus, sociólogo, acabou sendo escolhido e lançado como candidato a prefeito; cerca de dez nomes foram lançados para a Câmara Municipal, sendo um deles o de um estivador que ocupava, então, a presidência do Conselho das Entidades Afro-Culturais de Ilhéus (CEAC). Ambos negros, os dois candidatos se aliaram e conseguiram atrair o apoio do movimento afro-cultural da cidade. O MNU, aliado tradicional do Partido dos Trabalhadores (de esquerda), permaneceu fora dessa articulação. Além

da influência do então presidente do CEAC, foi determinante para a adesão do movimento afro-cultural o compromisso assumido pelo candidato a prefeito de que, uma vez eleito, construiria imediatamente um "Centro Afro-Cultural": prédio destinado a abrigar, expor e vender a "cultura afro" local, onde academias de capoeira, blocos afro, vendedores de artesanato, mães e pais-de-santo jogando búzios, dividiriam um espaço que receberia uma grande quantidade de turistas. Além de dar visibilidade à "cultura afro" local, o Centro funcionaria, pois, como uma importante fonte de renda para os grupos e pessoas que fazem parte do movimento afro-cultural de Ilhéus.

Quando pesquisas de opinião apontavam o favoritismo do candidato ligado ao movimento negro, este foi convidado pelo candidato a prefeito de um partido maior para ser seu candidato a vice-prefeito, com o argumento de que não dispunha de recursos para chegar até o final da campanha. A proposta foi aceita e tratou-se de comunicar imediatamente ao movimento afro-cultural que o novo candidato incorporara o compromisso de construção do Centro Afro-Cultural à sua plataforma. Os membros do movimento afro-cultural teriam, então, se lançado na campanha, e a margem de 8.455 votos que garantiu a vitória é citada como prova da importância do movimento negro na campanha, já que este é exatamente o número de votos que os militantes estimam ter conseguido. Três pessoas identificadas com o "Movimento Ilhéus Corações" se elegeram para a Câmara, e o então presidente do CEAC acabou como primeiro suplente de seu partido, além de ser nomeado assessor da Secretaria de Indústria e Comércio (que tinha o vice-prefeito como secretário).[10]

Após as eleições, contudo, as coisas pareceram mudar: o movimento afro-cultural passou a enfrentar "portas fechadas" e a não conseguir sequer ter acesso aos ocupantes do poder municipal. Apesar de grande mobilização e de tentativas de pressão, apenas em 1995 o então prefeito doou um terreno em área nobre da cidade para a construção do Centro. Em meio a uma grande festa organizada para a ocasião, entregou, na frente de câmeras de televisão, não apenas um título de posse como um cheque pessoal destinado a dar início a uma campanha de arrecadação de fundos para a construção do prédio. Uma semana mais tarde, a Câmara de Vereadores anulou a doação, argumentando que o terreno se localizava em área de preservação ambiental.

Já em clima eleitoral, o prefeito e o vice acusaram a oposição pela não construção do Centro; a oposição, por sua vez, sustentou que a doação não passara de encenação e manobra eleitoral, destinada a obter, mais uma vez, o apoio do movimento negro nas eleições municipais de 1996. O movimento negro, por fim, afirmava que as duas coisas eram verdadeiras, que nem situação nem oposição se interessavam de fato pelo Centro, e que o movimento não participaria da campanha de 1996, com exceção do combate sem tréguas que moveria contra o vice-

prefeito e o já então ex-presidente do CEAC, tidos como os principais responsáveis pela situação e como "traidores".

Não obstante, é claro que os dois principais candidatos a prefeito nas eleições de 1996 – o candidato derrotado em 1992 pela oposição e um deputado federal pela situação – não deixaram de tentar obter o apoio do movimento afro-cultural. Através de um candidato a vereador negro, morador da Conquista, a situação promoveu uma série de reuniões e ofereceu dinheiro aos grupos afro-culturais para se apresentarem em seus comícios e outras atividades. A oposição, por sua vez, afirmava que condenava esse tipo de acordo e que desejava o apoio do movimento negro em virtude de "princípios" e "compromissos", não por "compra" ou "promessas". Apesar disso, contava igualmente com um candidato a vereador negro, também morador da Conquista, para promover os contatos com o CEAC.[11]

Finalmente, o Conselho se dividiu: parte dos grupos (entre eles um dos maiores) decidiu apoiar o candidato da oposição local, que já contava com o MNU, na medida em que seu candidato a vice era do Partido dos Trabalhadores; os demais grupos (entre eles dois dos maiores) fizeram a opção oposta e decidiram apresentar-se nos comícios da situação. Quando indagados se não seria contraditório apoiar as forças que, quatro anos antes, os haviam "enganado", ora respondiam que não se tratava de "apoio", mas de "trabalho", ora que os verdadeiros traidores não eram o candidato a prefeito ou mesmo o prefeito de então, mas o vice e o ex-presidente do CEAC. Um dos grupos que ficou com a situação dizia ter recebido R$ 6.000,00 (US$ 5.000,00, na época) por suas apresentações em comícios, passeatas, arrastões etc, dinheiro utilizado na construção da quadra do grupo. A posição inicial de que se tratava apenas de trabalho – que não significava necessariamente o voto – foi se modificando, até que ao final da campanha passou-se a dizer que não era possível trabalhar para alguém e votar ou pedir votos para outrem, pois isso seria vergonhoso.

O argumento da construção do Centro Afro-Cultural foi retomado e, no final da campanha, dizia-se que se a situação ganhasse o Centro seria construído. Em contrapartida, lembrava-se que no mandato anterior do agora candidato de oposição (entre 1982 e 1988) o movimento negro havia sido desprestigiado, que o apoio oficial aos desfiles de escolas de samba e blocos de afoxé havia sido retirado – o que teria levado à extinção desses grupos e à introdução dos trios elétricos no Carnaval de Ilhéus, privilegiando assim a elite branca da cidade.

Um dos efeitos imediatos da divisão do movimento afro-cultural foi a falta de consenso em torno de um candidato a vereador. Vários se apresentaram como possíveis representantes, mas nenhum conseguiu apoio consistente e nenhum se elegeu. A coligação de centro-esquerda elegeu o prefeito e ofereceu ao MNU alguns cargos no setor "cultural" da administração; não mais se falou no Centro

Afro-Cultural de Ilhéus. Os grupos que haviam apoiado a antiga situação trataram logo de se aproximar do prefeito. Passaram, então, a sustentar uma última versão para sua adesão aos derrotados: na verdade, eles saberiam, desde o início, que a oposição ganharia as eleições e só apoiaram o outro candidato por razões materiais já que os grupos afro-culturais encontravam-se em uma situação muito ruim em parte derivada do que ocorrera nas eleições de 1992. Além disso, sabiam que uma vez eleito o prefeito não poderia ignorá-los já que prometera uma política "cultural" mais agressiva.

No início de 1998, o prefeito de Ilhéus anunciou formalmente seu apoio à candidatura à reeleição do presidente da República, bem como sua adesão, no plano estadual, às posições do presidente do Senado. O Partido dos Trabalhadores rompeu sua aliança com o prefeito, e os membros do MNU que ocupavam posições na administração municipal deixaram seus cargos. Nesse momento, o CEAC comprometeu-se a apoiar a reeleição do presidente da República, apresentando-se no comício que este realizou em Ilhéus e participando da campanha de candidatos à Assembléia Legislativa e à Câmara Federal que o apoiavam. No mesmo dia, reivindicou junto à Prefeitura o direito de indicar um nome para ocupar o cargo até então ocupado pelo presidente do MNU local – cargo até hoje não preenchido. A partir de meados de 1999, o Grupo Cultural Dilazenze começou a ser procurado por pelo menos cinco candidatos potenciais a vereador nas eleições municipais do ano 2000. Um deles, candidato à reeleição, já se comprometeu a desengavetar o projeto de criação do Centro Afro-Cultural de Ilhéus. Outros se comprometeram a apoiar o grupo, a arrumar empregos para seus membros, a colaborar com o movimento negro da cidade... Mas esta já é uma outra história.

Compra de votos, falta de participação, promessas

O que fazer diante de um material etnográfico dessa natureza? Em primeiro lugar, observemos que não há nada aí de estranho para a antropologia mais tradicional. Pelo menos desde Evans-Pritchard, quando nos deparamos com "crenças" mais ou menos inverossímeis (ou com comportamentos aparentemente contraditórios), levantamos imediatamente a questão de como pessoas razoáveis podem agir dessa forma, e nos preparamos para tentar descobrir algum tipo de lógica subjacente, que devolva aos fatos e aos nossos informantes sua "normalidade". O mesmo suponho, poderia ser feito quando enfrentamos a política em nossa própria sociedade. No entanto, parece mais fácil ser "relativista" entre os Azande do que entre nós.

Como compreender, sem apelar para noções problemáticas como alienação, carência ou logro, que em troca de pequenas retribuições materiais pessoas muito

pobres acabem votando naqueles mesmos que as exploram? Como escutar, sem preconceito ou rancor, a afirmativa tantas vezes repetida de que todos os políticos, ou todos os partidos, são iguais? O único caminho, creio, é tratar tais questões *antropologicamente*, ou seja, restituindo etnograficamente o sentido dos agentes e tentando articulá-lo entre si e com outras dimensões da experiência, de um modo que, em geral, os próprios agentes não fazem.

É muito comum, entretanto, que confrontados com dados desse tipo os antropólogos sucumbam à tentação de submeter os comportamentos e idéias muito concretos com que se defrontam no campo a supostos princípios gerais, que serviriam para dar conta do que realmente é observado. Assim, pode-se ser facilmente tentado a "explicar" o voto como derivando de um sistema de dependências mútuas em tese característico de uma sociedade como a brasileira: "clientelismo" ou "personalismo", que se apoiariam em valores como "honra" ou "compromisso", e que funcionariam a partir de grandes princípios de troca ou de reciprocidade.

Apesar de possuírem uma série de virtudes, essas abordagens, que eu caracterizaria de modo frouxo como "culturalistas", apresentam uma série de dificuldades. Em primeiro lugar, são sempre *circulares*: o etnógrafo chega até o que considera "valores centrais" a partir da observação empírica de um número necessariamente limitado de idéias e/ou comportamentos. Em seguida, busca extrair desse material algum princípio abstrato e, quando bem-sucedido, passa a aplicar esse princípio como fonte de explicação de qualquer comportamento ou idéia observáveis, os quais, por sua vez, passam a funcionar como simples confirmação de que o valor existe, é central e determinante (ver Herzfeld 1980:340; 1984:439; Leite 1969:45, 100, 124; Neiburg e Goldman 1998:68).

Essa circularidade instaura, em seguida, o que poderíamos denominar um curto-circuito entre o empírico e o transcendental. Empiricamente, é óbvio que não ocorreria a ninguém negar, por exemplo, que o voto como troca e compromisso seja uma prática (e uma representação) importante e recorrentemente observável. No entanto, o valor de verdade e a valoração moral dessa prática constituem um espaço aberto para a divergência, o conflito, a negociação e a mudança de opinião. Ao converter ações e símbolos muito concretos em "categorias", "valores", "padrões", elimina-se todo esse campo de variação e transmuta-se a troca em uma espécie de razão transcendental do voto. Ao efetuar essa operação, o antropólogo afasta tanto a polissemia sociológica dos termos com que trabalha quanto a dinâmica social que deveria tornar inteligível.[12]

Em terceiro lugar, a submissão das práticas a valores abstraídos dos contextos em que efetivamente funcionam e são agenciados leva a subestimar o papel de mecanismos sociopolíticos precisos na determinação dos fenômenos observados. Assim, o fato do movimento negro de Ilhéus não "conseguir" eleger um vereador que o "represente" não tem nada a ver com a maior ou menor adesão

das "camadas populares" a valores básicos do individualismo ocidental ou da democracia representativa. Deriva sim da justaposição de diferentes lógicas sociais marcadas por uma assimetria de poder.

Finalmente, e apesar das aparências, as abordagens centradas em supostas especificidades culturais dificilmente são capazes de escapar de um certo mecanicismo, que tende a derivar o que as pessoas efetivamente dizem e fazem de valores que existiriam em alguma parte de seu espírito ou em algum tipo de "consciência coletiva". Como escreveu Sherry Ortner (1984:151), "infelizmente, os antropólogos em geral consideraram que atores com muita densidade psicológica eram metodologicamente difíceis de manipular". Os processos de subjetivação são deixados de lado, e tende-se a ignorar os complexos processos através dos quais subjetividade e socialidade se engendram mutuamente.

Ora, uma das virtudes do "drama social" do qual apenas alguns fragmentos foram narrados acima reside no fato de ter permitido acompanhar durante um razoável período de tempo uma série de modalidades de relações sociais e políticas muito concretas. Esse "drama" tornou possível, sobretudo, a análise das relações entre várias lógicas distintas, que, longe de simplesmente se oporem ou excluírem, se compõem, na medida em que são alternativamente acionadas por diferentes pessoas em diferentes contextos de diferentes maneiras. Lógicas que, evidentemente, não são equivalentes ou meramente alternativas, mas assimétricas: a resultante que deriva de sua interpenetração tende a ser infletida mais na direção de algumas linhas de força do que de outras.

A partir desse "drama", tentarei desenvolver, ainda que de forma algo preliminar, uma perspectiva alternativa àquela caricatamente apresentada acima. Os temas da "compra de votos" – supostamente correlato de uma sociedade, ou de uma camada social, regida por valores clientelistas e pela reciprocidade –, do ceticismo e falta de participação política – em tese oriundos da pouca adesão aos valores democráticos –, e das "promessas eleitorais" – próprias, acredita-se, de um universo social regido por relações pessoais –, serão abordados a partir de três princípios que considero fundamentais para a compreensão do processo eleitoral e da política em uma sociedade como a nossa. Trata-se da *pluralização das categorias*, da *identificação de mecanismos complementares assimétricos*, do *reconhecimento dos processos de subjetivação*.

Pluralismo, poder, subjetividade

Como observamos, a tentativa, bem-sucedida, de atrair o movimento negro para a campanha de um candidato a prefeito esteve em boa parte centrada no "compromisso" de construção de um "Centro Afro-Cultural". É unânime, entre membros do movimento negro, atribuir a esse compromisso seu engajamento na

campanha, o fato de terem trabalhado sem nada receber imediatamente, como é hábito nas campanhas eleitorais.[13] "Trabalhamos na busca de votos", dizem alguns, "sem comer", "com fome mesmo". É apenas em 1995, ou seja, já nos preparativos para a nova eleição municipal de1996, que o candidato eleito efetua a manobra que narrei: doa uma área pública, doação embargada pela oposição.

Isso significa, creio, que se do ponto de vista do movimento negro o trabalho na campanha e a construção do Centro Afro-Cultural podem, de fato, ser encarados como os elementos de uma troca, digamos, restrita, o mesmo não ocorre quando encaramos o fenômeno do ponto de vista dos candidatos e políticos. De seu ponto de vista, o compromisso de construção do Centro Afro-Cultural aparece antes como uma espécie de dívida cuja quitação pode ser adiada ou "rolada". Na verdade, ela é cuidadosamente postergada até o momento em que pode ser inscrita em uma nova transação, que visa, evidentemente, à continuidade de algumas carreiras políticas. Novamente não saldada, a dívida pôde ser transferida, com certo sucesso, para a oposição e, de certo modo, para o vice-prefeito e o ex-presidente do Conselho das Entidades Afro-Culturais. E não é por acaso, creio, que o movimento negro considere que os verdadeiros traidores são justamente as pessoas mais próximas, não o prefeito.

Não imaginemos, contudo, que os membros do movimento negro estejam necessariamente dominados por uma lógica da reciprocidade, enquanto políticos e membros da elite operem sempre com processos tidos como mais modernos. Um candidato a vereador que patrocinara um bloco afro no carnaval de 1996, distribuindo camisetas com seu nome inscrito, acusou seus membros de traidores ("traíras") por não o terem apoiado nas eleições municipais daquele ano. Os membros do bloco contestaram a interpretação, já que de seu ponto de vista a transação efetuada no carnaval esgotava-se em si mesma, era "profissional", um "negócio". O político, ao contrário, procurara inscrevê-la na chave de uma relação de reciprocidade que, portanto, implicaria um vínculo e um compromisso futuros. Do mesmo modo, como vimos, pelo menos durante um certo momento da campanha de 1996, membros do Dilazenze sustentavam que o fato de se apresentarem nos comícios de determinado candidato não significava que tivessem que apoiá-lo nas eleições.

Tudo isso aponta para a necessidade de um esforço de pluralização das categorias. Como demonstrou Veyne (1976:81-82) a respeito do evergetismo romano, é preciso substituir grandes e vagas noções como "reciprocidade" ou "redistribuição" por uma terminologia mais cuidadosa e mais afinada com a realidade. Assim, se dom, presente, troca, redistribuição, escambo, homenagem, prestação, endividamento, investimento, compra e venda etc., inegavelmente fazem parte de um campo sócio-semântico comum, é um absurdo subsumir todas essas variedades de relação sob uma categoria como "reciprocidade". Ao contrário, trata-se

de usar a diversidade terminológica como instrumento destinado a dar conta da diversidade dos usos da reciprocidade – elaborando, assim, mais uma pragmática sociológica que uma semântica ou uma sintaxe.

É nessa chave, creio, que a complicada questão da "compra de votos" poderia ser ao menos iluminada. Tendemos a considerar essa prática uma verdadeira abominação, algo que atenta contra os fundamentos da democracia. Não estou seguro, entretanto, de que essa aversão não se deva ao fato de que aí se revela, de modo algo obsceno, a própria natureza de um sistema idealmente pautado na ação individual e concretamente ancorado no equivalente geral, ou seja, a democracia representativa das formações sociais capitalistas. Por outro lado, como vimos, no "campo", a compra e venda de votos aparecem como elemento de estratégias discursivas e não-discursivas variadas: pode-se condenar alguém por praticá-la, mas pode-se igualmente invocá-la a fim de justificar posições às vezes difíceis de confessar. Noções como a de "reciprocidade" parecem aqui especialmente inadequadas, na medida em que tendem a obscurecer não apenas os procedimentos estratégicos como a diversidade dos mecanismos efetivamente postos em ação.

O segundo ponto diz respeito ao fato de que pelo menos desde 1988 o movimento afro-cultural de Ilhéus vem tentando, sem sucesso, eleger um vereador que o "represente". Nas eleições de 1988, um membro da família que está no centro do Dilazenze teve uma votação considerada boa, mas não se elegeu. Alguns de seus irmãos atribuem a derrota ao fato de ele ter ido buscar apoio junto à "burguesia" local, ou seja, junto à classe média branca da cidade, em vez de concentrar seus esforços nos terreiros de candomblé e nos blocos afro. Ao proceder dessa forma, teria perdido parte do apoio destes últimos, sem conseguir compensar essa perda com as elites, que, supõe-se, jamais apoiariam um candidato negro e pobre.

Em 1992, como vimos, o então presidente do CEAC conseguiu se colocar como primeiro suplente de seu partido, tendo inclusive assumido o cargo em algumas ocasiões. No entanto, a não-construção do Centro Afro-Cultural logo rompeu suas relações com o movimento negro, a ponto de ser afastado através de uma reestruturação e da escolha de uma nova diretoria para o CEAC. Em 1996, uma série de candidatos dividiu o apoio do movimento negro: nenhum deles se elegeu, ainda que um tenha conseguido um número suficiente de votos para permanecer na vida política (nomeado sub-secretário). Finalmente, desde meados de 1999, uma série de candidatos a vereador tem tentado atrair o apoio do movimento negro, provocando uma série de conflitos internos.

Não creio que esse "fracasso" possa ser atribuído, como às vezes se faz, à falta de organização, educação política ou compromisso de participação. Antes de apelar para essas grandes causas, cumpre proceder à identificação dos meca-

nismos que tendem a produzir esse tipo de resultado. Em primeiro lugar, o fato de que a concepção de política em jogo no movimento negro de Ilhéus a associa, como vimos, a uma atividade poluidora, transitória e transcendente. Pode-se, assim, considerar que o fato de um irmão ter sido derrotado em uma eleição não ser tão ruim, já que a derrota pelo menos impediu que ele se tornasse "político", ou seja, alguém que se imagina portador de um sem-número de defeitos morais. Além disso, como mostrou Heredia (1996:68), ao ser trazida para dentro de espaços concebidos como de direito indivisos a política introduz divisões e desigualdades negativamente valoradas. Tudo se passa, pois, como se ainda que o grupo ansiasse por alguém que o "representasse", temesse, ao mesmo tempo, a irrupção em seu interior de mecanismos de diferenciação interna – mais um dos inúmeros *double binds* que se situam no coração das democracias representativas (Goldman e Sant'Anna 1996:33-35).

Ainda nesse sentido, uma série de mecanismos de diluição de poder são continuamente postos em ação. É muito comum que ao serem procurados por diferentes candidatos em busca de apoio eleitoral, chefes de família, mães-de-santo, dirigentes de blocos afro, promovam uma "divisão de votos", ou seja, determinem, com maior ou menor grau de sucesso, em que diferentes candidatos diferentes membros da família, terreiro ou grupo cultural deverão votar. Trata-se aqui, claramente, de um desses mecanismos que Pierre Clastres denominou "contra-Estado"; ao contrário deste autor, contudo, não creio que tenhamos razões para limitar o uso do termo a sociedades inteiras, podendo estendê-lo a processos sociopolíticos que transcorrem mesmo em sociedades dotadas de Estado (ver Clastres 1974; Deleuze e Guattari 1980:441-446).

Do mesmo modo, não é necessário falar em "sociedades segmentares" para que a noção de segmentaridade possa ser empregada. Como mostraram, entre outros, Deleuze e Guattari (1980:254-283) e Herzfeld (1992), Estado e segmentaridade podem se opor, mas também se compor. Assim, as segmentações que cortam os grupos afro e as camadas mais pobres da população de Ilhéus em geral, podem funcionar como pontos de encaixe para forças de outra origem. Uma família pode dividir os votos de seus membros entre diferentes candidatos a quem sente dever alguma coisa, ou em quem deposita alguma esperança ou interesse, mas o político bem sucedido é aquele que é capaz de "sobrecodificar" (Deleuze e Guattari 1972; 1980) de alguma forma essa dispersão, e de obter a quantidade de votos suficiente para elegê-lo. Se um candidato for capaz de aproveitar a série de divisões binárias entre os diversos blocos afro, pode impedir que estes se articulem em torno de um candidato único e, ao mesmo tempo, pode obter um razoável número de votos para sua eleição.

O ponto aqui é que as diversas lógicas postas em ação não são nem extrínsecas – como no caso das comparações transculturais de que se ocupa em geral a antro-

pologia – nem simétricas. Elas coexistem, se interpenetram, se subordinam, se opõem e se compõem em um espaço fortemente hierarquizado. Seu produto final é uma espécie de resultante que, evidentemente, está mais infletida em uma direção – a das camadas dominantes – do que em outra. A identificação de mecanismos complementares assimétricos parece, então, constituir, um outro eixo de investigação do funcionamento efetivo das eleições e do processo político mais abrangente.

O terceiro ponto a abordar diz respeito à necessidade do reconhecimento da subjetividade, ou das formas e processos de subjetivação, em política. Tomemos como exemplo o caso das promessas eleitorais. O que pode fazer com que, pleito após pleito, os mesmos eleitores sejam capazes de ouvir mais ou menos as mesmas promessas, afirmarem que não serão cumpridas, votarem nos políticos que as proferem e, após as eleições, verem confirmadas suas suspeitas de que tudo não passava de mentira?

É preciso reconhecer, inicialmente, que uma promessa não pode ser identificada por características que lhe seriam próprias. É o contexto, o debate e a negociação que fazem com que uma proposição seja uma promessa, um compromisso, uma mentira, ou qualquer outra coisa. Como vimos, nas eleições municipais de 1992, a construção de um Centro Afro-Cultural foi inicialmente aceita pelo movimento negro como um "compromisso"; não realizada, passou a ser definida como "promessa" e, logo depois, "promessa não cumprida". A questão de se se tratava de uma "mentira" (ou seja, se seus proponentes já sabiam que não a cumpririam quando a proferiram) ainda era objeto de debate em 1996. Processo semelhante ocorreu com uma proposta mais ampla: a implantação, em Ilhéus, de uma Zona de Processamento de Exportações que geraria "mais de 10.000 empregos". Na campanha de 1996, as duas proposições foram reativadas sem sucesso: desde o início foram majoritariamente definidas como falsas e mentirosas.

Além disso, é preciso observar que todos esperam que políticos façam promessas. O fato de que em 1996 o candidato de oposição sustentava ser um político "moderno", que não operava através "promessas vazias", era freqüentemente interpretado de forma negativa, como um modo de evitar assumir compromissos. Ou seja, e como já demonstraram há muito tempo os filósofos da linguagem (Austin 1955, 1957, 1961; Searle 1969), as promessas não se justificam por um referente objetivo que lhes seria exterior e em relação ao qual sua veracidade poderia ser medida; elas são, como se sabe, "performativas", no sentido de que instituem aquilo mesmo a que se referem. Ao mesmo tempo, não é possível deixar de escutar a advertência de Bourdieu (1982:85, 89-91) de que "a força ilocutória das expressões" não pode ser buscada "nas próprias palavras", mas no caráter "institucional" da linguagem, na "autoridade" de quem a utiliza: "a eficácia simbólica das palavras se exerce apenas na medida em que a pessoa-alvo reconhece

quem a exerce como podendo exercê-lo de direito" (idem:95-96). O que significa simplesmente que a abordagem antropológica da promessa deve incidir justamente sobre seu contexto de funcionamento, ou seja, sobre aquilo que a filosofia da linguagem se limita a invocar como uma série de "convenções" extralingüísticas. Trata-se, pois, de investigar sobretudo os efeitos que a promessa exerce ou pretende exercer sobre seus destinatários, sua dimensão "perlocutória" mais que "ilocutória".[14]

Nesse sentido, as promessas políticas se articulam diretamente com a questão da subjetividade. Elas servem para estabelecer relações de identificação e de oposição entre os agentes; são certamente objeto de manipulação retórica, mas também de um contínuo debate em que formas de subjetividade vão se constituindo e refazendo. De algum modo, a promessa, mesmo não cumprida, significa um reconhecimento do eleitor por parte do político, reconhecimento que se articula com uma certa identificação do primeiro com o segundo:[15] "eu voto em fulano" é uma expressão freqüentemente abreviada para "estou com fulano", "vou com fulano", ou mesmo "sou fulano".

Entre as razões para votar em alguém e o voto em alguém (entre os "ideais políticos" e o "comportamento político", portanto) intercala-se essa dimensão da subjetividade política que faz com que se vote nos mesmos candidatos por razões completamente distintas, e em candidatos diferentes pelas mesmas razões. Mesmo o que em geral é tido como pura troca econômica e interesseira passa necessariamente por essa dimensão de subjetividade: o que mais irritava os membros dos blocos afro nas eleições de 1996 não era o baixo pagamento por suas apresentações nos comícios, nem mesmo o fato de que algumas vezes sequer recebiam o prometido; eram as apresentações canceladas, as críticas à sua qualidade musical, o desprezo com que sentiam ser tratados.

Observações finais

Escrevendo sobre as eleições no Brasil do século XIX, Richard Graham pôde sustentar que sua verdadeira função não era realmente a escolha dos governantes, quase sempre produzidos por manobras fraudulentas ou pelo uso aberto da violência. Lembrando que "um sufrágio amplo não significava uma política democrática" (Graham 1990:108), Graham sugere que as eleições funcionavam como "dramas nos quais os atores empregavam a linguagem do status social para operar distinções entre os eleitores mais do que para simplesmente excluí-los" (idem:109).

Ao construírem, de dois em dois anos, o espaço onde esses dramas, mesclando participação e exclusão, continuam a ser encenados; ao reforçarem o sentimento de dependência dos dominados face aos dominantes; ao aplainarem as

subjetividades e eliminarem a alteridade (ver Guattari 1990:8-13); ao deslegitimarem outros meios de expressão, participação e protesto políticos, as eleições constroem de fato a dominação – mas não da forma que se imagina que fazem. Nas eleições, no voto e mesmo na política em geral, há muito mais do que simplesmente "política": há poderes, *agencies*, processos, subjetividades, toda uma série de variáveis cuja natureza fundamental e quase imperceptível exige mais e melhores teorias etnográficas.

Notas

[1] Diferentes versões deste texto foram apresentadas na XXI Reunião da ABA (Vitória, 1998), no 23º Encontro Anual da ANPOCS (Caxambu, 1999), no Simpósio "Antropologias Brasileiras na Viragem do Milênio" (Lisboa, 1999) – publicado em Etnográfica IV (2), 2000, e no "Friday Seminar", do Departamento de Antropologia da London School of Economics (Londres, 1999). Publicado, em versão modificada, em *Ethnos* 66(2), 2001, com o título "An Ethnographic Theory of Democracy. Politics from the Viewpoint of Ilhéus" Black Movement (Bahia, Brazil). Agradeço a Moacir Palmeira, César Barreira, Miguel Vale de Almeida, Christopher Fuller e Peter Gow pelos convites para participar desses eventos. Agradeço também a todos que me ajudaram com seus comentários e críticas. Partes do texto deverão também ser incluídas em um livro em fase de preparação, provisoriamente intitulado *Como funciona a democracia. Uma teoria etnográfica da política*.

[2] "Trata-se da hipótese de que os regimes democráticos modernos liberais só são possíveis devido a um longo trabalho prévio de 'disciplinarização' de seus cidadãos" (Pizzorno 1988:244). O ponto aqui, evidentemente, não é crer ou não crer na democracia, mas não ser ingênuo e reconhecer, com Michael Herzfeld, que "a democracia (ou melhor, a 'democratização') não é necessariamente o equivalente de uma maior tolerância" (Herzfeld 1996:83), e que, como qualquer regime, este também envolve uma política de exclusões (idem:111).

[3] É em *Coral Gardens and their Magic* que Malinowski propõe a elaboração de uma "teoria etnográfica" da linguagem e da magia (ver Malinowski 1935:2º vol.; ver também Tambiah 1968).

[4] Devo a Emerson Giumbelli a aproximação entre o tema da subjetivação moral e o que poderíamos denominar "subjetivação política". Como diz Veyne, o indivíduo não se opõe à sociedade ou mesmo ao Estado: ele "é atingido em seu cerne pela potência pública na medida em que é atingido em sua imagem de si mesmo, na relação que tem consigo mesmo quando obedece ao Estado ou à sociedade" (Veyne 1987:7).

[5] As abordagens tradicionais sobre política eleitoral "tendem a ser 'negativas', no sentido de que a explicação para as questões levantadas – basicamente, por que o eleitor vota de uma determinada maneira – são em geral encontradas na *falta* de algum elemento tido *a priori* como essencial: racionalidade, informação, tradição e organização partidárias, eficiência governamental etc." (Goldman e Sant'Anna 1996:22). Parece ter sido necessário que um membro de seu grupo chegasse ao poder para que os intelectuais começassem perceber que podem se comportar politicamente do mesmo modo que invaginavam que apenas o "povo" fazia (justificando seu voto pelas qualidades *pessoais* de seu candidato, racionalizando *a posteriori*

profundas mudanças de posicionamentos políticos, defendendo, em nome de interesses superiores, alguns casuísmos e continuísmos etc).

[6] Paulo Rodrigues dos Santos trabalhou como auxiliar nessa pesquisa em 1996 e é o responsável pela coleta de boa parte do material aqui utilizado. Em 1997 e 1998, Thereza Cristina Cardoso Menezes e Ana Cláudia Cruz da Silva realizaram pesquisa de campo em Ilhéus para suas dissertações de mestrado (ver Menezes 1998 e Silva 1998). Algumas informações aqui utilizadas foram obtidas ou completadas por elas. Agradeço especialmente a Ana Cláudia Cruz da Silva (que elabora atualmente uma tese de doutorado sobre o conjunto do movimento negro de Ilhéus) que comigo discute freqüentemente o material etnográfico de Ilhéus. Entre 2000 e 2001, Sílvia Nogueira também realizou pesquisa de campo na cidade e redige hoje sua tese de doutorado a respeito da imprensa local. Entre 1997 e 1998, Miguel Vale de Almeida desenvolveu um projeto de pesquisa paralelo ao meu em Ilhéus (ver Almeida 1999 e 2000).

[7] O primeiro antropólogo a elaborar o tema do caráter apenas relativo da suposta objetividade histórica foi, sem dúvida, Claude Lévi-Strauss (1962:338-348).

[8] Ver, por exemplo, Adonias Filho 1976; Andrade 1996; Barbosa 1994; Heine 1994.

[9] Trata-se aqui do que Moacir Palmeira e Beatriz Heredia (1993) denominaram "tempo da política". Creio, contudo, que com essa expressão os autores tenham pretendido apenas transcrever a concepção "nativa" dos eleitores enfatizando o caráter temporário de seu envolvimento na atividade política. Essa importante noção poderia, assim, ser desdobrada em função de diferentes concepções de política: existem sempre muitos "tempos da política" em conexão e/ou competição – o dos "políticos" em geral, o dos candidatos, seus assessores, cabos eleitorais, o do eleitor comum, aquele dos mais engajados. Essas temporalidades parcialmente heterogêneas se interpenetram de forma fundamentalmente assimétrica, pois uma coisa é aproveitar as eleições para obter, taticamente digamos, pequenas vantagens ou empregos em geral transitórios; outra é desenvolver estratégias para o controle de posições e cargos socialmente tidos como muito importantes.

[10] Consultando um trabalho sobre as eleições de 1992 em Ilhéus (Gasparetto 1993), é interessante observar a absoluta ausência de qualquer referência ao envolvimento do movimento negro. Não se trata, creio, de uma particularidade da produção sociológica local, mas de uma tendência da sociologia e da ciência política em retirar dos atores socialmente não privilegiados toda a *agency* de que dispõem em processos dessa natureza. Tudo se passa como uma aceitação passiva e uma espécie de duplicação da ideologia da democracia representativa: os únicos *agentes* são as elites e os políticos; os "eleitores" – esses seres fictícios cuja existência se limita a poucos minutos em uma cabine eleitoral ou às páginas de alguns manuais – só aparecem como valores agregados em tabelas estatísticas.

[11] É importante observar aqui que minha pesquisa também desempenhou um papel fundamental no rumo da participação do movimento afro-cultural nas eleições de 1996. Meu auxiliar de pesquisas interessou-se também em "mobilizar" o movimento negro para as eleições, realizando uma série de reuniões para debater o processo. Ao saber disso, e ao vincular essas reuniões com o fato de este auxiliar ser colega de trabalho de membros do comitê eleitoral da oposição, candidatos da situação temeram que tudo consistisse em uma estratégia para atrair o movimento negro para a campanha da oposição – suspeita, aliás, compartilhada por parte dos militantes negros. A situação tratou, então, de atrair o movimento, promovendo uma série de encontros e fazendo algumas ofertas concretas.

[12] Pierre Clastres (1977:199) parece ter sido o primeiro antropólogo a chamar a atenção para

essa confusão entre o empírico e o transcendental nas análises da chamada reciprocidade. Ver também Goldman e Silva (1998:45, nota 17).

[13] Em 1996, pagava-se entre R$ 5,00 e R$ 10,00 (de US$ 4,00 a US$ 8,00, na época) para alguém fazer propaganda eleitoral na rua. Algumas pessoas recebiam R$ 50,00 (cerca de US$ 45,00, na época), para dedicar-se durante um mês inteiro à campanha de um candidato.

[14] Como demonstrou Tambiah (1981:128), é preciso combinar a idéia do "performativo" da filosofia da linguagem com a de "performance", no sentido de atuação. Ver também Herzfeld 1982.

[15] Etnografias como as de Scotto (1994), sobre as eleições municipais de 1992 no Rio de Janeiro, e de Chaves (1993) sobre as eleições nacionais de 1989 e 1990 em Buritis (Minas Gerais), revelam bem o funcionamento de todo um complexo sistema de identificação, reconhecimento e subjetivação.

Referências bibliográficas

ADONIAS FILHO. *Sul da Bahia:* Chão de Cacau (Uma Civilização Regional). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

ALMEIDA, Miguel Vale de. Poderes, produtos, paixões: o movimento afro-cultural numa cidade baiana. *Etnográfica*, 3 (1), 131-156. 1999.

_____. *Um mar da cor da terra. Raça, cultura e política da identidade*. Oeiras: Celta, 2000.

ANDRADE, Maria Palma. *Ilhéus:* Passado e Presente. Salvador: BDA-Bahia, 1996.

AUSTIN, John L. *How To Do Things With Words*. Oxford: Oxford University Press, 1955.

_____. A Plea for Excuses, *Philosophical Papers*. Oxford: Clarendon Press, 1957 [1961].

_____. Performative Utterances, *Philosophical Papers.* Oxford: Clarendon Press, 1961.

BARBOSA, Carlos Roberto Arléo. *Notícia histórica de Ilhéus.* Itabuna: Colorgraf, 1994.

BOURDIEU, Pierre. La Langage Autorisé. Les Conditions Sociales de l'Efficacité du Discours Rituel. In: *Ce qui Parler Veut Dire. L'Économie des Échanges Linguistiques*. Paris: Fayard, 85-96, 1982.

_____. A Representação Política. Elementos para uma Teoria do Campo Político. In: _____. *O poder simbólico.* Lisboa: Difel, 1989.

CHÂTELET, François & PISIER-KOUCHNER, Evelyne. *As Concepções Políticas do Século XX. História do Pensamento Político.* Rio de Janeiro: Zahar. 1983.

CHAVES, Christine Alencar. *Festas, Política e Modernidade no Sertão.* Brasília, Universidade de Brasília/PPGAS, 1993. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social.

CLASTRES, Pierre. *La Société Contre l'État*. Paris: Ed. Lês Editions De Minuit, 1974.

_____. Archéologie de la Violence: la Guerre dans les Sociétés Primitives. *Recherches d'Anthropologie Politique*, 171-207, Paris: Seuil, 1977.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *L'Anti Œdipe*. Paris: Ed. Lês Editions De Minuit, 1972.

_____. *Mille Plateaux*. Paris: Ed. Lês Editions De Minuit, 1980.

FOUCAULT, Michel. *Surveiller et Punir. Naissance de la Prison*. Paris: Gallimard, 1975.

_____. *Histoire de la Sexualité 2. L'Usage des Plaisirs.* Paris: Gallimard, 1984.

GASPARETTO, Agenor. *Política & Pesquisa. A Sucessão Municipal no Sul da Bahia*. Itabuna: Sócio Estatística Pesquisa & Consultoria Ltda, 1993.

GOLDMAN, Marcio; SANT'ANNA, Ronaldo dos Santos. Elementos para uma Análise Antropológica do Voto. In: PALMEIRA, M.; GOLDMAN, M. (orgs.). *Antropologia, voto e representação política.* Rio de Janeiro: Contracapa, 1996, pp. 13-40.

GOLDMAN, Marcio; SILVA, Ana Cláudia Cruz. Por que se Perde uma Eleição. In: BARREIRA, I.; PALMEIRA, M. (orgs.). *Candidatos e candidaturas. Enredos de campanha eleitoral no Brasil*. São Paulo: Anablume/UFC, 1998, pp. 25-57.

GRAHAM, Richard. *Patronage and Politics in Nineteenth-Century Brazil*. Stanford: Stanford University Press, 1990.

GUATTARI, Félix. *As Três Ecologias*. Campinas: Papirus, 1990.

HANDLER, Richard. *Nationalism and the Politics of Culture in Quebec*. Madison: University of Wisconsin Press, 1988.

HEINE, Maria Luiza. *Passeio Histórico na Capitania de São Jorge dos Ilhéus*. São Paulo: GRD, 1994.

HEREDIA, Beatriz M. A. de. Política, Família, Comunidade. In: PALMEIRA, M. e GOLDMAN, M. (orgs.). *Antropologia, voto e representação política.* Rio de Janeiro: Contracapa, 1996, pp. 57-71.

HERZFELD, Michael. Honour and Shame: problems in the comparative analysis of moral systems. *Man.The Journal of the Royal Anthropological Institute*. New Series, vol. 15, nº 2, June 1980.

_____. The Etimology of Excuses: Aspects of Rhetorical Performance in Greece. *American Ethnologist* 9 (4): 644-663, 1982.

_____. The Horns of the Mediterraneanist Dilemma. *American Ethnologist* 11 (3): 439-454, 1984.

_____. Segmentation and Politics in the European Nation-State: Making Sense of Political Events. In: Kirsten Hastrup (ed.). *Other Histories*: 62-81. London: Routledge, 1992.

_____. *Cultural Intimacy*: Social Poetics in the Nation-State. New York/London: Routledge, 1996.

LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro. História de uma ideologia*. São Paulo: Pioneira, 1969.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *La Pensée Sauvage*. Paris: Plon, 1962.

_____. *Anthropologie Structurale.* Paris: Plon, 1958.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Coral Gardens and their Magic. A Study of the Methods of Tilling the Soil and of Agricultural Rites in the Trobriand Island.* London: George Allen & Unwin,1935.

MENEZES, Thereza Cristina Cardoso. *Tradição, Hospitalidade e Turismo. Um Estudo Sobre Produção de Identidades em Ilhéus.* Rio de Janeiro, UFRJ/MN/PPGAS, 1998. Dissertação, Mestrado em Antropologia Social.

NEIBURG, Federico; GOLDMAN, Marcio. Anthropology and Politics in Studies of National Character. *Cultural Anthropology*, 13 (1): 56-81, 1998.

OFFERLÉ, M.. Le Vote comme Évidence et comme Énigme. *Genèses,* 12: 131-151, Paris, 1993.

ORTNER, Sherry B. Theory in Anthropology Since the Sixties. *Comparative Studies in Society and History* 26 (1): 126-166, Paris, 1984.

PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz M. A. de. Le Temps de la Politique. *Études Rurales* 131/132: 73-88, 1993.

PIZZORNO, Alessandro. Foucault et la Conception Libérale de l'Individu. In: *Michel Foucault Philosophe.* Paris: Seuil, 1988, pp. 236-245.

SCOTTO, Maria Gabriela. *Representação e Apresentação: uma Análise da Campanha de Benedita da Silva à Prefeitura do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, MN/UFRJ/ PPGAS, 1994. Dissertação de Mestrado em Antropologia.

SEARLE, John R. *Speech Acts: an Essay in the Philosophy of Language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.

SILVA, Ana Cláudia Cruz. *A Cidadania no Ritmo do Movimento Afro-Cultural de Ilhéus*. UFRJ/MN/PPGAS, 1998. Tese de Doutorado em Antropologia Social.

TAMBIAH, Stanley Jeyaraja. The Magical Power of Words. In: *Culture, Thought and Social Action. An Anthropological Perspective.* Cambridge: MA, Harvard University Press, 1968 [1985], pp. 17-59.

_____. A Performative Approach to Ritual. In: *Culture, Thought and Social Action. An Anthropological Perspective.* Cambridge: Harvard University Press, 1981 [1985], pp. 123-166.

VEYNE, Paul. *Le Pain et le Cirque. Sociologie Historique d'un Pluralisme Politique*. Paris: Plon, 1976.

_____. Os Gregos Conheceram a Democracia? *Diógenes* 6: 57-82, 1984.

_____. L'Individu Atteint au Cœur par la Puissance Publique. In: VEYNE, P. et al., *Sur l'Individu.* Paris: Seuil, 1987, pp. 7-19.

Parte III

Carreiras políticas e conversões

CAPÍTULO 10

A mão santa do governador: imaginários sociais e política no Nordeste brasileiro

Júlia Miranda

Entre os 26 estados brasileiros, o Piauí ficou conhecido como aquele que, além de partilhar com outros oito[1] a aridez da região Nordeste,[2] nela se destaca como o mais pobre, estando entre as unidades da Federação com menor renda *per capita*.[3] No tocante à extensão territorial, no entanto, situa-se em terceiro lugar, com 250.934 km^2, menor apenas do que o Maranhão e a Bahia, esta última por vezes excluída da Região Nordeste. Tem cerca de 2.670.000 habitantes,[4] dos quais aproximadamente 655.000 vivem na capital, Teresina, cortada pelo rio Poti e onde a temperatura, ao longo de todo o ano, mantém-se em torno de 37º.

Essas características têm alimentado uma postura estigmatizante dos habitantes sobretudo dos estados do sul e sudeste (os mais industrializados e de maior nível socioeconômico), em relação aos piauienses. Expressões do tipo "o Piauí não existe" ou "o Brasil acaba no Piauí" largamente ouvidas, mesmo entre outros nordestinos, contribuem para alimentar o preconceito, embora, por outro lado, também alimentem um arraigado sentimento de união entre os nativos no estado. Voltarei, mais adiante, a esse fato e a algumas de suas implicações.

E a política no Piauí? Entendo que avançaríamos pouco na identificação das particularidades que revestem as construções da política pelos piauienses, se nos detivéssemos apenas na constatação de alguns pontos sobejamente apontados como identificadores das práticas, brasileiras em geral e nordestinas em particular, nesse campo. Adjetivações como "tradicional" e "clientelista" certamente mostrariam características comuns, assim como a alusão ao "voto de cabresto" e ao "curral eleitoral", além de ao fenômeno conhecido como "coronelismo".

Contudo, não seriam suficientes para dar conta das especificidades locais e regionais, do processo político como passível de levantar questões novas, mesmo ali onde tudo parece – ou é visto – como "mesmo". Ao contrário, fixaria um modelo classificatório, ignorando a riqueza e as implicações de suas variações, bem como os elementos que as tornam possíveis e a sua dinâmica própria.

Esse é o pressuposto que está na base da análise contida, em suas grandes linhas, neste artigo, que trata justamente da política no Piauí. Dela, no contexto de uma campanha eleitoral (1998), e destacando um personagem: o governador Francisco de Assis Moraes Souza, vulgo *Mão Santa*, descrito Brasil afora como "engodo", "atrasado", "carismático", "mito" e "fenômeno", entre outras expressões que remetem a imagens políticas.

Imaginários sociais e política

Para melhor explicitar a opção de análise aqui adotada, além da convicção sobre a riqueza heurística do período das campanhas eleitorais – embora não necessariamente de forma a excluir outros cortes espaço-temporais – para quantos desejem entender a política através de suas "construções particulares" pelo povo, entendo serem necessários alguns outros esclarecimentos de natureza, digamos, epistemológica.

Penso que a política, por definição, compreende uma dimensão utópica, espécie de instância onde se relacionam o cotidiano e as expectativas por ele criadas. Na qual cada sociedade projeta o seu "outro" ideal. Ou, onde a "sociedade outra" aparece como uma tela pintada; modelo pensado e proposto (Ricoeur 1976). Esse espaço prospectivo me parece ter fronteiras movediças, absorvendo uma dinâmica que não é estranha aos "esgotamentos e ressurgimentos" dos imaginários sociais e às funções que eles preenchem nos diferentes campos de pensamento e ação. Neste caso, é o político que interessa.

Essas funções preenchidas pelos imaginários sociais variam conforme diferentes momentos da experiência coletiva. Situações conflituais, como a guerra e a revolução (Baczko 1984) podem ser completadas – e é o que proponho – com as campanhas eleitorais, nem menos coletivas, nem menos conflituais do que aquelas. Também nos processos eleitorais as imagens exaltadoras dos objetivos a atingir e dos frutos da vitória procurada são condição de possibilidade da ação das forças em presença. Torna-se difícil separar os agentes e seus atos das imagens que têm de si próprios e dos inimigos, uma vez que se pode considerar que as ações são guiadas – de formas variadas – por essas representações; modelam nelas os comportamentos e com base nelas mobilizam-se as energias e legitimam-se, até, as violências.

É verdade que as modernas técnicas de manipulação dos imaginários sociais, confundidas basicamente com a propaganda, com seu refinamento e especialização crescentes, parecem haver reduzido o interesse – e as pesquisas – nesse campo, aos estudos de propaganda eleitoral, identificadas essas, sobretudo aos programas específicos no rádio e TV e, em menor número, à análise de alguns textos escritos. Pergunto-me se será pertinente pensar essa redução, "sem restos".

Esta pesquisa não toma por objeto de forma exclusiva – nem mesmo prioritária – a propaganda eleitoral, mesmo se considerada de maneira mais ampla do que apenas os programas do TRE.

A antropologia política, ao mesmo tempo em que chama a atenção para as relações entre sistemas simbólicos e estruturas de dominação, bem como para suas implicações em contextos particulares, também insiste no fato de que tradição e modernidade dialogam entre si, pactuam, se mesclam e não apenas se contrapõem como opostos. Assim, se nas chamadas sociedades da tradição, aos antigos "guardiões do sagrado", também responsáveis pelo "manejo" dos imaginários sociais, se sucedem, nas sociedades ocidentais contemporâneas, as modernas técnicas de propaganda política, nem por isso a análise da dinâmica própria aos imaginários sociais no campo político estará completa se baseada somente naquelas.

Penso que uma maneira particular de conceber a família, a sociedade, a religião, o Estado do Piauí, a prática da medicina, a ação político-administrativa, por exemplo, fundamentam as práticas do governador *Mão Santa*; já estão presentes na imagem que ele tem de si próprio. E assim também é possível pensar no caso da sociedade piauiense. Há significações que são comuns a seus vários segmentos, "leituras preferenciais da realidade social e política" (Hall 1992) que constituem uma espécie de padrão. Aquele que caracteriza essa dimensão utópica, onde as sociedades projetam suas expectativas mais gerais, aquelas suscitadas pelo permanente conflito entre as imposições do cotidiano e as aspirações, independentemente das combinações possíveis entre instâncias referenciais de natureza diversa, no caso dos indivíduos considerados isoladamente.

O moderno marketing político cria a partir de uma realidade já interpretada. E, embora tenha a pretensão de manipular essas interpretações através de suas técnicas, objetivando construir/reforçar imagens, o seu estudo não esgota as possibilidades de análise da dinâmica dos imaginários sociais, mesmo restrita ao tempo das eleições. Os imaginários sociais aqui considerados implicam uma dimensão da construção do social, um reservatório potencial de significações.

Como meu objetivo não é discutir a propaganda política, prefiro chamar a atenção para os elementos que criam as condições para que uma determinada sociedade seja sensível ao acionamento de determinados símbolos ou referências éticas; à sua reelaboração e utilização em "arranjos" variados, que articulam instâncias distintas de pensamento e ação, como a política e a religião, por exemplo, tomando por base as eleições. A análise dessas condições me parece indissociável da de sua utilização por líderes políticos e outros.

Muito embora nas sociedades modernas seja possível observar o quanto os comportamentos de natureza religiosa são ainda aceitos, tolerados ou mesmo recuperados pelo político – e o Brasil está longe de ser a exceção – a importância

dessa apropriação simbólica reside mais na variedade de formas que ela assume do que na sua recorrência. E a primeira só se explica pela história religiosa e política brasileira, pelos deslocamentos que registra e pelas recomposições a que dá lugar.

Geertz lembra que a antropologia tem descuidado da análise dos símbolos religiosos e do sistema de significados que ele incorpora, prevalecendo assim as idéias muito gerais ou as certezas superficiais. O risco, neste caso, passa entre outras pela tentação de não ver nenhuma novidade nas combinações a que dão lugar os já citados arranjos, uma vez que todo político brasileiro utiliza-se de símbolos e práticas religiosos em proveito próprio. Esta me parece, no entanto, uma "idéia muito geral".

O esforço analítico que serve de suporte para este texto objetiva compreender como utopia e imaginário se articulam numa particular campanha eleitoral, de modo a permitir a construção de imagens políticas pelo candidato, quais os símbolos e valores nos quais se apóia, e qual a dinâmica particular dessa construção, a partir das relações que estabelece com o contexto econômico, cultural, histórico e religioso local. Supõe-se, pois, que o tempo das campanhas representa apenas um momento particularmente rico de mobilização desses imaginários.

Aqui, o sistema de significados engloba ações, falas, textos e imagens imemoriais, tornadas arquetípicas e, remetidas sempre ao sagrado cristão – horizonte de sentido comum à sociedade brasileira.

As ressemantizações conduzidas por líderes políticos, com o objetivo de se verem legitimados no poder e/ou de nele serem investidos por delegação, via sufrágio universal, como neste caso, não são arbitrárias. Guardam a referência à origem dos símbolos sagrados,[5] mesmo se buscam também apoio nos imaginários sociais de vários tipos, além do que, "bricolam" com elementos oriundos da especificidade de campos distintos de pensamento e ação.

A campanha eleitoral considerada é aquela que, em 1998, deve eleger o presidente da república e, em cada estado, os governadores, senadores e deputados federais e estaduais. A análise circunscreve-se, porém – conforme já destacado –, ao Estado do Piauí e, de modo particular, à tentativa de reeleição (bem-sucedida)[6] do então governador Francisco de Assis Moraes Souza, o *Mão Santa*.[7]

Quem é o Mão Santa "do povo"[8]

Mão Santa é médico, formado pela Universidade Federal do Ceará. Está beirando os 60 anos. O apelido lhe veio dos tempos em que atendia, como cirurgião, nos hospitais públicos de Parnaíba (a segunda no estado), onde nasceu e da qual foi prefeito, depois de alí ter garantido boa parte dos votos que o fizeram deputado estadual. É como *Mão Santa* que se autodenomina, freqüentemente,

falando de si próprio na terceira pessoa. Em 1998 ele está encerrando seu primeiro mandato como governador do Piauí e pleiteia a reeleição.

Através de um particular e permanente contato com os segmentos mais pobres do estado, ele foi construindo uma mística de protetor "do povo", identificando, de modo explícito e com alusão ao seu nome e data de nascimento – 4 de outubro – sua prática à de São Francisco de Assis. Essa imagem é reforçada pela representação, tão forte quanto no seu caso, de sua mulher, a professora de 1º e 2º graus Adalgisa de Moraes Souza, alguns anos mais nova que ele, como *a mãe dos pobres* ou *a Evita do Nordeste*. Tanto o governador quanto um significativo número de piauienses assim se referem a ela.

Durante conversa no seu gabinete, na campanha de 1998, o governador do Piauí mostra-se um homem brincalhão, cordial, galanteador e sobretudo respeitoso, tendo mesmo pedido a seus assessores para não ser interrompido. Mas, deixar falar o interlocutor, aí já é outra história. *Mão Santa* monopoliza a fala, com rasgos de uma certa erudição, onde se mesclam referências a obras de romancistas europeus, à Bíblia e à história do Brasil.

Rodeado por móveis antigos, no imponente Palácio do Karnak (sede do governo), com jardins projetados pelo grande paisagista Burle Marx, *Mão Santa* está cercado de símbolos religiosos a título de peças de decoração: duas imagens de São Francisco, um crucifixo na parede e outro sobre a mesa onde também se vêem a Bíblia e um terço. Ainda sobre sua mesa de trabalho, pacotes de reluzentes moedas douradas de R$ 1,00. *Presentes de um velho colaborador, para distribuir com as crianças*, explica ele.

Um vasto acervo de estórias sobre a polêmica figura de *Mão Santa* corre de boca em boca em todo o estado e ganha, às vezes, as páginas dos principais jornais e revistas do país, sobretudo em períodos eleitorais, quando podem virar "munição" nas campanhas de aliados e adversários políticos. São "causos"[9] que reativam e reelaboram, enriquecendo, os imaginários sociais do Nordeste brasileiro e, de modo particular, da política.

Assim, é que, para provar com atos que o Karnak tem suas portas sempre abertas aos piauienses, ele recebe, certa vez, os carroceiros da capital e os autoriza a entrar com suas carroças. Cavalos e jumentos não se fazem de rogados e pastam nos jardins de Burle Marx, bem como bebem nos espelhos d'água que os decoram. Os piauienses que vêem nessa atitude "a prova" da humildade do governador, sua identificação com o povo ou – como ele mesmo costuma frisar – *sua opção pelos pobres*, podem convencer os mais reticentes, com outros "causos".

Afinal, há sempre aqueles que juram ter visto, inúmeras vezes, o casal Moraes Souza dançando descalço no "chão batido", em "forrós" interioranos. Ou, quando em viagem pelas estradas piauienses, descendo do carro oficial para ajudar tangedores de cabra.

A mão santa do governador, que lhe valeu a fama de curandeiro quando médico em Parnaíba, tem se mantido como o instrumento de sua relação com o povo. Seus adversários lembram que, quando prefeito naquela cidade, ele distribuía caixões e filtros na periferia. Dinheiro então, este continua a passar diretamente das suas para as mãos dos piauienses carentes. Sobretudo das crianças que o assediam em qualquer lugar onde ele vá.

E ele costuma andar muito, e rápido, e sem roteiro predeterminado. Nas campanhas, esse é um tormento para as equipes de marketing, que não têm seu trabalho facilitado pelas idiossincrasias do candidato. Afinal, como impor a lógica do consumo imagético na política a um governador que tem o hábito de aparecer de repente, sem convite, nas casas dos eleitores pobres, da zona rural, para tomar café da manhã? Que não gosta de decidir com antecedência o que vai fazer, e que muda de programação com uma rapidez maior do que a maioria dos políticos na sua situação?

E a *Evita do Nordeste*? A mulher do governador do Piauí chega a parecer uma segunda pessoa sua. A participação de Adalgisa de Moraes Souza não se restringe àquela já convencional entre as primeiras-damas. Não é fácil definir-lhe as características, mas pensemos num político/administrador cuja imagem só é completada se a representação a incluir.

Para pensar-se e apresentar-se ao povo piauiense como *o governador dos pobres* e, ao mesmo tempo, como um legítimo filho do Piauí, *por desígnio e vontade de Deus*, *Mão Santa* não apenas se refere ao amor genuinamente piauiense de seus pais, mas repete em todas as situações de campanha, que *um homem e uma mulher se amaram no Piauí, casaram no Piauí, constituíram uma família cristã no Piauí*, para se referir ao seu próprio casamento. Sua mulher, a *Evita do Nordeste*, é a legítima mulher piauiense. E ele insiste: *igual à mãe de vocês piauienses, à vossa irmã e mulher*.

Em todos os eventos de campanha de *Mão Santa* as referências à Adalgisa feitas por ele são freqüentes: *esta santa mulher, minha mulher*. Ela é invocada como condição de sua *luta contra a oligarquia*, seja como testemunha de suas realizações, seja como co-autora das mesmas. Assim é, por exemplo, quando, ao lembrar que o seu é *um governo que ouviu o Sermão da Montanha*, ele chega ao mandamento segundo o qual é preciso dar de comer a quem tem fome. Adalgisa segue a orientação de Cristo criando o programa de assistência *Sopa na Mão*, em cada cidade do Piauí. Apenas em Teresina, cerca de 400 pessoas podiam ser vistas na fila, sob o céu escaldante, durante a campanha de 1998.

A mão também da primeira dama está presente em todos os outros programas dos quais se ufana o governador: o *Luz Santa* (isenção de taxas), o *Água Santa* (idem), o *Dar as Mãos* (apoio ao pequeno produtor) e o *Parque Mão Santa* (urbanização de favela), para citar apenas os mais emblemáticos.

Essa mão – extensão da outra – na opinião de seus adversários parece exigir que se pense sobre sua santidade. Eles dizem haver flagrado a primeira dama distribuindo mercadorias paraguaias contrabandeadas, apreendidas pelo fisco, para eleitores pobres.[10]

Nos comícios, outra particularidade. Durante a campanha de 1998 observa-se que, nos impedimentos do governador, o palanque e o microfone são ocupados por Adalgisa, mas não na qualidade de primeira dama apenas, ou de "tapa-buraco". Tanto o tratamento que lhe é dispensado pelos políticos presentes, quanto a postura que ela assume e a recepção por parte do público fazem pensar naquela segunda pessoa do *Mão Santa* a que me referi acima.

Mão Santa chega pelo meio da multidão que grita, agarra e empurra. No palanque, onde se penduram dezenas de crianças em busca das moedinhas que enchem os bolsos do governador, o casal está sempre junto; mãos dadas, mãos no ombro, "conversa de pé do ouvido" e gestos carinhosos fazem parte dessa "performance" cujo sucesso entre os piauienses pode ser avaliado também pela prodigalidade de declarações do tipo:

> ele vai ganhar porque deus quer, sou fã número um dele, as portas do Karnak precisam continuar abertas, ela é uma santa, essa mulher é a mãe da pobreza, ainda é melhor do que o marido.

Nasci e me preparei para ser governador do Piauí. Dizia isso desde menino, marquei até a data, declara Mão Santa.[11] A primeira eleição para o executivo estadual ele vence em 1994, contra o candidato do PFL, Átila Lira. A única nota destoante nessa vitória, e que *Mão Santa* insiste não querer ver repetida, é a eleição de senadores identificados com os grupos adversários. Desta vez ele investe alto na eleição para o senado do ex-governador Alberto Silva, seu aliado do PMDB.

Mesmo seus críticos e de sua então "campanha surpreendente, em que misturava nos comícios citações de Shakespeare e da Bíblia", admitem que ele derrotou a máquina política do PFL, que controlava o governo e a maior parte dos municípios do estado.

> Eu consegui, fiz a ruptura. Não era importante, não estava ligado à oligarquia. Sabe como é...como na abolição da escravatura, eu optei pelos pobres, diz ele sobre aquele momento. E acrescenta, os empresários, industriais, que eram contra mim, que não gostavam de mim, hoje estão do meu lado, pois temem a invasão dos grupos maranhenses.

Para entender os fatos assim representados por *Mão Santa*, é necessário considerar alguns aspectos da chamada política piauiense.

David contra Golias

A constante busca de referência no texto bíblico que caracteriza as palavras de *Mão Santa* em qualquer situação denota uma preferência pelo Antigo Testamento. As forças em disputa pela hegemonia política no Estado do Piauí são representadas por *Mão Santa* como a luta de David contra Golias. Ele é o frágil personagem que, com o auxílio divino, consegue atingir mortalmente o gigante.

Mas fixemo-nos na campanha de 1998. O adversário de *Mão Santa* nessas eleições é o senador pefelista Hugo Napoleão, ex-ministro de educação e ex-governador do estado, por indicação, ao tempo dos governos militares. Filho de diplomata, Napoleão nasceu nos Estados Unidos, estudou e sempre morou no Rio de Janeiro, à exceção do tempo como governador. Seus filhos, porém, freqüentaram escolas do sul do país. A atual mulher do candidato do PFL é oriunda de família influente do Maranhão, onde vários grupos empresariais têm manifestado grande interesse em estender sua ação até o vizinho estado do Piauí.

Para *Mão Santa*, proibido por decisão judicial de declinar-lhe o nome – já que o fazia em alusões desabonadoras à sua vida pessoal –, a mulher de Napoleão representaria esse elo entre a campanha do marido e *os empresários maranhenses que estão invadindo o Piauí.*

Ligado às famílias que historicamente comandam a política piauiense neste século (Freitas, Gaioso, Almendra, Castelo Branco e Portela) e que vêm fazendo, inclusive, os governadores – com apenas duas exceções dos anos 1950 para cá – Hugo Napoleão entende estar combatendo um governo assistencialista e corrupto, a "república dos lalaus" como é definido o grupo de *Mão Santa*. Para marcar a diferença entre a sua e a candidatura do Governador, o candidato do PFL registra em cartório a promessa de adotar o orçamento participativo e a bolsa escola, programas identificados com o PT, cujo candidato a governador do DF, Cristóvão Buarque apóia abertamente Napoleão no segundo turno.

Napoleão lidera a coligação AVANÇA PIAUÍ (alusão ao que seria a situação de atraso em que se encontra o estado), que reúne PFL E PPB.

Junto com *Mão Santa* e sua coligação O PIAUÍ EM BOAS MÃOS, marcham, além do seu partido PMDB, o Pcdo B (de onde vem o candidato a vice, Osmar Júnior), o PPS, o PDT, o PTB, o PL, o PSDC e o PRONA. Uma outra coligação, desde o início sem qualquer chance de vitória e cujos votos estão localizados sobretudo na capital Teresina, é liderada pelo candidato do PT, Chico Gerardo e tem o apoio ainda do PSDB, do PSC e do PSB. Seu nome é O FUTURO A GENTE FAZ.

É interessante observar que tanto Napoleão como *Mão Santa* pertenceram à ARENA e ao seu substituto PDS. Depois, o primeiro fixou-se no PFL, e o governador passou pelo PPB antes de chegar ao PMDB. Enquanto nas eleições de

1994 *Mão Santa* obteve estrondosa votação em Teresina, em 1998 ele teve que dividi-la com Chico Gerardo.

Mas o grande inimigo, o gigante Golias de *Mão Santa*, nocauteado em 1994 e ainda não derrubado de vez, é a "oligarquia". Ouvi-lo referir-se à oligarquia faz pensar numa entidade natural, conhecida e reconhecida como tal por quantos estão familiarizados com a política do Piauí. Identificada contemporaneamente com a figura de Hugo Napoleão, a oligarquia é o *câncer que corrói*, desviando verbas até da construção de hospitais, por obra da *quadrilha dos nossos deputados federais do PFL que se junta à quadrilha do Maranhão que quer entrar no Piauí*.

Eles – os adversários – são *os oligarcas aproveitadores do passado, os enganadores,* declara *Mão Santa* na televisão durante o programa de propaganda do TRE. E acrescenta que, ao contrário, *o seu compromisso é com os mais pobres e desesperançados, com os carentes e abandonados.* Ele e seus aliados têm *o pensamento nas novas gerações, o olhar no futuro*.

A campanha de 1998, embora tenha três candidatos ao governo, fica, assim, polarizada. Hugo Napoleão é o representante da oligarquia que *Mão Santa* quer vencer a todo custo, desta vez – como ele diz – *fazendo barba, cabelo e bigode*, isto é, elegendo também uma significativa bancada de deputados aliados e senadores comprometidos com seu governo. O governador conclama o povo a não confiar no

> americano preguiçoso, de riso cínico, que nunca namorou uma mulher do Piauí, não casou com piauienses nem em igreja do Piauí, nunca estudou com uma professora do Piauí, não deixou um filho sequer nascer ou estudar no Piauí e jamais passou nem seus aniversários no Piauí.

Para ele, Napoleão, como ministro, *escreveu a página mais vergonhosa da educação no estado*. Do outro lado, está *Mão Santa*, que busca reeleger-se. Seu primeiro governo chega ao fim cercado de escândalos tais como má utilização e desvio de verbas, de denúncias de falsificação de documentos feitas pelo próprio irmão, deputado estadual Antônio José de Moraes Souza e de acusações ao seu filho e chefe de gabinete, Francisco de Assis de Moraes Souza Júnior, o *Mão Santinha*. O funcionalismo público registra um atraso de três meses no pagamento de seu salário.

Nepotismo, roubo, assistencialismo são as expressões mais correntes nas matérias sobre as eleições no Piauí veiculadas pela chamada imprensa nacional.[12] O difícil é encontrar textos jornalísticos onde o governador *Mão Santa* não seja alvo de críticas ou de referências jocosas.

No entanto, entre os segmentos populares, mesmo os que aceitam parte des-

sas críticas têm sempre um "mas", por meio do qual colocam em destaque suas qualidades.

> Vou votar no Mão Santa. Eu sempre votei PFL, mas vi como Mão Santa ajuda os pobres... isso faz ele diferente... no dia da criança eu mesmo, como taxista, levei muitas crianças à casa dele e vi ele ali, recebendo, abraçando aquelas crianças sujas... gostei dele. Outros lembram que o povo humilde vota nele. Ele fez bom governo... a gente que viaja vê... as estradas estão muito boas. As pesquisas dizem que Napoleão ganha... não sei como, porque o povo pobre vota em massa nele...

No Piauí, o maior conglomerado de empresas de comunicação (jornais e emissoras de rádio e TV), o Meio Norte pertence ao grupo de Hugo Napoleão, o que representa outra desvantagem para *Mão Santa*, se optarmos pela avaliação estratégica convencional da disponibilidade de meios para a conquista dos votos. O presidente Fernando Henrique Cardoso, também candidato à reeleição, não toma partido no Piauí. Talvez, mesmo não querendo arriscar um apoio explícito a *Mão Santa*, tampouco ouse desafiar "a máquina", pois conhece-lhe a força e sabe o quanto esta lhe beneficia a nível nacional. A campanha de *Mão Santa* ignora a eleição presidencial. Já que tem como candidato a vice um dirigente do PC do B, partido nacionalmente comprometido com a candidatura de Lula, um acordo tácito é respeitado. Não se fala em candidaturas presidenciais no material de campanha, nem no programa eleitoral gratuito, embora se observe inúmeros candidatos das agremiações de esquerda, pedindo votos para Lula nos palanques.

O destino na mão

Ao referir-se às origens desconhecidas do poder curativo dos reis para pensar os monarcas taumaturgos da Idade Média, Marc Bloch (1998) lembra que descobri-las não é o mais importante.

> "Certas representações coletivas que afetam toda a vida social são encontradas em grande número de povos; parecem sintomáticas de determinados estágios de civilização, variam com eles". No caso do toque das escrófulas pelos reis franceses e ingleses; "temos de um lado as causas profundas e de outro a ocasião, o empurrãozinho que chama para a vida uma instituição que desde longas datas estava latente nos espíritos." "Essas grandes idéias comuns a toda ou a quase toda humanidade" – diz ele – "evidentemente receberam aplicações diversas, de acordo com os lugares e as circunstâncias".

Impossível não pensar, com o historiador francês, a mão santa do governador do Piauí; as características do meio que permite ao imaginário relativo à realeza sagrada reviver, vestir-se com as cores próprias do sertão nordestino, reatualizando-se e modificando-se; incorporando elementos particulares, preenchendo funções que só se explicam no contexto da sociedade piauiense e de sua política.

Para os brasileiros, a mão é a um só tempo a posse, a direção, a habilidade, o agir e o poder. Se este último é tirânico, ter-se-á uma "mão de ferro". Quando ela é hábil, no entanto, pode ser "mão de mestre" ou "mão de fada ". Aqui, onde o misticismo se mistura de modo peculiar à fibra mesma de que é tecido o social, essa mão freqüentemente busca o seu par, e juntas, postas, preparam-se para a súplica, para a oração.

Sua representação como símbolo daquilo que se pode fazer, da ação bem ou mal qualificada, fá-la presente em dezenas de expressões usuais na versão brasileira da língua portuguesa. Assim, "beija-se a mão" para sentir-se abençoado, em sinal de respeito e submissão quando ela é santa. Sim, porque a mão santa dos representantes religiosos e dos beneméritos, por exemplo, é venerada sobretudo pelo sertão brasileiro afora, marcando hierarquias, aclarando sujeições entre os fiéis e os enviados do Senhor, mas também entre os poderosos e aqueles que subjugam.

Mas, outra mão, santa porque cura, interessa aqui particularmente. É a mão de médicos e parteiras; de pais e mães-de-santo, de pastores pentecostais e de fiéis carismáticos de vários matizes. Ela – essa mão – cura pela feitura das poções, pela destreza no uso do bisturi, pela habilidade com que busca no corpo materno a nova vida, pela exorcização de demônios e pelo alívio dos males do corpo, quando impostas, segundo o Novo Testamento, particularmente nos Atos dos Apóstolos.

A mão santa do governador do Piauí parece ter essa origem. É ele mesmo quem diz; *a política me aceitou porque fui bom como médico, senão não teria ganho esse apelido*. Ocorre que a mão santificada nas emergências da Santa Casa de Parnaíba contou com a crença na predestinação para a política e na ajuda de São Francisco de Assis, em cujo dia comemorativo nasce o governador. Na predestinação, acredita ele; da coincidência das datas não se pode duvidar. Porém, o que interessa é a força que a convicção pessoal de um lado, e a coincidência largamente difundida e ressimbolizada de outro, foram adquirindo nesse translado para o campo da prática política, onde juntaram-se novos elementos do já rico imaginário social do nordeste brasileiro.

Da santidade dessa mão, uma imensa maioria de piauienses não parece mais duvidar. Nem quando o governador "lava as mãos" diante de questões importantes como o atraso no salário dos servidores públicos estaduais, nem quando "lan-

ça mão" de verbas públicas para publicidade do governo, conforme denúncia de adversários, nem quando "molha a mão" de eleitores, trocando dinheiro por votos e reproduzindo a velha prática do "uma mão lava a outra".[13]

Parece ser possível identificar uma certa característica do misticismo piauiense, na tendência a santificar certas figuras públicas, tornadas mártires porque, identificadas com os interesses dos mais pobres, teriam sido por isso sacrificadas.[14]

Assim é que o professor Wall Ferraz, ex-secretário de Educação do estado e três vezes prefeito muito querido de Terezina até a sua morte, durante o primeiro mandato de *Mão Santa,* passou à história como um mártir. Profundo conhecedor do estado e comprometido com as carências da capital, Ferraz é referência permanente do governador em campanha. Ele afirma querer continuar-lhe a obra, relata uma conversa mantida com Wall Ferraz pouco antes de sua morte, os pedidos que ele então lhe fez e o seu compromisso em atendê-los.

Hoje, no meu Piauí o sonho de Wall foi realizado, diz *Mão Santa* elencando suas obras. O governador diz que, mesmo como médico e merecedor da irrestrita confiança de Ferraz ele não conseguiu salvá-lo. E relata seus últimos momentos:

> ele gesticulava e como não conseguia falar, escreveu; Mão Santa, nunca se pegue com a oligarquia, com o PFL corrupto e vergonhoso. Deus nosso pai não abandona sua gente, o povo de Deus. Está na Sagrada Escritura; houve umas pragas e Deus não abandonou seu povo, chamou Zé do Egito para acabar com as pragas. Houve uma fome e deus chamou Moisés para atravessar o Mar Vermelho e levar o seu povo a uma terra farta. Existiu o gigante Golias que matava o povo de Deus, e Deus mandou uma criança, Davi, pegar uma pedra e, com uma pedrada Davi livrou o povo de Golias. Nós do Piauí vemos uma perversidade pior do que as pragas, a fome e Golias: é o PFL, a oligarquia insensata e pecadora. Vou vencê-la, com a ajuda de vocês.[15]

Mas *Mão Santa* sabe das dificuldades de governar sem apoio parlamentar. E ele incita:

> Então piauienses vamos atender o último pedido de Wall, eu sozinho não posso. Vamos governar como Deus. Deus governa bem o mundo e ele nos ensinou que é preciso fazer boas leis como ele fez e entregou a Moisés para que chegassem a nós os Dez Mandamentos. E nós temos, no próximo governo, que fazer boas leis. Mas quem faz as leis não é o governador, o governador faz obras como fizeram Mão Santa e Alberto Silva, e nós queremos boas leis, porque os deputados que lá estão, do PFL, da oligarquia, não fizeram nenhuma lei para o povo e sim para os bolsos deles.[16]

O governador lembra mártires piauienses da luta contra perseguição de estrangeiros, como Simplício Dias da Silva e o episódio da expulsão dos portugueses. *Estamos combatendo o bom combate*, diz ele, comparando-se, agora ao apóstolo Paulo.

> Aqueles que queriam criar outra coisa, que não acreditavam mais no Estado do Piauí, falavam em dividi-lo e criar um estado no norte e outro no sul porque achavam que o Piauí não tinha mais jeito foram afastados. Este homem do Piauí, cristão, aprendi no livro de Deus que a casa dividida, a família dividida será facilmente destruída e derrubada. Hoje, todos estamos orgulhosos de ser piauienses, de termos nascido nesse grandioso estado que é o Piauí.

Mão Santa sabe o quanto os piauienses ainda se sentem alvo de tratamento diferenciado por parte de outros brasileiros. A campanha mesma se encarrega de dar indícios de que esse sentimento não é totalmente improcedente. Na véspera do primeiro turno das eleições, por exemplo, a Rede Globo de Televisão, divulga resultados que cobrem "todo o país", mas não há referência ao Piauí. No dia do pleito, comentadores da TV piauiense Pioneira cobram a divulgação de pesquisas de boca de urna no estado. Sequer em Teresina elas são realizadas. Alguns políticos, nos depoimentos dados durante a movimentação do dia de votação, também se unem para perguntar por que nada se divulga sobre o Piauí. Além do medo da "porca", expressão genuinamente piauiense para se referir ao fracasso eleitoral, a indignação com o silêncio sobre o andamento da votação no estado por parte das grandes emissoras de TV nacionais marcam o 4 de outubro.

Mas *Mão Santa* já lembrara, nos comícios, que *este homem do Piauí começou, até na pronúncia* – alusão ao sotaque carioca meio internacional de Napoleão *– a recordar para o Brasil e para o mundo a grandeza da nossa gente e do nosso Estado do Piauí*. O sotaque nordestino, tantas vezes alvo de piadas dos sulistas, transforma-se assim na marca da pertença, no selo que garante a autenticidade e desafia o estigma.

No 4 de outubro, dia do primeiro turno das eleições de 1998, percorrendo, de mãos dadas com a mulher, os bairros da capital, *Mão Santa* explica aos repórteres que o assediam: *Nunca um governador foi assim como o sol; igual para todas as cidades. Nunca se trabalhou tanto pelo Piauí*.

Apóstolo, pacificador, unificador, genuíno piauiense, continuador da obra de seus autênticos líderes; este é o *Mão Santa* visto por *Mão Santa*. Escolhido por Deus para, a exemplo de José, Moisés e Davi libertar o povo de deus – no caso os piauienses. A sua é uma missão libertadora frente ao inimigo estrangeiro, sem nenhuma identificação com o Piauí, com suas autênticas lideranças, com suas crenças e com sua moral.

Considerações finais

Mais do que as relações entre sentido e poder, também presentes neste caso, a reflexão busca mostrar o processo de sedimentação em que se inscrevem os imaginários sociais reativados e/ou reelaborados durante as campanhas políticas, bem como um momento particular desse processo. A análise, pois, "transborda" os limites do estudo da manipulação através das modernas técnicas de propaganda e marketing político. Provocadas por "períodos quentes", como no caso das campanhas políticas, esses imaginários apresentam uma dinâmica particular, e a sua utilização sequer está, necessariamente, condicionada às aludidas técnicas, ou mesmo as necessita.

Parece-me ser assim que ocorre com os imaginários sociais analisados ao longo da campanha do governador *Mão Santa*, no Piauí. É possível vê-lo como principal responsável pelo que podemos chamar de uso social desses imaginários, no contexto do período eleitoral considerado. A pouca atenção dispensada às exigências e imposições de assessores responsáveis por sua imagem política (horários, exposições na mídia, fidelidade à agenda etc.), bem como a "trunfos" já consagrados de políticos administradores em campanha, como a colocação em dia do pagamento dos servidores públicos – quando não o aumento do salário[17] – aliada ao seu "jeito" de falar, de se relacionar com os eleitores, bem como às metáforas e símbolos por ele utilizados, parecem mesmo, até certo ponto, incompatíveis com o padrão midiático de propaganda política, consagrado no Brasil particularmente após as eleições de 1989 (Vasconcelos 1999).

Essa "reinvenção bíblica" da sociedade piauiense, onde aos fatos narrados no livro cristão vão correspondendo as situações enfrentadas; onde o passado é lido com base num horizonte comum e imemorial de sentido; e onde as práticas também assim se justificam, não possui possibilidade de contestação; quando muito pode-se ser contra os princípios hermenêuticos que a comandam e contra suas necessárias implicações. Será esse o caso da grande maioria dos piauienses que apóia *Mão Santa* no governo do estado há mais de seis anos?

Entre as implicações, é bom lembrar uma certa desqualificação do político, *latu* e *strictu sensu*, pelo deslocamento na leitura, discussão e conseqüente intervenção no âmbito dos conflitos, problemas e demandas sociais e econômicos. *Mão Santa*, por exemplo, vê "pobres" e não exclusão social. Ao identificar os adversários como "do passado", o que ele critica é o domínio oligárquico, a perpetuação no poder e, sobretudo, a postura de distanciamento em relação aos "pobres". Por isso, repete; *governador sou eu, que vim do povo, do povo piauiense*. Ele tem o "olhar no futuro". Mas sua proposta, ele não a apresenta como modernizadora; ele também não fala de progresso. Ele não conclama "o povo" ou "os pobres" a ajudá-lo, a participar, a não ser nas eleições.

Ele, ele só, fará. E suas realizações valem pelo caráter de autêntico filho da terra comum que ele é (ao contrário do adversário); pela ruptura com o passado que só ele promoveu e que, por isso mesmo, lhe empresta a aura de "eleito" e lhe permite se ver e apresentar aos piauienses como Moisés, guia e protetor de seu "povo de deus". Seus objetivos seguem a "opção pelos pobres". Daí a ênfase nos programas sociais que incluem construção de hospitais, isenção de taxas para serviços de luz e água, urbanização de favelas e distribuição de alimentos. Pouco insiste em programas de desenvolvimento industrial ou em geração de emprego e renda.

Mão Santa não pode ser confundido com aquele que opta por um discurso político secularizado, não obstante a alusão à fé que professa. Tampouco àqueles que constroem, mesmo no embate discursivo ao longo de uma campanha, uma definição do moderno e do tradicional de modo a se identificar com o primeiro (Lemenhe 1998).

O "novo" para *Mão Santa* remete ao futuro sim, mas um futuro que se pensa pela referência à tradição, à pertença territorial, à solidariedade que une os piauienses estigmatizados, aos valores religiosos e à família. Não esqueçamos que *Mão Santa* busca um reconhecimento diferente daquele perseguido pelo adversário. Ele já está no governo há quatro anos. O uso dos imaginários sociais, neste caso, objetiva reforçar-lhe a liderança e legitimá-la, a ponto de torná-la desejável nos quatro anos que se seguirão. E ele parece estar bem lembrado da importância do domínio do imaginário e do simbólico como lugar estratégico.

Seria importante classificar *Mão Santa* como governante, político, ou líder? Não pretendi me enredar na densa e controvertida teia de significados que correspondem às definições, classificações e tipologias nesse campo, por considerar que tal procedimento foge aos objetivos aqui explicitados. Mas esta é apenas uma primeira reflexão sobre o tema, a partir de uma análise de caso.

Baczko (1985), surpreso ante a inexistência de uma teoria do imaginário social lembra que, já que as pesquisas partem em diferentes direções, é mais fácil verificar a complementaridade das questões que as orientam do que integrar num conjunto coerente as respostas hipotéticas avançadas. Concordo com ele.

Notas

[1] Além dele, integram a Região Nordeste os estados do Maranhão, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Sergipe, Alagoas e Bahia.

[2] O Nordeste brasileiro, por sua escassez de recursos hídricos, desenvolveu estratégias de combate e/ou convivência com as secas freqüentes, criando instituições de apoio e fomento ao desenvolvimento. A SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) é a principal delas, e o Estado do Piauí possuía, em 1998, 81% de seus municípios na área crítica de atuação do órgão.

[3] No início dos anos 1960, em pleno *boom* do crescimento industrial e de vigência da política populista no país, sua renda *per capita* rural e urbana era seis vezes menor do que a de São Paulo e quase dez vezes menor do que a do então estado da Guanabara (Ianni 1978:60)

[4] De acordo com o censo de 1996 do IBGE

[5] Refiro-me aqui à Bíblia; Antigo e Novo Testamentos.

[6] *Mão Santa* reelege-se com 23 mil votos a mais que o adversário, no segundo turno.

[7] A campanha eleitoral, oficialmente, compreende os meses de julho, agosto e setembro, sendo as eleições, em primeiro turno (só para cargos do executivo), no dia 4 de outubro. Embora as leituras, discussões e coleta de informações mais gerais tenham sido iniciadas alguns meses antes, a pesquisa de campo desenvolveu-se em setembro, no Piauí. Ali, sobretudo na capital, foram ouvidos, além do próprio governador, aliados e adversários seus, assim como os responsáveis pelos eventos de campanha e pela propaganda eleitoral, além de populares. Durante duas semanas nesse mês, sendo uma delas a última de campanha, os passos do governador foram seguidos de perto, incluindo-se aí o dia mesmo do pleito, 4 de outubro.

[8] Esse é o texto único de um pequeno adesivo publicitário, onde está marcado o cargo pleiteado e o número de inscrição, e no qual, como de hábito, a palavra mão é encimada por uma auréola, como nos santos.

[9] "Causo" é uma corruptela brasileira da palavra *caso – conto*, *estória*. Seu emprego, eminentemente popular, busca, neste texto, destacar-lhe as características. Isto é, o fato de que, mesmo referida a um acontecimento real, a narrativa abre espaços para a imaginação; faz acréscimos, destaca aspectos, estabelece analogias com outros acontecimentos e muitas vezes apresenta conclusões de natureza valorativa.

[10] Conforme matéria da revista *Istoé*, de 24 de junho de 1998.

[11] Em conversa com a autora, no seu gabinete, em 10/9/98, assim como todas as declarações suas, neste texto, cuja origem não for destacada.

[12] Neste caso particularmente as revistas *Veja* e *Istoé*.

[13] Conforme, entre outras fontes, matéria publicada na revista *Istoé*, em 24 de junho de 1998.

[14] Durante a campanha de 1998, um episódio abala profundamente as facções em disputa e reforça essa sede de mistificação de figuras identificadas com a política. A poucos dias das eleições, o jornalista e candidato a deputado federal pelo PPS, Donizetti Adauto, é assassinado, supostamente a mando de seu companheiro de dobradinha para a Assembléia Legislativa, o vereador Djalma Filho. Donizetti, um jovem paranaense queridíssimo pelos segmentos mais pobres do estado e sobretudo da capital, trabalhava para o grupo Meio Norte, de Napoleão, a despeito de estar na coligação de Mão Santa. Sua prática desafiava os poderosos do estado, segundo se diz. Enquanto ambos os grupos políticos tentam tirar proveito do fato incriminando-se mutuamente, a população beatifica Donizetti Adauto. O local onde ocorreu o atentado, à margem de uma das principais avenidas de Teresina, transforma-se em ponto de romaria aonde acorrem populares, dia e noite, primeiro para prestar homenagens e, depois, pouco a pouco, para pedir ajuda e pagar promessas. Os milagres, conforme tive a oportunidade de ouvir, multiplicam-se. E com eles os cartazes com poesias e declarações de saudade, as fotos, fitas, flores, velas e garrafas de água. Finalmente, o grupo Meio Norte manda erigir um monumento com o busto do jornalista por quem choram os segmentos populares que viam nele o defensor de seus direitos.

[15] Em comício durante a campanha em Teresina.

[16] Comício em Teresina.

[17] Seus adversários chegavam a espalhar o boato segundo o qual *Mão Santa* teria dito não se importar com os funcionários públicos, porque o voto deles é tradicionalmente de oposição.

Referências bibliográficas

BACZKO, B. *Les Imaginaires Sociaux*: mémoires et espoirs collectifs. Paris: Payot, 1984.

_____. Imaginação Social. In: *Enciclopédia Einaud.* Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985.

BELLAH, R. La Religion Civile em Amérique. In: *Archives de sciences sociales de religions*, no. 35, 1973.

BLOCH, M. *Os Reis Taumaturgos*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas.* Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

HALL, S. Encoding/decoding. In: HALL, S. et alli, *Cuture, media, language*. London: Birmingham, 1992.

IANNE, O. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, pp. 60.

LEMENHE, Ma. A. A modernidade como emblema político. In: Barreira I.; Palmeira M. (orgs.). *Candidatos e candidaturas: enredos de campanha eleitoral no Brasil*. São Paulo: Annablume, 1998.

MIRANDA, Júlia. *Horizontes de bruma*: os limites questionados do religioso e do político. São Paulo: Maltese, 1995.

RICOEUR, P. L'herméneutique de la sécularisation: foi, ideologie et utopie. In: CASTELLI, E. (dir.). *Hemenéutique de la sécularisation*. Paris: Aubier/Montaigne, 1976.

RIVIÈRE, C. *Les liturgies politiques*. Paris: PUF, 1988.

VASCONCELOS, R. *Transição democrática brasileira e padrão midiático publicitário da política.* Campinas: Pontes, 1999.

CAPÍTULO 11

Uma carreira política e vários modos de legitimação

Maria Auxiliadora Lemenhe

> "Dr. Feitosa foi o maior líder político que Juazeiro teve" (Depoimento de DMC)
> "Feitosa foi o maior inimigo da elite de Juazeiro" (Depoimento de VS)
> "Hoje nonagenário, depois de morar alguns anos em Fortaleza, reside aqui, com a tranqüilidade que não teve nos seus tempos de poder" (Carvalho, 1999:103).
> "Pensei que ele iria dar trabalho na velhice, mas não. É hoje muito calmo" (Depoimento de HF).

Desconhecido como figura política fora de seu próprio município, dr. Feitosa, que exerceu três mandatos como prefeito em Juazeiro do Norte (CE) e um como deputado estadual, entre os anos de 1945 e 1962, ainda polariza opiniões, como denotam os enunciados apresentados acima. Contemporâneos de Feitosa referem-se hoje a ele como *autônomo*, *homem decidido* e *arguto*. Jovens mais atentos à história dos homens ilustres da cidade o reconhecem como figura singular – *carismático*, *homem destemido*, *dado a rompantes*, *persuasivo*. O antigo líder não está apenas na memória daqueles que o conheceram de forma direta ou indireta.

Em 2000, aos 95 anos, lúcido e *com saúde perfeita*, segundo seus próprios termos, podia ser visto passeando de carro com seu motorista, todos os dias, em alguns mais de uma vez, segundo relata a esposa. Saía de sua casa, situada em bairro onde residem as famílias mais abastadas de Juazeiro do Norte, percorria a Rua São Pedro, extensa e principal via comercial da cidade, contornava na praça principal – Praça Padre Cícero – ia até a Igreja Matriz de Nossa Senhora das Dores, passava nas imediações da Capela do Socorro, onde está enterrado Padre Cícero, fazia o "sinal da cruz" diante de ambas e retornava à casa. (Depoimento de JN).[1]

Exponho aqui traços particulares de uma figura política e narro episódios da carreira deste líder interiorano e nordestino cuja ascensão e declínio políticos abrangem um período de quase 20 anos, situados em meados do século XX.

Menos que reconstituir uma biografia política de um personagem, trato de revelar formas de legitimação, de exercício e reprodução do poder. Creio que deste modo é possível desvendar dimensões complexas da vida política – relativas a um certo tempo e um certo meio social – nem sempre pensadas e tratadas como tal.[2]

Perfis do personagem

Antônio Conserva Feitosa nasceu em Pernambuco, no município de Triunfo, em 1907. O pai exerceu a profissão de coletor federal naquela cidade e era proprietário de pequeno engenho de rapadura. Diplomou-se em medicina na cidade de Recife, no ano de 1936. Têm-se aqui marcas da socialização urbana do personagem. Uniu-se, por casamento, a uma família de políticos de sua cidade natal. Segundo relata, participou da revolução de 30, como membro do movimento integralista. Em álbum da família, pode-se vê-lo em foto reproduzida por jornal de Triunfo, datado de 1937, trajando veste de formatura ao lado de uma informação de que o médico tem *clientela na cidade* e *é chefe do núcleo integralista local*. Apresenta-se como líder estudantil em tempo que cursava medicina – quando fazia *discursos violentos de contestação* – e enfatiza seu envolvimento com o integralismo que lhe rendeu a ameaça de ser "fuzilado" e alguns meses de prisão. Mostra-se envaidecido de haver sido fotografado ao lado de Plínio Salgado. Estes itens de sua biografia são constitutivos do auto reconhecimento do personagem como um rebelde precoce. Muitos que sobre ele se manifestam – seja em entrevistas realizadas por mim, seja em textos escritos (Carvalho 1999 e Coimbra 1999) – encontram, em fatos e circunstâncias da vida de Feitosa, elementos para compor o perfil de um sujeito excepcional: destemido, inovador e transgressor dos padrões de conduta correntes no campo da política, no meio social de seu tempo.[3]

Feitosa migrou de Triunfo para Juazeiro do Norte em 1940. Duas são as versões apresentadas para esta mudança de cidade e de estado. Um biógrafo autorizado, assim possível de ser considerado, pois foi seu colaborador desde os primeiros anos do tempo em que exerceu o poder na cidade, assim escreve:

> Dr. Antônio Conserva Feitosa chegou aqui *como tantos outros* (grifos meus), talvez sem maiores pretensões e se tornou num dos homens que enriqueceram a História de Juazeiro; aqui chegou em 1940, vindo de Aracati e Cascavel, onde fazia parte da equipe médica que comandou o combate à malária, no vale do Jaguaribe e outras regiões assoladas pelo terrível mal que dizimou populações inteiras, nas décadas de trinta e quarenta. Trazia recomendação ao Pe. Agra, Superior Salesiano (Carvalho 1999:86).

Relato plausível se consideramos que a cidade de Juazeiro do Norte se constituiu, desde a emergência de Padre Cícero como líder religioso e político, em um núcleo urbano para o qual convergiram – e ainda convergem – número considerável de indivíduos e de famílias, quer em busca de apoio espiritual, quer a procura de trabalho ou de alternativas para realização de negócios e enriquecimento.[4] A este respeito é exemplar a história de Floro Bartolomeu,[5] médico e aventureiro que chega a Juazeiro em 1908, acompanhando um europeu, ambos interessados na exploração de uma mina de cobre, supostamente existente em terras de propriedade do Padre Cícero. O projeto de enriquecimento de ambos não se concretiza, mas Floro Bartolomeu fixa-se na cidade, torna-se profissional da política, dividindo, com Padre Cícero, o controle da vida política de Juazeiro até sua morte (1926). Ganhou projeção no contexto político estadual e nacional como deputado estadual e federal.

A outra versão é a do próprio personagem. Nas duas longas conversas que tive com dr. Feitosa, perguntado quando e por que veio morar em Juazeiro, responde:

> Cheguei aqui em 1940, por acaso, fugindo de um problema que tive com o prefeito da minha cidade que era meu inimigo político. Vim para Juazeiro, em viagem de estudos para descobrir um lugar para viver com minha família que tinha ficado para trás. Quando cheguei fui para uma espécie de hotel. Á noite fui para a Praça e lá diante da estátua de Padre Cícero, tomei a resolução de ficar por aqui. Meu lugar é aqui e é aqui que vou ficar. Aluguei logo uma casa e avisei à mulher, que se preparou para vir também para Juazeiro.

A narrativa é feita de modo dramático, como quem repete a cena real, isto é, como se estivesse na praça, de braços abertos e erguidos em direção à estátua/imagem do Padre. Numa outra perspectiva, a afirmativa de que Feitosa chegou ao Juazeiro do Norte *como muitos outros* é verossímil. De acordo com relatos de historiadores locais, as circunstâncias, que envolvem a mudança de Feitosa, foram experimentadas por outro personagem.[6] Juazeiro tornou-se também conhecido como um lugar de refúgio para indivíduos "fora da lei", imagem construída por adversários de Padre Cícero no campo político – possivelmente reforçada por seus opositores no campo religioso – desde a ação de rebeldia contra o poder estadual conhecido como Sedição de Juazeiro (1914). Neste movimento, forças oficiais (soldados) e não oficiais ("jagunços" e "cangaceiros") partindo de Juazeiro, sob o comando de Floro Bartolomeu, atacaram Crato, cidade vizinha, e a capital do Estado. Alimentava, também, aquela imagem a alegada receptividade de Padre Cícero a criminosos acusados de transgressões diversas, dentre outras as praticadas por Lampião e seus seguidores. Assim, se já não podia mais contar, à

época de sua chegada a Juazeiro, com o apoio efetivo de Pe. Cícero, Feitosa, formula no presente, a idéia de que Padre Cícero conduziu, nas origens, seu destino pessoal e político. Como apontarei, a figura simbólica daquele líder religioso e político irá acompanhar a trajetória política de Feitosa.

Passados apenas cinco anos da chegada a Juazeiro, ele torna-se prefeito por indicação do governador. O ano é 1945, época em que chefes do executivo estadual e municipal ainda eram indicados como interventores, respectivamente pelo presidente da república e pelos governadores interventores. Segundo os próprios termos do personagem, assim como migrou "por acaso" tornou-se prefeito de igual forma.

> Por acaso fui acompanhando uma comitiva que foi a Fortaleza pedir ao governador que indicasse um prefeito que nós levávamos. O governador marcou a audiência para o dia seguinte a nossa chegada. Como eu falava muito bem, pediram que eu fosse o porta-voz da comitiva. Chegamos logo cedo no palácio e eu disse: excelência nossa viagem aqui é para acompanhar seu João Bezerra e pedir a V.Ex. para nomeá-lo prefeito de Juazeiro do Norte, pois Juazeiro está sem cabeça. O governador olhou para mim e disse: esse aí eu não quero. Olhou para a comitiva e disse: por que vocês não escolhem esse moço que está falando? Eu disse, excelência, eu agradeço a sugestão mas não aceito porque vim acompanhando um candidato e para chegar lá como prefeito me sinto frustado. Então o governador disse: então está encerrada a audiência. Chegando em Juazeiro contamos esta história de minha indicação Mas a Câmara Municipal, a Associação Comercial, todo o mundo dizia que poderia vir um tenente. Lá vou eu de novo para Fortaleza... O governado assinou minha nomeação, me disse felicidade. Cheguei aqui de volta, fui recebido com uma festa muito grande.

A nomeação do médico para dirigir o município na condição de interventor pode ser entendida como concretização da política centralizadora de Vargas, desencadeada a partir da revolução de 30 e do jogo de forças políticas em disputa no Ceará e em Juazeiro do Norte. Interpretada, explicitamente, por nosso personagem, como obra do acaso e sugerida como resultante da convergência de sua capacidade de bem impressionar, pela fala, com o humor caprichoso do interventor, subjacente à indicação residiam, segundo Carvalho (1999:86), as divergências existentes entre a facção política, que em Juazeiro pressionava a indicação do citado João Bezerra e a do interventor estadual. Há que se levar em conta, também, as afinidades políticas entre o interventor estadual e o prefeito nomeado. O primeiro, que ocupava o poder no Ceará há 10 anos, era o "chefe" de uma facção política tão extensa quanto heterogênea – Liga Eleitoral Católica (LEC) – que abrigava, entre outros grupos, adeptos do integralismo no Ceará. O segundo era

integralista, como indiquei. É significativo das identidades políticas entre estes sujeitos, o afastamento concomitante de ambos de seus postos, quando o interventor estadual – indicado por Getúlio Vargas – não engrossou as vozes que, no movimento conhecido como "queremismo", clamaram a volta de Vargas ao poder em 1945. Nesta circunstância reside a razão da curta passagem de Feitosa pelo executivo municipal na condição de interventor.

Nos escassos três meses em que ocupou o poder, Feitosa traz à vida pública de Juazeiro marcas extremas de sua forma de lidar com desafetos e adversários, já prenunciadas nas circunstâncias obscuras de sua migração para a cidade poucos anos antes. Com loquacidade e vibração de quem conta um ato heróico, relembra-se o ex-prefeito dos seguintes fatos:

> Estava eu numa biblioteca [em Juazeiro] e um camarada, um soldado, sentado numa mesa falava mal do governador. Então eu disse: você é um vagabundo, como é que um vagabundo como você pode destratar o governador publicamente. Ele olhou para mim e disse: vagabundo pode ser o senhor. Eu disse: se você for homem vamos para o meio da rua. Pulamos para o meio da rua. Empurramos o revólver um no outro. Derrubei o sujeito, tomei o revólver dele e dei uma pesada na cara dele; ai arribei... Em casa me escondi no sótão e pedi à mulher para dizer que eu tinha subido a serra de Araripe. A casa foi se enchendo e quando chegava alguém aliado subia para falar comigo. Lá de cima do sótão eu ia orientando meu pessoal. Para encurtar a história: me entendi com as pessoas em quem eu confiava e fiquei em Juazeiro do Norte com revólver na cintura. Facilitou muito a estada em Juazeiro do Secretário de Polícia em Fortaleza, que era meu parente. A coisa foi amortecendo e no final de contas fiquei em Juazeiro e dai a pouco fui eleito prefeito, fui eleito deputado e fui eleito prefeito de novo.[7]

Em 1947, há menos de dois anos do acontecimento acima relatado crime, Feitosa, concorrendo pelo Partido Republicano com candidato da coligação UDN/PSD, é eleito prefeito, com 57% dos votos. Com ele são consagrados sete vereadores, para uma Câmara que tem 11 cadeiras. Na disputa seguinte, em 1950, concorrendo a uma vaga na Assembléia Legislativa, obtêm um total de votos (4.771) que em muito se aproxima daqueles obtidos por antigas lideranças da região do Cariri.[8] Neste pleito, o percentual de votos de eleitores de Feitosa, em Juazeiro (70,8%), é expressivo do crescimento do prestígio do líder no município. Sua legitimidade é reafirmada, neste momento, na eleição para prefeito de um obscuro candidato, seu preposto. Nas eleições municipais seguintes (1954), nosso personagem é derrotado. Ressurge, em 1958, como candidato do PSD, mais uma vez sobrepujando seu maior adversário, o chefe da facção aglutinada na UDN.

Encerrou-se aqui a carreira política de Feitosa. Nunca mais disputou uma eleição. Tampouco logrou transferir seu prestígio para um filho que se candidatou a deputado estadual e para um aliado que concorreu ao cargo de prefeito de Juazeiro do Norte, em 1962. A despeito de haver sido derrotado em 54, ao discorrer sobre sua carreira, declara: *nunca perdi uma eleição, aqueles que apoiei perderam, eu não*.

Procuro interpretar como uma estrutura de poder – interiorana e nordestina, datada em meados do século XX – à qual se atribui a existência de barreiras interpostas a sujeitos desvinculados de esquemas de poder cristalizados, pode se abrir para a legitimação dos mesmos. Em termos mais precisos, intento responder à seguinte questão: através de que processos um personagem "de fora" de uma comunidade política logrou construir, em tempo relativamente curto, uma carreira política tão retumbante.

"Aliados" e adversários

Apresento a seguir, de modo breve, uma genealogia do poder em Juazeiro do Norte, na qual situo personagens políticas que antecederam Feitosa e os processos através dos quais estes foram legitimados como líderes no município. Considero isto necessário para meu propósito, aqui em uma dupla perspectiva. De uma parte, é um caminho que possibilita marcar traços da cultura política na conjuntura em que Feitosa emerge como pretendente ao posto de dirigente da municipalidade. De outra, as características pessoais e políticas dos sucessores se constituíram como uma matriz de sentido para as ações políticas de Feitosa, ao longo de sua própria trajetória.

Desde a instituição de Juazeiro do Norte como município (1911) até final da década de 20 e início dos anos 1930, o poder político esteve sob o comando de Padre Cícero e de Floro Bartolomeu. Ainda que se afirme (Della Cava 1976) que o poder de mando efetivo de Floro prevalecesse sobre o do Padre, que ocupava o lugar formal de prefeito, a legitimação de ambos estava fundamentada em lealdade de base mística-religiosa. Se o poder do chamado "alter-ego de Pe. Cícero" esteve respaldado em sua capacidade de mobilizar homens e armas, segundo interpretação corrente, penso que o reconhecimento de seu lugar de mando não prescindiria do prestígio emanado da figura simbólica do líder religioso.

Se à época de hegemonia política da dupla a figura do dirigente não estava encarnada em nenhum chefe de parentela – padrão recorrente nas formas de organização do poder local naquele tempo – isto não implicava na inexistência de grupos familiares reconhecidos como base de apoios político ao Padre. É exemplar o caso de próspero fazendeiro, originário de município vizinho de Juazeiro Norte, que se fixa na localidade imediatamente após a condenação do Padre Cícero

e irá se constituir – ele e sua esposa – em um ativo e poderoso aliado, sobretudo no trabalho de organização de irmandades leigas, consideradas por Della Cava como "estruturas políticas" e retaguardas de massa do poder do Padre (Della Cava 1976).

A morte de Floro Bartolomeu (1926) seguida da de Padre Cícero (1934) trazem ao domínio da vida política do município um novo líder – José Geraldo da Cruz – apresentado no citado estudo de Della Cava como um dos persistentes adversários de Padre Cícero e de Floro Bartolomeu. Ao tempo em que Feitosa passa a residir em Juazeiro, o comando da vida política do município estava, mas mãos deste "filho da terra" que ocupara, desde 1930, várias vezes, o cargo de interventor do município. Foi o principal adversário de nosso personagem enquanto este ocupou ou disputou o poder, vale dizer, ao longo de toda sua carreira política.

Cruz distingue-se de seus antecessores em vários aspectos: é leigo, comerciante e farmacêutico prático, membro de família proprietária e com longa pretensão de mando político na localidade (Matos Neto 1989, passim). Mas, tal como os adversários de ontem, firmou-se como líder político respaldado em capitais (no sentido de Bourdieu) de distintas naturezas.

Portava o prestígio de membro de uma família de grandes proprietários, cujos ancestrais mais remotos teriam ocupado postos de comando, na região do Cariri, em tempos coloniais remotos (Matos Neto 1989, passim) e nas esferas do poder provincial e imperial. A condição de família proprietária das terras, nas quais se desenvolveria a cidade de Juazeiro do Norte, enseja uma narrativa indistinta da origem da cidade e da família.(Lemenhe 1996). Membros da parentela de Cruz, ainda que mal sucedidos, disputaram o poder com Padre Cícero e Floro Bartolomeu, desde a constituição de Juazeiro como município (1911) e, nesta medida, não deixaram de se fazer presentes na vida política local. Cruz teve, em sua atividade profissional, uma profícua, e provavelmente mais decisiva, fonte de legitimação. Farmacêutico prático, teve aprovado (1923), pela Diretoria Geral da Saúde do Rio de Janeiro, a fórmula de um medicamento de nome "Bálsamo da Vida", manipulado e vendido em farmácia de sua propriedade, denominada "Farmácia dos Pobres", situada na principal praça da cidade. Naquela função, notabilizou-se, também, como clínico geral e competente ortopedista (Carvalho 1999 e Matos Neto 1989).

A biografia de José Geraldo registra iniciativas de natureza pública, fora da esfera estatal, como a organização e direção de entidades de naturezas diversas. São elas: Associação de São Vicente de Paula (1922); União Comercial (1924); Associação dos Pedreiros (1927); Associação dos Volantes (1928), Associação dos Carreteiros (1929) e Círculo Operário Católico (1931). Entidades que congregavam trabalhadores urbanos proliferaram no Brasil nos anos 1920 e 1930,

muitas delas lideradas pela Igreja Católica como reação a antigas e novas forças políticas – maçonaria, tenentismo e comunismo. (Miranda 1987:80-81). A existência daquelas, em Juazeiro do Norte, não é, portanto, uma exceção. Mas ali se constituíram como espaço de luta contra o poder de Padre Cícero e de Floro Bartolomeu. (Della Cava 1976:247) Se, na "nova ordem" pós-1930, ser adversário de Padre Cícero pode ter se constituído como mais um haver político de Cruz, que o credencia para ser nomeado o primeiro interventor do município – pelo assim chamado "chefe da revolução de 30" no Ceará e inimigo político de Padre Cícero – sua reprodução no poder, seja em sucessivas interventorias, seja como prefeito eleito, pode ser creditada às múltiplas fontes de legitimação. Isto é, prestígio inscrito na origem familiar e nas atividades profissionais; fidelidade construída junto a membros de entidades de classe de proprietários e de não-proprietários.

Feitosa: médico caridoso, prefeito milagreiro e corajoso

Desprovido de capital político previamente constituído, próprio ou herdado, Feitosa dispunha de um conjunto de "competências", de naturezas diversas, que o habilitaram para disputar o poder. Trato, em seguida, de descrever como a atividade profissional, a habilidade para apropriar-se de valores e símbolos dominantes na cultura local e o domínio da retórica foram mobilizados para a construção de uma bem sucedida carreira política.

Inserção no campo político mediante mobilização de prestígio social, construído na esfera da vida profissional, é processo recorrente no Brasil. Estudos realizados sobre campanhas eleitorais contemporâneas, por exemplo, revelam que prestígio inscrito no exercício de profissões se constitui tanto como "operador de entrada na política" quanto como recurso estratégico para validar legitimidade construída no interior do próprio campo político (Irlys Barreira e Moacir Palmeira (org.) 1999). Se a afirmativa de que prestígio profissional nutre o prestígio político não é uma generalização abusiva, o caso em exame enseja a possibilidade de discernir particularidades de que se reveste a relação entre exercício da prática médica e legitimação política. Diria que a profissão de médico, no contexto da sociedade e da cultura no Brasil, confere capital político dotado de maior "densidade", em relação a outras profissões.

Foi praticando a medicina que Feitosa inseriu-se na vida pública do município.

Quando ele chegou aqui só havia três médicos. Fazia partos, atendia o povo. Fazia partos e era convidado para ser padrinho das crianças. Ficou famoso por causa disto, esclarece a esposa, com o adendo do ex-prefeito: *Trabalhei demais em medicina. Minha vida toda foi ser médico*.

Levadas em conta as precárias condições dos serviços de saúde disponíveis ao conjunto da população àquela época – muito mais graves que as de hoje – o conhecimento autorizado que faculta prescrever remédios e efetivar procedimentos para minorar a dor, trazer à vida e afastar a morte – fatos dramáticos do cotidiano – institui vínculos duradouros entre o paciente e o profissional, traduzidos como expressões de valores afetivos e de fundo religioso, sintetizados nas noções "amizade", "caridade" e "milagre". Assim se expressa hoje um antigo eleitor de Feitosa:

> Quando ele chegou aqui fez logo amizade, falando sobre Padre Cícero, receitando o povo. Era um homem muito inteligente, então o povo foi gostando dele. Outra coisa, quando uma pessoa ia pagar a receita a ele, ele perguntava: pode pagar? Se a pessoa pudesse pagar ele recebia, se não pudesse ele não recebia. Ele era muito caridoso. Quando chegou aqui viu logo o rumo da cidade e logo começou fazendo caridade. [segue-se longo relato sobre a presteza com que Feitosa atendeu a esposa doente, a despeito do médico estar em uma reunião no momento em que foi solicitar seus serviços] Ele não nos conhecia. Parecia que queria conquistar as pessoas. Ele conquistava a gente (Depoimento de JC).

Para um adventício que, ainda recém-chegado à localidade, revela pretensões de exercer o poder, na falta de apoio e prestígio político conferidos por indivíduos ou grupos locais – seja de base familiar, religiosa ou de agrupamentos estritamente políticos – a profissão de médico constituiu-se em uma indispensável trilha para o florescimento da carreira.

Como apresentei linhas acima, o adversário principal de Feitosa era um farmacêutico prático, que se notabilizou na vida pública como "médico prático" e, sobretudo, como médico dos pobres. O médico diplomado irá disputar prestígio profissional e político no mesmo território simbólico de Cruz e com vantagens. Detém o título de doutor, a autoridade que o saber médico oficial confere e a possibilidade de ser reconhecido como "amigo" dos pobres e dos "não-pobres", isto é, dos que podem pagar e dos que não podem fazê-lo.

O médico caridoso se veste também de homem político dotado de virtudes extraordinárias, dotado do poder de fazer milagres ou de exercer a função de intermediário entre o poder santificado e os crédulos em dificuldade.

Relato recorrente, feito pelos adversários como prova das artimanhas de Feitosa para atrair eleitores ou, pelos simpatizantes, para demarcar a astúcia do político, narra uma cena que apresento aqui em três versões convergentes.

Relato de antigo adversário:

> Feitosa tinha uma capacidade de atrair o povo através de seus discursos, explorando o nome de Padre Cícero. Por ocasião de uma campanha eleito-

> ral, um cidadão estava cavando um cacimbão com muitos metros de profundidade. As paredes cederam e o homem ficou totalmente soterrado. A família do homem chorando, quando ele [Feitosa], que ocupava o cargo de prefeito chegou no local. Alguém diz que não adiantava cavar e ele diz: vamos cavar e com o poder do Padre Cícero ele vai sair vivo. E o homem saiu vivo. *O povo saiu dizendo que era milagre* (Depoimento de GM).

Relato de antigo eleitor de Feitosa:

> Há uma história de Feitosa que acho muito bonita. Tinha um cacimbeiro limpando uma cacimba; havia um barreiro perto e a cacimba fechou com o homem dentro. Ele [Feitosa] soube e correu para lá. *Foi juntando gente, muita gente*. Chegou a polícia. Disse Feitosa: vamos arrancar o homem. Quando já estavam ouvindo o homem de lá de dentro, a cacimba voltou a desabar. O chefe do serviço disse para ele [Feitosa] que não tinha mais jeito. Feitosa *abriu aqueles olhos azuis* e disse: eu quero o homem vivo ou morto! Tirem a terra com cuidado [narrador dá à voz um tom enérgico]. Havia muita gente e só chegava perto quem ele deixava. Ele comandava. Depois de quatro horas que havia desabado foi que tiraram o homem. Ele [Feitosa] levou o homem para o consultório dele e depois mandou para casa. *A rua parecia uma procissão*. O cacimbeiro, meu conhecido, me disse depois que quem fez o milagre foi Padre Cícero, mas pelas mãos do prefeito Feitosa (Depoimento de JC).

Relato de Feitosa:

> A cacimba desabou com o homem dentro. Então mandei chamar os cacimbeiros todos. Alguns diziam: é melhor o senhor aterrar logo. Eu disse: eu tiro ele vivo ou morto [narrador fala com voz empostada, acompanhada de gestos que denotam firmeza]. Para encurtar a história, depois de seis horas de luta tiraram tijolo, terra e água e tirei o homem vivo. *Isto foi uma coisa que celebrizou minha vida*. Fiz isto invocando Padre Cícero. Daí inventaram umas histórias muito interessantes a meu respeito.

As histórias reais ou não, isso pouco importa, traduzem a "densidade de significados" onde se revelam atributos pessoais e a transformação dos mesmos em reconhecimento político.

A menção, na segunda narrativa, aos olhos azuis do personagem não é circunstancial, isto é, tem significado que transcende o contexto de uma fala particular. Homem de olhos azuis, pele clara e compleição franzina, traços também de Padre Cícero, Feitosa pode se fazer representar e ser reconhecido de forma mais plena como réplica do modelo mítico tomado como referência.

Perguntado sobre que outros milagres teria realizado, nosso personagem e a esposa, presente à entrevista, riem muito. A segunda discorre, então, sobre as circunstâncias nas quais emerge a verossimilhança entre o ex-prefeito e o padre e os sujeitos produtores da mesma:

> Minha casa estava sempre cheia de gente. Havia umas velhas que passavam o dia todo lá. Foram elas que inventaram. Diziam que ele era parecido com Padre Cícero. Diziam também que Padre Cícero havia profetizado que um homem de olhos azuis viria tomar conta de Juazeiro depois de sua morte. Tudo começou quando ele [Feitosa], para construir nossa casa, aterrou uma lagoa. Viram a melhoria como obra do sucessor de Padre Cícero.

A atribuição às velhas que o circundavam a origem das semelhanças do político com o padre são plenas de significado. Como se sabe, o sacerdote teve sua história de homem santo e protetor dos desvalidos associada à de várias "beatas", mulheres viúvas ou solteiras que acompanhavam o padre no seu dia-a-dia, seja nas orações, seja lhe prestando serviços pessoais. Algumas delas ganharam notoriedade por suas virtudes e feitos extraordinários, como Maria Araújo – em torno da qual se desenvolveu a crença nos milagres praticados em Juazeiro por Padre Cícero – e Beata Mocinha, misto de governanta e enfermeira, "anjo protetor" que acompanhou o sacerdote até sua morte. Outras permaneceram anônimas mas, nem por isso, menos importantes como propagadoras e protagonistas dos milagres acontecidos em Juazeiro, razão pela qual foram qualificadas por Della Cava (1976:68) como "oráculos populares de Joaseiro". A percepção do ato de aterrar uma lagoa – empreendido por Feitosa com finalidade estritamente particular – como uma benfeitoria urbana para todos e como um feito que evoca a figura do Padre, teria sido poderoso meio de reconhecimento daquele como um prefeito excepcional. Tanto mais porque, como um primeiro prefeito do município que permaneceu no posto por duas décadas, efetivamente a Cícero podem ser creditadas muitas das obras – físicas ou não – ali edificadas. Feitosa soube cultivar com eficiência o epíteto de *Anjo da lagoa* (Depoimento de JN).

A construção da homologia do prefeito-médico com o prefeito-santo pode ser também conhecida ao se examinar outra ordem de relações de idéias e de símbolos. Trata-se da assunção de Feitosa como *romeiro*, que suponho não só haver sido a matriz para a elaboração das representações até aqui apresentadas, como também uma idéia-força permanente em sua carreira.

Situo o contexto político no qual Feitosa declara-se "romeiro". O ano era 1947, próximo às primeiras eleições municipais no País do período conhecido como "redemocratização". Foi, também, neste ano que Feitosa concorreu pela primeira vez ao cargo de prefeito.

Em Juazeiro do Norte, duas facções políticas estavam agrupadas, uma na UDN, liderada pelo referido Cruz, e outra no PSD, comandado por um ex-prefeito interventor, considerado como o homem mais rico da localidade. Ambos eram juazeirenses. Feitosa havia se agregado a esta segunda facção e, tudo indica, cogitava ser apontado como candidato a prefeito. Não só não teve suas pretensões realizadas, como viu seu partido aliar-se à UDN e sacramentar o líder da mesma como candidato. Indignado, Feitosa vai a Fortaleza, articula-se com o líder de uma pequena agremiação do Partido Republicano e regressa a Juazeiro, com a "missão" de instituir a seção do PR no município. Em poucos dias, congrega quarenta adeptos, insatisfeitos com as duas outras facções, e é indicado candidato. No ato de lançamento da candidatura, Feitosa teria se autonomeado "romeiro":

> Feitosa ficou entre os descontentes que se reuniram no sobrado do *romeiro rico*, João Vitorino, e decidiram pela candidatura do médico Feitosa, que foi muito aplaudido, recebeu manifestações de solidariedade e ouviu *entusiasmados vivas aos romeiros e ao Pe. Cícero*... Entre a fundação do Partido e as eleições, decorreu pouco tempo. Na campanha de quarenta dias, o Dr. Feitosa defendeu a bandeira que era *a valorização do romeiro e das homenagens ao Pe. Cícero*, que culminaram com a realização de um dos maiores comícios da política juazeirense: o 'comício das flores', para onde cada pessoa trazia uma flor para depois, em passeata, aos milhares, serem depositadas aos pés da estátua de Pe. Cícero, na Capela do Socorro (Carvalho 1999:100).

Se, em termos genéricos, romeiro é sinônimo de peregrino, aquele que visita um santuário movido pela idéia de reverenciar um santo, para invocar uma graça ou cumprir promessa por graça alcançada, em Juazeiro, ser romeiro ou ser reconhecido como tal, tem conotação particular. Traduz a ocupação de um lugar social específico, em uma ordem de disputa de fundo religioso e político. Aos "romeiros" contrapõem-se os "filhos da terra". Estas classificações têm gênese antiga, mesmo levando-se em conta o contexto político acima descrito. Remonta ao tempo em que Pe. Cícero emerge como centro da polêmica travada entre, de um lado, o Vaticano e o clero cearense (em particular sacerdotes situados no topo da hierarquia da vizinha cidade do Crato) e, de outro, um conjunto heterogêneo de sujeitos, unidos na defesa do sacerdote. Segundo Della Cava (1976:139-140), a condenação do clérigo pelas autoridades eclesiásticas ensejou a descrença nos milagres da parte dos naturais da localidade, muitos deles homens ricos fazendeiros os quais, em conseqüência, afastaram-se do mesmo. Assim sendo, para desenvolver ações no sentido de restabelecer suas funções sacerdotais, Cícero passou a depender muito mais do apoio material e político dos adventícios, comerciantes ricos e das pequenas contribuições dos peregrinos pobres. Considera, ainda,

aquele autor que a predominância de comerciantes bem-sucedidos entre os adventícios concorreu para a segmentação entre "filhos da terra" e "os de fora". Dentre as várias formas dos naturais expressarem seus antagonismos com os adventícios figura a de "romeiros". Creio ser plausível pensar que, também, as sucessivas derrotas dos "filhos da terra" nas disputas pelo controle da vida política do município com Cícero e o adventício Floro teriam contribuído para ampliar a divisão entre os "dois Juazeiros" – termo cunhado por de Della Cava.

Feitosa irá reviver esta polarização. Se Padre Cícero buscou, entre outros meios, legitimar-se como primeiro prefeito de Juazeiro – e ao mesmo tempo justificar seu ingresso na política – sob o argumento de que era o único capaz de unir os "dois Juazeiros" (Della Cava 1976:140), nosso personagem, ao contrário, valeu-se daquela segmentação para marcar suas diferenças em relação aos seus adversários, "filhos da terra", fazendo-se "romeiro". Nesta condição, pode ser percebido, de um lado, como político abençoado pelo santo sacerdote e, de outro, como um indivíduo comum, idêntico aos crédulos infortunados e dignos da proteção do Patriarca para solução de problemas de toda ordem. A imagem do médico caridoso e milagreiro pode se confundir com a de um homem público indistinto do povo.

Concentrações em lugares públicos, em torno de candidatos, não era novidade no Brasil desde os anos 1920 e 1930 em diante. Nas maiores cidades brasileiras, excetuando-se o período da ditadura de Vargas (1937/1945), a polarização ideológica saíra do restrito espaço dos jornais para as ruas, onde tenentistas, comunistas e integralistas falavam para as massas. A institucionalização de novos partidos, desde 1945, e as campanhas eleitorais, neste ano, trouxeram a Juazeiro candidatos ao governo do estado e porta-vozes dos candidatos à Presidência da República, vindos de Fortaleza, segundo noticia um jornal local consultado. Mas, nesta cidade, concentrações e oradores discursando em espaços públicos não era um acontecimento novo. Desde as ameaças de punição ao Padre Cícero – e após efetivação das mesmas – movimentos pró e contra o padre, envolvendo massas de indivíduos organizados em irmandades leigas, não só politizaram uma questão religiosa como ganharam as ruas, conforme analisa Della Cava. Ainda, desde quando Cícero foi privado do exercício das funções sacerdotais, ruas e praças passaram a se constituir como lugares exclusivos para a aproximação do padre com a massa de crédulos. Diria que, em Juazeiro, audiências dos palanques foram formadas no "púlpito".

Referências às campanhas eleitorais, desde a de 1947, quando Feitosa concorre ao cargo de prefeito pela primeira vez, registram comícios realizados pelos diversos candidatos, como rememora Coimbra (1999:21). Se todos falam para o povo, o que teria particularizado nosso personagem em relação aos adversários?

> Feitosa tinha grande capacidade de atrair o povo através de seus discursos (Depoimento de GM).
> Seus comícios levavam as pessoas às lágrimas e ao riso. Conta-se que um indivíduo, viu uma pomba branca, o Espírito Santo, pousada no ombro de Feitosa quando ele discursava num comício. Teria ele dito ao vidente: meu filho, nem tudo que se vê deve ser dito (Depoimento de DD).
> Memorável campanha onde o baixo nível do palavreado nos palanques, nas publicidades de boletins (não existiam os estridentes carros de som de hoje) era de ser proibido para os menores de 40 anos (Coimbra 1999:21, em capítulo de livro no qual discorre sobre Feitosa).

Em comício de desagravo a ofensas proferidas contra o pároco da cidade, seu aliado, o prefeito Feitosa, se declara "ao lado de todos, indo até ao *sacrifício da própria vida para defender os inocentes*" (*Correio de Juazeiro*, 19/6/49).

Comícios, como qualquer outro meio de campanha eleitoral, se constituem em oportunidades para os candidatos marcarem suas diferenças em relação aos adversários. No caso em análise, o político particulariza-se em relação aos seus opositores na medida em que rompe com padrões correntes nas práticas políticas locais. Sendo o "púlpito" a matriz do palanque, Feitosa transgride o "modelo" em várias perspectivas. Uma delas, na mobilização do humor como forma de identificação com um povo socializado numa ambiência social marcada pela sisudez e pelo recatamento, que prevalecem em meios sociais onde a religião é fonte hegemônica de orientação da vida. Transgride, também, nos meios verbais que mobiliza para denegar os adversários, recorrendo a termos não usuais em espaços da vida pública e, como tal, submetidos a interditos pela moral pública local, como sugere o texto assim reproduzido. Rompe com os padrões preexistentes e consagrados de comunicação do líder com a massa ao recorrer a meios retóricos de natureza trágica, tal como se pode ler nas citações da página anterior.

Não faltariam às campanhas eleitorais do personagem – recursos dados a conhecer através da leitura de um álbum, repositório de fotos, recortes de jornais, etc, relativos exclusivamente a Feitosa – comícios animados com a presença de Luiz Gonzaga; concursos de paródias musicadas com melodias interpretadas pelo cantor; flâmulas confeccionadas com reprodução da figura do candidato com dizeres do tipo *Para Prefeito Conserva Feitosa – um voto certo* e os hoje denominados "santinhos". Preservado em álbum, vê-se um exemplar, veiculado na campanha de 1951, quando Feitosa é candidato a deputado estadual e um correligionário tem seu apoio para o cargo de prefeito: três fotos, dispostas de modo a formar um triângulo – que recorda a figura da Santíssima Trindade – cujo vértice principal é definido por uma foto do Padre Cícero e os dois restantes pelas fotos dos dois candidatos, com os respectivos dizeres*: O Fundador*, *O Benfeitor*, *O Continuador*.

Frente a adversários formados em meio cultural onde as relações no interior do campo político são realizadas segundo processos que envolvem, sobretudo, contatos pessoa-a-pessoa, mediados pelo princípio da lealdade recíproca entre o político e o eleitor, que dispensam a fala grandiloqüente, Feitosa maneja recursos de retórica e outros meios para se comunicar com as massas desconhecidos por aqueles. É nesta condição que se fez reconhecido como figura excepcional.

Destaco, por fim, uma outra dimensão através da qual o político emerge, em seu meio, como uma figura marcada por uma singularidade representada positivamente.

Construídas tendo como referência suas ações como gestor da municipalidade, as representações têm como qualificativos mais expressivos os termos: *homem decidido*, *homem destemido*, *autônomo*. Vê-se arrolado, de forma recorrente, por diferentes sujeitos e pelo próprio personagem, um conjunto de iniciativas tais como: intervenção no espaço urbano; dotação de serviço público para fornecimento de energia elétrica, na sede do município; reforma do mercado; regulamentação do horário de funcionamento do comércio. Descrevo as circunstâncias nas quais as realizações do prefeito são concretizadas.

> Juazeiro tinha as ruas muito estreitas e irregulares e por ocasião das romarias ficavam intransitáveis. Feitosa então resolveu alargá-las. Para isto, era necessário cortar umas figueiras nas calçadas de alguns moradores. Muitos concordaram, mas um se recusou. Era Cruz, o adversário maior de Feitosa. Aí ele foi lá, pessoalmente, com funcionários da prefeitura e os policiais. O homem disse que não autorizava o corte da árvore. Feitosa então foi de madrugada com seu pessoal, mandou cortar a árvore, ajeitou a calçada e, de manhã, ninguém podia dizer que antes tinha ali uma árvore (Depoimento de JC).
>
> Fato de mesma natureza ocorreu por ocasião da reforma do mercado, quando o proprietário de um "box" não cumpriu a determinação de alinhar seu espaço em relação ao dos demais. O prefeito então comandou pessoalmente a reforma, à noite, enquanto o desobediente dormia (Depoimento de JC).
>
> O serviço de geração e distribuição de energia elétrica era realizado por um comerciante. Operando com óleo diesel e tendo baixa capacidade de suprir a demanda, à noite a cidade ficava às escuras. Certa vez, para assegurar a iluminação de uma festa de casamento na residência do proprietário do gerador, a iluminação da cidade foi cortada mais cedo que o habitual. Feitosa então se indignou e cassou a concessão. Conta-se que, em pouco tempo, tornou o serviço estritamente público (Depoimento de ABC).
>
> Como hoje, Juazeiro tinha, como cidade de peregrinação, intensa movimentação comercial. Feitosa, insatisfeito com a autonomia dos comerciantes, na fixação do horário de funcionamento de seus estabelecimentos, que tinham hora para abrir e não para fechar, falando em nome dos comerciários

> que se viam obrigados a enfrentar longas jornadas de trabalho – inclusive aos domingos e dias santificados –, determina horário comum a todos, contrariando assim interesses dos comerciantes (Carvalho 1999:102).

Em seu conjunto, tais medidas poderiam ser interpretadas como emanações da orientação racional da conduta de um dirigente, nos termos propostos por (Weber 1974). Da parte de seus correligionários foram interpretadas como provas do espírito empreendedor do prefeito. Mas é, sobretudo, nos modos de fazer valer suas decisões e na motivação subjacente às mesmas que suscitam o reconhecimento de Feitosa como *homem decidido*, *destemido* e *autônomo*. Tais qualidades estiveram fundadas nos recursos mobilizados pelo político para se confrontar com os "poderosos", vale dizer, contra seus adversários. Ao implementar melhorias urbanas, falando em nome de todos, e ao impor regras em benefício da mais ampla camada de trabalhadores urbanos – os comerciários – contraria interesses individuais cristalizados e de segmentos da camada dos proprietários mas, em especial, fustiga e contraria seus desafetos políticos. Dispensando possíveis formas institucionais de mediação entre o poder e indivíduos ou grupos, tais como associações profissionais, Câmara municipal, instituições jurídicas, recorreu à força das armas, seja fazendo-se acompanhar por policiais para fazer valer suas decisões,[9] seja portando habitualmente na cintura seu revólver, segundo suas palavras, *para me defender.*

Considerações finais

A rápida ascensão política de um personagem com as características de Feitosa – cujos traços de percepção mais imediata permitem considerá-lo com um arrivista no meio político do município – e a duração de seu tempo de domínio poderiam ser consideradas excepcionais à luz dos argumentos históricos e lógicos possíveis de serem conhecidos na literatura especializada que trata do poder local no Brasil.

Com sabemos, as análises sobre o tema do poder local, isto é, aquele exercido no âmbito municipal, descrevem, de forma direta ou indireta, uma estrutura de poder impermeável à entrada de indivíduos estranhos aos grupos políticos locais hegemônicos. Em tal ordem "fechada", a consagração do dirigente municipal – o "chefe político" – e dos membros da Câmara estaria condiciona à pertença dos mesmos a grupos portadores de tradição política enraizada no município. Uma vez que os círculos de poder eram constituídos de forma predominante em torno das grandes famílias, a legitimação "dos de fora" pressupunha ou dependia do apoio formal dos chefes das mesmas.

No caso de Feitosa, é certo que apoio de base familiar lhe foi útil como

recurso para livrá-lo da condenação por um crime (agressão física cometida contra um soldado) e pode ser considerado como forma de apoio político. Se o ingresso na política, quando é indicado, contou, nas origens, com vínculos com o poder estadual, sua reprodução no poder independeu de grupos organizados, segundo bases familiares como também de grupos de outra natureza, previamente constituídos.

À luz de outras interpretações que buscam contextualizar manifestações específicas do mando local, a ascensão política do personagem em estudo e sua permanência no poder poderiam ser entendidas, digamos, como sinal dos tempos. Isto é, seriam expressões da nova ordem política emergente, no Brasil, desde os anos 1930. José Murilo de Carvalho (1997), por exemplo, ao conceituar e distinguir "coronelismo", "mandonismo" e "clientelismo", inspirando-se nas formulações de Nunes Leal (1975), concebe o primeiro como um sistema, que se constituiu e se reproduziu fundado em uma rede de compromissos que atava interesses políticos de sujeitos e grupos inseridos nas esferas de poder nacional, estadual e municipal. Segundo o autor, como sistema assim concebido, o coronelismo é um fenômeno politicamente datado, que vigorou desde a instituição do regime republicano até 1930. As reflexões de Carvalho dão vaza a que se perceba a trajetória de um personagem com as características de Feitosa – alguém "de fora" da comunidade local e estadual e, como tal, destituído de vínculos com grupos políticos previamente constituídos – como tradução, no plano concreto, de novas alternativas de consagração política inscritas na estrutura política daquela conjuntura. Convergiria com tal entendimento a análise desenvolvida por Ibarê Dantas (1986:373-374), para quem a instituição do voto secreto, a partir de 1945, teria ensejado a possibilidade de ruptura como antigos processos de ascensão política no País e, em particular, no âmbito do poder local.

A despeito das sugestivas análises dos autores aqui mencionados, reflexões de natureza macro políticas, descarnadas do conhecimento de situações concretas, podem levar o pesquisador a permanecer girando em círculos, como chama a atenção Murilo de Carvalho (1997). Perseguir os passos dados por Feitosa em direção ao poder, e, para ampliar suas esferas de mando, pode contribuir para desvendar condutas políticas, situados no contexto histórico de meados deste século, mais diversas do que as que se têm notícias.

Traços pessoais do personagem estudado poderiam suscitar a atribuição a ele da qualidade do carisma de que fala Weber (1974:193-194). Em uma perspectiva mais imediata, Feitosa pode ser qualificado como alguém dotado de atributos excepcionais, em seu meio social e político, e, como tal, reconhecido pelos seus contemporâneos. Bourdieu (1989:187), em suas reflexões sobre o fenômeno do carisma, chama a atenção para o equívoco de se considerá-lo fundado apenas nas "virtudes" pessoais e excepcionais do líder, como o faz Max Weber. Con-

sidera o autor que a qualidade carismática institui-se em um processo que envolve um trabalho de investimento do líder na construção de seu capital político, tendo, para tanto, como referência o universo sociocultural dos liderados em potencial.

Tal perspectiva esteve subjacente à reconstrução aqui feita da trajetória política do personagem Feitosa. Como busquei evidenciar, este dispunha – ou (pré)dispunha – de um conjunto de atributos pessoais gestados em vários campos de sua existência social, cultural e ideológica em tempo que antecede sua entrada na política. Destaco, de forma sumária, os atributos principais, relacionando-os com as condições de emergência dos mesmos: a) a situação socioeconômica da família enseja a posse do título de "doutor" e o acesso ao saber médico; b) a vida urbana e universitária no contexto do final dos anos 1920 e início dos anos 1930 possibilita a aproximação e envolvimento do jovem Feitosa com o movimento estudantil e com a ideologia integralista, experiências que estariam nas matrizes de sua habilidade para "bem falar" para largas audiências e, sobretudo, para alimentar uma rebeldia de fundo autoritário.

A trajetória do personagem estudado é útil para se repensar a diversidade de formas de ascensão política e de reprodução no poder em uma localidade nordestina e no contexto histórico específico aqui tratado. Se atributos pessoais e novas instituições jurídico-políticas, como o voto secreto, podem ser pensados como recursos à disposição de "arrivistas", as estratégias mobilizadas pelo dr. Feitosa são sugestivas de que a construção de uma bem-sucedida carreira política demanda um trabalho de investimento político que transcende o campo específico da política. Está subjacente aqui a idéia de que a conquista da legitimação envolve um processo de "conversão" de capitais de natureza diversa – social, cultural, simbólico – em capital político (Bourdieu 1989; Irlys Barreira e Moacir Palmeira (org.) 1998)[10]. O médico e político que "anda armado" e domina recursos retóricos se fez reconhecer, ao mesmo tempo, como homem caridoso e amigo que cura os doentes, que assiste pobres e ricos – uma réplica de Padre Cícero – e executivo destemido e homem corajoso que zela pelos interesses da coletividade. Assim, alguém "de fora" de uma comunidade política – no sentido weberiano do termo – se faz reconhecer como "de dentro" da mesma e como alguém capaz de "conduzir seu destino" na medida em que mobiliza valores (amizade, bondade, caridade, sapiência, coragem) e símbolos (Padre Cícero, milagres, beatas, "romeiro") chaves e constantes da cultura local.

Notas

[1] Tomei conhecimento da existência de um personagem com as características de Feitosa há alguns anos, quando realizei pesquisa de campo em Juazeiro do Norte, tendo em vista a elaboração de minha tese de doutorado. Ainda que marginal ao tema em estudo, o mesmo era citado

de forma espontânea por muitos dos entrevistados. Volto a me deparar aqui com o ex-prefeito, estimulada por Gilmar de Carvalho, professor do Departamento de Comunicação da UFC, conhecedor da vida política e das manifestações no campo da arte na região do Cariri e, especialmente, do município de Juazeiro do Norte.

[2] O que apresento tem como referência empírica: a) entrevistas realizadas entre final do ano de 1991 até meados de 1992 e em janeiro de 2000; b) consulta a um jornal, editado entre 1947 e 1950; c) dados obtidos em atas e boletins eleitorais do TRE/CE; d) fotografias contidas em álbum da família.

[3] Segundo depoimento de JNS, Feitosa, quando jovem, teria composto um grupo que saiu de Recife em direção ao Rio de Janeiro para juntar-se aos integralistas. Pernoitando em Salvador, o grupo se desfez mas Feitosa partiu sozinho. Os entrevistados são unânimes ao declararem que Feitosa comandava, armado, policiais para impor sua vontade sobre a daqueles que contrariavam ordens emanadas do Executivo.

[4] Em livro de Coimbra (1999: passim) onde são feitas pequenas biografias de personagens de Juazeiro do Norte vê-se que um número considerável deles veio de municípios vizinhos, inclusive de Pernambuco.

[5] Remeto o leitor a obra de Della Cava (1972), reconhecido como estudo fundamental para se conhecer não só a trajetória de Padre Cícero como sacerdote e líder espiritual e político, mas também um largo contexto histórico e sociopolítico do Cariri e do Ceará.

[6] Segundo escreve Coimbra (1999:175-176), outro médico e político pernambucano migrou para Juazeiro do Norte motivado por desavenças políticas em sua cidade.

[7] Carvalho (op. cit:187), que relata este caso com poucos detalhes diz: "Feitosa fugiu ao flagrante, e quando voltou a sua residência, encontrou-a tomada de amigos que ainda lhe traziam rifles, para prevenir contra um possível revide de policiais exaltados".

[8] Com é o caso de Wilson Gonçalves e Joaquim Figueiredo Correia, que contavam com lealdades cristalizadas, que obtêm, respectivamente, 4.946 e 5.450 votos. Cf. Atas e Boletins do TRE-CE.

[9] Cf. Carvalho, op. cit:97, Feitosa foi, certa vez, intimado por ordem do secretário de Segurança Pública do Ceará "a entregar armas", em conseqüência da denúncia, feita pelo delegado municipal de que "o prefeito vem percorrendo o município num jipe com homens armados".

[10] Consultem-se especialmente as reflexões desenvolvidas por Irlys Barreira e Moacir Palmeira na Introdução da referida obra

Referências bibliográficas

BARREIRA, Irlys; PALMEIRA, Moacir (orgs.). *Candidatos e candidaturas: enredos de campanha eleitoral no Brasil*. São Paulo/Fortaleza: Annablume/Edições UFC, 1998.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

CARVALHO, Aderson Borges de. *Crônicas do Cariri.* Juazeiro do Norte: Gráfica e Editora Royal, 1999.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. *Revista Dados,* 40 (2). Rio de Janeiro, 1997.

COIMBRA, Dário Maia. *Os construtores de Juazeiro*. Juazeiro do Norte: Gráfica Universitária, 1999.

DANTAS, Ibarê. *As mutações do coronelismo. Relações de trabalho e relações de poder: mudanças e perspectivas*. Fortaleza: Edições UFC, 1986. Mestrado em Sociologia.

DELLA CAVA, Ralph. *Milagre em Joaseiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LEMENHE, Ma. A. *Família, tradição e poder:* (o)caso dos coronéis. São Paulo/Fortaleza: Annablume/Edições UFC, 1996.

MATOS NETO, Pedro Gomes de. *José Geraldo da Cruz, o boticário de Juazeiro*: traços e episódios de sua vida. Fortaleza: Stylus Comunicações, 1989.

MIRANDA, Júlia. *O poder e a fé – discurso e prática católicos.* Fortaleza: Edições UFC, 1987.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

WEBER, M. *Economía y sociedad.* Vol 1. México: Fondo de Cultura Económica, 1974.

CAPÍTULO 12

Relações profissionais e disputas eleitorais

Odaci Luiz Coradini

As relações entre a "profissão" e as lutas eleitorais ou mesmo a ocupação de cargos públicos de caráter "político" são diversas e multifacetadas. A condição profissional prévia pode ser tomada, em primeiro lugar, como indicação de posição e de recursos sociais e suas possibilidades de reconversão em recursos políticos, em termos gerais ou, então, especificamente no processo eleitoral. Essa mesma condição e o respectivo exercício profissional podem ser tomados também como um problema de afinidade relativamente ao recrutamento e exercício da política, e, inclusive, ao fenômeno da relativa "profissionalização" das atividades políticas ocorrida em alguns países.[1] Porém, neste artigo a "profissão" somente interessa como vínculos decorrentes do exercício profissional enquanto eventual recurso nas disputas eleitorais.

O material empírico utilizado é proveniente de um estudo mais amplo sobre as eleições de 1998 no Rio Grande do Sul. Nesse estudo,[2] ao tentarmos discernir as diferentes bases de recursos sociais conversíveis em trunfos eleitorais, os vínculos estabelecidos com base no exercício profissional, de modo mais direto ou indireto, estavam presentes nas estratégias de apresentação de boa parte dos candidatos.

À primeira vista isso poderia sugerir que haveria uma relação intensa entre o exercício de determinadas profissões e a política e, mais especificamente, as disputas eleitorais. Isso é corroborado, inclusive, por boa parte da literatura dedicada ao tema, que tende a destacar determinadas "afinidades". Estas "afinidades" sugerem que haveria uma proximidade social e, portanto, uma certa continuidade entre o exercício de determinadas "profissões" ou ocupações e a disputa política, seja num sentido mais amplo, seja no processo eleitoral. Ora, este artigo vai no sentido contrário, visto que a idéia básica é a de que, por mais que haja uma super-representação de determinadas profissões na esfera política, não existe alguma continuidade, visto que se trata de esferas com lógicas distintas. Dito de outro modo, a conversão de vínculos estabelecidos no exercício profissional em

capital político ou eleitoral ocorre de modo muito mais restrito do que se supõe e as condições para tanto são bem mais específicas.

Sendo assim, sem diminuir a importância empírica das referências à condição ou, então, ao exercício profissional prévio nas lutas políticas ou eleitorais, trata-se de qualificar os significados que isso pode adquirir nas diferentes lógicas sociais.[3] A rigor, todo investimento político ou eleitoral equivale à negação de qualquer profissionalismo *stricto senso*, mas, por outro lado, como se tratam de usos da condição profissional tendo em vista a legitimação de pretensões políticas, essas referências devem ser entendidas na lógica das disputas políticas. Por outro lado, como praticamente nada é exclusivamente "político", mais que relações estabelecidas no exercício profissional, em geral tratam-se de usos de títulos profissionais em combinação com outros "títulos" e esferas de atuação e a conseqüente formação de capital de relações e de "liderança". Em alguns casos, essa acumulação de capital de relações sociais[4] pode estar associada e se complementar com atividades de representação categorial, como a militância sindical ou em algum tipo de associativismo, não necessariamente ligado à "politização" no sentido da "partidarização". Isso não elimina e, inclusive, está ligado às dificuldades na reconversão direta de vínculos de origem profissional em recursos eleitorais ou políticos em geral.

O problema das relações entre condição profissional e atividades ou ingresso nas atividades políticas já foi destacado por Max Weber, principalmente no que tange às afinidades, seja em termos de disponibilidade de tempo e recursos econômicos, ou de conhecimentos. Isso excluiria particularmente o "capitalista" e o médico, dentre outros, e favoreceria profissões como a de advogado, pela sua capacidade de utilização da palavra escrita e falada, e a de jornalista (Weber 1982:113-140 e 1984:1.106).

Nas últimas décadas houve uma forte expansão da literatura voltada principalmente para o problema das relações entre posição social de origem, ingresso e carreira política.[5] Como não poderia ser diferente, essa bibliografia é fortemente marcada tanto pelas condições nacionais francesas da institucionalização e das discussões políticas, como pela evolução das ciências sociais. Conseqüentemente, a bibliografia francesa, apesar de suas divergências internas quanto a uma série de problemas conceituais e metodológicos, tende a se centrar nas relações entre "classe", "profissão", ou então, outros indicadores de posição social, e as modalidades de ingresso, as tomadas de posição e a carreira política.[6]

Por outro lado, há um ponto central que deve ser considerado e que a literatura supracitada raramente toca de modo direto, qual seja, as modalidades de usos de vínculos profissionais para fins eleitorais. Desse modo, independentemente do fato de que a maior parte do pessoal político ser proveniente de algumas poucas profissões ou setores que, nas palavras de Dogan (1999), formariam

"viviers" pela possibilidade de "osmose", fica em aberto o problema das condições de reconversão desses vínculos em capital político. Ou seja, conforme os princípios e regras em voga nas disputas políticas, com forte afinidade com, por exemplo, determinado tipo de capital escolar, é evidente que o pertencimento a determinadas profissões pode favorecer o acesso aos cargos públicos. Porém, um segundo problema, mais próximo das preocupações centrais deste texto, são as condições de uso e conversão de vínculos profissionais em capital político, que supõem a compatibilização de diferentes códigos e lógicas sociais. Isso porque, no caso em pauta, não se trata de usos da profissão para alguma modalidade de representação categorial, seja sindical, corporativa, ou de outro tipo qualquer, mas de vínculos individualizados com os eleitores em potencial, originalmente de outra natureza a serem convertidos eleitoralmente.

Sendo assim, visto que esses candidatos que se valem das relações estabelecidas no exercício profissional, por definição, não contam com alguma definição categorial que os vincule aos eleitores em potencial, para além da suposta competência profissional e de seu exercício, que princípios de definição e de mobilização e que outras esferas de sociabilidade, que não a profissional, são acionados? Como já mencionado, em primeiro lugar, esses candidatos se distinguem por uma característica própria, a saber: ao mesmo tempo em que têm na "profissão" uma de suas bases de recursos eleitorais, não é a condição de representantes profissionais que constitui sua representatividade social e suas pretensões políticas. Em segundo lugar, e o que é mais importante, a própria utilização dessas relações estabelecidas no exercício profissional como base de recursos eleitorais se constitui na negação de qualquer ideologia profissionalista e da importância atribuída ao seu exercício ou, pelo menos, uma redefinição completa desse exercício. Mas as modalidades e condições em que isso pode ocorrer são as mais amplas e esses esforços no sentido da utilização de relações estabelecidas no exercício profissional em recursos eleitorais praticamente sempre têm como uma de suas condições de possibilidade a sua combinação com outros recursos, de diferentes esferas sociais.

Mas são estas possibilidades de utilização (ou nas palavras nativas, "articulação") simultânea de vínculos de diferentes esferas sociais que consistem num dos componentes básicos da noção de "líder". Na medida em que se trata de "líderes", mais que relações entre classificações profissionais de origem e a "profissão política" e seus problemas de reconversão, entram em pauta estratégias de manipulação e acumulação de capital de relações, que podem abranger diferentes esferas sociais. Mesmo sem entrar no problema da possibilidade ou não da classificação da carreira política como uma "profissão" (para uma discussão sobre isso, ver Offerlé 1999), o ingresso nesse tipo de atividade não equivale a uma mera troca de exercício profissional, visto que sua legitimidade não pode estar

assentada em alguma base própria. Sendo assim, isso remete a uma outra problemática, relativa à definição dessa "liderança" e às condições e lógicas sociais em que se insere, independentemente desse "líder" atuar ou não diretamente em atividades instituídas como políticas. Na definição de Bailey, o "essencial da liderança política", além da "maldade", é a necessidade do líder de "romper a moralidade que recomenda para as demais pessoas". Conseqüentemente, uma das principais características da "liderança é a capacidade para ir além da racionalidade", para operar através da manipulação de seguidores e códigos de conduta (Bailey 1990:X, 4-5). Nessa associação com a irracionalidade e com o rompimento de regras, para se "manter no poder um líder deve fazer contínuos investimentos em interações individualizadas (...) Esse é um mundo povoado por um indivíduo total e único, mais que por pessoas criadas através de associações e organizações. As economias da impessoalização são impossíveis" e o próprio carisma é um sentimento gerado nesse investimento (Bailey 1990:147-148).

Isso vai ao encontro e complementa a proposição de Bourdieu (1981:18) relativa ao problema das diferentes modalidades de capital político e os respectivos princípios de adesão. O mesmo propõe uma divisão entre um capital político pessoal (que seria "freqüentemente produto da conversão de um capital de notoriedade acumulado em outros domínios e, em particular, em profissões que, como as profissões liberais, permitem tempo livre e supõem um certo capital cultural ou, como no caso dos advogados, um domínio profissional da eloqüência") e outro por delegação, como mandatário de uma organização.[7]

Para o que está em pauta, a principal vantagem heurística dessa noção de liderança é que permite abordar mais especificamente as diferentes lógicas presentes no processo eleitoral, que incluem tanto relações personificadas como de representação categorial. Isso porque, mesmo para o capital político associativo ou por delegação não se pode pressupor alguma afinidade automática com a política eleitoral, daí a presença do "líder" e as diferentes composições de seus princípios e critérios de excelência. Além disso, os usos eleitorais de vínculos gerados em relações profissionais, por definição, são personificados. Sendo assim, a conversão de um capital de notoriedade acumulado em outros domínios e, em particular, em profissões que permitem tempo livre e supõem um certo capital cultural ou domínio da eloqüência destacadas por Bourdieu (1981), supõem também um exercício constante de conversão e acumulação de capital de relações sociais. Embora as ciências sociais ainda não tenham prestado a devida atenção, no Brasil há uma série de categorias que são utilizadas como apresentação "profissional" e que, simultaneamente, remetem a outros princípios de legitimação que não o meritocratismo ou o exercício profissional *stricto senso*. Para mencionar apenas alguns exemplos, trata-se de noções tais como a de "doutor" em seu sentido de estatuto social, de "educador", com uma conotação de "liderança"

mas, ao mesmo tempo, desvinculada do exercício profissional do magistério, do "gestor público", no sentido de uma carreira de ocupação de cargos públicos em geral de "confiança", ou seja, atividades e postos de "representação" de diferentes ordens, mas que se complementam. Em síntese, trata-se de definições da profissão com base na posição de "liderança" e na respectiva manipulação de redes de relações e de imagens sociais, que, simultaneamente, têm como base a "profissão" e a negação de qualquer meritocratismo, e que vão muito além das disputas eleitorais.

Porém, como mencionado, apesar da ocorrência de diferentes modalidades de utilização da condição ou do exercício profissional (representação sindical ou corporativa, utilização da imagem de determinadas profissões, exercício de determinadas profissões em associação com a "benemerência" ou com o clientelismo etc.) nas disputas eleitorais, no presente texto somente interessam aquelas derivadas dos vínculos real ou supostamente criados e mantidos com os usuários dos respectivos "serviços". Simplificadamente, se trata daquelas relações estabelecidas com os usuários ou "clientes" de determinada profissão, decorrentes dessa mesma relação de "consumo" de determinados serviços. Esse é o caso, para tomar alguns exemplos extremos, de candidatos médicos, advogados, jornalistas, etc., mas como é demonstrado adiante, também de candidatos pertencentes a outras categorias profissionais menos escolarizadas, cuja justificativa da candidatura e trunfo eleitoral presumido são apresentados como tendo por base os "muitos anos de exercício profissional" e o conseqüente "reconhecimento" pelos usuários dos "serviços" prestados.

Quantitativamente, essa categoria de recursos eleitorais, formadas pelas relações estabelecidas no exercício profissional, dentre a série de outras em jogo na situação estudada (vínculos com o sindicalismo, com organizações empresariais, com igrejas, com organizações de assistência dos mais diversos tipos, cargos públicos já ocupados etc.),[8] tem uma das ocorrências mais elevadas. Entretanto, os candidatos que se valem desse tipo de recursos eleitorais, a exemplo dos que se utilizam de outros, em geral, quase nunca os utilizam de modo exclusivo, havendo, portanto, uma espécie de combinação de diferentes recursos. Seja como for, no mínimo, uma quarta parte dos candidatos (25,9% ou 129 de um total de 498 candidatos com informações disponíveis) se valiam, de algum modo, desse tipo de vínculo como recurso eleitoral e, desse total, pelo menos para 50 é possível se estabelecer que este tipo de vínculo consistiu no principal trunfo nas eleições em pauta.

Mas, seja tomando-se os 129 candidatos que de algum modo se valem de relações estabelecidas no exercício profissional ou, então, apenas os 50 que têm nas mesmas a principal base de recursos eleitorais, há uma série de características sociais e políticas próprias, comparativamente ao restante dos candi-

datos, e isso praticamente não depende do tipo de cargo em disputa, seja o de deputado estadual, deputado federal ou outro. Uma dessas características que se destacam é o maior grau de titulação escolar, com uma proporção mais elevada dos com curso superior completo (75% dos 129 que se valem em algum grau de relações profissionais como recurso eleitoral, 71,4% dos que têm nas mesmas seu principal recurso e 53,8% do restante dos candidatos). No que tange à profissão declarada, ocorre uma relativa concentração em algumas categorias profissionais. Assim, os que se declaram médicos representam uma pequena parcela (3,5%) dos candidatos restantes, mas uma boa parte dos que se valem desse recurso eleitoral (11,7% se tomados apenas os 129 que se valem dessas relações estabelecidas no exercício profissional e 12% se tomados apenas os 50 que têm nas mesmas sua principal base de recursos). Algo semelhante, embora em menor grau, ocorre com os advogados (que representam 10,3% do conjunto de 520 candidatos restantes e se elevam para 14,1% e 16%, respectivamente) e com os locutores de rádio e TV (que se elevam de 1,6%, para 8,6% e 6%, respectivamente). Esse é o caso também de outras categorias profissionais, seja daquilo que pode ser considerado como "profissionais liberais" ou, então, de outras completamente diversas, tais como os proprietários de estabelecimento comercial.

Ocorrem diferenças também quanto a indicadores de cunho político-eleitoral, sendo que, no que tange à filiação partidária, há uma forte diferença entre os candidatos que se valem de relações estabelecidas no exercício profissional e os demais. Assim, enquanto quase a quinta parte (17,1%) dos 129 candidatos que de valem de vínculos profissionais como trunfo eleitoral e praticamente a mesma proporção (20%) dos que têm nisso seu principal recurso são filiados ao PSDB, apenas 6,3% dos 520 candidatos restantes são filiados nesse partido. Algo semelhante, embora nem sempre no mesmo grau, ocorre com outros partidos, tais como o PPB (18,6%, 18% e 11,7%, respectivamente), PTB (17,8%, 24% e 14%, respectivamente). Em outros partidos ocorre o contrário. Por exemplo, os candidatos do PT têm uma menor participação dentre os que usam relações profissionais (representam 15,6% dos 520 restantes e apenas 7% dos 129 que se valem de relações estabelecidas no exercício profissional e 6% dos que têm nas mesmas sua principal base de recursos eleitorais). Por outro lado, além dessas diferenças quantitativas, os candidatos filiados aos partidos que têm uma maior participação dos que se valem desse recurso (PSDB, PTB etc.), em geral o fazem de modo muito mais direto e intenso. Em síntese, tomados em conjunto, os que se valem de relações profissionais como recurso eleitoral, a titulação escolar indica no sentido de um grau de escolarização mais alto, a filiação partidária está mais diretamente associada a partidos que não se caracterizam pelo militantismo forte e nem por posições de "esquerda".

Além do menor engajamento e militantismo partidário, fica evidente, também, um menor montante de capital político, que se manifesta, inclusive, nos resultados eleitorais. Portanto, mesmo tomados em conjunto, fica evidente que se trata de um recurso utilizado, principalmente, por um tipo específico de candidato, geralmente em fase inicial de carreira política. Assim, enquanto mais de quatro quartos (82%) dos 50 candidatos que têm nos vínculos profissionais seu principal recurso eleitoral nunca havia participado de eleições anteriores, esta proporção é de menos da metade (46%) para os restantes.

Mas, como mencionado, em termos quantitativos, há uma proporção relativamente elevada de candidatos cujas estratégias estão centradas na reconversão de relações estabelecidas no exercício profissional. A interpretação mais corrente desses usos de relações estabelecidas no exercício profissional é a reconversão do vínculo estabelecido no próprio exercício profissional com os consumidores dos serviços desses profissionais, ou seja, os "clientes" ou "pacientes".[9] Isso é corroborado, inclusive, por protagonistas famosos desse tipo de uso, como é o caso de Raul Pilla, médico, professor de medicina, jornalista e político profissional por quase todo o período de sua carreira, ao arriscar uma interpretação da grande quantidade de médicos que se tornaram políticos profissionais, no passado.[10]

Ao que tudo indica, nesse tipo de interpretação, dos próprios protagonistas e, inclusive, por parte da imprensa, em geral, é destacada a eventual eficácia desse tipo de recurso. Além de possíveis estratégias de valorização de uma imagem associada a determinada profissão ou seu exercício, isso pode resultar do fato de que, via de regra, a utilização desse tipo de vínculo não é exclusivo, estando associado, portanto, com outras estratégias e recursos. Dentre tantos outros, nas eleições em pauta, pode ser tomado o caso exemplar de um candidato médico, cuja estratégia eleitoral, conforme a imprensa, estaria centrada no envio de correspondência a todos os antigos "pacientes". Além de, a exemplo dos demais casos semelhantes, não ter sido eleito, contava também, como trunfo eleitoral, com a ocupação de cargos públicos, inclusive, o de secretário de Saúde do respectivo município.[11]

Isso, no entanto, não exclui casos de tentativa de uso quase exclusivo de relações profissionais, embora nem sempre tão centradas no vínculo individual "profissional/cliente". Um dos casos extremos nesse sentido é o de uma candidata a deputada federal pelo PTB, advogada, cuja candidatura teve como base, praticamente de modo exclusivo, os vínculos estabelecidos com seus clientes. Mas nesse como nos demais casos, mais que a categoria genérica e formal da classificação profissional, deve-se considerar as origens e trajetos sociais e as relações próprias com o exercício profissional e com as atividades políticas. No caso dessa candidata, trata-se de alguém com origens sociais muito baixas, ou seja, filha de um pequeno agricultor, cuja escolarização somente foi possível porque, pela

intermediação de uma organização filantrópica católica, se tornou uma espécie de "empregada doméstica" ou "criada" de uma professora que era, então, líder sindical dos professores estaduais e após, se tornou secretária de Educação do estado. Com muito esforço pessoal, conseguiu concluir o curso secundário e, após, o curso de direito, ambos no turno noturno. Isso tudo tem uma relação muito direta com a forma com que encara o exercício profissional e sua inserção na política partidária, a começar pelo fato de que nunca havia mantido qualquer vinculação com partidos políticos e acabou ingressando no PTB, ou seja, naquele partido que, pelo menos em termos regionais, aglutina a maior parte dos candidatos que são vinculados a atividades e organizações filantrópicas e/ou religiosas.

Apesar de enfatizar que, como ex-moradora de casa de estudante e da casa da mencionada professora sindicalista, teria tido contato precoce e intenso com a política, todo seu esquema de percepção dessa política está calcado em noções tais como "amizade", "carinho", "amor ao próximo", em síntese, numa percepção ética e de relações personificadas, distantes das categorias próprias do militantismo. Sua inserção no exercício profissional também tem essa característica, inclusive, percebida como relações personificadas de reciprocidade, tendo iniciado como estagiária e após chegando a responsável por um escritório de advocacia especializado em "questões da previdência". Com isso, conjugou o exercício profissional com suas preocupações éticas ou, em suas palavras, "com a área social" e "com a comunidade". Tanto relativamente ao partido de adoção como ao jogo político em termos mais gerais, mantém uma postura ambivalente e se considera "uma boba", visto que "a política é um ninho de cobras" e, como principal trunfo na vinculação com suas "bases", destaca o fato de "conhecer essas pessoas e a origem dessas pessoas e os problemas dessas pessoas". Em síntese, uma postura não militantista da política e do processo eleitoral, cujo ingresso decorre de relações personificadas, embora em nome do exercício profissional. Em termos de resultados eleitorais, essa candidata foi muito mal.

Em outros casos semelhantes de estratégias eleitorais baseadas em relações profissionais estão incluídas outras condições profissionais completamente distintas, como um professor e praticante de artes marciais, cujos recursos e estratégias eleitorais foram todos baseados na rede de filiados a uma organização de adeptos desse tipo de prática esportiva, também um dos candidatos menos votados das eleições em pauta. Portanto, nesse caso não se trata apenas de "clientes" no sentido usual, mas do esforço de utilização do conjunto de relações já estabelecidas nessa prática "profissional" por um candidato a deputado estadual (já com 56 anos de idade, com curso superior incompleto), também sem ter participado de eleições anteriores. Além disso, contava também com o fato de ter sido "juiz arbitral", que "seria também uma influência no meio jurídico". Mas neste caso também, mais que vínculos profissionais, o que fica evidente é uma concep-

ção e prática profissional como inserida numa enorme rede de relações personificadas, onde inclusive a "política" poderia ser integrada. Seguindo esta perspectiva, a campanha teria sido realizada principalmente através do "corpo a corpo, no dia a dia, na influência no trabalho" ou na "profissão", vista como "um meio político". Em síntese, as relações "profissionais" e cotidianas vistas como eminentemente "políticas".

Existem outros casos que se aproximam desse tipo de estratégia eleitoral, centrada em relações estabelecidas no exercício profissional, mas que também fogem completamente dos vínculos profissional/cliente no sentido tradicional, e que concebem o próprio exercício profissional como um conjunto de vínculos personificados. Um dos casos extremos nesse sentido é o de um taxista autônomo, candidato a deputado estadual, também com uma das votações mais baixas e filiado a um partido periférico (PRONA). Apesar de apostar nos "colegas" de trabalho, trata-se de alguém que sempre evitou qualquer envolvimento com as lutas categoriais ou sindicais desses "colegas" e, portanto, tudo leva a crer que essa aposta serve como um indicador da precariedade de suas bases de recursos eleitorais e, inclusive, de suas condições sociais e ideológicas no contexto em questão.

Mas esse tipo de candidato, como o supracitado, é interessante também para a apreensão das vinculações desse tipo de estratégia eleitoral com as respectivas origens e trajetória social. Esse último representa um caso extremo de "desenraizamento" e ressentimento social, o que tem efeitos muito fortes e evidentes em sua concepção política. Filho de um funcionário subalterno do Exército não tendo conseguido seguir a carreira do pai, todo seu trajeto profissional consiste numa sucessão de acidentes e deslocamentos sociais e geográficos. Está associada a isso, inclusive, sua principal idéia ou "projeto", que pretendia converter "os motoristas de táxi em taxista policial". Mas, tanto este como os demais "projetos" e a forma de sua divulgação, através de contatos pessoais, evitando o sindicato da categoria e mantendo uma postura ambivalente relativamente ao respectivo partido evidencia a projeção de uma postura de ressentimento e de determinada ética nas disputas eleitorais, embora tudo isso apresentado em nome de determinada "profissão". Trata-se da projeção de um *ethos* associado à insegurança e ao ressentimento social na categoria profissional da qual faz parte (os taxistas). Porém, em casos como este, mais que "consumidores", os eleitores em potencial são os colegas de trabalho, supostamente vítimas da mesma precariedade e insegurança.

Estes casos sinteticamente apresentados, no entanto, como se pode constatar, caracterizam-se pela situação extrema quanto a falta de recursos sociais. Sendo assim, o fracasso na conversão de relações profissionais em capital político poderia ser atribuído a esta precariedade relativamente às condições sociais. Res-

ta, portanto, aberta a questão das possibilidades da reconversão de relações profissionais em capital político e, mais especificamente, em recursos eleitorais, por parte de protagonistas com melhor posição social e profissional. Porém, mesmo nessas condições, não está automaticamente resolvido o problema das condições de conversão de capital de relações sociais formado através de relações profissionais em capital político, mesmo que seja adotada uma definição mais pretensamente desideologizada de política, como em geral ocorre por parte deste tipo de candidato.

Mesmo para os casos melhores sucedidos e menos marcados pela precariedade social e de recursos políticos, quando esta conversão ocorre, num aparente paradoxo, a importância da "profissão", enquanto base de recursos eleitorais, é inversamente proporcional ao seu exercício efetivo. Porém, mais que distanciamento do exercício profissional, em geral, trata-se da redefinição das relações com a própria profissão, de tal modo que seja possível a apresentação do candidato como vinculado a determinado "exercício profissional", mas como uma espécie de "líder". Em alguns casos, isso ocorre através da prática de algum tipo de exercício profissional a serviço de alguma "causa" externa ao mesmo, numa situação intermediária entre o exercício profissional propriamente dito e a atuação em bases "administrativas", corporativas ou sindicais, assistenciais, ou algo semelhante. Como exemplos típicos da redefinição das relações com o exercício profissional como liderança, podem ser tomados, dentre tantos outros, o dos médicos que fazem carreira enquanto administradores de hospitais ou de outros organismos vinculados à medicina, os que se apresentam como professores, mas cuja carreira está centrada na gestão de organizações escolares. Como exemplos dos que põem esse exercício a serviço de alguma "causa", podem ser mencionados, também dentre tantos outros, advogados que em geral são "especialistas" em alguma "causa" ou questões como as trabalhistas, na "assessoria" a sindicatos e outras organizações, os médicos que dedicam uma parte de seu exercício profissional à filantropia, atendendo à "população carente". Essas classificações, no entanto, não têm nada de exaustivas, visto que se trata mais de modalidades ou dimensões desses usos da "profissão" que de categorias excludentes.

Dentre os casos estudados, um dos mais representativos da utilização do exercício profissional da advocacia especializada em "questões" que envolvem determinadas categorias, como o direito trabalhista, é representado por um candidato à reeleição, muito bem votado tanto nas eleições de 1994 como nas de 1998, sempre tendo como principal base de recursos eleitorais seu "trabalho" de assessoria a sindicatos de trabalhadores de toda uma região do estado. Porém, apesar de que o exercício da advocacia seja apresentado como o principal recurso e a razão do sucesso político, é necessário relacionar este exercício com outras esferas de engajamento e respectivos recursos. Ou seja, neste, como em casos

semelhantes, ocorre uma afinidade e uma aproximação entre a carreira de militante vinculada ao movimento estudantil, e categorias sociais de referência de origem (movimentos de pequenos agricultores, sindicalismo etc.) com a carreira profissional propriamente dita.[12] Desse modo, de um lado conta com os recursos eleitorais decorrentes do trajeto de militância, inclusive por ter sido vereador, líder estudantil e atuado no movimento sindical, de outro, sua atuação parlamentar sempre esteve muito estreitamente vinculada a essas categorias sociais e seus "problemas". O exercício da advocacia, nesse caso, constitui numa das bases de legitimidade e instrumentalização da militância, através da intervenção nessas "questões". Ou seja, ocorre uma certa convergência entre o trajeto profissional, de militante e político. Mas as variações dessa instrumentalização do exercício da advocacia são muito amplas e as "causas" que podem respaldar isso também dependem das situações específicas de cada trajetória individual. Uma modalidade dessa instrumentalização é representada por um candidato a deputado federal pelo PPS, advogado, filho de fazendeiro tabelião, cuja vida profissional e política se confunde com a militância no PCB e nas conseqüentes perseguições político-policiais e que nessas eleições já contava com mais de oitenta anos. No caso, a utilização da profissão enquanto recurso eleitoral tem um peso muito reduzido, pelo menos enquanto exercício profissional. Ou seja, a utilização da advocacia ocorre a partir do engajamento prévio e da militância num partido específico e sua "causa". Além do direito do trabalho, no qual se especializara, um outro vínculo entre a profissão e a atuação política decorre da incorporação de determinadas filosofias do direito e sua transformação em bases ideológicas para a atuação política. Ou, segundo o próprio,

> o advogado, pelo estudo de ciências sociais, está mais entrosado com todos os programas (...) e pela facilidade que adquire, pela experiência de falar, ele se entrosa melhor. Tem um certo status maior, maior destaque. O engenheiro não aparece muito. O líder operário, por exemplo, só quando ele tem uma representação sindical.

Assim, esse candidato poderia parecer um caso exemplar da vinculação tradicionalmente feita entre o exercício da advocacia e a atuação na política. Contudo, seu próprio trajeto político e, inclusive, os resultados obtidos, indicam exatamente para as dificuldades dessa transferência da "profissão" para a "política". Sua própria candidatura foi o resultado de uma estratégia para aumentar a votação global do partido, sem maiores expectativas de votação individual, tendo obtido resultados eleitorais insignificantes.

Ainda quanto a essa utilização da profissão de advogado para a formação de bases de recursos eleitorais, há uma modalidade mais difusa e que coloca seu

exercício, simultaneamente, a serviço de diferentes esferas sociais. Nesse ponto, esse exercício da advocacia se assemelha em muito ao exercício de determinados médicos que dedicam uma parte de seu tempo de trabalho ao atendimento à "população carente". Porém, mais que princípios éticos ou "caridade", que podem caracterizar esse tipo de exercício médico, a advocacia, nessas condições, tem um caráter mais diretamente vinculado à sustentação de uma posição de *broker*, sendo que em muitos casos, esse tipo de mediação é complementar àquela possibilitada pelas próprias origens sociais desse tipo de advogado. Assim, as relações "profissionais" se confundem e significam apenas um ingrediente a mais no conjunto de bases de recursos sociais, geralmente no início da "carreira" política. Esse é o caso de um candidato a deputado federal pelo PTB que acabou não se elegendo, que além das relações "profissionais" como advogado, contava principalmente com sua condição de deputado estadual com dois mandatos consecutivos e ex-vereador, com o apoio de um conjunto de organizações locais (de produtores rurais, clubes desportivos, associações regionais de prefeitos e vereadores etc.), além das origens geográficas (uruguaiana ou a região da fronteira) e da posição social e política do grupo familiar de origem ou por aliança. A "liderança" da qual teria resultado seu ingresso bem-sucedido na política é atribuída a sua "participação comunitária, associações de moradores, como advogado". Isso tudo teria contribuído para sua eleição a vereador, porém, em conjunto com outros recursos ou as chamadas "forças vivas da comunidade" (Conselho de Dirigentes Lojistas, *Rotary*, Associação dos Arrozeiros, sindicatos de trabalhadores), que passaram a ter "um canal para falar em nome deles, para reivindicar em nome deles" e interceder "junto ao governo do estado". Em síntese, uma posição e uma postura típica de *broker*, primeiro mais em nível municipal, enquanto vereador e após, como deputado, agora em nome do conjunto da região.

Ainda quanto a advogados, uma outra variação é aqueles que combinam seu exercício com outros títulos profissionais, numa espécie de "expansão horizontal" da profissão, e acabam atuando como "assessores" em diferentes esferas, inclusive, em muitos casos, em organismos públicos. Esse tipo de uso da advocacia os torna muito semelhantes a outros profissionais, tais como determinados administradores, economistas etc., em síntese, uma atuação polivalente, em geral designada como "assessoria" e mais especificamente, em atividades centradas na manipulação de relações sociais e influência. Mas, nesse caso, tanto o título de advogado, como qualquer outro título profissional, somente tem importância enquanto um componente a mais nas possibilidades de combinação nessa série de "habilidades" e ampliação de esferas de atuação, que pode resultar numa posição de "liderança". Aliás, esse constitui um dos padrões mais freqüentes nessa utilização de relações estabelecidas no exercício profissional. A seguir, é apresentado apenas um caso representativo desse tipo de combinação. Trata-se de um can-

didato a deputado estadual pelo PSDB que, frente às estatísticas da justiça eleitoral, se classifica como "servidor público estadual", certamente, devido à sua condição de professor estadual, apesar de ser também advogado, concorrendo a eleições pela primeira vez, tendo obtido uma votação muito reduzida.

Cronologicamente, situa seu "ingresso na política" em 1991, quando atuou na organização do partido no município. Porém, se por um lado foi professor durante 20 anos do magistério estadual, por outro,

> na administração anterior [da prefeitura local] eu exerci um ano de assessoria na Secretaria de Educação. Depois eu fui deslocado para o departamento de Meio Ambiente como um cargo de confiança, sem nenhum título de secretário, e ajudei, assessorei na parte industrial". Quanto às "bases" eleitorais, "busquei para minha atuação política apoio das pessoas que eu tinha algum tipo de trabalho profissional relacionado; no magistério, com os professores, com os alunos; nas empresas que eu presto assessoria. Mas não tenho como uma atuação política, até porque nenhum desses segmentos (...) me daria apoio por simplesmente desempenhar uma atividade política. (...) Os que me apoiaram foi pela minha atividade profissional, pelo meu trabalho, não por atuação política (entrevista).

Com esse esforço em converter tão diretamente "relações profissionais" em "apoio", sua apresentação como candidato está diretamente vinculada a esse exercício "profissional", em sua "expansão horizontal", ou seja,

> em cima do meu trabalho de biólogo, como professor, como advogado, enfim, eu montei uma plataforma eleitoral em cima da minha realidade profissional. Eu não busquei fora nenhuma plataforma eleitoral fantasiosa ou artificial para buscar voto, eu busquei votos em cima exatamente do meu trabalho, das minhas atividades profissionais" (idem).

Como se pode ver, se por um lado, esta tentativa de uso de relações estabelecidas no exercício profissional exclui o próprio exercício em sua definição mais estrita, por outro, permite se opor à "artificialidade" da representação estritamente "política" (no sentido de partidário e eleitoral). Dito de outro modo, ao mesmo tempo em que o uso desse tipo de relações pode permitir uma maior proximidade social com determinados eleitores em potencial, por se tratar de vínculos menos "artificiais", através de uma redefinição da "realidade profissional" e a aproximação com a mesma, apesar de não ocorrer o exercício profissional direto, permite a apresentação do candidato como um caso exemplar da própria excelência profissional. Assim, é como se houvesse um espaço de atuação entre o exercício profissional propriamente dito e a representação política, que, conforme as con-

dições, consegue apropriar-se da legitimidade do exercício profissional, cuja definição vai depender das diferentes condições e recursos, particularmente carisma e capital social, mas que permite se apresentar em nome do próprio exercício profissional e, simultaneamente, negá-lo.

Mas se profissionais como advogados e professores comportam uma infinidade de modalidades nas tentativas de conversão de relações profissionais em bases de recursos eleitorais, para outros, como médicos e inclusive engenheiros, particularmente para os primeiros, é possível estabelecer uma distinção mais nítida entre os que ingressam e ascendem através de organizações públicas e os que se valem principalmente de atividades mais diretamente dirigidas a segmentos específicos da população, como é o caso da filantropia. No que tange aos médicos, os que se utilizam de cargos em organismos públicos enquanto "atividades profissionais" e sua conversão em capital político-eleitoral predominam. Quanto a estes últimos, há aqueles que simplesmente tentam uma conversão direta desse "exercício profissional" em base eleitoral, como é o caso de um candidato a deputado estadual, também pelo PSDB, não chegando a ser eleito, mas sendo razoavelmente votado, que, além das "relações profissionais", já contava também com o apoio de corporações médicas e com o fato de já ter sido vereador de Porto Alegre. Mesmo assim, ingressou na política eleitoral tardiamente, "entre 40 e 45 anos de idade, no PMDB em 1985", sendo até então, por mais de 30 anos, médico e superintendente do maior grupo hospitalar público do estado. Conforme o próprio,

> o importante para a formação das bases eleitorais (...) foi (...) a minha história de trinta e três anos como profissional da área médica, a minha história como superintendente do Grupo Hospitalar Conceição e o trabalho que eu vinha exercendo (entrevista).

Simultaneamente, sua "preocupação intelectual" o levou, inclusive, a realizar um curso de ciências sociais, mas o crescimento dessas "bases" eleitorais é atribuído, em primeiro lugar, a esse "trabalho", que o levou a ser eleito vereador e após, à divulgação de sua imagem através da imprensa que isso possibilita.

Esse padrão é muito semelhante ao de outros candidatos e, portanto, cabe tomar um outro caso exemplar, o de um a deputado estadual pelo PFL, que acabou sendo eleito, já tendo sido deputado e Secretário Estadual da Saúde por diversas vezes, inclusive presidente desse partido. Mas esse caso é exemplar também quanto à formação de um capital político-eleitoral considerável exclusivamente através da ocupação de cargos públicos em nome de uma determinada "competência profissional" e, devido às posições ideológicas passadas, a necessidade de uma série de reconversões e ambivalências. Profissionalmente, se for-

mou em medicina pública, o que é atribuído a motivações ideológicas ou mais especificamente, às origens familiares e à "militância estudantil de extrema esquerda". Em função disso, depois da formado, passou a atuar como "médico de aldeia" na Amazônia, em organismos públicos. Após, resolveu continuar os estudos em cursos de pós-graduação, quando foi convidado para atuar na Secretaria de Saúde do estado, no início da década de 70. Nessa época, conforme essa avaliação retrospectiva, se considerava "um técnico" que acreditava que não poderia envolver suas atividades profissionais com a política. Após passar várias gestões governamentais como "técnico", foi convidado para ser secretário da Saúde do governo estadual, quando teria ocorrido uma série de dilemas ideológicos, no entanto, acabou aceitando o cargo. Além da *presença na mídia, isso propiciou a visita constante aos prefeitos do meu partido, às lideranças do partido, aos vice-prefeitos*, ou seja, como mencionado, relações estabelecidas com mediadores locais dos serviços de saúde, definidos como "comunidade".

Porém, nesse padrão de relacionamento do exercício profissional com a política eleitoral estão presentes outros elementos que devem ser destacados. Um destes elementos é uma espécie de dicotomia entre os aspectos "técnicos" e os "políticos", decorrentes de uma concepção própria de política, mas também de profissão. Sendo assim, além de uma concepção pretensamente desideologizada de política, há uma definição de exercício profissional calcado em seus aspectos técnicos, o que aponta para uma posição específica nas lutas internas pela definição da própria medicina e de médico. Apesar de sua formação de sanitarista, está presente uma posição contrária ao pólo do campo médico que enfatiza os condicionantes "sociais" da saúde/doença e das políticas para o setor. Aliás, como representante típica desse outro pólo, pode ser tomada, inclusive, sua substituta no cargo de Secretário de Saúde com a vitória da posição política contrária (controlada pelo PT) em 1998, uma socióloga especialista em saúde pública.

Em algumas dessas modalidades de utilização do "exercício profissional" em associação com a ocupação de cargos públicos, no limite, praticamente desaparecem as diferenças entre médicos e outros profissionais com forte escolarização. Isso porque o "exercício" ou os usos da condição profissional e do título escolar correspondente passam a estar condicionados à lógica das disputas pela ocupação deste tipo de cargos e do militantismo, ou, pelo menos, de algum tipo de engajamento a ela associado. Assim, por exemplo, ao se tomar um candidato a deputado pelo PDT que acabou não se elegendo, engenheiro mecânico, filho de um mecânico de um município do interior que também foi secretário municipal de obras na prefeitura local pelo antigo PTB, a principal diferença é uma maior militância partidária. Mas essa militância é diretamente proporcional ao não exercício direto da profissão e, simultaneamente, sua utilização como trunfo para a ocupação de cargos públicos vinculados à mesma. O início da atuação política,

no caso, é atribuído ao movimento estudantil e, após, como fundador, secretário e presidente da Juventude Socialista no estado, componente da Executiva, além de outros cargos e, quando das eleições, Secretário do partido. Porém, ainda no período da militância estudantil, apesar de cursar engenharia, realizou um curso de "análise política", pretendendo, no futuro, cursar filosofia. Quanto à "profissão de engenheiro", esta se resumiu numa série de cargos públicos. Inicialmente, foi "influenciado pelos advogados trabalhistas, vários fundadores do PDT", para os quais a engenharia seria uma "função liberal", e como tal, vista negativamente. Foi com base nessa militância e pelo fato de ser engenheiro, ou seja, sua "aptidão para a área mais técnica", em conjunto com "a força política", que foi indicado para a direção de uma das principais empresas públicas estaduais, a Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT). A profissão de engenheiro aparece mais como recurso de recrutamento, através do militantismo estudantil ou, então, da ocupação de cargos públicos por "indicação" ou cooptação. Com a vitória da aliança controlada pelo PT, em 1998, da qual fazia parte o PDT, passou a ocupar o cargo de Secretário do Turismo, e com o rompimento dessa aliança, desligou-se do partido de origem e filiou-se ao PT.

Tomando agora um outro extremo nessa oposição entre a utilização de relações com base no exercício profissional mais vinculadas a cargos públicos ou, então, a outras esferas, e, mais especificamente, a associação da profissão de médico com a filantropia e as conseqüentes diferenças no que tange à formação das "bases" eleitorais e, inclusive, de relação com a própria política: como um caso exemplar, trata-se de um médico candidato à reeleição para deputado estadual, no que teve sucesso. De origens sociais muito baixas, ou seja, filho de um guarda noturno de uma empresa particular, vinculado também por origem à Igreja Assembléia de Deus, da qual seu avô foi fundador no estado, seu pai sempre foi membro e o próprio desempenha a função de "evangelista". Nesse caso, a relação entre o exercício profissional e a candidatura passa diretamente pela religião e pela filantropia e ele mesmo *nem sonhava em ser político*, pretendendo ser *médico desse povo, há 25 anos eu sou médico do povo evangélico, batista, Assembléia de Deus, Brasil para Cristo*. Além dessas origens "humildes" e da religião, o início de seu envolvimento com a filantropia ocorreu com o ingresso no exercício profissional, quando optou em atuar num hospital público, em decorrência de suas *origens* e identificação com o *povo necessitado* (entrevista). Posteriormente, se vinculou a um radialista famoso pela atuação na filantropia através de programas de rádio, tendo em vista ao atendimento médico de "pessoas carentes". O prolongamento dessa vinculação foi um convite desse radialista e deputado, presidente estadual do PTB, para que concorresse a deputado estadual em 1990, quando não foi eleito, mas em 1992 se elegeu vereador de Porto Alegre e em 1994 conseguiu se eleger deputado estadual.

É com base nesse esquema fundamentado na ética religiosa e na filantropia que são concebidas tanto as relações com os eleitores como com a atuação parlamentar e, inclusive, a própria definição de política. O sucesso eleitoral é atribuído ao seu "trabalho" como médico do "povo", o que o dispensa de "fazer campanha", que consistiria em apenas distribuição de "santinhos" pelos "amigos", além do fato de já ter sido vereador. Nessa perspectiva, na qual os vínculos com os eleitores pré-existem com base em determinadas práticas assistenciais e valores religiosos, um dos principais componentes de sua posição política é a ênfase na "prática", em oposição àquilo que geralmente é classificado como "discurso vazio" ou "ideológico" e, em segundo lugar, na importância atribuída aos "sentimentos" e à "consciência pessoal". Mas, como parece evidente, mais que exercício profissional, trata-se da condição de médico a serviço de uma "empresa" ética vinculada às respectivas origens e ao trajeto social e a uma Igreja, e sua conversão em recurso eleitoral.

De todas as classificações profissionais examinadas relativamente quanto às condições de sua conversão em recursos eleitorais, as que têm um maior número de candidatos cujo exercício profissional, presente ou passado, se aproxima de uma certa conversão mais ou menos direta, são as vinculadas aos meios de comunicação, particularmente os jornalistas e radialistas. Mas, nesse caso também, não se trata do exercício enquanto tal, mas de uma relação específica com o mesmo. No que tange aos jornalistas, o principal elemento dessa relação específica com o exercício profissional é a área de atuação. Ou seja, trata-se, quase sempre, de jornalistas especializados em determinados temas, particularmente os comentários relativos à economia e à política (os chamados "formadores de opinião"), em geral, em conjunto com outras esferas de atuação que também podem ser convertidas em recursos eleitorais, tais como, por exemplo, uma maior vinculação ou atuação partidária, com a atuação política "herdada" do grupo familiar de origem, a atuação simultânea em outras áreas profissionais (como o magistério, as "assessorias"). No limite, esse exercício do jornalismo se cruza e se confunde com o de outros "profissionais", como determinados economistas "especializados" em comentários.

Quanto aos radialistas, também ocorrem essas associações com determinadas atividades no interior da "profissão", bem como com outras esferas de atuação, como a filantropia, clubes etc., mas há uma outra característica que abrange a maior parte, a saber: em sua quase totalidade são provenientes de cidades do interior, cuja "notabilidade profissional" e social está diretamente associada ao estabelecimento de vínculos com a chamada "comunidade", no sentido regional e, portanto, com os agentes políticos nesse nível, o que faz com que muitos dos que têm essas origens profissionais, depois de eleitos, se definam explicitamente como deputados "distritais".

Sendo assim, visto que esses usos de relações estabelecidas no exercício profissional enquanto recurso eleitoral, em geral, estão associados a outras esferas de atuação, o principal problema a ser perseguido são as modalidades dessas associações. Uma divisão possível, dentre outras, é aquela já mencionada, entre o caráter público, ou "político" ou de outra natureza dessas esferas e as modalidades de sua combinação por um mesmo líder, o que resulta na ampliação da "superfície social"[13] de sua atuação e formação de "liderança". Deixando-se de lado o caráter formal das classificações profissionais, fica evidente, pelas indicações já apresentadas, que muito disso que pode ser incluído como relações estabelecidas no exercício profissional está baseado na associação entre esse exercício e a ocupação de cargos públicos, que, à primeira vista, se definiriam como "profissionais" e não "políticos". Esse é o caso, dentre tantos outros casos exemplares que poderiam ser tomados, dos médicos cuja carreira consiste na ocupação de cargos públicos vinculados à medicina, dos advogados que se tornam juízes e mais ainda, promotores públicos, e se notabilizam na "defesa" de determinadas posições, dos economistas que ocupam postos-chave nas burocracias públicas a título "profissional" e que, posteriormente, tentam reconverter essa notabilidade em recursos eleitorais, dos professores universitários que atuam simultaneamente em organismos públicos e outras "assessorias", e assim por diante.

Quanto aos jornalistas, começando por um que também é advogado, para após tomar os radialistas (se bem que nem sempre essas categorias são excludentes): um dos candidatos mais diretamente identificados como jornalista concorreu à reeleição para o terceiro mandato como deputado federal pelo PSDB (acabou não se reelegendo, em mandatos anteriores concorreu pelo PDT) e, portanto, além de sua condição de jornalista, contava também com o exercício do mandato como recurso eleitoral. A importância do exercício do jornalismo, portanto, é variável conforme o estágio de sua "carreira" política, cujo início se deve a outros recursos e esferas de atuação, principalmente a militância em sua cidade natal (Cachoeira do Sul). Apesar de filho de pequeno agricultor, ingressou nas atividades políticas aos 18 anos, tendo sido "presidente da Ala Moça do antigo PTB" local, passando mais tarde para o Movimento Trabalhista Renovador (MTR), quando chegou a ser suplente de deputado estadual. Portanto, apesar da importância posterior do exercício do jornalismo, nesse ingresso, se algum exercício profissional pode ter tido alguma influência, foi a advocacia, exercida por cerca de seis anos. Porém, com o golpe militar de 1964, afastou-se temporariamente das atividades políticas e passou a atuar como gerente de rádio e responsável por programa de televisão. Ou seja, mais que o exercício profissional em termos estritos, nas

> comunicações eu tinha presença forte no meu trabalho, lá onde eu sempre tive cargos de chefia, quando eu era locutor, fui locutor chefe, e depois

> passei a ser gerente da rádio, que também era um cargo de chefia, e na atividade sindical também cheguei a ser presidente do sindicato dos radialistas.

Além dessa ocupação de "espaços" e dos cargos de "chefia", se caracterizou como um "comentarista" de temas políticos e econômicos do momento, talvez com alguma influência da formação jurídica e do passado político. Com o reingresso nas atividades políticas e ocupação de cargos, a importância do jornalismo como recurso eleitoral teria sido gradativamente substituída pelo exercício destes cargos. Portanto, nesse caso, o jornalismo e meios de comunicação em geral, enquanto exercício profissional, além da "especialização" em determinadas atividades (comentarista, colunista) se caracteriza como uma espécie de fase de transição para o reingresso nas atividades políticas, que num processo de reconversão, acabam tomando um sentido profissional (interrompido pela não reeleição). Uma das conseqüências disso é o caráter difuso da "liderança", tendo apoio de diferentes partidos, setores e regiões.

Um segundo caso de candidato proveniente do jornalismo, embora defina suas atividades políticas como uma extensão do exercício profissional, está mais diretamente associado à apresentação de TV que ao comentário jornalístico. Trata-se de uma candidata à reeleição como deputada estadual pelo PPB (que acabou se reelegendo). Filha de um caminhoneiro e taxista, mas cujo avô paterno foi intendente de sua cidade natal (Santa Bárbara), além de suas atividades nos meios de comunicação, também contava com outros recursos eleitorais, imediata ou remotamente, no que se destaca sua condição de deputada e a participação nas eleições de 1990 como candidata derrotada para vice-govenadora e a prefeita de Porto Alegre em 1996 (então pelo PFL), sua condição de empresária do comércio e conseqüentes vinculações com organizações de empresários, com organizações de mulheres e com clubes de "serviços" ou filantropia (*Lions*), além de sua antiga militância estudantil. A "liderança" prévia e suas "bases" eleitorais são atribuídas aos seus "20 anos de vídeo", além de suas pretensas "qualidades pessoais", calcadas no catolicismo. Em sua ótica, o ingresso e a atuação na política consistiriam no "prolongamento" das atividades profissionais, das quais *o trabalho político é uma extensão. No meu caso é uma extensão do que eu já fazia, só que aqui estou pelo voto popular* (entrevista). Mas a própria descrição desse trabalho na televisão o caracteriza como uma espécie de mediação, o que a aproxima dos comentaristas, embora atuando mais no "varejo" e, simultaneamente, buscando "soluções", de modo um tanto semelhante a determinados programas de rádio. Ou, em suas palavras:

> por ter ficado 20 anos no vídeo, por ter também sentido a necessidade (...) de um compromisso ainda maior com o telespectador, não só como a jorna-

> lista, informando e dando a notícia e fazendo com que eles também pensassem junto comigo, mas principalmente resolvendo problemas dos meus telespectadores, problemas dentro das áreas públicas" (idem).

Em síntese, trata-se da conversão de atividades jornalísticas no sentido amplo, em recursos eleitorais, porém, esta possibilidade somente ocorre na medida em que consiste num jornalismo embutido numa perspectiva "política" ou eleitoral.

Apesar da grande distância entre classificações escolares e das eventuais diferenças quanto à retórica e as filosofias sociais subjacentes, esse padrão de utilização do exercício profissional nos meios de comunicação não é muito diferente de outros profissionais com formação universitária, como economistas, quando visam a utilizar a "profissão" como base de recursos eleitorais. Dito de outro modo, apesar das diferenças quanto à formação escolar, na medida em que entra em pauta a conversão de relações profissionais em recursos eleitorais e mais ainda, quando são utilizados recursos da mídia para tanto, as diferenças formais quanto à formação escolar tendem a diminuir de importância. Para evidenciar essa semelhança, basta tomar o caso de uma das principais representantes dos economistas dentre os candidatos em pauta, a candidata à reeleição como deputada federal pelo PSDB, que acabou sendo reeleita. Originária de São Paulo, filha de um jornalista, embora sua "marca" ou imagem, inclusive nas campanhas eleitorais, esteja associada à sua condição de professora universitária de economia, e, portanto, em princípio, com pretensões mais eruditas, todas as esferas de atividades ou "liderança" que aponta como sendo relevantes em suas atividades políticas vão exatamente no sentido da negação do exercício profissional, em sua definição estrita e formal e a aproximam dos jornalistas, no sentido apontado acima, ou seja, comentaristas ou "formadores de opinião", além de incluir diversas outras esferas sociais de atuação. Sua primeira atuação nesse sentido foi a Associação Cristã de Moços, na qual chegou a ser "líder" e a ocupar cargos de direção. Isso, no entanto, é qualificado como atividades de "programas de uma cidadã participante". Mas no que concerne à "política", o início é remetido às disputas na "parte da universidade, por postos", tendo chegado a ser diretora da Faculdade de Economia. Porém, isso se expandiu por outras esferas de atuação, como a Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS), onde passou a ser "a economista do Conselho Superior"; a Associação Nacional dos Cursos de Pós-Graduação em Economia, editorias de revistas, e assim por diante. Em suas palavras,

> é uma forma organizada de participar das coisas, que leva a essas posições de liderança no campo acadêmico, no campo do trabalho voluntário (...), no

> campo de uma organização nacional como a Associação Nacional de Pós-Graduação em Economia (ANPEC) e vai multiplicando. Aí você começa a fazer parte de conselhos de administração, conselhos de assessoramento, de entidades privadas, de entidades públicas, e passa a ser chamada para postos públicos graúdos" (entrevista).

Um desses "postos públicos graúdos" foi sua rápida passagem como ministra do Planejamento, muito explorada como trunfo eleitoral. Essa expansão gradativa das esferas de atuação acabou incorporando de modo mais direto a imprensa, com participação direta no rádio, na televisão e em jornais, como "comentarista". Isso tudo acabou gerando conflitos com a própria universidade, visto que parte dos colegas opunham-se a esta participação direta na mídia. Frente a isso, sustentou uma *briga interna, com um processo interno no departamento, para mostrar que isso se chamava universidade aberta* (idem). Como se pode ver, nessa perspectiva, as próprias relações tidas como profissionais e, inclusive, a "academia", são vistas da ótica do "poder", e a "política" seria simplesmente uma extensão de um amplo esquema de manipulação de vínculos, ou seja:

> Fui sempre poder, o poder da opinião, mudava voto na Assembléia Legislativa, fazia trabalhos acadêmicos que levavam para uma determinada decisão política, eu sempre fui poder, mas poder autônomo. E a cátedra te dá isso (...) Fui sempre a preservação do verdadeiro poder de um acadêmico, que é o de emitir opinião que pode transformar as coisas (ibidem).

Assim, o *"poder intelectual" a serviço do jogo político, é visto como se fosse o inverso, na medida em que as próprias posições e o jogo político são interpretados como "poder intelectual*" (ibidem). Ao que tudo indica, esta concepção que leva a definir como "acadêmico" ou "técnico" o processo de lutas pela conquista de cargos "administrativos" e eletivos, com base no capital de relações sociais e na tecnologia de manipulação de redes de relações que lhe é própria, normalmente visto e apresentado como "política", é muito generalizado entre este tipo de protagonista político com origem na universidade.[14]

Tomando agora os candidatos que se caracterizam mais como radialistas que como jornalistas e, dentre esses, começando por um de abrangência estadual, o candidato à reeleição como deputado estadual pelo PTB, que é o principal "líder" e organizador desse partido no estado: a principal associação do exercício profissional, do qual resulta sua principal base de recursos eleitorais é com a filantropia. Inclusive, é devido a isso que a maior parte dos demais candidatos vinculados a ela são filiados a esse partido. Essa associação entre radialismo e filantropia, no entanto, além de requerer uma redefinição dessa atividade "profissional", atribuindo-lhe uma característica muito específica, tanto neste como nos demais casos,

está diretamente vinculada com as origens e trajetórias sociais tanto do candidato em pauta como, também, de suas bases eleitorais presumidas.

Trata-se de alguém de origens sociais muito baixas, filho de um marceneiro e ex-pequeno agricultor, cuja ascensão tanto "profissional" como política estão diretamente associadas a um programa de rádio dirigido à filantropia, em seu sentido mais imediato. Oriundo do interior, sua ascensão ocorreu com sua transferência para Porto Alegre, mas mesmo com esse deslocamento geográfico, continuou vinculado àquilo que qualifica de "periferia social". Devido a estas origens de "baixo" e na "periferia", a própria "vida profissional" é vista como meio alternativo de integração social e atuação política, visto que nunca esteve *ligado a algum segmento, assim, organizado da sociedade (...) a algum tipo de movimento, assim, do tipo organizado*. Ele mesmo acentua que essa *atividade profissional*, que consiste na *mobilização das pessoas* para o "auxílio" para determinados "problemas", teria sido a responsável pela formação da "base eleitoral". Isso fez com que em 1984 ingressasse no PMDB e se candidatasse sem sucesso para o cargo de Prefeito de Porto Alegre, mas a partir de 1990 passou a ser, sucessivamente, um dos candidatos a deputado estadual dos mais votados, sendo freqüentemente qualificado de "fenômeno eleitoral" pela imprensa regional (além de, para os críticos, uma espécie de campeão do clientelismo), mantendo sempre suas atividades "profissionais". Mas, diferentemente dos jornalistas e da economista apresentados anteriormente, essa candidatura e seu perfil é atribuída *à minha experiência, conseqüência da minha vivência (...), do cotidiano todo aonde tu vai adquirindo algumas convicções*. Essa interpretação das experiências da origem social e do trabalho "profissional" servem de referencial, de modo muito direto, inclusive, para fundamentar suas relações e definições relativamente à política. A exemplo do médico vinculado à filantropia, também enfatizando suas "origens humildes", apresentado anteriormente, e da maior parte dos candidatos ligados à filantropia, esse também centra suas tomadas de posição na "prática", em busca apenas do "básico", com um sentido de urgente, em oposição aos políticos que teriam uma atuação mais "técnica", com um "debate mais elitizado", e aos que têm como base alguma "vertente ideológica" ou "utopia". Uma das conseqüências disso, na atuação parlamentar, é que o debate em plenário é desvalorizado, não sendo "um deputado debatedor", sempre buscando alguma "solução prática". Nessa perspectiva do "básico" e "prático", aquilo que normalmente é caracterizado como "assistencialismo", ou algo do gênero, é defendido explicitamente, ao mesmo tempo em que a "questão social" se converte num problema de "solidariedade".

Há, por fim, quanto aos radialistas ou mais especificamente, uma espécie de radialista/jornalista, que configura um outro padrão bem definido que, apesar dos variantes no que tange às posições político-partidárias, vinculações com outras

esferas de atividades ou sociabilidade, e, mesmo, origens sociais, dentre outras, mantém uma série de características muito semelhantes. Trata-se dos radialistas de cidades médias do interior, em geral já tendo sido vereadores e, em muitos casos, prefeitos, e cuja principal característica comum é se apresentar como representante da "comunidade" regional, alguns, quando eleitos, se definindo explicitamente como "deputado distrital" ou, pelo menos, como defensores do "municipalismo". Mas, apesar da grande quantidade desse tipo de candidato, as maiores variações ocorrem por conta do grau em que a "profissão" pesa no ingresso e, em muitos casos, na manutenção das "bases" eleitorais. Tendo em vista isso, são apresentados alguns casos exemplares nos quais o radialismo, ou mais especificamente, as associações de seu exercício com outras esferas sociais, é o recurso quase exclusivo de formação dessas bases de recursos eleitorais. Isso os diferencia, tanto dos jornalistas como de outros profissionais apresentados anteriormente, mais diretamente vinculados à formação universitária e com atuação de âmbito mais amplo ou menos regionalmente circunscrito.

Um dos mais representativos deste padrão é o de um candidato à reeleição pela segunda vez como deputado estadual pelo PPB, que acabou tendo sucesso, e que, como a maior parte desse tipo de candidato, tem origens sociais muito baixas. Seu pai era funcionário da prefeitura de sua cidade natal (Lagoa Vermelha) e, aos 18 anos era

> engraxate e entregador de jornais, servente de pedreiro, para estudar. A mudança de jornaleiro para radialista foi acidental: o diretor da rádio ouviu minha voz e lhe chamou a atenção (entrevista).

Assim, começou como comentarista de futebol e, após, ampliou essa atuação "profissional" e se tornou uma espécie de "porta-voz" ou mediador e, com isso, ingressou na política em âmbito municipal e estadual. Essa atuação como radialista, em sua ótica, *criou as condições e as "ligações com a comunidade" para o ingresso na "vida política partidária"* (idem). Portanto, nesse caso também, o ingresso na política é visto como uma expansão das atividades "profissionais", porém essas atividades se constituem também numa posição de mediação na chamada "comunidade", no sentido do município ou região. Isso porque, como mencionado, é que apesar de ter iniciado como "narrador esportivo", passou a se dirigir *para programas voltados para idéias. Não foi apenas a narração esportiva [que possibilitou o ingresso na política], claro que já tínhamos uma certa notoriedade* (ibidem). Mas essa inserção na política partidária já contava com um início e predisposições, visto que já havia participado da Arena Jovem na década de 60, mas por ter se tornado funcionário do Banco do Brasil foi suspensa, até ser convidado para se candidatar a vereador, cargo no qual se manteve por

vários mandatos e após, para prefeito, sem sucesso. Até que tentou uma primeira eleição para deputado estadual também sem sucesso e, na segunda tentativa, em 1990, foi eleito, reelegendo-se em 1994 e em 1998.

Uma das conseqüências mais diretas dessa posição de mediador a serviço da "comunidade" regional e, evidentemente, do tipo de inserção nas facções e respectivas posições político-ideológicas ao nível local, é a mencionada posição de mediador regional, que, das atividades "profissionais" amplia-se para a esfera de atuação política. Ou em suas palavras,

> na própria "atividade de jornalista você fica conhecendo os problemas e tu te transforma no porta-voz destas questões". Em todas as eleições que participou, seus votos concentraram-se na área de atuação como jornalista/radialista e "então eu sou um deputado distrital" (ibidem).

Portanto, essa condição de "deputado distrital" não decorre apenas de alguma base ideológica prévia, embora essa lhe confira uma configuração própria, mas também das condições eleitorais e da respectiva posição no espaço geográfico socialmente hierarquizado. Em seu próprio partido, haveria também os que "não são distritais", com os quais se estabeleceria uma espécie de complementaridade. De qualquer modo, seu mandato é definido como "prestação de serviços" ou como "um instrumento de algumas das questões mais importantes da minha região". Essa condição de "distrital" faz com que em sua representação política não se restrinja a *um segmento da sociedade. Um deputado distrital acaba se envolvendo em todas as questões, em oposição aos políticos que representariam "corporações"* (ibidem). Assim, a posição periférica nas relações centro/periferia, conjuntamente com a posição à "direita" no espectro político servem de base para a postura contrária a um dos atributos definidores da "esquerda", ou seja, seus vínculos com o "corporativismo". Mas, apesar de não haver um determinado "segmento" especificamente representado, são postas em prática ações dirigidas a populações específicas ou "carentes" e para tanto "mantenho três escritórios na região". Trata-se de um "serviço de assistência social", que atua principalmente no transporte, acomodação e intermediação de atendimento hospitalar, utilizado por boa parte dos deputados estaduais.

Nesse mesmo padrão, podem ser apresentados muitos outros casos, inclusive de representantes de uma mesma região e, tendo isso em vista, vale a pena tomar resumidamente dois candidatos visando à reeleição como deputados estaduais, sendo ambos de uma mesma cidade (Ijuí). O primeiro, candidato pelo PPB, também tem origens sociais muito baixas, ou seja, filho de um ex-pequeno agricultor que se tornou taxista, o próprio foi operário de fábrica dos 10 até os 20 anos, tendo que interromper os estudos para trabalhar. Em razão disso, liderou

um movimento para a criação de um curso noturno, projetando-se como liderança estudantil em âmbito local. Com base nisso, e na atuação como "patrão" do Centro de Tradições Gaúchas (CTG), tornou-se vereador. Posteriormente, conseguiu ser eleito vice-prefeito e prefeito (pela antiga Arena). Mas o principal componente dessa ascensão social e política foi sua atuação como radialista, que começou como apresentador de um programa de "tradições gaúchas" e após como locutor e mais tarde, como proprietário e diretor de uma rádio. Foi com base nesse conjunto de bases de recursos eleitorais, embora se definindo como radialista, que se candidatou e foi eleito deputado estadual em 1990, sendo reeleito em 1994, mas não conseguindo se reeleger em 1998.

Os critérios de seu julgamento da atividade política e o esquema que os fundamentam são quase idênticos ao candidato também radialista apresentado acima. Em primeiro lugar, esses critérios estão fortemente centrados numa espécie de "ética do trabalho" e numa moral cívica que pode ser considerada à "direita" no espectro político vigente. Mas a principal categoria que usa para definir suas tomadas de posição é a de "municipalista", com toda sua atuação concentrada num determinado número de municípios da região de origem. Trata-se de temas ou problemas diretamente vinculados com a respectiva posição nas relações centro/periferia e, também a exemplo do candidato radialista apresentado acima, mantém uma espécie de organização filantrópica. Esta também é atribuída às suas origens sociais ou, mais especificamente, aos "traumas" atribuídos à falta de recursos e domínio da capital quando da hospitalização e morte de sua mãe (idem).

Abstraindo-se as divergências quanto às posições políticas ou filiações partidárias, esse trajeto social e político é muito semelhante do outro candidato à reeleição a deputado estadual pelo PDT mencionado, do mesmo município. Também filho de ex-pequeno agricultor, apesar de ter perdido o pai aos 11 anos de idade, conseguiu um grau de escolarização mais alto, conjuntamente com o trabalho precoce na produção familiar de leite. Porém, tendo ingressado na rádio "como auxiliar de portaria", conseguiu continuar estudando e ocupar, sucessivamente, outros postos na empresa e, inclusive, passar a ser o principal proprietário da empresa, sempre controlada por líderes do antigo PTB e PDT local, da qual saíram muitos vereadores e vários deputados. Porém, essa conversão da ascensão profissional como radialista de sucesso na política depende de outras condições, e, inclusive, em sua ótica,

> não basta ter o microfone na mão, é importante saber usá-lo, no sentido da construção, porque o leitor, o ouvinte, ele identifica quem fala (...) Agora, também tem o lado da popularidade, a rádio te dá uma certa popularidade, isso dá, isso ajuda (entrevista).

Em síntese, mais que radialismo enquanto profissão, trata-se de sua instrumentalização para a formação de "liderança" para, somente então, tentar converter isso em trunfo eleitoral, o que implica numa modalidade específica de exercício profissional, integrando a atuação em diferentes esferas sociais, mas, no caso, também diretamente condicionada pela posição relativa nas relações centro/periferia.

Mas um dos recursos para esse "saber usar" a condição de radialista para o ingresso na política, no caso, é sua associação com a escolarização e a militância estudantil, além do ingresso em outras esferas de atuação. Isso inclui a passagem como vice-presidente do diretório estudantil, na fase universitária, e, posteriormente,

> passei a ter uma atuação na comunidade bastante expressiva, meu currículo inclui a vida de professor (...), presidente da Associação de Professores, também fui vice-presidente da Associação Comercial e Industrial (...), fui membro de várias entidades, e isso foi me lavando a um conhecimento público e, certamente, pelos programas de rádio que eu também apresentava, com um outro nível, com uma outra visão, uma visão sempre permeada pelo comunitarismo, o espírito comunitário acima de tudo.

Foi com os recursos acumulados anteriormente nessas outras esferas de atuação que se elegeu vice-prefeito e após, prefeito e em 1994, deputado estadual. Mas para esse segundo nível, além da atuação como radialista e em outras esferas da "comunidade", o principal responsável pelos *votos foi a condição de prefeito, ter sido prefeito foi uma credencial importante, aí que a sociedade me conheceu como homem público*.

Considerações finais

As modalidades de usos de relações estabelecidas no exercício profissional, ou atribuídas ao mesmo, poderiam ser multiplicadas indefinidamente, visto que, no limite, cada candidato que as utilizam pode apresentar seus variantes próprios. Isso, no entanto, não exclui a configuração de determinados padrões ou semelhanças, a começar pela mais geral, qual seja, o fato de que, mais que relações profissionais, trata-se de esforços no sentido de sua transformação em capital social e sua conversão em capital político ou recurso eleitoral. Sendo assim, a grande variedade nas modalidades de tentativas de usos das relações profissionais é menos decorrente da diversidade profissional dos candidatos que das combinações possíveis dessas referências a relações profissionais com outras esferas de atuação enquanto "líderes".

Mas, apesar de quantitativamente muito significativo, trata-se de um recurso eleitoral específico, visto que, se por um lado, nada pode ser tomado como intrinsecamente "político", por outro, na medida em que essas relações são utilizadas sem alguma outra combinação, não há alguma categoria a ser representada ou "politizada", que não os eleitores em abstrato ou, então, meros "consumidores" dos respectivos serviços tomados individualmente. Portanto, essa utilização pressupõe que o candidato em pauta conte com uma condição profissional que possibilite ou facilite o estabelecimento de vínculos com um conjunto de "consumidores" relativamente amplo e, por outro lado, com disposições e recursos de outra ordem, como a inserção em formas de representação mais corporadas, tais como o sindicalismo, as associações e assim por diante. Certamente, é devido a isso que o grau ou intensidade das tentativas da utilização desse tipo de vínculo é inversamente proporcional a essas outras modalidades de recursos de formação de "liderança". Ou seja, em geral são candidatos menos vinculados a sindicatos, associações, igrejas, e outras representações categoriais. Do mesmo modo, alguns partidos, também com características próprias (PSDB, PTB) têm uma maior afinidade com os mesmos. Certamente, é devido a isso que a maior parte desses candidatos operem critérios bastante próprios quanto à avaliação da atividade política. Se bem que não seja uma exclusividade, fica evidente que, na maior parte dos casos, em graus variados, a própria atividade política é concebida como uma extensão de atividades de *brokerage* (na linguagem do meio geralmente designada como "prestação de serviços"), fundamentadas em diferentes vínculos e esferas sociais, ainda que freqüentemente vistas e apresentadas como um prolongamento da atuação "profissional". Como também fica evidente, isso tem uma forte vinculação com as origens sociais, porém, mais que posição de origem, o que está em pauta são as respectivas esferas de atuação em que inserem suas trajetórias sociais e profissionais e, conseqüentemente, os esquemas através dos quais são interpretadas essas origens. Quanto a esse ponto, esses candidatos se caracterizam por dois elementos gerais, a saber, as origens sociais bastante baixas de uma boa parte, e, portanto, uma forte mobilidade social e profissional e, em segundo lugar, as grandes diferenças entre os mesmos. Essas diferenças quanto às origens e trajetórias sociais estão associadas também com as classificações profissionais, onde um pólo é ocupado por categorias como a dos médicos, em geral de origens mais elevadas e no extremo oposto, os jornalistas/radialistas originários do interior, além de outras categorias profissionais. Mas isso se manifesta também nas modalidades de se relacionar e conceber as atividades políticas, onde, novamente, um extremo é ocupado pelos que têm uma visão mais geral e pretensamente mais "politizada" ou "intelectualizada" e no pólo oposto, os preocupados apenas com os aspectos "práticos", no sentido de imediatos, geralmente se qualificando de "origem humilde", também exercendo atividades filantrópicas.

Mas se há um maior distanciamento ou uma vinculação mais fluida por parte desses candidatos que se valem de relações estabelecidas no exercício profissional quanto às formas de engajamento e militância mais corporadas e à filiação partidária, de modo um tanto irônico, ocorre algo semelhante quanto ao exercício profissional. Como se tentou demonstrar, a formação de "liderança" em nome de uma determinada profissão é inversamente proporcional ao seu exercício efetivo. Essa suspensão do exercício efetivo, conforme as prescrições vigentes da profissão, no entanto, podem ocorrer conforme as mais diversas modalidades, abrangendo desde uma espécie de exercício "indireto" através da ocupação de cargos públicos em nome da profissão ou de uma determinada competência a ela atribuída, a atuação em nome de alguma "causa" (filantropia, sindicalismo etc.), até a redefinição desse exercício, vinculando-se apenas àquelas atividades mais propícias à formação de "liderança". Uma outra forma desse menor engajamento e militância partidária aparecer é através da idade dos candidatos, ou seja, para uma boa parte, e dentre esses, principalmente os com recursos políticos mais precários, o ingresso na política tende a ocorrer após diferentes estágios, tanto "profissionais" como em outras esferas de atuação. Quanto a esse exercício profissional, como também se tentou demonstrar, algumas categorias profissionais, de fato, contam com maiores possibilidades de reconversão em "liderança", como é o caso de jornalistas, radialistas, dentre outros. Mas, mesmo nesses casos, não se encontrou nenhum candidato que tivesse nas relações estabelecidas no exercício profissional sua principal base de recursos eleitorais e, simultaneamente, fosse bem sucedido. Em regra, esse exercício profissional mais diretamente vinculados à formação de "lideranças", significa apenas um recurso de acesso a outras esferas de atuação, tais como a filantropia, o comentarismo, a "comunidade regional", ocupação de cargos públicos etc., em síntese, uma posição de *broker*, cuja atuação pode ser objeto de estratégias de reconversão em recursos eleitorais.

Em síntese, mesmo no caso de um "campo" ou "esfera" política heterônoma, o processo de "politização" não equivale a uma passagem ou mudança simples de registro, no caso, de relações "profissionais" para "políticas" ou "eleitorais". Além da disponibilidade de recursos, isso envolve lógicas e códigos sociais não redutíveis, cujo intercâmbio requer a mudança de significado.

Notas

[1] Para uma discussão recente e diversificada sobre isso relativamente ao caso franês, ver particularmente Offerlé (1999).

[2] Uma outra versão deste texto foi publicada em Coradini (2001).

[3] Para uma discussão sobre as abordagens da sociologia anglo-saxônica da "profissão" e as

lógicas contidas nas lutas pela institucionalização das profissões jurídicas na França, ver Boigeol e Dezalay (1997).

[4] Sobre o conceito de capital social utilizado, ver Bourdieu (1980) e para uma análise do processo de acumulação e reconversão desse tipo de capital, ver Saint Martin (1993).

[5] Ver particularmente Offerlé, (1999); *Politix* 1996; Birnbaum (1985); Gaxie (1980) e Gaxie et al. (1990); para uma bibliografia relativa à "entrada na política", em seus diferentes aspectos e abordagens, ver Lévêque (1996).

[6] Para um comentário sobre as diferenças entre as abordagens das ciências sociais na França e nos Estados Unidos no que tange ao estudo dos "profissionais da política" e dos indicadores utilizados, ver Sawicki (1999).

[7] É com base nesse tipo de divisão e mais especificamente, desdobramentos em conceitos como o de "capital associativo" que trabalhos como o de Gaxie e Offerlé (1985) tentam dar conta de mudanças políticas como as ocorridas na França no início da década de oitenta.

[8] Ver Coradini (2001).

[9] Dos mencionados 129 candidatos das eleições em pauta (de 649) que se valem de algum modo desse tipo de relação, 36 foram entrevistados e é com base nessas entrevistas que foi feito um exame mais aprofundado dessas relações, complementado com o material da campanha e com os dados oficiais.

[10] Nessa sua interpretação, isso decorreria desse vínculo entre o médico e seu "paciente", como base no "humanitarismo", daí, inclusive, o fato de o fenômeno ter sido mais freqüente no "interior" do estado. Esse médico, que apesar de também ser professor de medicina e jornalista, fez uma longa carreira política como deputado federal e líder do PL (Partido Libertador), ao descrever a história da medicina no estado ou seus "vultos" na principal publicação de consagração coletiva dos médicos até os anos quarenta, destaca: "Apesar de se considerar a política, em nosso meio, atividade favorita dos bacharéis, os médicos lhe tiveram sempre grande predileção. Explica-se isso, talvez, em parte, pelo prestígio popular que facilmente granjeia o facultativo competente e humanitário". Mas, ao abordar um "vulto" que "não militou ativamente na política", acrescenta: "Não foi, porém, porque lhe faltasse espírito público, mas, simplesmente, porque o ambiente das grandes cidades não arrasta tão facilmente como no campo, o médico no torvelinho da vida partidária". (Pilla 1943:36-41).

[11] Trata-se de um candidato a deputado estadual pelo PDT, que, conforme declarações a um jornal no início da campanha eleitoral, iria "apostar nos milhares de pacientes que passaram pelo seu consultório ao longo de 25 anos. O candidato (...) espera obter como médico comunitário o mesmo êxito alcançado pelos seus colegas Henrique Fontana (...) e Eliseu Santos". Tendo isso em vista, "pesquisou mais de 50 mil fichas de pacientes atendidos por ele desde 1993. Para cada um deles está enviando correspondências. O médico reuniu ainda os endereços das pessoas que foram atendidas no ano passado no posto de saúde de Cachoeirinha, município onde exerceu a função de secretário de Saúde". (*Zero Hora*, 10 de ago. de 1998:5).

Note-se, no entanto, que, a exemplo dos "colegas" tomados como exemplo (um Eliseu dos Santos, vinculado à Igreja Assembléia de Deus e o outro, Henrique Fontana, à militância no PT e à ocupação de cargos públicos, como o de Secretário de Saúde de Porto Alegre), não se trata de um médico clínico no sentido tradicional, mas de um "médico comunitário" ou sanitarista. E, além disso, também conta com outras bases de recursos eleitorais, como a ocupação de cargos públicos (secretário da Saúde, o que indica para o seu envolvimento ante-

rior com a política local) e sua condição e atividades como "artista". Em todo caso, mesmo assim, obteve apenas 14.113 votos em 1998.

[12] Sobre as relações e as possibilidades de conflitos entre a "carreira militante" e a carreira profissional, ver particularmente Juhem (2001) e Fillieule (2001).

[13] Sobre a utilização da noção de "superfície social" nesse tipo de estudos e seus limites, visto que "abrange somente a acumulação quantitativa de posições ocupadas em diferentes campos, mas não toma necessariamente em conta a medida de prestígio, do poder, da influência que estão vinculados às posições", ver Collovald (1985:47-48).

[14] Alguns pesquisadores, como Loureiro e Abrucio (1998), em seu estudo sobre os critérios de escolha dos ministros, que inclusive têm como um dos objetivos "superar a falsa dicotomia que separa a atividade política da administrativa", incluem um "critério técnico" dentre os demais. Porém, na própria definição de protagonistas entrevistados, dentre as características do "técnico" em pauta, consta a de "esplanadeiro", ou seja, ter "relações e conhecer a lógica da esplanada dos ministérios", além de "atuar como executivo" e da "formação e produção acadêmica" (Loureiro e Abrucio 1998:10). Evidentemente, trata-se de definições específicas de "técnico" e de "acadêmico" que mereceriam uma discussão e um confronto com as categorias "nativas", o que não cabe aqui.

Referências bibliográficas

BAILEY, F. G. *Humbuggery and Manipulation; The art of leadership*. New York: Cornell University Press, 1990.

BIRNBAUM, P. (dir.). *Les Élites Socialistes au Pouvoir; Les Dirigeants Socialistes Face à L'État – 1981-1985*. Paris: Preses Universitaires de France, 1985.

BOIGEOL, A.; DEZALAY, Y. De L'agent D'affaires au Barreau: les conseils juridiques et la construction d'um espace professionnal. *Genèses,* (27), juin. Paris, 1997.

BOURDIEU, Pierre. La Representation Politique; Éléments Pour une Théorie du Champ Politique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, fév./mars. Paris, 1981.

_____. Le Capital Social. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, (31), jan., Paris, 1980.

COLLOVALD, A. La république du militant. Recrutement et filières de la carrière politique des députés. In: BIRNBAUM, P. (dir.). *Les Élites Socialistes au Pouvoir; Les diregeants socialistes face à l'État – 1981-1985.* Paris: Preses Universitaires de France, 1985.

CORADINI, O. L. *Em nome de quem? Recursos sociais no recrutamento de elites políticas*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DOGAN, M. Les professions propices à la carrière politique; Osmoses, filières et viviers. In: OFFERLÉ, M. (dir.). *La Profession Politique – XIXe-XXe Siècle*. Paris: Belin, 1999.

FILLIEULE, O. Post scriptum: Propositions pour une analyse processuelle de l´engagement individuel. *Revue Française de Science Politique*, fév.-avril, LOCAL: 2001.

GAXIE, D.; OFFERLÈ, M. Les militants sindicaux et associatifs au pouvoirs? Capital social collectif et carrière politique. In: BIRNBAUM, P. (dir.). *Les Élites Socialistes au Pouvoir – 1980-1985*. Paris: Presses Universitaires de France, 1985.

GAXIE, D. et al. *Le "Social" Transfiguré; Sur la représentation politique des préocupations "sociales"*. Paris: Presses Universitaires de France, 1990.

_____. Les logiques du recrutement politique. *Revue Française de Science Politique*, 20 (1), fév. Paris, 1980.

JUHEM, P. Entreprendre en politique: De l'extrême gauche au PS: la professionalisation politique des fundateurs de SOS-Racisme. *Revue Française de Science Politique*, fév.-avril. Paris, 2001.

LÉVÊQUE, S. L'entrée en politique; Bibliografie sur les conditions sociales de la professionalisation et de la 'réussite'politique en France. *Politix*, (35), Paris, 1996.

LOUREIRO, M. R.; ABRUCIO, F. L. *Burocracia e política na nova ordem democrática no Brasil*. São Paulo: ANPAD, 1998 (mimeo).

OFFERLÉ, M. (dir.). *La Profession Politique – XIXe-XXe Siècle*. Paris: Belin, 1999.

_____. Entrées en politique. *Politix*, (35), Paris, 1996.

_____. Professions et profession politique. In: OFFERLÉ, M. (dir.*). La Profession Politique – XIXe-XXe Siècle.* Paris: Belin, 1999b.

PILLA, R. Vultos da medicina riograndense. In: FRANCO, A.; RAMOS, S. M. (orgs.). *Panteão médico riograndense; síntese cultural e histórica.* São Paulo: Ramos/Franco Editores, 1943.

SAINT MARTIN, M. de. *L'Espace de la Noblesse*. Paris: Éditions Métalié, 1993.

SAWICKI, F. Classer les hommes politiques. Les usages des indiateurs de position sociales pour la compréension de la professionalisation politique. In: OFFERLÉ, M. (dir.). *La Profession Politique – XIXe-XXe Siècle.* Paris: Belin, 1999.

WEBER, M. A política como vocação. In*: Ensaios de sociologia*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1982.

_____. *Economia y Sociedad; Esbozo de sociología comprensiva*. México: Fondo de Cultura Económica, 1984.

Parte IV

Família e política

CAPÍTULO 13

Campanhas em família: as *veias abertas* das disputas eleitorais*

Irlys Barreira

Se é possível considerar o período eleitoral como o momento de *definição de pertencimentos e localização de fidelidades* (Palmeira 2000), as eleições em Acaraú[1] representam uma espécie de tipo ideal, presente na luta entre facções familiares postulantes ao Executivo Municipal. O assassinato do prefeito e sua sucessão, na gestão municipal, pela viúva – candidata eleita por duas vezes à Prefeitura de Acaraú, tendo durante a última campanha – como principal opositor um dos parentes acusados do crime – tornam cada um desses momentos eleitorais, um acirramento crescente de ânimos. Em tal contexto, destaca-se a cobrança feita aos eleitores efetivos e potenciais, postos na função de adeptos de uma "causa familiar" que transcende o caráter eleitoral, percorrendo a definição de fidelidades morais e políticas.

A expressão obrigatória dos sentimentos analisada por Mauss,[2] para referir-se aos rituais de perda e solidariedade vigentes na vida social, pode encontrar analogia nos constrangimentos morais que atravessam, na situação aqui discutida, o mapa dos ritos eleitorais. Na realidade, como uma espécie de cena oculta e permanente, as disputas eleitorais ritualizam a memória do trágico acontecimento, fazendo com que emblemas de campanha para o Executivo municipal assumam a retórica dos sentimentos que sustentam os conflitos e as rupturas familiares.

Registra-se[3] nesse momento a emergência de facções políticas no cenário público, apontando o modo como os conflitos familiares, depois de radicalizados, explicitam-se em tempos de campanha eleitoral, mobilizando valores criados no mundo do parentesco e transferidos para o âmbito da política. O trânsito de valores criados no âmbito privado opera, em tais circunstâncias, segundo uma lógica das conversões; lógica que transforma a memória da perda em emblema de continuidade da facção política no poder, cria porta-vozes ideais, no caso as mulheres, para a recomposição da ala familiar na condição de vítima, e faz das campa-

* Agradeço especialmente a Maria Sulamita de Almeida Vieira pela revisão cuidadosa do texto.

nhas para o Executivo municipal, um novo momento de inscrição dos conflitos no espaço público. As campanhas eleitorais, nesse sentido, apresentam-se como ritualização expressiva de conflitos familiares e inflexão na lógica costumeira dos arranjos de poder que caracterizam habitualmente as práticas de mando em Acaraú, designadas pelo senso comum como sendo típicas de "política de interior".[4] Trata-se de uma expressão genérica mas elucidativa das peculiaridades de um poder sedimentado na ancestralidade familiar, com regras instituídas que reproduzem as cenas elementares da nomeada política tradicional.

Inscrições familiares no cenário político

É vasta a literatura[5] sobre as formas de dominação política calcadas na hegemonia familiar. Conflito entre famílias, conflitos no interior da mesma família, ou acordos dentro e fora da família com objetivos de neutralizar adversários, fazem parte das múltiplas narrativas voltadas para explicar o chamado "poder tradicional".

À luz de muitas formulações analíticas, o "caso Acaraú"[6] oferece uma bagagem significativa de fatos e situações com várias possibilidades de investigação. O ponto de partida deste artigo, também indicador de um pressuposto, é o de que as campanhas eleitorais no município, ocorridas após o assassinato do prefeito, representam o ato inaugural de inscrição das facções familiares no cenário político. A morte do prefeito, indicativa da situação de ruptura, faz com que as disputas eleitorais posteriores assumam a condição de "guerra por outros meios", ou seja, conflitos não mais negociados no âmbito interno da família, ou dos segredos que circundavam os bastidores da política, mas exacerbados em campanhas que transformam os sentimentos hostis em retóricas da denúncia.

Uma rápida exposição sobre a atuação política da família Ferreira Gomes no Município de Acaraú torna-se relevante para o entendimento dessas questões.

O avô do prefeito vitimado, coronel José Philomeno Ferreira Gomes, também chefe do Executivo municipal em 1936, inaugurou uma espécie de dinastia familiar que se baseava no exercício de cargos políticos repartidos entre parentes de uma mesma geração e passados de pai para filho. O prefeito João Jaime Ferreira Gomes Filho, por exemplo, representava a terceira geração de chefes do Executivo Municipal, considerando-se que seu avô havia sido prefeito em 1936, deputado constituinte em 1947, pelo PSD, e seu pai prefeito durante três mandatos.[7]

A cadeia simbólica das gerações que integram a família Ferreira Gomes afirmou-se fortemente, ao longo do tempo, desde o sobrenome até a escolha do nome. A repetição de nomes entre pais, filhos e netos repunha, a cada nascimento, a recordação das origens e a sua inscrição em ritos e formas de sociabilidade capa-

zes de afirmar um modelo de "comunhão entre iguais". A repetição de nomes com sufixo no diminutivo permitia a identificação imediata dos ancestrais.[8] Também a herança vocacional aí se inscrevia, afirmando as possíveis vinculações entre nascimento e carreira política: o representante político já de antemão tinha lugar inscrito nos códigos de consangüinidade vigentes. Distante da singularidade do nome a construir, a linhagem assegurava, antes, o nome a zelar e a perpetuar, validando a memória dos ancestrais.

As marcas da ancestralidade revelam-se na fala imaginária de João Magno Filho, de três meses, neto do prefeito assassinado:

> Sou muito pequeno para expressar minha dor, mas estou sofrendo como meu pai, que é superorgulhoso de ser seu filho. Serei orgulhoso também de ser seu neto e carregarei seu nome com raça e trabalho, junto com meu pai, vovó (Magda), tios, priminhos e todos da nossa família (filhos do nosso bisavô João Jaime), para realizar os seus sonhos e ideais pelo seu amado Acaraú (escrito por Francisco José Ferreira Gomes, em livro póstumo em homenagem a João Jaime, *Amo Acaraú, Ame você também*[9]).

Os códigos familiares inscritos no nome, através de laços consangüíneos, constituíam vínculos de um lugar de reconhecimento social e político previamente definido, diferente das características individualizantes típicas de processos civilizadores, tais como foram analisados por Elias (1996), que se efetivam através de pressões sociais e conseqüente internalização de códigos universais. O nome da família, nas circunstâncias que unem genealogia e política, instaura uma rede de proteções que envolve uma sinalização para o desempenho de funções e acordos, construídos segundo princípios elaborados no mundo privado.[10]

A família Ferreira Gomes constitui, nessa perspectiva, um conjunto de relações sociais e políticas, unindo a um só tempo os sentidos de vocação, já apontados por Weber, entre o viver da política e viver para a política. As regras de solidariedade política e familiar confundiam-se nesse contexto, pois era como família que os membros se candidatavam, votavam, emprestavam-se apoio e mobilizavam estratégias de reprodução do poder. Esse fato não se restringia às redes de poder local, sustentadas em esferas políticas mais amplas provenientes de alianças no plano do governo estadual e federal, também mediadas por parentes.[11]

Muito embora a história familiar expresse as construções simbólicas unitárias, que alimentam os circuitos de solidariedade e partilha de bens simbólicos, prenúncios de uma divisão interna entre os descendentes de João Jaime Ferreira Gomes e Amadeu Ferreira Gomes aparecem através de nomeações distintivas. Tudo indica que as expressões que classificam "Filomenos brancos" e "Filomenos pretos",[12] usadas popularmente para distinguir os dois ramos familiares, refe-

rem-se inicialmente à cor da pele, idéia formulada por membros da família da vítima, quando indagados sobre a origem das nomeações.

Após a morte do prefeito, as classificações tomaram outro rumo. No curso das denúncias feitas à imprensa, as alusões aos "brancos" e "pretos" serviam para diferenciar os lados em disputa. Nesses termos, o jornal *O Povo*, de Fortaleza, narrando a história do poder político do município assim se expressava: *Enquanto o ramo dos "Filomenos Pretos" ocupava o poder municipal, os "Filomenos Brancos" assumiam a esfera estadual e federal*.[13] Esta linguagem, evocadora da idéia de conflito, esteve presente nos jornais e documentos jurídicos, contribuindo também para a construção das facções familiares no espaço público.

Tudo indica que os conflitos no interior da família, intercalados por acertos internos, foram sobretudo difundidos após o assassinato do prefeito, momento em que cada lado se posicionava e, mais do que isso, refazia a genealogia denegando, desde o passado, o princípio de unidade. O irmão do prefeito reconhecia no avô o início da linhagem, porém não reconhecia o tio, que era pai dos acusados. Estes, nomeados de assassinos, não tinham seus nomes pronunciados nas entrevistas realizadas durante a pesquisa. A filha do ex-prefeito reconstituía outro tipo de genealogia familiar restrita à família nuclear, negando a existência de relacionamentos anteriores mais estreitos entre as duas alas familiares.

> A convivência com a família dos assassinos do meu pai era única e exclusivamente política... a minha família mesma ela é restrita só aos descendentes do meu avô, que são meus primos, meus tios legítimos com quem a gente tem uma convivência muito saudável... (entrevista concedida à autora em 14/5/99).

O assassinato do prefeito João Jaime cristalizou as hostilidades latentes no interior da família da vítima, acenando com novas redes de aliança que unificaram outras famílias do município, também vítimas de perdas de parentes em circunstâncias semelhantes de violência: as famílias Fontes, Teles e Codorna. Estas famílias tinham a intenção de reabrir processos jurídicos arquivados, dizendo partilhar com os "Filomenos pretos" o fato de terem tido um dos membros da família assassinado, apontando os primos da família de João Jaime – os "Filomenos brancos" – como mandantes do crime.[14] O movimento de articulação entre famílias reforçou a visibilidade de "casos", acentuando a polaridade no interior da família Ferreira Gomes. Aos "Filomenos brancos" foi atribuído um conjunto de crimes e agressões morais, além de malversação referente a desvios de verbas públicas.[15]

É possível considerar, a partir dos relatos dos entrevistados, que as desavenças cotidianas da família eram anteriormente radicalizadas, mas "resolvidas" nos momentos eleitorais em que se discutia e negociava a repartição dos cargos, con-

forme as palavras de um dos familiares: "quando se acabava a política, se acabava a briga". A vigência dos acordos, em momentos posteriores, entre parlamentares e prefeito, seguia o caminho das costumeiras articulações entre instâncias do poder, envolvendo transferências de recursos e de compromissos, conforme a atribuição de competência do representante.[16]

Uma das situações de conflito ocorreu, por exemplo, na definição de candidatos à prefeitura do município em 1991, conforme a narrativa do irmão de João Jaime:

> O Joãozinho estava numa situação muito difícil porque era o presidente do hospital e gastou tudo o que tinha. Eles inventaram mil coisas para ele desistir de ser candidato a prefeito e apoiaram um tal de Chico Panelada[17] primo deles e parente nosso (Francisco José, irmão de João Jaime, entrevista concedida à autora em 14/5/1999).

Segundo as próprias palavras de João Jaime, em fita gravada que teria a função de ser um depoimento revelador, o momento de apoio dos primos ao outro candidato à gestão municipal já prenunciava o início de uma cisão: *Com essa falta de entrosamento vieram as divergências e eu senti que já estava de escanteio, já estava sendo desmoralizado*.[18]

O momento eleitoral seguinte configura, no entanto, uma retomada das alianças políticas que pareciam fragilizadas. Segundo relatos de familiares, a definição da chapa para concorrer ao pleito municipal de 1996 foi precedida de reuniões calorosas que culminaram em acordo: João Jaime como candidato a prefeito e Amadeu Gomes, irmão dos deputados pertencentes à ala familiar dos "Filomenos brancos", candidato a vice.

O assassinato do prefeito, ocorrido após um ano de mandato, sinalizou o momento de ruptura radical, transformando as divergências internas em facções que passam a se enfrentar de forma explícita no cenário público. Como diz Cristiano Ferreira Gomes, filho de João Jaime, *Hoje nossa família rachou no meio*. Nessa perspectiva, também se manifestou a viúva, explicando o motivo do assassinato do marido: *eles começaram a crescer na política e quiseram passar o meu marido para trás.*

As relações familiares que dão subsídios às práticas de poder vigentes no município poderiam ser concebidas como expressão de relações didáticas (Landé 1977) baseadas em favores, obrigações mútuas e acordos políticos. O reforço dessas relações com base nos apoios externos e internos, no plano da gestão de recursos, alimentava os circuitos de poder através da obtenção de verbas para o município. As esferas municipais de poder eram também alimentadas pela busca de apoios locais, reiterados no plano do governo estadual, conforme depoimento de um professor, conhecedor da história política do município:

> Joãozinho não estava dando apoio ao vice e pensava que por ter feito uma boa administração, seria reeleito, lançando seu filho, João Magno e seu sobrinho, João Jaime Neto (chefe de gabinete do governador) para deputado estadual e federal. O Aníbal tem uma frase que ele gostava muito de repetir: *tem que andar com um farol alto*. Então, acho que os primos anteciparam as coisas e usaram a famosa última arma dos reis.

Os acordos, rupturas e disputas eleitorais vigentes constituem momentos diferenciados de inscrição familiar no cenário político. As campanhas eleitorais posteriores ao assassinato do prefeito delimitam o ato inaugural de emergência de facções políticas, colocando em evidência diferentes conflitos simbólicos em torno da busca de legitimação de cada ala familiar no cenário público. Constituem exemplos de uma nova gramática de posições políticas acompanhadas de princípios morais e fronteiras simbólicas em torno dos quais se instituem as alas familiares.

As reflexões a seguir analisam o modo como as campanhas políticas municipais acercaram-se de símbolos de afirmação, através da utilização de emblemas da continuidade, de transformação dos sentimentos em retórica da denúncia e do uso de porta-vozes representativos das facções em disputa. Nesse novo contexto eleitoral, os valores relacionados à condição feminina operam como espaços de conversão dos ressentimentos em emblemas de paz e trégua familiar.

A campanha eleitoral após o assassinato do prefeito é marcada pela recuperação da memória da vítima. Na condição de viúva, a candidata à sucessão municipal será porta-voz da denúncia, transformando a perda em capital simbólico e lema de continuidade da gestão anterior.

Memória e continuidade: a herança como capital simbólico

> *Esta liderança vai continuar porque ela vem de longe, muito longe (*Francisco José, irmão do prefeito João Jaime, em *Eu Amo Acaraú, Ame você também*, livro de memórias editado após a morte do prefeito).

As eleições em Acaraú para um tempo de administração municipal de um ano e meio, referente ao término da gestão do Prefeito assassinado, foram precedidas da nomeação de um interventor pelo governador do estado, durante seis meses. A justificativa para tal nomeação baseava-se no fato de o vice-prefeito, primo da vítima, ser um dos principais acusados, concorrendo para o argumento da necessidade de presença de forças externas, até que "os ânimos se acalmassem".

A opção pela continuidade caracterizava a simbolização do luto,[19] apontan-

do também a afirmação política da facção familiar da vítima. Assim, Cyntia justifica a candidatura de Magda Nascimento:

> A gente pensou e viu que se eles entrassem lá a desgraça ia ser maior, então a candidatura era uma forma de não recuar, de não se acomodar, de continuar na política de onde meu pai foi tirado brutalmente porque tentou ser honesto.[20]

A candidatura da viúva cumpria também os requisitos legais de restrições ao parentesco, exigidos para a sucessão do cargo municipal.

Fora dos prazos legalmente instituídos para as eleições municipais, o processo eleitoral seguinte trouxe à disputa as candidatas Magda Nascimento Gomes e Márcia Rocha. Apoiadas cada qual por uma das facções da família Ferreira Gomes, as candidaturas apontavam a finalização de acordos e alianças típicos de um *habitus*[21] familiar. Foi sob o lema da continuidade da administração municipal anterior que a viúva Magda Gomes acenou aos eleitores, na tentativa de recompor a linhagem política ameaçada. A transformação da perda em símbolo de continuidade teve também ressonância em setores consideráveis da população que, em pleito anterior, haviam apoiado a candidata adversária, naquele momento em disputa com o ex-prefeito João Jaime.

A continuidade foi usada tanto quanto emblema de campanha como espaço de recomposição política familiar, sendo a afirmação da nova geração política do ex-prefeito. No espaço dos sentimentos familiares, a continuidade da gestão funcionava como uma espécie de alento à perda, conforme as palavras da filha:

> Tudo na prefeitura lembra o papai. Minha mãe está sentada na mesma cadeira que papai, ocupando o espaço dele, eu acho que pra ela pesa muito. Agora é tipo assim uma contradição porque quando ela está lá fica mais revigorada, mais forte... Ela está se sentindo útil e fazendo uma coisa que papai gostaria (entrevista concedida à autora em 14/5/99).

A interrupção brusca da gestão municipal tornou-se o elemento que permeou toda a campanha eleitoral da candidata Magda Nascimento Gomes, alocando as eleições para o plano de uma espécie de "justiça moral". O peso significativo de tal fato era sentido com muita nitidez pela candidata adversária:

> Não interessa se o Joãozinho era bom ou era ruim. Ele foi assassinado e isso depois de acontecido teve uma influência muito grande. Eu acredito que muita gente resolveu votar na Magda só pelo fato dela ser viúva, do marido dela ter morrido do jeito que morreu[22] (Márcia Rocha, entrevista concedida à autora em 12/6/1999).

A situação de indignação popular produziu tanto um posicionamento favorável à viúva como uma adesão daqueles que apontavam o trabalho intransigente do prefeito na fiscalização de serviços urbanos e contato com os subordinados. Um exemplo do apoio popular à viúva foi mencionado no depoimento de um professor da localidade:

> O interessante é que muita gente que votou na outra candidata, na dra. Márcia, se passa pra Magda, muita gente que criticava o marido. Porque houve uma beatificação do marido. Pega muito mal você falar do Joãozinho no Acaraú.

A campanha municipal, misturada ao sentimento de luto, foi feita em clima de emoção e radicalismo. Estar do lado da candidata viúva era estar solidário à memória do prefeito, enquanto a condição oposta era vista como se posicionar a favor dos "assassinos". Foi essa versão dominante que sinalizou com a vitória de uma candidata, cuja história pessoal estava mais sedimentada na condição de "colaboradora do marido", através da gestão de obras sociais, do que na experiência em funções do Executivo.[23]

A continuidade ou descontinuidade constituem lemas que recortam a maioria das campanhas políticas, separando usualmente o que se nomeia de oposição e situação. A idéia de continuidade vem sendo ultimamente construída, em diferentes campanhas municipais vigentes em várias cidades do País, com base em sinais de competência. Justifica-se a necessidade de eleição de um candidato sucessor, tendo por suposto sinais de eficácia administrativa e capacidade de dar prosseguimento a obras da gestão anterior. Na campanha eleitoral da viúva do prefeito, a continuidade foi construída com base em outro teor: o de permitir o término de uma missão inconclusa. A votação, no caso, não aparecia como sendo a de um novo pleito, mas revalidação de uma escolha feita previamente, segundo as palavras de padre Osvaldo: *Joãozinho foi eleito três vezes, a última através de Magda*[24] (ex-vigário de Acaraú, em correspondência feita a Francisco José, irmão do prefeito). Do mesmo modo, Magda do Nascimento Gomes interpreta sua vitória: *Vou dar continuidade ao trabalho iniciado pelo meu marido, João Jaime Ferreira Gomes Filho, assassinado.* Com estas palavras, a prefeita eleita explicita em discurso de posse a sua condição de continuadora da obra do marido.

As eleições posteriores à morte do prefeito caracterizam momentos diferenciados de explicitação dos conflitos familiares no espaço público. No primeiro momento, anterior às eleições municipais, época em que os acusados (Aníbal Ferreira Gomes e Manuel Duca da Silveira Neto) são candidatos à reeleição para deputado federal e estadual, a disputa eleitoral efetiva-se através do suporte dado pelos "Filomenos pretos" a outros candidatos ao Legislativo da região. Trata-se de alianças acompanhadas de denúncias sobre o assassinato do prefeito não res-

tritas ao município, atingindo também a capital.[25] As campanhas municipais, posteriores, explicitam os enfrentamentos indiretos e diretos entre as duas alas familiares, tornando a vitória uma questão de honra e o momento eleitoral uma oportunidade de ostentação mais evidente dos conflitos então prolongados para além do tempo de campanha.

Ganhar as eleições: uma questão de honra

As eleições, conforme discuti em trabalho anterior,[26] produzem a mobilização de símbolos e significantes fundamentais para a construção do princípio de representação política.

No caso das eleições de Acaraú, entram em pauta não só a legitimidade da representação municipal, mas também a opção por uma das facções familiares em disputa. A vitória eleitoral torna-se, nestes moldes, uma questão de honra familiar ou continuidade da luta "por outros meios": *Se eles se candidatarem eu vou tentar a reeleição, porque eles não podem ser donos daqui*, dizia a prefeita por ocasião de seu primeiro ano de mandato, antecipando, desde esse momento, o cenário eleitoral posterior. A política nesse contexto, permeada pela briga intrafamiliar, delimitava espaços polarizados, classificando os que "viraram", sendo por esse motivo considerados traidores, os denominados "em cima do muro" e os "inimigos".

As eleições municipais de 2000, que tiveram como candidatos a prefeita Magda Nascimento Gomes da coligação PSD, PSDB, PPB, o deputado federal Aníbal Ferreira Gomes, da coligação PMDB/PFL, e o vereador Paulo Rocha, candidato pela coligação PSB/PT, apresentaram as facções familiares em situação de enfrentamento direto.

A disputa atravessou várias dimensões. Na vida cotidiana da cidade, estabelecia fronteiras espaciais; nos meios de comunicação, dividia as zonas de influência de cada candidato; no plano jurídico, expressava as acusações mútuas de "irregularidades", apresentadas pelas partes interessadas. "Aqui, o clima tá quente" ou "a cidade está fervendo" eram expressões que traduziam o modo como muitas pessoas se referiam às eleições disputadas entre candidaturas nesse momento configuradas como facções políticas inimigas.

Se as facções inscrevem-se no cenário público, buscando apresentar suas diferenças, o discurso de oposição busca afirmar-se, atribuindo aos opositores uma condição de igualdade originada da situação familiar comum. Nas palavras de interlocutores da oposição:

> Estamos assistindo a um verdadeiro absurdo de violência e agressões um ao outro. Principalmente o poder econômico está tentando aliciar o eleitor

> com mil e uma promessas e dando ao eleitorado migalhas. É uma briga que é perversa para o nosso município, onde a prefeita usa de todos os meios para ganhar as eleições, inclusive usando esse crime como principal plataforma dela. Não se discute outra coisa no palanque a não ser esse crime. O marido foi assassinado e o outro candidato diz que não foi ele e que já provou a inocência e quem não presta é a prefeita que é ladra, que é corrupta. Não há uma discussão sobre projetos... Acaraú tem 151 anos e são 26 anos ininterruptos com essa família, onde eles fazem um revezamento pai, filhos, irmãos genros, noras. E nós temos o quê? Muita miséria no nosso município (membro do PSB, entrevista concedida à autora em 26/9/2000).

Outros trechos da mesma entrevista ilustram, do ponto de vista opositor, a dominação política do município, tendo como característica a hegemonia familiar.

> A família do prefeito de Acaraú está separada dessa família, da mesma família. Eles se dividiram só há um ano e oito meses, mas se constituíram a vida inteira juntos. Na corrupção se constituíram juntos, então isso é muito perverso. Inclusive o filho da prefeita fez um discurso agora, dizendo que eles estão colocando tudo à tona. Por que só agora eles vêm dizer, depois que o pai foi assassinado? Por que se dizem diferentes se todos são idênticos?

O quadro eleitoral apresenta uma espécie de conflito "entre iguais"[27] nesse momento de ostentação radical das diferenças alimentadas por hostilidades e ressentimentos. A competição entre iguais é discutida por Bailey (1971) referindo-se ao tema das reputações nas pequenas comunidades. Nestas, a igualdade surgiria do esforço mútuo para cancelar o desejo de ser desigual. De certo modo a competição eleitoral entre membros da mesma família representa a ruptura dos acordos anteriores que buscavam compensar eventuais desigualdades, através da negociação entre apoios a candidatos a cargos eletivos. A nova situação eleitoral prima, ao contrário, pela gestão da diferença e desqualificação moral do concorrente. Não usar "as mesmas armas do adversário" significa também não se postular como igual, mas superior.

A construção da diferença ou da igualdade reflete também as posições de cada candidatura, todas interessadas em afirmar sua singularidade no interior do campo político. Na realidade, o que se apresenta como distinto perpassa mais dimensões de ordem moral do que propriamente ideológicas, tornando até certo ponto inócuo o discurso politizado do candidato do PT/PSB que se apresenta como oposição às facções familiares em disputa.

A busca de proteção de interesses próprios e de objetivos ligados à família caracterizam o terreno da honra[28] configurado no dito que anuncia "Mateus pri-

meiro os teus". No caso das disputas eleitorais em Acaraú, busca-se substituir a honra familiar traída pela credibilidade política familiar, validada pelo reconhecimento da população. Trata-se de uma honra à memória que faz do momento eleitoral a "justiça" da opinião popular. Uma honra também à figura da prefeita, conforme as palavras de uma vereadora candidata à reeleição, pronunciadas durante o comício de encerramento de Magda Nascimento Gomes: *Espero que vocês honrem essa preciosa mulher, batalhadora e muito importante para o povo de Acaraú* (comício realizado em 28/8/2000).

Se o momento eleitoral reedita a tragédia familiar, o faz como ressarcimento de uma dívida moral, sendo o voto a comprovação do sentimento e da fidelidade. A honra está também condicionada ao interesse da família da vítima continuar na política, sendo a vitória eleitoral uma questão de permanência no município, conforme as palavras de uma parenta: *Tia Magda tem interesse no Acaraú porque lá tem o grupo dela*. A alternativa para a família *seria vender tudo e ir embora, porque a gente ficando aqui está em risco, mas ficando aqui não pode ficar calada.* A idéia de candidatar-se se justifica, assim, pela necessidade de ir à luta, pela memória e sobrevivência política dos descendentes.

O princípio de permanência ou saída do município associa-se ao sucesso ou derrota eleitoral, questão mencionada pela prefeita desde a primeira vitória, referindo-se a declarações que, segundo ela, teriam sido feitas pelos adversários: *Eles diziam que nós íamos lamber a rapadura por mais algum tempo, mas depois eles voltariam.* No outro contexto da campanha de 2000, uma das paródias musicais[29] bastante tocadas em Acaraú dizia: *arruma a mala ê que a mulher vai viajar,* faz uma alusão à derrota como inviabilidade de permanência da família no município.

As formas de enfrentamento radical que caracterizaram as campanhas eleitorais, posteriores ao assassinato do Prefeito, contribuíram para transformar os sentimentos e ressentimentos em retóricas da denúncia.

A teatralidade dos sentimentos e a retórica da denúncia

Os eventos políticos-eleitorais, posteriores à morte do prefeito, foram permeados pelo sentimento de luto. No contexto da primeira eleição municipal, as divisões estavam polarizadas de modo radical, configurando, de um lado, a viúva e, de outro, a "candidata apoiada pelos assassinos". Os debates políticos de então eram caracterizados pelo calor das emoções, com certeza mais eficazes do que o próprio discurso político convencional, baseado em propostas programáticas.

A dimensão emocional da campanha foi descrita através das palavras de um coordenador de uma emissora de rádio local:

> A candidata chorava com o microfone na mão. Quem naquele momento não ficava sensibilizado? Todo mundo sentia, principalmente as mulheres.

Mesmo considerando-se o choro como uma expressão conseqüente do sentimento de perda, as circunstâncias eleitorais de sua ocorrência solidificam o código vigente de crenças baseado na legitimidade das lágrimas de uma viúva. Este comportamento esperado atuava como exemplo de conversão dos sentimentos em capital simbólico. A candidata, em seus comícios, segundo muitos depoimentos, pouco falava, chorava e reportava-se freqüentemente ao assassinato do marido.

A primeira campanha para a prefeitura municipal, posterior ao assassinato do prefeito, foi antecedida também por uma campanha contra os candidatos a deputado, federal e estadual, acusados de mandantes do crime. "Não vote em assassinos" era o apelo estampado em faixas e *outdoors* espalhados em Acaraú, circunjascências e capital do Estado. O sentimento de luto, nas eleições após a intervenção estadual, funcionou como um tipo peculiar de capital simbólico, cuja força estava principalmente na capacidade de mobilizar dimensões morais e sentimentos não imediatamente políticos, mas passíveis de capitalização política.

Remeter-se ou não ao assassinato do prefeito demarcava uma diferença estratégica entre as candidaturas vigentes no período eleitoral depois da gestão interrompida de João Jaime. Enquanto a candidata, dra. Márcia Rocha acenava com o seu papel de médica de uma localidade carente e capaz de "cuidar" de seus potenciais eleitores, a viúva fazia, ao contrário, o seu discurso de campanha sob o signo da denúncia. A morte sinalizava a situação de ruptura familiar, sendo a campanha a materialização desse momento, transformando as desavenças familiares em discurso político, evidenciando, de forma contundente, antigas e novas classificações: os "Filomenos brancos", os "Filomenos pretos", a viúva, a médica, a "vítima" e os "assassinos".

Vários depoimentos corroboravam a idéia de que a campanha tinha as marcas fortes de rememoração da tragédia:

> Durante a campanha a candidata chorava e alertava ao pessoal que não fosse votar do outro lado. Tinha uma turma de gente cantando. Tinha também a oração de São Francisco. Eles diziam, não deixe a cidade nas mãos dos assassinos" (coordenador FM local).

Outro depoimento é também expressivo:

> A campanha política foi feita em cima do momento em que a família soube do assassinato. Aquela coisa: *eu tava em casa esperando meu marido aí o telefone toca e escuto meu filho desesperado*. Todo mundo no comício ficava atento e curioso para saber os detalhes.[30]

A difusão dos sentimentos como elemento de denúncia e afirmação de credibilidade política obrigava uma justificativa por parte dos acusados. Desse modo, o então candidato a deputado federal, Aníbal Ferreira Gomes, um dos primos-irmãos acusados da morte do prefeito, distribuiu em Acaraú e distritos vizinhos, durante a sua campanha, panfletos anunciando "o trágico episódio da morte do prefeito de Acaraú, meu primo, compadre, correligionário e amigo", negando sua participação ou responsabilidade no crime.

Embora a morte de João Jaime estivesse mais presente nos atos de campanha referentes à primeira eleição de Magda Nascimento Gomes, a campanha municipal de 2000, que coloca frente a frente a viúva e Aníbal Gomes (acusado de mandante do crime), reitera as alusões ao acontecimento, em muitos momentos, através de discursos, músicas e vários rituais. Sobretudo na fase mais acirrada da disputa, a referência ao assassinato reafirmava fortemente o princípio de divisão familiar, configurando a dimensão emocional de uma campanha que punha em jogo não apenas a conquista de um cargo eletivo, mas a própria sobrevivência política da ala familiar da candidata-viúva. Em várias situações configurava-se a referência à morte do prefeito, fazendo com que a campanha apresentasse rememoração do fato. A ritualidade expressiva dos sentimentos aparecia, utilizando-se a terminologia de Goffman (1985), através de elementos simbólicos, a exemplo do choro da candidata em reunião, circunstância na qual referiu-se à solidariedade recebida de um grupo de orações, do uso da roupa preta (luto) ou branca (paz), que induziam associações entre o acontecimento do passado e a disputa eleitoral do presente.

A música[31] de campanha da candidata, criada por uma moradora da localidade, parenta do candidato a vice-prefeito, era o exemplo contundente de que havia um passado a não ser esquecido:

> Vai dona Magda, com esperança e muita fé (estribilho)
> Mostrar pra eles o valor de uma mulher
> Alguém já está virando porque não tem sentimento
> Por aquele que morreu se acabando no momento
> Se você raciocinasse, você não faria assim
> Pensaria no Joãozinho que teve um amargo fim
> Se você com essas palavras vier a se arrepender
> Desvirava enquanto é tempo para não enlouquecer
> Porque no seu travesseiro não conseguirá dormir
> Só pensando na tragédia que aconteceu aqui.

A música, que possui largo apelo às adesões eleitorais pela via dos sentimentos, considera a definição por um dos candidatos como extensão do universo moral da solidariedade. A evocação de valores universais fora do circuito da

política (fé, esperança, solidariedade) comprova a realização do trânsito de sentimentos, difundidos e apropriados como emblemas de campanha. As caminhadas com o símbolo da paz também significavam outro momento de demarcação de fronteiras e memórias, funcionando como o lado antagônico da violência atribuída ao candidato concorrente.

Os apelos ao assassinato do prefeito João Jaime aparecem de forma implícita ou explícita em diferentes circunstâncias da campanha. Nesse sentido, o irmão do ex-prefeito em comício de encerramento da candidata prefeita Magda Gomes, realizado em 28/9/2000, assim se pronuncia:

> [...] Minha gente eu não estaria aqui se não fora o ódio perverso, o ódio maligno, o ódio endemoniado, o ódio de inveja que vive no coração dessa gente. Eles não têm coração, dentro deles é vácuo, é crime, eles não pertencem à família Ferreira Gomes, eles pertencem à família dos bandidos, aquele maldito que chegou na porta e deu dois tiros no anjo do Joãozinho. Eu vou lhes contar uma história. Quando eles mataram Joãozinho eu estava longe daqui...Sabe o que eles fizeram? O criminoso Duquinha deu um nó na gravata de Joãozinho que sua boca sangrou. Mas o meu povo é perspicaz, lhe retribuiu três vezes e agora vai retribuir a quarta.

Outro exemplo significativo do enredo eleitoral, construído como narrativa trágica, aconteceu na mesma ocasião, no instante em que Cyntia Ferreira Gomes, filha da candidata, subiu ao palanque para dirigir ao público as seguintes palavras:

> Gostaria de falar a todos vocês, porque hoje é a primeira oportunidade que eu tenho de falar a respeito do assassinato do meu pai. Sempre que eu tenho a oportunidade de falar eu digo que é uma maneira de desabafar, de dizer o que eu realmente sinto, o que dói dentro de mim. Talvez as pessoas estejam aqui me vendo com essa alegria lutando pela vitória do 41, mas têm que saber que eu estou preta por dentro com o que fizeram com o meu pai. Eu tive a oportunidade de três minutos antes da morte do meu pai falar com ele porque ele ligou pra casa, dizendo que já estava voltando, pra gente fazer o jantar dele. Mas armaram, minha gente, uma arapuca pro meu pai. O Amadeuzinho, que infelizmente é da minha família junto com seus irmãos Duquinha e Aníbal, tramaram a morte do meu pai. Ele foi assassinado, foi assassinado porque não teve como se defender. Mas ele deixou uma semente regada de amor, de paz, de humildade, de coragem e dignidade, porque recebemos isso vindo de meu avô João Jaime, minha avó Maria Alice. Eles nunca tiveram isso. É por isso que eles matam, porque nunca tiveram uma família estruturada como nós tivemos. Depois da morte de meu pai resolvi, depois das investigações policiais, esquecer a minha dor, parar de chorar e

> ir às ruas, ir para o Ceará, ir para o Brasil e acertar as horas deles. Porque a única coisa que eu quero é a justiça. Ninguém da família espera a morte deles porque nós queremos vê-los na cadeia, porque cadeia é lugar para assassino, pra covarde. É por isso que eu grito aos quatros cantos do Brasil e do mundo se for preciso que o Aníbal é o chefe da pistolagem no Ceará.

O discurso de Cyntia acirra os ânimos, provocando, nos demais pronunciamentos, o mesmo teor de denúncia do assassinato do prefeito:

> Os anjos clamarão o sangue derramado, clamará nos filhos acaruenses a palavra de Joãozinho. Sua esposa ficou no seu lugar e o povo chamou para que fizesse a mesma história de Joãozinho (discurso do candidato a vice-prefeito).

Durante o comício foram feitas alusões a outras mortes, como a do lagosteiro Afonso Fontes, com adesão de solidariedade da família Martins, presente no palanque, que se dizia amiga e também apoiadora da família da vítima.

As declarações acusatórias contra os primos contidas na fita-cassete, gravada por João Jaime um ano antes de sua morte, dava ao comício o caráter de um encerramento marcado fortemente pela emoção e culto à memória do prefeito assassinado.[32] O final do comício ritualizava, através da apresentação da fita, a cisão familiar, pois não era apenas como candidatos que os adversários se enfrentavam, mas como integrantes de facções políticas distintas.

Os sentimentos,[33] como matéria de investigação não restrita ao plano das investigações psicológicas, oferecem perspectivas relevantes à análise, considerando-se o contexto cultural de sua ocorrência e o papel que ocupam na dinâmica dos conflitos simbólicos que atravessam o campo da política. Os sentimentos podem então ser vistos como dimensão expressiva da teatralidade política, com os seus espaços e estratégias de aparecimento público, entre os quais emerge o momento específico das campanhas eleitorais.

A conversão dos sentimentos em retóricas de campanha não é, entretanto algo que acontece automaticamente. Aliás, a eficácia de sentimentos como honra e luto familiar só tem sentido por conta da existência de um sistema de valores comuns ou repertórios centrados na proteção e promoção da família como expressão orgânica do poder político local. Os sentimentos de honra e luto encontram-se, portanto, articulados aos sentimentos de traição e dívida moral. A informação da prefeita de que o pai de João Jaime havia "colocado os sobrinhos na política", antes do próprio filho, corrobora a idéia segundo a qual a morte era também percebida como traição e ruptura com as dívidas de gratidão para com os antepassados.

A conversão dos sentimentos em retóricas da denúncia aciona também valo-

res coletivos, referentes a dívidas morais entre a população e a memória de seu representante, sendo o "julgamento do povo", através do voto, a afirmação dos mecanismos de credibilidade política. A eficácia política dos sentimentos estaria, portanto, na capacidade de acionar valores já existentes, tornando o momento eleitoral a oportunidade de recuperar fortemente as regras de fidelidade e pertença social.

A eficácia simbólica dos sentimentos tem também limites no modo como cada versão do conflito familiar, era apreendida no âmbito da cidade. Um apoiador do candidato Aníbal, dizendo-se mais conhecedor do conflito familiar, compara as duas campanhas eleitorais:

> Na primeira eleição Magda se elegeu por causa da emoção do povo. Com dois anos de mandato tem o desgaste das promessas não cumpridas. Agora ela tá vendo que só apelando para o emocional não ganharia e está dando remédio, bolsa-escola e outros benefícios pra cidade (entrevista concedida à autora em 18/9/2000).

A explicitação de pólos demarcadores dos candidatos em disputa revela-se também através do uso do espaço na cidade, tornando a política um mapa de adesões com zonas de inclusão e exclusão.

A política como mapa: *um lado* e *outro lado*

As disputas eleitorais não se manifestam apenas em sua expressão mais trágica, tal como aconteceram na ocasião do assassinato do prefeito, apresentando-se também nos eventos festivos que integram o teatro do poder (Balandier 1999). Nessa confluência entre festa, denúncia e luto, as eleições mobilizam os sinais da chamada "política de interior", com sua ritualidade típica: emocionalidade, enfrentamento radicais e zonas de pertença.

Uma campanha política, de modo geral, pode ser percebida como explicitação e visibilidade das emoções guiadas pela disputa autorizada e disciplina das instituições competentes. A construção do "clima eleitoral" molda os comportamentos cotidianos, interferindo também, fortemente, na coleta de dados etnográficos. Tudo se passa como se a reivindicação de "neutralidade" do pesquisador fosse inconcebível, de vez que o mapeamento das opções eleitorais põe sob suspeita os lugares de indefinição, vistos como opção disfarçada ou fiscalização das normas institucionais. A situação de campanha não se separa radicalmente das questões que cercam o dia-a dia da cidade, podendo mesmo ser considerada o momento de ritualização dos conflitos. A campanha eleitoral, nesse sentido, enseja discursos radicais e práticas não restritas aos postulantes concorrentes, mas extensiva ao conjunto dos adeptos.

A campanha eleitoral municipal em Acaraú apresentou um quadro de opções polarizadas que mobilizou toda a cidade. Trata-se de uma situação que implicava conflitos, sociabilidades, disputas e alianças com repercussões potenciais em momentos posteriores.

A mudança de nome de ruas e monumentos, criados durante a gestão municipal dos parentes acusados do crime, integrou também os projetos de reforma urbana empreendidos pela administração municipal da viúva. Tudo se passa como se a história da família e o enredo político do município fossem recontados, tornando indissociáveis, no presente, a família, a política e a cidade.

A demarcação de territórios eleitorais dividia não só os que efetivamente apoiavam um ou outro candidato, mas os "que deveriam apoiar" por diversas razões, entre as quais a fidelidade e a permanência no emprego, sobretudo entre funcionários públicos prestadores de serviços que dependiam da interferência direta da Prefeitura. Assim falou uma funcionária da prefeitura:

> Devo muito favor à dona Magda e à família dela. Como funcionária da saúde tenho mais é que votar nela. Não tenho nada contra o outro lado porque nunca se sabe o dia de amanhã. Não sou daqueles que fazem os outros virar de lado. Só apóio, não gosto de ficar pressionando.

Foi sob o signo de territórios delimitados que as campanhas municipais de 2000 em Acaraú seguiram seu curso. A instituição de fronteiras referentes a cada um dos candidatos atingia o plano das sociabilidades e dos espaços físicos, mapeados segundo códigos de cada uma das preferências. Além dos espaços institucionalizados das campanhas, como comitês e outros locais de apoio, as áreas de lazer e comércio acompanhavam também o curso das adesões, definidas como fazendo parte de "um lado" e "outro lado". Proprietários de outros espaços, interessados em apresentarem-no como "território neutro", como bares ou hotéis, respondiam a necessidades de manter livre trânsito e atrair clientelas de ambas as partes. A esse respeito, o proprietário de um dos restaurantes descrevendo o clima político-eleitoral afirmava o seguinte:

> Aqui é assim, se A ganha e alguém fizer a opção por B, corre o risco de ser perseguido durante 4 anos. Esse era o motivo pelo qual o depoente afirma que seu bar é um lugar "neutro", de vez que os dois candidatos vêm aqui e não posso perder a freguesia.

A situação de neutralidade, embora desejada por todos na mesma condição de proprietários ou gerente de estabelecimentos, nem sempre era viável. Assim, a gerente de um dos hotéis expressava sua dificuldade de acolher simpatias dos diversos candidatos:

> O problema é que não é possível se aproximar do outro lado. Outro dia, Manuel Duca (deputado estadual irmão do candidato Aníbal) veio aqui e me deu um grande abraço que senti a energia. Fiquei com medo que a candidata visse, porque eles não podem ver ninguém conversando com o outro lado. Eu queria que todos viessem aqui para aumentar a freguesia.

Se os lugares de consumo primavam pela tentativa de posicionamento neutro, tendo em vista a manutenção da clientela, emissoras de rádio tinham preferências já sedimentadas. Outros locais públicos, especificamente aqueles sob jurisdição da prefeitura, apresentavam-se como naturalmente a favor da candidata prefeita. O espaço urbano estava dividido entre as zonas de adesão ao candidato A, as zonas de adesão ao candidato B e as zonas que se apresentavam como neutras.

Na dinâmica dos acontecimentos, a instituição de tais espaços nem sempre era bem definida. Sobretudo nas ruas onde supostamente o "espaço era de todos" e as fronteiras eleitorais eram ambíguas, os eventos de cada um dos candidatos produziam conflitos e agressões, a exemplo de duas caminhadas rivais ocorridas simultaneamente.[34] Tal fato provocou a determinação da juíza sobre a distância regulamentar necessária para a ocorrência de eventos promovidos por candidatos diferentes, tendo em vista evitar proximidades e rupturas das fronteiras porosas do espaço público.

As espacialidades eram também definidas pelo som que atravessava as ruas dia e noite. As músicas sinalizavam um tipo de disputa espacial, sendo o volume e a quantidade de carros de som uma manifestação concreta da fortaleza de cada candidatura. A candidata Magda Nascimento Gomes mantinha, por exemplo, além dos habituais carros de som, carrinhos de mão, adaptados com som potente, que circulavam nos bairros centrais. Havia também motos que desfilavam pelas ruas fazendo a propaganda dos candidatos. Na falta de programa televisivo e mesmo programa de rádio, restava o espaço de difusão das candidaturas através do contato direto do candidato com o seu público, ou indireto utilizando os sistemas de som. Em tais circunstâncias, um conjunto de alto-falantes era acionado, desde as primeiras horas da manhã, contendo músicas geralmente com arranjos de canções já consagradas no gosto popular, adaptadas às novas letras.

A instituição de normas e transgressões, configuradas nas zonas de influência de cada candidato, torna o setor jurídico um lugar por excelência de mediação dos conflitos, sendo também, paradoxalmente, a instância por onde as disputas eleitorais aconteciam, à espera da decisão sobre os processos encaminhados pelos diferentes candidatos. Nesse sentido, a juíza de Acaraú queixava-se do excesso de trabalho e da quantidade de processos eleitorais que deveriam ser julgados de forma rápida. Reticente em dar entrevistas, ela afirmava serem as "eleições no

interior sempre complicadas" por conta da disputa radical e personalista de poder. Na condição de apaziguadora de ânimos acirrados, afirmava a importância de seu trabalho de garantir o processo, não tomando decisões impensadas ou atitudes capazes de radicalizar ainda mais os ânimos, pois "existem juízes que gostam de pegar corda, tomando decisões apressadas ou influenciadas por algum grupo".

As preocupações da juíza eram mais do que pertinentes, sendo as disputas freqüentes, exemplificadas em várias situações. A mais grave das questões judiciais referia-se à própria candidatura do deputado federal Aníbal Ferreira Gomes, sob ameaça constante de uma impugnação, fato que finalmente se efetivou uma semana antes das eleições.[35] Outros acontecimentos mais cotidianos, julgados pelo setor jurídico, apareciam na proibição da música de campanha de Magda Gomes, tendo em vista a alusão direta ao assassinato do prefeito. Por mais de uma vez, a música foi proibida e, quando liberada, era festejada com fogos e carros de som que a repetiam inúmeras vezes, como forma de recuperar o tempo perdido e marcar a força da candidatura. Alusões a esse fato apareceram em um pequeno comício realizado no bairro Macunã, no qual a candidata Magda afirmava o seguinte:

> Eles tentaram muito, tentaram proibir esta música linda que estava rodando. E hoje foi liberada a nossa música de novo. Ora, estava incomodando. A música é linda, não é? Hoje aquele foguete do meio dia foi a hora em que o ofício chegou da juíza, liberando a nossa música. Solta aí pessoal um pouquinho da nossa música. A nossa música voltou e nós vamos cantá-la com mais vontade, com o coração mais ainda, porque foi uma vitória nossa" (14/9/2000).

A dimensão cotidiana dos conflitos no campo jurídico pode também ser percebida através da narração de um dos coordenadores da campanha do candidato Aníbal:

> Eles tentaram impugnar a candidatura de Aníbal, mas não conseguiram. Colocaram uma faixa grande em frente ao comitê com os dizeres: mataram nosso pai e se fosse o seu?, mas nós pedimos para a juíza tirar. Também entregaram à juíza o dossiê do arquivo policial sobre a morte do prefeito. Nós pedimos também para tirar a música de campanha. Eles ganharam e nós apelamos de novo. A gente tem que ir sempre ao fórum para saber se tem algo contra o candidato.

Concorria, ainda, para o acirramento de ânimos, a cobertura feita nesse momento pela Rede Globo sobre o assassinato do prefeito, incluindo depoimento

das duas versões familiares, e os boatos na cidade sobre o momento da difusão do programa *Linha Direta*, durante o período eleitoral. De fato, o programa divulgou "o caso" pela Globo somente alguns meses depois, o que não impediu o acirramento de ânimos pela presença de repórteres naquela ocasião.

No curso da acirrada competição, as disputas judiciais eram vistas pela população também como conflitos de cunho eleitoral, conforme a fala de uma eleitora do candidato Aníbal, funcionária da rádio de apoio do candidato:

> Aqui a política tá fervendo. Eles usam de tudo para impedir a candidatura de Aníbal, até já divulgaram que ela tinha sido impugnada no programa Barra Pesada.[36] Terça feira o dr. Aníbal chegou e mostrou a liminar favorável a sua candidatura. A proposta de impugnação foi enviada para Fortaleza e assinada pela juíza daqui (será que ela está do lado da prefeita?). Quando dr. Aníbal chegou de Brasília conseguiu a liminar e a campanha continuou porque tava tudo parado. A gente fica na maior tensão e quer logo saber o resultado. Sei não, eles deviam brigar por lá, o povo de Acaraú não pode pagar por isso. A prefeita persegue tanto, que o vereador Paulo Rocha não pode nem ir na Câmara (depoimento concedido à autora em15/9/2000).

Percebe-se através dessa fala o teor das disputas, tendo o setor jurídico desempenhado um papel de disciplinamento. As denúncias, por outro lado, eram apropriadas como instrumento de competição eleitoral.

O lugar de imparcialidade reivindicado pela juíza era limitado pela inexistência naquele momento de um espaço público para além dos lugares condicionados às situações de enfrentamento eleitoral. Essa condição não era ignorada pela juíza, quando afirmava que "aqui a gente tem que ser além de juíza, psicóloga e assistente social".[37]

As disputas eleitorais ritualizam a apresentação de facções familiares no cenário político, instituindo o conflito aberto entre seus porta-vozes mais expressivos.

Os porta-vozes da cisão familiar e a expressão ritual das facções

A organização da campanha da candidata Magda Nascimento Gomes nas eleições municipais de 2000 contou com forte participação familiar, configurando-se como uma espécie de divisão do trabalho. Enquanto os filhos homens cuidavam da repartição de tarefas no comitê, organizando e distribuindo material, a filha atuava em atos públicos, liderando caminhadas e participando com a mãe do palanque. Nesse momento, aparecia a idéia da família unida, porém desfalcada pela ausência do pai. Bilhetes geralmente lidos durante o ritual do palanque sinalizavam os apoios vindos de personagens diferentes, incluindo também crianças.

A família representava, para usar um termo de Norbert Elias (2000), um ideal do "nós" contra o outro lado apresentado como desagregador.

No âmbito da candidatura de oposição, os apoios vindos de irmãos, cunhadas e filhos, sempre presentes no palanque, ostentavam a idéia de uma família dinâmica, apresentada como dotada de potencialidade para angariar recursos para o Município. Na condição de ex-prefeito (1989-1992) do município e deputado federal, no segundo mandato, o candidato mostrava-se conhecedor dos problemas locais e empreendedor responsável por beneficiamentos urbanos.

Os rituais e símbolos de cada campanha materializavam antagonismos em jogo, entre os quais figuravam os atributos de gênero postos também em condição de concorrência. Uma das músicas de campanha do candidato Aníbal, constantemente tocada em comícios e carros de som espalhados pela Cidade, denotava através da paródia uma clara alusão a elementos de diferenciação entre as duas candidaturas: *Que diferença da mulher o homem tem? Espera aí que eu vou dizer meu bem. É que o homem tem serviço prestado, tem obra pra todo lado e a mulher não tem.*

O entendimento do sentido da música fica também evidenciado, levando-se em consideração o fato de que os tratamentos "homem" e "mulher" utilizados pela população de Acaraú para se referir a pessoas em situações reais ou potenciais de poder eram comuns. Frases como "*tu vai votar na mulher? Ou a mulher vai ganhar*" ou *o "homem tá na frente"* eram comuns, significando uma forma sutil de expressar adesões sem pronunciar nomes.

Além das músicas, alguns rituais marcavam os atributos de gênero como valor de diferenciação e conseqüente afirmação de supremacia de uma candidatura sobre a outra. A convocação da "caminhada das mulheres pela paz" fora feita por ocasião do pequeno comício de Magda Gomes em Macunã, localidade próxima à sede municipal e solicitava a presença de donas-de-casa, sugerindo que nesse dia elas não deveriam fazer a comida para os maridos e sim comparecer ao evento.

O ritual exclusivo das mulheres também sinalizava oposições de gênero, evocadoras dos atributos negativos imputados ao candidato rival. Durante o trajeto, estavam presentes mulheres de idades diferentes, carregando flores e faixas alusivas à paz, como a que continha os dizeres: "Substitua a violência pelo carinho e amor". Ao final da caminhada, foram distribuídas flores, e as participantes, de mãos dadas, encerraram a manifestação com orações. As faixas com dizeres referentes à paz, um carro aberto com crianças vestidas de branco, balões e lenços brancos compunham o cenário dos elementos de afirmação da campanha, seguidos de denúncia do assassinato do Prefeito. A música "carro-chefe" da campanha da prefeita era constantemente entoada, seguida do coro de vozes da animadora: "mostra, dona Magda, a força de uma mulher".

As músicas e os rituais de campanha, com evocações à morte do prefeito, possuem analogia com os ritos preliminares da *vindetta*, utilizados na Córsega, conforme a acepção de Busquet (1994). Muito embora a idéia de vingança não tenha a mesma configuração do contexto analisado pelo autor, a música e a denúncia atuam como lembrança "publicizada"[38] de um fato a não ser esquecido. Sua demonstração pública traduz, tal como na situação na qual as práticas de revide eram comuns, apelos de solidariedade e cumplicidade de sentimentos.[39]

Os eventos de campanha do candidato opositor também possuíam sua característica específica demarcadora, reforçando ideais de masculinidade típicos da cultura local, apresentados na distribuição de pequenos frascos com cachaça apelidados de "celular", por analogia ao telefone, e em vaquejadas promovidas pelo seu irmão, o deputado estadual Manuel Duca, proprietário de um parque destinado a essa finalidade.

As qualidades do postulante ao Executivo municipal eram ostentadas através de alusões referentes a benfeitorias urbanas, realizadas durante a época em que havia sido prefeito, ressaltando-se também as qualidades de negociador de verbas federais para o município. Referências sobre sua "saída de Brasília para ir até Acaraú" eram apresentadas como positivas, na perspectiva de volta do candidato às origens e sinal de cuidado e interesse em relação à sua terra natal. Nesse sentido, eram enaltecidos os atributos do homem e deputado federal competente para obter recursos, e "sem orgulho", que "apertava a mão do povo", ritual bastante repetido em reuniões de bairro. A esse respeito, a fala do irmão de Aníbal Gomes é significativa:

> Eu nasci aqui no Acaraú e Acaraú tem um deputado estadual e um deputado federal. E agora o deputado federal, volta lá de Brasília, para governar nossa terra, para botar Acaraú nos eixos e acabar com essa roubalheira... Nós no Acaraú estamos em condição de fazer uma mudança forte, trazendo nosso deputado federal há um ano em Brasília para governar o nosso município (Manuel Duca, deputado estadual-PMDB, comício de encerramento).

A busca de atributos distintivos do candidato deputado federal aparecia na desqualificação da prefeita-candidata, conforme a fala de um dos oradores:

> A Magda não é filha de Acaraú, nasceu em Fortaleza, assim como o pai e as três irmãs. O Aníbal é filho de Acaraú; até a terceira, quarta e quinta gerações. Vote no 15 para a prefeitura ter um homem com H maiúsculo. O dr. Aníbal tem muita amizade como deputado federal em Brasília, poderá trazer muitos benefícios para Acaraú.

O uso das atribuições de gênero como elemento presente nas campanhas eleitorais marcou o início das minhas reflexões de pesquisa sobre as eleições em Acaraú. As investigações que eu havia feito, até então, baseadas em outros contextos de observação, caminhavam para o mapeamento de especificidades presentes nas candidaturas femininas, definidas, em sua maioria, pela tentativa de construção de um nome e um lugar no cenário público. O caráter pioneiro da atuação das candidatas estreantes sinalizava, nas situações analisadas, o imperativo da construção de uma história política apta a comprovar não só a capacidade da candidata, como também a competência da mulher nas atividades de administração municipal. Esta condição suscitava geralmente discursos de autonomia, como contraposição a discursos acusatórios contra candidatas denominadas marionetes de políticos consagrados. A presença de mulheres na política promovia, nas situações anteriormente analisadas, arranjos típicos de um perfil de candidatura caracterizado por algo que poderia ser nomeado de "falta de herança" no interior do campo político – um lugar legítimo a construir; falta não necessariamente vista como negativa, desde que a inexperiência algumas vezes promovia, nas candidatas, um discurso que valorizava a estréia política como oportunidade virtual de renovação de um poder viciado na reprodução de privilégios. As pesquisas apontavam, portanto, para um dos modelos de admissão das mulheres na política, pautado no discurso de autonomia e fundamentado na inserção das protagonistas em movimentos sociais variados.[40]

Ao contrário de um paradigma de candidatura evidenciado pela busca de um lugar diferente da delegação por herança, as eleições na situação aqui referida apontavam a própria herança como signo fundamental de apelo eleitoral. Na situação de Acaraú, as campanhas da candidata viúva, tendo por símbolo a denúncia do crime e continuidade da gestão do marido, a transformavam em uma espécie de baluarte da memória, sendo as eleições um momento estratégico de afirmação ritualizada dos sentimentos no espaço público. Nesse sentido, a presença política de Magda Nascimento Gomes como porta-voz da facção política sucessora de João Jaime parece afirmar o propósito da busca de enfrentamento político através de condicionamentos simbólicos baseados na retórica da denúncia e no princípio da herança.

Outro elemento importante a acrescentar aos estudos iniciais refere-se à importância simbólica da viúva-prefeita como sucessora capaz de, ao mesmo tempo, efetivar a substituição do marido e desfocar os embates entre membros do sexo masculino, o que poderia, hipoteticamente, levar à continuidade dos enfrentamentos radicais.[41] O deslocamento das formas polarizadas de enfrentamento, virtualmente efetivadas por homens na condição de detentores do monopólio da violência, para porta-vozes de expressões simbólicas representativas de sentimentos, no caso as mulheres, altera, nas circunstâncias analisadas, o modo de

balizar as disputas.[42] A viúva representaria, assim, o impedimento de porta-vozes masculinos, os quais, na perspectiva de virtuais agentes da violência, poderiam instituir o revide. Segundo suas palavras, "eu não digo aos meus filhos o que eu gostaria de fazer com os bandidos, não quero incentivar esse tipo de coisa".

Os ressentimentos familiares no âmbito da campanha eleitoral são transformados em retóricas da denúncia, apontando a tragédia como sintoma da forma violenta de fazer política: *eles são capazes de tudo*. Pensar a denúncia como estratégia de campanha supõe a capacidade de instituir crenças a serem seguidas por número considerável de adeptos. É nesse sentido que Boltanski (1984) assinala que os conflitos instaurados pela denúncia têm por objetivo o crédito, da mesma forma que nas lutas de honra a vítima só obtém reconhecimento dos outros à medida que diminui o crédito do responsável pela injustiça. Nesse sentido, a denúncia atuaria como espécie de homicídio civil.

Os símbolos da paz, os apelos aos sentimentos e a retórica da denúncia transferem o ponto de honra para o lugar do ressarcimento moral, através da vitória eleitoral. A suspensão do método violento por uma estratégia de eliminação simbólica do adversário, por via da derrota eleitoral, permite tanto a existência da trégua como a sobrevivência política da facção familiar representada pela viúva e reforçada pela filha. A presença constante de Cyntia Gomes nos comícios e sua liderança no movimento de denúncia da morte do pai, sendo, à época, coordenadora da Associação dos Parentes e Amigos das Vítimas da Violência (APAVV) funcionam como expressão autorizada dos sentimentos em sua forma jurídica. A esse respeito vale a pena evocar as reflexões de Simmel (1992), quando ressalta o papel histórico das mulheres como guardiãs da moralidade, ponto a partir do qual podem enfrentar a força masculina, remetendo-se também à afirmação de valores universais.

As mulheres, estando na linha de frente da campanha eleitoral e contra a violência, atuam como estandartes ou linhas divisórias entre valores morais e códigos de honra em conflito. Nesses termos, as eleições podem ser vistas como espaço simultâneo de ampliação e regulação dos conflitos.

Conflitos familiares e espaço público: a luta por outros meios

Família e política de modo geral evocam sentidos distintos: um referente à idéia de união e outro relativo aos princípios de divisão ou conflito de poder. Sob o manto da unidade, a família seria o lugar da confiança e de suspensão do interesse ou recusa do espírito calculista (Bourdieu 1997).

Na situação analisada, a família congrega o duplo registro da unidade e divisão com suas tramas e sentimentos, movendo-se em espaços múltiplos da vida

social. As redes personalizadas do poder que caracterizam as diversas formas de hegemonia familiar trazem em seu contexto a construção da unidade e a versão oposta da ruptura dos mecanismos que subsidiam os processos de hostilidade e vingança, vividos como traição. É como corpo dividido que as facções se apresentam no cenário eleitoral, refazendo os princípios da nova subunidade a partir da lógica da afirmação excludente de cada ala familiar. Nesse sentido, as eleições podem ser vistas como momento de desconstrução da "grande família política que beneficiou o município", constituindo o ato inaugural de explicitação das facções.

O assassinato do prefeito assinala o momento de ruptura e instalação do conflito aberto. É nesse momento que se inaugura a lógica da conversão dos sentimentos em retóricas da denúncia, transformando as campanhas políticas subseqüentes na busca ritualizada do reconhecimento público. A morte de João Jaime circunscreve o momento final das negociações familiares e supremacia das rupturas definitivas; também suspensão das possibilidades de vingança, agora eufemizadas pela disputa eleitoral. Valores ligados a honra, traição e ressentimento são convertidos em emblemas de campanha, através de atos e palavras que visam a afirmar, expressivamente, cada um dos lados em conflito.

As idéias aqui discutidas corroboram a perspectiva já discutida por Palmeira e Heredia (1995) a respeito da categoria nativa "tempo da política" como ocasião na qual os conflitos adquirem visibilidade e criam zonas de exclusão e pertença. A complexidade da situação analisada põe, no entanto, outros ingredientes a serem discutidos. O momento eleitoral em Acaraú redireciona a forma do conflito familiar, tornando a campanha a circunstância de instituição da denúncia.

Fazer com que os ressentimentos familiares, da ordem do singular, se tornem expressão de queixas universais sentidas, coletivamente, torna-se o desafio da campanha da prefeita. Essa é uma tarefa viável, considerando-se que a morte da figura pública é também uma ameaça aos laços sociais e afetivos que sedimentam a relação entre o líder e seus representados. No clima eleitoral em que as questões originadas do mundo privado emergem no espaço público, podendo ser vistas e ouvidas por todos, conforme a acepção de Hanna Arendt, ressalta-se o caráter estratégico[43] de visibilidade dos ressentimentos, vivenciados como forma de disputa e afirmação política das facções em luta pelo controle hegemônico do município.

Nesse sentido, valores do mundo privado como honra e luto são postos no âmbito público, figurando os ritos de campanha como evocações da memória do prefeito, na condição de grande rival ausente. As eleições, em tais circunstâncias, são simultaneamente o tempo de radicalização e o momento de elaboração do conflito, por outras vias. A condição de enfrentamento com as "armas" próprias da política instaura a retórica permanente da denúncia como a forma simbólica de rememoração.

As questões apresentadas sobre a relação entre campanhas eleitorais e disputas familiares apontam o trânsito dos sentimentos que embaralham as fronteiras entre os espaços públicos e privados. Atestam o modo como sentimentos familiares foram acionados de forma especial em uma campanha eleitoral, na qual a vitória ou derrota tinha poder de consagrar a sobrevivência ou destituição de uma facção política. A morte do Prefeito e a morte simbólica do adversário expressam planos diferentes de elaboração dos conflitos: a via direta dos enfrentamentos e a lógica da destituição simbólica do adversário.

As emoções presentes no modo de elaborar as disputas caracterizam uma ritualidade expressiva de sentimentos, que transitam na esteira de valores centrados na proteção e promoção da família como dimensões representativas da política local. Ao situar os porta-vozes de cada ala familiar em disputa, as emoções fazem do momento da campanha a luta simbólica em substituição ao revide. A retórica da denúncia é o uso da palavra como desmoralização do opositor em substituto ao plano da vingança. Nesse contexto, as eleições são, simultaneamente, o momento dos enfrentamentos diretos e da transformação do conflito em disputa simbólica. Em outras palavras, a guerra familiar por outros meios.

Notas

[1] Município situado ao norte do Estado do Ceará, com uma população aproximada de 50.000 habitantes, de acordo com o último censo.

[2] Mauss, referindo-se aos rituais que se seguem às mortes em diferentes povos, principalmente entre os australianos, assinala que "todas as expressões coletivas, simultâneas, de valor moral e de força obrigatória dos sentimentos do indivíduo e do grupo, são mais que meras manifestações, são sinais de expressões entendidas, quer dizer, são linguagens" (1979:153)

[3] As reflexões deste artigo estão embasadas empiricamente na observação de campanhas eleitorais na cidade de Acaraú, ocorridas nos pleitos de 1998 e 2000 e em entrevistas realizadas com moradores e membros da família em períodos anteriores e posteriores às eleições municipais.

[4] Esta é uma expressão comumente utilizada para atribuir singularidade à política de pequenas cidades do interior do estado. Na situação analisada, a frase "isso é coisa de política do interior" era mencionada para referir-se ao conflito político provocado pelo assassinato do prefeito João Jaime Ferreira Gomes Filho, ocorrido em 8/5/1998. Foram indiciados no processo jurídico os primos que exerciam as funções de deputado federal, deputado estadual e vice-prefeito de Aracaú.

[5] Duarte (1966) discute a família como esteio do poder tradicional, sendo esta considerada uma espécie de extensão ou reprodução da Casa-Grande. Na perspectiva de Schwartzman (1998), uma das faces reveladoras da política brasileira encontra-se nos sistemas familiares que se constituem às margens da moral estabelecida. Leal (1978) considera que as relações de parentesco oferecem o substrato das formas de poder local. Consoante a compreensão do autor, os momentos de briga, seguidos de trégua, eram radicalizados por ocasião da morte de um dos envolvidos na disputa. Uma análise mais recente sobre as tramas sociais envolvendo

vingança no sertão de Pernambuco encontra-se no livro de Marques (2002), voltado para entender a rede de intrigas presente no cotidiano de famílias.

[6] O "caso Acaraú" constitui uma expressão utilizada pela imprensa para referir-se ao conflito político instalado em Acaraú, após a morte do prefeito.

[7] Para se ter uma idéia da genealogia política da família Ferreira Gomes, é importante mencionar que, dos seis filhos homens do Cel. José Philomeno, quatro exerceram cargos na Câmara de Vereadores de Acaraú, na Prefeitura e Assembléia Legislativa (cf. Ferreira Gomes 1987).

[8] A título de exemplo, o prefeito assassinado, João Jaime Filho era conhecido por Joãozinho. Os primos acusados são também nomeados no diminutivo (Amadeuzinho e Duquinha) em alusão ao pai e avô que portam os mesmos nomes.

[9] Este era o slogan da campanha de João Jaime visando ao pleito de 1996.

[10] Trata-se de uma situação que não é uma característica típica da família Ferreira Gomes, sendo comum a outros municípios marcados pela existência de hegemonia familiar. Ver, por exemplo, *Tradição, família e poder* (Lemenhe:1996).

[11] Além dos cargos de representação nos planos estadual e federal, destaca-se a chefia de gabinete do então governo do estado, ocupada por João Jaime Neto, sobrinho do prefeito João Jaime.

[12] O ato inaugural dessa divisão tem origens no casamento de um dos irmãos do Cel. José Philomeno, com a filha de Manuel Duca Silveira. O pai do prefeito assassinado, de cor moreno-pardo, instituiria a linhagem dos "Filomenos pretos", enquanto os filhos de seu irmão, Amadeu Ferreira Gomes, casado com uma prima, filha do Cel. Manuel Duca da Silveira, daria origem a linhagem dos "Filomenos brancos". A divisão entre Filomenos brancos e pretos, baseada na cor da pele, em princípio não prenuncia uma cisão, sendo posteriormente designada como divisão familiar entre perspectivas políticas distintas.

[13] O rodízio de cargos era feito também no plano dos poderes locais, a exemplo da ocupação da Prefeitura pelos primos de João Jaime e disputa freqüente pela diretoria do hospital do Município. No período anterior às eleições municipais de 1996, a concorrência pela diretoria do hospital foi motivo de discórdias e início de conflitos mais radicais. Nas eleições de 2000, a escolha para a diretoria do hospital, que deu vitória à ala familiar de oposição à prefeita, provocou pedido de intervenção judicial sob alegação de fraude.

[14] O empresário lagosteiro Afonso Henrique Fontes Neto, que iria se candidatar a deputado federal, foi assassinado em 1986, em Fortaleza, sete meses antes das eleições . O processo, que tem o deputado Manuel Duca Silveira como um dos acusados, foi arquivado desde 1988.

[15] A versão familiar sobre o assassinato do prefeito aponta os interesses econômicos dos primos-deputados no repasse de verbas, exemplificado na execução de um projeto de drenagem em desacordo com a opinião de João Jaime, que considerava a obra cara e sem sentido.

[16] Sobre a transferência de recursos baseada na criação de compromissos, ver Marcos Otávio Bezerra (1995), *Corrupção, um estudo sobre poder público e relações pessoais no Brasil*, Relume Dumará, Rio de Janeiro

[17] Apelido do prefeito de Acaraú, Francisco José Magalhães Silveira, eleito pelo PMDB em 1992.

[18] A fita foi gravada por João Jaime, um ano antes de sua morte, como depoimento a ser divulgado às autoridades, conforme suas palavras, "se algo acontecer a mim ou minha famí-

lia". O conteúdo da fita, que passou a ser um dos instrumentos fundamentais utilizados no inquérito policial, continha uma série de acusações aos primos-deputados, responsabilizando-os por crimes e malversação de verbas públicas. Eximindo-se de qualquer participação nos eventos que denunciava, João Jaime queixava-se das acusações feitas pelos meios de comunicação, de modo indistinto, aos "Filomenos de Acaraú".

[19] Para uma análise dos processos psicológicos que sucedem diferentes situações de perda, ver Freud. S. "Duelo y Melancolia" in *Obras Completas*, vol. XIV, Amorrustu Editores, Buenos Aires, 1989. O autor discute as dificuldades enfrentadas pelo sujeito na opção entre a identificação com a perda e a reação que permite a construção do luto.

[20] A condição de honestidade, freqüentemente mencionada nos depoimentos de filhos de João Jaime, tinha o objetivo de explicar o assassinato do pai por conta de sua recusa em assinar a construção de uma obra de drenagem que envolvia recursos federais intermediados pelos primos-deputados.

[21] Utilizo a noção de *habitus* no sentido construído por Bourdieu (1989), para referir-se ao conjunto de disposições incorporadas por agentes em ação.

[22] Muito embora este depoimento possa ser interpretado como uma justificativa para a derrota da candidata de oposição à viúva, não deixa de ser sintomático o fato de no pleito anterior, em 1996, Márcia Rocha haver perdido as eleições para João Jaime por uma diferença de apenas 600 votos.

[23] A prefeita Magda Maria do Nascimento Gomes foi secretária do Trabalho e Ação Social na primeira gestão do marido, de 1983 a 1988, e de 1997 a 1998, no segundo mandato.

[24] Francisco José é irmão do ex-prefeito, deputado estadual eleito em 1987 e atual secretário de Cultura. Entrevista concedida à autora em 29/5/1999.

[25] A campanha em Fortaleza efetivou-se através de mobilizações na Assembléia Legislativa, distribuição de panfletos narrando o assassinato e colocação de *outdoors* contendo os dizeres "Não votem em deputados assassinos". Os efeitos da campanha sobre os resultados eleitorais foram relativos, considerando-se que os deputados foram eleitos, embora com percentual reduzido de votos, se comparado às eleições anteriores.

[26] Ver *Chuva de papéis, ritos e símbolos de campanha eleitoral no Brasil* (Irlys Barreira, 1998).

[27] Heredia (1999), analisando o conflito no interior das facções, chama atenção para a especificidade das disputas entre iguais, que atingem mais diretamente a honra dos envolvidos. Transpondo-se as questões do âmbito dos partidos para o contexto familiar, percebe-se a especificidade que assume a disputa eleitoral, apontando dimensões de solidariedade e adesão com base em pactos familiares longínquos.

[28] Discussões relevantes sobre os valores familiares relativos ao tema da honra encontram-se presentes na coletânea organizada por Peristiani, J. (1988;1965) *Honra e vergonha valores das sociedades mediterrânicas*, Lisboa, Fundação Calouste Gulben Kian. Uma análise mais recente sobre o tema da honra pensado sob a ótica do Congresso Nacional encontra-se em Carla Costa Teixeira, *A honra da política*, 1998.

[29] Referente à música de Nel Pinel denominada "A rural".

[30] Os embates construídos em torno da tragédia acontecida tornavam praticamente inviável uma postura alternativa às forças hegemônicas de Acaraú. Assim, um dos militantes do PSB e

membro do Sindicato dos Professores, que se considera de oposição, explica que decidiu apoiar a Viúva por considerar que nesse momento era a "melhor opção": "A doutora Márcia (candidata opositora) perdeu muito sendo apoiada por *eles*. A maioria do pessoal diz que ela caiu no pecado de pensar que um candidato só ganha eleição com dinheiro". O argumento financeiro de fato serviu de justificativa para a aliança com os "Filomenos brancos", conforme depoimento do marido de Márcia de Souza, principal acionador da campanha: "Isso da Márcia sair sozinha teoricamente vale, mas na prática não tem sentido. O que conta é a estrutura partidária e eu não tinha. Eu tava fazendo uma campanha para deputado estadual modestíssima e ganhei uma estrutura quando eles vieram me apoiar. Nas eleições de Márcia eles trouxeram 5 ou 6 carros de som, ônibus e 10 vereadores".

[31] A letra da música foi feita por uma moradora próxima ao centro da cidade, sendo posteriormente adaptada a um hino religioso com um ritmo mais animado. Segundo dona Socorro, "A música foi uma inspiração divina porque eu nunca tinha feito nada antes. Fiz a música porque tinha pena do que aconteceu com o prefeito" (depoimento concedido à autora em 16/9/2000).

[32] Nos instantes finais da fita, João Jaime declara: "se algo acontecer de violência a mim e minha família os responsáveis são Amadeu, Duquinha e Aníbal. Quero que essa fita seja entregue às autoridades".

[33] Uma discussão sobre as emoções e sentimentos como porta de entrada para a compreensão dos fenômenos sociais encontra-se em Abu – Lughod (1985). Ver também Vernier (1991).

[34] Um dos episódios mais comentados na cidade, que exigiu a intervenção contundente da Juíza da comarca local, referia-se ao conflito originado de duas passeatas rivais que realizavam-se em espaços próximos, redundando em conflitos acirrados entre líderes, com envolvimento da filha da prefeita. Explicou a juíza que as passeatas saíam sempre às sextas e, em determinada ocasião, houve troca de insultos e acusações quando o cortejo de Magda Gomes passava defronte o comitê do candidato Aníbal Ferreira Gomes. O conflito trouxe por conseqüência a proibição legal de passeatas no mesmo dia, obedecendo ao limite de realizar-se a 200 metros do Fórum, além da interdição de não passar defronte ao comitê do candidato opositor.

[35] Na condição de irmão do vice-prefeito afastado, que substituiu João Jaime pelo período de aproximadamente uma semana, o candidato enfrentava o problema do parentesco como condição de inelegibilidade. A situação de ameaça e a liberação legal para candidatar-se acompanharam todo o processo da campanha eleitoral, sendo fato comemorado a cada julgamento favorável, com fogos, carreatas ou discursos contra a candidata adversária.

[36] Programa de televisão produzido em Fortaleza, que tem as características de reportagem policial.

[37] As eleições de 2000 põem em evidência a disputa pelo controle hospitalar, novamente repartido entre a diretoria apoiada pelos "Filomenos brancos", destituída sob ordem judicial por solicitação da Prefeita, que alegava favoritismo na escolha dos dirigentes e irregularidades no controle dos recursos. A eleição da diretoria do hospital, que deu vitória ao grupo do candidato Aníbal Gomes, foi impugnada pela juíza, sendo um tema bastante comentado nos comícios dos candidatos, através de denúncias sobre as condições precárias de funcionamento da instituição, com efeitos negativos para a saúde dos moradores.

[38] O uso permanente de guarda-costas pela viúva e filhos, após o assassinato do prefeito, é também exemplo permanente de rememoração do acontecimento.

[39] As reflexões de Turner (1967) sobre a dramatização presente em rituais oferecem caminhos

interessantes para se pensar na divisão entre atores e expectadores, convocados através das emoções, a exprimir um estado de cumplicidade e sintonia com os ânimos coletivos.

[40] Ver a esse respeito "Entre mulheres: jogo de identificações e diferenças em campanhas eleitorais", in Barreira Irlys e Palmeira Moacir (orgs.). *Candidatos e candidaturas, enredos de campanha eleitoral no Brasil*. São Paulo, Anablume/Edições UFC, 1998.

[41] Notícias sobre rixas entre os filhos de João Jaime e os filhos dos primos acusados foram comentadas pela população, destacando-se uma das ocasiões em que houve necessidade de intervenção da polícia.

[42] A função social das viúvas como porta-vozes da denúncia sobre situações de violência é um fato recorrente, sobretudo entre trabalhadoras das zonas rurais. Ver, por exemplo, o trabalho e pesquisa de Maristela Andrade (org.), 1997.

[43] A respeito das formas de apresentação pública como estratégia, ver Patrick Champagne (1990).

Referências bibliográficas

ABU-LUGHOD, Lila; LUTZ, Catherine A. Introduction: emotion, discourse, and the politics of everyday life. In: *Language Nad Politcs of Emotion.* Cambridge: University Press, 1990.

ABU-LUGHOD, Lila. Honor and the Sentiments of Loss in a Bedouin Society. *American Ethnologist* 12:245-61, 1985.

ANDRADE, Maristela de Paula. *Viúvas, entre a violência e a impunidade*. São Luis, Universidade Federal do Maranhão, 1997. Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.

BAILEY, F. G. *Gifts and Poison*: the politcs of reputation. Oxford: Basil Blackwell, 1971.

BALANDIER. *O poder em cena*. Coimbra: Ed. Minerva, 1999.

BARREIRA, César. *Crimes por encomenda*: pistolagem e violência no cenário brasileiro. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998. Coleção Núcleo de Antropologia da Política.

BARREIRA Irlys; PALMEIRA Moacir (orgs.). *Candidatos e Candidaturas, enredos de campanha eleitoral no Brasil.* São Paulo: Annablume/Edições UFC, 1998.

BARREIRA, Irlys Alencar F. *Chuva de Papéis*: ritos e símbolos de campanha eleitoral no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998.

BEZERRA, Marcos Otávio. *Corrupção*: um estudo sobre poder público e relações pessoais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

_____. Políticos "Locais" e Acesso à "Grande Política. *Cadernos do NuAP 2*. Rio de Janeiro: Nau, 1999.

BLAY, Eva. *As prefeitas, a participação política da mulher no Brasil.* Rio de Janeiro: Avenir, 1978.

BOLTANSKI, Luc Avec Yann Darré er Marie-Ange Schiltz. La Denonciation. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales.* Paris, 1984.

BOURDIEU, Pierre. O Sentimento da Honra na Sociedade Cabília. In: PERISTIANY J. G. (org.). *Honra e Vergonha: Valores das Sociedades Mediterrânicas.* 2ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1965.

_____. Razões Práticas. Sobre a Teoria da Ação. São Paulo: Papirus, 1997.

_____. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

BUSQUET, Jacques. *Le droit de la Vendetta et les paci corses*. Joué-lès-Tours: C.T.H.S, 1994.

CHAMPAGNE, Patrick. *Faire L'opinion.* Paris: Lês Editions De Minuit, 1990.

DUARTE, Nestor. *A Ordem privada e a organização política nacional.* 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora nacional, 1966.

ELIAS, Norbert. *Os Alemães:* a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

_____. *Os Estabelecidos e os outsiders.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

FERREIRA GOMES, Francisco J. R.; FERREIRA GOMES, João M.; FERREIRA GOMES, Cyntia. *Eu amo Acaraú, ame você também; dados biográficos do prefeito de Acaraú João Jaime Ferreira Gomes Filho, Acaraú 1944*. Fortaleza, 1998.

_____. *Centenário de nascimento dos meus avós.* Fortaleza: Gráfica e editora Ramos LTDA, 1987.

FREUD. S. Duelo y Melancolia. *Obras Completas,* Vol. XIV. Buenos Aires: Amorrustu Editores, 1989.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. 7ª ed. Trad. de Maria Célia S. Raposo. Petropólis: Vozes, 1985.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança Estrutural da Esfera Pública. Investigações quanto a uma categoría da sociedade burguesa.* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HEREDIA, Beatriz M. A. Conflitos e desafios: lutas no interior de facções. *Cadernos NuAP 4, Do Local ao Internacional: Práticas Políticas, Relações Pessoais e Facções.* Rio de Janeiro: NAU, 1999.

LANDÉ, Carl H. The dyadic basis of clientelismm. In: SCHMIDT, Steffen W. et al. (eds). *Friends, followers and factions in political clientelism*. Berkeley: University of California Press, 1977.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. 4ª ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

LEMENHE, Ma. A. *Família, tradição e poder*: o (caso) dos São Paulo: Annablume/Edições UFC, 1996.

MARQUES, Ana Cláudia. *Intrigas e questões.* Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

MAUSS, Marcel. A expressão obrigatória dos sentimentos. In: CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto (org.). *Mauss.* São Paulo: Ática, 1979.

PALMEIRA, Moacir. Eleição municipal, política e cidadania. *Tempo e Presença*, maio-jun, ano 22, nº 311. Rio de Janeiro: Koinonia, 2000.

PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz. Os Comícios e a Política de Facções. *Anuário Antropológico 94*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

PERISTIANI, J. *Honra e Vergonha: valores das sociedades mediterrânicas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988 [1965].

SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

SIMMEL, Georg. *Le Conflit,* Paris: Circé, 1992.

TEIXEIRA, Carla Costa. *A Honra da Política. Decoro Parlamentar e Cassação de mandato no Congresso nacional.* Rio de Janeiro: NuAP/Relume Dumará, 1998.

TURNER, Victor. *The Forest of Symbols:* Aspects of Ndembu Ritual. Nova York: Cornell University press, 1967.

VERNIER, Bernard. *La gênese sociale des sentiments, aînes e cadets dans L'iles Grecs de karpathos.* Paris: Éditions de L'école Des Hautes Ètudes en Sciences Sociales, 1991.

WEBER, M. *Economía y sociedad*. Vol 1. México: Fondo de Cultura Económica, 1974.

CAPÍTULO 14

Intimidade e esfera pública: política e cultura no espaço nacional argentino[1]

Federico Neiburg

Campanhas eleitorais centradas na discussão das biografias e das qualidades morais de candidatos, governos desestabilizados por "escândalos" cujos protagonistas são políticos e seus parentes mais próximos – cônjuges, filhos e filhas, ou seus amantes –, são imagens comuns, cultivadas por um sem-número de advogados e jornalistas, sempre interessados nessa combinação singular de negócios, política e brigas entre famílias.

A literatura acadêmica raramente demonstra interesse por tais assuntos. A preponderância de visões normativas do mundo social a leva a ignorá-los ou desqualificá-los, tratando-os como fenômenos remanescentes de um passado pré-moderno, descrevendo-os como ideologia ou espetáculo (sintomas de questões supostamente mais profundas, tais como os interesses de indivíduos ou grupos) e condenando-os como patologias individuais ou coletivas, alheias à boa sociedade e à boa política (imaginadas como o domínio de homens e mulheres racionais e abstratos, livres de laços pessoais).

Este artigo, ao contrário, considera aquelas questões de grande interesse para a compreensão da política moderna. Parece-me que nada nos autoriza a deixar de dar atenção a assuntos que mobilizam ações e paixões, independentemente de sociedades nacionais, de áreas geográficas e culturais ou da antiguidade supostamente maior ou menor desta ou daquela "democracia".[2] A combinação de intimidade e publicidade característica desses fenômenos torna-os casos privilegiados para a discussão de um tema importante para a teoria antropológica: as formas "nativas" de construir e relacionar espaços sociais de naturezas e escalas diferentes, tais como o nacional e o local, a família e a política.[3]

Este texto gravita em torno de uma constelação de eventos cujo palco principal foi a cidade de Salta (capital da província homônima, localizada no extremo Noroeste da Argentina). Trata de uma série de conflitos familiares, disputas jurídicas e embates políticos iniciados em 1946, com a morte de um membro de uma das mais poderosas famílias da província, e encerrados em 1955, quando seu

irmão deixou a prisão de Salta onde permanecera por mais de três anos. Essas marcas temporais coincidem com um período particularmente intenso da história política da Argentina: a "década peronista", começando com a consagração de Juan Perón como presidente da nação (nas eleições de fevereiro de 1946) e terminado com sua queda (em setembro de 1955, quando foi derrubado pelo golpe de Estado conhecido como "Revolução Libertadora"). Mais significativo que a coincidência cronológica, contudo, é o fato de aqueles que relatam os eventos (em seus escritos, em conversas ocasionais ou em situações rituais) contam a história da transformação dos nomes dos protagonistas em sinônimos de "peronismo" e "antiperonismo", descrevendo, assim, a nacionalização de conflitos locais e a familiarização de embates políticos nacionais.

Deparei-me com esse drama social na metade da década de 90, quando estava em Salta, começando um estudo sobre política e cultura no espaço nacional argentino. Alguns dos protagonistas eram pessoas conhecidas na sociedade e na história locais, estavam fortemente identificados com a *salteñidad*, suas biografias se confundiam com a história política e cultural do lugar.

A curiosidade inicial aumentou quando reconheci ecos desse episódio em eventos contemporâneos. Desde o começo dos anos 1990, a tradicional "política de famílias" pareceu se reativar na Argentina. Em Salta, o filho e herdeiro de um poderoso homem do mundo da política, dos negócios e da imprensa era o então governador. Ele era um dos governadores que ganhava poder e notoriedade na nova configuração do campo político nacional que seguiu o fim da mais recente ditadura militar, em 1983, pondo de manifesto um efeito imprevisto da "transição democrática". O mais conhecido desses "homens fortes" das províncias era, nesse momento, Carlos Menem. Transformado presidente em 1989, costumava se apresentar (e era reconhecido) como a encarnação de um dos *caudillos* que lutaram contra os centralistas de Buenos Aires nas guerras civis do século XIX. Alguns dos *caudillos* mais famosos nasceram em La Rioja, a província de Menem, que, em seu próprio corpo, exibia algumas das características desses personagens: as grossas costeletas e o *poncho* (a capa usada no meio rural). Ele também parecia atualizar aquele estereótipo por meio do modo como administrava publicamente sua vida pessoal: a imagem da *señora* Menem chorando em frente à residência oficial depois de ter sido expulsa pelo marido, a suspeita de *vendetta* que cercou a morte de seu filho e as acusações de corrupção envolvendo sócios, parentes e aliados políticos.[4]

Como ocorreu com o caso de Salta, esses eventos atravessaram o espaço nacional, envolvendo famílias, partidos políticos e províncias, delineando uma geografia diversificada de atores e públicos e produzindo, em diferentes cenários, contrastes e relações entre formas diversas de sentir e praticar a política na nação e no *interior* – voltarei mais tarde a esta palavra-chave nas conceituações nativas

da geografia social do espaço nacional argentino, uma expressão que é usada para designar tudo o que não faz parte do centro (a cidade de Buenos Aires) e que se opõe a ele.

Intimidade e publicidade

A diversidade das fontes nas quais relatos dos eventos foram encontrados revela a participação de vários agentes, pontos de vista e públicos: diários de Salta, de Buenos Aires e do exterior, parlamentares provinciais e nacionais, advogados e juízes, sindicalistas e poetas. As fontes impressas em Salta (documentos, jornais, livros ou panfletos) são mais intensas e detalhadas que as de fora. Assemelham-se aos registros orais e às situações etnográficas. Em algumas conversas, as referências podem ser extremamente econômicas, implícitas ou metafóricas. Dirigem-se "àqueles que sabem", que estão aptos a decifrar nas alusões a uma vida "difícil", por exemplo, as conseqüências trágicas que tais eventos podem ter trazido para alguns dos atores centrais daqueles episódios. Também podem servir para criar um sentimento de inquietude e cumplicidade nos que "não sabem" mas imaginam que o assunto envolve questões mais ou menos ocultas, que apenas alguns são capazes de perceber inteiramente.[5] Na maneira como esses relatos são narrados e compreendidos é possível discernir percepções de proximidade e distância social; o sentimento de embaraço característico da exibição pública da intimidade é combinado com um sentimento de orgulho por esses eventos terem sido incorporados às histórias nacionais da política e da cultura.

Na linguagem corrente, na Argentina, o termo intimidade [*intimidad*] evoca um espaço social caracterizado pela proximidade de sangue e território, um espaço envolto numa atmosfera de autenticidade. Íntimos são os laços de mais próxima familiaridade, as relações e os sentimentos genuínos e intensos. Como ocorre com qualquer metáfora espacial (*intimus* é o superlativo de *interus*, interior), o termo ganha significado com base em uma graduação (intimidade maior ou menor) e também em referência a fronteiras: é possível entrar e sair da intimidade, distinguir dos que não são íntimos aqueles que o são; a intimidade pode ser criada ou suprimida, acompanhando a produção social de amizade e animosidade. E, como outras que participam do mesmo campo semântico (o adjetivo *íntimo* ou o verbo *intimar*), a palavra intimidade é usada não para isolar o que ocorre "a portas fechadas", mas, de um ponto de vista interessado na singularidade, para relacionar sentimentos associados com espaços sociais de naturezas e escalas diferentes, como o espaço das "boas famílias" de Salta, do "espírito" do Noroeste da Argentina ou daqueles que são do *interior* do país.

A constelação de eventos em que me concentro nas páginas que seguem revela precisamente a coexistência de diversos significados de intimidade, as

relações desses significados com as transformações na esfera pública e com a existência não de *uma* esfera pública, mas de uma pluralidade de agentes e significados associados com a publicidade. Isto torna tal campo privilegiado para delinear o tipo de sociologia fenomenológica do espaço social que constitui o objeto deste artigo.[6]

Uma constelação de eventos

Perto do fim de 1949, as relações entre o governo Juan Perón e a oposição passavam por um período particularmente conflituoso. Uma das principais arenas era o Congresso Nacional, cujas duas câmaras eram controladas pela situação. Eram dias intensos na política nacional, as eleições que estavam por vir ocupavam cada vez mais espaço nos debates públicos, o período de definição das candidaturas se aproximava e tudo levava a crer que Perón seria reeleito. A oposição, pressionada no nível nacional e nas províncias, intensificava suas atividades na esfera pública internacional, denunciando o "totalitarismo peronista", em encontros multilaterais e especialmente em jornais e revistas editados em outros países latino-americanos e nos Estados Unidos.

Uma das respostas do governo a tais ações da oposição foi a criação de uma comissão parlamentar encarregada de investigar a suposta intervenção externa em assuntos de política interna. A comissão tornou-se parte de um capítulo significativo na história do espaço público argentino, afetando particularmente os donos, os escritores e os jornalistas dos cerca de cem jornais fechados por ela.

A comissão chegou à cidade de Salta em 23 de dezembro de 1949 e dirigiu-se imediatamente à redação do mais importante jornal local, *El Intransigente*, situado no centro da cidade. No fim da tarde, e no meio da convulsão ocasionada pela pequena multidão de agentes de polícia, funcionários do Judiciário, militantes do Partido Peronista e curiosos, os legisladores determinaram a intervenção nas contas do jornal e confiscaram as reservas do periódico, decretando seu fechamento.

Salteños "bem informados" até hoje reconhecem as repercussões que o caso teve fora de Salta.[7] O fechamento de *El Intransigente* mereceu debates no Congresso Nacional, editoriais em jornais nacionais (como *La Nación* e *La Prensa*) e do exterior (de *El Mercúrio*, no Chile, a *The New York Times*) e a condenação por parte da Sociedade Interamericana de Imprensa.[8]

A "opinião pública" de Salta tinha bons motivos para ficar agitada. A cidade foi transformada no palco do principal conflito nacional. Ao mesmo tempo, o fechamento de *El Intransigente* integrou-se a um drama em que se articularam os negócios e a honra das mais prestigiosas famílias da sociedade local, as reputações de homens que ocupavam posições-chave na esfera pública saltenha, de

jornalistas, escritores e advogados, em muitos casos relacionados a essas mesmas famílias ilustres. Esses foram os protagonistas de uma história que começara três anos antes, quando a viúva de Abel Michel Torino, um dos donos da firma Michel Torino Hnos., iniciou um processo legal contra os irmãos de seu falecido marido. Elsa Figueroa de Michel Torino havia denunciado a ilegalidade de um documento assinado por Abel em seu leito de morte, em novembro de 1946, segundo o qual ele renunciava, em favor dos irmãos – David, Martín, María Luisa e Julio –, à parte das propriedades da família que por direito era sua. Entre os mais importantes bens em disputa estavam adegas, vinhedos e *El Intransigente*.

A disputa judicial em torno da propriedade da família se arrastaria até o fim da década peronista. Uma sucessão de processos relativamente independentes – embora freqüentemente amalgamados, escondidos, ou esquecidos nas representações de muitos dos protagonistas – levaria à expropriação de parte dos bens da empresa e, em 1951, à prisão do irmão mais velho, principal condutor dos negócios e diretor de *El Intransigente*. David Michel Torino permaneceria na prisão de Salta até o sucesso da "Revolución Libertadora", em setembro de 1955. Segundo alguns, sua prisão foi motivada por questões judiciais ligadas aos conflitos em torno da herança; para outros, foi símbolo da perseguição política derivada da oposição de "Don David" ao governo Perón.

Ao mesmo tempo em que provincializaram um conflito político de dimensões nacionais, os eventos nacionalizaram (e internacionalizaram) a crise que havia afetado a parcela da boa sociedade de Salta mais próxima à família Michel Torino. Estes detinham alto capital político, baseado no controle que mantinham sobre as principais facções do partido União Cívica Radical (UCR). Eram promotores da modernização da indústria local (pela primeira vez ganhava o mercado nacional), do jornalismo (*El Intransigente* foi um dos lugares onde surgiu a figura do jornalista profissional), e também da produção cultural, devido a suas atividades como patronos da literatura e da música "*salteñas*" (que adquiria projeção nacional).

Por outro lado, muitos dos indivíduos que apoiaram Elsa Figueroa de Michel Torino também pertenciam à boa sociedade de Salta. Seu principal advogado, Juan Carlos Cornejo Linares, era um jovem membro de uma família ilustre que remontava ao período colonial. Como tantos outros filhos dessas boas famílias, havia estudado no Colegio Nacional e formara-se em direito em Buenos Aires. Ao mesmo tempo em que representava os direitos da viúva (e dos filhos do falecido Abel) sobre a herança da família, também adquiriu um papel de destaque na política e na imprensa locais. Foi um dos fundadores, em 1946, do Partido Peronista em Salta e, logo após ter sido eleito parlamentar provincial, tornou-se dono do diário *Norte*, cuja oposição a *El Intransigente* configurou de forma singular o campo jornalístico local na época. Ao politizar o caso (interpretando-o em ter-

mos de peronismo e antiperonismo), Juan Carlos Cornejo Linares mobilizou o alto capital político de sua própria família, que já se havia traduzido na eleição de dois governadores provinciais e que, exatamente naquele momento, estava para resultar na de mais um: seu pai, uma das primeiras figuras locais a se converter ao peronismo, seria eleito ainda em 1946.[9]

Mas os eventos iam além – e, de um ponto de vista sociológico, eram diferentes – de um mero conflito entre famílias e facções políticas. Uma perspectiva limitada à oposição entre os "peronistas" Cornejo e os "antiperonistas" Michel Torino omite da análise pelo menos dois elementos que nosso drama tem o mérito de revelar de modo exemplar. De um lado, há a dimensão dos sentimentos pessoais e de grupo associados com o conflito, que não podem ser remetidos apenas a uma relação instrumental com a política nem a uma mera atualização de ódios ancestrais – interpretação corrente em parte da literatura sobre redes familiares e faccionalismo, para a qual a política aparece apenas como epifenômeno, uma manifestação ideológica de realidades supostamente mais profundas. Devemos, portanto, entender a variedade de motivos e sentimentos que cercaram as ações das principais figuras, sem esquecer, é claro, Elsa Figueroa de Michel Torino, cujas motivações e ações ganharam grande exposição pública: uma mãe, fora do domínio doméstico, defendendo seus órfãos (durante e depois do conflito), mobilizando, entre aliados e inimigos, motivos ligados à figura da mulher e às relações de gênero no espaço público. Por outro lado, devemos situar o drama no mundo social do qual fazia parte (mais extenso e complexo do que o de um conjunto de "patrões" e "clientes"), levando em conta o universo mais amplo de indivíduos e grupos que, de alguma forma, participaram do conflito. Precisamos integrar à análise não apenas os aliados de um ou outro bando, mas também os públicos para os quais esses eventos tinham, e ainda têm, significado.

Os usos públicos do nome: imprensa, vinho e política

O jovem mercador francês David Michel chegou a Salta em meados do século XIX. Era um dos poucos europeus que se aventuraram nesse canto perdido da América em busca de fortuna.[10] Casou-se com Gabriela Torino, neta do primeiro homem com tal sobrenome nascido no Alto Peru e que chegara a Salta em 1770.[11] Os dois se estabeleceram no povoado de Cafayate (nos Vales Calchaquíes), a cerca de 150 km da capital provincial. Logo gozaram de um período de prosperidade como exportadores de gado para o Chile e se aproximaram do centro da sociedade de Salta, à qual nem o segmento dos Torino de onde vinha Gabriela nem seu marido, imigrante, pertenciam. O primeiro filho do casal, David Michel Torino,[12] nasceu em Cafayate, em 1887, e foi estudar no Colegio Nacional, na

capital provincial, onde a família não demorou em adquirir uma propriedade. Seguindo os passos da *gente decente* de Salta,[13] David foi estudar (medicina) na Universidade de Buenos Aires, em 1910.

O fim da Primeira Guerra Mundial coincidiu com uma mudança nos rumos da situação da família. Quase ao mesmo tempo que David Michel (o pai) morreu, em 1919, a exportação de gado para o Chile foi reduzida em 70%; em 1921, praticamente havia cessado.[14] David Michel Torino (o filho) retornou a Salta sem completar os estudos e, enquanto seus três irmãos permaneceram em Cafayate, estabeleceu-se na capital provincial, onde pôde se encarregar da comercialização de vinho, o novo produto da família (feito antes em Cafayate para consumo próprio).

Pouco depois, outra conjuntura do mercado mundial afetaria (agora positivamente) a biografia da família. A indústria de vinho francesa entrou em crise e, como o consumo desse produto na Argentina estava crescendo rapidamente, o governo começou a apoiar os produtores nacionais. Embora ocupassem uma posição marginal em relação à indústria vinícola mais dinâmica de Cuyo (poucas centenas de quilômetros ao sul de Salta), os donos de adegas no Vale Calchaquíes também experimentaram a prosperidade. Os Michel Torino desempenharam um papel importante na modernização da economia de Salta como pioneiros de uma das poucas indústrias provinciais.[15] Muitos dos significados do uso público do nome Michel Torino tornaram-se, desde então, associados ao vinho – revelando até o presente a magnitude daquele conflito familiar: mesmo hoje, em qualquer supermercado da Argentina, podem-se comprar garrafas com os marcas *Don David* (como ficou conhecido o vinho de alta qualidade produzido pela sociedade Michel Torino Hnos., depois da morte de seu proprietário, David Michel Torino, em 1960) e *Sucesión Abel Michel Torino e hijos* (produzido pela adega fundada pela viúva de Abel).

Ao mesmo tempo que seu negócio se consolidava, David Michel Torino iniciava sua carreira na política. No fim dos anos 1930, tornou-se dono e diretor do jornal *El Intransigente*. O periódico esforçou-se para se tornar "moderno", independente e informativo, em vez de partidário ou faccioso,[16] ampliando o escopo de assuntos com os quais lidava, incorporando novos editores (vários de outras províncias e de Buenos Aires), adquirindo novas prensas, estabelecendo escritórios no interior da província e contratos com agências de notícia internacionais.[17]

O ano de 1946 representou um ponto de virada na trajetória de David. A morte de seu irmão, Abel, significou a perda da pessoa encarregada da adega e da fazenda, o lugar no qual ficava a casa mais antiga da família, em Cafayate, onde Abel sempre morou com a mulher, Elsa Figueroa, e seus quatro filhos. O início da disputa em torno da herança da família era um risco não apenas para os negó-

cios, mas também para o capital político que os Michel Torino haviam acumulado na região.[18] Ao mesmo tempo, o "nascimento do peronismo" na Argentina e em Salta reforçou o faccionalismo na política local. Esses eventos surpreenderam David Michel Torino no momento de seu maior esplendor, quando ele podia, pela primeira vez, contemplar a idéia de projetar-se nacionalmente.[19]

Uma boemia cultural nas províncias

Dois meses antes da prisão, David Michel Torino estivera no centro de um ritual público. Como pode ser constatado em referências mais ou menos explícitas nos jornais da cidade,[20] os organizadores conseguiram que as pessoas de Salta soubessem dos eventos, dos quais participaram não menos de 500 pessoas. A ocasião era a comemoração dos 25 anos de David à frente do *Gimnasia y Tiro Club*, o mais antigo e importante "clube social e esportivo" de Salta. O clube situava-se a não mais que cinco quarteirões da praça central da cidade que então tinha 75 mil habitantes e características tipicamente hispânicas: social e espacialmente estava organizada em torno de um centro, uma praça retangular, rodeada pela catedral, a sede do governo e o *Cabildo*.

A homenagem incluía um banquete com apresentações de "danças saltenhas" e recitais de poesia de "autores saltenhos" que comoveram os presentes (levando alguns às lágrimas, segundo cronistas). Os mais aplaudidos foram dois jovens poetas e escritores que haviam começado suas carreiras "nas letras" em *El Intransigente*, como linotipistas.[21] Ambos participaram diretamente das disputas que envolveram Don David. Após o fechamento do jornal e da prisão de seu diretor, eles assumiram a responsabilidade de publicar e distribuir uma versão semiclandestina de *El Intransigente* (chamada "O Boletim do Intransigente").

Raúl Aráoz Anzoátegui e Manuel J. Castilla participaram de um movimento lançado nos anos 1940 (chamado *La Carpa*), cujo objetivo era estabelecer uma sensibilidade cultural que refletiria, segundo eles, o clima de autenticidade e intimidade característico da geografia cultural e social da região, diferenciando-se dos escritores das gerações anteriores, que pertenciam a um meio social diferente, o das famílias nobres ligadas ao mundo rural. O ambiente dos jovens escritores de meados da década de 40 não era o campo, mas a cidade. Sua poesia também acompanhava as conversas, os churrascos e o vinho, embora não nas casas aristocráticas das fazendas, mas num espaço social novo que aparecera na Salta urbana: a *cantina*, uma combinação de restaurante (era preciso pagar por pelo menos parte do que era consumido), casa de família (os estabelecimentos eram dirigidos por pais e filhos) e clube social (as mesmas pessoas sempre se encontravam nos mesmos lugares). Foi ali que a nova boemia cultural provincial encontrou seu público. E foi ali que a poesia gradualmente se tornou "lírica", resultan-

do num novo tipo de gênero artístico (poesia cantada por quartetos compostos por um tambor e três violões), alcançando um público mais amplo e se tornando símbolo da música popular do Norte da Argentina, tanto no mercado cultural nacional quanto no internacional.[22] Essa lírica seria vista como uma marca de autenticidade, um meio de transmitir algo dessa "afinidade íntima e consubstancial entre a terra e o homem", que os integrantes do movimento consideravam característica do verdadeiro "espírito saltenho".[23] Era também nas *cantinas* que os saltenhos discutiam apaixonadamente as vicissitudes dos eventos locais tais como o conflito entre os Michel Torino e o fechamento de *El Intransigente*.

Naquela época a cidade respirava um clima de um singular cosmopolitismo, sendo lugar de encontro para pessoas de origens diversas: imigrantes bolivianos (a maioria dos *outsiders* envolvidos em atividades de nível mais baixo da hierarquia social), italianos, árabes e judeus, profissionais liberais de Buenos Aires (as universidades nacionais experimentaram então um período de grande expansão), mercadores, técnicos, funcionários da burocracia que rapidamente se expandia no espaço nacional e trabalhadores de indústrias nacionalizadas (como a companhia de petróleo YPF, os correios, os trens e outros serviços). Essa nova população urbana, relativamente bem escolarizada,[24] começou a apreciar o vinho, a cozinha, a poesia e a música da região; também começou a desenvolver interesse pela imprensa e pela política locais, pelas vidas e pelos conflitos das figuras públicas da cidade. David Michel Torino era uma das personagens centrais da "vida cultural" de Salta. Oferecia as páginas de seu jornal para poemas, contos e ensaios, propagava a boemia cultural da província e atuava como mecenas. Por meio do envolvimento dos intelectuais locais no conflito, a disputa alcançou um público mais amplo, interessado, ao mesmo tempo, na cultura e na política.

Honra, política e gênero

Depois de sua última edição (28/12/1949), *El Intransigente* transformou-se no "Boletim do Intransigente", jornal de duas a quatro páginas, impresso em mimeógrafo, com cerca de 3.000 cópias e distribuído de mão em mão. O Boletim perdeu o caráter "independente" do jornal e se tornou um panfleto dedicado a denunciar a "perseguição" a David Michel Torino, tendendo mais e mais para uma condenação violenta do governo Perón e da qualidade moral dos peronistas.[25]

O confronto se tornaria ainda mais feroz. Na época em que *El Intransigente* foi fechado, dois outros jornais tinham aparecido em Salta, ambos identificados como "peronistas": *El Tribuno*, que contava entre seus acionistas o próprio Partido Peronista, e *Norte*, cujo diretor era Juan Carlos Cornejo Linares, principal advogado de Elsa Figueroa na disputa que a viúva mantinha com a família do seu defunto marido. Essa guerra de jornais trouxe de volta velhas formas de conceber

e praticar a política em Salta: associada com nomes pessoais, uma questão de reputações masculinas.[26] *Norte* e *El Tribuno* sistematicamente atacavam seu principal inimigo, Don David, e procuravam ferir a honra de seus seguidores. *El Intransigente* transformou-se mais explicitamente em um adjetivo para seu dono (o intransigente), e "O Boletim" elevou ainda mais o tom da disputa, referindo-se a seus inimigos como delinqüentes e bêbados, e até questionando seu comportamento sexual.[27]

Esta combinação entre diferenciação política e condenação moral também estruturou a dimensão jurídica do processo. O principal argumento usado pelos advogados de Elsa Figueroa envolvia uma grave acusação a respeito do comportamento moral dos irmãos de seu marido. Eles questionaram a legalidade de um documento que Abel Michel Torino firmara em agonia, quando, argumentaram, "não tinha mais controle sobre suas faculdades mentais". A traição teria ocorrido numa situação de extrema intimidade familiar, depois de Elsa Figueroa ter-se retirado do quarto em que estava o marido, a fim de que, sozinho, ele pudesse dizer adeus aos irmãos. Esses eventos foram denunciados logo após a morte de Abel, quando a viúva descobriu que ela e os filhos tinham sido privados de todos os bens graças ao documento que os Michel Torino haviam feito seu marido assinar.[28]

História de uma usurpação. A verdade sobre o caso Michel Torino. Este é o título de um livro publicado em 1952 por Juan Carlos Cornejo Linares, advogado da viúva. Ele conta que aceitou o caso ao ficar convencido de que estaria defendendo o direito de uma mãe e de seus filhos, violado por "sádicos executores de pessoas fracas e inocentes". Cornejo Linares reconheceu ter-se feito necessário discutir a disputa familiar além da esfera privada – "apesar de Elsa Figueroa de Michel Torino sempre ter sido contrária a toda publicidade" – porque o processo "tornara-se foco de comentários e polêmica extrajudicial". Ao mesmo tempo, denunciou os traidores da família como "os inimigos mais ardentes da 'Revolución Peronista'".[29] Segundo ele, as ações moralmente condenáveis dos irmãos Michel Torino em relação a Doña Elsa e, especialmente, a seus sobrinhos órfãos, são piores por caracterizarem-se também como aberrantes no plano político nacional. O livro, de fato, não se dirigia apenas a um público versado em direito, mas a leitores unidos por um *ethos* similar – amigos ou inimigos que partilhavam valores morais semelhantes e eram relativamente bem informados, não apenas a respeito uns dos outros (como ocorre com indivíduos socialmente próximos), mas também sobre os eventos da política nacional com relação aos quais os juízos de aprovação ou condenação adquiriam significado.

Em setembro de 1951, a questão chegou ao Congresso Nacional, em uma sessão na qual se debateu a "precariedade" do sistema judicial de Salta. O caso que mereceu mais atenção foi (nas palavras de alguns legisladores) a "via crucis

de uma viúva e suas crianças", um processo que, "desde o início, teve dois diferentes caminhos: um, normal, diante dos tribunais saltenhos; e outro, anormal, público, promovido pelo diretor e pelos redatores do jornal *El Intransigente*, em cujos artigos iniciou-se uma campanha de intimidação contra os juízes". Como resultado do debate (do qual três futuros presidentes da nação participaram ativamente),[30] a maioria parlamentar aprovou a intervenção no "Poder Judicial de Salta".

O tratamento dispensado ao caso em fóruns internacionais foi também crucial para dar ao evento escopo nacional. Enquanto, no Congresso, controlado pelo Partido Peronista, predominava um ponto de vista que enfatizava as dimensões familiares do episódio, no espaço internacional, dominado pela oposição, o que se enfatizou foi a dimensão política da disputa judicial: as reivindicações feitas pela viúva foram vistas como uma investida do peronismo para eliminar e silenciar seus adversários.[31]

No livro escrito por David Michel Torino enquanto estava na prisão de Salta (*Desde la cárcel* [Na prisão]), Elsa Figueroa e seus filhos são mencionados apenas duas vezes.[32] O texto dá menos peso aos argumentos jurídicos (o autor não era especialista em direito e seus advogados tinham publicado recentemente sua própria versão dos fatos),[33] e mais importância à honra, à lealdade e à traição. É este o registro que Don David usa para se referir à cunhada, sugerindo também que o interesse de Elsa nas propriedades da família eram conseqüência da sua "conversão ao peronismo".

A trajetória da viúva após os eventos pode ser vista, ao menos em parte, como um esforço para construir uma imagem completamente oposta àquela que fora divulgada por seus cunhados-inimigos. A partir de seu ponto de vista,[34] suas ações justificavam-se apenas pela necessidade de proteger os filhos (esse imperativo moral que legitima as ações femininas no campo da política). Assim, embora seus inimigos a identificassem publicamente como um "demônio peronista", na intimidade de sua casa no povoado de Cafayate, onde viveu após a morte de Abel, enquanto administrava a adega, Elsa escrevia poemas sobre amor e maternidade.[35]

Conclusões

Desde as guerras civis do século XIX, algumas das batalhas sociais mais intensas no cenário argentino projetaram, no espaço nacional, uma polaridade política e cultural: a oposição entre duas Argentinas. Uma, industrializada e urbana, feita de imigrantes europeus, ligada ao mercado e à cultura mundiais através da metrópole, Buenos Aires. A outra, rural, habitada por *criollos*, mestiços e imigrantes não-europeus, confinada ao mercado interno, situada no *interior* do país.[36]

A força dessa oposição pode ser percebida até hoje, estruturando algumas das principais dimensões que organizam o campo da política nacional. Um exemplo recente é o papel desempenhado pela "Frente Federal" na profunda crise social e que se instalou no país no fim de 2001. Durante cinco dias, a Argentina foi presidida por Alberto Rodríguez Sáa, governador de San Luis, uma das "pequenas províncias" que faziam parte da Frente. Rodríguez Sáa renunciou com um discurso à nação, transmitido por televisão, no qual aparecia na sala de estar de sua casa, em sua própria cidade, rodeado por sua família, seus amigos e seguidores locais. No dia seguinte, o principal jornal de Salta (de propriedade do governador) denunciou que sua queda deveria ser vista como "mais uma derrota do interior pelo porto".[37]

David Michel Torino jamais se tornou governador de Salta. A cena de sua prisão, em maio de 1951, diz algo sobre os sentimentos associados à mudança repentina em suas expectativas provocada pela aparição do "peronismo". A causa da detenção foi rotulada como "desobediência civil". A ordem foi assinada por um juiz legitimado pela intervenção federal no poder judiciário provincial, estabelecida, como vimos, pelo Congresso Nacional. David estava no corredor do prédio do Supremo Tribunal da província, atuando como "o intransigente": discutindo, inflamado, com um grupo de pessoas. Alguns dizem que ele estava só; outros, que estava na companhia de amigos. Há também, ainda hoje, quem afirme que ele foi preso por gritar e ofender os policiais que tentavam escoltá-lo para fora do prédio; outros tantos acreditam que ele tenha ofendido um magistrado, que identificara como inimigo e que estava naquele momento julgando o processo iniciado pela viúva de seu irmão. Seria possível argumentar que muitos fatores contribuíram para essa cena: falta de autocontrole ocasionada pela perda de suas propriedades e de seus bens pessoais (o jornal e algumas de suas adegas e fazendas, que também estavam sendo expropriadas pelo governo nacional), declínio em seu senso de orientação social, ao agir como senhor em um ambiente (o Supremo Tribunal de Salta) que não lhe reconhecia completamente tal status, ou sacrifício individual em favor de uma causa que ele considerava justa. Não há dúvidas, no entanto, de que, para compreender melhor essa cena, é necessário, como tentei fazer neste texto, saber mais a respeito do mundo social em que ela ocorreu.

A antropologia desenvolveu uma série de argumentos que justificam a análise das questões evocadas por cenas como essa. Como se sabe, conceitos como situação social, processo, drama e evento designam objetos multifacetados, descrevendo a natureza verdadeiramente total da vida social. Seguindo tal tradição, sugerimos uma visão abrangente de processos sociais que a literatura acadêmica tende a considerar de uma maneira fragmentária. Em vez de tomar como premissa as oposições entre o privado e o público, ou entre o local, de um lado, e

o nacional, de outro, preocupamo-nos com o ponto de vista daqueles que participaram dos eventos e vimos que os motivos e os sentimentos envolvidos em suas ações estavam associados aos destinos das comunidades políticas (de partidos políticos e facções à região ou à nação) e a dimensões de sua existência social fundadas na representação coletiva da vida familiar, em uma moralidade compartilhada e, ainda, em traços de caráter individual. Em vez de uma descrição da animosidade entre categorias sociais preexistentes, abstratas e desconexas (como "peronismo" e "antiperonismo"), analisamos alguns aspectos da produção social de inimigos.

Embora não tenha sido possível aqui lidar com a história da posição de Salta no espaço nacional argentino,[38] inscrevemos o caso em um intervalo de tempo maior do que o limitado pelos anos 1946-1955. Em lugar de restringir nosso escopo aos significados que aqueles eventos e processos tiveram para um grupo ou para uma identidade social – seja baseada territorialmente (como uma cidade, uma província ou um país), uma classe (como as elites ou os trabalhadores), ou uma profissão (jornalistas, políticos ou advogados) –, preocupamo-nos com os laços entre indivíduos e grupos que participaram de uma mesma constelação de eventos. Analisamos a confluência de uma variedade de condições sociais que modularam suas práticas e seus sentimentos, desde transformações morfológicas na sociedade Argentina, envolvendo o deslocamento de populações em várias direções no espaço nacional, até a nacionalização de formas de sensibilidade características da "boa sociedade" do *interior* do país. Esboçamos uma interpretação do significado que os protagonistas atribuíram então – e ainda atribuem – a esses eventos. Do ponto de vista "metodológico", creio que esta é a contribuição deste exercício de micro-análise para uma antropologia da política e da cultura que se preocupa com a dimensão temporal da vida social.

Notas

[1] Este artigo foi originalmente publicado na revista *Social Anthropology* 13 (1), 2003. Versões anteriores foram apresentadas no Laboratoire de Sciences Sociales, École Normale Superieure (Paris, março de 2002), na University of Chicago (maio de 2001), na Universidad de Buenos Aires (novembro de 2000), no Núcleo de Antropologia da Política (NuAP, Rio de Janeiro, setembro de 2000), no Instituto de Desarrollo Económico y Social (IDES, Buenos Aires, agosto de 2001), na Universidad Nacional de Salta (Argentina, julho de 2001) e na Universidad de San Andrés (Buenos Aires, agosto de 2000). Agradeço a todos os que, gentilmente, discutiram meu trabalho nessas oportunidades.

[2] Isto certamente não parece ser um privilégio de algum "caráter nacional" particular. Na eleição presidencial francesa de 2002, por exemplo, os grandes jornais foram "surpreendidos" pelo surgimento de um "estilo" supostamente alheio à política francesa e típico do conhecido interesse dos americanos pela intimidade dos candidatos. Ver "Désormais, les prétendants à

l'Elysée mettent en scéne sentiments et vie privée" e "Le Recours à l'intimité est de regle aux Etats-Unis" (*Le Monde*, 4/21/2002).

[3] Esta questão foi formulada primeiramente por Simmel (1986;1908, vol. 2:255-296). Depois, apareceu nos trabalhos de Redfield (1965;1956:1-16) e Shils (1996;1961). Desde a formulação de Malinowski a respeito da "extensão do parentesco" (Malinowski 1930), também se tornou recorrente na antropologia da família e do parentesco. Mais recentemente foi apropriada por uma antropologia da política atenta à existência de diversas noções nativas de tempo (tais como a que, durante períodos eleitorais no Brasil, leva alguém a falar do "tempo da política" – ver Palmeira 2002 e Palmeira e Heredia 1993). É interessante notar tanto a proximidade quanto a diferença entre essa abordagem e o "jogo de escalas" de que se ocupam os micro-historiadores (ver especialmente Revel 1996). Enquanto estes enfatizam as vantagens que as alternâncias de escala (do micro para o macro, por exemplo) têm *para o analista*, a literatura antropológica mencionada acima enfatiza o "jogo de escalas" nas *formas nativas* de pensar e agir.

[4] Jornalistas e sociólogos aproveitaram a oportunidade para falar do "caráter latino-americano", apresentando como evidência as presenças simultâneas de figuras como os presidentes do Equador, Abdalá Bucaram, do Peru, Alberto Fujimori, e do Brasil, Fernando Collor de Mello (este, advindo de uma família tradicional do Estado de Alagoas, no Nordeste do Brasil, sofreu *impeachment* em 1992, em um processo que começou com acusações que partiram do próprio irmão). Contra tais associações espontâneas entre cultura e política (típicas das substancializações de jornalistas), ver as análises de Bezerra (1999) e Teixeira (1998) sobre eventos no Brasil (tais como o *impeachment* de Collor, a cassação de parlamentares por "falta de decoro" e escândalos nacionais de corrupção) que envolveram debates públicos acerca da natureza das esferas pública e privada. Uma abordagem semelhante é encontrada em Coronil (1997), a respeito da Venezuela, e em Lomnitz (2000), em relação ao México.

[5] John Campbell (1977) sugeriu, em seu estudo sobre a política na Grécia moderna, que essa forma lacônica de comunicação está relacionada com uma geografia social de proximidade.

[6] Habermas (1989;1961:151-159) mostrou que as autonomizações da esfera pública (na qual indivíduos privados criticam os poderes do Estado), da esfera privada (associada com a propriedade e o mercado) e da esfera íntima ([*intimat Sphäre*], associada com o espaço da familiaridade) são parte do mesmo ideal de modernidade. Recentemente, dois antropólogos usaram sugestivamente noções relacionadas à intimidade: a expressão "cultura íntima", empregada por Lomnitz (1992) em sua análise das articulações entre várias culturas íntimas no espaço nacional mexicano; e a expressão "intimidade cultural", utilizada por Herzfeld (1997:3-6 e 89-108) para descrever um sentimento coletivo de "auto-reconhecimento embaraçoso", "idiomas de relações sociais" não necessariamente ligados a laços de proximidade física.

[7] Uma das poucas menções a Salta na mais popular "história do peronismo" é feita sob o título de "provincianía", relatando precisamente o caso de *El Intransigente* (ver Luna 1987:312-13). Esse caso é também mencionado na mais popular "história do Noroeste da Argentina", sob um título semelhante: "a situação das províncias" (Bazán 1992:209 f.).

[8] Em contraste, recebeu a aprovação por parte da Organização Nacional de Imprensa Argentina (ONPA). O *Libro Azul y Blanco de la Prensa Argentina*, que a ONPA publicou, dedicou mais de 40 páginas ao caso *El Intransigente*. A imprensa foi um dos espaços mais amplamente transformados durante aqueles anos e, também, o lugar de algumas das mais fortes disputas entre peronistas e antiperonistas. Dezenas de jornais (locais, regionais e nacionais) foram fechados ou trocaram de dono. Isto foi acompanhado da perda, pela mídia escrita, do monopólio

da opinião pública, em face do avanço do radio – o que contribuiu para a autonomização do jornalismo com relação às letras. Como se verá, algumas das principais figuras do drama saltenho eram protagonistas dessas transformações: donos de jornais, escritores, jornalistas, operadores de rádio amador. A respeito das transformações no campo do jornalismo na Argentina durante esse período, ver Gómez (2000) e Plotkin (1993).

[9] O Partido Peronista foi fundado em Salta no fim de 1945, por indivíduos de dois tipos de origem social: os que haviam nascido fora da província (sindicalistas e funcionários públicos, principalmente de Buenos Aires) e os que faziam parte de segmentos das elites locais, como Cornejo Linares.

[10] Até 1869, 2% dos chefes das famílias de classe alta na província tinham nascido na Europa. Em 1895, o número tinha aumentado para 8% (Scobie 1988:142-143).

[11] Para os dados genealógicos da família Torino, ver Peñalva Torino (1942) e Figueroa (1980).

[12] O uso de sobrenomes duplos (paterno e materno, nesta ordem) não era uma regra entre as boas famílias de Salta (por exemplo, apenas 6,9 % de todos os bacharéis saídos do Colégio Nacional nos vinte anos anteriores à graduação de David Michel Torino tinham sobrenomes duplos). Certamente, a decisão de usar sobrenome duplo (*doble apellido*) para fundar uma nova linhagem é ligada ao encontro entre estratégias individuais (e grupais) de reprodução e ascensão social: era uma maneira de sinalizar o nascimento de um novo segmento de uma família, o estabelecimento de uma aliança de capital econômico e de prestígio, e a admissão (usando os termos de Elias (1994;1976) de *outsiders* pelo *establishment* local.

[13] A respeito da expressão *gente decente* como sinônimo da boa sociedade de Salta, ver Caro Figueroa (1970). Sobre as redes de "famílias ilustres" na América Latina, ver Balmori et al (1984).

[14] Ver Hollander 1976:168.

[15] Sobre a história do vinho em Salta, ver Botelli 1986; a respeito do lugar do vinho na história da indústria Argentina, ver Dorfman (1970:316-329) e o "Anuário de *La Razón*", citado em Hollander (1976:169); sobre o desenvolvimento da agroindústria na região, ver Balán (1978).

[16] Sobre esta oposição na história da imprensa de Buenos Aires no século XIX, ver Sábato 1998:194-195; a respeito de Salta, ver Correa et al 1999a.

[17] De acordo com o próprio David Michel Torino, ao ser fechado o jornal empregava 53 pessoas e era distribuído nas províncias de Salta, Jujuy, Tucumán, Catamarca, Chaco e Formosa, "com algumas cópias chegando ao Chile e à Bolívia" (Michel Torino 1953:9).

[18] Eles começaram sua carreira política através de uma organização regional, chamada Liga Calchaquí.

[19] Em outro trabalho (Neiburg 2001), mostrei a relação entre a expectativa de projeção nacional de David Michel Torino e o declínio de Robustiano Patrón Costas, que, também de Salta, era um dos homens mais fortes na política Argentina na primeira metade do século XX. Sobre a biografia de Patrón Costas, ver Aráoz 1966, e Sweeney e Domínguez Benavides 1998. Para uma vertente mais sociológica, ver Hollander 1976, De Imaz (1965:24-25), e Botana (1994:140-1).

[20] Algumas se encontravam em artigos de autoria desconhecida, exemplos de um gênero jornalístico que transmitia informação não gerada por agências de notícias, mas por meio de contato pessoal, em um registro que transitava entre o boato e a fofoca.

[21] Sobre a identificação dos linotipistas com os "homens de letras", ver *El Tribuno*. *50 Años*, e Aráoz Anzoátegui (1999a).

[22] O primeiro quarteto musical saltenho (*Los Chalchaleros*) fez sua estréia formal na cidade no ano de 1946. Após 1955, esse gênero de música ("folclore") explodiu no mercado nacional, primeiramente devido ao rápido crescimento da indústria fonográfica e, mais tarde, por causa dos festivais que reuniam, a cada ano, dezenas de milhares de ouvintes e que procuravam reproduzir nas ruas o clima das velhas *cantinas* onde essa música havia nascido. Um desses festivais se realiza todo ano nas ruínas do que foi uma das primeiras adegas de Cafayate.

[23] Aráoz Anzoátegui (1999b; 1966:90). Esses temas foram evocados também em *El Intransigente*. Um bom exemplo encontra-se na primeira página da edição de 17 de abril de 1945, na ocasião do 25o aniversário do jornal. *El Intransigente* apresentou-se como a expressão da "intimidade de nossas fronteiras provinciais e do diálogo com o vale, as montanhas, as árvores, a terra, onde o homem sobrevive, como o cacto ou a rocha".

[24] Durante esse período a população urbana de Salta aumentou significativamente seu capital escolar. Em 1914, a taxa nacional de analfabetismo era de 35%, enquanto em Salta era de 55%. Em 1945, esses números haviam diminuído dramaticamente: a média nacional era de 14 % e a média em Salta era de 35% (Germani 1987;1955).

[25] Por muito tempo, os jornais impressos em Salta foram bastante parecidos com esse Boletim. Como os antigos panfletos, o Boletim pressupunha um público relativamente reduzido, a meio caminho entre aqueles que liam os jornais e aqueles que ouviam as fofocas. Sobre a história inicial da imprensa local, ver Solá 1924.

[26] Sobre a noção de reputação, ver Bailey 1972.

[27] Honra, reputação e masculinidade eram princípios também presentes nas tensões entre os dois jornais peronistas, revelando a agudeza da batalha que travavam pela hegemonia sobre a esfera pública local. O melhor exemplo dessa disputa envolve o diretor de *El Tribuno* e o secretário de redação de *Norte*. Ocorreu na periferia da cidade, onde os dois desafiaram um ao outro para um velho ritual entre os homens de Salta: um duelo de espadas com a presença de padrinhos.

[28] Ainda hoje, há quem se refira à óbvia analogia bíblica, deixando claro que, nesse caso, Caim era David.

[29] Cornejo Linares s/f:18-19.

[30] Héctor Cámpora, Arturo Ilía e Arturo Frondizi.

[31] Um dos principais fóruns para a oposição ao peronismo foi a VII Conferência da Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP), em Montevidéu, em outubro de 1951. A resposta nacional para a resolução da SIP sobre a Argentina foi *El Libro Azul y Blanco de la Prensa Argentina*, publicado pela ONPA (ver nota 8).

[32] Michel Torino (1953).

[33] *El caso Michel Torino* (1952)

[34] E do ponto de vista de alguns de seus filhos, os quais pude entrevistar.

[35] Alguns anos depois, ela se tornaria publicamente conhecida como a "Dama dos Vales Calchaquíes", uma mulher empreendedora e ousada na indústria de vinhos local e no mundo

das letras – história que revela muito sobre as relações de gênero na família, na economia, na cultura e na política. Ver seu livro de poemas *Mi paso por la vida* (que recebeu em Salta o Prêmio Cultural *Persona*, em 1992) e especialmente os discursos e as notas de jornais sobre ela, que mencionavam mais ou menos explicitamente o drama que se seguiu à morte de seu marido (por exemplo, seu obituário em *El Tribuno* 01/25/1988, e Vitry 2000:11).

[36] Como mostrei em outro lugar, as "interpretações do peronismo" foram um campo privilegiado para a construção do mito das duas Argentinas (Neiburg 1998:capítulo 3). O processo de identificação histórica entre Buenos Aires e a Argentina, que sublinha a hierarquia dessa dicotomia, foi descrito em linhas gerais, por Chiaramonte (1997).

[37] *El Tribuno*, 01/02/2002. Rodríguez Saá foi substituído por um grande homem da política de Buenos Aires (Eduardo Duhalde).

[38] Ver a sugestiva antropologia de relações centro-periferia no México, proposta por Lomnitz (2001). Ver também Agulhon (1992).

Referências bibliográficas

AGULHON, Maurice. Le Centre et la Périphérie. In: NORA, Pierre (org.). *Les lieux de Mémoire*. Vol. I ("Les France"). Paris: Gallimard, 1992.

ARÁOZ ANZOÁTEGUI, Raúl. Crónicas alrededor de un personaje provinciano. In: *Por el ojo de la cerradura.* Salta: Ediciones del Robledal, 291-209. (1999a [1988])

_____. Salta, el hombre y su querencia. In: *Por el ojo de la cerradura*. Salta: Ediciones del Robledal, 75-90. (1999b [1966])

ARÁOZ, Ernesto M. *Vida y obra del doctor Patrón Costas. Cincuenta años de vida política argentina vistos desde Salta*. Buenos Aires, 1966.

BAILEY, Frederik. G. Gifts and Poison. In: Bailey, F.G. (ed.). *Gifts and Poison:* The Politics of Reputation. Oxford: Basil Blackwell, 1972, pp. 1-25.

BALÁN, Jorge. Una Cuestión Regional en la Argentina: burguesías regionales y el mercado nacional en el desarollo agroexportador. *Desarrollo Económico*, 69(18): 49-87, 1978.

BALMORI, Diana., VOSS, Stuart F. & WORTMAN, Miles. *Notable Family Networks in Latin America*. Chicago: University of Chicago Press, 1984.

BAZÁN, Armando Raúl. *El Noroeste y la Argentina Contemporánea (1853-1992)*. Buenos Aires: Plus Ultra, 1992.

BEZERRA, Marcos Otávio. *Em Nome das "Bases". Política, Favor e Dependência Pessoal*. Rio de Janeiro: NuAP/Relume Dumará, 1999.

BOTANA, Natalio R. *El Orden Conservador. La Política Argentina entre 1880 y 1916.* Buenos Aires: Sudamericana, 1994.

BOTELLI, José Juan. *Antecedentes Para la Historia del Vino en Salta*. Salta: Ediciones Anacreonte, 1986.

CAMPBELL, John K. Honor, Family and Patronage: A Study of Institutions and Moral Values in a Greek Mountain Community". In: SCHMIDT, S. W. et alii (ed.). *Friends, Followers, and Factions. A Reader in Political Clientelism.* Berkeley: University of California Press, 1977, pp. 250-263.

CARO FIGUEROA, Gregorio. *Historia de la 'gente decente' en el norte argentino*. Buenos Aires: Ediciones del Mar Dulce, 1970.

CHIARAMONTE, Juan Carlos. *Ciudades, provincias y estados:* Orígenes de la Nación Argentina (1800-1846). Buenos Aires: Ariel, 1997.

COLEGIO NACIONAL DE SALTA. *Breve reseña histórica. Publicación recordando el 50º aniversario, cumplido el 1º de marzo de 1915*. Salta: Imprenta y Librería C. Velarde, 1926.

CORNEJO LINARES, Juan Carlos. *Historia de un despojo* (La verdad sobre el Pleito Michel Torino). Salta, s/d.

CORNEJO, Atilio. Historia de Salta (1862-1930). *Boletín del Instituto San Felipe y Santiago XII* (37). Salta, 1984.

CORONIL, Fernando. *The Magical State. Nature, Money, and Modernity in Venezuela.* Chicago: The University of Chicago Press, 1997.

CORREA, Rubén; FRUTOS, María; TORINO, Esther. Notas para el estudio de la prensa y la democracia en Salta. In: *El diario El Tiempo*. entre el purgatorio y el infierno (1908-1909). Salta: mimeo, 1999a

DE IMAZ, José Luis. *Los que mandan*. Buenos Aires: Eudeba, 1965.

DORFMAN, Adolfo. *Historia de la industria argentina*. Buenos Aires: Solar, 1970.

ELIAS, Norbert. A Theoretical Essay on the Established and Outsider Relations. In: ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. *The Established and the Outsiders. A Sociological Enquiry into Community Problems.* London: Sage Publications, 1994 [1976].

FAVARO, Orietta & MORINELLI, Marta B. La cuestión regional en la política argentina: conflictos y alianzas (1880-1930). In: ANSALDI, W.; PUCCIARELLI, A.; VILLARRUEL, J.C. (eds.). *Argentina en la paz de dos guerras 1914-1945*. Buenos Aires: Biblos, 1993.

FIGUEROA, Fernando. *Diccionario biográfico salteño*. Salta: Universidad Católica de Salta, 1980.

GERMANI, Gino. *Estructura social de la Argentina*. Buenos Aires: Solar, 1987 [1955].

GÓMEZ, Hernán. *La construcción social de la figura del periodista profesional en Buenos Aires, Argentina (1920-1940).* Ms. PPGAS, Museu Nacional, UFRJ, 2000.

HABERMAS, Jürgen. *The Structural Transformation of the Public Sphere. An Inquiry into a Category of Bourgeois Society.* Cambridge, Mass: The MIT Press, 1989 [1961].

HERZFELD, Michael. *Cultural Intimacy. Social Poetics in the Nation-State*. London: Routledge, 1997.

HOLLANDER, Frederick Alexander. *Oligarchy and the Politics of Petroleum in Arge*ntina: The case of Salta Oligarchy and Standard Oil*, 1918-1933*. PhD Dissertation in History. Los Angeles: University of California, 1976.

HOLLANDER. *Anuário de La Razón*. Buenos Aires: La Razón, 1976.

LOMNITZ, Claudio. Center, Periphery, and the Connections between Nationalism and Local Discourses of Distinction. In: LOMNITZ, C*., Deep Mexico, Silent Mexico. An Anthropology of Nationalism*. Chapter 8, pp. 165-193. Minneapolis: Minnesota University Press, 2001.

_____. (org). *Vicios públicos, virtudes privadas*: la corrupción en México. Mexico: CIESAS/Miguel Angel Porrúa, 2000.

_____. *Exits from the Labyrinth:* Culture and Ideology in the Mexican National Space. Los Angeles: California University Press, 1992.

LUNA, Félix. Perón y su tiempo. Vol. 2. In: *La comunidad organizada*. Buenos Aires: Sudamericana, 1987.

MALINOWSKI, Bronislaw. Kinship, *Man 30:* 19-29, (1930) local

MICHEL TORINO, David. *Desde mi celda. Historia de una infamia.* Montevideo, 1953.

MICHEL TORINO, Elsa. *Mi paso por la vida. Poemas*. Salta: Edición de la autora, s/d.

NEIBURG, Federico. *Intimidad Social y Politica Nacional. Familia, intelectuales y esfera pública en Argentina (Salta, 1946-1955).* University of Chicago, CLAS Working-Papers Series # 9 (2001).

_____. *Os intelectuais e a invenção do peronismo. Estudos de Antropologia Social e Cultural*. São Paulo: Edusp, 1998.

NÚCLEO DE ANTROPOLOGIA DA POLÍTICA. Uma Antropologia da Política. Rituais, Representações e Violência. *Cadernos do NuAP,* No. 1. Rio de Janeiro, NuAP/MN/UFRJ, 1998.

PALMEIRA, Moacir. Política e tempo: nota exploratória. In: PEIRANO, Mariza (org.) *O dito e o feito. Ensaios de Antropologia dos rituais.* Rio de Janeiro: NuAP/Relume Dumará, 2002, pp. 171-177.

PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz M. A. de. Le Temps de la Politique. *Études Rurales* 131/132: 73-88, 1993.

_____. Os Comícios e a Política de Facções. *Anuário Antropológico.* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, nº 94, 1995.

PEÑALVA TORINO, Antenor de. *Genealogía de la familia Torino*. Salta: Talleres Gráficos La Provincia, 1942.

PLOTKIN, Mariano. *Mañana es San Perón. Propaganda, rituales políticos y educación en el régimen peronista (1946-1955).* Buenos Aires: Ariel, 1993.

REDFIELD, Robert. The Little Community. In: REDFIELD, R. *The Little Community and Peasant Society and Culture.* Chicago: The University of Chicago Press, 1965 [1956], pp. 1-177.

REVEL, Jacques (ed.). *Jeux d'échelles*: la micro-analyse à l'expérience. Paris: Seuil/ Gallimard, 1996.

SÁBATO, Hilda. *La política en las calles. Entre el voto y la movilización. Buenos Aires 1862-1880.* Buenos Aires: Sudamericana, 1998.

SCOBIE, James, R. *Secondary Cities of Argentina. The Social History of Corrientes, Salta, and Mendoza, 1850-1910.* Standford: Stanford University Press, 1988.

SHILS, Edward. *Centro e Periferia*. Lisboa: Difel, (1996 [1961]), pp. 53-71.

SIMMEL, Georg. El espacio y la sociedad. In: *Sociología* (Estudios sobre las formas de socialización). Madrid: Alianza Universidad, 1986 [1908], vol. 2, cap. 9, pp. 255-296.

SOLÁ, Miguel. *La imprenta en Salta. Cien años de prensa (1824-1924).* Buenos Aires: Tall. Graf. Porter Hnos, 1924.

SWEENEY, Ernest S.; DOMÍNGUEZ BENAVIDES, A. *Robustiano Patrón Costas. Una leyenda argentina.* Buenos Aires: Emecé, 1998.

TEIXEIRA, Carla Costa. *A Honra da Política. Decoro Parlamentar e Cassação de mandato no Congresso nacional.* Rio de Janeiro: NuAP/Relume Dumará, 1998.

TORINO, Esther, María; Del Valle Michel, Azucena; Correa, José Emilio. Grupos y Clubes Políticos en los orígenes de la Unión Cívica Radical de Salta (1876-1891). Salta: *Cuadernos de Humanidades* (2): 251-281, 1997a.

_____. La construcción de la hegemonía compartida: la conflictiva integración de yrigoyenistas y laboristas en los orígenes del peronismo en la provincia de Salta. Salta: *Cuadernos de Humanidades* (2): 209-229, (1997b).

VITRY, Roberto G. *Mujeres Salteñas*. Salta: Hanne, 2000.

CAPÍTULO 15

Sobre lutas de famílias e suas tramas

Ana Claudia Marques

Por luta de famílias designamos um tipo específico de conflito, porém com qualidades nem sempre muito claras, ou sobre as quais pode não haver acordo. Em um plano muito abstrato, tal fenômeno poderia ser reduzido, sem grande discussão, a uma série de atentados mais ou menos violentos que dois grupos, cada qual se definindo a partir de relações de parentesco, dirigem-se mutuamente, ao longo do tempo. Está presente neste esquema, que recebe outras designações dentro e fora da academia, como *feud* e *vendetta*,[1] uma noção de vingança de sangue. Sendo assim, cada novo ato teria como propósito, não obrigatoriamente único, compensar um mal sofrido anteriormente, e em especial um ato comparável. Deriva-se daí a presença de uma noção de proporção, não necessariamente a mesma para as diferentes culturas. Em um modelo consagrado, entre as famílias em contenda, um assassinato de um lado deve ser vingado pela família da vítima com um outro assassinato entre os parentes do primeiro assassino, que muitas vezes assume a autoria de sua agressão. Os grandes atores envolvidos nos diversos atos, de cada lado, são parentes entre si em algum grau, presumivelmente estreito. Assim, um conflito de família é um assunto desindividualizado e supõe a existência de critérios regulares orientando decisões, como escolha de vítimas, de danos causados, da forma e ocasião de infligi-los, de prestação de auxílio e socorro, de recurso a mediadores etc. (cf. Verdier 1980).

Estas características, isoladas ou em conjunto, podem ser encontradas sem grande dificuldade em várias culturas, espalhadas por todo lado no mundo. Estão presentes entre ameríndios (Lizot 1988, 1976), sociedades africanas (Evans-Pritchard 1978;1940), no sudeste asiático (Rosaldo R. 1980), para citar alguns exemplos ao acaso. Menções ao tema estão presentes em textos antigos, como a *Ilíada*, o *Mahabharata* e o *Antigo Testamento* (cf. Vidal 1991; Verdier e Poly 1984). Mas sem dúvida, esta sorte de conflitos tem sido explorada como objeto de análise, na antropologia, em particular, por autores que se debruçaram em sociedades mediterrânicas (por exemplo, Peristiany 1974, 1966; Black-Michaud

1975; Boehm 1987, 1984). Isto decerto se associa, com a fixação de uma noção como *feud*, *vendetta* ou *luta de famílias*,[2] designação pertinente no Brasil, como um traço cultural. No caso específico, naquelas espalhadas em torno do mediterrâneo e em outras suas tributárias.

Para tratar de um tema como luta de famílias, parece-me quase inevitável ter de dialogar mais ou menos diretamente com essa imagem, que conta com registros muito presentes no senso comum. Este diálogo que me vejo compelida a estabelecer em um plano analítico, os indivíduos envolvidos nos conflitos que acompanhei durante a pesquisa de campo têm muitas vezes, eles também, de estabelecer no mundo, com diferentes instâncias com que se defrontam, em sentido muito prático. Ocorre-me, a este respeito, uma observação de um informante, protagonista de grande importância em um dos casos sobre o qual me debruço. Em uma blitz na capital, constatada sua origem na cidade de Jordânia, ele logo acrescenta ao policial uma lamentação pelo "atraso", pela "loucura daquelas pessoas que vivem se matando", daquele povo envolvido em escaramuças sangrentas de família. Na tentativa, com êxito, de esvanecer suspeitas sobre sua pessoa, que poderiam resultar em uma investigação mais pormenorizada de sua identidade e possivelmente em mais alguns inconvenientes, ele procurou reproduzir o posicionamento crítico nem sempre explícito do senso comum, do qual partilharia provavelmente o policial, em relação a um fenômeno no qual toma parte ativa.

O tratamento das lutas de famílias como traço cultural, como peculiaridade sertaneja não é, como se vê, uma perspectiva analítica isenta de conseqüências práticas. Nem é tanto como uma posição acadêmica que tal perspectiva me chama atenção, apenas ressalto uma conjugação de abordagens promovidas em campos distintos que certamente se reforçam mutuamente. Neles, isola-se de certos episódios concretos uma série de regularidades, ponto de partida para sua classificação que, efetuada, será em seguida marcada por sinais, positiva e negativamente valorizada. Tanto é possível exaltá-las como execrá-las, e todas as posições intermediárias são também aceitáveis. Um passo adiante é dado ao instrumentalizar essas classificações valoradas na vida prática. No encontro indesejável com a polícia, o membro de uma das famílias lança mão de uma determinada apreensão do fenômeno, francamente desfavorável, com um determinado intuito. A mesma pessoa, no entanto, pode-se valer da condição de engajado em uma luta de famílias para distinguir-se de criminosos comuns junto a agentes do judiciário, por exemplo. Um sinal positivo parece então associado à "briga de família": "Não sou nenhum bandido", diz ela. Seus atos ilícitos dizem respeito a um problema "de família". Não o impedem ser uma pessoa "de bem". Uma afirmação que pode servir tanto para sugerir um tratamento especial, melhor do que é dedicado a "bandidos", como também para expressar

um interesse não publicamente confesso de aceder ao direito de tratar esses assuntos sem a interferência da Justiça, nociva desde o ponto de vista de vários envolvidos.

Parece-me que essa apreensão das lutas de famílias como traço cultural subsiste em procedimentos muito diferentes desses referidos até agora, ou mesmo inversos. Quando, por exemplo, ao avaliar determinado episódio, tido por luta de famílias, busca-se encontrar outras classificações em alternativa. Como recentemente fizeram deputados da CPI estadual do Narcotráfico, em Pernambuco, conforme publicado no *Diário de Pernambuco* de 16 de junho de 2000. Após as acareações entre presidiários acusados de serem pistoleiros, afirma o jornal, os membros da CPI

> admitiram, extra-oficialmente, que as revelações praticamente evidenciaram a razão real das diversas mortes ocorridas no Sertão: não seriam rixas entre famílias. Ao contrário: essas rixas serviriam apenas como fachadas para encobrir a sangrenta guerra, travada na base da pistolagem, pelo domínio do tráfico de drogas como maconha e pelo comando político e econômico local, através das quadrilhas de assaltos a bancos, carros fortes e roubos de carga.

Na mesma direção, meses antes, as investigações da CPI nacional em sua passagem por Pernambuco esbarraram com envolvidos nos conflitos de famílias e também buscaram relação entre elas e outras modalidades de delitos, tais como "tráfico de drogas", "grupo de extermínio" (*Diário de Pernambuco,* 13/4/2000) e "tráfico de armas" (*Jornal do Brasil*, 13/4/2000). Interrogando um deputado estadual relacionado por parentesco a uma das famílias em rixa do estado, um dos membros daquela CPI passou por cima da especificidade do fenômeno com surpreendente ligeireza. Briga de família[3] seria algo "normal" e até "saudável". Também a briga política. Portanto, os diversos crimes imputados aos membros daquela família haviam de ser motivados por outras causas.

Assim, por um lado temos a atribuição de características bem específicas a determinadas práticas que lhes garantiria um tratamento diferenciado, favorável ou não. Por outro lado, deparamo-nos também com uma aparente recusa à qualificação dessas práticas enquanto algo assim específico. Altera-se então o seu registro para tratá-las como pertencentes a categorias de delinqüência outras. Uma espécie de tradução do fenômeno das lutas de famílias que talvez exprima uma tentativa de ultrapassar, reduzir e submeter o específico aos regulamentos universais. Seja como for, permanece latente o reconhecimento de uma idéia de luta de famílias dotada de leis e exigências próprias. Independentemente do tratamento que se procure dispensar aos casos concretos, estar-se-ia lidando com impera-

tivos de ordem cultural, e por conseguinte seria necessário pronunciar-se em relação a uma cultura alheia. E um modo simples de evitar esta tarefa, talvez perturbadora, seria não lhes reconhecer especificidade alguma. Briga de família é sempre, "na verdade", outra coisa, mais próxima, talvez mais mesquinha e recriminável, quiçá mais inteligível.

Tendo ido para o sertão com o interesse de trabalhar sobre conflitos de famílias, defrontei-me com uma tarefa um tanto distinta. A mim não urgia tanto um posicionamento crítico em relação a um fenômeno, que me levasse a julgá-lo, negá-lo ou defendê-lo – embora não sejam poucas as vezes em que se é convocado a fazer isso durante o trabalho de campo. No entanto, foi necessário defrontar-me com outra dificuldade. A de distinguir em meio a uma massa não uniforme o que poderia ser considerado uma luta de famílias. Casos muito distintos entre si reúnem as características que compõem uma definição mais abstrata do fenômeno. Ao mesmo tempo, os elementos de minha definição abstrata não excluem indeterminações, tais como o que se pode definir como família, o que é um grau estreito de parentesco, e ainda, como se pode estabelecer o momento inicial do conflito, que desencadearia a seqüência de vinganças. Em suma, a abordagem deste assunto exigiu um recorte, que procurei efetuar em consonância com as classificações nativas, mas estando atenta aos tipos de variações que encontrava na realidade.

Resultou deste processo uma inclusão, na mesma rubrica, de episódios que me pareceram inicialmente excessivamente diversos. Uma diversidade que não passa desapercebida aos próprios nativos, quando circunscrevem, por um lado, as "brigas de família"[4] a determinadas regiões geográficas ou momentos históricos e, por outro lado, reforçam a ambigüidade da noção identificando-a a conflitos mais usuais e dispersos por toda parte, em qualquer tempo. Depreendo, em conclusão, que as diferenças distinguidas dizem respeito ao grau, mais do que à natureza do conflito.

A pesquisa também demonstrou que as brigas de família não se descolam obrigatoriamente das outras categorias de delinqüência, mas podem articular-se a elas ao limite do discernível e que, por conseguinte, também podem ser lidas sob múltiplas perspectivas. Contudo, reduzir tais casos a tais categorias, ignorar seus elementos distintivos, parece-me uma leitura muito empobrecida, tanto quanto isolá-los de suas efetivas, mesmo que nem sempre comprováveis, articulações.

Neste artigo, quero levantar dois casos, que são entendidos como conflitos de famílias, tendo como propósito, ao mesmo tempo, apontar o que os destaca de outros fenômenos, percebendo princípios comuns que os percorrem, e distinguir articulações com múltiplos aspectos da vida social de que não estão isolados, mas, ao contrário, dele fazem parte.

Uma intriga

O caso do sr. Custódio, natural do Município de Monte Verde, em Pernambuco, exemplifica com muita clareza a constituição de uma relação de "intriga" entre duas famílias. Um certo dia, dois jovens, amigos, se desentenderam e começaram a brigar entre si. Sr. Custódio, homem já idoso com cerca de 70 anos, pai de um deles, sugeriu ao pai do outro, que também era seu amigo, que fossem apartar seus filhos: "você tira o seu, que eu tiro o meu". Em resposta, sr. Custódio recebeu uma negativa insultuosa. Puxou então de sua faca peixeira e feriu mortalmente o amigo. Em seguida, com a faca na mão, ficou girando, aguardando alguma outra reação, que não aconteceu. Pouco tardou para a chegada de um policial que, enquanto tentava acudir o ferido, avisou sr. Custódio para que não saísse do lugar. Este, no entanto, vendo as costas do policial, entrou em sua casa pela porta da frente, saiu pela dos fundos e "ganhou o mato".

Na seqüência do homicídio, cresce uma enorme tensão entre as famílias envolvidas, o que, aliado à busca policial, impossibilita a permanência de seu autor nas redondezas. Sr. Custódio permaneceu algum tempo foragido. Também seus filhos viveram momentos incertos. Pouco a pouco, foram deixando o município e deram novo rumo às suas vidas. Com a exceção de Reinaldo. Ele chegou a vender, a baixo preço suas terras, aprontando-se para qualquer mudança súbita que se mostrasse necessária. O tempo foi passando, porém, e a situação acomodando-se. E acredito que não está excluída desta acomodação o assassinato de um irmão de sr. Custódio por um dos filhos da primeira vítima, ocorrido dois meses depois daquele incidente. Passados 13 anos, não se repetiram atentados, nada que faça pensar na persistência da intenção da parte de uma das famílias em molestar, ao menos fisicamente, sua "intrigada". E contudo, como me disse Reinaldo, "intriga não acaba nunca".

De histórias como a de sr. Custódio se pode depreender como os arranjos da conservação do estado de paz podem ser tão importantes quanto os dos acirramentos dos conflitos. A noção de "intriga" parece apontar, com efeito, para esses dois sentidos, dois momentos de um único processo.[5] Dizer que se tem uma "intriga", que se está "intrigado", indica uma perpétua ameaça. Mas esta ameaça não significa necessariamente uma situação de pé-de-guerra, como entendemos usualmente. A "intriga", em seus momentos de acomodação, é, segundo percebo, um modo de relação alimentado pelo conflito que, afinal, não é uma interrupção na relação, mas um certo modo de estabelecê-la ou restabelecê-la, num outro agenciamento, como parece ter acontecido no presente caso.[6]

Sr. Custódio e sua família eram ligados, pessoalmente, por relações de trabalho, ao então juiz da comarca de Monte Verde. Foi por sugestão do magistrado que o velho pai de família regressou ao município, indo bater diretamente à porta

de seu protetor: "parece que é agora que vou comer a bóia do governo", disse-lhe sr. Custódio. Dr. Sócrates logo o acalmou. Durante sua magistratura, o processo movido contra Custódio manteve-se parado. Só foi a julgamento vários anos depois, com a entrada de novo juiz e, não fosse o azar de um segundo homicídio cometido em fase tão adiantada da vida, ele não teria o dissabor de ter experimentado o gosto da comida do presídio. Mas isso não deve ter comprometido a gratidão de sua família em relação ao antigo juiz, hoje vereador no município.

Como foi dito, a experiência de sr. Custódio com as engrenagens da Justiça não é exceção e tudo indica que de boas relações também tirou proveito a família sua "intrigada". Tive oportunidade de presenciar o julgamento do rapaz que matou o irmão de sr. Custódio. O réu era irmão do oficial de justiça (este não atuou como tal naquele julgamento, sendo substituído) que, nestas condições, consegue um trânsito razoavelmente favorável, entre os profissionais que atuam e freqüentam o fórum, ou seja, funcionários, advogados, promotores e juízes. Não terão interferido algumas destas relações na condução de todo o julgamento? Não possuo informações mais precisas sobre este assunto, que permanece para um observador como uma hipótese sempre aberta, dificilmente descartada ou confirmada. Mas não deixa de ser indicativa a opinião que circulava na boca do "povo", no dia do julgamento: se o réu é irmão do oficial de justiça, deverá ser inocentado. Argumento semelhante foi emitido pela opinião pública por ocasião do julgamento, dias depois, de um outro réu, pai da escrivã, que com efeito também foi absolvido. Embora neste segundo caso outros fatores também tenham contribuído na antecipação acertada e virtualmente unânime da decisão do Tribunal do Júri.

À parte estas conexões pontuais e necessárias com a Justiça, esta "intriga" orienta modos de relações e de procedimentos que viabilizam o restabelecimento de uma rede social. A vida cotidiana dos membros das famílias *intrigadas*, passados anos dos episódios críticos da hostilidade mútua, é pontuada de situações que sugerem que ao contrário de uma rede de relações ter sido desfeita, novas tramas vão-se produzindo, substituindo ou acrescentando-se às anteriores, numa perpétua tessitura, orientada pelas circunstâncias efetivas em que os atores se vêm envolvidos. E isso não significa que, orientadas pelo conflito, estas relações exprimam sentimentos de hostilidade propriamente ditos. Com efeito, não registrei uma única observação da parte de nenhum membro da família de sr. Custódio que tivesse como intenção prejudicar ou denegrir o inimigo. E apenas uma única vez ouvi dizer que um filho, residente em outro estado, nutre disposições mais agressivas em relação aos "intrigados". Em uma das poucas e curtas visitas que tem feito a seu pai, seu irmão Reinaldo pediu que ele partisse logo dali, pois suas atitudes arriscavam desestruturar um ambiente de convívio pacífico cautelosamente construído. E foi atendido.

Mas quais são as condições desse convívio? Um elemento fundamental para sua efetivação é a produção meticulosa de uma territorialidade, que não se expressa apenas geograficamente. Primeiramente, em conseqüência do primeiro homicídio, a família de sr. Custódio deixou, espontaneamente, de morar "na rua", isto é, em meio urbano, passando a residir no sítio vizinho, onde possuía propriedade. A primeira regra de ouro que seria depreendida daí é que não se deve penetrar no território residencial do intrigado. Mas nada é tão simples. Se há mais de dez anos sr. Custódio não põe seus pés nas ruas de Monte Verde, Reinaldo anda por ali quase diariamente e publicamente, realizando suas atividades comerciais e participando do convívio social como um cidadão qualquer. Não corre nenhum risco, portanto? Digamos que os riscos são reduzidos caso se respeite esta difusa territorialidade, de regras inexprimíveis, mas não imprecisas. Um encontro casual concedeu uma pouco usual nitidez para a compreensão da forma como esse convívio é regulado.

Em uma certa manhã de domingo, como de costume, Jorge foi beber com algumas pessoas conhecidas, às quais se juntam, rotineiramente, outras, desconhecidas para ele.[7] Foi assim que passou algumas horas bebendo e conversando, sem saber, com outro irmão do réu recentemente absolvido do homicídio do irmão de sr. Custódio. Só veio a compreender de quem é que se tratava quando casualmente encontrou Reinaldo que, de passagem em uma moto, cumprimentou-o com uma satisfação subitamente interrompida ao perceber a presença do *intrigado*. Aquele sorriso abruptamente desfeito com o deslocamento do olhar deixou em Jorge uma forte suspeita sobre a razão do mal-estar. No dia seguinte veio a certeza, com a confirmação de Reinaldo da suspeita explicitada, acrescida de uma insistente e repetida avaliação sobre o conjunto dos membros da família *intrigada*: "é tudo gente boa".

Por minha parte comentei o embaraçoso episódio com a esposa de Reinaldo, que acrescentou aos comentários do marido outras observações sobre as regras de convivência entre as famílias. Muito embora se considere todos os *intrigados* "gente boa", procura-se evitar encontros. Para isso, vim a perceber, é preciso reconhecer os trajetos preferenciais ou essenciais dos *intrigados* e, em função deles, organizar os seus, ou, em alternativa, impor os seus, forçando por conseguinte os *intrigados* a ajustar os deles. Por exemplo, por ter conhecimento de laços de amizade entre alguns de seus *intrigados* e os donos de um dos açougues da cidade, Reinaldo não o freqüenta. Manda que sua esposa entre lá, em caso de necessidade. Cuidados dessa natureza se multiplicam e não há espaço aqui para arrolá-los em maior número. Reitero apenas que são tais disposições que viabilizam a presença de Reinaldo na "rua" de Monte Verde, evitando seu confinamento no sítio, o que seria nocivo do ponto de vista econômico, para não falar da sociabilidade.

Na outra família, coisa similar acontece. Como alguns dos irmãos *intrigados* exercem a atividade de marchante (comerciante de carne), eles se vêem obrigados a transitar pelo sítio em que moram seus desafetos. E de fato transitam, pelas vias públicas, mesmo aquelas situadas a poucos metros da casa em que vive o autor da morte de seu pai. Uma possibilidade que se apóia em um conjunto interessante e complicado de premissas em geral não exprimidas verbalmente. Inicialmente, é suposto que sr. Custódio não more ali, mas em outro estado, e esta suposição é consistente com sua disposição de não ir à "rua" em Monte Verde. No entanto, é esperado que se suspeite e mesmo saiba que na verdade ele vive lá. O fato de residir ali mas se evitar a "rua" é um marco da disposição pacífica que deve ser ciosamente mantida por ele. Por outro lado, se sr. Custódio não mora na casa de seu filho, não há maior motivo para o marchante evitar as vias que passam ali próximo. Mas como se sabe que ele sabe que na verdade sr. Custódio mora ali, sua atitude soa a uma audácia pouco apreciada pelo velho. Este incorporou como hábito cuidados que podem parecer excessivos, mas que expressam bem a perpétua inquietação e atenção que uma situação de intriga suscita: nunca toma, na volta, o mesmo caminho que tomou na ida; anda sempre com sua peixeira; em virtude de sua fraca visão, procura afastar-se o mínimo de sua casa. E certamente, evita as vias públicas.

Acredito que estas passagens, pontos observados numa história de *intriga* sejam suficientes para indicar que o conflito pode ser visto como ponto de partida, mais do que encerramento, de relações, ou melhor, como a junção de um determinado critério na orientação das relações, que pode nos facultar uma perspectiva privilegiada para a análise de uma série de aspectos que percorrem a vida social. A história de sr. Custódio, conforme foi relatada, proporcionou melhor visualização, por exemplo, de uma certa territorialidade, da importância das fidelidades prévias, da conversão de uma amizade em outro tipo de relação e, de modo apenas perceptível, mas não muito explorado aqui, da implicação mais geral de um conflito de família, que abrange mais do que as duas famílias *intrigadas*, pois dele resultam múltiplas adesões e expressões de solidariedade. Esta textura peculiar da *intriga* parece estar presente nos diversos casos de conflitos de famílias, embora nos momentos de grande tensão eles se tornem menos perceptíveis. Momentos estes que são pontos de partida para novas acomodações, em novos termos.

Um assassinato, vários conflitos

No município de Jordânia, uma "briga de família" que perdurou por toda a década de 90 tem-se desenrolado de modo muito mais truculento, sem que isso exclua a importância da regulamentação não expressa do convívio entre inimi-

gos. Nesta briga, os episódios mais sangrentos se multiplicaram e sucederam, complicando um esquema que aparece muito simplificado no caso anterior. O prolongamento do que se poderia chamar de estado de guerra inevitavelmente induz a acionamentos muito mais intensivos de relações de diversas naturezas, em comparação com o que foi visto. Mas não é preciso analisar o conjunto da briga para dar conta disso. Desde seus primeiros atos, a superposição dos fatores em jogo sugere a concorrência de várias situações de *intriga* prévias que, como se esperassem uma fagulha para incendiar, articulam-se e promovem uma guerra de notável proporção.

O conflito é encabeçado por membros das duas famílias de maior peso político no município, mas ela envolve pessoas relacionadas a elas não apenas por laços de parentesco, mobilizando, inclusive, setores de outras famílias. E isso desde os primeiros passos da "briga". Em virtude de desentendimentos acerca de uma sela roubada, supostamente pelo filho de um morador ou trabalhador da família Gouveia, Marlon Santana foi morto por tiros disparados por uma outra pessoa que trabalhava para a família inimiga. Ocorrido o homicídio em local público, a fuga foi dada aos assassinos por Tonico Gouveia.

Sob o forte impacto da morte de Marlon, seus irmãos e vários primos, de diferentes graus, quiseram sua vingança e, por outro lado, passaram a sentir-se ameaçados. Foi em meio a um clima ainda muito tenso que, certa noite, dois rapazes, cada um ligado a uma das duas famílias em conflito, discutiram e feriram-se por disparos de arma de fogo, novamente em local público. Presenciou o episódio Rogério, o filho do prefeito, que envergava os dois sobrenomes inimigos, embora se posicionasse inequivocamente ao lado dos Santana. Horas mais tarde, Rogério foi ao hospital ter notícias de seu parente e ali lhe foi solicitado por um médico a ambulância da prefeitura para a remoção de um dos feridos. Rogério quis condicionar a disponibilização do veículo público para uso de seu primo e por esse motivo passou a discutir com o médico acaloradamente, acabando por disferir-lhe um chute, com suas botas enlameadas.

O médico pertencia à família Garcia, que secunda no município de Jordânia as duas outras, em termos de prestígio e poder político. Seu pai, Ramiro Garcia, além disso, tinha na cidade, desde aquela época, uma fama de truculência que dava a certeza a todos de que o episódio do chute não ia ficar sem conseqüências terríveis. Esta certeza terá levado o prefeito à tentativa de selar um acordo com o pai do desafeto de seu filho, mas da reunião efetuada com este intuito ele não saiu otimista. O destino lhe deu razão, pois o prefeito e seu filho sofreram, dias mais tarde, uma emboscada que resultou na morte do primeiro. Os componentes do carro de onde partiram os tiros foram rápida e inequivocamente identificados, o que trouxe à tona a conjugação dos grupos que demonstravam interesse na eliminação do prefeito. Dois integrantes do grupo homicida eram ligados ao vice-

prefeito, que vivia em declarada oposição ao prefeito por ele não lhe ter concedido o período de mandato conforme haviam combinado na formação da chapa no momento da candidatura. Os outros dois eram ligados aos Gouveias. A colaboração do inimigo da família Garcia era, para os Santana, uma certeza, um fato até esperado naqueles momentos tensos que se seguiram ao chute. Certeza que sentiram confirmar-se no dia seguinte, no velório, quando ele apareceu para prestar suas condolências acompanhado de um certo membro da família Santana. Este homem, Manoel Antônio, tinha com Ramiro Garcia uma relação especial de defesa mútua, espécie de pacto de morte. Dizia-se também que o pai do rapaz acusado de ter roubado a sela de Marlon Santana era seu capanga. Este novo personagem parece fechar um circuito de muitos componentes com conexões a custo depreendidas.

Como se vê, uma "briga de família" compreende muito mais do que uma seqüência de atentados mutuamente dirigidos, movidos por sentimentos de vingança de sangue, ainda que tal sentimento possa se misturar à indistinção com outros sentimentos e interesses muito diversos. Nas confabulações das mortes, no acionamento dos mecanismos de defesa e de ataque, nas articulações visando a perseguição e punição dos adversários ou a fuga e impunidade dos parentes e aderentes interferem fatores múltiplos. Laços de sangue, políticos, de patronagem, de amizade, compadrio, troca de favores entre pessoas ocupando algum cargo administrativo, jurídico, policial, etc., são ligações igualmente eficientes nas decisões e execuções que vão pontuando o desenrolar de uma história desde seu início. O fato de esta briga já ter vitimado outro prefeito, policiais, comerciantes de armas, indivíduos suspeitos de tráfico de droga e parentes muito próximos de vítimas anteriores são sintomas desta superposição de laços pertinentes na mesma história. Mais ainda, estes laços não apenas se superpõem como também se confundem. Pois não é incomum uma conjugação de relações distintas unindo as mesmas pessoas ou concentradas em um único indivíduo: o adversário político, o pai de alguém que dirigiu uma injúria intolerável a um parente ou amigo, o traidor de um pacto, o protetor de jovens transgressores etc. O que terá matado o prefeito e, seguindo a mesma ordem de questionamento, cada uma das vítimas deste conflito? Será cabível excluir esta multiplicidade de fatores e motivações em favor de uma hipótese classificadora, como narcotráfico, política, pistolagem ou outra categoria qualquer?

Se ponho em dúvida esta possibilidade de classificação discreta de um conflito como o que foi aqui narrado, é preciso estender o questionamento para a própria categorização que me serviu de ponto de partida. Agrupar uma série de atentados ocorridos em um município sob uma insígnia de luta de família é sem dúvida operar ou aderir a uma classificação não menos arbitrária do que as demais, e possivelmente fundamentadas em argumentos comparavelmente convin-

centes. Mas com isso não pretendo dizer que a idéia de luta ou "briga de família" na verdade corresponde a uma ficção, simples maquiagem aplicada sobre realidades de outra natureza. Diversamente, entendo que o conflito de família é melhor compreendido se considerados todos os aspectos que nele tomam parte e, mais ainda, que acabam por defini-lo, seus rumos e também, parece-me, sua natureza.

Os dois casos tratados aqui parecem muito distintos entre si, e creio que esta diferença é útil para apreendermos os limites do que possuem de comum entre eles. Há, indiscutivelmente, uma enorme disparidade de proporção entre eles e há muitos fatores que determinam esta diferença de escala e, embora fuja bastante aos propósitos deste trabalho analisá-los, pode-se mencionar a articulação no respectivo meio social incomparavelmente maior no caso das duas famílias de Jordânia, que dominam o cenário político, de prestígio, econômico, das relações sociais como um todo. Como se vê, a delimitação do fenômeno, objeto desta pesquisa, comporta corolários analíticos consideráveis, uma vez que é perceptível uma correlação entre hierarquia e a forma que os conflitos assumem. Dir-se-ia que no plano das práticas, das ações relativas a esses conflitos, ocorre algo que evoca o que foi detectado e discutido no dos valores, especialmente aqueles ligados à honra. Aí, a posição social dos indivíduos possuiria implicações na conquista e salvaguarda da honra, uma noção que, segundo Pitt-Rivers (1974, 1966) chega a ter seu sentido determinado pela posição social.[8] O problema ganhou um tratamento distinto dado por Abu-Lughod (1988, 1986), que procurou compreender em um mesmo sistema essas manifestações distintas do campo da honra. Condutas diferentes, correspondentes a diferentes posições hierárquicas (sexo, classe etc.) reforçar-se-iam e seriam orientadas por um único e mesmo princípio. Utilizando seus termos, virtude e deferência, fundidos, reforçam a hierarquia. A idéia em questão é que há um código único de valores moldados pelos mesmos princípios, válidos para todos os indivíduos. Suas respectivas posições hierárquicas, contudo, condicionam o modo como estes princípios devem ser expressos.

O tema dos conflitos de família convida a aproximações destas discussões. Constata-se com efeito uma consistência entre o caráter ou proporção do conflito e a posição social das partes envolvidas – sempre equiparáveis entre si – que pode ser definida pelo poder econômico e também, por vezes de modo ainda mais saliente, por um prestígio, uma certa reputação tradicionalmente imputada à família. Não obstante a durabilidade, a extensão e os efeitos destes conflitos variarem, indiscutivelmente, parece-me que obedecem a princípios comuns (um certo código moral, uma certa territorialidade etc.) e operam com variáveis comparáveis (adesões, relação com Justiça etc.). Acredito que sejam, portanto as implicações pragmáticas da hierarquia, tais como a capacidade de suscitar adesões, de sustentação econômica, de concentrar relações com instâncias de autoridade

judiciária, política, administrativa, por exemplo, que conduziriam às diferenças constatáveis nas formas como se manifestam os conflitos, mais do que a orientação por princípios variáveis.

Acrescento ainda que os dois casos analisados aqui parecem corresponder a dois momentos distintos de um conflito de família. Um em que um convívio pacificado é possível, após acomodações. Outro, em que os distúrbios se sucedem e são previsíveis, embora o momento da acomodação do convívio pacífico permaneça como uma meta a ser alcançada, segundo costumam declarar integrantes da família Santana. Acrescente-se que uma rivalidade já quase centenária, por razões já esquecidas, alimentada por miríades de acontecimentos grandes e pequenos, marcava a relação entre as duas famílias de Jordânia antes que a conjunção de fatores certamente inesperada, a qual procurei resumir aqui, fizesse desencadear a "briga" entre dois grupos já *intrigados*. O próprio cenário urbano é testemunha desta relação: um clube social para cada família, ruas dominadas por setores de cada família. O desencadeamento dos conflitos, um pouco a exemplo do 'tempo da política', acaba exacerbando esta curiosa dicotomia urbana. Da mesma forma que cada partido escolhia criteriosamente o local de seus comícios, atualmente certos membros das duas famílias, por se sentirem particularmente ameaçados, precisam escolher trajetórias, tempos e locais que percorrem, reproduzindo à sua maneira os hábitos comparáveis aos que as famílias de Monte Verde também tiveram de adquirir.

Também considerando a diferença de escala dos dois casos tratados aqui e, dito de outro modo, do peso social das famílias envolvidas nestes conflitos, é possível notar em cada um deles a concorrência de fatores em geral pouco explorados nas análises dos conflitos de família (*feuds*, *vendetta* e outras variantes), como é o caso da complexa relação com a Justiça, a polícia, as autoridades constituídas. No caso de Jordânia, é certo, não é incomum que aqueles que ocupam estes postos confundam-se com os envolvidos, seus parentes, correligionários ou simpatizantes. Mas mesmo no caso de Monte Verde esta justaposição de relações e identidades se manifesta e explicita, evidenciando a forma como os conflitos de família se costuram em mil pontos com todo um campo social.

A análise desses conflitos, em suma, não é um fim em si mesma, e por outro lado também não tem como objetivo primeiro salientar sua função social. Importa-me, antes, vê-lo em seu funcionamento, em sua articulação com toda vida social. Este entrelaçamento peculiar, ao meu ver, autoriza a utilização da perspectiva dos conflitos como meio de considerar uma determinada formação social, o que eu faço na intenção de facilitar a obtenção de nitidez para observar e analisar determinadas relações, provavelmente presentes em outras circunstâncias, e mesmo visíveis sob outros ângulos de análise social, mas que eventualmente se fortaleçam com as considerações que a ótica do conflito pode viabilizar.

Notas

Uma primeira versão desse artigo foi apresentada na XXIV Reunião da ANPOCS em outubro de 2000, em Petrópolis. Agradeço a Beatriz Heredia, César Barreira, Irlys Barreira e demais participantes do Grupo de Trabalho pelas suas sugestões e críticas. Diversos elementos presentes aqui foram reelaborados e articulados a discussões mais amplas (cf. Marques 2002). Os nomes próprios e de locais são todos fictícios, em atenção a compromisso firmado em campo.

[1] Para alguns autores, *vendetta* se distingue de *feud* pelo caráter individual da vingança, que diz respeito à vítima e à disposição de execução. No *feud*, o caráter familiar seria um elemento definidor. Ver Boehm (1984) em seu comentário às teses de Peters (1967) e Black-Michaud (1975).

[2] Expressão consagrada na obra de Costa Pinto, *Lutas de Famílias no Brasil,* 1949.

[3] A expressão aqui não tem obviamente o mesmo sentido atribuído pelos "nativos" desta pesquisa.

[4] Há uma série de designações utilizadas para referir-se a conflitos envolvendo famílias tais como "intriga", "questão", "briga", "rixa" e "guerra". É preciso proceder a um exame mais cuidadoso dessa terminologia e seu uso (o que não está feito no momento da elaboração desta comunicação, que precede uma nova estadia em campo). Acrescento que os termos "luta" e "conflito" não são utilizados e por este motivo recorro a eles, de modo praticamente intercambiável, neste texto, quando quero distinguir a noção de seu sentido nativo.

[5] Agradeço a Moacir Palmeira suas inestimáveis sugestões para o aprofundamento dessa análise.

[6] A descrição de uma situação de intriga abrangendo dois momentos evoca uma discussão efetuada por Boehm acerca do caráter interminável do *feud*, conforme define Peters (1967) e Black-Michaud (1975) (*apud* Boehm 1984). Boehm discorda desta caracterização, alegando que um acordo de paz é sempre uma alternativa aberta, que efetivamente pode ter lugar. Mais ainda, a perpetuidade do conflito seria uma noção nativa, importantíssima justamente para estimular o interesse na pacificação, à qual os dois autores teriam dado um crédito analítico indevido, no entender de Boehm. No caso tratado neste artigo, no entanto, a paz não encerra o conflito, mas é um de seus momentos.

[7] Eu e o meu marido, Jorge, realizamos nossos trabalhos de campo no mesmo período. Nosso reconhecimento pela comunidade como núcleo de uma família constituída foi decisivo para o andamento desta pesquisa, facultando uma certa divisão sexual de nosso trabalho e promovendo uma relativa superação de limitação de acesso a universos mais ou menos masculinos e femininos.

[8] "Examinei as concepções de honra das diferentes classes sociais de Andaluzia: plebeus, *señoritos* e aristocratas, e as modificações que sofrem num pequeno *pueblo* ou numa grande cidade. A honra plebéia estava num extremo e a honra aristocrática noutro. No primeiro, em muitos dos seus aspectos, a honra estava ligada à vergonha e equivalia a virtude; na segundo, a medida da honra era a precedência. A diferença explicava-se, como a diferença entre a honra dos homens e a honra das mulheres do *pueblo*, pelo lugar do indivíduo na estrutura social" (Pitt-Rivers 1966;1974:54-55).

Referências bibliográficas

ABU-LUGHOD, Lila. *Veiled Sentiments. Honor and Poetry in a Bedo uin Society*. Berkely, Los Angeles, London: University of California Press, 1988 [1986].

BLACK-MICHAUD, Jacob. *Cohesive Force:* Feud in the Mediterranean and the Middle East. New York: St. Martin's, 1975.

BOEHM, Christopher. *Blood Revenge. The Enactment and Management of Conflict in Montenegro and Other Tribal Societies*. Pensilvania: University of Pennsylvania Press, 1987 [1984].

BONTE, Pierre; IZARD, Michel. *Dictionnaire de l'Ethnologie et de l'Anthropologie*. Paris: Presses Universitaires de France, 1991.

COSTA PINTO, Luís Aguiar da. *Lutas de Famílias no Brasil*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1949.

EVANS-PRITCHARD, E. E. *Os Nuer.* São Paulo: Perspectiva, 1978 [1940], 276 p..

LIZOT, J. *O círculo dos fogos. Feitos e ditos dos índios yanomami*. São Paulo: Martins Fontes, 1988 [1976], 231 p.

MARQUES, A. C. *Intrigas e questões. Vingança de família e tramas sociais no sertão de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

PERISTIANY, J. G. (org.). *Honra e vergonha. Valores das sociedades mediterrânicas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1974 [1966], 211 p.

PETERS, Emrys. L. Some Structural Aspects of the Feud among the Camel-Hearding Bedouin of Cyrenaica. *Africa,* 37:261-282., 1959.

PITT-RIVERS, Julian. Honra e Posição Social. In: PERISTIANY, J. G. (org.). *Honra e vergonha. Valores das sociedades mediterrânicas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1974 [1966], pp. 11-59.

ROSALDO. Renato. *Ilongot Headhunting 1663-1974:* a study in society and history. Standford: Standford University, 1980.

VERDIER, R. *La Vengeance. La Vengeance dans les Sociétés Extra Ocidentales*. Vol. 1. Paris: Editions Cujas, 1980.

VERDIER, R. & POLY, J.-P. (orgs.). *La Vengeance. Vengeance, Pouvoirs et Icléologies dans Quelques Civilisations de l'Antiquité*. Vol. 3. Paris: Editions Cujas, 1994

VIDAL, D. Veneance (Système de). In: BONTE, P.; IZARD, M. (orgs.). *Dictionnaire de l'Ethnologie et de l'Anthropologie.* Paris: P.U.F., 1991, pp. 736-739.

Parte V

Eventos e politização das relações sociais

CAPÍTULO 16

Audiência pública em Angra dos Reis: debate em torno do licenciamento de uma usina nuclear

José Sérgio Leite Lopes, Diana Antonaz,
Gláucia Oliveira da Silva e Rosane M. Prado

Tratamos aqui da primeira audiência pública realizada no Brasil visando ao licenciamento de operação de uma usina nuclear – Angra 2 – que foi objeto de nossa observação no contexto de uma pesquisa sobre participação da população no controle da poluição industrial.[1]

A Central Almirante Álvaro Alberto, único complexo nuclear existente no país, foi erguida na localidade de Itaorna, junto ao mar, no município de Angra dos Reis, a poucos quilômetros dos municípios de Parati e Rio Claro[2] (sul do Estado do Rio de Janeiro). Fazem parte da central: uma usina em operação desde 1982, Angra 1; a usina Angra 2, cujo início de operação foi inicialmente previsto para 1999 (e adiado para o ano 2000); e, Angra 3, em fase de estudo, mas para a qual já foram importados e estocados os equipamentos.

O município de Angra dos Reis, com uma população de 90.877 habitantes (em 1996, segundo o IBGE), é constituído de uma estreita faixa de terra de mais de cem quilômetros de comprimento, espremida entre a Serra do Mar e a Baía da Ilha Grande, e mais as ilhas da baía, que se diz, localmente, serem tantas que se "tem uma para cada dia do ano".[3]

Sede de importantes recursos naturais – mata atlântica e ambiente marinho –, 85,3% de seu território constituem área de proteção ambiental. No município, na região do Frade, próxima à usina, encontra-se, também, a aldeia dos guarani, única reserva indígena do estado. Depois de ter sido considerada área de segurança nacional, devido à presença da Escola Naval no município, o que implicava a nomeação dos prefeitos, Angra dos Reis, na década de 70, liberou-se dessa classificação e teve seu primeiro prefeito eleito. No final dessa década, Angra foi marcada por diversos movimentos sociais, dentre os quais se destacou a instituição do evento *Hiroshima Nunca Mais,* inicialmente incentivado e apoiado por movimentos ecológicos externos, cuja atenção havia sido atraída pela existência

da usina nuclear. Originalmente um protesto contra a corrida armamentista e a energia nuclear, esse evento depois passou a ser promovido todo ano, no mês de agosto, pelos ambientalistas locais mais como protesto contra a usina. A pressão de tais movimentos resultou em interdições temporárias da usina, e seus representantes contribuíram na discussão do plano de emergência, que envolveu, também, a participação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Assembléia Legislativa do estado. Em 1989, Angra era a primeira, e então a única, cidade do Estado do Rio a ter um prefeito pelo Partido dos Trabalhadores (PT), que, há três mandatos vem se mantendo no governo, através da eleição sucessiva dos vice-prefeitos. A cultura política recente do município, herança de movimentos organizados – ecológico, de trabalhadores rurais e pequenos agricultores, comissões pastorais da terra e operária (Igreja Católica), sindicatos de trabalhadores e associações de moradores – é marcada por um ideal participativo bem expresso durante a elaboração do Plano Diretor, entre 1990 e 1992, que contou com a participação institucionalizada de diversos segmentos, que, conforme observamos, se refletiu, também, na composição do plenário da audiência pública.

Vinte e um anos se passaram entre o início da construção da primeira unidade nuclear, em 1972, e o processo de licenciamento de Angra 2, que se dá hoje num contexto político inteiramente diferente. A usina de Angra 1, gerida por uma estatal de energia elétrica de âmbito extra local,[4] foi construída em plena ditadura militar, sem que qualquer tipo de controle externo fosse possível. A partir de 1981, foi se consolidando uma legislação ambiental, fruto da democratização do país e do aparecimento de preocupações com o meio ambiente no nível internacional e nacional. As obras de Angra 2, iniciadas em 1976, estiveram paralisadas durante anos, havendo sido retomadas em 1996. Então, já há alguns anos, a legislação previa uma série de exigências para o licenciamento de usinas nucleares.[5] A licença ambiental de operação é concedida pelo Ibama com base no EIA e respectivo RIMA, e ainda nas argumentações apresentadas nas audiências públicas convocadas para a discussão do EIA-RIMA, conforme determina a legislação.[6]

A audiência pública demonstrou ser um momento particular de visibilidade, não apenas por causa do discurso proferido pelos participantes mas, também, na sua preparação, e nos seus elementos constitutivos, que se mostraram capazes de revelar a visão dos promotores – no caso uma parcela do Estado[7] – a respeito da hierarquia dos segmentos sociais (detentores de diferentes possibilidades de intervenção), através, por exemplo, do conteúdo do regulamento, das posições estruturais ocupadas no espaço da audiência, da composição das mesas, dos tempos de intervenção concedidos; e com referência à legitimidade das partes envolvidas. As possibilidades de improvisação dentro do roteiro preestabelecido denotam o potencial de reação dos setores organizados e denunciam formas sutis de

violência praticadas pelos representantes do estado. A audiência pública de Angra 2, a exemplo do que encontramos citado por outros autores, foi projetada tal qual uma representação teatral:[8] o controle da entrada, a distribuição de material, o cenário, as marcações que refletem o status dos atores e suas relações (as posições ocupadas no espaço), os atos (as partes definidas no regulamento) e as formas e momentos de participação do público.

A questão sobre o fato de as audiências públicas representarem ou não um espaço democrático, e em que medida elas podem fazer valer os interesses da população, desperta discordância entre os pesquisadores voltados para o tema, como, por exemplo Defrance (1988) e Beynon (1999). Nesse sentido propomonos aqui evidenciar alguns elementos do evento por nós observado e correlacionálos de forma a não apenas procurar explicitar as intenções dos promotores, mas também aferir as possibilidades de intervenção dos participantes. Dessa forma, se vê que a sucessão de posições ocupadas no espaço, e sua dinâmica, em um cenário previamente construído, bem como a condução do evento e a disputa pela hegemonia da palavra refletem as relações concretas entre os vários segmentos da sociedade. As possibilidades de "roubar a cena" por parte de certos participantes podem abrir o caminho para ampliar o espaço da participação regulada ou consentida e indicar possibilidades concretas de participação da "população". Além disso, a análise da cena permite distinguir os diferentes segmentos do que era referido durante a audiência por "público" ou "população", bem como evitar a simplificação da adoção da oposição mesa-plenário.

Trata-se de um caso no qual estão envolvidas diferentes instâncias governamentais – de nível municipal, estadual e federal, das áreas executiva, legislativa e judiciária – e não governamentais – desde as pessoas de um modo geral até organizações e movimentos sociais. A exemplo do que mostram os estudos de Pollak (1993) e Nelkin & Pollak (1981), sobre o fato de as usinas nucleares suscitarem mobilizações e questionamentos, também no caso de Angra algo se pode avaliar e deduzir sobre a questão da participação.

Com a obrigatoriedade, desde 1986, da confecção de Estudos de Impacto Ambiental por parte dos empreendedores, as audiências públicas são previstas como espaço para a discussão dos EIA-RIMAs. Mas parecia haver algo de especial nessa audiência de Angra 2, que foi referida pelo prefeito do município e pelos organizadores (Ibama e Eletronuclear) como um "marco histórico", permitindo-nos supor que o evento foi planejado e construído para tornar-se um "marco histórico", embora esse marco tivesse diferentes significados para os diversos atores, como se verá a seguir.

O fato de se tratar de uma usina nuclear já envolve o evento da audiência pública com uma aura especial, e mais ainda em sendo no Brasil. Por que "a audiência pública do EIA-RIMA de Angra 2" foi referida entre os mais diversos

segmentos como "um marco histórico", e por que o processo de licenciamento teve uma repercussão na mídia em nível nacional? Essa visão se coloca em função da história de autoritarismo que cercou a implantação do complexo nuclear em Angra/no Brasil, para cujo planejamento e instalação a sociedade jamais foi consultada. Da mesma forma se deu em relação a outros empreendimentos que impactaram a região.[9] Assim, essa audiência foi de fato algo de novo e celebrado por todos, como se estivesse sendo inaugurada uma nova era, conforme se depreende das palavras de José Marcos Castilho, prefeito de Angra, na abertura dos trabalhos:

> Angra, nos últimos 20 anos sofreu impactos de grandes empreendimentos, não só a Central Nuclear, e que nunca foram discutidos. Isto aqui abre uma outra fase, um marco em relação ao passado, um outro ciclo na história de nosso município.

Mas se a audiência teve tal significado em termos de participação, levando à idéia de ser um marco histórico ao apontar para uma direção mais democrática por sua simples ocorrência, por outro lado, a sua organização, feita nitidamente em favor do empreendimento, traduzia uma desigualdade que se refletiu na organização do espaço, na condução do evento, e no discurso dos técnicos. Mas é importante registrar que essa desigualdade na condução da audiência foi questionada ali mesmo, sob aplausos de uma parte da platéia, durante o seu desenrolar, o que nos reconduz à questão da participação.

A construção de uma audiência pública: a cena, atores e adereços

O local escolhido para o evento – que durou de 9 horas da manhã às 18:30 daquele sábado – foi o ginásio de esportes do Clube Aquidabã, situado à beira-mar, e do qual se desfruta a bela vista da Baía da Ilha Grande. Junto à entrada para o público havia painéis, com fotografias de várias reuniões feitas para apresentação do RIMA e a relação de entidades que haviam recebido o documento. No local, recepcionistas recolhiam as assinaturas dos presentes e distribuíam materiais preparados pela Eletronuclear bem como o regulamento interno da audiência.

A audiência pública propriamente dita foi precedida de uma série de reuniões em comunidades, nas câmaras municipais de Angra dos Reis e de Parat, e na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro. Órgãos públicos, associações de moradores, organizações não governamentais, e associações profissionais receberam exemplares do RIMA. Algumas instituições convidadas, como o Ministério

Público Federal, receberam o estudo (EIA) completo. A audiência, inicialmente marcada para 26 de setembro, foi adiada para 10 de outubro. Na realidade a distância entre as duas datas não é apenas temporal. Entre as duas ocorreram as eleições para presidente e governadores. A primeira data agendada antecedia de poucos dias essas eleições, e a continuidade do governo federal era apenas uma hipótese apoiada nas pesquisas. No segundo momento, quando a audiência foi efetivamente realizada, o resultado das eleições já havia sido divulgado e os órgãos do governo federal podiam valer-se da "legitimidade" proveniente das urnas. Bem diferente era situação política do governo estuadual, indefinida, em virutude do segundo turno que ainda ocorreria. Os resultados, segundo as pesquisas eleitorais, indicavam mudança de partido na condução do executivo estadual, e não continuidade, como era o caso do governo federal. Esta situação foi, possivelmente, determinante da ausência ali de qualquer representação estadual. Essa transferência de data, que não podemos afirmar ter sido intencional, no entanto, não pode ser desconsiderada, uma vez que tem como efeito a reafirmação da autoridade do governo federal, que galga uma posição extremamente favorável para a negociação com os diferentes segmentos da sociedade. Como veremos, não apenas a discussão das questões referentes ao meio-ambiente estão em jogo, mas negociações, em vários níveis, para garantir a obtenção de vantagens, em virtude dos impactos negativos da usina, apresentam-se como subprodutos da audiência.

A divulgação visível do evento foi feita apenas em nível local. O Ibama distribuiu faixas na redondeza convocando para o evento. No nível estadual não houve uma efetiva divulgação ao público. Apenas os setores que vinham acompanhando de perto a questão tinham conhecimento do evento, uma vez que a audiência não foi divulgada por meios de comunicação de âmbito estadual ou nacional. Somente no dia seguinte ao do evento, o *Jornal do Brasil*[10] publicava matéria de página inteira sobre o processo de licenciamento de Angra 2. O texto, evidentemente produzido sem acompanhamento da audiência, informava:

> Diretores e engenheiros da Eletronuclear, estatal que controla as usinas, apresentaram em audiência para quase mil pessoas o relatório do Estudo de Impacto Ambiental e seu correspondente Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) de Angra 2. O evento foi uma das últimas barreiras legais que a usina precisava vencer para funcionar.

As quase mil pessoas estavam, na realidade, bem mais próximas do "marco histórico" do que do número real de participantes, que avaliamos em cerca de trezentos. A forma de divulgação já é indicativa de quais são, sob o ponto de vista dos promotores, os participantes legítimos da audiência pública, que são, também, em particular, as partes a serem envolvidas na negociação.

Alguns aspectos do local do evento e dos materiais distribuídos despertavam a atenção por certos aspectos que se repetiam com regularidade, e que sugeriam a reprodução de determinadas imagens. Na parte anterior do galpão, a mesa onde se alternavam representantes institucionais diversos, e os responsáveis pela condução do evento ficavam de frente para o plenário, que foi dividido em duas alas de cadeiras. Destacavam-se, nesse espaço, os "adereços tecnológicos" – imponente aparelhagem de som e telão para projeção de imagens com suporte de programa de computador e controle remoto (*data show*), e equipamento de vídeo para filmagem do evento. O aparato de segurança/emergência era constituído por uma ambulância estacionada junto à escada de acesso, os médicos no plenário que se destacavam por suas roupas brancas, bombeiros postados na lateral de acesso, e um destacamento da polícia militar nos fundos do galpão. A presença da polícia, no fundo do plenário, dava a entender quem detém a autoridade e controla o processo. Além disso, a ambulância, o gerador, e a presença de médicos e de bombeiros, patrocinados pela Eletronuclear, reafirmavam a competência da empresa enquanto autoridade responsável pela organização concreta do plano de emergência.[11] Essa posição de exclusividade de competência foi rebatida algumas vezes no decorrer da audiência pelo prefeito de Angra dos Reis.

O cenário da audiência, conforme foi descrito, sugere alguns atributos, e/ou associações referentes à usina nuclear. Dentro do quadro mais geral, é insinuada uma complementaridade harmônica da natureza com a tecnologia, que veremos repetida em todos os materiais visuais da empresa: publicações, slides, vídeos. A exibição das imagens do processo de discussão e a distribuição dos RIMAS aludem à participação e "transparência" do processo, expressão esta proferida repetidamente ao longo da audiência. Essa questão é também abordada no folheto *Estudo de Impacto Ambiental",* que tem o subtítulo *Tudo às claras em Angra 2*.[12] Essa superposição de tecnologia e ambiente sugerida em todas as imagens e materiais produzidos pela empresa (fotos da usina e de paisagens são sempre colocadas lado a lado), funde (e confunde) tecnologia e ambiente. Verificamos também que o primeiro requisito da elaboração do EIA-RIMA, previsto na resolução Conama nº 1, que demanda que o diagnóstico ambiental seja feito anteriormente à execução do projeto, é omitido nos materiais explicativos da Eletronuclear. Essa insistência na junção de imagens da natureza e da usina induz a uma associação do meio ambiente com a usina, como se, tal qual a energia elétrica, o meio ambiente – a preocupação com isso – fosse uma produção da usina.[13]

Conforme dito anteriormente, "o povo", "o plenário", "o público" não é apenas uma parcela da população que lá se encontra para discutir a usina. Desde as primeiras horas do dia o corpo técnico da Eletronuclear e os consultores da Natrontec – a firma contratada pela empresa para produzir o EIA-RIMA – ocupa-

vam toda a metade anterior do plenário do lado esquerdo, onde foram também reservados lugares para alguns representantes institucionais, como o Ministério Público, representantes da Câmara dos Vereadores de Angra, da Defesa Civil da Presidência da República e do Departamento Nacional de Estradas e Rodagem (DNER). Na frente, do lado direito, estavam a representação da Prefeitura de Angra, da Fundação Nacional do Índio (Funai), da Assembléia Legislativa, de universidades, e de entidades como o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA). No fundo, de ambos os lados, representantes de entidades ecológicas, da aldeia Guarani, e de associações de moradores. A mesa, representando o estado, constitui-se na referência que organiza o plenário em alas perfeitamente identificáveis: "os aliados" e aqueles considerados detentores de poder legítimo (o Ministério Público, e representações de órgãos federais); os críticos, os opositores e as comunidades.

O regulamento da audiência, além de determinar a forma de ordenação dos trabalhos, reafirma as diferentes categorias de participantes e a sua hierarquização, ou seja, formas desiguais de participação. Invocando a resolução Conama 09/87, o regulamento estabelece os procedimentos a serem adotados no decorrer da audiência. Acreditamos que pode ser interessante comparar o que estabelece a resolução citada e o conteúdo do regulamento, e se verá então que, se, de um lado, o Ibama tem a responsabilidade de levar a audiência a bom termo, de outro, a hierarquização imposta de início, determina, através da autoridade, diferentes oportunidades de participação, descritivas de formas de violência simbólica, em que a diferença é dada *a priori*, e a hierarquia só pode ser alterada através de um ato de subversão – de uma intervenção não regulada – de algum dos participantes colocados em situação de inferioridade. No decorrer da audiência, isso efetivamente ocorreu. Não se deu, no entanto, pela expressão de um representante de uma das comunidades presentes, mas através da participação de representantes detentores de legitimidade social (representantes da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro [Alerj] e da Secretaria Municipal de Educação) reduzidos, nos termos do regulamento à posição de "população", quase sem direito à palavra.

O regulamento, que se baseia na resolução do Conama, mas que na realidade se compõe de uma série de determinações arbitrárias (tempos de intervenção, forma de debate, inscrição para intervenção), foi apresentado como instrumento em conformidade com a lei, e portanto, não sujeito a discussão. Extrapolando a determinação do Conama, no entanto, foram instituídas mesas de caráter político na abertura e encerramento do evento, compostas por representantes de instituições federais e locais. A divisão do tempo privilegiou a apresentação do projeto pela Eletronuclear e Natrontec, que durou toda a parte da manhã. A inscrição para intervenção "do plenário" (por escrito, com direito a breve esclarecimento

oral) foi feita na hora do almoço, ficando a parte da tarde dedicada aos debates no formato de pergunta e resposta.[14]

Se, na interpretação de Asforth, esses rituais reificam o poder do Estado, no caso da Audiência de Angra, a representação é levada ao limite. O Estado (Ibama e CNEN) e o empreendedor (também Estado) estão permanentemente juntos no palco, *colocando-se acima da sociedade, e incorporando coletivamente o bem comum,* não significando isso, no entanto, a ausência de reações contrárias e críticas por parte de alguns participantes.

A audiência pública e seus agentes

Autores que tratam do tema das audiências públicas abordam necessariamente a questão dos seus significados para os diferentes agentes em presença, bem como a questão de o que o espaço de tais audiências pode propiciar em termos da participação desses diferentes agentes. Asforth, citado e criticado por Beynon (1999), enfatiza, como já foi indicado, o aspecto ritual das audiências, que julga poderem ser vistas como um teatro onde o poder do Estado é encenado e atualizado, apontando para a submissão dos grupos de protesto nesse contexto que seria impregnado pela 'majestade do Estado'. De sua parte, Beynon pergunta explicitamente: 'Audiências Públicas: dominação ou conflito?'. E em resposta, rebate a visão de Asforth, apresentando em contraposição o exemplo de sucesso das pressões do público no caso das audiências ocorridas na Grã Bretanha no final dos anos 1980 e início dos anos 1990 a propósito da abertura de minas a céu aberto. Beynon enfatiza a possibilidade de conquistas por parte de segmentos da população que utilizam as audiências para barrarem formas de poluição e degradação ambiental que lhes são impostas.

De uma perspectiva mais nuançada e voltando-se para a estrutura mesma da audiência pública, Defrance (1988) avalia tal evento como marcado por duas possibilidades de "definição da situação": uma situação de comunicação e informação recíproca – que é como querem ver os promotores do evento; e uma situação de possível negociação em uma relação de forças – que é como o público participante pretende que seja. Segundo ele, no desenrolar da audiência, ocorre uma oscilação entre essas duas formas.

De fato, no evento por nós observado em Angra, pudemos detectar aspectos apontados por todos esses autores; mas sobretudo a análise feita por Defrance acerca da prática da *audition publique* na França, no que diz respeito à oscilação entre aquelas duas 'definições de situação', corresponde ao que vimos na audiência pública do EIA-RIMA de Angra 2. Na verdade, como indica Defrance, a definição oficial da situação pressupõe uma troca de informações que se torna desigual. Na audiência de Angra 2, a aparência de abertura e disponibilidade dos

empreendedores para "esclarecer" e "discutir" (lembremos do folheto que dizia "tudo às claras em Angra 2"), que traduziria aquela definição baseada numa troca recíproca, era contrariada por diversos aspectos de sua montagem e da postura dos componentes da mesa.

O autor indica alguns postulados que sustentam essa definição oficial e que acabam redundando na inversão da proposta, entre os quais destacamos o *objetivismo*, no sentido de que os fatos teriam sua própria realidade e que se trataria apenas de apresentá-los com clareza, constituindo-se a audiência pública em um processo que traz à consciência do público os elementos do problema em questão.[15]

No caso da audiência de Angra, pode-se avaliar desse mesmo modo a forma como os técnicos da mesa faziam suas colocações, como se elas dissessem respeito a fatos objetivos sobre os quais era preciso esclarecer, orientar, o público ali presente, o que explica o tom de autoridade ilustrado em certas falas: "Parece que a pergunta vem de alguém que não tem muita familiaridade com a complexidade dessa questão." "Parece que as pessoas ouvem mas não querem entender." Tom esse que por vezes desqualificava as questões colocadas e que chegou a causar incômodo, levando a reações por parte da platéia, como indica esse protesto da parte do público: "O RIMA não foi feito para técnicos especialistas da área. A pessoa que leu não é obrigada a saber o que passa na cabeça de quem escreveu."

Um outro modo de avaliar o discurso dos técnicos é considerá-lo como intencionalmente formulado no sentido de amenizar os impactos negativos do empreendimento. De uma forma que soava quase pueril, eram valorizados os benefícios, subestimando-se os prejuízos. Assim, pode-se dizer que em tudo que ouvimos – tanto nas apresentações dos representantes do empreendedor, a Eletronuclear, como na do representante da firma contratada para realizar o EIA-RIMA, a Natrontec, bem como nas respostas de todos os técnicos às questões colocadas pelo público –, a ênfase era em dois aspectos: *os impactos positivos*; e *a segurança*; tal qual nos folhetos de divulgação, inclusive um daqueles que foram distribuídos na entrada da audiência: *Angra: um compromisso ambiental*, cujo teor é esse mesmo. O conteúdo das colocações corresponde, em grande parte, a um discurso clássico a respeito de, por exemplo:

- as "vantagens das usinas nucleares";
- o Brasil, como já fizeram outros tantos países, precisa também explorar a energia nuclear;
- o "risco de um em um milhão" de acontecer um acidente;
- deve-se distinguir entre "acidentes e ocorrências anormais";
- "ao longo de tantos anos só houve um único acidente de importância, sem impactos no público, o de Three Miles Island em 1979";
- "o que aconteceu em Chernobyl seria impossível de acontecer aqui";
- trata-se de ver "quais riscos são aceitáveis".

Ao final das apresentações, a conclusão é de que nada poderia ser melhor, está tudo bem, tudo sob controle, como se lê igualmente na síntese das conclusões do RIMA, também distribuída ao público. Entre 10 conclusões positivas lê-se por exemplo: "A equipe concluiu que os impactos socioeconômicos diretos e indiretos da operação da Central serão significativos e favoráveis em termos fiscais e geração de emprego e renda." "A única fonte de impacto potencial notável ao público devido ao planejamento de emergência está associada aos exercícios simulados, pouco freqüentes e toleráveis."

Esse discurso, favorável ao empreendimento e revestido com um tom de autoridade técnica, que era o do RIMA, reproduziu-se na audiência pública, onde o expositor da Natrontec reforçou as suas convicções declarando: "Eu efetivamente acredito naquilo que estou dizendo a vocês. (...) e, apesar de minha formação ser em engenharia civil, fui envolvido genuinamente com o tema nuclear, por força de meu trabalho". Um diretor da Eletronuclear falou na abertura da sessão, e a mesa ainda contou com outro representante da empresa, ligado ao setor de radioproteção. Durante o evento, o mencionado diretor solicitou a intervenção de três especialistas, dois da Eletronuclear e um médico da UERJ, para que respondessem a perguntas específicas. Apesar dessas participações, a predominância do discurso técnico nessa audiência ficou basicamente a cargo dos representantes da Natrontec, que, protagonistas da cena, defenderam mais o empreendimento, conforme sugere a frase acima, do que seu próprio relatório; assim, a problemática questão da desmobilização da mão de obra,[16] desmerecida no EIA-RIMA, permaneceu mal respondida. Como observou alguém na assistência, a "mesa falou demais"; mas, apesar disso, houve, na platéia, a participação dos peritos ligados ao Ministério Público Federal (MPF),[17] e a intervenção de uma especialista, representante do CREA, que questionou um aspecto referente ao reator.

Uma vez que na folha de freqüência não havia espaço para a especificação da instituição ou associação de origem dos presentes, ficou impossível precisar quantos eram os muitos funcionários da Eletronuclear que ocupavam as primeiras filas da platéia; eles só foram por nós identificados como funcionários porque já eram conhecidos da nossa equipe de trabalho de outros contextos da pesquisa. Essa presença massiva e tão silenciosa quanto expressiva foi objeto de um agradecimento público por parte do diretor da empresa logo no início da sessão, afirmando a importância de se ter ali uma gama variada de especialistas.

O grande número de funcionários presentes era coerente com a expectativa de "marco histórico" com a qual os participantes encaravam o evento. A Eletronuclear pôde contar com seus quadros para realizar uma audiência ampla, e nesse sentido, legítima. O fato de seus funcionários não terem individualmente feito uso da palavra, deixando que somente alguns representantes do alto escalão o fizessem, pode estar associado, por um lado, à hierarquia interna da empresa; por

outro lado, o silêncio desses técnicos também pode ocultar o mal-estar que, naquele momento, se instalava na categoria e que foi evidenciado dez dias depois da audiência, quando se deflagrou uma greve[18] pela manutenção de prerrogativas funcionais que estavam então perdendo. Esse conflito vivido pelos trabalhadores da usina não interferiu entretanto no andamento da audiência e, ao contrário, a sensação é que estavam ali solidários e compactos, física e ideologicamente, demonstrando ao Ibama e aos outros agentes, engajamento no projeto.

A. Giddens (1991) argumenta que a "sociedade moderna" é caracterizada por relações cada vez mais impessoais, devido a um mecanismo que ele denomina de "desencaixe". Os membros de tais relações não apresentam "rostos", representantes que são de um sistema maior, que o autor define como "sistema perito" (cf. Giddens 1991:35), e que são baseadas na confiança das premissas que sustentam os diversos corpos de conhecimento. Segundo Giddens, há "pontos de acesso" a esse "sistema perito", que ocorrem quando um leigo estabelece contato com um dos representantes desse "sistema". Nesse sentido, uma audiência pública pode ser considerada um ponto de acesso, onde leigos e peritos convivem por momentos na tentativa de fazerem valer seus direitos e seus pontos de vista.

Esse tipo de saber específico e complexo que é o conhecimento acerca do funcionamento da usina nuclear e das substâncias nela processadas é um valor caro aos trabalhadores da Central Nuclear. A estruturação do ambiente de trabalho e da hierarquia funcional dentro da usina se dá basicamente em função da apropriação desse conhecimento. O "saber nuclear" torna-se um distintivo capaz de criar inclusive uma identidade entre técnicos brasileiros e estrangeiros gerando assim uma auto-representação do grupo como uma "elite intelectual", mais ligada, por hábito profissional, ao "Primeiro Mundo" do que ao contexto brasileiro, remetendo-os a um "mundo", aos seus olhos, "mais valorizado" e "mais tecnologizado" (Silva 1999). Não sendo o conhecimento do perito partilhado por todos, surge a possibilidade de desqualificação daqueles que não dominam o jargão científico, no caso, a desqualificação daqueles que se oponham, em algum nível, ao funcionamento de Angra 2, através da acusação de "ignorância" ou "desconhecimento".

O embate entre técnicos e leigos, caracterizado, como já foi visto, pelo que Defrance (1988) chamou de "objetivismo", informa, nesse sentido, o que o diretor da empresa afirmou ser a sua disposição: "Continuar trabalhando para que as populações locais percebam seus benefícios e aceitem melhor as usinas nucleares". Portanto, estando os técnicos completamente convencidos daquilo que consideram seu "papel social" que, no caso, seria a condução do Brasil a um outro patamar mundial, com o desenvolvimento da tecnologia nuclear, podem assim considerar percalços e deficiências do seu empreendimento como pouco importantes se comparados ao objetivo final. O valor atribuído por parte dos peritos a

esses dois aspectos da tecnologia – o saber que ela envolve e o papel social que ela cumpre – explica parcialmente a atitude arrogante, pouco dialógica, com que freqüentemente os técnicos enfrentam os leigos.

Mas, além de ser fruto de uma ideologia bem sedimentada da tecnologia – e do saber que ela pressupõe – como valor, a acusação de ignorância "dos outros" é também uma estratégia defensiva utilizada por parte dos técnicos e demais envolvidos no projeto, que visam à imposição de sua visão de mundo, através da suposta autoridade de quem fala com conhecimento de causa. Assim, tal acusação é mais do que a expressão de uma crença de sua superioridade intelectual, justeza de propósitos ou da concordância de regras para aceitação dos riscos. A acusação é também uma fórmula politicamente eficaz para a intimidação daqueles que lhes são opostos. A eficácia do saber como instrumento de poder é, aliás, amplamente reconhecida.[19]

A Eletronuclear veio então bem preparada para a defesa do empreendimento, que tem uma longa história de desgastes com a mídia,[20] grupos oponentes locais e até internacionais, como o Greenpeace, que, volta e meia, questionam a segurança do funcionamento de Angra 1. No momento em que o Ibama, responsável pela licença ambiental de Angra 2, se dispunha a ouvir os argumentos das partes envolvidas, tendo inclusive apelado à platéia no início da sessão para que a audiência o auxiliasse a tomar suas decisões, a empresa cuidou de evidenciar a justeza do desenvolvimento da tecnologia nuclear para produção de energia, embora não deva desconhecer que, hoje em dia, essa tecnologia tende à decadência no plano internacional.[21] Portanto, as fragilidades políticas do Programa Nuclear Brasileiro (Cf. Oliveira 1989 e Malheiros 1993) e os embates internacionais parecem tornar necessárias estratégias políticas de convencimento.

Mas se, para ter eficácia na implantação de uma certa visão de mundo, o conhecimento perito pode ser acrescido de acusações contra quem não o detém, por outro lado, como bem observam Pollak e Nelkin (1981), ele acumula contradições suficientes para que os *experts* divirjam entre si sobre vários assuntos. Na audiência, para dar um exemplo que se aproxima do que está sendo dito – embora não ilustre uma oposição mais profunda do tipo *expertise*/*contra-expertise* (cf. Pollak e Nelkin 1981) – os peritos contratados pelo MPF, para a avaliação do EIA confeccionado pela Natrontec, questionaram muitos aspectos estabelecidos pelos técnicos da Central. Assim, percebemos que o embate pode acontecer entre os próprios técnicos, e não estritamente entre conhecimento perito de um lado e leigos de outro. Durante a audiência, por duas vezes, a Natrontec desqualificou com o argumento da "ignorância" as questões levantadas por peritos da platéia; uma vez para rebater a colocação da representante do CREA, já referida, e outra contra os membros da Câmara Técnica do MPF.

As atividades nucleares operam conforme uma tabela aceita internacional-

mente que classifica os acontecimentos verificados dentro de uma instalação conforme o grau potencial de gravidade. Eles vão desde o "evento usual" até o "acidente" propriamente dito. Numa pergunta feita ao expositor da Natrontec, o MPF pareceu desconhecer tal classificação, o que fez o mencionado engenheiro responder: "se quer falar em acidente, tem que usar tabela", enfatizando uma inadequação terminológica no questionamento feito. Por sua vez, o técnico do MPF, se, por um lado, pareceu se desculpar, por outro, insistiu na questão mostrando o que ela tinha de realmente importante: "minha pergunta era no sentido de saber como são feitos os índices". O que se discutia, então, eram os malefícios que poderiam decorrer da operação de uma usina nuclear para o meio ambiente e para a saúde das pessoas,[22] atingindo-se portanto o âmago da *expertise*: a produção dos índices que separam a nocividade daquilo que não faz mal.

A fabricação das taxas e índices permitidos ou proibidos é uma região escorregadia também para o leigo que se indaga sobre os mecanismos que propiciam esses critérios, além de poder converter-se num mecanismo de propaganda dos empreendimentos. A energia nuclear é freqüentemente referida como energia "limpa" por comparação a outras formas de produção de energia elétrica. Mas a liberação de substâncias radioativas para a atmosfera, mar etc., é inevitável, o que faz com que os técnicos tenham que admitir que as usinas nucleares poluem. Mas as taxas permitidas são referidas como inofensivas, embasando assim as afirmações que apontam para a "limpeza" das atividades que envolvem substâncias radioativas. Assim, também, os técnicos, como o expositor da Natrontec, podem afirmar ao mesmo tempo que: "a energia nuclear é uma energia limpa" e que "claro que há poluição, mas a relação custo-benefício justifica".

Semanas antes da audiência, o MPF tinha aberto inquérito civil para averiguar denúncias a ele encaminhadas sobre uma trinca no sistema primário de Angra 2; por isso, o mesmo promotor público, presente na audiência, havia feito anteriormente uma vistoria na usina, juntamente com um técnico – o prof. Luis Pinguelli Rosa (UFRJ) – por ele convidado para emitir um parecer. De posse de muitos dados e com outra visita agendada para depois da audiência, o MPF fez uma série longa de questionamentos de ordem técnica, que foi respondida integralmente ocupando bastante tempo. No intervalo da audiência, nossa equipe de trabalho conversou com o procurador, que já nos conhecia de outro momento da pesquisa, e ele manifestou desagrado com esse tipo de procedimento, esclarecendo que o MPF tentou ser rigoroso, mas não tinha a intenção de que suas perguntas ocupassem tanto tempo, prejudicando a manifestação de outras pessoas e instituições; e se ressentia de ter sido usado pelos organizadores de forma a inviabilizar uma participação mais ampla de outros setores. A participação do MPF ilustrou uma possibilidade de atuação – paradoxal – nesse cenário: é um ator de peso, tem poder, é identificado com o Estado, mas quer se identificar com a população.

Com um quadro funcional jovem, como é o caso do promotor em questão, e tendo que responder a questões espinhosas, com muitos envolvimentos, o MPF viu o prestígio emprestado por sua presença ser apropriado de modo a fazer valer o interesse dos empreendedores.

Já de forma bem diferente daquela atuação característica do MPF, que se deu por escrito e as perguntas refletindo dúvidas técnicas, o representante da Comissão de Meio Ambiente da Alerj questionou a *expertise*, antagonizando. Argumentou, entre outras coisas, sobre a inadequação de o Ibama ser licenciador ambiental para uma atividade industrial nuclear sem contar em seus quadros com físicos nucleares, deixando implícito que os técnicos desse instituto não seriam suficientemente especializados para se pronunciarem sobre a questão.

A despeito dos questionamentos à *expertise*, ficou bastante evidente nessa audiência a distância entre o saber dos peritos e o do público em geral. Não havia um "conhecimento leigo", no sentido que Beynon (cf.1999) dá ao termo. Esse autor mostra que as audiências públicas na década de 80 para o licenciamento de minas de carvão a céu aberto, na Grã-Bretanha, acabaram ocasionando a formação de um corpo de saber específico, apropriado pelos militantes dos sindicatos e outras associações, que perceberam que o acúmulo de informações era a melhor forma de defender seus argumentos frente ao "sistema perito". A acumulação desse tipo de capital que poderíamos denominar informacional permitia que um discurso mais articulado e afinado com o saber técnico viabilizasse as reivindicações dos envolvidos nos casos.[23]

Na audiência, os peritos falavam uma linguagem própria que, devido ao grau de sua especificidade e complexidade, tende a permanecer inacessível ao leigo. O tipo de energia em questão não dá ampla margem a uma tradução eficaz para um saber concreto acumulado por diferentes grupos que não o de outros peritos. Assim, pescadores ou agricultores podem, segundo seus próprios quadros classificatórios, localizar num peixe, na cor da água ou no aspecto de um fruto os indícios de uma contaminação radioativa. Mesmo que a organização desses indícios em um sistema de classificação alternativo àquele oferecido pelos "órgãos sensoriais da ciência" (cf. Beck 1992) seja uma tarefa árdua, eles podem contar com essas pistas graças a seu conhecimento anterior daqueles "ecossistemas". Mas, por diversos motivos, a platéia não contou com esse tipo de saber sistematizado, e o embate entre peritos e leigos aconteceu a partir de uma reação em cima de pontos menos técnicos e mais do âmbito dos efeitos sociais, bem colocados no documento produzido pela Prefeitura de Angra dos Reis para avaliar o RIMA feito pela Natrontec.

Na primeira mesa composta no início da manhã para a abertura dos trabalhos,[24] bem como naquela composta no final do dia para fechar os trabalhos, e também em intervenções que fez em diferentes momentos da audiência, o prefei-

to Castilho se referiu a esse documento da prefeitura, reafirmando determinadas posições de reação ao EIA-RIMA. Nesse texto, de setembro de 1998, a prefeitura contesta e chega a desmentir frontalmente o RIMA, reclamando pelo fato de que não haviam sido consideradas as suas recomendações contidas no documento anterior, de fevereiro de 1996. Um dos pontos mais reiterados no último documento diz respeito aos impactos socioeconômicos negativos, sobretudo os referentes ao crescimento demográfico e aos problemas de infra-estrutura daí decorrentes. Esse crescimento, concentrado nas localidades do Frade e do Perequê, próximo da Central Nuclear,[25] é demonstrado pela prefeitura, contestando os dados do RIMA e estabelecendo correlações com as demandas decorrentes nas áreas de saneamento, saúde e educação.[26]

A prefeitura critica a negligência do RIMA em considerar questões sociais importantes já apontadas anteriormente por ela, ao mesmo tempo que demanda a devida atenção e as "medidas mitigadoras" para esses impactos negativos. Mas o seu questionamento alcança um tom ainda mais forte em outros pontos, como é o caso dos tributos, que o RIMA insiste em colocar como impacto positivo traduzido em aumento de arrecadação tributária.[27]

Se os empreendedores naturalmente defendem o empreendimento, se a firma contratada para fazer o EIA-RIMA conclui pela recomendação do licenciamento de Angra 2, a prefeitura, ao contrário, abre e fecha o seu documento questionando o EIA-RIMA, a exemplo da forma como se colocou na própria audiência:

> Assim, a PMAR não concorda com as recomendações da equipe de elaboração do RIMA para que seja fornecida a licença de operação da Usina Angra II. Antes será necessário rever estes estudos, aprofundá-los como implementação das medidas mitigadoras e compensatórias propostas. (PMAR 1998:57)

É interessante notar que, também no início da audiência, foi à tribuna o vereador Odir Duarte (PTB) para ler uma declaração da Câmara de Vereadores de Angra apoiando o documento emitido pela prefeitura, o que demonstra não só o envolvimento dessa instância governamental local como também uma convergência de posições rara de se ver entre os Poderes Legislativo e Executivo em Angra desde que vem se sucedendo os mandatos do PT no governo local.

Quanto a outros atores envolvidos na avaliação do EIA-RIMA e/ou presentes na audiência pública, a contrapartida ao discurso favorável dos técnicos em relação ao empreendimento se dá através de questionamentos colocados de várias maneiras. Já no final da manhã, ao cabo das apresentações sobre o empreendimento e sobre o RIMA, o representante da Comissão de Meio Ambiente da

Alerj, desconsiderando as regras estabelecidas no "Regulamento" distribuído a todos (no sentido de que as questões deveriam ser apresentadas por escrito e depois do intervalo programado para tal), levantou-se e falou que era um absurdo a forma como a audiência vinha sendo conduzida – como "uma verdadeira apologia do empreendimento e da energia nuclear" –, tendo sido aplaudido por uma parte da platéia, que demonstrava assim igual incômodo com a situação. Reconduzido às "regras", e tendo tido que aguardar o "período das perguntas", esse personagem, que parecia um coringa, ressurgiu várias vezes ao longo da audiência como se fosse porta-voz de muitos outros que o aplaudiam, levantando "questões de ordem" – nas quais acabava colocando todo tipo de questão –, além daquelas que encaminhou no formulário próprio, entre tantos outros encaminhados à mesa por escrito.

Um conjunto de questionamentos apresentados por escrito pelo Ministério Público ocupou o início da sessão de perguntas. Não só o conteúdo dessas perguntas significava em si um questionamento, como também as "questões de ordem" levantadas. Entre estas, como já nos referimos, estavam as que denunciavam elementos do próprio formato da audiência; por exemplo: quanto ao uso do tempo das respostas (muito mais alongado do que o previsto no regulamento) e à defesa da energia nuclear por parte dos técnicos da mesa; e quanto ao jargão técnico e à desqualificação da platéia em diferentes momentos. Neste ponto, nota-se um paralelo com a cobrança que a prefeitura faz no seu documento, exigindo um glossário de termos técnicos dentro do RIMA. Há que se registrar igualmente a polarização que se foi criando entre o técnico defensor do RIMA e os representantes da prefeitura, sendo que um dos protestos colocados partiu, quase ao final do dia, da Secretária de Educação, numa avaliação crítica do tom que havia sido adotado por aquele técnico para responder às perguntas ao longo da audiência.

Além dos posicionamentos que acabamos de referir, podem ser destacadas ainda outras manifestações ali ocorridas, como, por exemplo a da representante da Funai, convidada para compor a primeira mesa. Ela reclamou do fato de ter recebido o RIMA há apenas poucos dias, não tendo a Funai jamais sido consultada antes, e sendo que o grupo indígena dos guarani, que vive dentro da área de 15 quilômetros abrangida pelo Plano de Emergência Externo, não havia sido considerado em sua especificidade cultural no EIA-RIMA. As referências a essa questão dos Guarani proliferaram entre os questionamentos feitos por escrito ao longo da tarde. Se ao lado dos empreendedores e do representante da CNEN, o técnico da Natrontec reiterava suas convicções sobre os benefícios e a segurança do empreendimento, se da mesa vinham colocações como "a política nacional de rejeitos não é parte do trabalho de EIA-RIMA, é problema do Congresso Nacional", do lado da platéia se acumulavam perguntas sobre a divisão de responsabilidades das diferentes esferas envolvidas na questão da usina/energia nuclear.

Temas catalisadores no caso de Angra

Dois temas sobressaiam no conjunto das perguntas e aos poucos parecia que a audiência ia sendo dominada por essas duas questões que eram as do *Plano de Emergência* e as da *BR-101*.[28] Era como se esses dois pontos traduzissem os demais, tratando de algo cujos termos são de domínio do comum dos mortais, e que assim pudessem "verter" – em termos os mais locais – as demais questões. Na verdade as – sempre referidas como péssimas – condições da estrada são também sempre correlacionadas ao comprometimento do Plano de Emergência. Assim, não parece ser à toa que tantas perguntas tenham se referido a essa equação da Rio-Santos com o Plano de Emergência – que por sua vez remetem a aspectos de significação imediata para a população em geral, como o do *risco de acidente nuclear* e o das *compensações*, referidas no RIMA como "ações compensatórias e mitigadoras", ou "as medidas compensatórias acordadas", como diz o Prefeito. No documento da prefeitura está escrito sobre as rodovias BR-101 e RJ-115 (Rodovia Saturnino Braga, que leva à Dutra):

> A recuperação (e manutenção) dessas rodovias é condição sem a qual não deverá ser expedida a licença de operação pois é um risco assumir o funcionamento de mais uma Unidade Nuclear sem que estas rodovias estejam em condições ideais de tráfego. (PMAR 1998).

Na audiência, em face de um dos questionamentos colocados nessa linha, foi chamado um representante do DNER para dar esclarecimentos, que se referiu a uma operação em andamento literalmente chamada de "tapa buraco", e que metaforicamente remete àquilo que todos estão acostumados a tolerar. Isso levou o prefeito a pedir um aparte e reforçar – seguido de aplausos – a afirmativa do documento no sentido de que a licença deveria estar condicionada à solução do problema da estrada. Isto exemplifica a tentativa de obter a negociação, como aponta Defrance (1988), ao invés da mera troca de informações. A função básica da audiência pública, tal como regulamentada pela resolução 9 do Conama, é justamente propiciar ao licenciador – no caso, o Ibama – uma panorâmica das questões suscitadas pelo empreendimento. Ele tem o poder de negar a licença se assim achar conveniente a partir das denúncias e questionamentos das partes. O Prefeito tentou, desse modo, sensibilizar o Ibama para a importância da estrada com vistas à segurança da população.

Em contrapartida ao objetivismo associado à reiteração sobre benefícios e segurança, que marcou o discurso dos técnicos encarregados de expor o RIMA e prestar esclarecimentos, ficou também a marca dessas reações do lado da platéia, que emanaram de diferentes campos ali representados, como pudemos deduzir pelas presenças constantemente referidas de vários representantes de organiza-

ções. A exemplo do que já propunha o documento da prefeitura, também na audiência surgiram propostas de formação de Comitês de Gestão.[29] Acabou por consolidar-se a idéia de uma segunda audiência pública depois que o Ibama avaliasse e processasse tudo o que fora levantado nesta primeira**.** E a palavra final do Prefeito de Angra foi no sentido de apreciar o trabalho ali realizado. Como na abertura, ele valorizou o significado da audiência do RIMA de Angra 2, como inaugurando um "novo ciclo", que podemos ler como sendo em última instância *um novo ciclo de participação*. O discurso final do prefeito reproduz de certa forma aquele que arremata o documento da prefeitura, tratando-se, na verdade, da mesma visão:

> Historicamente, o município de Angra dos Reis vem sofrendo impacto de grandes projetos econômicos. Estes têm sido impostos desconsiderando os aspectos socioambientais do município e imprimindo critérios de desenvolvimento que acarretam danos ao município e à sua população, por vezes irreversíveis.
> Entretanto, consideramos que esta lógica vem sendo e pode ser revertida, através de uma relação de co-responsabilidade entre os diversos segmentos da nossa sociedade, no gerenciamento de um projeto de tamanha relevância como é o da Política Nuclear Brasileira. (PMAR 1998:57)

Além dos dois grandes temas eleitos na audiência, dois momentos – um de disputa, e outro de demonstração, de poder – foram importantes também para a caracterização desse evento. O representante da Comissão do Meio Ambiente da Alerj denunciou em vários momentos o caráter pouco democrático da reunião e, como a Eletronuclear estava sempre reforçando a imagem de ali estar de bom grado para dar as explicações necessárias a todos, ele desafiou a sinceridade dessa postura reivindicando para a sua Comissão a autoria do pedido daquela audiência pública. A mesa garantiu que era o Ibama, órgão responsável pelo licenciamento ambiental da usina, que havia solicitado a audiência, enquanto que o representante da Alerj insistia, da platéia, em afirmar que o pedido havia partido da entidade que representava. É de praxe que, em se tratando de um empreendimento de vulto, como a construção de uma usina nuclear, o órgão licenciador peça a instalação de uma audiência pública independemente de outros pedidos que possam ocorrer. Mas, da mesma forma que, quando a usina pára sob uma decisão judicial conseguida pela Prefeitura de Angra, a empresa afirma que a paralisação do reator se deu por motivos técnicos determinados por um planejamento interno, desqualificando assim o poder do outro agente, a mesa da audiência dificilmente se mostraria disposta a reconhecer que poderia estar ali sob constrangimento. A inócua mas significativa discussão, por um lado, evidenciou como a personagem encarnada pela Eletronuclear perderia em coerência se ali estivesse

impelida por setores contrários àquele tipo de utilização da energia nuclear; por outro lado, indicou como representantes de setores "ambientalistas" buscam potencializar simbolicamente seus feitos.

Num outro momento, foi possível notar como a posição relativamente confortável do empreendedor podia ser em parte explicada pelo pouco envolvimento das associações de moradores com o problema ali discutido, de modo que a oposição à empresa partiu antes dos quadros do governo municipal presentes do que dessas associações. Uma delas levou faixas onde estavam expressas suas preocupações com a possibilidade de se perder o acesso ao hospital mantido pela Eletronuclear e que tinha convênio com o SUS. A atenção desses moradores não estava voltada para o licenciamento de Angra 2, e sim para uma questão que diz respeito às "contrapartidas" ou "compensações" oferecidas pela usina, o que muito parece ter agradado aos engenheiros da Eletronuclear. Estes adotaram um tom paternalista e protetor ao responderem à representante de uma associação que elogiou o hospital e solicitou, de forma emocionada, que o fato de ele estar sendo transformado numa fundação não prejudicasse a população, que há duas décadas utiliza seus serviços gratuitamente. Essa reivindicação pôde ser usada, então, pelos empreendedores no sentido de afirmarem que a população, mais do que aprovar as Angras 1 e 2, delas necessita.

Um espaço de aprendizado coletivo

Uma segunda audiência pública foi solicitada pelo Ministério Público, e realizada no dia 16 de janeiro de 1999 no cinema de Praia Brava, onde se encontra, bem próximo da usina, a vila construída para os empregados de Furnas, hoje Eletronuclear. Essa segunda reunião, divulgada timidamente apenas em âmbito local, teve frequência reduzida, apesar dos ônibus oferecidos pela Eletronuclear para transporte dos moradores de Angra, Parati e Rio Claro. De Parati, por exemplo, o ônibus saiu com apenas sete pessoas.[30] Segundo notícias dos jornais locais, foram repetidos os questionamentos da primeira audiência: as condições da estrada, as falhas do plano de emergência, a destinação dos rejeitos, assim como a formação da comissão para monitoramento da usina. Segundo as matérias publicadas sobre o assunto, também seria encaminhado pela prefeitura de Parati, com o apoio do Ministério Público, pedido para uma terceira audiência pública, a ser realizada nessa cidade.

Em agosto de 1999, o Ibama concedeu uma licença provisória, permitindo o comissionamento (fase de testes de operação) da usina. Foram apresentadas 15 exigências, dentre as quais o melhoramento da condição das estradas,[31] a apresentação de cópia do plano de emergência, e o detalhamento das medidas compensatórias. Em novembro de 1999, a empresa começou a receber os elementos

combustíveis vindos de Resende (o que a transforma numa "instalação nuclear").[32] Os licenciamentos permanentes de operação ainda não foram formalmente concedidos.

Verifica-se, assim, que a própria Eletronuclear é obrigada a abandonar o espaço nobre do saber técnico e colocar a estrada no centro das preocupações. Da mesma forma, apesar de todo o aparato, e da cena cuidadosamente construída, a primeira audiência denunciou o descaso da Eletronuclear com a comunidade indígena local. A partir desse momento, a empresa assume a postura de uma entidade "politicamente correta" e procura demonstrar a sua preocupação com "as minorias".[33]

Ainda é cedo para fazer um balanço de eventuais ganhos da população local decorrentes da audiência pública. O que se pode registrar, no entanto, é que, por algum tempo, os participantes conseguiram colocar a estrada e as medidas compensatórias no centro da discussão; a empresa tendo que dar atenção a temas acessíveis à sensibilidade (e ao bom senso) do saber popular (mesmo que amparado pelo saber técnico dos dispositivos práticos do plano de emergência), e colocando-o em pé de igualdade política com o saber técnico atômico mais sofisticado. Os representantes legitimados desse saber técnico na audiência pública – ou seja, os executores e os comanditários do EIA-RIMA e detentores da iniciativa e das informações necessárias ao andamento daquele evento – tiveram que render-se ao fato de que na audiência tinham algo para aprender da dinâmica de múltiplas forças e interesses, da população local, de movimentos locais, daqueles que representam o poder público municipal, conjugados com *experts* e profissionais do Ministério Público e da Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa.

Nesse sentido, a questão dos guarani é exemplar, ao mostrar que a audiência pública não é um fórum de aprendizado apenas para "segmentos populares" mas também para os detentores (que, no caso, se mostravam arrogantes) do saber técnico: de grupo ignorado e implicitamente considerado irrelevante para o assunto em pauta, os guarani mostraram-se para os promotores da audiência como grupo protegido pelo Estado, pela Funai e pelo Ministério Público, trazendo repercussões sobre as obrigações compensatórias do projeto. Além disso, nesse caso, a "pequena política" local, por estar associada há três gestões a uma administração sensível ao movimento popular e por ser originária de protestos ecológicos, sintoniza-se com a "grande política" ambiental – mesmo que cada vez mais voltada para o "realismo" da reivindicação compensatória – e contra a "grande política" nuclear (que para ser "grande" deveria ser mais pródiga nas compensações às populações potencialmente atingidas e exigir coerência e desempenho de órgãos burocráticos correlatos).

Num Estado democrático, que é o contexto da implantação de Angra 2 mas

que não era o caso quando da inauguração de Angra 1, a questão nuclear, com todo o imaginário que lhe é associado, empresta uma grande visibilidade à empresa: ela sofre coerções externas e deveria aproveitar parte de seus recursos para atender a reivindicações legítimas da administração e das populações locais ao invés de priorizar os aspectos de marketing, implícito na orientação dada aos seus investimentos no EIA-RIMA e na audiência pública.

Notas

[1] Trata-se do projeto intitulado "Public involvement in industrial pollution control in Brazil and Argentina", originalmente fruto de um convênio entre o Banco Mundial e o PPGAS/Museu Nacional/UFRJ e posteriormente financiado pela Fundação Ford, integrando atualmente o Pronex Antropologia da Política. Focaliza, numa abordagem comparativa, instâncias de controle ambiental em três municípios do Estados do Rio de Janeiro – Itaguaí, Volta Redonda e Angra dos Reis – , no Estado de Minas Gerais e em Buenos Aires. Este artigo foi escrito no início de 2000 e não foi atualizado com informações posteriores, como, por exemplo, o resultado das eleições municipais oorridas no final daquele mesmo ano.

[2] Parati, sede do município do mesmo nome, é uma cidade histórica que abriga importante conjunto arquitetônico colonial. Está situada a 50 km, por terra da usina. Rio Claro é, em parte, coberta pela mata atlântica e dedica-se principalmente a atividades agropecuárias.

[3] Essa topografia particular manteve a região num certo isolamento até o final dos anos 1970, quando foi construída a rodovia Rio–Santos. A constituição geológica do terreno ocasiona frequentes deslizamentos de terra, com bloqueio parcial ou total da rodovia. Quando isso ocorre, estreitas estradas de montanha constituem a única possibilidade de saída da região.

[4] Em 1997 foi fundada a empresa Eletronuclear, proveniente da fusão da área nuclear de Furnas Centrais Elétricas S.A., responsável pela operação de Angra 1 e pela construção de Angra 2, com a Nuclen, empresa de engenharia integrante da extinta estatal Nuclebrás, e responsável pelos projetos de Angra 2 e Angra 3. Como, até o momento, o governo federal não demonstrou a intenção de privatizar o setor nuclear, a constituição da empresa permitiria a futura privatização de Furnas, permanecendo as instalações nucleares sob o controle direto do Estado.

[5] As usinas nucleares estão sujeitas a dois tipos de licenciamento: o licenciamento nuclear (que consta de várias etapas), de responsabilidade da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN); e o licenciamento ambiental, sujeito à avaliação do Instituto Nacional de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

[6] A Lei nº 6.938/81, que estabeleceu a primeira "Política Nacional de Meio Ambiente", previa a exigência de licenciamento das atividades efetiva ou potencialmente poluidoras, com base nos "estudos das alternativas e dos possíveis consequentes ambientais". A resolução 001 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), de 23 de janeiro de 1986, estabelece a exigência de realização de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e de Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), determinando critérios e diretrizes gerais para a sua implementação. O EIA/RIMA deve ser realizado por equipe multidisciplinar independente, e custeado pelo proponente do projeto. O EIA deve conter, no mínimo: a) diagnóstico ambiental da área de influência do projeto, de modo a caracterizar a situação da área antes da implantação do projeto; b) a análise

dos impactos ambientais do projeto e suas alternativas; c) as medidas mitigadoras dos impactos negativos, avaliando a eficiência de cada uma delas; d) elaboração de um programa de monitoramento e acompanhamento. O RIMA deve ser objetivo e elaborado em linguagem acessível, utilizando técnicas de comunicação visual (mapas, quadros, gráficos etc.). Deve conter os objetivos e descrição do projeto e uma síntese das conclusões do EIA. Esses documentos devem ficar disponíveis ao público em geral. A resolução 001 também menciona as Audiências Públicas, a serem convocadas a critério do Ibama, como espaços para a discussão dos EIA-RIMAs, mas as audiências só vieram a ser sistematicamente regulamentadas na resolução 009 do Conama, de 31 de dezembro de 1987, que prevê a solicitação da audiência por parte de grupos de cidadãos e autoridades.

[7] Representada na audiência por altos funcionários do Ibama, da Eletronuclear e da CNEN.

[8] Asforth (1980), citado por Beynon, argumenta que as audiências públicas tornam-se: *Um teatro moderno onde uma verdade central previamente aceita – o poder do Estado moderno – é ritualmente encenada diante de um público. Os sujeitos podem falar livremente a respeito de seus interesses e serão ouvidos, e o poder do Estado aparece como um parceiro benevolente da Sociedade, na busca do bem comum* (Beynon 1999:10).

[9] Como é o caso do Terminal de Petróleo da Baía da Ilha Grande (Tebig) e dos empreendimentos imobiliários e turísticos na região.

[10] Marcelo Moreira – "Contagem regressiva em Angra 2. Segunda usina nuclear do país divulga relatório de impacto ambiental e acelera as obras para iniciar operação em julho de 1999". *Jornal do Brasil*, 11/10/98, Caderno Cidade, p. 31.

[11] O plano de emergência constitui sempre uma grande questão quando se trata do assunto das usinas nucleares, como se verá também ter ocorrido por ocasião dessa audiência pública.

[12] Aí encontramos uma dupla referência: a transparência fundindo-se com a luz, a energia elétrica, a tecnologia.

[13] Cabe lembrar aqui que tal grau de referência ao meio ambiente vem se tornando parte da política de diversas empresas que se querem "ecologicamente corretas", e que, além de manterem departamentos de meio ambiente nas suas estruturas organizacionais, colocam esse tema nos seus esquemas publicitários. É o que se vê no momento no caso de uma propaganda da Bayer (conhecida por ter causado graves danos ao meio ambiente/saúde humana num passado não muito distante), na qual, após se falar do engajamento da empresa com as questões ecológicas, no lugar do slogan "se é Bayer, é bom", de uma mensagem publicitária já consagrada, fala-se do "meio ambiente *da* Bayer", que, também, "se é Bayer, é bom".

[14] Para Asforth, "as audiências públicas adotam normas de decoro coerentes com o Estado. Tipicamente, essas normas derivam das práticas dos tribunais, especialmente no que diz respeito ao procedimento de perguntas e respostas. Esses rituais permitem uma expressão completa e livre de visões opostas (...) permitindo que o Estado fique acima da 'sociedade', incorporando o bem comum". (Asforth 1980:12; *apud* Beynon 1999:10).

[15] "Um corolário implícito é que, quando a apreensão dos elementos da realidade está claramente organizada, todos os agentes formulam as mesmas preferências e adotam as mesma escolhas. A verdade sendo única, todos se reconciliam à medida que dela se aproximam: inversamente, as divergências de opiniões e atitudes só podem resultar do desconhecimento do real e do mal-entendido que resulta das trocas entre indivíduos desigualmente próximos dos termos verdadeiros do problema debatido" (Defrance 1988:60, trad. nossa).

[16] Trata-se do contingente de trabalhadores absorvidos nas obras de construção das usinas, e que, uma vez encerrado o período da construção, permanecem na região, tendo que buscar uma difícil inserção no mercado de trabalho, e implicando encargos diversos para a administração local.

[17] O MPF ganhou novas funções a partir de 1981, quando a lei que instituiu a política nacional do meio ambiente a ele atribuiu a função de "tutela do meio ambiente", com legitimidade para a defesa dos "direitos difusos", ou seja, aqueles que dizem respeito à coletividade, implicando gerações presentes e futuras.

[18] Outra greve foi iniciada no dia em que aconteceu a segunda audiência pública, em janeiro de 1999, com a mesma pauta de reivindicações: garantia da manutenção de direitos. Isso evidencia que a coesão entre diretoria e demais funcionários demonstrada na primeira audiência não se verifica em seu cotidiano. A diretoria da Eletronuclear alega que, para a empresa ser competitiva, precisa cortar custos e, assim, retira dos trabalhadores os benefícios de que usufruem há mais de 30 anos, e que, segundo eles próprios, viabilizaram a construção da Central Nuclear. (Sobre as greves, ver: *Jornal do Brasil,* 20/10/98 *e O Globo,* 23/1/99.)

[19] Bourdieu é um dos autores que assinala essa relação: "A linguagem de autoridade governa sob condição de contar com a colaboração daqueles a quem governa, ou seja, graças à assistência dos mecanismos sociais capazes de produzir tal cumplicidade, fundada por sua vez no desconhecimento, que constitui o princípio de toda e qualquer autoridade". (Bourdieu 1996:91)

[20] Mais precisamente, a Rede Globo de Televisão enfocou algumas vezes problemas e paralisações no funcionamento de Angra 1; os trabalhadores da usina imputam essas denúncias a motivos não declarados, mas que visam a abalar a imagem de Angra 1. Por outro lado, pode-se ressalvar que o *JB*, segundo já foi comentado, superestimou o número de presentes na audiência de Angra 2 e deixou para publicar matérias tais como a do fechamento das usinas nucleares na Alemanha e a das preocupações do Ministério Público Federal para com o bom funcionamento de Angra 2, uma semana depois da data do evento, respectivamente, dias 16 e 18 de outubro de 1998.

[21] Enquanto a Alemanha, fabricante da tecnologia de Angra 2, decide fechar usinas, nos Estados Unidos, que nos venderam Angra 1, os programas são desacelerados e a construção de novas unidades, na prática, não acontece.

[22] Um médico da UERJ, acima referido, mostrou no telão os resultados de estudo feito em sua universidade. A pesquisa concluiu que não há diferença significativa da incidência de câncer entre as populações de Cabo Frio e de Angra dos Reis.

[23] Por exemplo, notamos a formação de um "conhecimento leigo" entre os trabalhadores da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda, a partir de suas lutas pelo reconhecimento da leucopenia como uma doença associada ao processo produtivo da CSN. Os trabalhadores dominam o jargão médico com intimidade e discutem para defender seus interesses em várias instâncias trabalhistas.

[24] Conforme já apontado na descrição da cena da audiênciade Angra 2, a constituição das mesas, na abertura e no encerramento apresentou caráter de representação política. Delas participaram o representante do Ibama, enquanto coordenador do evento, o representante da CNEN, o Prefeito de Angra dos Reis, o representante da Eletronuclear, e a representante da Funai. Durante a apresentação do projeto, participaram da mesa o Ibama, os representantes da Eletronuclear e da Natrontec e um secretário (engenheiro da Eletronuclear). Na parte da tarde, durante os debates, o representante da CNEN retornou à mesa.

[25] Entre 1991 e 1998: Frade – 54 % de aumento da população = 6,45% ao ano. Perequê – 64 % de aumento = 7,32% ao ano (PMAR 1998).

[26] "Analisando os dados disponíveis nas diversas secretarias municipais, hoje, constatamos que os impactos previstos, mesmo que não quantificados no primeiro documento, aconteceram de forma mais intensa e negativa pois, até mesmo o impacto considerado positivo, da criação de novos empregos, na prática tornou-se negativo uma vez que serviu como um fator de atração de mão-de-obra de outras regiões do país. A contratação de trabalhadores de outras localidades, contrariando a orientação prevista, pode ser comprovada através das informações fornecidas pelas próprias empreiteiras e, também, demonstrada com dados indiretos colhidos nos registros dos diversos atendimentos dos postos de saúde, escolas e das atividades de ação social, prestação de serviços de infra-estrutura e de fiscalização da ocupação do solo como serão descritos a seguir" (PMAR 1998:2).
"No texto encontram-se contradições nas afirmações e conclusões, principalmente, referentes à questão demográfica que julgamos ser o ponto central que fundamenta todos os impactos detectados pela PMAR" (PMAR 1998:35).

[27] "Com relação ao tópico 12.3.2.6, intitulado 'Aumento da Arrecadação Tributária', o estudo carece de embasamento técnico mais apurado, implicando conclusões equivocadas. (...) Os dados apresentados no RIMA referem-se a valores desembolsados pela empresa com ICMS, IR, ISS, PIS/Cofins e IPTU. O município arrecada diretamente somente o IPTU e o ISS. Os outros impostos são pagos diretamente aos governos federal e estadual, não guardando quase nenhuma relação com os valores transferidos à PMAR" (PMAR 1998:40).

[28] Às 18:00h., a mesa comunicou que faltavam 30 questionários, que continham 50 perguntas, estimadas como sendo: 60% sobre o Plano de Emergência e 30% sobre a BR 101, consideradas como já respondidas.

[29] [...] criar Comitê Intermunicipal capacitado e habilitado a exercer acompanhamento e controle externo das atividades da CNAAA – Prefeitura e ONGs, e de formular e implementar políticas específicas [...] (Ver PMAR 1998:43).

[30] Considere-se que Parati não tem a mesma cultura política de Angra, e que a discussão da usina, apesar da proximidade, nunca foi colocada com ênfase.

[31] A Eletronuclear rebate em seu informativo *O Átomo* nº.11, 1999, que: "o estado atual das rodovias permite a plena execução do plano de emergência, e já esclarecemos esse ponto com o IBAMA. Além disso a Eletronuclear está trabalhando junto aos órgãos competentes – Ministério dos Transportes e DNER – para que as obras de recuperação sejam retomadas".

[32] A CNEN concedeu a Autorização para Utilização de Material Nuclear (Auman).

[33] Organiza uma visita dos Guarani à usina e compromete-se a levar a energia elétrica até a aldeia. Com a intenção de mostrar sua preocupação com a cultura, na *home page* da empresa encontramos uma página em tupi-guarani, com explicações a respeito da usina (sabendo-se que esse grupo indígena acabava de receber sistema de computadores, podendo desde então acessar a internet).

Referências bibliográficas

ASFORTH, A. Reckoning Schemes of Legitimation: on comissions of inquiry as Power/ knowledge forms. *Journal of Historical Sociology*, 3 (1): 1-21, 1980.

BECK, U. *Risk Society. Towards a New Modernity*. London: Sage Pub, 1992.

BEYNON, Huw. Protesto Ambiental e Mudança Social no Reino Unido. *Mana*. Vol 5, n. 1. Rio de janeiro: PPGAS/MN/Contracapa, 1999.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas*. São Paulo: Edusp, 1996.

DEFRANCE, Jacques. Donner la parole. La construction d'une relation d'échange. *Actes de la Recherche,* n. 73. Paris, juin 1988.

EWALD, François. L'expertise, une illusion nécessaire. In: THEYS, J.; KALAORA (orgs.). *La terre outragée*. Paris: Diderot ed., 1998.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Edusp, 1991.

MALHEIROS, T. *Brasil, a bomba oculta. O Programa Nuclear Brasileiro*. Rio de Janeiro: Gryphus, 1993.

NELKIN, Dorothy ; POLLAK, Michael. *The atom besieged*. Cambridge: MIT University Press, 1981.

OLIVEIRA, M. *A questão nuclear brasileira*: um jogo de mandos e desmandos. Florianópolis: Ed. UFSC, 1989.

POLLAK, Michael. *Une identité blessée. Études de sociologie et d'histoire*. Paris: Ed. Métailié, 1993.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS. *Avaliação dos impactos sociais com o reinício das obras de Angra II.* Angra dos Reis: PMAR, 1996.

_____. *Avaliação e propostas acerca do RIMA para o licenciamento de operação da Usina Nuclear Angra II.* Angra dos Reis: PMAR, 1998.

SILVA, Gláucia Oliveira da. *Angra I e a melancolia de uma era:* Um estudo sobre a construção social do risco. Niterói: EdUFF, 1999.

CAPÍTULO 17

O "Trabalho com a Imagem" e outras atividades de marketing político no cenário eleitoral

Gabriela Scotto

Hoje em dia quando num jornal nos defrontamos com manchetes tais como: "Escolha de marketeiro agita os bastidores: mudança de Ciro racha ao meio equipe de publicitários que cuidou da campanha de FHC em 94" (*O Globo*, 26/1/98), ou ainda: "Marqueteiros do Planalto temem que presidente não emplaque o sucessor" (*O Globo*, 8/7/2001) não é difícil imaginar quais aspectos do processo eleitoral serão abordados pelas matérias. Basta olhar, por exemplo, o texto extraído de uma matéria de *O Globo* que, sob o título: "Mulheres a serviço do marketing" nos explica:

> Especialistas em marketing político voltaram suas atenções para as mulheres nas eleições deste ano (2002). O objetivo é suavizar a imagem de seus clientes, tornando-os mais simpáticos. A mulher tem normalmente uma imagem mais confiável e por isso é mais facilmente aceita pelo eleitor, afirma Nelson Biondi, que trabalha na campanha do candidato tucano à presidência, José Serra (*O Globo,* 2/6/02).

Assim como no exemplo citado, o *marketing político* na imprensa aponta para um amplo leque de temas que inclui referências a publicitários e propaganda (sobretudo na televisão), mudanças na imagem e aparência de um candidato, estratégias de comunicação da campanha, índices de aprovação ou desaprovação, pesquisas de opinião e interpretação de seus resultados etc.

A expressão "marketing político" não apenas está amplamente difundida e é de uso corrente, fundamentalmente durante a campanha eleitoral, mas inclusive aparece incluída nos dicionários. Sob o verbete "marketing", a última edição do Dicionário Aurélio incorpora a expressão "marketing político" e o define como o "conjunto de técnicas de marketing adaptadas à esfera política, e que visam à difusão, sob aspecto favorável, da imagem pública de candidato ou de partido político, especialmente em época de campanha eleitoral" (Dicionário *Aurélio*

Eletrônico. Versão 3.0, nov 1999).[1] O Dicionário *Houaiss* (2001) também o inclui, mas lhe outorga um sentido mais abrangente quando o caracteriza como o "conjunto de atividades de marketing destinadas a influenciar a opinião pública quanto a idéias relacionadas à atividade política, ações governamentais, campanhas eleitorais etc.".

Contudo, penso que para o caso do *marketing político* se aplica o que salientam autores ao resenhar a gênese social da "opinião pública". Eles observam que uma noção, atualmente tão conhecida como esta, é tão fácil de apreender que, por esse motivo, talvez seja mais difícil de analisar (Habermas 1984, Champagne 1998:43ss). O *marketing político* apresenta-se, simultaneamente, sob diversas formas atribuídas pelos textos sobre o assunto, a imprensa, o meio político e, mais recentemente, pelos cientistas políticos; além disso, de algum modo, faz parte das formas elementares de percepção ou dos dados imediatos da consciência política. Às vezes, o termo é empregado pejorativamente para referir-se ao esvaziamento político e à falta de um programa de governo por parte de um candidato. Em outras ocasiões, ele designa o conjunto de "valiosas" ferramentas e "moderno" instrumental técnico que outorgam "racionalidade" à disputa eleitoral, e aproximam da classe política a voz dos cidadãos.

A conotação tanto positiva como negativa convive também com uma representação do *marketing político* mais familiar ou mais científica, segundo os contextos. Às vezes, se nos apresenta como momento de inflexão e ruptura com as "velhas formas" da política, outras, apenas como novas formas e terminologias para as velhas questões. A ambigüidade é uma das marcas do *marketing político*. Contudo, é inegável que o *marketing político* existe. Atualmente, já não está em discussão sua presença como parte do jogo político; ele é uma realidade social que compreende, nos termos de Marcel Mauss, agentes, ações (*actes*) e representações.

Mauss inicia seu *Esboço de uma teoria geral da magia* criticando os trabalhos sobre o tema que acreditaram na existência de uma magia pura, e deixaram de lado uma massa considerável de práticas que, por todos os que a praticaram ou viram praticar, foram sempre qualificadas de mágicas (Mauss 1974 [1902]:41-45). Assim como para o caso da magia, é uma ilusão acreditar na existência de um marketing político puro. Tampouco parece ser possível afixar uma identidade unívoca para identificar os *profissionais do marketing político* de uma forma que permitisse concluir: marketing político é tudo aquilo que um *profissional de marketing político* faz.[2]

Sendo assim, o objetivo deste artigo é apresentar, através de uma abordagem etnográfica, alguns elementos para tornar inteligível os contornos e relações que constituem o que convencionei chamar *espaço do marketing político.*[3] Para avançar nessa direção, procurou-se identificar as atividades e práticas que se realizam sob

a designação "marketing político" e que são reconhecidas com tais pelos diferentes agentes a elas vinculados. A partir da pergunta: o que é fazer marketing político? – apresentam-se as *ações* que constituem aquilo designado socialmente como "marketing político" e, em especial, o que fazem seus agentes quando dizem estar fazendo marketing político. Quer dizer, o ponto de partida é a identificação daquilo socialmente identificado com o termo *marketing político* para, a partir daí, analisar as diferentes práticas sociais designadas com esse termo.

O marketing para candidatos e suas campanhas eleitorais

O trabalho dos indivíduos ligados ao espaço social do marketing político se materializa e torna visível em diversas atividades e produtos. Associado de forma bastante direta a determinado momento da vida política – o tempo das campanhas eleitorais –, a expressão marketing político aponta em primeiro lugar para determinadas atividades associadas ao trabalho para um candidato ou partido durante sua campanha. Neste contexto, sob essa designação se oferece e executa um vasto conjunto de serviços que vão desde "consultoria nas áreas de comunicação e marketing político e eleitoral", "coordenação de campanhas eleitorais", "assessoria em campanhas eleitorais", "elaboração de estratégias" e "realização e interpretação de pesquisas". De forma mais indireta, incluem-se também os serviços e produtos na área de produção de tevê e rádio, pesquisas eleitorais, produção de logotipos, jingles, produção gráfica, e empresas de produção de eventos e "toda a infra-estrutura necessária para uma campanha eleitoral".

Antes de avançar na análise desse conjunto de práticas, cabe observar que além das *ações de marketing político* em torno de uma candidatura, este também se nos apresenta através de cursos, seminários e outras atividades de caráter didático, assim como também de livros e artigos sobre o tema. Ainda podem ser consideradas aqui atividades como a organização e/ou participação em congressos, encontros (ou reuniões) e feiras (ou exposições) de marketing político, assim como a participação em associações que congregam profissionais que trabalham com *marketing político*. Por uma limitação de espaço, neste trabalho me deterei, fundamentalmente, na apresentação do primeiro conjunto de práticas.[4]

O núcleo de marketing e comunicação

> No início, quando comecei a trabalhar em campanhas, o que havia apenas era um grande comitê político-filantrópico-eleitoral-publicitário-etc.-etc. Tudo junto, tudo misturado. Logo, uma grande zorra. (...) A partir daí, comecei a mostrar aos candidatos a necessidade de separar o comitê político

> do comitê eletrônico, ou comitê de marketing, como quiserem chamar. Este teria que ficar e funcionar à parte, num lugar fechado, tranqüilo, ao qual somente pouquíssimas pessoas tivessem acesso. Aliás, a moda pegou e é assim que todos trabalham, hoje, no Brasil. (...) Ao final, ao falar deste comitê, insisto, estamos falando da alma e do coração da campanha (Mendonça 2001:99-100).

Em geral as "grandes campanhas" (as dos principais candidatos à presidência, as dos candidatos a governador e às prefeituras das grandes cidades, assim como as de alguns candidatos ao Senado) contam com um "núcleo de campanha" responsável pela coordenação das diferentes ações eleitorais em torno de uma candidatura. Ele está integrado por um "coordenador geral" (quase sempre da área política) e por coordenações específicas (com suas respectivas equipes). São várias as frentes de trabalho e de áreas de atuação em que os núcleos de campanha se organizam internamente. Dentre as mais recorrentes encontram-se a "programática"; a "agenda" (coordenação dos encontros, viagens, debates, comícios etc. do candidato); a "de política e de articulação" (em seus diferentes níveis: entre grupos, tendências e partidos que integram e apóiam uma mesma candidatura) "marketing e comunicação"; "finanças e arrecadação de fundos"; "assessoria jurídica"; "infra-estrutura"; "assessoria de imprensa".[5]

Na área de "comunicação e marketing", especificamente, são incluídas atividades que envolvem o trabalho com a elaboração do discurso do candidato, propaganda eleitoral (tevê, rádio, jornais, revistas, *outdoor*, correio, telefone, internet), organização da propaganda de rua (colagem, panfletagem, fixação, produção e distribuição de adesivos, faixas, cartazes, volantes, balões, telões, serviço de alto-falante etc.), assessoria de imprensa, e o que chamam "merchandising", que são as ações diretas especiais com grupos específicos ou segmentos de eleitores. Os "comitês eletrônicos", como costumam ser cada vez mais chamados, chegam a constituir-se em estruturas realmente grandes e similares, na sua organização, a uma agência de propaganda, com departamento ou área de criação, de pesquisa, de marketing e estratégia, ilhas de edição, departamento de jornalismo etc. Em geral esses diversos serviços são terceirizados e ficam a cargo de diferentes empresas, sob a coordenação geral do coordenador do núcleo.

As campanhas menores e que contam com menos recursos têm estruturas mais enxutas, baseadas – no caso de candidatos à reeleição que já possuem um cargo eletivo – no trabalho dos assessores ou funcionários permanentes.[6] Contudo, mesmo as campanhas mais simples costumam incluir na lista de pessoas contratadas temporariamente para a eleição um jornalista para que cuide da elaboração dos textos (discursos, comunicados à imprensa, breves textos para os panfletos e outros materiais de propaganda escrita). Os que têm acesso ao espaço gra-

tuito de propaganda eleitoral na televisão e no rádio contratam alguém para que elabore os programas. Mesmo os assessores dos candidatos de esquerda que, quando perguntados pelas estruturas das campanhas de seus candidatos, são enfáticos ao dizer que todo e qualquer profissional da área de comunicação tem que estar submetido às diretrizes políticas, admitem a importância de cada vez mais "profissionalizar" a comunicação da campanha. O "profissionalizar" nestes casos se refere a recorrer aos serviços remunerados de um profissional conceituado e tido como competente na sua área, mesmo que não seja do entorno político da campanha, ou amigo ou parente de alguém conhecido. Espera-se, sim, que este tenha certa afinidade ideológica com a candidatura ou ao menos que "não seja abertamente de direita". Aqui é muito comum que se acabe contratando algum dos numerosos profissionais jovens formados na área de comunicação e que trabalham como "frila".[7] Quando chega a hora da campanha, eles "bolam algum projeto visual" ou têm uma "boa idéia" e saem oferecendo "suas peças" – geralmente através da intermediação de amigos – a algum candidato com o qual "simpatizam".

Podemos constatar que o *marketing político* designa um espaço social que compreende práticas e representações associadas ao momento eleitoral. Nesse contexto, a maioria dos agentes do marketing político se identificam e se apresentam como "especialistas em campanhas eleitorais". Avançando agora ainda mais, posso dizer que uma segunda constatação é que o exercício do *marketing político* na campanha eleitoral está bastante ligado à "comunicação política" e "propaganda":

> Sob a alcunha de marketing político iniciou-se a profissionalização do produto de comunicação para eleições. O marketing eleitoral gerou seus técnicos e criativos e o período eleitoral mudou completamente de feição (Paulo de Tarso 1998).[8]

Assim, com "marketing político" se identificam, dentre outras coisas, um conjunto de práticas, agentes e representações que adquirem sua significação social na interseção de dois subcampos sociais: o político-eleitoral e o da comunicação/publicidade. Um ponto-chave nesta interseção e, especificamente, o "trabalho sobre a imagem" do candidato.[9]

Trabalhar a imagem

> Primeiro, examina-te fisicamente. Tens o olhar insolente, a perna ou o pescoço rígido demais, a sobrancelha que se franze, os lábios excessivamente frouxos, o andar muito apressado ou muito lento? Se é assim, convém corrigir-te (Cardeal Mazarin 1684;1997:39).

A revista *Veja,* numa edição de 1998, dedica sua matéria de capa aos "Marketeiros: os magos das urnas" e, na primeira página, sob a chamada "Os gurus da campanha", explica:

> Seus conselhos produzem progressos surpreendentes no desempenho dos candidatos que assessoram. Muitos desses políticos atribuem em parte seu sucesso nas pesquisas ao auxílio dos marketeiros. Eles atuam no reino da formação de imagem – e isso é vital numa eleição (ano 31, n. 37, 1998).

Atuar no "reino da formação da imagem" ou, como preferem os *profissionais do marketing político*, "trabalhar a imagem", não significa apenas melhorar os aspectos visíveis de um candidato, ou seja, sua imagem física, mas "adaptar" a presença do candidato ao "imaginário e aos anseios" do eleitorado. No discurso dos que atuam, no campo do marketing político, sobre a imagem, características como "histórico de vida", "honestidade", "seriedade", "experiência", "responsabilidade", "sensibilidade", "iniciativa", "criatividade", "dedicação", "competência", "coragem", "autoridade", "carisma", "simpatia" etc., na atualidade são os atributos que devem ser agregados à "personalidade" do candidato para atrair a simpatia e ganhar a adesão dos cidadãos. O *marketing político* fabrica, como diria Richard Sennet, o clima de "intimidade" tão caro à luta política contemporânea (cf. Sennet 1993). Nesse processo, parte do trabalho do *marqueteiro* será o de interpretar (com a ajuda de pesquisas *qualitativas*) aquilo que o eleitorado espera de um candidato, traduzir as idéias em imagens e ajudar – mediante um trabalho planejado (uma "estratégia de comunicação") – a cultivar a imagem do candidato de forma a que isto se traduza em votos.

Hoje, no Brasil, quando se fala em *marqueteiro*, um dos primeiros nomes que vem à mente é o do publicitário Duda Mendonça. Ele pode ser considerado, em sentido weberiano, o tipo ideal do *marqueteiro-publicitário*, sobre o qual me deterei ao analisar os agentes do *marketing político.*

Duda Mendonça, em 2002, como responsável pelo marketing do candidato à presidência do PT, dedicou-se a "mostrar um Lula mais agradável e com potencial para reduzir o índice de rejeição".[10] Em seu livro, lançado em 2001, ao relatar aspectos de sua vida e experiências relacionados ao seu trabalho, ele explica ao leitor – num estilo que parece inspirado em Goffman – a importância que o "corpo" assume na televisão, como meio de comunicação e transmissor de informação social:

> Como regra geral, nunca se esqueça de que tudo na TV é informação. O que conta não é só o texto, mas o corpo de quem está ali, enviando esta ou aquela mensagem. Contam o timbre de voz, a entonação, as pausas, a roupa, o corte de cabelo e até um simples piscar de olhos. Um óculo espalhafa-

> toso, por exemplo, ou cabelos esdrúxulos, desviam a atenção que deveria ser dada à mensagem, interferindo, assim, na comunicação.
> (...)
> Quando alguém está falando, um olhar irônico, um movimento de lábios ou a posição das mãos podem, muitas vezes, tomar o lugar de todo um comentário verbal. E, aqui, todo cuidado é pouco. Na televisão você é visto e ouvido, simultaneamente. A gestualidade é capaz de reforçar o discurso, carregando de verdade o que você está dizendo. Mas, também, pode estragar tudo. Contrariar ou mesmo sabotar o que é dito. Uma simples e rápida sombra de dúvida na expressão facial do candidato, uma gaguejada mesmo que discreta, pode detonar as afirmações mais poderosas (Mendonça 2001:50-51).

Ainda que "trabalhar a imagem" não se reduza à imagem televisionada, é recorrente que sobre esse ponto a televisão e a política se encontrem. Para Patrick Champagne (1998), a televisão alargou, indiscutivelmente, o público que assiste às emissões políticas e se declara "interessado" por elas. No entanto, o interesse desse público mais vasto deve-se também ao fato de que o próprio conteúdo do que a televisão, por sua própria lógica, propõe sob o nome de "política" foi objeto de uma redefinição: à política tradicional, a dos pátios de escola ou células dos partidos, que apenas suscitava o interesse de uma pequena parcela da população, o dos militantes já convencidos antecipadamente, contrapôs-se progressivamente uma outra concepção, explicitamente concebida e organizada para interessar uma audiência mais ampla.

Assim, continua Champagne, a política foi transformada e ganhou um conteúdo "suscetível de ser visto" por um vasto público. Foi dessa forma que apareceram, no caso francês, os programas de televisão que se dedicam a visitar às "estrelas" da política em seus apartamentos, mostrá-los durante suas aulas de ginástica ou durante outras atividades cotidianas. Apareceram, também, os debates televisionados que mais do que discussões políticas parecem duelos guiados pela lógica da luta esportiva. Atualmente, descreve o autor, os políticos tornaram-se personagens tão conhecidas e familiares quanto as vedetes do espetáculo ou do esporte, como mostra, entre outros indícios, o desenvolvimento de programas em que os políticos são imitados. No entanto, a obrigação que o político tem de aparecer na televisão modificou a natureza do capital político necessário para se ter sucesso na política. Os meios modernos de comunicação não implicaram – ou não somente – uma "personalização" do poder. Ao estarem modificando o próprio conteúdo da atividade socialmente designada de "política", transformam, também, as qualidades sociais necessárias para obter sucesso nesse campo e deixam um amplo espaço à fabricação, pelos publicitários e outros profissionais, de "imagens públicas" (Champagne 1998:140ss).

Fora das diferenças entre o caso francês e o brasileiro, sem dúvidas se aplicam ao Brasil várias das observações referidas. Lá, como aqui, vemos que como parte do seu próprio marketing, o dos *especialistas em marketing político*, ao procurar "fabricar", nos meios políticos, a necessidade de seus próprios produtos, comprazem-se em mostrar o quanto a política se modificou nos últimos anos. Assim, para conseguir vender seus serviços na política, é necessário que modifiquem a própria definição da política. Dentre algumas das representações que estariam se impondo como crença compartilhada (e com muito sucesso se se consideram as somas de dinheiro destinadas ao marketing e o custo crescente das campanhas eleitorais) está a idéia de que *fazer política* depende de uma "boa comunicação", de que a luta política é uma disputa entre agências de publicidade e de que a campanha politicamente vencedora é a que tem os melhores *outdoors*. Desse modo, à medida que os agentes do campo político acreditam que suas chances de vencer podem ser modificadas investindo no "melhoramento da imagem", parte da luta política acaba sendo deslocada para o terreno do marketing político, da imprensa e dos meios de comunicação de massa.

Mesmo concordando que o nome de Duda Mendonça é um dos primeiros que nos vêm à cabeça quando pensamos em um *marqueteiro*, importa observar que todos os agentes (sejam indivíduos ou empresas) envolvidos nas campanhas eleitorais no *trabalho com a imagem* integram o espaço do marketing político. As pessoas ligadas à estratégia de comunicação, a identidade visual da campanha, mídia, criação e produção dos programas de propaganda de rádio e televisão, assessoria de imagem, elaboração de peças publicitárias, a publicidade em geral (criação de *jingles* e slogans, *outdoors*, panfletos, santinhos e outros impressos, cartazes etc.) podem, eventualmente e segundo os contextos, ser designados por outros profissionais ou pela imprensa de "marqueteiros".

Um elemento importante que perpassa as representações sociais sobre o *marketing político* e seu papel numa campanha eleitoral é que esse trabalho sobre, como diria Goffman (1959, 1985), a "fachada pessoal" do candidato[11] (e que teria o – pouco nobre – objetivo de "vender" sua imagem ao eleitorado) costuma ser contraposto ao "conteúdo" e à "substância programática" que se espera que o candidato e seu discurso possuam. São numerosas as matérias publicadas em períodos eleitorais que trazem títulos como "menos idéias e mais imagens" e se dedicam a discutir o papel (negativo) do marketing político. Por exemplo, num artigo da revista *Imprensa* intitulado "Quando a esquerda imita a direita: em época de eleição todos têm seu marketeiro de plantão", Frei Beto escreve:

> Então, o eleitor recebe, pela janelinha eletrônica, um produto tão maquiado quanto um refrigerante ou uma margarina. O candidato não fala o que pensa nem o que sente. Lê no teleprompter um texto elaborado pelos marquetei-

> ros. Tudo soa falso: o sorriso, o tom de voz, o gesto e, quase sempre, as promessas (*Imprensa* 1998:87).

Ou ainda este outro, escrito pelo jornalista Alberto Dines, que sob a chamada "Fim dos comícios e do jeito 'mitingueiro'" diagnostica:

> Marqueteiros e maquiladores, VTs (vídeos) e TPs (teleprompter – câmara que permite a leitura do texto) mecanizaram o contato entre eleitores e candidatos. Locutores de comerciais falam por eles... (*Folha de S. Paulo*, 3/10/98).

Diante de críticas como estas, os *marqueteiros* se defendem devolvendo a bola aos políticos e relativizando o poder do trabalho deles sobre a imagem dos candidatos. É bastante comum, quando se trata de determinar e distribuir as responsabilidades sobre as vitórias ou as derrotas, o discurso sobre marketing político ser ambivalente. Principalmente, claro, quando se trata de derrotas. Aí é que se lembram de que o trabalho sobre a imagem tem seus limites e que, mesmo eles sendo "mágicos": Entre os dotes dos marketeiros não figura o de transformar um Enéas Carneiro num vencedor de corrida presidencial (*Veja*, ano 31 n. 37, 1998)

Na mesma linha, um publicitário paulista, *marqueteiro político* em períodos eleitorais, respondeu, quando perguntado pelo motivo pelo qual em sua opinião Luiza Erundina perdera a prefeitura de São Paulo para Celso Pitta (candidato de Paulo Maluf), na campanha de 1996:[12]

> O que aconteceu na campanha de 1996? O primeiro comercial da campanha da Erundina mostrou-a com a roupa assim, bem vaporosa passeando pelo parque de Virapoeira com um raminho de flores. Mas não basta você fazer uma transmutação se a população acha que o PT é do contra [...] não é tão simples assim. Eles cometeram dois erros. A população acha que esse vinho aqui é cor de vinho, você fala "é branco". Não, não é! Então não adianta. Não é assim que você muda uma imagem... Tem que cativar, tem que preparar...
>
> [Pergunta]: Mas você acha que é possível mudar uma imagem, se isso for planejado?
>
> [Entrevistado]: Conseguir se consegue; talvez você não ganhe *esta* eleição... E isso é uma coisa aqui do Brasil, também: todo candidato quer ganhar a eleição, ele não quer trabalhar para se fortalecer para, de repente, ganhar uma próxima! Então, os candidatos são muito amadores nesse aspecto. Querem ganhar de qualquer jeito. Mas não existe isso de ganhar de qualquer jeito. Aí, depois ficam todos criticando o marketing eleitoral! Mas não é verdade, não existe milagre, ninguém faz milagre. (...) Não é assim... mas a Erundina... que apanhava da polícia, puseram ela com um raminho!![13]

Na divisão de trabalho entre os diferentes agentes envolvidos numa campanha é mais ou menos consenso que a *imagem* (em oposição a *discurso* e *conteúdo*, primados do político) seja o campo de atuação dos *profissionais do marketing político.* Mas o consenso é muito menor e a disputa se acirra quando se trata de determinar a quem corresponde o controle da "estratégia" da campanha.

A montagem da estratégia de campanha

> Uma campanha é como uma empresa: ela precisa de funcionários, planejamento estratégico e marketing.
> (Gaudêncio Torquato, "consultor político" e ex-presidente da Abcop)

Como vimos, tanto a imprensa como o dicionário *Aurélio* restringem o significado do *marketing político* ao trabalho dos publicitários com a imagem dos candidatos, mas os *profissionais do marketing político*, em geral, preferem um significado mais amplo e mais técnico. Nos livros, artigos e outras publicações escritos por estes profissionais abundam as tentativas de definir o *marketing político* da forma mais precisa possível:

> [...] conjunto de técnicas (de comunicação) com o objetivo de adequar um candidato ao seu eleitorado potencial, primeiro tornando-o conhecido do maior número de eleitores possível e, em seguida, mostrando-o diferente dos seus adversários, evidenciando suas qualidades, em detrimento de suas falhas e mostrando o oposto quanto aos adversários. (...) Podemos simplificar dizendo que o "marketing" são as maneiras de se adaptar a ação ou produto (no caso o candidato) às necessidades e vontades do consumidor (eleitor) para atingir o objetivo pretendido (vencer as eleições) (Andrade 1998:21).
>
> O marketing político entendido como o esforço planejado para se cultivar a atenção, o interesse e a preferência de um mercado de eleitores, é o caminho indicado e seguro para o sucesso de quem deseja entrar na política. (...) Marketing: "conjunto de atividades planejadas para 'trabalhar' o candidato enquanto produto" (Rego 1985:14, 74).

Ou ainda outras definições que – com menos ênfase no aspecto mercadológico – o apresentam como:

> [...] conjunto de esforços planejados para a difusão e a implementação de idéias, planos e programas de um partido ou coligação, tendo em vista objetivos políticos definidos previamente (Teixeira 2000:14).

Finalmente, inclusive os que dizem que à primeira vista pretendem evitar definições por serem estas "sempre reducionistas" não conseguem evitar a tentação de ensaiar alguma aproximação e acabam admitindo que

> não seria fora de propósito definir o marketing político como um conjunto de procedimentos e técnicas cujo objetivo é avaliar, através de pesquisas qualitativas e quantitativas, os humores do eleitorado para, a partir daí, encontrar o melhor caminho para que o candidato atinja a maior votação possível (Figueiredo 1998).

Para além dos matizes diferentes entre as definições citadas, observa-se que todas introduzem termos tais como "planejamento", "produto e consumidor", "mercado de eleitores", "conjunto de técnicas", enfim, toda uma terminologia provinda, basicamente, da área de administração e marketing. Interessa-me ressaltar, em particular, a noção de "esforço planejado" que perpassa as definições mencionadas. Junto às idéias de que é necessário "planejamento" e organização encontra-se, em geral, uma representação das campanhas políticas como algo caótico e desorganizado, "uma grande zorra".

Para atingir o objetivo maior que é fazer com que o candidato vença a eleição, a campanha precisa ser "racionalizada" mediante ajuda profissional externa e mediante a introdução de técnicas e métodos de organização e planejamento não políticos:

> Esta é, para mim, o grande nó da questão. É fundamental que "o achômetro" seja deixado de lado. É aí que começam os acertos (ou desacertos) da eleição. É aí que se começa a ganhar. Ou se começa a perder. A montagem da *linha estratégica* que vai presidir todos os atos de campanha é a grande tarefa a ser desenvolvida (Santa Rita 2001:236).

Ou nas palavras de Carlos Manhanelli:

> Após vinte anos de trabalho não tenho dúvida de que a maioria das campanhas vitoriosas tinha um grau de organização de dar inveja a muita empresa. (...) O fato de que se tem pouco tempo para trabalhar exige uma organização mais apurada e muita disciplina, um senso profissional muito grande, que se combina eventualmente com o engajamento político.
> A experiência permitiu a elaboração de um organograma funcional básico desenvolvido especialmente para campanhas eleitorais. Minha empresa tem um curso de treinamento que serve para passar conhecimento prático e, ao mesmo tempo, para ir implantando a campanha e fazendo os ajustes necessários para engrenar a máquina administrativa da candidatura. Com isso o candidato ganha tempo para fazer seu papel, ou seja, ganhar votos (Figueiredo e Malin 1994:142).

Como no caso de Santa Rita e de Manhanelli, ambos membros da (Associação Brasileira de Consultores Políticos/Abcop), esse é o discurso de muitos dos seus associados. Indivíduos provindos da área de administração apontam na mesma direção. O que vem citado a seguir, extraído de *Marketing eleitoral: para não desperdiçar recursos*, de Marcelo Lima, é um bom exemplo:

> Dentro desse 'processo científico e racional' de dirigir uma campanha, que é o marketing eleitoral, o planejamento ocupa uma posição central, na medida que permite a melhor alocação possível dos recursos escassos... (...) Muitos candidatos preferem evitar ou minimizar a importância do planejamento, confiando no seu *feeling* ou na sua experiência política. Melhor seria assumir que preferem deixar tudo ao acaso; pelo menos poupariam tempo aos seus assessores, que já poderiam partir direto para as justificativas das derrotas, enquanto o candidato ficaria tal qual uma barata tonta para lá e para cá (1988:22).

Da mesma forma que nessas citações, escuta-se até a exaustão em cursos e seminários que o papel do *marketing político* é o de "integrar" as diversas ações de uma campanha. Ao mesmo tempo, junto à representação acerca da missão integradora do *marketing político* aparecem em cena a "estratégia" e o "estrategista", noções estas que estão no coração mesmo do marketing político:

> A unidade é um dos maiores desafios de uma campanha política; programas, propostas, mobilização, articulação e agenda do candidato devem estar sintonizados e integrados. Daí a importância do estrategista. Trata-se do profissional que olhará a campanha de fora para dentro, analisando as pesquisas, sugerindo abordagens, corrigindo posições, comparando o discurso e a postura dos adversários, redimensionado as ações, observando o ritmo e o fluxo das ações durante as fases principais, que são a pré-campanha (maio/junho), o lançamento (junho), o crescimento/ maturidade (julho/agosto), a consolidação (setembro) e o clímax (final de setembro / primeira semana de outubro) (Torquato, *Jornal do Brasil,* 2/5/2002).

Uma empresa ou consultoria de marketing político que possua dentre seus serviços "uma equipe preparada para oferecer-lhe o que existe de mais atual em estratégias de marketing político e eleitoral" incluirá, por exemplo: trabalho de "planejamento estratégico de marketing e comunicação" (análise de peças de campanha, criação de slogan, identidade visual, recuperação de imagem pública); ajuda para implantar "estruturas de comunicação"; treinamento de equipes, "consultoria estratégica" (aconselhamento político, preparação de discursos, palestras, *papers*); elaboração de comerciais de tevê e de rádio; pesquisas quantita-

tivas e qualitativas; serviços de computação gráfica; vídeos documentários e peças impressas.

Quando se assiste a um congresso de marketing político observa-se como várias das palestras consistem na apresentação de "regras", "dicas" ou "passos" para traçar uma estratégia de campanha eleitoral. Da mesma forma, os autores de livros sobre marketing político oferecem – além de experiências pessoais – um vasto número de conselhos para a organização eficiente de uma campanha e a elaboração de uma estratégia "vitoriosa". Na maioria das vezes o público-clientela destes "estrategistas" são os candidatos de campanhas menores (a deputado estadual e prefeituras de municípios pequenos e médios) onde, como aconselhou Einhart Jácome da Paz ("marqueteiro" e cunhado de Ciro Gomes) durante uma palestra: "*O que ganha campanha é estratégia. Para deputado não é a TV que elege, tem mesmo que ir à rua buscar voto*."

Quero abrir apenas um parêntese, antes de passar ao próximo ponto, para me referir brevemente à superposição de conceitos e representações que a palavra "estratégia", oriunda do campo militar, introduz no campo eleitoral. Num pequeno livro sobre estratégias eleitorais e marketing político, Carlos Manhanelli escreve:

> Em política, a estratégia deve ser utilizada como se utilizam os generais em tempo de guerra, pois a única ação vergonhosa em campanha eleitoral é perdê-la (...) [a estratégia] nada mais é do que decidir a forma de combate a ser considerada na batalha pelos votos (1988:21).

As ações a serem seguidas em relação aos outros candidatos integram um campo semântico carregado de imagens bélicas: os outros candidatos são os "adversários", ou os "inimigos"; o plano a ser traçado e as ações a serem realizadas são do domínio da "estratégia e da tática"; o coordenador da campanha é comparado, no seu papel de "estrategista", a um general. Alguns títulos de livros e manuais escritos por estes especialistas denotam isto claramente: *Batalhas eleitorais*, ou *Eleição é guerra*. As epígrafes em geral são tiradas de George Patton, Von Clausewitz, Maquiavel, Churchill, Golbery do Couto e Silva. É preciso saber "quando atacar" e quando "retroceder e reunir forças"; não se pode "desperdiçar balas atirando para todos os lados".[14]

A noção de *estratégia* permite o encontro do universo semântico do *marketing* com o da política. Pelo poder para planejar, organizar e coordenar a campanha disputam os *profissionais do marketing político* com outros agentes políticos envolvidos na campanha. Um dos elementos centrais nos quais baseiam sua competência para esse trabalho é na capacidade de interpretar o que os eleitores querem. É aqui que as pesquisas eleitorais adquirem um papel importante no interior do espaço do *marketing político.*

Conhecer os eleitores

As pesquisas (quantitativas e qualitativas) são "vendidas" ao longo da campanha eleitoral pelos diversos profissionais do marketing político como uma ferramenta para fornecer subsídios para a definição da estratégia de campanha em geral (tanto para a "estratégia política" como para a "estratégia de comunicação e marketing").

Mônica Machado, socióloga que trabalha com pesquisas qualificativas, explica:

> Então, o que faz o marketing? Como é que você faz um planejamento de marketing eleitoral? Você se baseia em informações tiradas basicamente de pesquisas, pesquisas que avaliam as expectativas da população, que avaliam as imagens dos candidatos, avaliam uma série de elementos que você pode considerar como matéria-prima para um planejamento estratégico. (...) em geral não são agências [que fazem este trabalho], são profissionais da área de pesquisas. Em marketing político você às vezes tem uma agências que faz, mas geralmente é um profissional que faz, embora você possa trabalhar com apoio de uma agência. Mas isso não é uma coisa fundamental (Machado 1998).

As pesquisas também são indispensáveis para "dar racionalidade à disputa pelo pleito, oferecem previsibilidade de resultados e antecipam a chegada ao *podium* eleitoral" (Machado 1998). Como mencionado antes, ao me referir ao trabalho sobre a *imagem* do candidato, para os profissionais do marketing político o objetivo fundamental das pesquisas é permitir que o político esteja "afinado com os eleitores, conheça quem são, onde estão, o que aspiram e o que pensam". Nesse fluxo, o trabalho do *marqueteiro* é o de "intérprete". Ele deverá decodificar o que o eleitorado espera, num determinado momento, de uma candidatura, e traduzir aquilo em estratégia.

Ainda que se olhe para as pesquisas de opinião pública em geral, e para as eleitorais em particular, como um espaço social diferenciado e cada vez mais autônomo, com valores, agentes e princípios de diferenciação que lhe são próprios, quando se quer identificar o *marketing político* enquanto categoria não há como não incluir nele estes agentes, suas práticas e representações que pertencem a outras áreas.[15] Não somente porque, como vimos, as pesquisas são fundamentais para o trabalho com a imagem e na elaboração da estratégia, mas também porque é nelas que o marketing político baseia uma auto-representação de cientificidade. Assim, não há livro que não inclua, no mínimo, um capítulo sobre pesquisas; nem congresso ou curso sobre marketing político que não convide, entre os *especialistas em campanhas eleitorais*, os que trabalham com pesquisas.

A pesquisa preenche diversas funções dentro de uma campanha, estando presente cada vez mais em praticamente todas as suas fases: anterior às convenções partidárias, quando um partido quer avaliar qual candidato terá mais chances; para traçar o "perfil do candidato" e elaborar a estratégia; na hora de avaliar a campanha para ajustar a estratégia; na previsão de resultados; e, finalmente, na boca de urna, no dia da votação. As pesquisas *quantitativas* são usadas para "medir" aspectos como "intenção de voto", "índice de rejeição", "características dos candidatos", "problemas mais importantes" para o eleitorado, "preferência partidária", razões de voto em um ou outro candidato etc. Já as *qualitativas*, que são as entrevistas com grupos focais, ou as entrevistas em profundidade, ambas servem para o monitoramento do horário eleitoral, para hierarquizar temas dentro de um programa, identificar quais são os valores da população em relação a esses temas, o que pensam poder se feito, por exemplo, na área de saúde, e por quê. A pesquisa qualitativa é a que "matiza ou afina a comunicação para que o candidato atinja os objetivos com precisão".[16]

> É com ajuda da "quali" que escolho os meus apresentadores – sua simpatia e sua credibilidade dão fundamentais; não raro, eles atuam como verdadeiros porta-vozes, poupando o candidato em momentos polêmicos e desgastantes. Testo também meus comerciais mais importantes e ousados (antes de ir ao ar), testo marcas, conceitos, slogans, fotografias e até mesmo respostas de impacto a situações delicadas e perigosas (Mendonça 2001:68).

Ronald Kuntz, durante uma palestra em que se referiu à importância das pesquisas para conhecer as tendências de uma localidade ou região acrescenta:

> É fundamental que o candidato fale a linguagem que exatamente o eleitor quer ouvir. Não adianta o candidato falar aquilo que ele acredita, tem que falar o que ele acredita, mas tem que falar o que o eleitor quer ouvir porque se não ele está transmitindo uma mensagem que é fantástica (...) As técnicas fazem com que haja uma ajuda.

Neste ponto, gostaria de chamar a atenção para a ambivalência que, mais uma vez, perpassa as representações sociais sobre o marketing político. Por um lado, vemos a conotação positiva para os *profissionais do marketing político* (e para muitos dos políticos que contratam seus serviços) contida em "escutar os eleitores". Em outros contextos, porém, isso é considerado negativo devido ao caráter "despolitizante" desse mesmo marketing político.[17] Em matéria sobre marketing político, pode-se ler:

> Levanta-se aí uma questão crucial: trabalhados cada vez mais pelo marketing, posicionando-se sobre as questões nacionais a partir das aspirações do elei-

> torado captadas em pesquisas de opinião, não estariam os políticos perdendo boa parte de sua substância? (*Veja,* ano 31, n. 37, 1998).

Ou, numa coluna com o título "Campanha de sabonetes":

> Mas o fenômeno mais surpreendente é a semelhança entre os quatro contendores. Todos empenhados em ser alternativas ao governo. Ninguém quer ocupar o posto de candidato da situação.
> Tanta emoção se explica pelos rumos da campanha. Ela tem se mostrado puro exercício de marketing. Os candidatos se especializaram em dizer o que o eleitor quer ouvir, inspirados em infinitas pesquisas qualitativas de opinião. Como se faz com os sabonetes e os sabões em pó (Salvador, *Correio Braziliense,* 11/8/02).

Na realidade, o papel das pesquisas é ambivalente e é dessa forma que transitam no cerne das relações de representação política. Elas permitem, por um lado, manter a ilusão de que um representante deve agir como espelho das vontades dos seus representados. A voz e as vontades destes são reveladas pelas pesquisas e de acordo com isso o candidato modela sua identidade política. Mas ao mesmo tempo, as pesquisas põem em evidência a artificialidade desse *constructo*, à medida que chamam a atenção para a necessidade de que parte do trabalho político de um representante seja também o de construir vontades políticas e não apenas se espelhar nos outros.

Não quero encerrar esta breve passagem pelas pesquisas eleitorais sem mencionar, ainda que de forma rápida, algumas das caraterísticas dos agentes que se dedicam de forma direta às pesquisas. São numerosas as empresas que oferecem serviços de "pesquisa de opinião e mercado".[18] Algumas delas oferecem, também, "pesquisa eleitoral", "pesquisas políticas", "quantitativas, qualitativas e marketing político" etc. O universo é amplo e diversificado, sendo que fugiria aos objetivos e limites deste trabalho fazer um mapeamento mais aprofundado. Apenas, para caracterizar um pouco a diversidade, quero mencionar que existem as grandes e tradicionais empresas comerciais dedicadas a pesquisas de mercado: Ibope, Gallup, Vox Populi, que contam com divisões especializadas em opinião pública e política e oferecem, também, subsídios para "a tomada de decisões nas áreas de política e governo". Outras, que são empreendimento conjuntos da mídia com um instituto de pesquisa, como o caso da Brasmarket de Ronald Kuntz, por exemplo. Temos ainda, algumas universidades que criaram seus institutos de pesquisa de opinião pública e trabalham em parceria com jornais como, por exemplo o Data Uff vinculado ao Núcleo de Pesquisa e Informação da Universidade Federal Fluminense e, mais recentemente, o DataFolha. Outra tendência atual, que se reforça cada vez mais, é a de pesquisadores provindos das ciências sociais ou

profissionais da área de opinião pública criarem seus institutos e trabalharem preferencialmente para um partido ou um político.

Outras atividades de marketing político no cenário eleitoral

Como vimos até aqui, existe uma constelação de práticas, agentes e representações que se articulam em torno de um espaço social identificado com a expressão "marketing político", e que evidenciam a existência de um fenômeno social sobre o qual é impossível dizer sem duvidar "marketing político é...". Contudo, todas as (diversas) ações e práticas que o integram estão vinculadas, de uma ou outra maneira, ao campo político-eleitoral. Dito mais diretamente, sem eleições não existe o *marketing político.* Nesse contexto, sua face mais pública está associada às campanhas eleitorais e ao *marketing* dos candidatos. Assim, são, fundamentalmente, determinadas atividades ligadas de forma direta ao trabalho para um candidato ou partido os que são identificados socialmente como *marketing político*.

No entanto, o termo *marketing político* abriga também outras práticas que, embora não façam parte nem dependam de uma (ou mais) candidatura(s) determinada(s), também cobram especial sentido se vinculadas a um contexto eleitoral. As práticas de *marketing político* deste segundo conjunto se materializam numa série de atividades didáticas e de formação, como cursos e seminários sobre *marketing político* destinados a candidatos (ou futuros candidatos) e assessores, estudantes e a outros "interessados" no tema. A produção de artigos e matérias sobre as eleições e temas relacionados para revistas e jornais, e a publicação de livros sobre *marketing político,* também devem ser inseridos neste conjunto.

Práticas como dar cursos ou escrever livros são credenciais "nobres", profissionalmente valorizadas e integradas nos currículos de apresentação dos *marqueteiros*. Mas essas ações são meios, também, para "fazer o próprio marketing" e autopromover-se profissionalmente. Os *marqueteiros* que possuem livros ou cartilhas sobre marketing político publicados, reconhecem que essa é uma boa forma de dar visibilidade ao próprio trabalho profissional e de alcançar certo prestígio. Através de contatos com gráficas conhecidas ou, inclusive, financiando as próprias publicações, todo *marqueteiro* aspira a ter seu livro publicado e comentado pelos colegas e pela grande imprensa ou, melhor ainda, por revistas especializadas. Assim, organizar cursos ou ser convidados a dar palestras também, além de ser valorizado socialmente como "prestigioso", é uma boa oportunidade para "ganhar clientes". Nesse sentido, esse conjunto de ações se orientam simultaneamente pela busca de ganhos simbólicos (cuja acumulação se comuni-

ca através dos currículos, principalmente) e, de forma indireta, pela busca de ganhos materiais concretos.[19]

Mas, e para concluir, o fundamental dessas ações, ao meu ver, consiste em que elas podem ser interpretadas como parte do trabalho dos agentes do *marketing político* para fortalecer a crença na existência do *marketing político* como alguma coisa de contornos definidos e efeitos precisos. Livros, artigos nos jornais, cursos, palestras etc. povoam o cenário político como "evidências" de sua existência e de que não seria mais possível imaginar uma campanha sem o marketing político. Penso que olhar para esses aspectos permite entender como, mesmo sendo amplamente criticado pelos políticos (e grande parte de seus assessores), atualmente seja tão difícil encontrar um candidato que não acredite na sua eficácia e inclua na sua campanha, por mínimo que seja, seu "esquema de marketing". Os agentes do *marketing político* parecem estar sendo muito bem-sucedidos na aplicação de sua própria estratégia de *marketing* e na criação de um amplo mercado para seus "serviços e produtos políticos". Constata-se que dentre as representações que estariam se impondo como crença compartilhada (e com muito sucesso, se considerarmos as somas de dinheiro destinadas a *marketing* e o custo crescente das campanhas eleitorais) encontramos a idéia de que uma campanha "vitoriosa" depende de uma *boa comunicação*, que o cuidado da *imagem* do candidato é assunto de *especialistas* e que boa parte da luta eleitoral é uma disputa entre agências de publicidade, institutos de pesquisa de opinião e *marqueteiros*.

Notas

[1] Os dicionários contemporâneos acumulam, como se se tratasse de estratos geológicos, todas as significações constituídas ao longo da história e servem para termos consciência da diversidade de sentidos que, atualmente, pode ter uma noção determinada (Champagne 1998:45). No Dicionário *Aurélio* (1986, 2 ed. – com vocabulário aprovado de 1971) existe uma definição de "marketing" bastante menos elaborada que na edição posterior: "Conjunto de estudos e medidas que provêem estrategicamente o lançamento e sustentação de um produto ou serviço no mercado consumidor, garantindo o bom êxito comercial da iniciativa" (correspondente em português: "mercadologia"). Na edição de 1999, a definição se torna mais completa: 1) Conjunto de estratégias e ações que provêem o desenvolvimento, o lançamento e a sustentação de um produto ou serviço no mercado consumidor. [V. composto de marketing]; 2) P. ext. Conjunto de estratégias e ações que visam a aumentar a aceitação e fortalecer a imagem de pessoa, idéia, empresa, produto, serviço etc., pelo público em geral, ou por determinado segmento desse público; e 3) o conjunto de conhecimentos relativos ao marketing (1). [Correspondente em port., p. us., mercadologia.]". Logo a seguir há uma longa lista – inexistente na edição anterior – com definições do "marketing" adjetivado: "esportivo", "ecológico", "empresarial", "político" etc.

[2] Até porque parece ser o contrário. Quem faz "marketing político" é designado, principalmente pela imprensa, com o termo "marketeiro" (ou marqueteiro, na versão mais abrasileirada). Tanto o dicionário *Aurélio* como o *Houaiss* incluem a palavra "marqueteiro" ("pessoa ou

profissional do marketing"). Apenas cabe mencionar aqui que os próprios profissionais não gostam desse termo e preferem se autodesignar "profissional do marketing político" ou, segundo os casos, "consultor político". Para uma análise aprofundada dos *profissionais do marketing político*, ver Scotto (2003), em especial os capítulos 5 e 6.

[3] Para ampliar a noção do mundo social representado como "espaço" multidimensional construído na base de "princípios de diferenciação ou de distribuição constituídos pelo conjunto das propriedades que atuam no universo social considerado", ver Bourdieu, 1998.

O mesmo conceito é aplicado por Monique de Saint Martin na análise dos descendentes da antiga nobreza francesa, em que propõe abordar os diferentes grupos e subgrupos (nem todos claramente constituídos) que a integram como um *espaço* (o "espaço da nobreza"), constituído na base de dinâmicas e processos que o atravessam. Mesmo assim, dever-se-á observar e procurar compreender quem, nesse espaço, se crê nobre ou se diz nobre, e quem é considerado como nobre, ainda que assim não considere a si mesmo como tal. Neste sentido, é também um espaço discursivo que pode ser construído (Saint Martin 1993, 2002). Finalmente, o conceito de *espaço social* aplicado ao marketing político se torna particularmente fecundo quando se olha para seus agentes.

[4] Para uma apresentação detalhada das atividades didáticas, literárias e associativas que integram o marketing político, ver Scotto (2003).

[5] Por exemplo, a campanha presidencial de 2002 do candidato José Serra contou, na área política, com um coordenador geral (o deputado Pimenta da Veiga), uma secretaria executiva, uma área de articulações políticas, dois conselhos políticos (um que se reunia diariamente e outro multipartidário), e duas pessoas para angariar recursos. Na coordenação do "comando de criação e eventos, produção e marketing da campanha", o publicitário (o "marqueteiro do candidato") Nizan Guanaes. Integrou também o núcleo, o cientista político Antônio Lavareda como responsável pelas pesquisas internas e análise das pesquisas de opinião.

Já na campanha do Luiz Inácio Lula da Silva, houve também um "coordenador de campanha" da área política (José Dirceu) e que também desempenhou funções como "presidente do comitê financeiro"; três pessoas próximas a Dirceu coordenaram a "arrecadação de recursos", os "contatos com rádios e TVs", e as "relações com a imprensa", respectivamente. Houve um "coordenador de programa de governo" que esteve à frente de uma equipe de 20 especialistas em várias áreas, e também existiu aqui a figura do "articulador político" e do "articulador da agenda" (com as respectivas coordenações estaduais). A "equipe de marketing e de comunicação" foi coordenada por Duda Mendonça.

[6] Para uma etnografia do trabalho dos assessores de uma vereadora que se lança na disputa para sua reeleição, ver o capítulo "Assessores, uma equipe que veste a camisa" (Kuschnir 2000).

[7] Forma aportuguesada do vocábulo inglês *freelancer.*

[8] De um artigo escrito pelo publicitário Paulo de Tarso e publicado em *Meio & Mensagem*, incluído posteriormente, no *site* da agência Tarso Loducca – Consultoria e Comunicação Institucional e Política.

[9] Nos Estados Unidos, o termo mais usado para se referir ao profissional desta área é "consultor de imagem".

[10] Hoje em dia, Duda Mendonça é considerado o responsável por criar a imagem do "Lula *light"*. Segundo a imprensa, o publicitário "transforma em programas eleitorais as propostas e

idéias de Lula e do PT. Poda os exageros de outrora e dá tratos à imagem light do candidato. Elimina o que não tem apelo popular. O ex-assessor de Paulo Maluf seguirá aparando a barba de Lula e vestindo nele ternos bem cortados enquanto achar que é essa a imagem que mais agrada ao eleitorado. (*Correio Braziliense*, 11/8/02). Duda baseia boa parte de sua fama na transformação que teria produzido em Paulo Maluf. Abundam as matérias nos jornais e revistas com fotos comparando Maluf "antes" (com óculos que à luz de hoje parecem completamente ultrapassados) e "depois". O termo "mago" com que a imprensa gosta de chamar os marqueteiros se relaciona com essa "alquimia" feita nos candidatos.

[11] Erving Goffman (1985 [1959]) emprega a noção de "fachada pessoal" para designar aqueles itens do equipamento expressivo que se identificam com o próprio ator: vestuário, sexo, idade, características raciais, altura, aparência, atitude, padrões de linguagem, expressões faciais, gestos etc. Na fachada pessoal, ele faz uma diferenciação entre a "aparência", que revela o *status* social do ator, e a "maneira", que informa sobre o papel de interação que o ator desempenha na situação que se aproxima.

[12] Nessa eleição, o então prefeito Paulo Maluf apresentou como candidato de seu partido seu secretário de Finanças, Celso Pitta, que era praticamente desconhecido. Porém, Pita acabou vencendo. Sobre esta eleição, cf. Teixeira 2000.

[13] Luiza Erundina já tinha sido prefeita de São Paulo, pelo PT, em 1988. Além dessas identidades políticas assinaladas por Teixeira, ela foi portadora da de "nordestina". Para averiguar o jogo e entrecruzamento de identidades sociais sobre a figura da ex-prefeita através da análise de material de imprensa produzido no período pós-eleitoral em 1988, cf. Penna 1992.

[14] Quando se olha um pouco para além do discurso "beligerante" – que a primeira vista entraria em contradição com o ideal democrático e seu pressuposto de separação entre guerra e política (incluídas aqui as eleições) –, vemos que as imagens e conceitos associados a guerra se confundem com os provindos dos jogos competitivos e dos esportes (golpe final, meio campo, diretor técnico, partida de xadrez, regras do jogo etc.).

[15] Por outro lado, um trabalho já clássico, que problematiza de forma mais geral a relação entre pesquisas e opinião pública é o de Pierre Bourdieu "A opinião pública não existe". Para o antropólogo francês, uma das funções políticas mais importantes das sondagens de opinião consiste em impor a ilusão de que existe uma *Opinião Pública* que se manifesta "politicamente" sobre tal ou qual assunto, quando na verdade o que temos é apenas uma adição de opiniões individuais que respondem a questões que interessam aos institutos de pesquisa e seus clientes. Porém, como é evidente, todas as opiniões não se equivalem, nem todo mundo tem uma "opinião" sobre o tema perguntado, nem, necessariamente, existe um consenso sobre se esses são os "problemas" que dizem respeito a todos.

No Brasil, um dos primeiros trabalhos a abordar de forma crítica a análise das pesquisas de opinião pública e seu papel na política foi "Pesquisas eleitorais em debate na imprensa" de Michel Thiollent (1989).

[16] Informação sobre pesquisas eleitorais podem ser encontradas em Jordão (1994), Nunes (1992 e 1994), Monteiro (1992) e Almeida (2002), entre outros.

[17] Em *Vende-se política,* Laurence Rees, ao se referir à "tirania das pesquisas", no momento em que os candidatos começam a se perguntar "em que as pesquisas me dizem que eu deveria acreditar?", assinala, ao meu ver, muito corretamente: *isto é um passo lógico, porém filosoficamente é uma mudança radical na pergunta original: o que as pesquisas me dizem sobre o que os eleitores pensam das minhas convicções?* (Rees 1995:99).

[18] As técnicas para medição da "opinião pública" se desenvolveram e padronizaram a partir de 1930. Em 1932, a revista *The Literary Digest* nos EUA enviou milhares de questionários a todas as pessoas que conseguiu listar acertando com precisão o vencedor da eleição presidencial norte-americana. Apenas alguns anos mais tarde, em 1935, George Gallup inaugurou, em Princeton, o primeiro instituto dedicado a pesquisas sociais. O instituto ficou famoso por prever a vitória do presidente Roosevelt nas eleições de 1936, utilizando já alguns elementos da amostragem probabilística, quer dizer, elementos que levam em conta uns poucos milhares de pessoas, a partir do que se consegue conhecer a "opinião" de milhões.

No Brasil, nos começos dos anos 1930 as agências de publicidade norte-americanas instaladas no Brasil usaram pela primeira vez as pesquisas de mercado, embora ainda timidamente. Em 1942 foi criado o Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística/Ibope, que inaugurou as pesquisas de audiência de rádio. Após a Segunda Guerra, o Ibope deixou de ser um órgão exclusivo de pesquisa de audiência de rádio e se diversificou na pesquisa de opinião. O seu conceito cresceu com o acerto das previsões em torno da eleição do Gen. Dutra (cf. Cadena 2001:107-8).

Em relação às pesquisas qualitativas, foram as agências de propaganda que começaram a usar essas técnicas no Brasil na década de 60. Mais tarde, a televisão as incorporou, em especial no desenvolvimento das novelas de televisão, que passaram a ser acompanhadas no seu desenrolar por discussões em grupo.

[19] Nesse contexto, é fundamental entender, também, o papel fundamental que desempenham (além das atividades didáticas e as literárias) as práticas associativas (tais como participação em congressos e associações profissionais) com o objetivo de congregar os *profissionais do marketing político*. O *marketing político* inclui também práticas de caráter associativo (tais como participação em congressos e associações profissionais) realizadas com o objetivo de congregar os *profissionais do marketing político*. Enquanto eventos sociais, os "congressos" e as "feiras" são fundamentais na construção e afirmação de uma identidade para um campo de atividades profissionais que luta para definir tanto suas fronteiras externas como as suas relações internas (cf. Scotto 2003).

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Alberto Carlos. *Como são feitas as pesquisas eleitorais e de opinião.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

ANDRADE, Durval A. (org.). *Gente é para brilhar:* manual de campanha. Belo Horizonte: Ed. O Lutador, 1998.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Ed.Difel. cap. VI: "Espaço social e Génese das classes". pp.133-162. 1998.

CADENA, Nelson Varon. Brasil: 100 anos de propaganda. São Paulo: Edições Referência, 2001.

CHAMPAGNE, Patrick. *Formar a opinião*: o novo jogo político. Petrópolis/RJ: Ed.Vozes, 1998.

FIGUEIREDO, Rubens; MALIN (orgs.). *A conquista do voto:* como agem os especialistas nas campanhas eleitorais. São Paulo: Brasiliense, 1994.

FIGUEIREDO, Rubens. *Marketing político: duas visões*, 1998. Disponível na internet via www.sebraesp.com.br/manhanelli/textos.html. Arquivo consultado em 1999.

FREI BETO. Quando a Esquerda Imita a Direita: em época de eleição todos têm seu marketeiro de plantão. *Revista Imprensa*, ano XI, nº 130, julho, 1998, p. 87.

GOFFMAN, Erving. *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*. 7ª ed. Trad. de Maria Célia S. Raposo. Petropólis: Vozes, 1985 [1959].

HABERMAS, Jürgen. *Mudança Estrutural da Esfera Pública. Investigações quanto a uma categoría da sociedade burguesa.* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

JORDÃO, Fátima Pacheco. O uso das pesquisas qualitativas em eleições. In: FIGUEIREDO, Rubens; MALIN (orgs.). *A conquista do voto.* São Paulo: Brasiliense, 1994.

KUSCHNIR, Karina. *O cotidiano da política.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

LIMA, Marcelo Coutinho de. *Marketing eleitoral: para não desperdiçar recursos*. São Paulo: Ícone Editora Ltda, 1988.

MACHADO, Mônica. *A Política Mercadológica.* 1998. (texto extraido do site da empresa de consultoria política Manhanelli e Associados: www.sebraesp.com.br/manhanelli/textos.htlm. p. 2).

MANHANELLI, Carlos Augusto. *Estratégias eleitorais: marketing político.* São Paulo: Summus, 1988.

MAUSS, Marcel. Esboço de uma teoria geral da magia. *Sociologia e Antropologia.* São Paulo: EPU, vol.I, pp.37-176, 1974 [1902-03].

MAZARIN, Jules. *Breviário dos políticos*. São Paulo: Ed.34, 1997 [1684].

MENDONÇA, Duda. *Casos e coisas*. São Paulo: Globo, 2001.

MONTEIRO, Maria Tereza Souza. Pesquisa qualitativa. In: GRANDI, R. et al. (orgs.). *Voto é marketing... o resto é política*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

NUNES, Márcia Cavallari. Pesquisas quantitativas. In: GRANDI, R. et al. (orgs.). *Voto é marketing... o resto é política.* São Paulo: Edições Loyola, 1992.

_____. "Pesquisas quantitativas: o império dos números". In: FIGUEIREDO, Rubens; MALIN (orgs.). *A conquista do voto.* Brasil: Editora Brasiliense, 1994.

PENNA, Maura. *O que faz ser nordestino. Identidades sociais, interesses e o "escândalo".* São Paulo: Cortez, 1992.

REES, Lawrence. *Vende-se política.* Rio de Janeiro: Revan, 1995.

REGO, Francisco Gaudêncio Torquato do. *Marketing político e governamental: um roteiro para campanhas políticas e estratégias de comunicação.* São Paulo: Summus, 1985.

SAINT MARTIN, M. de. *L´Espace de la Noblesse*. Paris, Éditions Métalié, 1993.

_____. Coersão e diversificação: os desecendentes da nobreza na França. *Mana. Estudos de Antropologia Social*, vol. 8, nº 2. Rio de Janeiro, out. de 2002, pp.127-150.

SANTA RITA, Chico Santa. *Batalhas eleitorais: 25 anos de marketing político.* São Paulo: Geração editorial, 2001.

SCOTTO, Gabriela. *As (difusas) fronteiras entre a política e o mercado: um estudo antropológico sobre marketing político, seus agentes, práticas e representações*. Rio de Janeiro, UFRJ/MN/PPGAS, 2003. Tese de Doutorado em Antropologia Social.

SENNET, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

TARSO, Paulo de. *Agências de propaganda, campanhas de governo e campanhas eleitorais,* 1998. Disponível na internet via www.tarsoloducca.com.br/texto.htm. Arquivo consultado em 2000.

TEIXEIRA, Sebastião. *Sobras de campanha: marketing eleitoral – o que o candidato e o eleitor podem aprender com eleições passadas.* São Paulo: Editora Esfera, 2000.

THIOLLENT, Michel. *Pesquisas eleitorais em debate na imprensa*. São Paulo: Cortez, 1989.

CAPÍTULO 18

Um Evento Crítico: o debate sobre a nova lei de imprensa no Brasil

Carla Costa Teixeira

Os estudos antropológicos voltados para a temática da honra têm nas etnografias de sociedades mediterrâneas dos anos 1960 seu marco instaurador, adquirindo visibilidade na história teórica da disciplina com o volume organizado por J. G. Peristiany sob o título de *Honour and Shame. The Values of Mediterranean Society*, em 1965. Em alguns trabalhos anteriores podemos encontrar referências aos valores da honra mas esta não chega a se constituir enquanto objeto de investigação antropológica, sendo considerada periférica nas análises desenvolvidas.[1]

Dentre os estudos pioneiros destaca-se o *Ensaio sobre a dádiva*, de Marcel Mauss, no qual a noção de honra é inserida no complexo de trocas obrigatórias e voluntárias denominado pelo autor "sistema de prestação total". De sua perspectiva, as concepções de honra ocidental e *mana* polinésia habitam o mesmo espaço conceitual: estabelecem o compromisso de dar-receber-retribuir através da ligação espiritual entre pessoas, palavras e coisas. Para Mauss, "os homens souberam comprometer a sua honra e o seu nome bem antes de saberem assinar" (Mauss 1988:106); tratar-se-ia, portanto, de uma forma de contrato antes da instituição do direito contratual. Contudo, devido à especificidade etnográfica dos estudos mediterrâneos que originaram a chamada antropologia da honra, o aspecto que inicialmente logrou desenvolver-se mais foi o da construção social dos papéis de gênero. A oposição entre honra e vergonha nas sociedades investigadas revelou a importância dos valores da honra na definição do ideal de masculinidade e feminilidade, ao mesmo tempo em que destacava o quão central é o recorte de gênero para a compreensão do universo da honra.[2]

É sob este ângulo que a reflexão acerca da noção de honra se estabelece na antropologia brasileira, através dos estudos de família e de gênero; as etnografias da vida política apenas muito recentemente atentaram para o domínio da honra enquanto fundamental à hierarquia de valores desta esfera.[3] Tal trajetória, contudo, não é um traço exclusivo da antropologia brasileira, é também recente a

prioridade do vínculo conceitual entre honra e política no âmbito da antropologia mediterrânea. Data de 1992 o volume *Honor and Grace in Anthropology* organizado por J. G. Peristiany e Julian Pitt-Rivers, dando continuidade às reflexões inauguradas com a coletânea *Honour and Shame*, no qual o nexo com a domínio do sagrado faz a mediação entre os valores da honra e os da política.[4] Desta perspectiva, o presente artigo integra-se em um projeto maior de mapear os diferentes significados que a honra adquire no contexto político brasileiro, projeto este que teve início com a análise das relações entre a categoria de honra e a de decoro parlamentar no Congresso Nacional em processos de cassação de mandato parlamentar (Teixeira 1998). Agora trata-se de compreender em que consiste a noção de honra quando observamos as interações entre parlamentares e jornalistas, especificamente no processo de definição de uma nova lei de imprensa no Brasil. Assim, apresento inicialmente algumas breves considerações acerca das conexões entre honra e política que orientam este trabalho, para depois analisar o debate legislativo do novo projeto de lei de imprensa e, a seguir, um evento crítico envolvendo jornalistas e parlamentares que, recentemente, deu visibilidade às tensões que surgem na interface entre imprensa e política.

■

O domínio da honra institui um mecanismo de aprovação e reprovação social, em que a pretensão dos indivíduos a um dado valor social é um direito em si – embora nem todos o possuam –, e o reconhecimento ou não deste valor exige um tratamento determinado: prestígio do reconhecido, humilhação do excluído. Engendra, portanto, um tipo de valoração social singular, ancorando uma estrutura interna universalizável (segundo a fonte da honra, sua arbitragem e o processo de obtenção e atribuição deste valor ao indivíduo ou grupo) em um sistema de procedimentos e concepções morais particulares. Assim, a honra adquire significado enquanto uma concepção, presente em espaços e tempos diferenciados, que tem configurado arranjos singulares para o feixe de valores e relações sociais que constituem a vida em sociedade; residindo sua singularidade na ênfase alocada à vontade, ao mesmo tempo obrigatória e voluntária, dos indivíduos encarnarem os ideais sociais de seu grupo e adquirirem, por isso, reputação.

Quando analisamos princípios e mecanismos de honra e desonra estamos, em verdade, observando como determinados grupos ou círculos sociais avaliam o grau de adequação do comportamento de seus membros aos valores e normas estabelecidos. Mais importante, trata-se de um complexo de noções e procedimentos que permite regular o acesso aos recursos morais e políticos, a princípio aberto a todos os pertencentes ao grupo de pares. A noção de honra envolve e

desenvolve relações de poder, pois sempre há que indagar de que forma e quem pode reconhecer e atribuir honra a alguém, segundo que padrões de conduta honrada. Ainda quando atuam elementos de precedência – tais como, família, idade, gênero e grupo de status ou classe social, é fundamental um dado desempenho individual que confirme a condição de honrado. Em conseqüência, o valor da pessoa de honra nunca é um valor absoluto, consiste em um tipo de bem que precisa ser renovado e reconhecido ao longo de toda sua existência, sendo que nem todos encontram-se em igual posição social para definir padrões de conduta e arbitrar a adequação ou não dos procedimentos pessoais a estes padrões. A condição de pertencer e a posição em que este pertencimento se realiza definem o campo de possibilidades de negociação dos compromissos entre as pessoas morais (no sentido maussiano) em dado contexto. Quanto mais próximo dos valores fundamentais de sua configuração sociocultural, maiores as chances do indivíduo ser confirmado enquanto portador de poderes excepcionais e, assim, adquirir prestígio, honra e carisma. O reconhecimento dos adeptos e a felicidade das ações e das respostas do líder tornam-se fonte de legitimidade da sua qualidade pessoal (Weber 1984). Contudo, acompanhando a leitura que Edward Shils faz da noção de carisma weberiana,

> os ideais e as crenças só podem influenciar o comportamento quando ligados a vínculos pessoais, ligações primordiais e responsabilidades em corpos coletivos, e podem entrar em ação principalmente sob a forma de noções vagas de justiça e do bem em formas concretas (Shils 1992:195).

Semelhante colocação permite inserir a característica personalizada das relações orientadas pela honra no campo maior das interações políticas, tratar-se-ia de um campo conceitual (Peristiany e Pitt-Rivers 1992), ou de uma taxonomia moral (Herzfeld 1993), em que se logra expressar a estima social, valor este que é fundamental à esfera política. Nesse sentido pode-se afirmar que a política é, por excelência, um espaço honrado onde a atribuição de prestígio é um sinal de poder e uma fonte de poder.

Desta perspectiva, o controle da definição da honra é uma das questões centrais na vida política, mesmo em contextos de democracia representativa onde os valores da igualdade e da participação pretendem a todos nivelar sob a noção de cidadania. A honra indexa o indivíduo ao seu papel social e permite, assim, a atribuição de responsabilidades diferenciadas aos sujeitos políticos. No Brasil, ao contrário de outros países (Berger 1983), o arcabouço legal reconhece as demandas da honra que ganham visibilidade institucional, principalmente, nos períodos de maior sensibilidade política. Durante as chamadas "crises" ou, na terminologia antropológica, eventos críticos ou dramas sociais as reivindicações e

conflitos latentes se explicitam: Em que consiste um político honrado? Quais os mecanismos legítimos de confirmação e de defesa de sua honra? Como conciliar os direitos e deveres do universo da honra e aqueles próprios ao igualitarismo individualista? A honra tem preço? Ou seja, ela pode ser obtida ou ressarcida através de valores monetários? O desenvolvimento destas e de outras dimensões da honra na política constitui a perspectiva deste artigo, tomando sempre por referência a especificidade do contexto brasileiro em suas condições de produzir soluções de consenso e, ainda, suas regras de desacordo.

■

Muitos que acompanhavam os trabalhos parlamentares no primeiro semestre do ano de 1996 ficaram perplexos com o pedido de agendamento da votação da nova lei de imprensa, em regime de urgência, em meio a pronunciamentos exaltados no plenário da Câmara contra o comentarista Arnaldo Jabor. Vivia-se o impasse entre governo federal e parlamentares no que se refere à aprovação das reformas constitucionais e, em maio, uma análise irreverente deste impasse feita por Jabor num dos noticiários de maior audiência da televisão brasileira provocou um aparente deslocamento temático. Durante vários dias a polêmica sobre a relação ideal entre profissionais da imprensa e políticos mobilizou os meios de comunicação e tomou conta do cenário político, permanecendo até hoje uma questão candente no Congresso Nacional. Contudo, uma análise minuciosa do longo debate sobre a nova lei de imprensa no Senado e na Câmara dos Deputados nos permitirá redimensionar o caráter excepcional do episódio Arnaldo Jabor, compreendendo-o como expressão de tensões que constituem a própria esfera política, em especial, no que concerne ao caráter singular da inserção dos jornalistas no mundo político.

Os profissionais da imprensa, com destaque para os repórteres e comentaristas especializados na cobertura dos "fatos políticos", atuam e interferem na dinâmica política sem no entanto estarem sujeitos aos mecanismos normativos específicos do campo político. Ainda, ao mesmo tempo em que o exercício de sua profissão encarna valores centrais ao regime democrático, como a garantia da liberdade de expressão e do direito à informação, constitui-se em uma ameaça a outro direito fundamental especialmente caro às personalidades políticas. Refiro-me aos chamados *direitos de personalidade* assegurados no art. 5º, inciso X da Constituição brasileira nos seguintes termos:

> São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

Esse é o significado fundamental da acirrada polêmica que tem marcado a trajetória de uma nova lei de imprensa no Legislativo, pois o que se denomina com esta expressão genérica consiste, de fato, em um projeto que busca prioritariamente redefinir os chamados crimes de imprensa e criar instrumentos eficazes de punição aos jornalistas e meios de comunicação que incorrerem neste tipo de crime.

Havia tramitando no Congresso Nacional, durante a apreciação da nova lei de imprensa pela Comissão de Ciência e Tecnologia[5] da Câmara, vários outros projetos de lei acerca de aspectos diferenciados da informação e comunicação, com abrangência e enfoque radicalmente distintos. Dentre estes, encontravam-se projetos com fins específicos como, por exemplo, regulamentar a elaboração de normas de classificação de diversões públicas e programas de rádio e televisão (PL 6.045/90, PL 179/91, PL 276/91), assegurar uma certa regionalização da programação, cultural e artística de rádio e televisão (PL 192/91), proibir anúncios em língua estrangeira (PL 703/91), conceder anistia aos condenados por crime de imprensa com base na atual lei de imprensa, a Lei n° 5.250/67 (PL 1.439/91) e, ainda, disciplinar a "ação indenizatória" por violação dos direitos de personalidade prevista na Constituição brasileira (PL 1.539/91, PL 2.065/91). Tramitava também um outro tipo de projeto com a finalidade de contemplar a liberdade de expressão do pensamento e da informação em seus múltiplos aspectos, buscando regulamentá-la no âmbito da comunicação social em sua amplitude (PL 2.735/92, PL 2.741/92). Contudo, todos estes projetos de lei foram "apensados" ao projeto da nova lei de imprensa, ou seja, ao PL 3.232/92 – totalizando 17 projetos apensados. Por tal procedimento de "apensação", previsto no regimento interno das Casas,[6] essa diversidade de proposições passou a ter tramitação conjunta e vinculada à discussão da nova lei de imprensa, sob o argumento de que tratavam da mesma matéria, "a Lei de Imprensa". Em termos regimentais, a tramitação conjunta nestas condições significa que as Comissões ao avaliarem o projeto de Lei nº 3.232/92 deveriam se pronunciar também sobre o mérito e a constitucionalidade dos projetos apensados, deliberando pela rejeição ou não de cada um deles.

Mas o que deve ser destacado é que, após aprovado o requerimento de apensação, o parâmetro de avaliação do conteúdo, ou seja, do mérito dos projetos apensados passa a ser o projeto ao qual estão vinculados e, não mais, sua validade ou não para a temática a que se destinavam originalmente. Os projetos apensados, portanto, perdem autonomia e passam a gravitar em torno de um projeto considerado central. Assim, na leitura do PL 3.323/92 descobrimos que projetos foram rejeitados sob a alegação contraditória, considerando-se a lógica que norteia a apensação, de que: "Não nos parece que tal matéria deva ser tratada na Lei de Imprensa, e sim na legislação específica. Pela rejeição" (palavras do relator

na Comissão de Constituição e Justiça,[7] deputado Vilmar Rocha, *Câmara dos Deputados*, PL 3.232/92:147). Tal foi o destino da maioria dos projetos focalizando aspectos da classificação e regionalização dos programas veiculados pelos meios de comunicação que, claramente, não tratavam da mesma matéria contida na nova lei de imprensa. Já os projetos de abrangência maior foram aprovados mas apenas nos termos propostos pela nova lei de imprensa, desconsiderando-se todos os artigos irrelevantes ao objetivo desta e, portanto, restringindo-se à adequação entre liberdade de imprensa e responsabilidade dos empresários e profissionais dos meios de comunicação em face da intimidade, da vida privada, da imagem e da honra dos indivíduos.

Dentre os projetos mais abrangentes merece destaque, por ter sido seguidamente citado nos debates como alternativa à elaboração de um nova lei de imprensa, o PL nº 2.735/92 de autoria do deputado Zaire Rezende, chamado lei da informação. Em linhas gerais, pode-se dizer que os argumentos favoráveis a esta "lei da informação" ancoram-se, por um lado, no fato deste projeto contar com amplo apoio de entidades de profissionais da comunicação e de organizações não-governamentais atuantes na área, sendo oriunda de uma série de discussões promovidas pelo Fórum Nacional de Democratização da Comunicação;[8] por outro, em uma avaliação de que sua amplitude e sua orientação, com ênfase no direito à informação (art. 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos), são mais adequadas à complexidade contemporânea dos meios de comunicação de massa – este projeto de lei inclui artigos relativos à produção independente, ao direito de antena para movimentos populares e à concessão dos meios de comunicação, propondo dispositivos "anti-trusti" (*sic*.).

A maioria parlamentar, porém, deu prioridade à lei de imprensa que já foi relatada e votada na Comissão de Ciência e Tecnologia e na Comissão de Constituição e Justiça, encontrando-se pronta para a ordem do dia, isto é, para votação no plenário da Câmara dos Deputados. Em entrevistas e debates no Congresso Nacional, um dos argumentos apresentados pelos parlamentares para justificar tal posição em prol da lei de imprensa é de natureza técnica e reside na origem deste projeto de lei. O PL 3.323/92 começou sua tramitação no Senado Federal com um projeto do senador Josaphat Marinho (baseado em texto encaminhado pela Associação Nacional dos Jornais), este foi aprovado sob a forma de substitutivo[9] de autoria do senador José Fogaça e enviado à Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados. Em termos de processo legislativo, o substitutivo vindo do Senado deve ganhar precedência sobre os demais projetos que se encontrem na Câmara.

Mas o debate político revelou que a força aceleradora da tramitação da lei de imprensa residiria, antes, no desejo dos parlamentares de disporem de mecanismos de coerção e punição dos – assim denominados por eles – "excessos" da

imprensa ou ainda "tirania da irresponsabilidade" vigente nos meios de comunicação. Assim, pode-se relacionar os diversos pedidos de urgência[10] que o projeto de Lei nº 3.232/92 obteve na Câmara com os momentos de profunda indignação do conjunto dos parlamentares diante das críticas feitas ao Congresso Nacional por repórteres e analistas políticos; tendo como ponto alto o fato de, no ano de 1996, mais da metade da Câmara ter assinado um requerimento de urgência – quando bastaria a assinatura de 1/3 dos deputados – em reação às declarações do cineasta Arnaldo Jabor. Arnaldo Jabor, em seu usual tom debochado, no *Jornal Nacional* (TV Globo), comentou a mudança de votos do primeiro para o segundo turno da votação da reforma da Previdência com as seguintes palavras:

> Temos hoje uma boa notícia. Os deputados fisiologistas resolveram se organizar na Câmara. Eles vão criar um novo Centrão que vai reunir todos os deputados que, acima dos partidos, se unem por interesses profundos, tais como venda de votos em troca de cargos, defesa de corporações, de empreiteiras, de bancos falidos, ruralistas, evangélicos, todos. A política vai mostrar que Congresso também é mercado. E fica mais fácil para todo mundo. O governo fica sabendo onde estão os fisiológicos. E acaba aquela hipocrisia de se esconder em partidos. E fica fácil também para os lobistas acharem os deputados. O sujeito chega na Câmara com a mala de grana na mão e pergunta ao contínuo: "Por favor, onde é o Centrão?". "Ali, segunda porta depois do mictório à direita". Com o tempo, o Centrão poderá expandir suas atividades e virar shopping center com lojinhas de artesanato nordestino, lanchonetes com suco de cupuaçu, liquidações de verão, tudo.
> Até publicidade: venha você também conhecer o novo Centrão de negócios, o supermercado da política nacional. Ali, na Câmara, bem pertinho da Praça dos Três Poderes, quase esquina do Palácio do Planalto (*O Globo*, 31/5/1996).

A reação entre os parlamentares foi contundente. Além do requerimento de urgência, durante vários dias deputados e senadores, das mais diferentes orientações ideológicas e inserções partidárias, usaram da tribuna para criticar o comentarista e pedir providências à Casa. Neste sentido falaram os deputados Aldo Rebelo (Partido Comunista do Brasil, SP), José Thomaz Nonô (Partido da Social Democracia Brasileira, AL), Milton Temer (Partido dos Trabalhadores, RJ), Newton Cardoso (Partido do Movimento Democrático Brasileiro, MG), Roberto Cardoso Alves (Partido Trabalhista Brasileiro, SP) e o então presidente da Câmara Luís Eduardo Magalhães (Partido da Frente Liberal, BA). Passado, porém, o clima inicial de retaliação e em face às inúmeras críticas advindas dos meios de comunicação acerca do ambiente de revanche e censura que estaria orientando a deliberação do Legislativo, vários deputados federais voltaram atrás no requeri-

mento de urgência e a lei de imprensa permanece ainda hoje aguardando para ser votada no plenário da Câmara. Mas o episódio Arnaldo Jabor dramatizou de forma excepcional – até pela aparente inocuidade de seu comentário – a tensão que atravessa as relações entre esses dois tipos weberianos de político profissional: o jornalista e o parlamentar (Weber 1998). Nesse sentido, passo a explorar a polissemia da tensão entre profissionais da imprensa e parlamentares, considerando os pontos polêmicos da nova lei de imprensa.

■

Os pontos que suscitaram discórdia entre parlamentares e jornalistas que opinaram sobre o projeto de Lei nº 3.232/92 nos meios de comunicação, nas audiências públicas promovidas pela Comissão de Ciência e Tecnologia, bem como nos debates da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara e nos plenários da Câmara e do Senado, podem ser agrupados em torno de dois eixos: 1. O estatuto legal do instrumento de regulamentação da ação da imprensa; 2. A definição das penas. Vejamos em que consistem ambos.

1. O estatuto legal do instrumento de regulamentação da ação da imprensa

A lei de imprensa em vigência, a Lei nº 5.250/67 que "regula a liberdade de manifestação do pensamento e da informação", foi aprovada no regime ditatorial e consistiu, associada com a lei de segurança nacional, instrumento central ao exercício da censura e de penalização das vozes opositoras ao regime militar. Assim, a necessidade de revogar essa lei específica talvez seja o único ponto consensual entre jornalistas, políticos, advogados e juristas que têm se pronunciado ao longo dos 12 anos em que o projeto, modificando a atual lei de imprensa, tramita na Câmara dos Deputados. Além de ser classificada, no jargão político corrente, como um entulho autoritário, esta lei oriunda do regime militar tem o agravante de não ter se transformado em "letra morta", sendo acionada com relativa freqüência em diferentes contextos. Em 1991, o então presidente Fernando Collor de Melo processou o jornal *Folha de São Paulo* por crime de calúnia pela denúncia de que o governo teria contratado uma empresa de publicidade sem licitação (*Diário do Congresso Nacional*, 9 de outubro de 1991). Ainda, anos depois, o presidente da Federação Nacional dos Jornalistas, Américo Antunes, em declaração ao jornal *O Estado de São Paulo* (12/5/1996), denunciava serem recorrentes os processos contra empresas e jornalistas no interior do país, principalmente, por iniciativa de membros do Poder Judiciário acusados de nepotismo e corrupção.

O consenso finda, porém, na ausência de legitimidade da lei vigente para normatizar a existência dos meios de comunicação no atual contexto político, pois a necessidade de se produzir ou não outra lei de imprensa tem mobilizado prestigiosos contendores tanto no campo da política quanto no da imprensa. Os argumentos pró e contra a existência de uma lei específica para regulamentar o desempenho dos profissionais dos meios de comunicação são variados, conforme se pode verificar nos significativos pronunciamentos que ainda recentemente povoaram a imprensa:

> Não há lei de imprensa melhor ou pior: por uma questão de princípio são todas inaceitáveis. A democracia é incompatível com leis especiais. O princípio da igualdade perante a lei pressupõe a mesma lei para todos (*Jornal do Brasil,* 'Preço da Honra', editorial em 16/8/1997).
>
> O presidente Fernando Henrique Cardoso é favorável à auto-regulamentação da imprensa, nos moldes do que é feito hoje na atividade publicitária. FHC se declarou contrário à adoção de uma legislação punitiva e afirmou que quer o governo longe desse controle, que deve ser feito pela sociedade (*Folha de São Paulo*, 30/10/1997).
>
> 'Isso é piada. São monges os donos de jornais? Não existe auto-regulamentação em setores comerciais', afirmou o senador. Requião é autor de projeto, aprovado no Senado e em tramitação na Câmara, que regulamenta o direito de resposta para quem se sentir ofendido por algum meio de comunicação. (...) A idéia do senador é acabar com a lei específica para o setor. Os crimes de imprensa (calúnia, injúria e difamação) seriam regidos pelos códigos Penal e Civil (*Folha de São Paulo*, 31/10/1997).
>
> Todos sabem que – dado o clima de tensão permanente entre o Congresso e a imprensa – é impossível que a lei de 67 seja pura e simplesmente revogada. Só há uma forma de, um dia, eliminá-la: colocando outra em seu lugar. Discutir qualquer coisa diferente disso é perda de tempo (Senador José Fogaça, *O Estado de São Paulo*, 12/8/1997).
>
> Se a atual Lei de Imprensa tem velharias inaceitáveis, cumpre ao Legislativo reformá-las imediatamente, mesmo porque o Judiciário tem sido lento em proclamar a revogação dos dispositivos não recebidos pela nova ordem constitucional. A velha história de tirar o sofá da sala não constitui solução aceitável (Saulo Ramos, ministro da Justiça no governo José Sarney, *Folha de São Paulo*, 11/6/1998).

A leitura das posições acima nos permite apreender as duas linhas principais que orientam a polêmica pois, em um primeiro momento, a oposição se instaura em torno do apoio (ou não) a uma nova lei específica para a imprensa e, em outro, a divergência dá-se entre aqueles que compartilham a posição contrária a este tipo de lei, no que se refere à definição de qual seria, então, a

melhor forma de regulamentar a imprensa. As alternativas propostas pelos opositores da lei de imprensa são basicamente três: (i) auto-regulamentação, com base na experiência do campo publicitário no Brasil que é regido por um Conselho Nacional de Auto-Regulamentação e, principalmente, tendo como referência o modelo britânico onde existe uma Comissão de Queixas contra a imprensa mantida pelos próprios veículos de comunicação e integrada por editores de jornais e "cidadãos comuns"; (ii) aprimoramento do direito de resposta; (iii) utilização da Constituição e dos já existentes códigos civil e penal para imputação de responsabilidade aos acusados de crime de imprensa. Seja qual for a alternativa, todas elas pressupõem como núcleo central dos crimes de imprensa a calúnia, difamação, injúria e a violação da intimidade ou da vida privada. Tal entendimento dos crimes de imprensa como essencialmente *crimes de lesão à honra*, já previstos nos códigos penal e civil, ampara e sustenta a proposta de não atualização de uma lei específica para a imprensa. Os favoráveis à existência de uma lei de imprensa, porém, questionam a suficiência destes códigos como instrumentos jurídicos para a delimitação das responsabilidades próprias ao desempenho dos jornalistas e das empresas de comunicação. Independente da posição defendida, observamos que o que está em jogo no debate político do projeto de Lei nº 3.232/92 é disciplinar a atuação dos meios de comunicação e de seus profissionais primordialmente no que se refere à produção e divulgação da matéria jornalística, com referência à vida política. Contudo, semelhante pretensão depara-se com a dificuldade de aplicar pena a um dano que, embora possa implicar em prejuízos materiais, é essencialmente de valor moral.

No campo da política institucional, os parlamentares, além do capítulo relativo ao Poder Legislativo na Constituição, estão sujeitos ao regimento interno de suas Casas Legislativas cujos dispositivos afirmam prerrogativas, bem como deveres e punições – amparados no "decoro parlamentar" – para aqueles considerados indignos do mandato, punições que vão de censura verbal à perda do próprio mandado. No âmbito do jornalismo e da comunicação de massa, a questão adquire uma complexidade distinta, pois há que se considerar a garantia constitucional da liberdade de opinião e, ainda, a possibilidade do crime contra a honra não tomar como alvo uma personalidade ou personalidades denominadas mas, como no comentário de Arnaldo Jabor, focalizar o próprio Congresso Nacional – ou seja, uma instituição. Nesta combinação singular, tanto a pena pecuniária quanto a de cerceamento do exercício da profissão apresentam limitações óbvias. Assim, para avançarmos na compreensão desse "impasse", urge caracterizar detalhadamente os crimes de imprensa e as diferenças de punição presentes na legislação vigente e na nova proposta de lei de imprensa em discussão.

2. A definição das penas

Os chamados crimes de imprensa são definidos e apenados, termo usual no jargão jurídico, diferentemente conforme consideremos o código penal, a atual lei de imprensa ou o projeto de lei em tramitação na Câmara. Com o intuito de dar visibilidade aos pontos mais importantes em termos comparativos, apresento o seguinte quadro extraído da revista *Imprensa* de novembro de 1997:

Tipo de crime	**Projeto de Lei nº 3.232/92** (substitutivo Vilmar Rocha)	**Código Penal**	**Lei de Imprensa atual**
Calúnia	Prestação de serviços à comunidade* por 6 meses a 1 ano, e multa de R$ 2 mil a R$ 50 mil**	Detenção de 6 meses a 2 anos, e multa	Detenção de 6 meses a 3 anos, e multa de 1 a 20 salários mínimos da região
Difamação	Prestação de serviços à comunidade* por 2 a 10 meses, e multa de R$ 2 mil a R$ 50 mil**	Detenção de 3 meses a 1 ano, e multa	Detenção de 3 a 18 meses e multa de 2 a 10 salários mínimos da região
Injúria	Prestação de serviços à comunidade* por 30 dias a 6 meses, e multa de R$ 1 mil a R$ 25 mil**	Detenção de 1 a 6 meses ou multa	Detenção de 1 mês a 1 ano ou multa de 1 a 10 salários mínimos da região
Calúnia, difamação e injúria contra memória de pessoa morta	Prestação de serviços à comunidade* por 30 dias a 1 ano, e multa de R$ 2 mil a R$ 50 mil**	Detenção de 6 meses a 2 anos, e multa (só para crimes de calúnia)	Aplicam-se as mesmas penas de detenção e multas acima relacionadas
Divulgar matéria inverídica, capaz de abalar o conceito ou o crédito de pessoa jurídica	Prestação de serviços à comunidade* por 2 meses a 1 ano, e multa de R$ 2 mil a R$ 50 mil**		Detenção de 1 a 6 meses, e multa de 5 a 10 salários mínimos da região, em caso de dolo; e detenção de 1 a 3 meses ou multa de 1 a 10 salários mínimos da região em caso de crime culposo
Violar intimidade ou a vida privada de alguém	Prestação de serviços à comunidade* por 30 dias a 6 meses, e multa de R$ 1 mil a R$ 25 mil**		
Distribuir por agência de notícia, matéria que constitua crime previsto na Lei de Imprensa	Prestação de serviços à comunidade* por 30 dias a 6 meses, e multa de R$ 1 mil a R$ 25 mil**		

Obs: Esta tabela só compara os crimes incluídos no substitutivo Vilmar Rocha; a Lei de Imprensa em vigor contém outros crimes típicos do período da ditadura.
*Em caso de não cumprimento, a punição se transforma em pena de prisão.
**A multa pode dobrar se a sanção máxima resultar ineficaz diante do poder econômico do réu.

A distinção entre os diferentes crimes é sutil e em uma escala decrescente, no que se refere à gravidade do delito temos: (1) Calúnia, imputar falsamente a alguém fato definido como crime; (2) Difamação, imputar a alguém fato ofensivo à reputação; (3) Injúria, ofender a dignidade ou o decoro de alguém. A cada um desses crimes correspondem, como a tabela acima demonstra, dois tipos de penalidade: a pena pecuniária e a de privação de liberdade; além da agilização do direito de resposta (já assegurado no art. 5º, inciso V da Constituição) e do estabelecimento de uma *pena moral* que, embora não apareça no quadro comparativo, está prevista no atual projeto em termos de uma obrigatoriedade do próprio meio de comunicação punido divulgar com destaque a condenação e o tipo de punição que lhe foi infringida. Sem dúvida, a polêmica maior tem se dado em torno da possibilidade de prisão de profissionais da imprensa, bem como do pagamento de multas e indenizações (não por acaso estes foram os itens destacados pela revista *Imprensa* na tabela aqui apresentada).

Pela tradição jurídica, a pena de detenção aplicar-se-ia apenas aos agentes de crime cuja permanência em liberdade fosse considerada uma ameaça à sociedade. Tal não seria *a priori* o caso dos profissionais da imprensa, porém, os que defendem este tipo de punição para crimes de imprensa amparam-se em considerações de outra natureza. Argumentam, por um lado, que não admitir na lei de imprensa a prisão dos jornalistas que praticarem crime contra a honra implicaria em atribuir um *privilégio* exatamente àqueles que, ao cometerem este tipo de crime, podem provocar danos muito maiores do que os cidadãos comuns – que, por sua vez, permaneceriam sujeitos à prisão pelo código penal. Por outro, sustentam que a ofensa à honra de outrem só pode ser paga com a *perda da própria honra*, o que, nesse caso, se daria através da prisão do condenado. A solução conciliadora encontrada pelo projeto de lei em tramitação na Câmara, o substitutivo Vilmar Rocha, foi a de traduzir a pena de detenção em um primeiro momento para a de prestação de serviços à comunidade e, só em caso de haver recusa em cumpri-la, o condenado seria passível de aprisionamento.

Já no que se refere à pena pecuniária, há que se considerar a diferença de princípios que envolvem as noções de multa e indenização, pois a multa é paga ao Estado e teria como objetivo *punir o infrator*, já a indenização é paga à vítima e teria como foco *reparar os danos* causados a esta. As responsabilidades em jogo são, portanto, claramente distintas: na primeira (a multa), estamos no âmbito da responsabilidade penal onde a ênfase recai sobre a capacidade repressora e coercitiva da penalidade; na segunda (a indenização), entramos no domínio da responsabilidade civil em que se concebe a punição a partir de seu caráter compensatório. É claro que estes domínios não são excludentes, mas cabe distinguilos para melhor compreensão das dificuldades que os valores intrínsecos às con-

cepções de responsabilidade penal e civil engendram quando debate-se crimes de lesão à honra, no âmbito da imprensa.

A primeira questão que surge é: a honra tem preço? Em termos legais não resta dúvida, a resposta é positiva. Mas o que o debate político revela é que a honra só pode e deve ter preço para aqueles que a ofendem. Ou seja, a tradução da honra em termos monetários é reconhecida e legítima enquanto se constitui em um instrumento de punição ao suposto criminoso. Tal é o sentido da afirmação de que "A honra das pessoas tem preço. Você pode acabar com a vida das pessoas, mas isso tem um preço!", proferida pelo advogado José Paulo Cavalcanti em uma das audiências públicas promovidas pela Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara (19/4/1995). Mas a honra não pode ter preço para quem é ofendido, pois a idéia de que a compensação monetária é capaz de reparar a perda da estima social já constitui, em si, uma desonra para quem a defende.[11] Desta perspectiva, somente os que não têm o verdadeiro sentido da honra poderiam, então, pleitear uma equivalência pecuniária para o dano moral sofrido. Tal é o significado de vários pronunciamentos contrários ao projeto de lei em curso na Câmara, por parte dos próprios profissionais da comunicação, como revela essa passagem do editorial do *Jornal do Brasil,* 16/8/1997:

> [...] a estapafúrdia idéia de converter ofensa pessoal em compensação monetária dá bem a medida moral dos deputados que querem utilizar a Lei de Imprensa em causa própria: quando injúria, difamação ou calúnia puderem ser avaliados em reais e os parlamentares se sentirem com reparação moral, a democracia brasileira estará a caminho da autodestruição.

A preocupação com os usos indevidos dos valores da honra está presente também nas denúncias sobre os riscos do surgimento de uma lucrativa "indústria de indenizações" movimentada por aqueles que, indiferentes ao reconhecimento público, dele se valeriam para obter ganhos materiais. Neste sentido, o então presidente da Associação Brasileira de Rádio e Televisão (Abert) Luiz Eduardo Borgueth propôs o estabelecimento de um limite fixo para as indenizações, segundo suas palavras:

> a honra das pessoas deve valer – pode parecer que estou sendo demagogo – a mesma coisa. Não há por que pessoas terem a honra mais cara do que a de outras (Audiência Pública da Comissão de Ciência e Tecnologia em 19/4/1995. *Lei de Imprensa*, Brasília, 1996).

Semelhante colocação parece pretender resolver a difícil conversão monetária dos prejuízos advindos do universo da honra em termos da própria lógica de mercado, ou seja, busca impedir a chamada indústria de indenizações estabele-

cendo um preço único para a honra. Dessa forma, ignora o que há de mais caro à concepção de honra: o caráter contextual, hierárquico e posicional que caracteriza a dinâmica de pretensão e reconhecimento da pessoa honrada; transformando a honra, por tal procedimento, em uma sombra deslocada no mundo do individualismo igualitário. A honra constitui um sistema moral hierarquizado no qual o valor de alguém defini-se prioritariamente a partir de sua capacidade de encarnar o ideal de sua posição e de seu grupo e de ser reconhecido por isto. A dicotomia entre aparência e essência não é gramatical no universo da honra, onde não se pode ser honrado sem ter uma imagem honrada; assim como o prestígio e a força advindos da existência honrada não podem ser fixados como atributo universal e intrínseco à condição humana. Desta perspectiva, compreende-se o fato de que a idéia de fixar *a priori* um mesmo valor para a honra, independente da situação e da posição social do ofendido, não tenha sido sequer considerada no debate. Além de ser uma concepção totalmente avessa aos princípios e mecanismos que instauram a honra, inviabilizaria o objetivo fundamental das penas pecuniárias para os crimes de imprensa, ou seja, coibir através de multas volumosas um certo tipo de imprensa (empresas de comunicação e seus profissionais) que toma o Congresso Nacional como um "alvo fácil", nas palavras do ex-senador Jarbas Passarinho. Pois o ataque aos políticos feito de forma generalizada e impessoal talvez consista em um dos casos mais visíveis de *produto midiático ideal* no Brasil, ao lograr conjugar um forte apelo junto ao público sem verdadeiramente por em jogo a responsabilidade do repórter e da empresa a que pertence (Sánchez-Jankowski 1994).

Assim, embora possa haver entre os parlamentares os que estão interessados em "calar" a imprensa, conforme denunciado por editoriais de diferentes jornais,[12] existe uma considerável preocupação quanto à necessidade de cobrar responsabilidade à imprensa no sentido forte do termo, exigindo que os jornalistas respondam pelo que noticiam ou analisam. A capacidade de atuar no mundo, de tomar decisão e responder por elas é um dos valores que distinguem a política, sendo central a todo político profissional, inclusive, aos jornalistas – embora encontre sua realização maior na personalidade do líder político. Mas se o Congresso Nacional tem os seus dispositivos internos e respectivos rituais para exigir de seus membros um comportamento adequado ao mandato parlamentar – dentre os quais destaca-se o "decoro parlamentar" e a possibilidade de cassação de mandato –, os profissionais da imprensa sequer têm um código de ética unificado.

Nesse contexto, a questão que a polêmica da lei de imprensa permite ver é a dificuldade de especificar e disciplinar a responsabilidade quando se trata de profissionais da imprensa, pois se vivem muitas vezes da e para a política, contudo não são sujeitos diretos da ação política institucional. A sua ação política constitui-se a partir da capacidade que a imprensa tem de redefinir a realidade através

da construção da notícia e o cerceamento da liberdade de faze-lo é, com freqüência, interpretado como uma intervenção de censura – seja esta explícita ou por indução à autocensura. Assim, por um lado, a inserção oblíqua e por vezes marginal dos profissionais da imprensa no campo político limita a capacidade do próprio campo de regulamentar seu desempenho; e, por outro, o tipo de ação que os constitui enquanto sujeitos políticos confunde-se com a própria liberdade de expressão, um princípio fundamental da existência democrática, principalmente, em um país como o nosso que viveu até poucos anos atrás sob o controle da censura do Estado.

No bojo desse impasse, aqueles jornalistas e políticos que reconhecem os riscos que os excessos cometidos pelos meios de comunicação podem engendrar para a existência social empenham-se em buscar soluções alternativas. Mas várias delas, com destaque para a proposta de tradução da responsabilidade em uma concepção de *pluralismo* na notícia, esbarram na especificidade da própria dinâmica interna do jornalismo na qual a temporalidade específica da notícia adquire relevância. Em outras palavras, refiro-me ao *imperativo do tempo* que encontra expressão no processo de construção da notícia e no valor de "atualidade" do que pode vir a ser notícia.[13] Embora não pretenda aprofundar-me aqui nos elementos que constituem a imprensa enquanto um domínio relativamente autônomo, julgo relevante remeter a análise à alguns elementos de sua existência com o intuito de ampliar o horizonte compreensivo da honra na interface dos domínios da política e do jornalismo. Somente assim teremos condições de avançar na complexidade que se esconde por trás do aparente *non-sense* de episódios que, como o do comentarista Arnaldo Jabor aqui mencionado, terminam por transformar-se em eventos políticos críticos.

■

Arnaldo Jabor tem um perfil e uma trajetória singulares dentro do jornalismo brasileiro, no qual ingressou profissionalmente apenas em 1991. Cineasta de reconhecida qualidade, autor de oito filmes[14] – dentre os quais se destacam *Toda nudez será castigada, O casamento, Eu te amo, Eu sei que vou te amar* –, Arnaldo Jabor declarou ter deixado o cinema "porque não tinha dinheiro para comer", durante o governo de Fernando Collor, "quando as condições de fazer cinema no Brasil ficaram absurdas" (*Imprensa*, julho 1996), levando-o a procurar emprego na *Folha de São Paulo*. Mas esta afirmação do infortúnio e do acaso em seu relato logo adquire o sentido do imponderável que articula a reconstrução de sua trajetória de cineasta-jornalista; sendo apreendida como transcendente ao seu significado primeiro, a "crise" do cinema brasileiro é transformada em configuração positiva propícia ao desenvolvimento de uma outra vocação, a de

jornalista. Se o jornalismo é, em um momento inicial, lembrado por Jabor como uma alternativa de sobrevivência, em cinco anos de ofício este fora transformado em uma escolha:

> Como jornalista e como comentarista de televisão estou tendo uma sensação que nunca tive como cineasta. A sensação de ter uma existência social concreta, de participar efetivamente da vida política do país, de poder interferir nessa vida. Isso é uma coisa maravilhosa (idem:56).

A continuidade entre o cineasta e o jornalista, construída em uma ordenação cronológica, desdobra-se no auto-elogio da dimensão política como um traço constante em sua trajetória, bem como na defesa de um "jornalismo ficção" como estratégia alternativa à objetividade na construção do texto jornalístico. Assim, cinema e jornalismo seriam complementares, na concepção de Arnaldo Jabor, tanto como formas de militância "a favor do povo, a favor das mudanças..." quanto como estilos de linguagem ficcionista. Em suas palavras:

> Acho que objetividade no Brasil não dá conta da loucura nacional. Você é obrigado a criar fantasia para explicar a realidade, a nossa realidade é tão ficcional que só a ficção dá conta dela. Só a ficção explica o Brasil. (...) É muito interessante: assim como a arte tem a ver com a informação, acho que a informação tem a ver com a arte (ibidem:57).

Embora seja identificado algumas vezes como colunista político (*O Globo*, 31/5/1996), suas posições, conforme exemplificadas pelas transcrições acima, denotam uma ruptura radical com os valores que norteiam a prática do jornalismo moderno, inclusive no jornalismo político das colunas.[15] Se há um certo consenso entre os estudiosos e entre os próprios jornalistas sobre o fato de que nenhum repórter tem tanta liberdade para construir a notícia e externar seus pontos de vista quanto os colunistas, o colunismo preserva a objetividade enquanto relação ideal entre fato e abordagem e, o mais importante, como o *processo ritual* – ou seja, como o valor articulador de um sistema de procedimentos formalizados – de transformação do acontecimento em notícia, em "fato jornalístico". Cristiane Lôbo, responsável pela "Coluna do Estadão" (*O Estado de São Paulo*), em entrevista pessoal, traçou o seguinte perfil do colunismo atual:

> Eu e todos os colunistas procuramos a notícia mais difícil, a mais diferenciada e a mais interessante. (...) Não tem espaço para muita graça, você tem que dar notícia, o povo tem pouco tempo para ler, as pessoas não lêem o jornal inteiro, elas acham que a coluna vai dar uma noção do dia, então optam pela leitura da coluna. Você tem que fazer a coluna para o sujeito se

> sentir bem informado. É uma conquista nossa recente, de três anos para cá, conseguir dar a primeira página com a coluna; não existia isso, a coluna era uma coisa meio de entretenimento (Brasília, junho de 1996).

Assim, apesar do jornalismo de coluna dispor de características específicas que o distinguem da reportagem – tais como: sua periodicidade diária; seu caráter informativo e, ao mesmo tempo, personalizado e explicitamente opinativo; o uso excessivo da notícia em *off,* ou seja, de informações cuja origem (a "fonte") não é explicitada, bem como de fontes oficiais; a estreita relação entre colunista e fonte e as dificuldades de checagem das informações decorrentes destes elementos –, a orientação que estrutura o desempenho dos colunistas integra o ideal profissional de seriedade e objetividade da informação no jornalismo. A maioria dos grandes colunistas foi repórter por muitos anos antes de assumir uma coluna diária, viveu um processo lento de socialização no dia-a-dia das redações dos jornais e nestas adquiriu a experiência e o prestígio necessários para assinar sua própria coluna. Alguns integraram a estrutura do Legislativo ou do Executivo em funções vinculadas à comunicação e informação e, entre aqueles que permanecem em Brasília, muitos já fizeram a cobertura diária do Congresso Nacional onde existem mais de 500 jornalistas credenciados junto aos Comitês de Imprensa da Câmara dos Deputados e do Senado (Rodrigues 1997). Assim, a credibilidade e o sucesso das colunas políticas estão vinculados, de forma mais marcante do que em outros gêneros de jornalismo, ao reconhecimento da autoridade, no sentido de autoria e competência, e da confiabilidade de quem responde pelo texto: seu acesso às pessoas bem informadas e aos chamados bastidores do poder (expresso na institucionalização das fontes e das notícias em *off*), sua perspicácia para evitar as "plantações de notícias" e habilidade para estar em sintonia com o movimento da política, que a todo momento pode ser alterado.

Desta perspectiva, o jornalismo de Arnaldo Jabor guardaria poucas afinidades com o colunismo político impresso e eletrônico, nos quais se destacam nomes como Villas-Boas Correa, Ricardo Boechat, Boris Casoy, Tereza Cruvinel, Dora Kramer, Cristiane Lôbo, Rubem Alves Lima, Franklin Martins, Maurício Dias e Carlos Chagas. Destaco, ainda, que nos estudos recentes sobre as relações entre os profissionais da imprensa e os políticos, em especial os parlamentares, Arnaldo Jabor só é mencionado em função do já referido comentário sobre o Congresso Nacional que acirrou a polêmica em torno da nova lei de imprensa em maio de 1996 (Rodrigues 1997); e nas entrevistas que realizei com jornalistas políticos em Brasília seu nome sequer foi lembrado pela maioria – dos quatro entrevistados somente um o citou.[16] Contudo, sua condição de neófito e sua falta de compromisso com o modelo de informação dominante no jornalismo não o

impediram de atingir um espaço privilegiado nos meios de comunicação, escrevendo para vários jornais importantes (*Folha de São Paulo, O Globo, Zero Hora, Diário de Pernambuco, Diário Catarinense, Folha de Londrina, Diário do Nordeste e Jornal do Norte*) e tornando-se comentarista político nos jornais da maior emissora de televisão no Brasil (*Jornal Nacional, Jornal da Globo e Bom Dia Brasil*, da Rede Globo). Ou talvez exatamente por esse perfil tenha tido uma ascensão tão rápida. A inserção singular no campo jornalístico permitiria a Arnaldo Jabor, enquanto uma espécie de *outsider*,[17] um desempenho individual relativamente desengajado *vis-à-vis* o *ethos* do jornalismo e o círculo dos jornalistas. A condição de estranho ao grupo assinala um tipo específico de interação social na qual o indivíduo é um elemento do grupo mas com uma posição que envolve exterioridade e confronto. Em outras palavras, esta atribuição de identidade aciona a perspectiva dual de o sujeito estar próximo e distante simultaneamente, pois só é tido como estranho aquele cuja existência social é relevante para o grupo, ou seja, que lhe é socialmente próximo.

Tal é a posição de Jabor no jornalismo contemporâneo; expressando uma capacidade de deslocamento nas margens e de plasticidade, este cineasta-jornalista goza de um tipo especial de aceitação no meio abrangente. Ele parece encarnar no âmbito dos comentários e das análises políticas o estilo debochado, bem humorado e sem compromisso das charges e crônicas jornalísticas. Esta sua existência deslocada no jornalismo, ao atuar na direção contrária à tendência do colunismo informativo, aliada à sua explícita pretensão de agir e interferir na vida política a partir desta existência relembram o jornalismo antes da instituição do *lead* (estrutura textual: o quê, quem, quando, onde, por quê e como) e do *copidesque* (redator encarregado de eliminar exageros e uniformizar o texto). Até fins dos anos 1940 a ambigüidade entre imaginação e objetividade na construção do texto jornalístico era mais candente, a sensibilidade do autor para captar "climas" nos eventos e expressá-los de forma contundente era um valor, bem como o estilo apaixonado indicado pelas manchetes em letras do tipo caixa-alta e finalizadas com um ponto de exclamação (Castro 1993; Morais 1994; Torres 1994). Considerado deste ângulo, o uso da metáfora jocosa do mercado para descrever o Congresso, permitiu a Jabor superar os limites de espaço e tempo que a linearidade do modelo informativo das análises políticas impõe e, por tal recurso de linguagem, condensar nesta imagem sua análise negativa do clima de barganha em torno da votação da reforma da Previdência. Apesar deste recurso ser freqüente na *performance* de Arnaldo Jabor, desta vez gerou forte reação entre os parlamentares e quase pautou a votação da nova lei de imprensa em regime de urgência. Assim, para refinar a análise em curso, resta voltar a maio de 1996, mesmo que de forma breve, para entender o contexto específico em que tais desdobramentos ocorreram.

■

A reforma da Previdência foi o assunto que mais ocupou a imprensa neste período pois estava em processo de votação no Congresso Nacional.[18] O ambiente era de tensão e de denúncias múltiplas de irregularidades no encaminhamento da reforma. Sob a manchete "Previdência se rende ao fisiologismo", o *Correio Braziliense* de 9 de maio de 1996 denunciava tráfico de influência, nomeações políticas e outros "atos suspeitos" por parte do então ministro da Previdência Reinhold Stephanes, com repercussão em vários outros jornais e dentro do próprio governo. Segundo relato de Malena Rodrigues, em sua investigação acerca das relações entre imprensa e Congresso, o processo de votação dava-se nos seguintes termos:

> No dia 15 de maio, a Câmara retomaria a votação da reforma da previdência, suspensa durante 56 dias por uma liminar do Supremo Tribunal Federal (STF). Uma confusão no plenário interrompeu a votação: as exigências das bancadas mineira e ruralista. A bancada mineira queria o pagamento de R$900 milhões à empreiteira Mendes Júnior, a ser feito pelo Banco do Brasil para cobrar dívidas dos agricultores inadimplentes. Alguns "deputados de imprensa" (aqueles que procuram ter sempre uma relação estreita com a imprensa) ... aproveitaram a polêmica para garantir lugar no noticiário. [O deputado José] Genoíno pediu, em voz alta, esclarecimentos sobre as negociações com as bancadas. (...)
>
> Esse tipo de denúncia se seguiu nos demais dias de votação. O assunto rendeu uma página da *Folha de São Paulo,* do dia 17 de maio, sobre todo o dinheiro que o governo já havia gasto para ter apoio nas reformas constitucionais, mostrando documentos que comprovavam barganha e a indignação do presidente Fernando Henrique frente às denúncias de fisiologismo veiculadas pela mídia. No Congresso, as matérias fizeram com que os parlamentares se reunissem na tentativa de criar manobras para justificar algumas concessões já feitas e condenar as que estavam por seguir. (...)
>
> Tendo que fugir das barganhas, por causa da imprensa, e sofrendo o efeito das pesquisas indicando baixa popularidade do presidente, o governo acabou sofrendo uma derrota, no dia 22 de maio, com três pontos rejeitados. A derrota se deu em grande parte pela ausência de deputados governistas, maioria de candidatos a prefeito, que não queriam tomar posições impopulares às vésperas da eleição, ainda mais tendo um governo considerado impopular. (...) O governo conseguiu, então, melhorar sua imagem, declarando à imprensa que os pontos rejeitados mantinham privilégios de poucos e que isso tinha acontecido porque não havia cedido às barganhas (Rodrigues 1997:65-66).

Foi em meio a esta imbricada rede de relações entre imprensa e os três Poderes da República que o comentário de Arnaldo Jabor adquiriu papel catalisador no jogo de forças políticas em curso naquele momento. A reação do Congresso Nacional às críticas de Jabor trouxe à pauta de discussões o conflito entre Executivo e Legislativo, em especial em um ano de eleições municipais, sobre o encaminhamento das chamadas reformas constitucionais pretendidas pelo governo. A crítica foi considerada politicamente à luz da participação de Jabor em um almoço com o presidente Fernando Henrique Cardoso cerca de uma semana antes de seu comentário ser veiculado nos dias 29 e 30 de maio, ou seja, sua fala foi compreendida como um discurso oblíquo do presidente da República no intuito de consolidar a sua versão da derrota da reforma da Previdência. O deputado presidente da Câmara Luís Eduardo Magalhães, após chamar o cienasta-jornalista de desqualificado, concluiu: "Sou admirador do presidente Fernando Henrique Cardoso, mas não um bajulador como determinado colunista" (*O Globo*, 31/5/96).

Estava em jogo a imagem do Congresso em um duplo sentido: sua autonomia relativa em face do Executivo, bem como sua respeitabilidade e integridade *vis-à-vis* a sociedade abrangente. O comentário de Arnaldo Jabor culminou um processo de construção social da realidade política que, naquele momento, tinha como evento articulador a aprovação ou não da reforma da Previdência. Além da dimensão econômico-financeiro, a força simbólica desta reforma fora estabelecida desde o início pelos sujeitos políticos envolvidos, inclusive, jornalistas. Enquanto um jornalista *outsider* – ficcionista, sem pretensões de se constituir em um instrumento de informação mas, sim, de ação política declarada, Arnaldo Jabor configurou-se, paradoxalmente, no símbolo da imprensa que as personalidades políticas evocaram quando do pedido de urgência para a votação da nova lei de imprensa.

A tensão que orienta as relações entre profissionais do jornalismo e detentores de funções políticas revela aqui os limites de seu potencial criativo. De um lado, vemos a perigosa aproximação entre jornalistas e autoridades, conhecida no meio como "promiscuidade" entre jornalistas e "fonte" que se materializa na rotina de almoços, encontros e troca de telefonemas como garantia de acesso aos chamados bastidores da política; de outro, o antagonismo que semeia rancores entre estes dois tipos de político profissional portadores de legitimidades distintas mas, ambas, consideradas essenciais à existência da dinâmica democrática. Uma, a dos jornalistas, advinda dos princípios democráticos da liberdade de expressão, do direito à informação e à opinião; outra, a dos políticos, oriunda do voto e da autoridade que emana do cargo e da instituição a que pertencem. Nesta encruzilhada, apesar de manifestarem discordância com o estilo de Jabor, representantes de várias entidades de jornalistas se pronunciaram contra o exagero da

reação na Câmara e, com este objetivo, o presidente da Federação Nacional dos Jornalistas e representantes da Associação Brasileira de Imprensa, do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal e dos Comitês de Imprensa da Câmara e do Senado foram à Câmara para uma audiência com o deputado Luís Eduardo Magalhães. Os meios de comunicação de massa, em especial, os veículos da imprensa escrita (jornais diários e revistas, especializadas ou de variedades) denunciaram mais uma vez os congressistas, agora, em defesa do direito e do dever da imprensa de vigiar e fiscalizar os Poderes. Entretanto ambos, jornalistas e políticos, expressavam suas posições nos termos da defesa do chamado *interesse público*; tendo, inclusive, a nova lei de imprensa postulado o interesse público visado pela informação como o critério a ser acionado em caso de conflito entre a liberdade de informação e os direitos de personalidade (PL 3.232/92, Capítulo VIII, "Das Disposições Finais"). A questão que permanece é a difícil tradução deste conceito em termos jurídicos, ou seja, quem define o que constitui interesse público e através de que procedimentos deve fazê-lo.

Em determinado momento da tramitação da nova lei de imprensa, uma de suas versões continha um capítulo denominado "Da Liberdade de Informação e Direitos da Personalidade" que apresentava uma classificação das informações consideradas de interesse público a partir, primeiro, da forma de obtenção da informação e, segundo, das finalidades da informação. Assim, seriam tidas como de interesse público as informações obtidas em espaço público, em espaço legislativo ou fornecidas pelo poder público e informações referentes à condutas anti-sociais e com fins à proteção da saúde e da segurança do cidadão. Mas esta definição foi considerada inadequada na Comissão de Constituição e Justiça, julgaram-na restritiva, considerando que poderia vir a dificultar a boa aplicação do princípio e "além do que, em última análise, toda informação provinda dos meios de comunicação é de interesse público" (PL 3.323/92:136). Assim, se a honra não pode ser tipificada em condutas especificadas juridicamente por ser uma concepção que se constitui a partir de valores particularistas, indexando a avaliação moral do indivíduo aos seus pares e à sua posição em dada situação (Teixeira 1998), tampouco o consenso em torno do que seja de interesse público o pode. Mas aqui a impossibilidade é de natureza distinta.

A noção de interesse público insere-se no campo das ações sociais que, em termos ideais, transcendem os interesses de grupos particulares, daí advindo sua força simbólica como mediadora do conflito entre imprensa e personalidades políticas. Evoca os valores da solidariedade, cooperação e consenso social referenciados em uma totalidade imaginária, cujas fronteiras podem se expandir ou contrair conforme o conflito e os contendores em jogo e, o mais importante, de acordo com os laços sociais e as formas de pensamento compartilhados. A delimitação do interesse público constitui-se, portanto, a partir de um processo tanto

intelectual e cognitivo quanto político e social; trata-se da consolidação de uma idéia que não encontra reconhecimento social através da noção de equilíbrio de interesses individuais, mas, sim, enquanto um modelo social que pretende estar além dos sujeitos em interlocução e expressar as concepções e crenças consolidadas no ambiente social maior. A possibilidade de definição de "interesse social" remete, portanto, à maior ou menor afinidade da proposta com as bases partilhadas dos padrões morais centrais à sociedade em questão.

Desta perspectiva, a polêmica sobre a nova lei de imprensa e o episódio Arnaldo Jabor ganha novo significado, revelando possíveis arranjos discursivos a partir dos elementos disponíveis socialmente naquele contexto (liberdade de imprensa, direito à informação e à opinião, direito à privacidade e à honra, responsabilidade política e jornalística, modelos de jornalismo, relação entre Poderes), para a construção de vocações políticas comprometidas com princípios que, oriundos de uma mesma configuração ideológica, não deixam por isso de engendrar conflitos. Afinal, apesar de sua pretensão de universalidade e naturalização, é inerente às instituições sociais (no sentido durkheimiano) uma certa dose de ambigüidade, o que, na prática social, permite sempre a negociação e a proposição de múltiplas soluções e, deste modo, garante e fortalece a própria ação política. Uma vez que a instituição adquirisse plena legitimidade na inexorabilidade própria aos reinos considerados não-humanos, haveria uma despolitização da própria construção do consenso que passaria a ser, ele próprio, parte do argumento (Douglas 1986).

Mas o fato da nova lei de imprensa ainda não ter sido votada indica a complexidade do arranjo em questão e a fragilidade do consenso em torno das relações ideais entre campo político e imprensa, entre os princípios da honra e os da esfera jurídica. Nesta seara, os valores da cooperação e da solidariedade parecem ter a propriedade de existirem de modo predominante através de seus opostos: a desconfiança e a recusa, em face à dimensão sacrificial que a instituição da solidariedade, em sua dimensão de consenso e de acordo social, engendra. Aqui, a ambigüidade que adquirira valor positivo ao indicar sempre a possibilidade de novas saídas revela o seu lado obscuro, podendo também significar fraqueza de experiências sociais compartilhadas e, conseqüentemente, dificuldade de consolidação de vínculos sociais abrangentes.

Notas

[1] Refiro-me especialmente aos estudos acerca das relações de patronagem, clientelismo e seus correlatos. Ao leitor interessado nesta literatura sugiro conferir a coletânea de artigos clássicos editada por Steffen W. Schmidt et al. (1977), bem como o balanço da produção brasileira em Bezerra 1998 e os trabalhos desenvolvidos por Palmeira (1992;1996) e Palmeira e Heredia (1995).

[2] Cf. Herzfeld (1980) para uma crítica ao uso generalizado do par honra e vergonha e, ainda, da própria noção de "mediterrâneo" como uma zona cultural.

[3] Neste campo, é importante destacar as investigações desenvolvidas desde início dos anos 1990 pelos pesquisadores que hoje constituem o Núcleo de Antropologia da Política (NuAP).

[4] Aqui cabe destacar, e os próprios organizadores do *Honor and Grace in Anthropology* o fazem, os estudos de J.K. Campbell que já refletiam acerca das relações entre a honra e o sagrado (Cf. o seu artigo na própria coletânea Honour and Shame).

[5] A denominação integral desta comissão é Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, sendo mais conhecida como Comissão de Ciência e Tecnologia.

[6] A regulamentação deste regime de tramitação conjunta encontra-se especificada nos artigos 142 e 143 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Cabe destacar que qualquer deputado ou Comissão pode requerer ao presidente da Câmara a tramitação conjunta de processos que "regulem matéria idêntica ou correlata" (art. 142), obedecendo o princípio da precedência da proposição do Senado sobre a da Câmara e da mais antiga sobre as mais recentes (art. 143).

[7] Cabe informar ao leitor que o nome regimental desta comissão é Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

[8] Segundo informações do Prof. José Carlos Rocha de Carvalho, representante do Fórum na audiência pública realizada no plenário da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática em maio de 1993, o Fórum Nacional de Democratização da Comunicação que congregava em 1993 "sete mil entidades da sociedade civil" (Câmara dos Deputados, Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática: *Lei de Imprensa*, Brasília, 1996:104).

[9] O que se denomina "substitutivo" na linguagem política consiste de um tipo de emenda parlamentar, aquela que altera substancialmente ou em termos de técnica legislativa um projeto de lei (artigos 118 e 138, *Regimento Interno da Câmara dos Deputados*, Brasília, 1994)

[10] O requerimento de urgência para votação de matéria em plenário requer a assinatura de um terço dos membros da Câmara *ou* de Líderes que representem esse número (art. 154, Inciso II, *Regimento Interno da Câmara dos Deputados*, Brasília, 1994).

[11] Sugiro a leitura de Cardoso de Oliveira (1999), para um aprofundamento da análise da inserção das demandas morais no universo jurídico em diferentes contextos.

[12] Aqui há que destacar ter sido o *Jornal do Brasil*, dentre os grandes jornais, o que mais se posicionou contrário a qualquer lei específica para a imprensa em seus editoriais, denunciando interesses escusos por parte dos parlamentares interessados na aprovação de uma nova lei de imprensa.

[13] A coletânea organizada por Nelson Traquino *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"* (Traquino 1993) é uma boa referência para os leitores que queiram aprofundar-se no debate interno ao jornalismo, em contextos diferenciados, acerca das teorias da notícia. Recomendo, ainda, a consulta de etnografias relativas ao ofício do jornalismo como, por exemplo, os trabalhos de Torres (1994) e Travancas (1991).

[14] Estas informações sobre Arnaldo Jabor foram retiradas de notícias e entrevistas publicadas na imprensa escrita no período de 1991 a 1998, em especial, na revista *Imprensa* e nos jornais diários *O Globo, Jornal do Brasil, Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e Correio Braziliense*.

[15] O gênero de jornalismo de coluna tem presença maior na imprensa escrita, consolidando-se principalmente a partir dos anos 1950 com a coluna de Ibrahim Sued, considerada o marco do colunismo informativo no Brasil. Em uma classificação não exaustiva pode-se diferenciar (1) as colunas de tipo editorial assinada ou ensaio; (2) as colunas de notas e, dentre estas, as colunas sociais e as de política, economia e esportes. Para uma análise do surgimento deste gênero no Brasil, consultar Emerich (1997).

[16] Entrevistei ao longo do ano de 1996 os seguintes jornalistas: Cristiane Lôbo (*O Estado de São Paulo*), Rubem Azevedo Lima (*Correio Braziliense*), Jorge Moreno (*O Globo*) e Ronaldo Paixão (ADIRP/Câmara dos Deputados); somente Rubem Azevedo Lima referiu-se a Jabor e o fez de modo pejorativo nos seguintes termos: "Agora você vê, um rapaz, um colega nosso na TV Globo, um ex-cineasta, todo dia agredindo gratuitamente o Supremo e, aqui, eu nunca vi isto. Quer dizer, fazer crítica está certo. Ele está errado porque ele não argumenta, ele grita" (comentando a pressão sobre o Legislativo e o Judiciário quando da tramitação da reforma da Previdência em maio de 1996).

[17] Os interessados em se aprofundarem no campo da teoria social do desvio e da acusação sugiro Simmel (1964), Becker (1966, 1977) e Velho (1989).

[18] Para um levantamento detalhado da presença da imprensa na agenda de discussões do Congresso Nacional, remeto à leitura de Rodrigues (1997).

Referências bibliográficas

BECKER, Howard. *Uma teoria da ação coletiva*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

_____. *Outsiders, Studies in the Sociology of Deviance*. New York: The Free Press, 1966.

BERGER, Peter. On the Obsolescence of the Concept of Honor. In: HAUERWAS, S.; MACINTIRE, A. (eds.). *Revisions:* Changing Perspectives in Moral Philosophy. Vol 3. Indiana: University of Notre Dame Press, 1983.

BEZERRA, Marcos Otávio. *Em nome das "bases". Política, clientelismo e corrupção na liberação de recursos federais.* Rio de Janeiro, UFRJ/MN/PPGAS, 1998. Tese de Doutorado em Antropologia Social.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Regimento Interno da Câmara dos Deputados*. Brasília, 1994.

_____. *Projeto de Lei nº 3.232/92.* Brasília.

_____. *Lei de Imprensa.* Brasília: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática,1996.

CAMPBEL, J. K. Hounor and Shame. In: PERISTIANY, J. G. *Hounor and Shame. The Values of Meditteranean Socie*. Oxford: Claredon Press, 1964.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís R. Dois Pequenos Ensaios Sobre Cultura, Política e Demandas de Reconhecimento no Quebec. *Série Antropologia,* nº 250. Brasília: Departamento de Antropologia, UnB, 1999.

CASTRO, Ruy. *O Anjo Pornográfico. A Vida de Nelson Rodrigues.* Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1993.

DOUGLAS, Mary. *How Institution Think.* Syracuse: Syracuse University Press, 1986.

DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa.* São Paulo: Martins Fontes, 1996.

EMERICH, Davi. *O Beijo de Magabeira: o jornalismo político das colunas de notas*. Brasília: Universidade de Brasília, 1997. Dissertação de Mestrado em Comunicação.

GAUTHERON, Marie (dir.). *L'Honneur. Image de soi ou don de soi um idéal équivoque*. Paris: Éditions Autrement, 1991.

HERZFELD, Michael. Honour and Shame: problems in the comparative analysis of moral systems. *Man.The Journal of the Royal Anthropological Institute*. New Series, vol. 15, nº 2, June 1980.

_____. *The Social Production of Indifference*. Chicago: The University of Chicago Press, 1993.

MAUSS, Marcel. *O ensaio sobre a dádiva*. Lisboa: Edições 70, 1988.

MORAIS, Fernando. *Chatô. O rei do Brasil.* Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1994.

PALMEIRA, Moacir. Voto: racionalidade ou significado? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 20, ano 7, out. 1992. São Paulo: ANPOCS, 1992.

_____. Política, Facções e Voto. In: PALMEIRA, Moacir; GOLDMAN, Marcio (orgs.). *Antropologia, voto e representação política.* Rio de Janeiro: Contracapa, 1996.

PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz M. A. de. Os Comícios e a Política de Facções. *Anuário Antropológico.* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, nº 94, 1995.

PEIRANO, Mariza G. S. Três Breves Ensaios. *Série Antropologia* 230. Brasília: Departamento de Antropologia, UnB, 1998.

PERISTIANY, J. G. (org.). *Honra e Vergonha. Valores das Sociedades Mediterrânicas.* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1974 [1966], 211 p.

PERISTIANY, John G.; PITT-RIVERS, Julian (ed.). *Honor and Grace in Anthropology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

RODRIGUES, Malena R. *Imprensa, Congresso e Democracia.* Brasília, Universidade de Brasília, 1997. Dissertação de Mestrado em Comunicação.

SÁNCHEZ-JANKOWSKI, Martín. Les Gangs et la Presse. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 101-102, mars. Paris, 1994.

SCHIMIDT, Steffen W. et al. (ed.). *Friends, Followers, and Factions. A Reader in Political Clientelism.* Berkeley: University of California Press, 1977.

SHILS, Edward. *Centro e periferia.* Lisboa: Difel, 1992.

SIMMEL, Georg. *The Sociology of Georg Simmel*. New York: The Free Press, 1964.

TEIXEIRA, Carla Costa. *A Honra da Política. Decoro parlamentar e cassação de mandato no Congresso Nacional*. Rio de Janeiro: NuAP/Relume Dumará, 1998.

TORRES, João Batista de M. *As Folhas do Mal? Espectros da Antropologia na Imprensa*. Brasília, Universidade de Brasília, 1994. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social.

TRAQUINO, Nelson (org.). *Jornalismo:* questões, teorias e "estórias". Lisboa: Veja, 1993.

TRAVANCAS, Isabel S. *O Mundo dos Jornalistas: um estudo antropológico sobre identidade e carreira em camadas médias.* Rio de Janeiro, UFRJ/MN/PPGAS, 1991. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social.

VELHO, Gilberto. *Desvio e divergência*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1989.

WEBER, Max. *Ciência e política. Duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1998.

_____. *Economia e sociedade*. Vol. 1. Brasília: Editora UnB, 1994.

YOUNG-BRUEHL. *Por amor ao mundo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

SOBRE OS AUTORES

ANA CLÁUDIA DUARTE ROCHA MARQUES
Doutora em Antropologia Social pelo Museu Nacional – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora do Departamento de Antropologia, da Universidade de São Paulo. Co-organizadora do livro *Andarilhos e cangaceiros: A arte de produzir território em movimento*. Itajaí: Editora da Universidade do Vale do Itajaí, 1999. Autora de *Intrigas e Questões. Vingança de família e tramas sociais no sertão de Pernambuco*, da Coleção Antropologia da Política – NuAP, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

BEATRIZ MARIA ALASIA DE HEREDIA
Doutora em Antropologia Social pelo Museu Nacional – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – UFRJ. Pesquisadora do CNPq.
Autora de *A Morada da Vida: Trabalho Familiar entre Pequenos Produtores do Ne do Brasil*. Rio de Janeiro – Brasil: Paz e Terra, 1979; *Formas de Dominação e Espaço Social.* São Paulo Brasil: MCT/ CNPQ/ Marco Zero, 1989. Co-organizadora do livro *Como se fazem eleições no Brasil.* Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002. Co-autora do livro *Impactos dos Assentamentos*. *Um estudo sobre o meio rural brasileiro*. São Paulo: Unesp, Brasília: NEAD, 2004.

CARLA COSTA TEIXEIRA
Doutora em Antropologia Social pela Universidade de Brasília. Professora do Departamento de Antropologia da UnB. Pesquisadora do CNPq.
Autora de *A honra da política: Decoro Parlamentar e Cassação de Mandato no Congresso Nacional (1949-1994)*, da Coleção Antropologia da Política – NuAP, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998. Organizadora do livro *Em busca da experiência mundana e seus significados: Georg Simmel, Alfred Schutz e a Antropologia*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000. Co-organizadora do livro *Como se fazem eleições no Brasil.* Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002. co-organizadora, de *Espaços e Tempos da Política*, da Coleção Antropologia da Política – NuAP. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

CÉSAR BARREIRA.
Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo. Professor titular de Sociologia na Universidade Federal do Ceará. Pesquisador do CNPq.
Autor de *Trilhas e Atalhos do Poder – Conflitos Sociais no Sertão.* Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1992, e *Crimes por encomenda: Violência e pistolagem no cenário brasileiro*, da Coleção Antropologia da Política – NuAP, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998. Co-organizador de *Ligado na Galera: Juventude, Violência e Cidadania na cidade de Fortaleza*, Brasília: Edições Unesco, 1999; e de *Questão de Segurança: políticas governamentais e práticas policiais*, da Coleção Antropologia da Política – NuAP, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

DIANA ANTONAZ
Doutora em Antropologia Social pelo Museu Nacional – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Departamento de Antropologia, da Universidade Federal do Pará. Co-autora de *Insalubridade, morte lenta no trabalho*. São Paulo: Oboré Editorial, 1989. Co-organizadora de *A ambientalização dos conflitos sociais. Participação e controle público da poluição industrial,* da Coleção Antropologia da Política – NuAP, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

DOMINGOS SÁVIO ABREU
Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará. Professor da UFC.
Co-organizador de *Ligado na Galera: Juventude, Violência e Cidadania na cidade de Fortaleza*, Brasília: Edições Unesco, 1999. Co-autor de *À Espera de justiça. Assassinatos de crianças e adolescentes na grande Fortaleza*. Fortaleza: Cedeca – Expressão, 1999. Autor de *No Bico da Cegonha: Histórias de adoção e da adoção internacional no Brasil*, da Coleção Antropologia da Política – NuAP, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

FEDERICO GUILLERMO NEIBURG
Doutor em Antropologia Social pelo Museu Nacional – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional – UFRJ. Pesquisador do CNPq.
Autor de *Os Intelectuais e a Invenção do Peronismo. Estudos de Antropologia Social e Cultural.*São Paulo: USP, 1997. Co-organizador de *Antropologia, Impérios e Estados Nacionais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002. Co-organizador de *Intelectuales y Expertos . La constitución del conocimiento social en la Argentina*. Buenos Aires: Paidós, 2004.

GLÁUCIA OLIVEIRA DA SILVA.
Doutora em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo. Professora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia – Universidade Federal Fluminense. Autora de *Tudo que tem na terra tem no mar. A classificação dos seres vivos entre trabalhadores da pesca em Piratininga.* Rio de Janeiro: INF/Funarte, 1989; e *Angra I e a melancolia de uma era.* Rio de Janeiro: Eduff, 1999.

Co-organizadora, de *A ambientalização dos conflitos sociais. Participação e controle público da poluição industrial,* da Coleção Antropologia da Política – NuAP, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

IRLYS ALENCAR FIRMO BARREIRA
Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo. Professora titular do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará. Pesquisadora do CNPq.
Autora de *O reverso das vitrines: Conflitos urbanos e cultura política*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992; *Chuva de Papéis, ritos e símbolos de campanha eleitoral no Brasil*, da Coleção Antropologia da Política – NuAP. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998. Co-organizadora de *Candidatos e Candidaturas – enredos de uma campanha eleitoral*. São Paulo: Annablume, 1998. São Paulo: Terceira Margem, 2001; e de *Como se fazem eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

JOSÉ SERGIO LEITE LOPES
Doutor em Antropologia Social pelo Museu Nacional – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pesquisador do CNPq.
Autor de *O Vapor do Diabo: O Trabalho dos Operários do Açúcar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976; de *A Tecelagem dos Conflitos de Classe na Cidade das Chaminés*. São Paulo/Brasília: Marco Zero/CNPq, 1988. Co-organizador de *Mudança social no Nordeste: a reprodução da subordinação (estudos sobre trabalhadores urbanos)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. Coordenador do livro *A ambientalização dos conflitos sociais. Participação e controle público da poluição industrial,* da Coleção Antropologia da Política – NuAP, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

JULIA MARIA PEREIRA DE MIRANDA HENRIQUES
Doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília – UnB. Professora titular do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará. Pesquisadora do CNPq.
É autora de *O poder e a fé – discurso e prática católicos*. Fortaleza: Edições UFC, 1987; *Horizontes de bruma – os limites questionados do religioso e do político*. São Paulo: Maltese, 1994; e *Carisma, Sociedade e Política: Novas linguagens do Religioso e do Político*, da Coleção Antropologia da Política – NuAP. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

LUÍS ROBERTO CARDOSO DE OLIVEIRA
Doutor em Antropologia pela Harvard University, Harvard, Estados Unidos. Professor do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília. Pesquisador do CNPq.
Co-autor, de *Ensaios Antropológicos sobre moral e ética.* Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro, 1996. Autor de *Direito Legal e Insulto Moral*, da Coleção Antropologia da Política – NuAP, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002; e de *Fairness and Communication in Small Claims Courts*. Ann Arbor: University Microfilms Internarional – UMI, 1989.

MARCIO GOLDMAN
Doutor em Antropologia Social pelo Museu Nacional – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional – Universidade Federal do Rio de Janeiro.
Autor de *Razão e Diferença. Afetividade, Racionalidade e Relativismo no Pensamento de Lévy-Bruhl*. Rio de Janeiro: Editora Grypho / Editora da UFRJ, 1994; e de *Alguma Antropologia*, da Coleção Antropologia da Política – NuAP, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.Co-organizador, de *Antropologia, Voto e Representação Política*. Rio de Janeiro: Contracapa, 1996.

MARCOS OTÁVIO BEZERRA
Doutor em Antropologia Social pelo Museu Nacional – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor do Departamento de Sociologia / ICHF, Universidade Federal Fluminense – UFF. Pesquisador do CNPq.
Autor de *Panambi: um caso de criação de uma terra indígena Kayowá*. Niterói: EDUFF, 1994; de *Corrupção – Um estudo sobre poder público e relações pessoais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995; e de *Em Nome das Bases: Política, favor e dependência pessoal,* da Coleção Antropologia da Política – NuAP, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

MARIA GABRIELA SCOTTO
Doutora em Antropologia Social pelo Museu Nacional – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora do Instituto de Humanidades da Universidade Candido Mendes.
Organizadora de *Conflitos ambientais no Brasil: natureza para todos ou somente para alguns?* Projeto Meio Ambiente e Democracia. Rio de Janeiro: Ibase, 1997. Autora de *As (difusas) fronteiras entre a política e o mercado. Um estudo antropológico sobre marketing político, seus agentes, práticas e representações*. da Coleção Antropologia da Política – NuAP, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

MARIA AUXILIADORA DE ABREU LIMA LEMENHE
Doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília – UnB. Pofessora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará.
Autora de *Razões de uma cidade*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1992; e *Família, tradição e poder: (o) caso dos coronéis*. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Edições UFC, 1996.

MARIZA GOMES E SOUZA PEIRANO
Doutora em Antropologia pela Harvard University, Harvard, Estados Unidos.
Professora titular do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília. Pesquisadora do CNPq.
Autora de *Uma Antropologia no Plural. Três Experiências Contemporâneas*. Brasília: Editora da UnB, 1992; *A Favor da Etnografia*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995;

Rituais Ontem e Hoje. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003. Co-organizadora, de *O Dito e o Feito: Ensaio de antropologia dos rituais*, da Coleção Antropologia da Política – NuAP. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

MOACIR PALMEIRA
Doutor em Sociologia pela Universidade de Paris. Professor do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pesquisador do CNPq.
Co-organizador de *Antropologia, Voto e Representação Política*. Rio de Janeiro, Contra Capa, 1ª edição, 1996; de *Candidatos e Candidaturas: enredos de campanha eleitoral no Brasil*. São Paulo: Annablume, 1998. Co-autor do livro *Impactos dos Assentamentos*. *Um estudo sobre o meio rural brasileiro*. São Paulo: Unesp, Brasília: NEAD, 2004.

ODACI LUIZ CORADINI
Doutor em Antropologia Social pelo Museu Nacional – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pesquisador do CNPq.
Co-autor de *Agricultura, Cooperativas e Multinacionais*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982. Autor de *Em nome de quem? Recursos sociais no recrutamento de elites políticas*, da Coleção Antropologia da Política – NuAP. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

ROSANE MANHÃES PRADO
Doutora em Antropologia Social pelo Museu Nacional – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Organizadora, de *Ilha Grande: do sambaqui ao turismo*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004; Co-organizadora de *A ambientalização dos conflitos sociais. Participação e controle público da poluição industrial,* da Coleção Antropologia da Política – NuAP, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ROSEMARY DE OLIVEIRA ALMEIDA
Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará – UFC. Professora do Centro de Humanidades – Universidade Estadual do Ceará.
Co-organizador de *Ligado na Galera: Juventude, Violência e Cidadania na cidade de Fortaleza*, Brasília: Edições Unesco, 1999.Autora de *Mulheres que matam: Universo imaginário do crime no feminino*, da Coleção Antropologia da Política – NuAP. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.